INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES

CENTRO DE INVESTIGAÇÃO DE SEGURANÇA E DEFESA

REVISTA DE CIÊNCIAS MILITARES



Autores

Nuno Correia Neves
Cláudio Luís da Silva Ferreira
Fernando César de Oliveira Ribeiro
Leonel José Mendes Martins
Marisa Alexandra Santos Fernandes
João Rui Ramos Nogueira
Carlos Alberto Lopes Ramos Batalha
Rafael Soares Pinheiro da Cunha
Eduardo Xavier Ferreira Glaser Migon
Carlos Alberto Moutinho Vaz
Carlos Santos Pereira

Copyright © IESM, 2014

ISSN 2183-0711

INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES

Publicação Semestral

ANO II
Vol. II, N.º 2 – NOVEMBRO DE 2014

Diretor
Tenente-General Rui Manuel Xavier Fernandes Matias
(Diretor do Instituto de Estudos Superiores Militares)

Propriedade/Edição
Instituto de Estudos Superiores Militares
Rua de Pedrouços – 1449-027 LISBOA
Telefone: 213 025 250 – Fax: 213 025 062
Depósito Legal Nº 376792/14
Correio eletrónico: revistacienciasmilitares@iesm.pt
Internet: www.iesm.pt

DIREÇÃO EDITORIAL

Presidente – Diretor do IESM
Tenente-General Rui Manuel Xavier Fernandes Matias

Editores:
Editor Chefe: Major-General (Doutor) Jorge Filipe Marques Moniz Côrte-Real Andrade
Coordenação Editorial: Coronel de Infantaria Tirocinado Lúcio Agostinho Barreiros dos Santos
Supervisor e Revisão: Tenente-Coronel Infantaria Manuel Joaquim Moreno Ratão
Supervisor: Tenente-Coronel Jurísta Nuno Manuel Antunes Pires
Supervisor: Tenente-Coronel Técnico de Informática Rui José da Silva Grilo
Produção Gráfica: Aspirante a Oficial RC Pedro Miguel Januário Botelho

CONSELHO EDITORIAL

General (Doutor) José Loureiro dos Santos, Exército Português
Vice-Almirante Alexandre Reis Rodrigues, Marinha Portuguesa
Major-General (Doutor) José Manuel Freire Nogueira, Exército Português
Major-General Manuel António Lourenço Campos de Almeida, Força Aérea Portuguesa
Major-General Manuel Teixeira Rolo, Força Aérea Portuguesa
Major-General Carlos Manuel Martins Branco, Exército Português
Professor Doutor Armando Manuel de Barros Serra Marques Guedes, Faculdade de Direito – UNL
Professor Doutor Francisco José Costa Pereira, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias
Professor Doutor James Sterling Corum, Baltic Defense College, Estónia
Professor Doutor Manuel Ennes Ferreira, ISEG/UTL
Professor Doutor Ricardo Soares de Oliveira, Universidade de Oxford

Professor Doutor Hermínio Joaquim de Matos, Instituto Superior de Ciências Policiais e de Segurança Interna

Professor Doutor Eurico José Gomes Dias, Instituto Superior de Ciências Policiais e de Segurança Interna

Professora Doutora Maria Manuela Sarmento Coelho, Academia Militar

Professora Doutora Isabel Ferreira Nunes, Instituto de Defesa Nacional

Professora Doutora Helena Carreiras, Instituto Universitário de Lisboa

Professora Doutora Ana Isabel Xavier, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – UNL

Professora Doutora Maria Isabel Vieira Nicolau, ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa

Capitão-de-Mar-e-Guerra (Doutor) Carlos Miguel Reis Silva de Oliveira e Lemos, Instituto de Estudos Superiores Militares

Capitão-de-Mar-e-Guerra (Doutor) Fernando Irineu de Souza, Escola de Guerra Naval, Brasil

Captain (Doutor) John P. Cann, Institute for Defense Analyses in Alexandria, USA

Coronel (Mestre) Paulo Alexandre da Cunha Nogueira Pelicano, Guarda Nacional Republicana

Coronel (Doutor) Nuno Correia Barrento de Lemos Pires, Academia Militar

Coronel Armando Carlos Marcos Correia de Barros, Instituto de Estudos Superiores Militares

Capitão-de-Fragata (Doutor) Federico Aznar Fernández-Montesinos, Centro Superior de Estudos de Defesa Nacional, Espanha

Tenente-Coronel (Mestre) Abílio Pires Lousada, Instituto de Estudos Superiores Militares

Tenente-Coronel (Mestre) Francisco Júlio Timóteo Thó Madeira Monteiro, Instituto de Estudos Superiores Militares

Tenente-Coronel (Doutor) Francisco Miguel Gouveia Pinto Proença Garcia, Instituto de Estudos Superiores Militares

Tenente-Coronel (Doutor) Luís Fernando Machado Barroso, Instituto de Estudos Superiores Militares

Tenente-Coronel (Doutor) Jaime Flammarion Santos Costa, Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Brasil

Tenente-Coronel (Mestre) Rui Manuel da Costa Ribeiro Vieira, Instituto de Estudos Superiores Militares

Tenente-Coronel (Mestre) Ana Rita Duarte Gomes Simões Baltazar, Instituto de Estudos Superiores Militares

Tenente-Coronel (Mestre) António Luís Beja Eugénio, Instituto de Estudos Superiores Militares

Tenente-Coronel (Doutor) João Paulo Nunes Vicente, Instituto de Estudos Superiores Militares

Tenente-Coronel (Doutor) Luiz Carlos Fumiaki Miwa, Universidade da Força Aérea, Brasil

Capitão-de-Fragata (Mestre) Jaime Carlos do Vale Ferreira da Silva, Instituto de Estudos Superiores Militares

Capitão-Tenente (Mestre) José João Sequeira Ramos Rodrigues Pedra, Instituto de Estudos Superiores Militares

Major (Mestre) Luís Carlos Falcão Escorrega, Instituto de Estudos Superiores Militares

Major (Mestre) Carlos Miguel de Amorim Inácio, Instituto de Estudos Superiores Militares

Major António Rodrigues Gomes, Instituto de Estudos Superiores Militares

Major Carlos Filipe Nunes Lobão Dias Afonso, Instituto de Estudos Superiores Militares

REVISORES CIENTÍFICOS

Vice-Almirante (Doutor) António Manuel Fernandes da Silva Ribeiro, Marinha Portuguesa

Major-General (Mestre) Manuel Fernando Rafael Martins, Academia da Força Aérea

Air Commodore (Doutor) Frans Osinga, Netherlands Defence Academy

Major-General Carlos Manuel Martins Branco, Exército Português

Major-General (Mestre) António Martins Pereira, IGE

Major-General (Doutor) João Vieira Borges, Academia Militar
Professor Doutor António Horta Fernandes, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas - UNL
Professor Doutor Carlos Henrique Aguiar Serra, Universidade Federal Fluminense, Brasil
Professor Doutor Derek Reveron, Naval War College, USA
Professor Doutor Kenneth Johnson, Air University, USA
Professor Doutor Luciano Bozzo, University of Florence
Professor Doutor Luís José Rodrigues Leitão Tomé, Universidade Autónoma de Lisboa
Professor Doutor Marcial A. G. Suarez, Universidade Federal Fluminense, Brasil
Professor Doutor Paulo Fernando Vieira de Carvalho Cardoso do Amaral, Universidade Católica de Lisboa
Professor Doutor Reginaldo Rodrigues de Almeida, Universidade Autónoma de Lisboa
Professor Doutor Ricardo Herrera, United States Army Command and General Staff College, USA
Professor Doutor Manuel António de Medeiros Ennes Ferreira, ISEG/UTL
Professor Doutor Ricardo Soares de Oliveira, Universidade de Oxford
Professor Doutor Hermínio Joaquim de Matos, Instituto Superior de Ciências Policiais e de Segurança Interna
Professor Doutor Eurico José Gomes Dias, Instituto Superior de Ciências Policiais e de Segurança Interna
Professora Doutora Maria Manuela M. S. Sarmento Coelho, Academia Militar
Professora Doutora Helena Carreiras, Instituto Universitário de Lisboa
Professora Doutora Maria Francisca Alves Ramos de Gil Saraiva, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas
Professora Doutora Ana Isabel Xavier, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – UNL
Professora Doutora Teresa Maria Ferreira Rodrigues, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – UNL
Professora Doutora Isabel Ferreira Nunes, Instituto de Defesa Nacional
Professora Doutora Maria Isabel Vieira Nicolau, ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa
Mestre Marisa Alexandra Santos Fernandes, Ciências Políticas e Relações Internacionais – ULisboa
Capitão-de-Mar-e-Guerra (Doutor) André Panno Beirão, Escola de Guerra Naval, Brasil
Capitão-de-Mar-e-Guerra (Doutor) Augusto António Alves Salgado, Escola Naval
Capitão-de-Mar-e-Guerra (Doutor) Francisco Eduardo Alves de Almeida, Escola de Guerra Naval, Brasil
Coronel (Doutor) Fernando Velôzo Gomes Pedrosa, Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Brasil
Coronel-Tirocinado (Mestre) Francisco Xavier Ferreira de Sousa, Exército Português
Coronel (Doutor) Nuno Correia Barrento de Lemos Pires, Academia Militar
Coronel Nuno Correia Neves, Instituto de Estudos Superiores Militares
Tenente-Coronel (Doutor) Luís Fernando Machado Barroso, Instituto de Estudos Superiores Militares
Tenente-Coronel (Doutor) António Palma Esteves Rosinha, Academia Militar
Tenente-Coronel (Doutor) João Paulo Nunes Vicente, Divisão de Planeamento do Estado-Maior da Força Aérea
Tenente-Coronel (Doutor) Eduardo Xavier Ferreira Migon, Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Brasil
Tenente-Coronel (Doutor) Paulo Fernando Viegas Nunes, Academia Militar
Tenente-Coronel (Doutor) Carlos Jorge Ramos Páscoa, Academia da Força Aérea
Tenente-Coronel (Doutor) Luís Manuel Brás Bernardino, Academia Militar
Tenente-Coronel (Doutor) Nuno Miguel Parreira da Silva, Instituto de Estudos Superiores Militares
Tenente-Coronel (Mestre) Abílio Pires Lousada, Instituto de Estudos Superiores Militares
Tenente-Coronel (Mestre) António Luís Beja Eugénio, Instituto de Estudos Superiores Militares
Tenente-Coronel (Mestre) Rui Manuel de Jesus Romão, Força Aérea Portuguesa

Tenente-Coronel (Mestre) Ana Rita Duarte Gomes Simões Baltazar, Instituto de Estudos Superiores Militares
Tenente-Coronel (Mestre) Rui Manuel da Costa Ribeiro Vieira, Instituto de Estudos Superiores Militares
Tenente-Coronel (Mestre) Francisco Júlio Timóteo Thó Monteiro, Instituto de Estudos Superiores Militares
Capitão-de-Fragata (Mestre) Jaime Carlos do Vale Ferreira da Silva, Instituto de Estudos Superiores Militares
Major (Doutor) Pedro Luís Raposo Ferreira da Silva, Exército Português
Major (Mestre) Mário José Machado Guedelha, Guarda Nacional Republicana
Major (Mestre) Luís Carlos Falcão Escorrega, Instituto de Estudos Superiores Militares
Major (Mestre) Carlos Miguel de Amorim Inácio, Instituto de Estudos Superiores Militares
Major Carlos Filipe Nunes Lobão Dias Afonso, Instituto de Estudos Superiores Militares

NOTA: Os artigos presentes na Revista de Ciências Militares são da responsabilidade dos seus autores, não reflectindo necessariamente os pontos de vista do Instituto de Estudos Superiores Militares.

INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES
REVISTA DE CIÊNCIAS MILITARES, VOL. II, N.º 2 (NOVEMBRO 2014)

Índice

Nota Editorial **9**
Diretor do Instituto de Estudos Superiores Militares

ARTIGOS CIENTÍFICOS: **11**

Dossiê Temático – Grande Guerra 1914-1918 **13**

The Mother of All Wars
Long Term Consequences of the Allied Mediterranean Strategy in the Great War **15**

A Mãe de Todas as Guerras
Consequências a Longo Prazo das Opções Estratégicas Aliadas no Teatro de Operações do Mediterrâneo na Primeira Guerra Mundial **37**
COR INF Nuno Correia Neves

A Doutrina e o Treino Militar na Primeira Republica: o Emprego de Forças Terrestres na Primeira Guerra Mundial **61**

The Doctrine and Military Training During the Portuguese First Republic: the Land Forces Employment in World War I **85**
MAJ INF Cláudio Luís da Silva Ferreira

O Perfil do Oficial do Serviço de Estado-Maior na Grande Guerra **109**

The Portuguese General Staff Service Officer's Profile During the Great War **133**
MAJ Fernando César de Oliveira Ribeiro

A Classificação dos Gases Químicos e a sua Implicação no Corpo Expedicionário Português **157**

Classification of Chemical Warfare Agents and Their Implications for the Portuguese Expeditionary Corps **189**
TCOR ENG Leonel José Mendes Martins

A Alemanha Ensanguentada de Aquilino Ribeiro: O Testemunho de um Autor Português Sobre o Desejo de Vingança Alemão Nascido de Versailles **221**

The Alemanha Ensanguentada of Aquilino Ribeiro: The Testimony of a Portuguese Author about the German Desire of Revenge Born of Versailles **243**
Mestre Marisa Alexandra Santos Fernandes

Extra Dossiê **265**

A Importância Estratégica do Espaço para a Segurança e Defesa **267**
TCOR ENGAER João Rui Ramos Nogueira

Securitização e Gestão do Risco – Uma Abordagem Conceptual **293**
MAJ ENGAER Carlos Alberto Lopes Ramos Batalha

A Liga das Nações: considerações sobre a participação brasileira, êxitos e óbices da predecessora da Organização das Nações Unidas **317**
MAJ (Brasil) (Doutor) Rafael Soares Pinheiro da Cunha
TEN CEL (Brasil) (Doutor) Eduardo Xavier Ferreira Glaser Migon
MAJ (Brasil) (Doutor) Carlos Alberto Moutinho Vaz

UCRÂNIA: Crónica de uma crise anunciada **337**
Mestre Carlos Santos Pereira

REFLEXÕES E ARTIGOS DE OPINIÃO: **361**

"A nova corrida a África" **363**
Dra. Andreia Roque Venâncio

"Conflitos Assimétricos" **375**
MAJ INF Vítor Manuel Lourenço Ortigão Borges

RECENSÕES E SUGESTÕES DE LEITURA: **387**

How to win on the Battlefield, 25 tactics of all times **389**
MAJ INF Ortigão Borges

In Pursuit of Military Excellence: The Evolution of Operational Theory **393**
MAJ INF Costa de Sousa

Moment of Battle The Twenty Clashes That Changed the World **401**
MAJ ENG Carvalho Mateus

The Evolution of Operational Art form Napoleon to the Present **409**
MAJ INF Larangeiro Neto

The new counterinsurgency Era: Transforming the U.S. Military for Modern Wars **417**
MAJ INF Ferreira Cavaleiro

NOTA EDITORIAL

As Ciências Militares e as suas áreas nucleares – Estudo das Crises e dos Conflitos Armados; Operações Militares; Comportamento Humano em Contexto Militar e Técnicas e Tecnologias Militares – abordadas em contextos históricos, da actualidade e de prospetiva, estão bem presentes nesta edição.

Numa associação à atual evocação do seu I Centenário, a temática da presente Revista focaliza-se na Grande Guerra 1914-1918, através de cinco artigos científicos bilingues, onde são analisadas as seguintes temáticas: o impacto de opções políticas e militares adotadas (artigos «The mother of all wars» e «A Alemanha ensanguentada»); capacidades desenvolvidas em termos de doutrina e treino («A Doutrina e o Treino Militar na Primeira República»), material (Os Gases Químicos e a sua implicação no Corpo Expedicionário Português) e liderança e educação («O Perfil do Oficial do Serviço de Estado-Maior na Grande Guerra»).

A ligação ao presente é materializada, extra dossiê, com o artigo sobre «A Liga das Nações» e a sua evolução para a «Organização das Nações Unidas», efetuada por três autores brasileiros.

A perspectiva sobre uma das crises atuais com maior impacto na Europa – a da Ucrânia –, bem como as relativas às temáticas da «Segurança Nacional no complexo de Segurança Europeia» e da «Estratégia do Espaço, na vertente da Segurança e Defesa», constituem valiosos contributos, tanto para o aprofundamento da sua compreensão na atualidade, como apoio à aplicação desse conhecimento em desenvolvimentos subsequentes.

Esta edição inclui, ainda, cinco recensões de obras literárias que acentuam estes elos das Ciências Militares entre o passado, o presente e o futuro.

Deste modo, o Instituto de Estudos Superiores Militares pretende dar continuidade ao propósito de incremento da difusão do conhecimento em áreas de particular interesse para a Segurança e Defesa, para o qual se convocam os nossos leitores e investigadores.

Votos de uma frutuosa leitura.

TGEN Rui Manuel Xavier Fernandes Matias

Diretor do IESM

ARTIGOS CIENTÍFICOS

CIENTIFIC PAPERS

Dossiê Temático

Grande Guerra 1914-1918

Por Ocasião da Evocação do I Centenário

Artigo recebido em outubro de 2014 e aceite para publicação em novembro de 2014

THE MOTHER OF ALL WARS

Long term consequences of the Allied Mediterranean strategy in the Great War

A MÃE DE TODAS AS GUERRAS

Consequências a longo prazo das opções estratégicas aliadas no Teatro de Operações do Mediterrâneo na Primeira Guerra Mundial

Nuno Correia Neves
Infantry Colonel
Chief of the Director's Staff
Institute for Higher Military Studies
Integrated Investigator for the CISDI
Lisbon, Portugal
neves.nc@iesm.pt

Abstract

This article presents an analysis of the long term implications of allied choices regarding the Mediterranean Theatre of Operations in World War One, from the political and military actions that confirmed Turkey's entry into the war to decisions regarding the conduct of military operations and the relations between the Allied powers and local actors, in order to analyses the negative implications of failing to balance immediate military needs and long term political goals. In order to do so the article presents a brief analytical summary, organized geographically, of the main operations and their long term effects in each region, leading to a global overview of the allied strategy and its role in establishing the bases of the historic narratives and political realities of Mediterranean actors, such as the nature of the Turkish state, the evolution of Middle Eastern nationalisms and Islamic fundamentalism.

Keywords: Mediterranean, Middle East, Arab Nationalism, Islamic Fundamentalism, Allied Strategy in World War I.

Como citar este artigo: Neves, N., 2014. The Mother of All Wars. *Revista de Ciências Militares*, novembro de 2014 II (2), pp. 15-36. Disponível em: http://www.iesm.pt/cisdi/index.php/publicacoes/revista-de-ciencias-militares/edicoes.

Resumo

Este artigo é uma análise às implicações a longo prazo das opções aliadas relativas ao Teatro de Operações do Mediterrâneo durante a Primeira Guerra Mundial, desde as ações políticas e militares que confirmaram a entrada da Turquia na Guerra às decisões relativas à conduta das operações militares e as relações entre as potências aliadas e os atores locais de forma a analisar as implicações negativas da ausência de ponderação entre as necessidades militares imediatas e os objetivos políticos a longo prazo. Para esse efeito o artigo apresenta uma breve descrição analítica, organizada numa base geográfica, das principais operações e dos seus efeitos a longo prazo nas respetivas regiões, conduzindo a uma apreciação global do contributo da estratégia aliada para estabelecer as bases das narrativas nacionais e natureza do estado Turco, da evolução dos nacionalismos do Médio Oriente e do fundamentalismo islâmico.

Palavras-chave: Mediterrâneo, Médio Oriente, Nacionalismo árabe, Fundamentalismo Islâmico, Estratégia Aliada na Primeira Guerra Mundial.

Introduction

The German naval build up is usually included among the causes of the Great War. Of all the hundreds of warships of the mighty High Seas Fleet, built with loving care in accordance with Tirpitz design, the Kaiser's ego, and the German taxpayer's money, two were to have a huge impact in leading two nations towards the option of entering the war, at least through the realm of public opinion. One, the U-20 submarine, did it with the discreet killing efficiency of a maritime predator. Sinking the Lusitania, it gave momentum to the, from then inexorable, movement of the United States towards war, and ultimately, superpower status. The other, the Battle Cruiser SMS Goeben, did it with rather more style and panache, as benefited its capital ship status. In one of the most remarkable cruises in modern naval history, the superbly commanded dreadnought[1] raced and bluffed its way into Constantinople and changed the world[2].

We can, and for obvious reasons this year we will, discuss endlessly whether the Great War was inevitable or not and never reach a conclusive consensus. A clearer case can be made, however, that the war's expansion to the Mediterranean and subsequent evolution in that theater was less a product of history's invisible guiding hands, and more the consequence of, mostly bad, allied decisions and, mostly opportune, German ones. And the consequences of those decisions are still haunting us today, and seem to be celebrating the centennial by particularly loud manifestations.

To understand how those decisions influenced the conduct of the war, and their long tern effects, we must first revisit the process that lead to the Ottoman Empire entry into the war,

[1] HMS Dreadnought was the first modern battleship with a single caliber main battery. Older ships with mixed caliber main armament become obsolete and were termed Pre dreadnoughts.

[2] The expression was popularized by naval historian Dan Van der Vat in his book: "The ship that changed the world".

then to the development of allied strategy and the operations on the main fronts, to be able to, finally, understand the long term consequences of options made under the pressure of immediate military necessity without regard for long term political goals in order to ascertain whether, within the conditions of the time, better options could have been considered that would present a more balanced perspective and if lessons can be inferred regarding the integration of political objectives into military strategic and operational planning.

The Strategic Battle Cruiser and the expansion of the war

The Great War could have started over Mediterranean issues. France and Germany nearly went to war over Morocco, twice, first in 1905 and then in 1911[3]. That they didn't is relevant. Germany exploited Mediterranean issues as pressure points but had no real vital interests there. Austria-Hungary was a more interested party, and its navy was expanding rapidly[4], but would rather avoid fighting a two front war if possible, Serbia being perceived as a greater threat. Italy, formally a member of the central powers, was on its way to choosing neutrality. The Ottoman Empire, despite the aggressive posturing of the new government, particularly the influential War Minister Enver Pasha, wasn't ready for war, and having endured rather unsuccessful conflicts recently, badly needed time to strengthen its forces and modernize its institutions.

But once hostilities started it was of great interest for Germany to bring the Ottoman Empire into the war. Having failed in its efforts to avoid fighting a war in two fronts, basic military logic dictated that its enemies ability to assist one another should be impaired as much as possible. Russia was a major supplier of grain for the allies, and a major recipient of both materials and weapons critical for its war effort.

There were other, longer term considerations at play, but for Germany, having entered war at a material disadvantage against a stronger coalition, winning the war was all that mattered. Anticipating this possibility, and conforming with the Kaiser's general sympathy towards Islam, the German Empire had, therefore, been working intensely and intelligently to make an ally out of the Ottomans, using the classical tools of generous financial loans, military cooperation, done in a modern practical fashion with German advisers getting deeply involved on the modernization of the Ottoman Army[5], and arms sales.

The Allies, on the other hand, had nothing to gain from a hostile Ottoman Empire. The straits were the shortest, easiest way to communicate with Russia (90% of Russian grain exports passed through the straits, as well as half her total exports) (Haythornthwaite, P., 1991), and keeping them open to allied ships would be of immediate military interest. And the political consequences of engaging would be vast. This was, after all, a war to reshape the world political realities, seen from the start as "the war to end all wars". The decline

[3] The 1911 crisis was arguably the last moment at which the Central Powers could have started war with a reasonable chance of winning. Relative strength in the next three years, both politically and military, was evolving towards a greater entente advantage.

[4] While the Anglo German naval race gets most of the attention, there were a number of naval races going on up to 1914, and some up to the Washington Naval Treaty. The Austro/Italian is one of the most interesting.

[5] Paving the way for a very active and "hands on" involvement on operational activities once war started.

of the Ottoman Empire was arguably the most complex and dangerous foreign affairs problem of the age. A war against the empire was bound to accelerate the process and force the winners to resolve the problem of transforming it into something else, while fighting a world war at the same time. It was a foreign policy nightmare come true, and one that should scare any statesman.



Figure 1: The decline of the Ottoman Empire in the XIX and early XX centuries

Source: (http://www.clas.ufl.edu/users/oren/INR4204Middleeast.html).

The statesman in charge of the naval aspects of the situation, however, was not one to scare easily and his penchant for swift and bold action was to bring considerable problems in two World Wars. Winston Churchill had become First Lord of the Admiralty[6] in October 1911 and as war approached decided to reinforce the Royal Navy by taking over foreign battleships being completed or on trials in Britain. One, the Chilean Battleship Almirante Latorre, caused little political problems, being bought under favorable terms and without alienating the Chilean government[7]. The decision to seize two recently completed battleships about to be delivered to the Ottoman Navy[8] was another matter.

[6] Essentially Minister of the Navy.

[7] The ship was bought back by Chile after the war and went on to become the most powerful warship in South America for decades.

[8] The Ottomans cooperated with Germany in modernizing their Army but with Britain with modernizing their navy, a common option for other nations, such as Japan. When this cooperation was cut off by the British action, the best channel for influencing the Ottomans, through their ministry of the navy, was lost.

The ships were the Reshadieh, a Super Dreadnought (in Royal Navy terminology) designed privately for the Ottoman navy along similar lines to the Latorre, but with ten 13.5" guns as in contemporary British ships (Sturton, I., 1996). The other was the Sultan Osman I, a rather unusual design, with no less than seven twin 12" turrets, that had been ordered by the Brazilian navy, and then, when the Brazilians realized they couldn't afford it, been offered for sale and bought by the Ottomans, by the then considerable sum of 2.750.000 Pounds Sterling (Sturton, I., 1996). The purchase had been a response to the new battleships being built for the Russian Black Sea Fleet, and had been paid partly with funds raised by a public subscription. To make matters worse, the ships trials had been delayed on Churchill orders, there were already Turkish crews on board that had to be evicted; the terms under which the ships were seized were less generous than the terms offered to Chile. In other words, Churchill had treated Turkey as a "de facto" belligerent nation, at a time when the Turks were still hesitating on whether or not to join the central powers. Interestingly the Sultan Osman I was renamed the HMS Agincourt[9], as if, after alienating the Turks, Churchill was bent on irritating the French.

With public opinion in Constantinople now inflamed, and the Ottoman Navy now clearly incapable of providing any deterrence against the Russians on the black sea in the foreseeable future, Germany was about to seize the opportunity with a sensational public relations coup. The Imperial German Navy had maintained a naval presence in the Mediterranean with the Battle Cruiser Goeben and the Light Cruiser Breslau. Initially tasked with intercepting French naval movements from North Africa to Europe, the ships were ordered to sail to Constantinople. Isolated as they were, they still posed a relevant threat, and to deal with it Churchill issued a needlessly complicated and elaborated order (in the days of primitive radio devices and manual codes) that while allowing for the need to intercept them, also gave priority to escorting the French troop transports and ordered Royal Navy ships not to "*be brought to actions against a superior force*" (Van der Vat, D., 2010).

The Goeben and Breslau managed to reach Constantinople at the end of an epic journey that saw them coal up from a German liner and in Sicily[10], avoid the French fleet (twice), win a race with two British Battle Cruisers and face off a force of four British Armored Cruisers under admiral Troubridge who, under advice from his gunnery expert Captain Ray, regarded the isolated Battle Cruiser as a "superior force" and avoided action, a decision that lead to a court martial. (Van der Vat, D., 2010) The charges were quietly dropped after British Battle Cruisers easily destroyed the similar Armored Cruisers of Admiral von Spee in the Falklands.

The Goeben was already a popular ship in Constantinople, three of its sailors having died while volunteering to assist fighting a major fire in the city earlier in May (Van der Vat, D., 2010) and when it entered the port and was transferred to the Ottoman navy as a gift from Germany, the public opinion impact was vast.

[9] Why someone would, at the start of a war were France was the main ally, name a warship after one of the most humiliating defeats the English had inflicted on the French is hard to understand. The French, fortunately, were too busy with war to complain.

[10] German warships were designed for operations on the North Sea and had small bunkers and therefore limited range. The Goeben had a full load capacity of 3100t of coal while the smaller RN Indefatigable carried 3300t of coal and critically 870t of oil. The larger Lion carried 3500t of coal and 1135t of oil for a 40% greater range than her German equivalents. Oil was also more efficient and much easier to refuel. (Conway's all the world battleships).

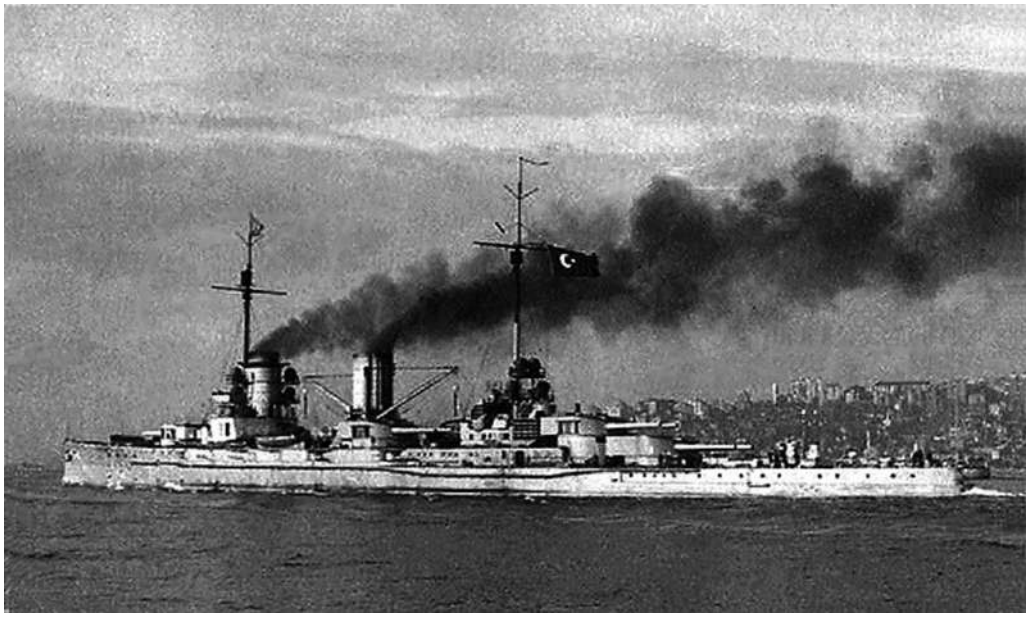


Figure 2: The Goeben flying Turkish colours as the Yavuz Sultan Selim. If the Kaiser had a Churchilian gift for words, he could have said that *"Never, in the history of naval warfare, have so few changed the fate of so many"*

Source: (image www.cityofart.net).

The Goeben, still German crewed but flying a Ottoman flag, promptly shelled Russian facilities in Novorossiysk, Odessa and Sevastopol, forcing a Russian declaration of war. Turkey was soon in the war and the straits closed. On the short term communications with Russia were seriously hampered[11] and the allies had to deal with an additional front. On the long run it is relevant that the Turks could legitimately claim to have been forced into war by allied actions that had left them no choice. Churchill's decision was not the only, and probably not the decisive factor in bringing the empire to war, but it was a relevant episode that would be deeply engraved on the country's collective narrative.

The Strategic Debate

An argument can be made, and it is the author's opinion, that the last moment in WW1 when the allies were in serious risk of losing the war was at the first battle of Ypres in October and November 1914. Having replaced the younger Moltke as the German Chief of the General Staff, General Erich von Falkenhayn tried to break through the allied lines in the Ypres region to envelop the allied left in a plan not very different than what was to be realized, in a larger

[11] In World War II this was not a factor thanks to northern convoys and the Iran route. In World War I northern convoys were employed, but of very limited capacity due to both shipping and port facilities limitations and German action through mines and submarines. Land transport through Russia's vastness was also extremely limited.

geographical scale, by the German army in 1940[12]. When that failed, and the western front became stable, there was no possible German war winning strategy. They were to try three great strategic concepts. Breaking the morale of the French Army (another von Falkenhayn concept); isolating Britain through unrestricted submarine warfare and beating Russia (and it's eastern allies) to allow a concentration of forces capable of beating the western allies. None of the three ever came realistically close to bringing about a total victory.

The case was different for the allies, who had superior resources, particularly with Germany being slowly strangled by blockade, and had consequently to consider their strategic options within the context of how, when, and at what cost victory was to be gained. In France and Britain, the debate between those who supported a fully concentrated effort in the western front and those who favored a greater effort on the Mediterranean, usually referred as the westerners vs easterners debate, is often reduced to a critique of Loyd George's proposal to "bring down Germany by bringing down the props" an expression he used on a memorandum on the conduct of the war (Philipott, W., 2014, p. 73) and the easterners are usually regarded as unrealistic while the westerners are presented as pragmatic realists.

While generally correct as far as Loyd George argument is concerned, this point of view conveniently forgets the fact that, if it is true that it was mostly Germany that was "propping" its allies and not the other way around, that happened because those allies were fully committed on the eastern front. The huge cost the Central powers paid for their victories in the East, and its relevance in the whole war, is often minimized. In 1915 Germany suffered 612.000 casualties on all fronts, while Austro-Hungary, that wasn't engaged on the western front suffered 2.100.000 casualties (Philpott, W., 2014, p. 214) The main difference between, for example, the circumstances of Brusilov's June 1916 offensive and those of the Red Army 1944 "Bragation" offensive is that the Soviet Union had both a powerful industrial base and massive lend lease, while the Russian Empire had neither. Bragation's operational success was a prelude to a series of devastating offensives and a major step to victory, while when the Russians attempted to follow Brusilov's initial operational success[13] with additional large scale offensives they failed through lack of sustainable logistical momentum.

The alternative way to a quicker victory, as opposed to attritional warfare in France was, to reverse Loyd George's expression, through propping up Russia. The British and the French were, however, seeing the war as primarily a war with Germany (more understandably so in the case of France, that was fighting in her own soil) and viewed other opponents essentially in terms of their role as German allies rather than as independent players. For them it was more a case of *Germany only* than *Germany first* and this incomplete perspective would distort strategic analysis during the war and still distorts historical analysis today. The German General Staff was to follow the opposite route, and once the perspective of a decisive victory in the west was gone, they concentrated on defeating their weaker opponents one by

[12] Erich von Falkenhain plan was to break through between Arras and Ypres, and swing northwest towards Dunkirk and Calais, cutting off the allied left flank and the communications of the BEF. Plan Yellow did just that, but with the starting line further back.

[13] In the first week of the offensive the Russians made 192000 POW and wiped out the Austrian 7th Army. From then on further offensives were doomed for lack of proper support.

one in large scale, well supported offensives. First they defeated Serbia, then Romania, and finally Russia.

An allied analogue for the German Grand Strategy would have been to concentrate enough force on each of the weaker adversaries in succession. Turkey in 1915, Bulgaria in 1916, Austro Hungary in 1917. Having chosen an attrition based strategy (Philipott, W., 2014, pp. 143 to 163) they created a situation where Germany eventually collapsed through exhaustion of resources, the lack of spectacular allied military victories leaving space for the "Stab in the back" myth to grow.

The Straits

Having a total naval superiority in the area, the allies now had to develop a strategy for the unplanned war in the Mediterranean that would eventually expand to four main fronts.

1. The Dardanelles
2. The Middle East (Egypt, the Sinai and Mesopotamia)
3. The Balkans and Greece
4. Italy

In the first two the opponent was the Ottoman Empire, and the obvious allied priority was to reopen the Straits to their shipping (There were 129 allied or neutral merchant vessels totaling 350.000 ton locked up in the Black Sea (Van der Vat, D., 2010, p. 84) That was far from an easy problem, as a simple look at a map will show us:



Figure 3: The Straits. The allied fleet expected to force Turkey to capitulate by shelling Constantinople (modern day Istanbul). An opposed forcing of the Bosphorus would have been an interesting preposition

Source:(http://hrsbstaff.ednet.ns.ca/macquekl/History%20Web%20Page/History/major_battlesww1.htm).

In this article we will discuss three possible solutions to the problem:

With hindsight, and considering all possible options the most complete would be to defeat the Ottomans decisively. This could be accomplished by concerted offensives against them from Russia (within logistical limits), and on the Middle East from Egypt through Syria combined, possibly, with another offensive through Iraq and landings on the Dardanelles area. Such an effort would require a lot of troops, that nobody was willing to commit, and consequently this "Turkey first" approach was not considered as an option at the time. When troops become available for deployment in the Mediterranean most of those were committed to the Salonika front, a most unpromising venture that by 1917 absorbed no less than 24 divisions. At the time there were attempts to "outsource" an offensive against the Ottoman Empire to the various European small powers that bordered the it, but local politics were far too complicated for that. It was to be Turkey that went on the offensive, both against Russia and in Palestine, in two failed operations, in the case of the attack against Russia disastrously so, the Turkish defeat leading to an Armenian uprising that was to have tragic consequences.

The second possibility was to seize the straits by means of a combined operation using a substantial landing force with strong naval support. At the beginning of 1915, with the Gallipoli Peninsula defended by a single Turkish division and most of the best Ottoman forces tied in up the Caucasus, it could have been done with a reasonable chance of success. This was proposed as early as November 1914 at the first War Council meeting in Britain and was to be repeatedly suggested by Admiral Fisher, than First Sea Lord of Great Britain[14]. The council however, mostly due to Lord Kitchener, then secretary for war, influence, refused to assign any troops for the operation, an option that was also adopted by the French, with Joffre's view that the war could be won by massed offensives in France prevailing. (Fisher simultaneous proposals for landings in the Baltic didn't help much his credibility in the council regarding amphibian operations).

This left the final option of attempting to force the straits using only a naval force. This was authorized mostly by Churchill's insistence. He had already, on 3rd November, ordered a limited attack by two Battle Cruisers supported by two French Pre dreadnought Battleships, three days before Britain had actually declared war on the Ottoman Empire and primarily as a retaliation to Goeben shelling of Russian ports. When Fisher heard of the decision to launch a purely naval operation he threatened to resign, commenting that he "abominated the idea unless it became a combined operation, preferably with 200 000 troops". Regardless, at the 28th January 1915 war council, at which Fisher was not present, Churchill prevailed, and a purely naval operation was authorized (Van der Vat, D., 2010, p. 87) The general concept was that if the fleet managed to reach the Sea of Marmara and shell Constantinople the Turks would surrender, in what must be the largest manifestation of "Gun Boat Policy" ever. By then, alerted by the premature November attack, the Turks had reinforced the defenses with German assistance, and mined the straits extensively.

[14] Military commander of the Royal Navy.



Figures 4: Main Dardanelles defenses, with the location of the minefields

Source: (from Wikipedia images).

The naval operation that began on 19th February was a predictable failure. The strength of the defense lay not in the big fixed guns, but on the minefields being covered by mobile light guns that prevented proper minesweeping operations. This meant that success could only be archived by a combined operation, in which the land forces would have to push ahead of the minesweeping operation to clear the mobile defenses, and as experience was about to demonstrate, measures would have to be taken to prevent submarine attacks on the supporting fleet.

Despite the firepower of a large force of 12 mostly old Battleships (apart from the brand new Fast Battleship Queen Elizabeth and the Battle Cruiser Inflexible all the others were Pre dreadnoughts) and the novel advantage of using the seaplanes from the Seaplane Carrier

Ark Royal as spotter planes[15] the fleet never went very far into straits, let alone approach its objective of shelling Constantinople. The force had been planned by Fisher's staff primarily to provide fire support for a combined attack, and its minesweeping capabilities were not up to the task[16]. The decisive action was fought on March 18 inside the Dardanelles Straits, when, in a single day, mostly as a result of a recently laid minefield, three battleships, the Bouvet, Ocean and Irresistible were lost, two others heavily damaged, and the Inflexible was damaged, against the confirmed loss of only two coastal guns. The extreme vulnerability of these old battleships to underwater damage, mines in particular, was well known since the Russo-Japanese war of 1904/5 and was, again, amply demonstrated with large human losses .In a marked contrast, Bouvet sunk in two minutes after hitting a mine with the loss of 660 men, almost all of her crew, while the more modern Inflexible was able to reach Malta for repairs after hitting another mine. Later, during the combined phase of the operation, three more old battleships were sunk, the Majestic and Triumph by the German submarine U21 and the Goliath by a Turkish Torpedo Boat (Haythornthwaite, P., 1991). The Allied fleet lost as many Battleships, of similar type, in this campaign as those of the Imperial Russian Navy that were sunk at the Battle of Tsushima. The scale of WW1 is demonstrated when one realizes that the same losses that made Tsushima one of the great naval battles of all time were regarded as a side show in the Great War.

To make matters worse the defenders had been reinforced and there were now three Turkish divisions on the Peninsula. When the decision to land forces was finally taken in March 22, it was a classic case of too little, too late. Poorly lead at the start and always with insufficient troops despite being progressively reinforced (these reinforcements being matched by the defenders); the land campaign promptly reached an impasse. Despite all the efforts of the troops, the allied force was incapable of breaking through decisively and any Turkish counter attack was doomed from the fact that any force that exposed itself to the direct line of fire of the allied battleships was obliterated[17]. The campaign caused heavy losses on both sides and ended with an evacuation at the end of 1915[18]. The straits were to remain closed for the rest of the war.

Churchill and Ludendorff were later to agree that Turkey's closure of the Dardanelles had lengthened the war by two years, crippling the Russian war effort and preventing the full effects on Germany of a two front war (Van der Vat, D., 2010, p. 182) an observation that must be weighed against their shared tendency to exaggerate when it suited them. In 1915, both Churchill and Fisher[19] were to lose their jobs over this campaign, despite the fact that Fisher's original plan for a large scale surprise combined attack was sound at the time it was proposed.

---

[15] The use of naval aviation was a major innovation of the campaign. Later the British Navy was to deploy torpedo bombers from their Seaplane carriers, sinking Turkish Ships.

[16] The Battleships were more or less immune to the lighter mobile guns that proved virtually impossible to silence. The Minesweepers on the other hand were vulnerable to everything and never had a fair chance of clearing the minefields.

[17] A lesson the Germans were to forget in 1943 in Anzio and again in 1944 in Normandy.

[18] 252.000 allied dead, missing, POW or sick. The Turks had at least 66000 KIA.

[19] Fisher's obsession with Baltic operations, and in particular the order of three Light Battle Cruisers optimized for the Baltic and promptly named Fisher's Follies was also a factor.

Operations in Iraq

The Dardanelles was not the only major operation that went seriously wrong for the Allies in the initial fight against the Ottomans. In Mesopotamia the first British concern was securing the Anglo-Persian oil companies facilities in Abadan (some things never change, oil being one of them). After that an attempt to secure Iraq was initiated, using too small forces along predictable lines of advance. As was to happen in the Second World War, most of the forces came from the Indian Army. The main force, with two Infantry Divisions and a Cavalry Brigade advanced along the Euphrates, being blocked by strong Turkish resistance. A second, smaller force of one reinforced Indian Army Division under Major-General Charles Townshend progressed along the Tigris only to be besieged at Kut after failing to seize Bagdad in November 1915. After failed relief attempts and the world's first attempted air supply of a besieged force, the surviving 13.000 British soldiers (out of 31.000 men force) surrendered to the Turks. They were to be given appalling treatment, 4.000 men dying on the forced march to Anatolia alone. (Hickey, M., 2008).

In late 1916 the British employed what we would now call the "Colin Powell Doctrine" and a much stronger force under General Maude overwhelmed the Turks with a four to one numerical advantage and superior firepower, seizing Bagdad in March 1917. This victory came too late. The blow to British prestige from the defeat at Kut had been serious. The fall of Singapore is often cited as having dealt a major blow to British prestige, and colonial aspirations, in Asia, but Kut was just as damaging in Iraq, and the country was to be, after the war, the most troublesome of the areas placed under British control. It was also to be the place where the Royal Force was to develop the use of tactical aircraft as counter insurgency weapons[20].[21] (It was also a lot cheaper. Resorting to the Royal Air Force as the primary force not only reduced the possibility of British casualties, it also reduced the annual cost of counter insurgency operations in Iraq from 30 to only 8 million pounds)[22]. So in a few years from 1914 to the early 20s we have the British invading Iraq due to a concern over oil, problems resulting from the use of a much too small force, and an insurrection being controlled with air attacks. Santayana's famous aphorism "*Those who cannot remember the past are condemned to repeat it*"[23] seems to be particularly strong in Iraq.

Palestine and the long road to victory

The primary front for conventional operations against Turkey was to be Palestine. Here the objectives were clearly defined. The Ottomans could threaten the Suez Canal and the Allies could invade through Palestine and Syria.

[20] The DH9A, built in WW1 as a light bomber, was to gain an excellent reputation as a colonial aircraft. The RAF knew the area the operations well from wartime missions in support of the same Arab fighters they were now bombing.

[21] The first RAF counter insurgency was in Somalia, but in a much smaller scale.

[22] http://portal-militaergeschichte.de/boehm_royalairforce.

[23] http://en.wikipedia.org/wiki/George_Santayana.



Figure 5: RAF DH9As search for insurgents in Iraq in the early 20s, the more things change…

Source: (Image from http://www.britmodeller.com).

The Ottomans went into the offensive first. In a move that anticipated the British support for the Arab Revolt, they encouraged the Sennussi people of Libya to start an insurrection against the British in Egypt, with German assistance in the form of some shipments of weapons and the advice of a German officer who had converted to Islam under the name Jafar Pasha. This was to have little success and an attempted Senussi "invasion" of Egypt was decisively beaten by the British in February 1916 at Aqqaquia. Meanwhile the Turks had mounted an offensive across the Sinai, overcoming considerable logistic difficulties and making an attempt to cross the Suez Canal in February 1915. With the benefit of aerial reconnaissance the British were ready, and the overextended attackers were repulsed. The British took the threat seriously enough to deploy substantial forces that were to reach a peak of 13 divisions (Hickey, M., 2008), commanded by general Maxwell before being scaled down to support other areas.

In 1916 the British, now under General Murray, initiated a general advance into Palestine. Without sufficient forces, and facing difficult logistic problems, progress was slow despite the increasing support from the actions of the Arab Revolt. This was to change when Murray's successor, the rather more forceful General Allenby, demanded, and got, the substantial reinforcements that he needed to gain the initiative. From then on the British offensive gained

momentum, despite progressively greater German support for the defenders, and was to culminate in one of the great allied victories of the war at Megiddo, perfectly integrating Arab guerrilla operations into the global operational plan.

"The largest German prisoners of war camp" The Salonika Campaign

Lack of troops is clearly a recurrent theme in allied operations against the Ottomans, and if until early 1915 a valid argument could be made that nearly all British and French forces were needed in France, the allies were to greatly compound their manpower issues by their progressive commitment to the Salonika campaign.

When Bulgaria entered the war on the Central Powers side in September 1915, Serbia was doomed and Greece was now threatened. Taking advantage of a division in Greek politics between a pro allied government and a pro Central Powers Crown, the allies sent a force of five (four French and one British) divisions to Salonika to pressure the Greeks and support the Serbs by threatening an advance into Bulgaria. By October a joint German, Austrian and Bulgarian attack thoroughly beat the Serbs, and the last remains of the Serbian Army (some 125.000 Men) were evacuated from Albania. Now, with shortage of forces elsewhere, uncooperative Greeks, and the terrain favoring the Bulgarians, the sensible thing would have been to evacuate[24], form a Serbian Army in exile[25] and use that, and the freed five divisions, elsewhere. But the allies decided instead to reinforce and build a fortified camp around Salonika, promptly nicknamed the birdcage by the troops there. Often described as the largest German prisoners of war camp, this was to be progressively reinforced to the point that in September 1918 there were 550.000 allied soldiers there. This allowed launching of a major and ultimately successful multinational offensive[26] that, after three years of failed attempts of breaking out of the "birdcage" allowed some to justify the whole enterprise.

What must be remembered is that, like the Austrians facing the final and victorious Italian offensive of Vittorio Veneto, their Bulgarian opponents, who had given a major contribution to the Central powers efforts, knew by then the war was lost, having been won elsewhere.

Military impasse in the Alps

Despite having a prewar treaty with the Central Powers, and having declared neutrality, quite wisely, in 1914, Italy was tempted by intense allied pressure (and promises) to join the war on the allied side in May 1915. Despite their best efforts, Italy was not, however, in a position to make a significant contribution. The terrain favored the defensive enormously. There was a roughly 650 km front, of which only about 50km in the Isonzo sector were not too mountainous for conventional large scale offensives. Both sides had fortified positions

[24] In WW2, again in Greece, the British diverted troops that were on the verge of a major victory after operation Compass to Greece. At least then they had the sense to evacuate.

[25] The Polish Army of WW2 comes to mind.

[26] French, British, Serb, Albanian and Greek.

extensively and conducted large scale peace time exercises that prepared them well for defensive operations there. The Italians were to launch repeated offensives on the Isonzo sector, with heavy casualties, and without success.

While naval operations were mostly conducted with submarines, mines and small craft the Italians were to innovate with daring operations involving combat divers and manned torpedoes, sinking the battleship Viribus Unitis in an action that would inspire the exploits of X Flotilla MAS combat divers in World War Two.

All along the war the Austro-Hungarians were able to hold the front with significantly smaller forces, and in May 1916 in a surprise attack, that used innovative artillery tactics that predated the often mentioned German innovations of 1917/8, they struck across the mountainous terrain of Trentino and secured an offensive victory over the Italians.[27] By 1917 the Italian high command was asking for allied reinforcements, and in October after eleven failed Italian attacks on the Isonzo, a joint German and Austrian attack in the same region[28] inflicted a major defeat on the Italians making 265.000 prisoners, and forced the allies to send forces to the Italian front to help stabilize the situation. The Italians eventually recovered, replacing General Cadorna with the more capable Diaz and, after a defensive success against the final Austrian offensive on the Piave front, went on to claim a final victory in October 1918 against a collapsing Austro-Hungarian army, but the allies had reasons to feel they owed Italy little, and were to act accordingly when peace came[29]. The Italians, who had suffered 600.000 dead in the war (Hickey, M., 2008), felt cheated, with vast political consequences.

One aspect of the Italian Army recovery was the growing presence of Arditi units. Having a role similar to the famous German storm troopers, the Arditi represented an effort by the Italian Army of reinventing itself and these highly trained and motivated soldiers were to provide the core of the Fascist militias in the 20s, much like the Storm Troopers were, first through the Freykorps and later through the veterans associations, to play a large role in German post war politics. Unlike their German counterparts, however, the purely military legacy of the Arditi was to be lost by the Italian Army leadership in the thirties, who failed to capitalize on their lessons in terms of the need for a rigorous training program and initiative at small unit level.

The Arab Revolt

By 1916 the allies were ready to try a more unconventional approach in the Middle East. The British had been following signs of unrest within the Ottoman controlled Arab regions. This ranged from the Ahad society in Iraq (based on Iraqi officers within the Ottoman forces), the al-Fatad society in Syria (mostly urban middle and upper class) to more tribally based movements such as the Hashemite clan in Hejaz (Arabia) or religious based, such as the fanatical Wahabi sect lead by ibn Saud. Before the war the Hashemite leader, Sharif Hussein ibn Ali, who as the leader of the Holy city of Mecca and claiming direct descent from the

[27] The Brusilov offensive forced them to halt their offensive in Italy.

[28] Usually known as the battle of Caporetto it was the 12th battle of the Isonzo.

[29] The Allies found out in 1943/5 just how difficult offensives in Italy were.

prophet had great aspirations, had sent his son, the Emir ibn Hussein to Cairo to approach Kitchener on the possibility of British support for an Arab rebellion (Murphy, D., 2008). As the leading expert in non-conventional warfare of the age[30], Lord Kitchener of Khartoum registered the idea for future use, and through the difficult times of 1915 discreet channels of communication were kept open with the Arab leaders through Red Sea ports. When in June 1916 the Hashemite's, become aware that the Ottomans were planning to have them replaced by the rival, and more malleable, Zaid clan, they launched a rebellion, and the allies, seeing a military opportunity, seized it.

Both the British and the French were fortunate in having at their service a number of exceptionally talented officers who served as advisers to the Arab rebel forces. The one we all know of is the then Lieutenant Thomas Edward Lawrence, who wrote the definitive book on the rebellion, and went on to inspire a much admired film. But there were lots of others, like, on the British side, Colonels Cyril Wilson, Pierce C. Joyce and Francis Newcomb and the "explosives expert" Lieutenant H. Garland, and on the French side experts on colonial warfare like Colonel Brémond, muslin officers like Colonel Cadi and Captain Raho and Captain Pisani who lead the engineers during the anti-railway campaign (Murphy, D., 2008).

Despite the romantic image that endures, the Arab revolt was successful because the natural qualities of the Arab warriors, mobility, endurance and aggressiveness were complemented by the use of modern weapons, such as new and specially developed explosive devices[31], and communications, and supported by armored cars as well as dedicated, and well-coordinated, air support. The most recent parallel would be the actions of local forces, assisted by North American Special Forces teams, and benefiting from air support, in the overthrowing of the Taliban in Afghanistan.

The revolt evolved in four main stages. The first was to gain control over a number of ports in the Red Sea Cost. Feisal's rebel Army, advised by Lawrence and supported by the Royal Navy, completed this phase with the capture of Wejh in January 1917. From this coastal sanctuary Lawrence launched a campaign to interdict the Hejaz Railway, first by blowing up tracks of the line, then by blowing up locomotives using contact mines. Lead by Raho north of Medina, this effort isolated the Turkish forces in Medina and from July was integrated with Royal Flying Corps attacks that delayed repairs.

The next stage was the expansion of the revolt to the Sinai after the daring desert march to seize Aqaba, the coastal town being turned into a base for in depth raids against Turkish communications lines and rear areas, using armored cars and supported by the RFC. The final phase was to take place in Palestine and Syria, and to consist of larger scale operations in support of Allenby's offensive.

The Arabs were to secure some spectacular successes, and did a lot of damage to the Ottoman war effort, in particular by their actions against rail communications. Towards the end of the campaign their actions were brilliantly integrated into Allenby planning in an early

[30] Those who claim that nobody wins guerrilla wars should remember Kitchener won one in Sudan and another in South Africa.

[31] Such as the Garland invented "tulip mine" to damage railway tracks and contact mines to destroy locomotives.

form of in depth operations. But they fought for an independence in terms that the British and French governments never intended to allow them, having decided in February 1916 on a partition of the Ottoman Empire among themselves in the Sykes-Picot agreement.

At the end of the campaign the allies could regard the revolt as a military success, but for the rebels it was to be a political defeat. All across the Middle East the Arabs had taken up arms on behalf of a diversity of political, ethnic and religious causes. A century later, they haven't put them down yet.

Conclusions: The Roadmap to Hell

The present brief analysis of allied strategic and operational planning seems to indicate that in the Great War the allies lacked a comprehensive "Grand Strategy" for the Mediterranean with clearly prioritized and well defined objectives, and that consequently they made a lot of bad choices. Some had limited, both in the war and the region's future, consequences. Others were more serious, both in regard to the conduct of the war as a whole, and to the shaping of post war realities. These allied errors can be attributed to two main causes:

The first was their misinformed and biased evaluation of Turkey. Having referred to the Ottoman Empire as the sick man of Europe for so long, the Allies came more prepared to conduct an autopsy than to fight a duel. A consequence of this was that at the Dardanelles (both in the first, purely naval, and then in the second, combined, attack), and more disastrously, even if less famously, in Iraq in 1915/6, undervaluation of Turkish resistance led to Ottoman victories. Unlike the massive efforts in the Western Front, allied operations in the Mediterranean usually were launched with a small force that failed and lost the benefit of surprise, and that was incrementally reinforced, usually giving the enemy ample time to react. This failed to exploit the fact that while In Europe Allied naval superiority was counterbalance by excellent interior (rail) lines of communication. In the Mediterranean the much more limited railway network meant the allies had a significant mobility advantage. When proper force was applied, by Allenby in 1918 in Palestine and earlier by Maude in Iraq in 1917, the Ottomans collapsed. This misjudgment prevented an earlier victory over Turkey, and weakened Russia significantly. It can also be found in the Salonika campaign, where a complete undervaluation of Bulgarian resilience and the intricacies of Greek politics lead to an incrementally vast dispersal of resources.

These failed allied operations, coming on top of a misguided international policy that had made Germany's courting of Constantinople quite easier, were to provide Turkey, once the war was over, with a founding national narrative. It can be said that the Ottoman Empire was one of the losers in the Great War, but Turkey was one of the winners. When the war was over the Turks were the only ones that managed to avoid being dictated peace terms, refusing the Treaty of Sevres that was meant to be their Treaty of Versailles. Lead by the hero of the Dardanelles, General Mustafa Kemal, they fought the Turkish War of Independence until they were able to impose their own terms in the 1923 Treaty of Lausanne. The new

Republic never saw itself as having been an aggressor, rather as having been unfairly attacked by hostile powers determinate to destroy it.

This error was magnified by an inability to identify the critical objectives and concentrate resources on achieving them. The forces that would have allowed to achieve victory in Iraq and in Palestine in 1915 or, more realistically, in 1916, were used in the unproductive Salonika campaign, under the general reasoning that they were tying down enemy forces. This would make sense, of course, only if the forces being tied down were more powerful than those doing the tying, a fact that escaped allied calculations, and would elude them again in the same Theater of Operations in the next war.

The second was placing immediate military needs in front of long term policy goals, bringing into the war new actors whose aims were incompatible with those of France and Britain. This was the case when the allies lured Italy into the war with vague promises of rich rewards. Italy failed to contribute much to the allied cause, the nature of the terrain allowing the Austro Hungarian forces to hold them back with smaller forces while still fully committed against Russia, in a manner that was entirely predictable. This lack of practical results, and the fact that in the end instead of drawing significant enemy forces away from the Western Front the Italians had to be reinforced with a large allied contingent, meant that the winners had little regard for Italian ambition. The Italians had however paid a large human price, and like in Turkey, the circumstances of the war would adversely affect national policy. But were Turkey became isolationist and defensive, Italy became aggressive above its capabilities and it would take another war to reset national political attitudes.

But if the Italian front can be somehow justified with the need to remove pressure from the Russians and Italy's political evolution would have been only discernible with hindsight, this disregard for long term policies was however taken to a greater depth by the decision to support a general Arab revolt. The military gain to be had was relevant, but not decisive. Allenby's victory was assisted by the Arabs, but would have come anyhow, and the war was won at that point anyway. The political price was however huge. As in Turkey, the war provided the Arabs with a founding narrative for their nationalist cause. And the choice of supporting not just the Arab movements that could be productive in post war politics, but virtually all that could contribute to the immediate objectives whatever their long term goals was disastrous. Men like Lawrence and Pisani became the living embodiment of what is now called the strategic lieutenant, making "on the spot" decisions that were to have long term consequences. The promises that they made where to be denied by the winners, and their presence, at Feisal's side, in the Paris peace conference was to lend credibility to the Arab conviction that they had been used by England and France, as in fact they had.

The long lasting legacy of the revolt is a divisive, tribally rooted and genetically suspicious of the west Arab nationalism, coupled with an inbuilt inability of Turkey to assume a leading, progressive role in a part of the world where revolt against the Ottomans is at the core of every historic legitimacy claim.



Figure 6: Emir Feisal's negotiating team in Paris in 1919. Captain Pisani (directly behind Feisal)) and COL T. E. Lawrence (second from right) stand behind the Emir

Source: (IWM Q55481, pulled from Wikipedia images).

The one peculiar case that stands to attention is how the British supported both the more moderate Hashemites and the radical Islamic fanatics of Ibn Saud, despite Lawrence repeated objections to the later and despite their obviously conflicting claims. With British support, Saud's movement grew during the war[32], and went on to seize what we now know as Saudi Arabia after the war, creating the first modern radical Islamic state. The growth of the Saud movement from a fringe rebel group to a full scale revolutionary army and finally to regional power is an interesting area of research in itself. If we compare Saud's limited wartime contribution to allied victory to the implications his form of government was to have for the whole region a century later, the gravity of the error made in 1916 becomes obvious. It was however a mistake that was to be amply repeated, with the same predictable consequences, in many occasions, notably in Afghanistan against the soviets, and more recently in Middle East conflicts, with the western powers supporting "the enemies of my enemies" even when their aims and ideological principles were in total contradictions with the desired regional end state.[33]

[32] Their contribution to the allied effort was small .They mostly used British weapons and money to strengthen their forces, arguably preparing themselves for the post war Arab infighting in which they were to get additional British support.

[33] The Spanish have a brutal, and realistic saying "*Cría cuervos y te sacarán los ojos*": "Raise crows, and they will gauge your eyes out."



Figure 7: Abdul Aziz Ibn Saud, The man who gave radical Islam a Kingdom, with British support

Source: (image from http://www.arabianheritagesource.com/altehomepage/page138.html).

Both main errors contributed to the current state of Middle East politics and the West current relations with Islam. Both were also to be repeated when the West had to deal with another collapsing empire, the Soviet one. Once again the fact that managing the fall of an empire is an extremely complex and dangerous process that should never be rushed was forgotten, and parallels can be traced between Turkey's struggle to define its post imperial status under Kemal and Russia's struggle to define its post-soviet status under Putin. And once again, (and, sadly, again and again), we have learned that the fanatics we turn loose on our enemies will eventually turn against us.

All could, of course, have gone terribly wrong anyway with different choices. Wars have a propensity for the unpredictable. However, when looking at the long term consequences of allied actions in the Mediterranean in the Great War, we must conclude that the roadmap to hell is drawn with bad strategy.

Bibliography

Strachan, H., 2006. *The First World War*. London. Simon & Schuster.

Werner, P., 1998. *World War One a narrative*. London. Cassell.

MacMillan, M., 2013. *The war that ended peace*. London Profile Books.

Massie, R. K., 2007. *Dreadnought*. London: Vintage Books Random House.

Asprey, R. B., 1994. *The German High Command at War*. London. Warner Books.

Murphy, D., 2008. *The Arab Revolt*. Oxford: Osprey.

Hickey, M., 2002. *The Mediterranean Front 1914-1923*. Oxford: Osprey.

Lawrence. Thomas E., 1962. *The seven pillars of wisdom*. London Penguin XX Century Classics.

Sturton, I., 1996. *All the world battleships, 1906 to the Present*. United Kingdom: Conway Maritime Press.

Hill, J.R., 1995. *The Oxford History of the Royal Navy*. Oxford: Oxford University Press.

Van der Vat, D., 2010. *The Dardanelles Disaster*. London. Duckworth Overlook.

Haythornthwaite, P. J., 1991. *Gallipoli 1915*. Oxford: Osprey.

Mosier, J., 2001. *The myth of the Great War*. London. Profile Books.

Philpott, W., 2014. *Attrition, fighting the First World War*. London: Little Brown.

Prior, R. & Wilson, T., 1999. *The First World War*. London. Cassel.

Lomas, David, 1999. First Ypres 1914. Oxford: Osprey.

Evans, Marix, 2004. *Battles of world war I*. Rambsubury. Crowood Press.

Pirocchi; A., data. *Italian Arditi Elite Assault Troops 1917–20*. Oxford, Osprey.

Van der Kloot, W., 2010. *World War One fact book*. Gloucestershire. Amberley.

Ireland, B. & Groove, E., 1997. *Jane's War at sea 1897-1997*. London. Harper Collins.

Livesey, A., 1994. *The Viking Atlas of World War I*. Hormondsworth, Midllesex Viking.
Livesey, A., 1997. *Great Battles of World War One*. New York. Smithmark.

Artigo recebido em outubro de 2014 e aceite para publicação em novembro de 2014

A MÃE DE TODAS AS GUERRAS

Consequências a longo prazo das opções estratégicas aliadas no Teatro de Operações do Mediterrâneo na Primeira Guerra Mundial

THE MOTHER OF ALL WARS

Long term consequences of the Allied Mediterranean strategy in the Great War

Nuno Correia Neves
Coronel de Infantaria
Chefe de Gabinete do Diretor
Instituto de Estudos Superiores Militares
Investigado Integrado do CISDI
Lisboa, Portugal
neves.nc@iesm.pt

Resumo

Este artigo é uma análise às implicações a longo prazo das opções aliadas relativas ao Teatro de Operações do Mediterrâneo durante a Primeira Guerra Mundial, desde as ações políticas e militares que confirmaram a entrada da Turquia na Guerra às decisões relativas à conduta das operações militares e as relações entre as potências aliadas e os atores locais de forma a analisar as implicações negativas da ausência de ponderação entre as necessidades militares imediatas e os objetivos políticos a longo prazo. Para esse efeito o artigo apresenta uma breve descrição analítica, organizada numa base geográfica, das principais operações e dos seus efeitos a longo prazo nas respetivas regiões, conduzindo a uma apreciação global do contributo da estratégia aliada para estabelecer as bases das narrativas nacionais e natureza do estado Turco, da evolução dos nacionalismos do Médio Oriente e do fundamentalismo islâmico.

Palavras-chave: Mediterrâneo, Médio Oriente, Nacionalismo árabe, Fundamentalismo Islâmico, Estratégia Aliada na Primeira Guerra Mundial.

Como citar este artigo: Neves, N., 2014. A Mãe de Todas as Guerras. Revista De Ciências Militares, novembro de 2014 II (2), pp. 37-60.
Disponível em: http://www.iesm.pt/cisdi/index.php/publicacoes/revista-de-ciencias-militares/edicoes.

Abstract

This article presents an analysis of the long term implications of allied choices regarding the Mediterranean Theatre of Operations in World War One, from the political and military actions that confirmed Turkey's entry into the war to decisions regarding the conduct of military operations and the relations between the Allied powers and local actors, in order to analyses the negative implications of failing to balance immediate military needs and long term political goals. In order to do so the article presents a brief analytical summary, organized geographically, of the main operations and their long term effects in each region, leading to a global overview of the allied strategy and its role in establishing the bases of the historic narratives and political realities of Mediterranean actors, such as the nature of the Turkish state, the evolution of Middle Eastern nationalisms and Islamic fundamentalism.

Keywords: Mediterranean, Middle East, Arab Nationalism, Islamic Fundamentalism, Allied Strategy in World War I.

Keywords: Mediterranean, Middle East, Arab Nationalism, Islamic Fundamentalism, Allied Strategy in World War I.

Introdução

A expansão naval alemã é geralmente incluída entre as causas da Grande Guerra. De todas as centenas de navios da poderosa frota imperial construídos com meticulosa atenção ao desígnio de Tirpitz, ao ego do Kaiser e ao dinheiro dos contribuintes alemães, dois viriam a ter um enorme efeito no processo de decisão que levou duas nações a entrar na guerra, pelo menos ao nível da opinião pública. Um, o submarino U20, fê-lo com a discreta letalidade de um predador marinho. Ao afundar o Lusitânia, acrescentou força ao, a partir daí inexorável, movimento dos Estados Unidos para a beligerância, e em última análise, ao seu estatuto de superpotência. O outro, o cruzador de batalha Goeben, fê-lo com bastante mais estilo e "panache", ajustado ao seu estatuto de "capital ship"[1]. Num dos mais notáveis cruzeiros da história naval moderna, o superiormente comandado cruzador forçou o seu percurso até Constantinopla e mudou o mundo[2].

Podemos, e por razões óbvias neste ano de 2014 vamos, discutir de forma interminável se a Primeira Guerra Mundial era ou não inevitável e nunca chegar a uma conclusão definitiva. No entanto, um argumento mais claro pode ser construído relativamente à expansão do conflito no Mediterrâneo ter sido menos um produto da mão invisível da história e mais o resultado de decisões, geralmente erradas, dos aliados e, geralmente oportunas, dos alemães. E as consequências dessas decisões continuam a assombrar-nos hoje em dia e parecem determinadas em comemorar o centenário com manifestações particularmente ruidosas.

[1] Designação consagrada dos principais navios de combate. À época, couraçados e cruzadores de batalha, mais tarde também os porta-aviões.

[2] A expressão foi popularizada pelo historiador naval Dan Van der Vat no seu livro: *"The ship that changed the world"*

Para compreender como essas decisões influenciaram a conduta da guerra e quais os seus efeitos a longo prazo, é necessário primeiro revisitar o processo que conduziu à entrada na guerra do Império Otomano, depois analisar o desenvolvimento da estratégia aliada e a conduta das operações nas principais frentes para por fim compreender as consequências de opções feitas sob a pressão de necessidades militares imediatas sem a devida consideração pelos objetivos políticos a longo prazo, por forma a tentar determinar se, nas condições da época, poderiam ter sido consideradas outras opções mais equilibradas e se daí podemos retirar ilações para a integração de objetivos políticos em operações militares.

O cruzador de batalha estratégico e a expansão da guerra

A Grande Guerra podia ter começado por questões do Mediterrâneo. A França e a Alemanha quase entraram em guerra por causa de Marrocos, por duas vezes, primeiro em 1905 e depois em 1911[3]. Que não o tenham feito é significativo. A Alemanha explorava as questões Mediterrânicas como pontos de pressão, mas não tinha interesses vitais reais na zona. A Austro-Hungria era uma parte mais interessada, cuja marinha de guerra se estava a expandir rapidamente[4], mas preferia evitar uma guerra em duas frentes se possível., sendo a Sérvia vista como a ameaça mais premente. A Itália, formalmente um membro das potências centrais, preparava-se para optar pela neutralidade. O Império Otomano, apesar da postura agressiva do seu ministro da guerra Enver Pasha, não estava pronto para o conflito, uma vez que, tendo sofrido dois revezes em duas guerras recentes precisava, desesperadamente, de tempo para fortalecer as suas forças armadas e modernizar as suas instituições

Contudo, uma vez as hostilidades iniciadas, era de grande interesse para a Alemanha arrastar o Império Otomano para a guerra. Tendo falhado no seu principal desígnio político de evitar uma guerra em duas frentes, a mais elementar lógica militar ditava que as comunicações entre os seus adversários fossem, o mais possível, dificultadas, de modo a reduzi a capacidade de se apoiarem mutuamente, sendo a a Rússia, um grande fornecedor de cereais, previsivelmente carente do fornecimento de armas e matérias-primas críticas para o seu esforço de guerra. Havia outras, menos imediatas, considerações a ponderar, mas para a Alemanha, tendo entrado na guerra numa situação de desvantagem material contra uma coligação mais forte, vencer a guerra era a única coisa que importava. Antecipando esta possibilidade, e correspondendo a uma simpatia geral do Kaiser para com o Islão, o Império alemão tinha, trabalhado de forma diligente e inteligente para tornar os Otomanos num aliado, usando as ferramentas clássicas de um generoso auxílio financeiro, cooperação militar executada de forma prática com conselheiros alemães

[3] A crise de 1911 foi, discutivelmente, o último momento em que as potencias centrais poderiam ter iniciado a guerra com razoáveis possibilidades de a virem a ganhar. A proporção relativa das forças nos anos subsequentes, quer política quer militarmente, evoluiu a favor dos aliados.

[4] Enquanto a competição naval Anglo Germânica centra as atenções, outras se tinham iniciado nos anos anteriores a 1914, algumas das quais duraram até ao Tratado Naval de Washington. Destas, a rivalidade Austro/Italiana é uma das mais interessantes.

profundamente envolvidos na modernização do Exército otomano[5], e através da venda de armamento.

Os Aliados, pelo contrário, nada tinham a ganhar com um Império Otomano hostil. Os estreitos eram a mais fácil e direta via de comunicação com a Rússia (90% das exportações de cereais e metade do volume total de exportações do Império Russo circulavam através dos estreitos) (Haythornthwaite, P. J., 1991) e mantê-los abertos à navegação tinha um interesse militar imediato. E as consequências políticas de um conflito seriam naturalmente vastas. Esta era, afinal, uma Guerra para redesenhar as realidades políticas mundiais, vista desde o início como a "Guerra para acabar com as Guerras". O declínio do Império Otomano era provavelmente o mais complexo e perigoso processo de relações internacionais da época. Uma guerra iria acelerar esse processo e forçar os vencedores a resolver o problema da sua transformação ao mesmo tempo que combatiam uma guerra mundial. Era um pesadelo de política internacional tornado realidade, de uma magnitude que deveria assustar qualquer estadista.



Figura 1: O declínio do Império Otomano no Séc. XIX e começo do Séc. XX

Fonte: (http://www.clas.ufl.edu/users/oren/INR4204Middleeast.html).

O estadista responsável pelos aspetos navais da situação não era, no entanto, alguém que se assustasse com facilidade e a sua propensão para agir de forma tão decidida

[5] Abrindo caminho para um empenhamento muito direto e ativo nas atividades operacionais depois do início do conflito.

Artigo recebido em janeiro de 2014 e aceite para publicação em maio de 2014

quanto impulsiva viria a trazer consideráveis problemas em duas Guerras Mundiais. Winston Churchill tinha-se tornado Primeiro Lorde do Almirantado[6] em outubro de 1911 e, perante a possibilidade de guerra, decidiu reforçar a Royal Navy apropriando-se de três couraçados em fase final de construção ou de ensaios que tinham sido encomendados a estaleiros Britânicos por outros países. Um deles, o couraçado Chileno Almirante Latorre, não causou grandes problemas políticos, sendo adquirido em termos favoráveis sem alienar o governo do Chile[7]. A decisão de apoderar-se de dois couraçados recentemente completados e prestes a serem entregues à Marinha Otomana[8] teve consequências completamente diferentes.

Os navios eram o Reshadieh, um Super Dreadnought (na terminologia da Royal Navy) concebido por uma empresa privada para a Marinha Otomana segundo uma conceção similar à do Latorre mas, à semelhança dos couraçados Britânicos, com dez peças de treze polegadas e meia em lugar das de catorze polegadas do navio chileno (Sturton, I., 1996). O outro era o Sultão Osman I, um desenho muito fora do comum, com nada menos do que sete torres duplas de peças de doze polegadas, que tinha sido encomendado pela marinha Brasileira e, posteriormente, quando o Governo Brasileiro se apercebeu de que não o iria conseguir pagar, comprado pelo Império Otomano pela então considerável soma de 2.750.000 Libras Esterlinas (Sturton, I., 1996). A compra tinha sido uma resposta à construção de novos couraçados pela Rússia para a Frota do Mar Negro, financiada parcialmente por uma subscrição pública. Para tornar a situação ainda piore, a conclusão das provas dos navios tinha sido atrasada por ordem de Churchill, e já se encontravam tripulações Otomanas no Reino Unido, que tiveram que ser repatriadas, sendo os termos da apreensão muito menos generosos ou corteses do que os oferecidos aos Chilenos. Por outras palavras, Churchill tinha tratado o Império Otomano como "de facto" beligerante, numa altura em que os Turcos ainda hesitavam em entrar ou não no conflito ao lado das potências centrais. Curiosamente o Sultão Oman I foi rebatizado HMS Agincourt[9], como se, depois de alienar os Turcos, Churchill estivesse interessado em irritar os franceses.

Com a opinião pública em Constantinopla inflamada, e a Marinha Otomana agora claramente privada de navios capazes de se oporem aos Russos no mar Negro num futuro próximo, a Alemanha estava prestes a agarrar a oportunidade para um sensacional golpe de relações públicas. A Marinha Imperial Alemã mantinha uma presença naval no Mediterrâneo com o cruzador de batalha Goeben e o cruzador ligeiro Breslau. Inicialmente encarregados de ameaçar os movimentos navais franceses do Norte de África para a Europa, os navios receberam ordem para navegar para Constantinopla. Apesar de isolados, os dois navios representavam uma ameaça relevante e, para fazer face a ela, Churchill emitiu uma ordem

[6] Essencialmente Ministro da Marinha.

[7] O navio voltou a ser comprado pelo Chile, depois da Guerra, e foi durante várias décadas o mais poderoso vaso de guerra na América do Sul.

[8] Os Otomanos cooperavam com a Alemanha na modernização do seu Exército mas com a Grã Bretanha na modernização da sua Marinha, à semelhança de outros países, como por exemplo o Japão. Quando esta cooperação foi cortada pelos Britânicos, o melhor canal para influenciar os Otomanos, através do seu ministério da marinha, perdeu-se.

[9] Por que é que alguém, no início de uma guerra em que a França era a principal aliada, iria batizar um couraçado com o nome da pior derrota que os Ingleses infligiram aos franceses é difícil de perceber, mas felizmente os franceses estavam demasiado ocupados com a guerra para se preocuparem com a história.

desnecessariamente elaborada e complexa (nos dias dos rádios primitivos e dos códigos manuais) que embora determinasse a necessidade de os intercetar, atribuía prioridade à proteção dos transportes de tropas franceses e ordenava que os navios Britânicos não se "empenhassem em ações contra forças superiores" (Van der Vat, D., 2010).

O Goeben e o Breslau conseguiram atingir Constantinopla no final de um cruzeiro épico, durante o qual tiveram que ser reabastecidos de carvão a partir de um navio de passageiros alemão e, por duas vezes na Sicília[10], evitaram por duas vezes a Frota Francesa, ganharam uma corrida prolongada com dois cruzadores de batalha Britânicos e intimidaram uma força de quatro cruzadores couraçados Britânicos. Estes eram comandados pelo Almirante Troubridge que, seguindo o conselho do seu especialista de artilharia o Capitão Ray, considerou o cruzador de batalha isolado como sendo uma "força superior" e recusou o combate, uma decisão que o levou a conselho de guerra. (Van der Vat, D., 2010). As acusações viriam a ser discretamente reduzidas depois de cruzadores de batalha Britânicos terem facilmente derrotado os cruzadores couraçados do Almirante Graf Spee na batalha das Falklands.

O Goeben já era um navio popular em Constantinopla, depois de três dos seus marinheiros terem morrido enquanto eram voluntários para combater um incêndio na cidade, em maio (Van der Vat, D., 2010) e quando entrou no porto e foi transferido para a marinha Otomana, como uma oferta da Alemanha, teve um vasto efeito na opinião pública.



Figura 2: O Goeben com as cores turcas, já com o nome de Sultão Yavuz Selin Se o kaiser tivesse um sentido Churchiliano para a oratória poderia ter dito: "Nunca na história da guerra naval, tão poucos mudaram o destino de tantos"

Fonte: (imagem www.cityofart.net).

[10] Os navios alemães, que tinham sido desenhados para operações no mar do Norte, tinham menor capacidade para carvão e, consequentemente, menor raio de ação. O Goeben, tinha uma capacidade máxima de 3100 toneladas de carvão, enquanto que o HMS Indefatigable, mais pequeno, transportava 3300 toneladas de carvão e, crucialmente, 870 toneladas de óleo. O HMS Lion, maior, transportava 3500 toneladas de carvão e 1135 toneladas de óleo para um raio de ação 40% maior do que o seu equivalente alemão. O óleo era igualmente mais eficiente e muito mais fácil de carregar. (Sturton, I., 1996).

O Goeben, ainda com a sua tripulação alemã mas já sob pavilhão Otomano, executou prontamente um bombardeamento de instalações Russas em Novorossiysk, Odessa e Sevastopol, forçando uma declaração de guerra. O império Otomano estava em guerra com os Aliados e os estreitos encerrados à navegação. No imediato, as comunicações com a Rússia estavam seriamente prejudicadas[11] e os Aliados tinham que lidar com mais uma frente. No longo prazo os Turcos iriam poder razoavelmente afirmar que tinham sido forçados à guerra por ações aliadas que não lhes tinham deixado outra opção. A decisão de Churchill de se apoderar dos couraçados não foi o único, e provavelmente não foi o fator decisivo para o início das hostilidades, mas acelerou o processo e foi um incidente relevante que ficou profundamente enraizado na narrativa histórica coletiva da futura República da Turquia.

O Debate Estratégico

Pode considerar-se, na nossa opinião, que o último momento na Primeira Guerra Mundial em que os Aliados correram um risco real de a perder foi na Primeira Batalha de Ypres, em outubro e novembro de 1914. Tendo substituído o "Jovem" Motke como Chefe do Estado-Maior alemão, o General Erich von Falkenhayn tentou uma rotura das linhas aliadas entre Arras e Ypres para envolver o flanco esquerdo aliado e avançar em direção aos portos do Canal, cortando as comunicações da BEF, num plano não muito diferente daquele que viria a ser implementado com sucesso, numa escala geográfica alargada, pelos Alemães em 1940. Quando este plano falhou, e a Frente Ocidental se tornou estável, deixou de haver opções ganhadoras para a estratégia alemã. Viriam a tentar inverter a situação com três grandes conceitos: destruir o moral do Exército Francês (outro conceito de von Falkenhayn), isolar a Grã-Bretanha através de um bloqueio conseguido pelo emprego, sem restrições, de submarinos e, finalmente, derrotar a Rússia (e os seus aliados da Europa de Leste) em tempo, para garantir uma concentração de forças que permitisse uma vitória decisiva no Ocidente. Nenhum destes conceitos esteve realisticamente próximo de garantir uma vitória total.

A situação era diferente para os Aliados que, com a sua superioridade de recursos, e com a Alemanha e a Áustria a serem lentamente estranguladas por um bloqueio, previam inevitavelmente triunfar. As questões eram quando, como e a que custo. Na França e no Reino Unido o debate entre os partidários de uma concentração total do esforço na Frente Ocidental e aqueles que favoreciam um esforço alternativo no Mediterrâneo, geralmente referido como "ocidentalistas versus orientalistas", é muitas vezes reduzido a uma crítica das propostas apresentadas por Loyd George de derrotar a Alemanha "derrubando os suportes", expressão que usou num muito citado memorando sobre a conduta da guerra (Philipott, W.,

[11] Na segunda Guerra Mundial este não foi um fator tão relevante devido à implementação dos comboios marítimos no Norte e da rota terrestre a partir do Irão. Na Primeira Guerra Mundial os Aliados organizaram uma rota marítima alternativa pelo Norte, que os alemães tentaram interditar com submarinos e guerra de minas. As enormes restrições das instalações portuárias e as limitações da rede ferroviária da Rússia Imperial tornavam essa alternativa muito pouco prática. Os Aliados tentaram ainda o reabastecimento a partir do Pacífico, especialmente de material japonês, mas o escoamento ferroviário era limitadíssimo.

2014, p. 73), onde os "orientalistas" são geralmente apresentados como amadores irrealistas enquanto os "ocidentalistas" são apresentados como realistas pragmáticos.

Apesar de na generalidade correta, a proposta convenientemente esquece o facto de que, se é verdade que era a Alemanha que suportava os seus aliados e não o contrário, tal acontecia porque esses aliados estavam completamente empenhados na frente oriental. O enorme preço que as potências centrais pagaram pelas suas vitórias a Leste e a sua relevância para o desenrolar da guerra como um todo é frequentemente minimizado. Em 1915 a Alemanha sofreu um total de 612.000 baixas em todas as frentes, enquanto o império Austro-húngaro sofreu 2.100.000 baixas no mesmo período (Philpott pg214 2014). Aquilo que separa, por exemplo, a ofensiva Brusilov de Junho de 1916 e a Operação Bragation levada a cabo pelo Exército Vermelho em 1944 é o facto de que a União Soviética podia contar com uma vasta base industrial e com apoio aliado em regime de "Lend-Lease" maciço, enquanto o Império Russo não tinha nem uma coisa nem outra. Nestas circunstâncias o sucesso inicial da Bragation foi explorado com uma sucessão de ofensivas vitoriosas e devastadoras, enquanto o sucesso operacional inicial da ofensiva de Brusilov[12] se perdeu numa vã tentativa de o explorar com ofensivas insuficientemente apoiadas.

Um caminho alternativo para uma vitória aliada mais rápida e com menores perdas a ocidente, em oposição à via de uma guerra de atrito conduzida na frente ocidental para exaurir a Alemanha, seria assim a de inverter a frase de Loyd George "suportando a Rússia"[13]. Os Franceses e Ingleses estavam porém focados numa visão da guerra como sendo primariamente contra a Alemanha (o que era compreensível no caso Francês, com território ocupado e fatores históricos em jogo) e viam os seus outros oponentes numa perspetiva do apoio que davam à Alemanha mais do que como atores independentes. Era mais um caso de Apenas a Alemanha do que A Alemanha primeiro e esta perspetiva iria distorcer a análise estratégica durante a guerra como continua a distorcer a análise histórica hoje em dia. Em contrapartida, o Estado-Maior alemão iria seguir a via oposta, procurando, desde o momento em que falhou na obtenção de uma vitória decisiva inicial no Ocidente, eliminar os seus adversários mais fracos um a um, por meio de ofensivas em larga escala perfeitamente estruturadas e apoiadas. Primeiro derrotaram a Sérvia, depois a Roménia e finalmente a Rússia.

Uma grande estratégia análoga para os aliados seria a de se sucessivamente concentrarem forças contra cada um dos seus adversários mais fracos. O Império Otomano em 1915, a Bulgária em 1916 e a Austro-Hungria em 1917. Mas tendo escolhido muito cedo uma estratégia baseada no desgaste (Philipott, W., 2014, pp. 143 a 163) vieram a criar uma situação em que a Alemanha eventualmente colapsou por exaustão de recursos, sem nunca ter sofrido as derrotas espetaculares que teriam invalidado a posterior criação do mito da "facada nas costas"

[12] Na primeira semana da ofensiva os russos fizeram 192.000 prisioneiros e aniquilaram o 7º Exército austríaco.

[13] Como, de resto, os aliados fizeram na Segunda Guerra Mundial.

Os estreitos

Senhores de uma total superioridade naval na área, os aliados viam-se agora na necessidade de planear uma guerra inesperada no Mediterrâneo que viria eventualmente a materializar-se em quatro frentes principais:

1. Os Dardanelos
2. O Médio Oriente (Egipto, Sinai e Mesopotâmia)
3. Os Balcãs e a Grécia.
4. A Itália

Nas primeiras duas o adversário era o Império Otomano, e a primeira prioridade aliada era, obviamente, a de se forçar a reabertura dos estreitos à sua navegação (Hhaviam 129 navios aliados ou neutros, num total de 350.000 toneladas, bloqueados no Mar Negro) (Van der Vat, D., 2010, p. 84). Este era um problema, tudo menos fácil, como um simples olhar para um mapa nos revela:



Figura 3: Os estreitos. A frota aliada previa que o Império Otomano capitulasse uma vez bombardeada Constantinopla. A perspetiva de tentar forçar a passagem do Bósforo contra uma defesa determinada seria uma experiencia interessante

Fonte: (http://hrsbstaff.ednet.ns.ca/macquekl/History%20Web%20Page/History/major_battlesww1.htm).

Neste artigo iremos discutir três possíveis soluções para o problema:

À posteriori, e considerando o desenvolvimento que tiveram as operações, a mais completa seria derrotar os Otomanos decisivamente. Isto podia ser conseguido com

ofensivas coordenadas a partir da Rússia (dentro de limites logisticamente apoiáveis) e no Médio Oriente, a partir do Egipto e através da Síria, combinadas, possivelmente, com uma ofensiva através do atual Iraque e com desembarques na zona dos estreitos. Um esforço deste nível iria exigir muitas tropas, que então ninguém queria disponibilizar, pelo que esta opção "Turkey First" não foi contemplada em 1914/15. Quando houve finalmente tropas disponíveis, viriam a ser empenhadas na frente de Salónica, uma operação muito pouco decisiva que, em 1917, já absorvia nada menos que vinte e quatro divisões. Na altura houve intenções de fazer um "outsourcing" desta opção para as pequenas potências que rodeavam o Império, mas as políticas locais eram demasiado complexas para o permitir. Assim acabou por ser a Turquia a passar à ofensiva, na Palestina contra a região do canal do Suez e no no Cáucaso contra a Rússia e, neste caso com resultados desastrosos consequências trágicas, como as que resultara da prematura insurreição arménia.

A segunda possibilidade, mais limitada em termos dos meios necessários, era uma operação conjunta contra os estreitos, desembarcando de surpresa uma força substancial com um forte apoio naval. No princípio de 1915, com a península de Galipolli defendida apenas por uma única Divisão e com a maioria das forças otomanas empenhadas no Cáucaso, tal poderia ter sido tentado com razoáveis possibilidades de sucesso. Esta opção foi proposta tão cedo quanto novembro de 1914, no primeiro conselho de guerra Britânico e iria ser repetidamente defendida pelo Almirante Fisher, então Primeiro Lorde do Mar[14]. O conselho viria a rejeitar esta opção, principalmente pela oposição de Lord Kitchener, então Ministro da Guerra, que se recusou a atribuir quaisquer tropas à operação, uma opção também assumida pelos franceses, com a opinião de Joffre de que a guerra teria que ser ganha por ofensivas maciças em França a prevalecer. (A insistência de Fisher em propor igualmente desembarques nas ilhas Frísias não fortaleceu a sua credibilidade).

Restava a opção de forçar os estreitos usando apenas meios navais. Esta veio a ser autorizada, principalmente graças à insistência de Churchill, que em 3 de novembro, três dias antes de a guerra ser formalmente declarada, já tinha ordenado um bombardeamento das defesas dos estreitos por dois cruzadores de batalha, apoiados por dois couraçados obsoletos franceses, em retaliação ao bombardeamento de posições russas pelo Goeben. Esta decisão levou a que Fisher ameaçasse demitir-se, comentando que "abominava a ideia, a menos que fosse uma operação conjunta com pelo menos 200.000 soldados". Apesar desta posição do principal comandante naval aliado, no conselho de 28 de Janeiro de 2015, no qual Fisher não estava presente, Churchill prevaleceu e uma operação puramente naval foi ordenada (Van der Vat, D 2010 p. 87). O conceito geral era de que se a Frota conseguisse atingir o mar de Mármara e bombardear Constantinopla o Império Otomano iria capitular, no que é seguramente a maior aplicação do conceito da "política da canhoneira" da história. Nessa data, alertados pelo ataque prematuro de novembro, os turcos tinham começado a reforçar as suas defesas com assistência alemã e minado extensivamente o estreito.

A operação naval iniciada a 19 de fevereiro foi um fracasso previsível. A força da defesa não residia na artilharia fixa pesada, mas nos campos de minas protegidos por artilharia de

[14] Correspondente a Chefe de Estado-Maior da Armada.

campanha móvel que inibia operações de desminagem adequadas. O sucesso só seria assim possível por meio de uma operação conjunta, em que forças terrestres avançassem á frente do draga-minas para neutralizar as defesas móveis e na qual, como a experiência viria a demonstrar, fossem implementadas adequadas medidas contra a ameaça submarina à frota de apoio.



Figura 4: Principais defesas dos Dardanellos e localização dos campos de minas

Fonte: (Wikipedia images).

Apesar do poder de fogo de uma força considerável de doze, maioritariamente obsoletos, couraçados (com a exceção do novíssimo couraçado rápido Queen Elizabeth e do cruzador de batalha Inflexible, todos os outros eram Pre-Dreadnoughts)[15], e da inovação da utilização

[15] O HMS Dreadnought foi o primeiro couraçado moderno com armamento principal de um calibre uniforme, entre outras inovações. A partir da sua construção os navios anteriores com armamento misto passaram a ser conhecidos como Pre *dreadnoughts* e considerados obsoletos,

de hidroaviões operando a partir do navio porta hidroaviões Ark Royal para regular o tiro[16], a frota nunca conseguiu penetrar muito longe nos estreitos, muito menos atingir o seu objetivo de bombardear Constantinopla. A frota tinha sido organizada de acordo com o plano inicial de Fisher para apoiar uma operação conjunta, e as suas capacidades de desminagem não estavam à altura das circunstâncias[17]. A ação decisiva verificou-se no interior dos estreitos, a 18 de março, quando, num único dia, principalmente em resultado de um campo de minas recentemente lançado, três couraçados, o Bouvet, Ocean e o Irresistible foram afundados, dois foram seriamente danificados e o HMS Inflexible foi danificado, contra a perda confirmada pelos defensores de apenas duas peças de artilharia pesadas. A extrema vulnerabilidade destes velhos couraçados a explosões abaixo da linha de água, especialmente minas, tinha já sido amplamente demonstrada na guerra Russo-Japonesa e foi novamente comprovada, com pesadas perdas humanas. Num contraste evidente, o Bouvet afundou-se em dois minutos depois de embater numa mina, com a morte de 680 homens, a quase totalidade da sua tripulação, enquanto o mais moderno Inflexible pôde navegar até Malta para reparações depois de um impacto semelhante. Posteriormente, durante a fase conjunta da operação, mais três velhos couraçados foram afundados, o Majestic e o Triumph pelo submarino alemão U21, e o Goliath por um torpedeiro Otomano (Haythornthwaite, P. J 1991). A Frota Aliada perdeu tantos couraçados, e de um tipo similar, como os couraçados da Frota Imperial Russa, que foram afundados na batalha de Tsushima em 1905. A escala da Grande Guerra e a evolução técnica das Esquadras são dramaticamente ilustradas quando pensamos que as mesmas perdas que fizeram com que Tsushima fosse considerada como uma das batalhas navais decisivas da história fossem consideradas como secundárias apenas dez anos depois..

Para tornar as coisas piores, as defesas tinham sido reforçadas e havia agora três divisões Otomanas na Península, pelo que, quando a decisão de desembarcar tropas aliadas foi finalmente tomada a 22 de Março, era já um caso clássico de "too little, too late". Inicialmente mal liderada e nunca dotada de meios suficientes, já que embora fosse progressivamente reforçada o era em proporção equiparada ao reforço das defesas, a campanha em terra atingiu rapidamente um impasse. Apesar de todos os esforços dos combatentes, a força aliada nunca conseguiu uma rotura decisiva e, igualmente, qualquer contra-ataque Turco estava condenado a partir do momento em que a força contra-atacante entrasse dentro do campo de tiro dos couraçados aliados, momento em que era praticamente obliterada pelo volume e intensidade do fogo a que era sujeita[18]. A campanha causou pesadas perdas em ambas as partes e terminou com uma evacuação no final de 1915[19]. Os estreitos iriam permanecer fechados à navegação aliada até ao final da guerra.

---

[16] O uso da aviação naval foi uma outra inovação significativa desta Campanha. Numa fase posterior, a Marinha Britânica utilizou hidroaviões a partir de navios porta hidroaviões para torpedear com sucesso navios otomanos.

[17] Os couraçados eram mais ou menos imunes ao fogo da artilharia de campanha que se comprovou ser virtualmente impossível de neutralizar. Os Draga-minas, por outro lado eram vulneráveis a praticamente todos os calibres e nunca tiverem uma possibilidade reall de eliminar os campos de minas.

[18] Uma lição que os alemães esqueceram, com consequências fatais, em Anzio, em 1943, e na Normandia, em 1944.

[19] 252.000 militares aliados mortos, desaparecidos prisioneiros ou doentes. Os otomanos tiveram pelo menos 66.000 mortos em combate.

Churchill e Ludendorff viriam mais tarde a concordar que o encerramento dos Dardanellos pelo Império Otomano tinha prolongado a guerra em dois anos, prejudicando seriamente o esforço de guerra Russo e poupando à Alemanha o peso integral de uma guerra em duas frentes (Van der Vat, D 2010 pg 182), (importa no entanto salientar que esta afirmação deve ser vista à luz da reconhecida tendência de ambos os citados para exagerar quando isso lhes era conveniente). Em 1915, tanto Churchill como Fisher[20] viriam a perder os seus lugares devido ao insucesso (apesar do facto deo segundo ter proposto um plano diferente que, se tivesse sido implementado nos moldes originais como uma operação surpresa, conjunta e em larga escala, poderia ter tido sucesso).

Operações no Iraque

Os Dardanellos não foram a única Campanha a correr seriamente mal para os Aliados na sua Guerra contra o Império Otomano. Na Mesopotâmia, o primeiro interesse Britânico era garantir o controlo das instalações e operações da companhia petrolífera Anglo Persa em Abadan (algumas coisas nunca mudam, e o petróleo é uma delas). Uma vez garantido esse objetivo, foi iniciada uma operação para ganhar o controlo do atual Iraque, usando forças insuficientes ao longo de dois eixos de progressão previsíveis. Como viria a acontecer na Segunda Guerra Mundial, o grosso das forças empregues no Iraque eram do Exército da Índia. A força principal, com duas Divisões de Infantaria e uma Brigada de Cavalaria, progrediu ao longo do Eufrates, sendo travada por forte resistência Otomana. A segunda força, baseada numa Divisão de Infantaria reforçada pelo Exército da Índia, comandada pelo Major-General Charles Townshend, progrediu ao longo do Tigris acabando por ser cercada em Kut, depois de uma tentativa vã de conquistar Bagdade em novembro de 1915. Depois de várias tentativas de socorro falhadas, e apesar de ter sido tentado, pela primeira vez na história, garantir o reabastecimento de uma força cercada por meio de meios aéreos, os 13.000 militares Ingleses remanescentes de uma força inicial de cerca de 30.000 homens renderam-se aos Otomanos. Viriam a ser sujeitos a um tratamento terrível: 4.000 homens morreram logo na marcha forçada inicial até aos campos de prisioneiros na Anatólia. (Hickey, M., 2008).

No final de 1916, os Britânicos empregaram aquilo a que hoje chamaríamos a doutrina Colin Powell e atacaram com ampla margem de superioridade em potencial de combate, o que permitiu ao General Maude esmagar as defesas Otomanas com uma vantagem numérica de quatro para um e capturar Bagdade em março de 1917. A vitória veio tarde de mais. Os danos para o prestígio Britânico na região resultantes da capitulação de Kut estavam feitos e eram sérios. É muitas vezes citada a capitulação de Singapura como um golpe decisivo para o prestígio Britânico na Ásia que comprometeu o Império, mas a de Kut, sendo pouco conhecida, teve um efeito similar no Iraque e o país viria a ser, depois da guerra, uma das mais turbulentas áreas sob controlo Britânico. Foi também o local onde a recém-criada Royal

[20] Fisher tinha uma obsessão pelas operações no Báltico e ordenou a construção de três "grandes cruzadores ligeiros" otimizados para operações nesse mar, que foram imediatamente alcunhados de Fisher's Follies, o que foi igualmente um fator no seu afastamento. Viriam a ser convertidos em três bem-sucedidos Porta-aviões, e o conceito pode ser hoje em dia parcialmente reabilitado à luz dos estudos para "*Litoral Combat Ships*".

Air Force desenvolveu o uso de aviões táticos como instrumentos de contra subversão[21,22] (Que eram também muito mais económicos. O recurso à Royal Air Force como meio principal de contra subversão não só reduziu a possibilidade de baixas, mas também baixou o custo anual das operações de contra insurreição no Iraque de 30 para 8 milhões de Libras)[23]. Assim, em apenas alguns anos, entre 1914 e os anos 20, vemos os Britânicos a invadir o Iraque por causa do petróleo, a ter problemas porque empregaram uma força demasiado pequena e a controlar uma insurreição generalizada utilizando primariamente ataques aéreos. O famoso aforismo de Santayana, que diz que *"Aqueles que esquecem o passado estão condenados a repeti-lo"*[24], parece ser particularmente poderoso no Iraque..



Figura 5: DH9As da RAF procuram insurgentes no Iraque nos anos 20. Quanto mais as coisas mudam…

Fonte: (Image from http://www.britmodeller.com).

[21] O DH9A, construído na IGM como um bombardeiro ligeiro, viria a ganhar uma excelente reputação como avião colonial. A RAF conhecia bem a área de operações depois de ter executado durante a guerra missões táticas em apoio dos mesmos guerrilheiros árabes que agora estava a atacar.

[22] A primeira ação de contra insurreição da RAF foi na Somália, mas numa escala muito menor.

[23] http://portal-militaergeschichte.de/boehm_royalairforce

[24] http://en.wikipedia.org/wiki/George_Santayana

A Palestina e o longo caminho para a vitória

A frente principal para as operações convencionais contra a Turquia foi a Palestina. Os objetivos estavam claramente definidos para ambas as partes. Os Otomanos podiam ameaçar o Canal do Suez e os Aliados podiam invadir através da Palestina e da Síria.

Os Otomanos passaram primeiro à ofensiva. Numa ação que antecipa o apoio aliado à revolta Árabe, encorajaram as tribos Senussi da Líbia a revoltarem-se e a atacarem os Britânicos no Egipto, com alguma assistência alemã sob a forma de pequenos carregamentos de armas e o aconselhamento de um Oficial alemão convertido ao islamismo que tinha adotado o nome de Jafar Pasha. Esta revolta viria a ter pouco sucesso e a tentativa de "invasão" Senussi do Egipto foi decisivamente derrotada pelos Britânicos, em fevereiro de 1916, em Aqqaquia. Entretanto os Turcos tinham iniciado uma ofensiva através do Sinai, superando consideráveis dificuldades logísticas e fizeram uma tentativa de atravessar o Canal do Suez, em fevereiro de 1915. Beneficiando da vantagem do reconhecimento aéreo, os Britânicos estavam preparados e os atacantes, desapoiados, foram repelidos. Os Britânicos levando a ameaça a sério, deslocaram forças significativas que atingiram um efetivo de treze divisões, (Hickey,M., 2008), comandadas pelo General Maxwell, antes de retirarem forças para outras áreas com a redução da ameaça.

Em 1916 os Britânicos, agora sob o comando do General Murray, iniciaram um avanço geral sobre a Palestina. Dispondo (mais uma vez) de forças insuficientes, e enfrentando dificuldades logísticas, o avanço foi moroso apesar do crescente apoio resultante da revolta Árabe. Esta situação mudou quando o sucessor de Murray, o bem mais agressivo General Allenby, exigiu, e obteve, todos os reforços e meios de que necessitava para ganhar a iniciativa. A partir daí a ofensiva Britânica ganhou momento, e apesar de um crescente apoio alemão aos defensores, viria a culminar numas das grandes vitórias aliadas da guerra em Megiddo, integrando perfeitamente as operações de guerrilha Árabe no plano operacional global.

"O maior campo de prisioneiros alemão". A campanha de Salónica

A falta de tropas é claramente um tema recorrente nas operações aliadas contra o Império Otomano. Se até ao princípio de 1915 pode ser construído um argumento válido de que a situação em França exigia uma prioridade total, os Aliados viriam a prejudicar grandemente a sua situação em recursos humanos pelo progressivo empenhamento de forças na campanha de Salónica.

Quando a Bulgária entrou na guerra, em setembro de 1915, ao lado das Potências Centrais, a Sérvia estava condenada e a Grécia passava a estar ameaçada. Tirando partido de uma divergência entre um governo Grego pró-aliado e uma casa real pró-Centrais, os aliados enviaram uma força de cinco Divisões (quatro Francesas e uma Britânica) para a região de Salónica, de onde podia pressionar os Gregos e apoiar os Sérvios, ameaçando com um possível avanço contra a Bulgária. Em outubro, um ataque combinado de forças Alemãs, Austro-húngaras e Búlgaras aniquilou as defesas Sérvias, empurrando o remanescente do Exército Sérvio, cerca de 125.000 homens, para a Albânia, de onde foi evacuado. Neste

momento, a opção sensata teria sido reembarcar a força[25], formar um Exército Sérvio no exílio[26] e usar este, e as cinco divisões agora libertadas, para outras operações. Os Aliados optaram, pelo contrário, em reforçar e construir um campo fortificado na região de Salónica, prontamente alcunhado de a "gaiola" pelas tropas que nele serviam. Muitas vezes descrito como o maior campo de prisioneiros de guerra alemão, seria progressivamente reforçado até ao ponto de, em setembro de 1918, haver cerca de 550.000 militares aliados na área. Este efetivo permitiu o lançamento de uma ofensiva multinacional[27] em grande escala que, depois de anos de tentativas falhadas de romper a "gaiola", permitiu a alguns justificar a totalidade da campanha.

O que tem que ser lembrado é que, como os Austríacos que enfrentaram a última e vitoriosa ofensiva italiana de Vittorio Veneto, os seus oponente Búlgaros sabiam que apesar de terem dado uma contribuição significativa para a causa das potências centrais, a guerra estava nesse momento perdida tendo sido decidida noutras frentes.

Impasse Militar nos Alpes

Apesar de ter uma aliança com as Potências Centrais antes da guerra e de ter declarado neutralidade, muito avisadamente, em 1914 a Itália foi tentada por uma intensa pressão diplomática (e promessas) a entrar na guerra ao lado dos Aliados, em maio de 1915. Apesar dos seus melhores esforços os italianos não estavam, porém, em posição de poder dar um contributo significativo à causa aliada, já que o terreno favorecia enormemente o defensor. Numa frente de aproximadamente 650Km apenas existia um sector, com cerca de 50 km na região do rio Isonzo, que não era excessivamente montanhosa para operações ofensivas de tipo convencional em larga escala. Ambos os lados tinham fortificado extensivamente as suas zonas fronteiriças e conduzido grandes exercício durante os anos de paz, que os preparavam bem para operações defensivas. Condicionados por estes fatores, os Italianos iriam lançar sucessivas ofensivas no Isonzo, com pesadas baixas e fracos resultados.

O conflito naval entre Italianos e Austro-húngaros foi essencialmente conduzido com submarinos, guerra de minas e pequenas unidades, sendo de destacar as ousadas e inovadoras operações levadas a cabo pelos italianos, envolvendo mergulhadores de combate e torpedos tripulados, com realce para o afundamento, no final da guerra, do Couraçado Viribus Unitis, numa ação que viria a inspirar as proezas dos mergulhadores da X flotilha MAS durante a Segunda Guerra Mundial.

Durante toda a guerra, os austro-húngaros, de um modo geral, exploraram as suas vantagens defensivas para manter a frente com forças significativamente inferiores às italianas. Em maio de 1916, passaram episodicamente à ofensiva numa operação surpresa, que usou táticas inovadoras de artilharia, que antecedem as muito referidas inovações introduzidas pelos alemães nas suas ofensivas de 1917/18. Beneficiando de alguma inexperiência defensiva dos seus adversários, atacaram na região montanhosa de

[25] Na IIGM, novamente na Grécia, os Britânicos voltaram a reafectar tropas que estavam no limiar de uma vitória decisiva na operação Compass. Ao menos dessa vez prevaleceu o bom senso de evacuar as tropas enviadas para a Grécia.

[26] À semelhança do que sucedeu com os polacos na IIGM.

[27] Franceses, Britânicos, Sérvios, Albaneses e Gregos.

Trentino e conseguiram uma vitória localizada, mas significativa, sobre os italianos, que não puderam explorar, em parte por a ofensiva Brusilov os ter impedido de explorar o sucesso. A partir de 1917, o Alto Comando italiano estava a pedir reforços aos Aliados e em outubro desse ano, depois de onze ataques italianos terem falhado na região do Isonzo, a primeira grande ofensiva das Potências Centrais na mesma área, geralmente conhecida como a batalha de Caporetto, mas de facto a 12ª batalha do Isonzo, infligiu uma derrota pesada aos italianos. Perante o ataque Austro-Alemão, a frente italiana desagregou-se cedendo 265.000 prisoneiros e forçando os Aliados a enviar forças significativas para a frente italiana para inverter a situação. Os italianos viriam a recuperar, substituindo o General Cadorna com o mais competente Diaz e, depois de um primeiro sucesso defensivo contra a ofensiva final dos Austro-Húngaros na região do Piave, viriam a conseguir uma vitória final na batalha de Vitorio Venetto, em outubro de 1918, contra um exército Austro-húngaro já em fase de desagregação. Apesar desta vitória, os aliados tinham poucas razões para se sentir em dívida para com a Itália no momento do triunfo, e agiram em conformidade na atribuição dos ganhos[28]. Os italianos, que tinham sofrido 600.000 mortos na guerra (Hickey, M., 2008), sentiram-se injustiçados, com vastas consequências políticas.

Um dos aspetos a destacar da recuperação militar italiana foi a presença crescente de unidades de Arditi. Com uma missão similar aos famosos "storm troopers" alemães, os Arditi representavam um esforço do Exército Italiano para se reinventar, e estes altamente treinados e motivados soldados viriam a fornecer o núcleo duro das mílicias fascistas nos anos vinte, muito como os "Storm Troppers" formaram o núcleo, primeiro dos "Freykorps" e depois das associações de veteranos, que tiveram uma enorme influência na política alemã do pós-guerra. Ao contrário dos seus homólogos alemães, a herança militar dos Arditi não foi explorada pelo Exército Italiano, que não capitalizou as lições que eles sugeririam da necessidade de um treino rigoroso e do desenvolvimento da iniciativa ao nível das pequenas unidades.

A revolta árabe

Em 1916, os Aliados estavam prontos para tentar uma aproximação menos convencional ao problema da guerra contra os Otomanos. Os Britânicos tinham vindo a seguir os sinais de descontentamento nas regiões árabes sob controlo Otomano. Estas variavam de organizações como a sociedade Ahad no Iraque (baseada em Oficiais Iraquianos no Exército Otomano), passando pela sociedade al-Fatad na Síria (essencialmente urbana e de classe média) até movimentos de raiz mais tribal, como o clã Hashemita no Hejaz (Arábia) ou de base religiosa, como a seita fanática Wahabi liderada por ibn Saud.

Antes da guerra o líder Hashemita Sharif Hussein ibn Ali, que como líder da cidade santa de Meca e reclamando descender diretamente do profeta tinha grandes aspirações, tinha enviado o seu filho, o Emir ibn Hussein ao Cairo para abordar Kitchener sobre a possibilidade de apoio Britânico para uma rebelião árabe (Murphy,D., 2008). Sendo o maior

[28] Os aliados viriam a descobrir em 1943/5 até que ponto era difícil conduzir operações ofensivas em Itália.

especialista em guerra não convencional da sua era[29], Lord Kitchener of Khartoum registou a ideia para uso futuro, e durante os tempos difíceis de 1915 foram abertos canais discretos de comunicação com os líderes árabes através de portos no Mar Vermelho. Quando, em junho de 1916, os Hashemitas se aperceberam que os Otomanos se preparavam para facilitar a sua substituição pelo clã Zaid, rival, iniciaram uma rebelião, e os Aliados, pressentindo uma oportunidade militar agarraram-na.

Tanto os Britânicos como os franceses tiveram a sorte de poder contar com um grupo excecional de Oficiais particularmente talentosos que assumiram o papel de conselheiros militares das forças rebeldes árabes. Aquele que todos conhecemos é inevitavelmente o Coronel (inicialmente Tenente) Thomas Edward Lawrence, que escreveu o livro definitivo sobre a revolta e que inspirou um filme muito admirado. Mas houve muitos outros, como, entre os Britânicos os Coronéis Cyril Wilson, Pierce C. Joyce e Francis Newcomb e o "perito em explosivos" Tenente H. Garland, e entre os franceses homens como o especialista em guerra colonial Coronel Brémond, Oficiais muçulmanos como o Coronel Cadi e o Capitão Raho ou como o Capitão Pisani que liderou os sapadores durante a Campanha contra os caminhos-de-ferro (Murphy, D., 2008).

Apesar da imagem romântica que persiste, a revolta árabe foi um sucesso militar porque as qualidades naturais dos guerreiros árabes, como a mobilidade, resistência e agressividade, foram complementadas pela utilização de novas tecnologias e armas, como explosivos especialmente desenvolvidos[30] e comunicações, bem como pelo apoio de unidades de autometralhadoras e por um bem coordenado apoio aéreo. O mais próximo e recente paralelo será provavelmente o derrube do regime Talibã por forças locais assistidas por forças especiais Estado-Unidenses e apoiadas por meios aéreos no Afeganistão.

A revolta desenvolveu-se em quatro fases principais. A primeira foi a conquista do controlo de um conjunto de portos na costa do Mar Vermelho. As forças de Feisal, já aconselhado por Lawrence e apoiado pela Royal Navy, completaram esta fase com a conquista de Wejh, em janeiro de 1917. A partir deste santuário costeiro, Lawrence iniciou uma campanha para interditar as comunicações ferroviárias Otomanas no Hejaz, primeiro por demolições de segmentos de linha férrea, depois pela destruição de locomotivas usando minas de contacto. Liderada por Raho, a Norte de Medina, esta campanha isolou as forças Turcas em Medina, e, a partir de julho, era integrada com ataques aéreos do Royal Flying Corps que impediam as reparações, um conceito (guerrilha mais apoio aéreo) muito avançado para a época.

A fase seguinte foi a expansão da revolta para o Sinai, depois de uma operação ousada de travessia do deserto para tomar Aqaba, uma cidade costeira que se tornou na base de operações para raides em profundidade contra as comunicações e as áreas de retaguarda Otomanas, usando unidades de autometralhadoras e com o apoio do Royal Flying Corps.

A fase final teria lugar na Síria e na Palestina e consistiu de operações em maior escala em apoio da ofensiva de Allenby.

[29] Aqueles que insistem em afirmar que ninguém ganha guerras de guerrilhas devem ter em atenção que Kitchener ganhou uma no Sudão e uma na África do Sul

[30] Como a mina tulipa, inventada por Garland para destruir carris de forma difícil de reparar.

Os árabes, que conseguiram alguns sucessos espetaculares, fizeram muitos estragos no esforço de guerra Otomano, em particular nas ações contra as comunicações. Para o final da campanha, as suas ações foram brilhantemente integradas no planeamento aliado, assumindo a forma de operações em profundidade inovadoras. Mas combateram pela independência em moldes que os governos Britânico e Francês nunca tiveram intenção de lhes permitir, tendo decidido, em fevereiro de 1916, no acordo Sykes-Picott, por uma partilha do Império Otomano entre eles.

No final da campanha os aliados podiam considerar a revolta como um sucesso militar, mas para os revoltosos foi uma derrota política. Por todo o Médio oriente os Árabes tinham pegado em armas em nome de uma diversidade de causas nacionalistas, étnicas ou religiosas. Um século depois ainda não as pousaram.

Conclusões, o Caminho para o Inferno

A breve análise acima apresentada aponta no sentido de uma ausência de uma "Grande Estratégia" aliada claramente definida para o Mediterrâneo durante a Grande Guerra, inviabilizando uma definição ajustada de objetivos claramente priorizados e bem definidos, levando consequentemente a um conjunto de más opções. Algumas destas tiveram efeitos limitados, quer no curso da guerra, quer no futuro da região. Outras tiveram consequências mais sérias, quer afetando adversamente a guerra como um todo, quer condicionando a evolução da região. Estes erros aliados podem ser atribuídos a duas grandes causas.

A primeira foi uma mal informada e tendenciosa avaliação da Turquia, tendo-se referido ao Império Otomano durante tantos anos como sendo o "Doente da Europa", os Aliados vieram mais preparados para conduzir uma autópsia do que para combater um duelo. Uma consequência direta desta perspetivaa foi que, tanto nos Dardanellos (quer na primeira operação, puramente naval, quer na segunda, conjunta) como, de forma menos conhecida, mas mais desastrosa, no Iraque, os Aliados subvalorizaram a capacidade de resistência dos Turcos e consentiram vitórias Otomanas. Ao contrário das massivas ofensivas na Frente Ocidental, as operações aliadas no Mediterrâneo eram geralmente iniciadas com uma pequena força que falhava e desperdiçava o benefício da surpresa, que era incrementalmente reforçada, dando ao inimigo amplo tempo para reagir. Perdeu-se assim a possibilidade de explorar o facto de que, enquanto na Europa a superioridade naval dos aliados eram contrabalançada por excelentes linhas interiores de comunicação por via-férrea, no Mediterrâneo as enormes limitações ferroviárias e a própria geografia dos teatros de operações negavam essa vantagem aos defensores, dando aos aliados uma grande vantagem em mobilidade, que não foi explorada. Quando uma pressão ofensiva apropriada foi exercida, como por Maude no Iraque, em 1917, e Allenby na Palestina, em 1918, e como já se poderia deduzir dos sucessos russos na Arménia em 1914/15, os Otomanos colapsaram. Este erro de avaliação inviabilizou a possibilidade de uma vitória mais rápida sobre a Turquia, e levou a um enfraquecimento consequente da Rússia. Pode também encontrar-se na campanha de Salónica, onde uma subavaliação da resiliência

Búlgara e uma incompreensão das complexidades da política Grega, conduziram a uma incrementalmente vasta dispersão de recursos.

Estas operações falhadas Aliadas, vindo na sequência de uma política internacional mal conduzida, que facilitou imenso a ação da diplomacia Alemã em relação aos Otomanos, vieram a ser incorporadas, depois da guerra, na narrativa fundadora nacional da nova República Turca. Pode dizer-se que se o Império Otomano foi um dos derrotados da Grande Guerra, a Turquia foi um dos vencedores. No final da guerra os Turcos foram os únicos que conseguiram rejeitar os termos que lhes foram oferecidos, recusando-se a aceitar o Tratado de Sevres que seria a sua versão do Tratado de Versailles. Liderados pelo herói dos Dardanelos, o General Mustafa Kemal, combateram a Guerra da Independência Turca até serem capazes de impor as condições que lhes interessavam no tratado de Lousanne em 1923. A nova República nunca se considerou como um dos agressores, mas como tendo sido injustamente atacada por adversários interessados em se apoderar dos seus territórios.

Este erro foi ampliado pela incapacidade de identificar objetivos críticos e concentrar esforços. As forças que poderiam ter obtido vitórias no Iraque e na Palestina em 1915, ou mais realisticamente, em 1916, foram desperdiçadas na improdutiva Campanha de Salónica, com o argumento vago de que estariam a imobilizar forças adversárias. Este argumento só faria sentido, claro, se as forças "imobilizadas" fossem maiores do que as "imobilizadoras" e não o contrário, um aspeto que viria a escapar aos aliados ocidentais no mesmo teatro de operações na guerra seguinte.

A segunda foi colocar interesses militares imediatos à frente de interesses políticos a longo prazo, trazendo para a guerra atores cujos objetivos eram incompatíveis com os da França e do Reino Unido. Foi o caso quando os aliados aliciaram a Itália para o seu campo com vagas promessas de amplas recompensas. A Itália falhou em contribuir significativamente para a vitória, como era previsível, já que a natureza do terreno permita aos Austro-Húngaros conter os italianos com forças menores enquanto se empenhavam contra a Rússia, precisando, pelo contrário os italianos de apoio aliado para evitar a derrota, em vez de desviarem forças adversárias significativas da frente ocidental. Mas a falta de compensação pelo esforço de guerra italiano, que tinha sido real, fez com que a Itália, como a Turquia, fosse adversamente muito condicionada no pós-guerra pela experiência do conflito. Mas enquanto a Turquia se tornou defensiva e isolacionista, a Itália tornou-se agressiva, muito acima das suas potencialidades reais, de uma forma que só um outro conflito mundial veio a corrigir, refazendo mais uma vez a realidade política italiana.

Mas se a frente Italiana pode ser, de alguma forma, justificada pela necessidade de remover pressão da Rússia e se a evolução política da Itália apenas era discernível com o conhecimento do futuro, este negligenciar dos interesses políticos futuros é particularmente gravoso no caso da decisão de apoiar o desencadear e a expansão da revolta árabe. Os benefícios militares eram relevantes mas não decisivos. A vitória de Allenby teria sido conseguida de qualquer forma, e, quando se verificou, a guerra estava de qualquer modo ganha. O preço político foi porém enorme. Como na Turquia, a guerra deu aos árabes uma narrativa fundadora para a sua causa nacionalista. E a escolha de não apoiar apenas os movimentos cujos objetivos

fossem mais compatíveis com os interesses ocidentais, mas virtualmente todos aqueles que conseguissem contribuir para a campanha em curso, independentemente dos seus interesses, foi desastroso. Homens como Lawrence e Pisana foram a materialização daquilo a que hoje se chama o Tenente Estratégico, tomando decisões, no local e na hora, que iriam ter consequências pesadas a longo prazo. As promessas que eles fizeram foram negadas pelos vencedores e a sua presença, ao lado de Feisal na conferência de Paris reforçou a credibilidade à perceção pelos Árabes de que tinham sido usados pelos Aliados, como de facto tinham.

O legado, a longo prazo da revolta, é um nacionalismo árabe divisivo, baseado em modelos tribais e geneticamente desconfiado em relação ao Ocidente, o que é conjugado com a incapacidade, resultante em parte das circunstâncias da guerra, da Turquia de assumir um papel de liderança numa região do mundo onde a revolta contra ela está na origem de quase todas as afirmações de legitimidade.



Figura 6: O Emir Feisal nas negociações de Paris com a sua equipa, em 1919. O Capitão Pisani (diretamente atrás de Feisal) e o Coronel T. E. Lawrence (segundo a contar da direita) tomam posição atrás do Emir

Fonte: (IWM Q55481, pulled from Wikipedia images).

Um caso peculiar que chama a atenção é o apoio Britânico simultâneo a duas fações naturalmente opostas. Por um lado os mais moderados Hashemitas e por outro os fanáticos religiosos radicais de ibn Saud, apesar das repetidas objeções de Lawrence a estes últimos



Figura 7: Abdul Aziz Ibn Saud, O homem que deu ao Islão radical um estado, com Apoio Britânico

Fonte: (image from http://www.arabianheritagesource.com/altehomepage/page138.html).

e aos óbvios conflitos de interesse. Com o apoio Britânico, o movimento de Saud cresceu durante a guerra[31], e veio a conquistar aquilo a que agora chamamos, consequentemente, Arábia Saudita, criando o primeiro estado islâmico radical moderno.

O crescimento dos Saud, de um grupo rebelde marginal para um Exército revolucionário e finalmente para uma potência regional interessada em exportar o seu modelo, é um caso de estudo interessante por si só. Se compararmos a muito reduzida contribuição que deram para a vitória aliada com as implicações que a sua forma de governo tem para toda a região um século depois, a amplitude dos erros cometidos em 1916 torna-se óbvia. Era no entanto um erro que iria ser amplamente repetido, com as mesmas previsíveis consequências, notavelmente no Afeganistão, contra os Soviéticos, e, muito recentemente, nos conflitos e crises do Médio-Oriente, com as potências Ocidentais a apoiar os "inimigos dos meus inimigos" mesmo quando os seus princípios ideológicos estão em contradição total com o objetivo final pretendido para a região e com os nossos princípios.[32]

O contributo de ambos os erros pode ainda ser detetado no estado político atual do Médio Oriente e do Mediterrâneo em geral, bem como na situação atual das relações do Ocidente com o Islão. Ambos foram novamente repetidos quando o Ocidente teve que lidar com o colapso de outro Império, o Soviético. Mais uma vez, a verdade óbvia de que desmantelar um Império é um trabalho extremamente complexo e perigoso foi esquecida, é possível encontrar paralelos entre o esforço da Turquia de Kemal para definir o seu estatuto pós imperial e o esforço da Rússia de Putin para encontrar o seu estatuto pós-soviético. E, mais uma vez, constatamos que os fanáticos que lançamos contra os nossos inimigos acabam eventualmente por se virar contra nós.

Tudo podia, é claro, ter corrido horrivelmente mal com outras escolhas. As guerras têm uma propensão natural para o imprevisível. Mas, olhando para as consequências, a longo prazo, das opções aliadas no Mediterrâneo durante a Grande Guerra, não podemos deixar de concluir que o caminho para o Inferno parece estar pavimentado com más estratégias.

Referências Bibliográficas

Strachan, H., 2006. *The First World War*. London. Simon & Schuster.

Werner,P., 1998. *World War One a narrative*. London. Cassell.

MacMillan, M., 2013. *The war that ended peace*. London Profile Books.

Massie, R. K., 2007. *Dreadnought*. London: Vintage Books Random House.

Asprey, R. B., 1994. *The German High Command at War*. London. Warner Books.

Murphy, D., 2008. *The Arab Revolt*. Oxford: Osprey.

Hickey, M., 2002. *The Mediterranean Front 1914-1923*. Oxford: Osprey.

[31] A sua contribuição para o esforço de guerra foi muito reduzida, sendo claro que usaram as armas e o dinheiro que lhes foram entregues para se fortalecerem, procurando essencialmente preparar-se para o inevitável conflito do pós-guerra com os seus rivais.

[32] Os espanhóis têm um ditado brutalmente realista que diz "*Cría cuervos y te sacarán los ojos*".

Lawrence. Thomas E., 1962. *The seven pillars of wisdom*. London Penguin XX Century Classics.

Sturton, I., 1996. *All the world battleships, 1906 to the Present*. United Kingdom: Conway Maritime Press.

Hill, J.R., 1995. *The Oxford History of the Royal Navy*. Oxford: Oxford University Press.

Van der Vat, D., 2010. *The Dardanelles Disaster*. London. Duckworth Overlook.

Haythornthwaite, P. J., 1991. *Gallipoli 1915*. Oxford: Osprey.

Mosier, J., 2001. *The myth of the Great War*. London. Profile Books.

Philpott, W., 2014. *Attrition, fighting the First World War*. London: Little Brown.

Prior, R. & Wilson, T., 1999. *The First World War*. London. Cassel.

Lomas, David, 1999. *First Ypres 1914*. Oxford: Osprey.

Evans, Marix, 2004. *Battles of world war I*. Rambsubury.Crowood Press.

Pirocchi; A., data. *Italian Arditi Elite Assault Troops 1917–20*. Oxford, Osprey.

Van der Kloot, W., 2010. *World War One fact book*. Gloucestershire. Amberley.

Ireland, B. & Groove, E., 1997. *Jane's War at sea 1897-1997*. London. Harper Collins.

Livesey, A., 1994. *The Viking Atlas of World War I*. Hormondsworth, Midllesex Viking.

Livesey, A., 1997. *Great Battles of World War One*. New York. Smithmark.

Artigo recebido em setembro de 2014 e aceite para publicação em novembro de 2014

A DOUTRINA E O TREINO MILITAR NA PRIMEIRA REPÚBLICA: O EMPREGO DE FORÇAS TERRESTRES NA PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL

THE DOCTRINE AND MILITARY TRAINING DURING THE PORTUGUESE FIRST REPUBLIC: THE LAND FORCES EMPLOYMENT IN WORLD WAR I

Cláudio Luís da Silva Ferreira
Major de Infantaria
Comando da Zona Militar dos Açores
Investigador Integrado do CISDI
Ponta Delgada, Portugal
clasf76@gmail.com

Resumo

A implantação da Primeira República em Portugal criou um ambiente de enorme instabilidade política e social, debilitando a maioria das instituições nacionais, incluindo o Exército. A República trouxe ao Exército uma das mais significativas reorganizações da sua história, provocando um impacto negativo na sua coesão e capacidade operacional, nas vésperas da participação na Primeira Guerra Mundial. A participação nesta guerra constituir-se-ia para o Exército como um enorme teste às suas componentes: física, moral e conceptual, particularmente na sua doutrina.

Concluímos que a doutrina do Corpo Expedicionário Português já integrava os ensinamentos da guerra, tendo sido aplicada nas operações realizadas na Flandres. Quanto ao treino, este foi na generalidade dos casos realizado de forma inadequada e manifestamente insuficiente.

A experiência da participação na guerra terá contribuído para a evolução doutrinária, mas o fator preponderante desta evolução foi a evolução tecnológica. A guerra foi o catalisador do desenvolvimento tecnológico, mas foi o desenvolvimento tecnológico que condicionou de forma decisiva a modificação do pensamento doutrinário.

Palavras-Chave: Primeira Guerra Mundial, Doutrina, Treino, Ofensiva, Defensiva.

Como citar este artigo: Ferreira, C., 2014. A Doutrina e o Treino Militar na Primeira República: O Emprego de Forças Terrestres na Primeira Guerra Mundial. Revista De Ciências Militares, novembro de 2014 II (2), pp. 61-83. Disponível em: http://www.iesm.pt/cisdi/index.php/publicacoes/revista-de-ciencias-militares/edicoes.

Abstract

The establishment of the First Republic in Portugal created an environment of a tremendous political and social instability, which weakened most national institutions, including the Army. The Republic brought to the Army one of the most significant reorganization of its history, which had a negative impact on its cohesion and operational capability, on the eve of the participation in the First World War. The participation in this war would be for the Army a huge test to its physical, moral and conceptual components, in particular his doctrine.

We conclude that the doctrine of the Portuguese Expeditionary Corps, which had already absorbed the lessons of the war, was implemented in operations carried out in Flanders. As for the training, was in most cases insufficient and grossly inadequate.

The experience of participating in the war has contributed to the doctrinal evolution, but the prevailing factor was the technological evolution. The war was the catalyst for the technological development, but it was the technological development that forced in a decisive way, the changing of the doctrinal thinking.

Keywords: First World War, Doctrine, Training, Offensive, Defensive.

Introdução

Antes da Primeira Guerra Mundial (I GM), Portugal encontrava-se ameaçado no continente pela Espanha, nas colónias pela Alemanha e duplamente vulnerabilizado, porque o seu único elemento de política externa, assentava na aliança com Inglaterra, que conduzia uma política de transigência para com a Espanha e para com a Alemanha. Ao fator continental e colonial, temos de juntar o problema da legitimação nacional da República, que ainda estava por resolver e que causava uma enorme instabilidade e agitação na política interna da República (Teixeira, 2003, pp. 17, 20).

Como objetivo geral deste texto pretende-se efetuar uma análise da evolução da doutrina de emprego de forças terrestres (FT), decorrente da participação de Portugal na I GM, procurando alcançar os seguintes objetivos específicos: verificar se a doutrina era aplicada no treino e nas operações e identificar as diferenças fundamentais existentes na doutrina de emprego de FT nos períodos em análise.

Todo o estudo desenvolve-se em torno do conceito "doutrina", tornando-se imperativo defini-lo à partida e descrever as dimensões e indicadores que vão ser tidos em consideração para a sua análise.

Paul Latawski (2011, p. 3) afirma que a temática da doutrina militar não tem recebido a atenção devida, dada a importância que representa. É a doutrina que determina a forma como as forças militares pensam, que experiências possuem, como combatem, como treinam, como se adaptam às mudanças operacionais e como olham para o futuro.

O conceito foi pela primeira vez abordado após a I GM, pelo estratega naval britânico Sir Julian Corbett, que se referiu à doutrina militar como "*the soul of warfare*". Para Sloan

(2012, p. 243) esta afirmação revela o que é a doutrina, mas esconde muito sobre o conceito. Não explica como a doutrina militar é formulada, usada ou disseminada. Para melhor entendermos o conceito, é necessário contextualizá-lo e defini-lo.

Quanto à contextualização, a doutrina enquadra-se na componente conceptual (que além da doutrina, inclui os princípios da guerra e desenvolvimento), do potencial de combate, que em conjunto com a componente física (pessoal, equipamento, logística, treino e prontidão) e a componente moral (motivação, liderança e gestão) garantem ao Exército a capacidade para cumprir qualquer missão, uma vez que o potencial de combate pode ser aplicado em todo o espetro do conflito (Exército Português, 2012, pp. 2 e 22).

A doutrina nacional entende-a como o "... conjunto de princípios e regras que visam orientar as ações das forças e elementos militares, no cumprimento da missão operacional do Exército, na prossecução dos objetivos nacionais. Têm um caráter imperativo mas exigem julgamento na sua aplicação" (Exército Português, 2012, p. XIII).

Para definir as dimensões utilizadas para analisar a doutrina, adotou-se a visão preconizada no modelo para o estudo da História Militar do General Loureiro dos Santos, que apresenta quatro domínios da arte militar: a política, a técnica, a doutrina e a organização. No domínio da doutrina, o modelo contempla três níveis: a estratégica, a tática e a logística (Santos, 2010, p. 21). Sendo o objeto deste ensaio apenas a doutrina de emprego de forças e não a sua sustentação, serão analisadas as dimensões da doutrina ao nível estratégico e tático.

Sloan (2012, p. 244) refere que a doutrina militar é tida como a ponte entre o pensamento e a ação. Desta forma, a análise apenas da doutrina ao nível estratégico e tático seria redutora. Será assim considerado também o pensamento militar como dimensão da análise, na perspetiva de como este influenciava a forma de conduzir a guerra, e consequentemente a doutrina utilizada na aplicação do aparelho militar.

Para a dimensão *pensamento militar*, identificámos em cada um dos períodos, qual a principal ameaça a Portugal que orientava o seu pensamento sobre a forma de fazer a guerra e quais as principais influências por detrás do pensamento militar português, no que diz respeito ao emprego de forças em operações.

Relativamente à dimensão doutrina ao nível estratégico, ao extrapolarmos o conceito para a época em estudo, verificámos que ainda não existia uma clara distinção entre a estratégia total, gerais e particulares.

Até depois da I GM, a estratégia era simplesmente a estratégia militar. Era esta que definia os objetivos a serem atingidos. Este conceito estava subordinado às ideologias dos principais generais prussianos, como von Moltke, para quem a estratégia era a adaptação prática dos meios dos generais, para alcançar os fins da guerra. A I GM trouxe características de uma guerra de cariz global, que obrigou a que o conceito de estratégia tivesse de evoluir (Arrifes, 2004, p. 37), mas durante o período em estudo, a estratégia é tão-somente a estratégia militar relativa ao emprego de forças no campo de batalha.

A estratégia militar relacionava-se com utilização da força militar no Teatro de Operações, visando os objetivos definidos pela política, sendo estritamente operativa, ou representava uma noção restrita e pura de estratégia operacional da atividade militar na Guerra (Duarte,

2009, pp. 182-183), contrariamente ao conceito atual, em que a estratégia militar, relativamente ao desenvolvimento e aplicação da força (âmbito deste ensaio), é entendida nas vertentes genética, estrutural e operacional.

Por conseguinte, analisaremos a *estratégia militar* como segunda dimensão do estudo, na sua componente operacional, verificando nos períodos em análise, qual a orientação dada à força militar terrestre, no que diz respeito ao seu emprego, em termos operacionais, no plano interno e no plano externo.

Sendo o objeto de estudo a *doutrina de emprego de forças terrestres*, que se relaciona diretamente com as operações militares, que segundo Colin Gray (2005, p. 113) cobre os aspetos relativos ao desempenho militar no campo de batalha contra um inimigo, a última dimensão em análise, a *doutrina do nível tático*, será o principal foco do presente texto e será analisada em duas subdimensões, a *ofensiva* e a *defensiva*. Cada uma destas subdimensões será comparada nos períodos em análise, nos seus principais indicadores[1], as *fases das operações* e as *formas de manobra* adotadas. Será dado particular enfoco à infantaria e à artilharia, porque a maioria das operações realizadas na I GM, caracterizaram-se fundamentalmente pelo emprego deste tipo de unidades.

1. DO FINAL DA MONARQUIA À PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL

> *A nossa Marinha e o nosso Exército, carecia de ser remodelado, para nos servirmos de uma frase popular, dos "pés à cabeça".*
>
> Abel Botelho, 1911

Com a implantação da República veio o decreto "Reorganizando o Exército", de 25 de maio de 1911 (Matos, 2003, p. 117), procedendo-se à reestruturação do Exército em moldes republicanos à imagem do Exército Suíço, competindo-lhe três missões fundamentais: assegurar a soberania nacional, garantir a pacificação, a ordem e paz nos territórios ultramarinos e apoiar a política externa do Estado (Lousada, 2010, p. 1).

A reorganização era extensa e pretendia alterar significativamente a filosofia basilar do Exército. A República assumiu que o Exército permanente era uma força liquidada e institui um de base miliciana, alicerçada no pensamento de que a defesa da pátria assentava no conceito de serviço militar geral e obrigatório, estendendo-se às diferentes atividades da nação e não apenas às Forças Armadas (Ferreira, 2007, p. 261).

Matos (2003, p. 117) refere que a reorganização foi feita "... com um programa militar, que ao menos na aparência era utópico". Foram destruídos os mais elementares valores da instituição e com eles a capacidade operacional de um Exército, que ainda recentemente tinha dado provas da sua operacionalidade. Por um lado, consagrou-se na lei a criação de um Exército Miliciano, por outro, manteve-se um núcleo de oficiais permanentes em quem a República não confiava, o que viria a transformar uma máquina militar capaz e competente,

[1] São estes os principais indicadores descritos na doutrina da época.

numa força desfeita, onde reinava a indisciplina e a desconfiança e que se preocupava maioritariamente com problemas internos (Telo, 2013a).

a. O Pensamento Militar

Em termos de pensamento militar a Guerra da Secessão Americana tinha demonstrado que estávamos perante uma nova forma de fazer a guerra. A mobilização industrial em elevada escala, destacando-se o emprego dos caminhos-de-ferro e da metralhadora, contrastou com um deficiente emprego tático das armas, nomeadamente da infantaria. Ainda mais prenunciador do tipo de guerra que viria, foi o emprego de trincheiras nas etapas mais avançadas da Guerra da Secessão. Ainda assim, a Europa preferiu não atender a estes sinais, atribuindo estes fatores à incapacidade do soldado americano (Fernandes, 2003, p. 512), até porque poucos anos depois, a guerra Franco-Prussiana, centraria novamente a forma de fazer a guerra, na guerra de manobra e na prevalência da ofensiva sobre a defensiva.

As alterações verificadas eram evidentes. Ao nível estratégico, o desenvolvimento dos caminhos-de-ferro e do telégrafo, fizeram com que o Exército Prussiano conseguisse movimentar efetivos como nunca antes visto, fazendo com que as batalhas deixassem de ser coordenadas sob orientação de um único comandante, começando-se a dar maior importância e liberdade aos oficiais subalternos. Ao nível tático, o desenvolvimento do armamento potenciou o alargamento e profundidade das frentes, porque os exércitos começaram a ser batidos ainda antes de poderem ver o inimigo (Howard, 2002, pp. 19-20).

Entre 1900 e o início da I GM, surgem três novas preocupações que vão condicionar o pensamento militar português. A primeira, o aumento das rivalidades europeias, levavam a concluir que uma guerra na Europa era provável e era necessário pensar como Portugal se posicionaria perante esta situação.

A segunda preocupação é resultante da ameaça espanhola. Depois de perdidas as suas colónias na América, a Espanha aproxima-se da Inglaterra e da França e obtém autorização internacional para se expandir no Norte de Marrocos, que passará a ser o foco da atividade militar espanhola, que pretende também subordinar ou anexar Portugal. As instáveis e sempre preocupantes relações luso-espanholas agravaram-se com a implantação da República (Lousada, 2007a, p. 111) e a ameaça torna-se mais forte depois do regicídio de D. Carlos, quando Afonso XIII tenta obter autorização internacional em Londres para a invasão de Portugal, com o pretexto de manter a ordem (Telo, 2003, p. 355).

Em terceiro lugar, surge a preocupação com a agitação interna, que vai obrigar o Exército a intervir internamente para conter a instabilidade política e a desordem.

Assim, no indicador *ameaça*, Amaral (1907, p. 15) e Esteves (1908, p. 31), consideram Espanha como a única ameaça aos interesses nacionais, mas discordam quanto à forma de a deter. O Almirante Ferreira do Amaral considerava ser impossível suster uma invasão espanhola sem o apoio inglês e em caso de necessidade, a soberania devia ser garantida pela defesa da capital, assente no Campo Entrincheirado de Lisboa (CEL) (Amaral, 1907, p. 52).

Raul Esteves considerava que a ameaça espanhola tinha de ser parada se possível junto da fronteira. As forças nacionais deviam estar organizadas de forma a numa primeira fase serem

capazes de responder a qualquer surpresa, numa segunda fase, garantir um retardamento destinado a demorar a marcha e a desgastar o invasor e só numa terceira fase se deveria realizar uma defesa sólida, assente nas linhas de Torres Vedras e não no CEL (Esteves, 1908, pp. 93 e 244).

No indicador *influência*, as vitórias prussianas sobre o Império Austríaco e sobre a França, nas décadas de 1860 e 1870, marcam fortemente o pensamento militar da época. Raul Esteves é um fiel seguidor de Clausewitz, revela-se como um ofensivista puro, que acreditava que a guerra defensiva conduzia a um espírito de inferioridade moral. Para Esteves, mesmo em inferioridade numérica dever-se-ia atacar, pois só um espírito ofensivo poderia conduzir a desfechos conclusivos. A história demonstra que exércitos mais fracos, infligiram derrotas a exércitos mais fortes, graças à ofensiva, enquanto na defensiva, forças inferiores conseguiram repelir forças superiores, mas nunca obtiveram um resultado conclusivo (Esteves, 1908, p.384).

b. A Estratégia Militar

No indicador *plano interno*, o emprego do Exército é visto nos mesmos moldes do período da Monarquia. A estratégia de emprego de forças na defesa do território é reforçada na lei de 1911, continuando o CEL a ser o elemento central no plano de defesa (Telo, 2003, p. 364).

Em caso de ataque ao território nacional, a estratégia portuguesa contemplava um conjunto de forças de cobertura, que seriam realizadas pelas oito divisões que se dispunham no território continental, de forma a cobrir os principais eixos em direção à capital. Estas forças eram responsáveis por efetuar o retardamento das forças adversárias até ao CEL, que era o único local onde se oporia uma séria defesa, no sentido de ganhar tempo para receber ajuda externa, que só poderia vir de Inglaterra, mas que deixava a capital ao alcance da agora mais desenvolvida artilharia (Telo, 2003, p. 358).

No indicador *plano externo*, em 1890, Portugal conduziu uma clara viragem na sua estratégia militar para África, embora a sua presença fosse sentida em todo o território ultramarino, nomeadamente na Índia. O ultimato[2] lançado pela Grã-Bretanha neste ano, permitia concluir que ou se ocupava rapidamente o litoral dos territórios ultramarinos, ou o império estava perdido. Destaca-se neste período o emprego do Exército Colonial nas campanhas de pacificação em Angola e Moçambique.

c. A Doutrina do Nível Tático

A República, apesar da reorganização do Exército, manteve a doutrina da Monarquia, uma vez que desde 1908 não existia qualquer reequipamento do Exército, que justificasse alterações doutrinárias.

A doutrina do nível tático coincide com o pensamento militar de Raul Esteves. Era uma doutrina claramente voltada para a ofensiva, baseando-se no princípio, de que para se obter

[2] Em 11 de janeiro de 1890 a Grã-Bretanha lançou um ultimato a Portugal, exigindo a retirada dos territórios ultramarinos, fruto da tentativa de Portugal ligar Angola à contraencosta que acabou por irritar a Grã-Bretanha. As relações com a velha aliada só se voltariam a normalizar em 1899 com os tratados de Windsor (Lousada, 2007b, p. 47).

sucesso na guerra, era necessário exercer uma ação desigual sobre o inimigo, de forma a concentrar maiores efetivos num ponto decisivo, o que só era possível com operações ofensivas (Secretaria de Estado dos Negócios da Guerra, 1906a, p. 186).

(1) As Operações Ofensivas

Na ofensiva as unidades dispunham as suas forças em duas linhas táticas, em que a primeira se fracionava por sua vez em dois escalões. O 1º escalão era constituído pela linha de atiradores e reservas dos batalhões em 1º escalão, pelo reconhecimento e pelas forças de preparação e execução do combate. O 2º escalão era constituído pela reserva do 1º escalão, a quem competia apoiar o 1º escalão da 1ª linha tática.

A 2ª linha tática era composta pelas reservas gerais da unidade e destinava-se a ser empregue na proteção da 1ª linha tática, ou noutras missões que surgissem no decorrer da operação (Secretaria de Estado dos Negócios da Guerra, 1906a, pp. 184-185).

Relativamente ao indicador *fases da operação*, a doutrina do período em análise contemplava quatro fases. *Os Preliminares do Combate* eram a primeira fase e destinavam-se a orientar o comando, garantindo-lhe tempo e espaço para desenvolver as formações de combate (Secretaria de Estado dos Negócios da Guerra, 1906a, pp. 186-187).

Na segunda fase, a do *Combate de Preparação*, os batalhões do 1º escalão adotavam a formação de combate e avançavam em direção ao inimigo, aproveitando o terreno e, abrindo fogo quando necessário, para vencer a resistência do inimigo. Neste movimento para a frente, em que executavam a marcha por lanços sucessivos, repeliam os Postos Avançados (PA) do inimigo e ocupava-os, preparando-se para os defender (Secretaria de Estado dos Negócios da Guerra, 1906a, pp. 187-90).

Seguia-se o *Ataque Decisivo*. As unidades encarregues desta ação aproximavam-se do inimigo por itinerários cobertos dos fogos e das vistas, até um abrigo, o mais próximo possível da posição inimiga, aguardando aí o momento da sua entrada em ação (Secretaria de Estado dos Negócios da Guerra, 1906b, pp. 145-150).

Caso o ataque não tivesse sucesso ou se o comandante decidisse abandonar a ação, dava-se a fase da *Retirada*, que podia assumir duas formas. Na Retirada Forçada, as forças faziam-no de forma organizada, apoiadas por forças à retaguarda. Na Retirada Voluntária, realizava-se após o desenvolvimento da Guarda Avançada (GA), mas antes da linha de combate estar empenhada, procurando-se através de fogos intensos não manifestar a intenção da retirada (Secretaria de Estado dos Negócios da Guerra, 1906a, p. 191).

Relativamente ao indicador *formas de manobra* a doutrina tática desta época contemplava apenas duas. Um *Ataque Frontal* em linhas sucessivas ao longo da frente, que poderia ser conjugado com um ataque secundário num dos flancos, ou um *Ataque de Flanco* como ataque principal, conjugado com um ataque secundário ao longo da frente.

Se o ataque principal fosse realizado sobre a frente, onde atuavam as forças responsáveis pelo *Combate de Preparação*, as forças que executavam o ataque decisivo seguiam à sua retaguarda. Se o ataque decisivo ocorresse sob um dos flancos, este era conjugado com

o da frente, dirigindo-se sobre o objetivo com sucessivos reforços da linha de fogo até ao lançamento do assalto (Secretaria de Estado dos Negócios da Guerra, 1906a, pp. 190-191).

(2) As Operações Defensivas

No indicador *fases da operação*, destacam-se cinco fases.

Na primeira fase, *Preliminares do Combate*, as forças dos Postos Avançados de Segurança (PAS), entravam em combate com o intuito de ganhar tempo, para que o comando pudesse tomar as disposições necessárias na linha defensiva principal. De seguida, os Postos Avançados de Posição (PAP) obrigavam o adversário a retardar o seu movimento e a revelar as suas intenções.

Na segunda fase, *Combate de Preparação*, os batalhões em 1º escalão da 1ª linha tática abandonavam a formação de concentração ou de marcha e ocupavam posições de espera à retaguarda dos sectores, atrás da linha principal de resistência, ocupando na frente apenas pontos de apoio e os flancos, enquanto a direção do inimigo não estivesse devidamente esclarecida. Quando esta fosse determinada ocupavam as suas posições, abrindo fogo logo que o inimigo estivesse à distância de ser alvejado, para retardar o seu movimento. Os batalhões em 2º escalão da 1ª linha tática aproximavam-se dos batalhões em 1º escalão, para os reforçar pelo fogo ou dar-lhes capacidade para desenvolver um movimento ofensivo (Secretaria de Estado dos Negócios da Guerra, 1906a, pp.194-197).

Surgia de seguida a terceira fase, o *Contra Ataque*. Este era desenvolvido quando o inimigo estivesse desgastado pela preponderância dos fogos da defesa, quando se mostrasse vacilante, ou quando cessasse o fogo para se lançar ao assalto. Podia ser parcial, se desenvolvido sobre uma parte da linha da frente e por ordem de qualquer comandante de sector que dispusesse de reservas parciais, ou geral, quando realizado pela reserva geral, sob ordem do comandante da força, sendo efetuado de acordo com as regras de um ataque decisivo, ficando as forças das linhas de defesa a funcionarem como as forças do combate de preparação e a reserva, como as forças do ataque decisivo (Secretaria de Estado dos Negócios da Guerra, 1906a, pp.197-198).

A quarta fase designava-se por *Retorno Ofensivo*. Caso o assaltante ocupasse a posição, obrigando a um abandono por parte das forças amigas, eram empregues as reservas e as forças menos desgastadas pelo combate, para reconquistar o terreno perdido.

A última fase designava-se por *Retirada* e era realizada para evitar o choque ou no caso das forças serem repelidas pelas forças adversárias. A retirada da infantaria era apoiada pelos fogos de artilharia (Secretaria de Estado dos Negócios da Guerra, 1906b, pp. 158-161).

Relativamente ao indicador *formas de manobra*, embora os regulamentos da época não o refiram explicitamente, da análise efetuada, deduzimos que existe apenas uma, a *Defesa de Posição*. Esta era mais ou menos linear, dependendo do terreno onde se desenvolvia, mas seria sempre organizada com uma área de segurança, onde eram dispostos os PAS e os PAP, e uma área de defesa, onde se realizava a resistência principal (Secretaria de Estado dos Negócios da Guerra, 1906a, p. 194).

2. O PERÍODO DA PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL

> *O Exército de 1914 não é a força de cidadãos e milicianos com que a República sonhou, mas também não é o Exército disciplinado, unido e coeso que D. Carlos tinha erguido.*
>
> Telo, 2013

a. O Pensamento Militar

Portugal entendia que os conflitos entre potências continentais eram resolúveis apenas no espaço europeu mas, apesar desta visão, a partir de 1914 iniciaram-se os conflitos com a Alemanha nos territórios ultramarinos, depois de em 1881 a Alemanha ter começado a construir um verdadeiro império colonial (Arrifes, 2004, pp. 95 e 97).

No indicador *ameaça*, além da ainda presente ameaça espanhola, surge a ameaça alemã, que passa a ser oficial, em nove de março de 1916, com a declaração de guerra da Alemanha a Portugal, em virtude do aprisionamento de navios alemães em portos portugueses, a pedido da Inglaterra e em nome da aliança (Martins, 1945, p. 519).

No indicador *influência*, considerámos que apesar do pensamento militar no período da I GM ser semelhante ao do período anterior, a forma como se faz a guerra está marcada pelos acontecimentos da Guerra de Trincheira que decorria no Teatro Europeu.

O pedido do governo britânico, a 10 de outubro de 1914, para que Portugal deixasse a posição de neutralidade, leva a que se desloquem a Londres uma missão de três oficiais de Estado-Maior para conferenciarem com o Estado Britânico os contornos da cooperação, resultando numa série de acontecimentos que conduziram o país à cedência de armamento a Inglaterra destinado à África do Sul e à preparação de uma Divisão Auxiliar para a eventualidade de ter de participar no Teatro Europeu (Martins, 1945, p. 518).

b. A Estratégia Militar

A reorganização de 1911 fez com que o Exército ficasse muito mais vocacionado para a defesa do território nacional, ainda que com grandes limitações, do que para uma intervenção além-fronteiras, incluindo nos territórios coloniais (Afonso & Gomes, 2003, p. 101), ainda assim, depois da declaração de guerra da Alemanha a Portugal, a estratégia militar no indicador *plano externo* compreende o emprego de forças no Teatro Europeu, solicitadas pelos ingleses e pelos franceses, ao qual Portugal acedeu com o intuito de prosseguir os objetivos nacionais de garantir a posse das colónias, criar condições para afastar a ameaça espanhola e afirmar internacionalmente a jovem República. Além do Teatro Europeu, o Exército Colonial continua a ser empregue nos territórios ultramarinos, principalmente no Sul de Angola e no Norte de Moçambique, mas também em todos os restantes territórios do império.

No indicador *plano interno*, o emprego do Exército na defesa do território não sofreu qualquer alteração relativamente ao período anterior em análise.

c. A Doutrina do Nível Tático

Em 1916, o CEP, reconhecendo que a doutrina em vigor não seria adequada à guerra que se desenrolava na Europa, publicou um manual direcionado para este tipo de conflito, que era resultante de três importantes fatores: a contínua proximidade das forças adversárias; o tempo durante o qual as forças ocupavam, em geral, o mesmo terreno; a execução forçada de ataques frontais, enquanto os dois beligerantes permaneciam na defensiva (CEP, 1916, p. 3).

Estes fatores fazem com que as primitivas trincheiras da doutrina tática do período da Monarquia se transformem num complicado sistema de entrincheiramento, cujo traçado e organização são fortemente influenciados pela natureza da artilharia adversária.

Nesta guerra estática, a artilharia conseguia manter um fogo vivo em todas as ações da infantaria, o que seria impossível numa guerra de movimento, por causa das dificuldades de remuniciamento. Consequentemente, a artilharia adquire a capacidade de rapidamente executar uma barragem em frente a qualquer ataque, o que leva a que os ataques tenham de ser executados de surpresa logo, as trincheiras de onde estes partem, não podem estar a grandes distâncias das do inimigo. A forma das fortificações de campanha da I GM é uma consequência dos meios empregues (CEP, 1916, pp. 3-5).

(1) As Operações Ofensivas

No indicador *fases da operação*, a doutrina do CEP contemplava três fases.

A *Preparação para o Ataque* iniciava-se várias semanas antes do mesmo e implicava a execução de reconhecimentos ao sistema de trincheiras do inimigo, através de uma constante observação e emprego de patrulhas de reconhecimento. O esquema defensivo do inimigo também era estudado através da observação de fotografias aéreas tiradas a partir de aeroplanos (CEP, 1916, p. 52).

Efetuados os reconhecimentos era gizado um plano de ataque seguindo-se um período de instrução. Esta primeira fase contemplava ainda a preparação de trincheiras para o ataque, que eram iniciadas muito antes do dia do ataque, para que não se revelasse as intenções ao adversário (CEP, 1916, p. 53).

Na segunda fase era realizado um intenso *Bombardeamento Preliminar* de artilharia, no sentido de destruir as defesas do inimigo, principalmente os pontos de apoio e metralhadoras, acompanhado por fogos de morteiros, dos granadeiros e da infantaria, para evitar a reconstituição da defesa do inimigo (CEP, 1916, pp. 55-56).

Na terceira fase dava-se o *Assalto*. A artilharia alongava o tiro de forma a barrar os possíveis reforços do inimigo. As tropas do assalto, constituíam vagas lineares sucessivas, distanciadas entre si de cerca de 45 metros, com os homens separados por dois metros. O número de vagas dependia dos objetivos a atingir, a infantaria marchava em direção à trincheira inimiga em passo moderado e ordenado, de forma a manter-se a linha do ataque (CEP, 1916, pp. 56-57).

Relativamente ao indicador *formas de manobra*, da descrição anteriormente efetuada, deduzimos claramente que apenas estava prevista uma forma de manobra para as operações ofensivas, o *Ataque Frontal*. Este era executado por forças de infantaria, apoiadas por fogos de artilharia e metralhadoras.

(2) As Operações Defensivas

Relativamente ao indicador *fases da operação*, o manual doutrinário do CEP descreve-as suficientemente bem, para inferirmos que as operações se desenrolavam em três fases.

A primeira consistia na *Evacuação Temporária* e *Parcial da Linha Avançada*, uma vez que um ataque de grande envergadura era normalmente precedido de grandes bombardeamentos, que podiam durar dias. A infantaria evacuava provisoriamente a linha da frente à exceção dos pontos de apoio e dos pontos fortificados.

Na segunda fase, *Defesa do Sector Defensivo*, a infantaria sustinha até ao limite os pontos de apoio na frente, mesmo com o risco de envolvimento, uma vez que estes obrigavam o inimigo a dividir as suas forças, contribuindo para o sucesso de um posterior contra ataque, uma vez que a doutrina do CEP, assume que os alemães têm como modus operandi o envio de um pequeno efetivo de soldados, e só no caso destes terem sucesso, é que enviam mais efetivos (CEP, 1916, p. 51).

Na terceira fase, a do *Contra Ataque*, destinava-se a repelir forças inimigas que conseguissem penetrar nas linhas amigas e era executado através de um ataque planeado pela infantaria, conjugado com fogos de artilharia (CEP, 1916, pp. 49-50).

No indicador *formas de manobra*, a doutrina do CEP contemplava apenas uma forma de defesa. Esta consistia numa *Defesa de Posição*, com a zona principal de resistência assente na linha de defesa mais avançada e as forças dispostas em profundidade (CEP, 1916, pp. 3-5).

3. A APLICAÇÃO DA DOUTRINA DURANTE A PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL

a. O Treino

> *O treino recebido em Tancos revelou-se completamente inadequado relativamente à guerra de trincheiras da Flandres, o armamento era diferente, o fardamento utilizado na guerra era outro. Em suma, o treino foi à portuguesa e a guerra à inglesa.*
>
> Lousada, 2007

A reorganização de 1911 tinha a intenção de implementar o conceito de Nação em Armas, enquadrada por oficiais milicianos e um pequeno número de profissionais. A escola de oficiais milicianos instituída pela reorganização do Exército não funcionou como previsto. A redução de oficiais do quadro foi pouco significativa e o espírito de serviço militar universal e obrigatório só começou de facto a ser cumprido depois da entrada de Portugal na I GM (Telo, 2013a). O treino serviu para legitimar a República, em vez de preparar o Exército para o seu fim específico (Martins, 1945, p. 503).

Em 1916 iniciaram-se as medidas necessárias ao estado de guerra, preparando forças para a defesa da capital. Em Tancos preparava-se uma Divisão Auxiliar, prevendo o seu emprego no interior ou no exterior do território, conforme as circunstâncias viessem a exigir (Martins, 1945, p. 519).

No que diz respeito ao treino específico do CEP, refere Lousada (2007, p. 116), "... um Corpo do Exército, constituído por 55 mil homens. Esse efetivo foi desadequadamente preparado em Tancos, porque se "apostou" nas marchas forçadas para a infantaria, extenuantes exercícios de cavalaria e preparação de tiro feito com armas jamais utilizadas na Flandres...".

Já no teatro de operações da Flandres, as forças portuguesas receberam instrução especial dos ingleses nos campos de instrução modulares e nas próprias brigadas inglesas, onde os batalhões portugueses eram integrados. Só depois deste período de adaptação as forças portuguesas assumiram a frente. As primeiras forças portuguesas chegaram ao teatro da Flandres em oito de fevereiro, mas só em 30 de maio, é que a 1ª brigada portuguesa já instruída assumiu a frente (Martins, 1945, p. 521-522).

Também no teatro da Flandres, o decurso dos treinos não decorreu da melhor forma. As constantes mudanças de local de acantonamento durante o período de preparação, com prejuízo para a instrução e treino, as dificuldades constantes de equipamentos, a falta de instrutores e a falta de instruções claras por parte dos ingleses, que deram ordens prematuras a batalhões que ainda não estavam prontos a marcharem para as trincheiras, contribuíram para que o treino tivesse sido realizado de forma atabalhoada e pouco consistente (Monteiro, 1918, p. IV).

A organização do CEP foi inteiramente adaptada à organização britânica, desaparecendo a unidade regimento, sendo substituída por brigadas a quatro batalhões (Martins, 1945, p. 523). As primeiras forças fundearam em Brest a 2 de fevereiro de 1917, ainda com a organização portuguesa e a 20 deste mesmo mês, a reorganização já tinha sido efetuada (Costa, 1920, p. 19).

b. As Operações de Combate

> *E assim, tendo o peso da ofensiva alemã de nove de abril incidido, principalmente, sobre o sector português, guarnecido por forças numericamente insuficientes e desmoralizadas por causas várias, não há que estranhar que estas cedessem.*
>
> Gomes da Costa, 1920

Ao nível tático, o CEP empregou nas operações a doutrina que lhe foi imposta pelos ingleses, que era utilizada por todos os aliados, seguindo o conceito da ordem paralela da guerra (Jomini, 2008, p. 144). O plano de defesa das divisões era extraído do plano de defesa do corpo que, por sua vez era uma tradução do plano britânico que contemplava:

Uma Primeira Linha de Defesa, a cargo das divisões, com a sua frente entre os 80 a 250 metros da "terra de ninguém", constituída por três linhas de trincheiras: a Linha A, mais à frente, era descontínua e protegida por uma faixa tripla de arame farpado, com as filas separadas por 10 metros; a cerca de 300 a 800 metros da Linha A, ficava a Linha B, que era uma linha mais robusta e contínua, ladeada por artilharia pesada e protegida por arame farpado, com depósitos para munições, mantimentos e abrigos para os homens. Esta era a linha principal de resistência; a Linha C, 500 a 800 metros à retaguarda da B, era destinada a

receber as tropas batidas nas Linhas A e B, sendo formada por pequenas obras de construção, onde ficavam os comandantes de batalhão (Costa, 1920, pp. 63-64).

Entre 2,5 a 3 Km à retaguarda da Primeira Linha de Defesa, dispunha-se a Linha Intermédia, da responsabilidade do corpo, conhecida como Linha das Aldeias, que era composta por um misto de aldeias e ruínas, que no fundo era uma linha das reservas das divisões, onde estas deveriam manter uma das suas brigadas e onde se dispunham as metralhadoras para bater os caminhos no interior da posição (Costa, 1920, pp. 66-68).

A cerca de 6 Km da Linha A, constituída por grandes fortificações de campanha com ligações às linhas de comunicação a ocidente, surgia a Segunda Linha de Defesa (Lousada, 2007a, p. 117). Esta linha de retaguarda estava a cargo do Exército.

Nas Operações Ofensivas, a unidade base da infantaria era o pelotão, a sua formação normal para o combate era a ordem extensa em duas linhas de uma fileira, constituindo uma vaga de assalto. Cada uma destas linhas era formada por atiradores, granadeiros e metralhadoras (Costa, 1920, pp. 58-59). Lousada (2007a, p. 107) refere que, os granadeiros e as metralhadoras ligeiras deslocavam-se nos flancos e que estas vagas, normalmente esbarravam nas posições defensivas, fortemente organizadas.

A I GM, no Teatro Europeu, caracterizou-se por fogos devastadores provocados pela artilharia de tiro rápido, pelo aparecimento em larga escala das metralhadoras, do vetor aéreo e pela utilização do gás. Estas evoluções técnicas paralisaram o campo de batalha, transformando uma guerra de movimento numa guerra estática de pura atrição. Houve, no entanto, algumas tentativas para romper as linhas de trincheira e vencer a imobilidade do campo de batalha. A primeira tentativa deu-se em 1915 na frente do Ypres, com o emprego de gases por parte dos alemães contra os canadianos, o que se viria a estender a toda a frente. A segunda tentativa foi perpetrada pelos ingleses no Somme, através do emprego de Carros de Combate (CC), destinados a romper as linhas alemãs. Os CC apareceram em força em 1917 na Batalha de Cambrai, mas também foram incapazes de vencer a imobilidade da guerra, pois a artilharia minimizava o seu poder. A terceira tentativa surgiu com o aparecimento do vetor aéreo.

O passo decisivo para romper a imobilidade da guerra viria a ser a combinação de todos estes sistemas, embora esta combinação tenha aparecido numa fase muito tardia do conflito (Henriques, 2013).

4. O PERÍODO PÓS PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL

Decorridos 15 anos da I GM, foram introduzidas novas alterações na organização do Exército (Decreto 11:856 de 1926), no sentido de o ajustar às necessidades da guerra moderna, passando a figurar na sua organização os ensinamentos desta, não esquecendo a política externa e interna do país, principalmente a sua condição económica e financeira (Ministério da Guerra, 1926, p. 706).

Esta reforma alterou alguns aspetos do sistema miliciano de 1911, adotando um sistema misto ao estilo inglês e indo buscar pontos à nova organização do francês no que se relaciona com a organização territorial e com a doutrina. O país, que estava dividido em oito

circunscrições de divisão, passou a estar organizado em quatro regiões e um governo militar (Ministério da Guerra, 1926, p. 708).

Foram igualmente criadas novas unidades e alteradas outras. Quanto à doutrina, o Decreto 11:856 refere que, comparada com a congénere de 1911, apenas apresenta alguma diferença na tecnologia e na ordem por que eram enumerados os diferentes elementos do Exército, tendo sido atendida a importância das armas para o combate (Ministério da Guerra, 1926, p. 707).

a. O Pensamento Militar

No indicador *ameaça*, o afastamento da iminência do perigo espanhol na península foi um dos principais dividendos políticos que Portugal retirou da participação na I GM (Lousada, 2007a, p. 119), mas a tensão luso-espanhola manteve-se, principalmente fruto da diferença de regimes políticos. Segundo o General Loureiro dos Santos, a ameaça espanhola é uma constante ao longo da história do país, exceto no período da formação de Portugal, até D. Dinis (Santos, 1991, pp. 67-69).

A ameaça de qualquer potência europeia aos interesses nacionais nas colónias deixou de existir, fruto dos acordos assinados no pós-guerra. Silva (1924, pp. 127-130) refere que o país devia focar-se na defesa da Metrópole, através de uma política de dissuasão contra Espanha, e na estabilização dos territórios ultramarinos.

Relativamente ao indicador *influência*, os principais contendores na I GM fizeram leituras diferenciadas da guerra. Surgiram novas correntes de pensamento militar, mais voltadas para uma perspetiva de guerra global, que viriam a ter um forte impacto na forma de fazer a guerra no período entre guerras e na Segunda Guerra Mundial (II GM). "*Clausewitz rejeitava a ideia de que há uma maneira engenhosa de desarmar e vencer o inimigo sem grande derramamento de sangue e essa é apropriadamente a tendência da Arte da Guerra. (...) Os seus ensinamentos, manejados por discípulos irrefletidos, serviram para incitar generais a procurarem a batalha a todo custo, em lugar de criarem uma oportunidade vantajosa para disputá-la (...) a arte da guerra foi reduzida, em 1914-18, a um processo de carnificina mútua*" (Liddell Hart, 1982, p. 237).

Contrariando esta ideologia *Clausewitziana*, o pensamento militar inglês passou a focar-se nos recursos e assentou na sua doutrina clássica, que desde o século XVII se baseava na trilogia entre alianças, cerco e atrição (Kennedy, 1991, pp. 11 e 29). No cerne desta ideologia estava o pensamento de Liddell Hart, que se baseava numa guerra de desgaste, através de ações periféricas das ações dos aliados, do domínio do mar e do comércio mundial, por forma a arruinar a estabilidade económica e militar do adversário (Duarte, 2009, p. 42).

Para o pensamento militar americano a questão dos recursos também era essencial, mas contrariamente ao pensamento inglês, a forma de fazer a guerra não se restringia ao desgaste do inimigo, mas sim em vencê-lo o mais rápido possível, através de uma grande concentração de poder bélico. Este poder bélico era o resultado de se dispor de mais recursos, nomeadamente tecnológicos, demográficos, militares e económicos (Duarte, 2005, p. 43).

O pensamento militar francês ficou determinantemente marcado pelo fogo. O fogo passou a ser o elemento preponderante da guerra e da sobreposição da doutrina defensiva à ofensiva. Para o Marechal Foch, a ofensiva só fazia sentido quando o terreno era favorável e existia a possibilidade de uma enorme preparação de fogos, caso contrário a defensiva deveria prevalecer sempre. É este pensamento que explica a construção da Linha *Maginot* que, para os franceses, era a única forma de travar uma ofensiva germânica, dado o seu menor poder tecnológico, industrial e demográfico (Duarte, 2005, pp. 43-44).

Não obstante, este menor poder relativo da França em relação à Alemanha foi utilizado na primeira década que se seguiu à I GM, para orientar a França para uma doutrina ofensiva, com a justificação de que, só atacando a Alemanha seria possível fazer face a um maior poderio germânico. Por outras palavras, o menor potencial relativo francês face ao alemão orientou a França para uma postura ofensiva na década de 1920 e para uma doutrina defensiva na década de 1930 (Kier, 1996, pp. 188-190).

Para os alemães, a palavra-chave do seu pensamento militar no pós-guerra era o material (*materialschaft*). Este deveria ser entendido em três vertentes: como recurso, como tecnologia e como dinâmica (o que engloba as duas anteriores e refere-se ao movimento).

Para Geyer (1996, p. 538), a Alemanha substituiu a estratégia pelo princípio tecnocrático, assente na ditadura técnica de Hindenburg e Luddendorff. As máquinas proporcionavam movimento e a tecnologia permitia velocidade e rapidez na ação. Para os alemães o pensamento militar resultante da I GM combinava velhas tradições de Moltke, tais como *Schwerpunkt* (centro de gravidade) e *Auftragstaktik* (diretiva tática) com a nova tática desenvolvida pela infantaria na I GM, *Stosstrupp tactics* (tropas de assalto/choque). Esta nova doutrina, designada por *Bewegungskrieg* (guerra como movimento) assentava numa doutrina tática de grande manobrabilidade e estreita cooperação entre todas as armas (Citino, 1999, pp. 43-45).

O pensamento militar russo assentava na guerra das massas. A massificação advém de três dimensões: a geográfica, a humana e a tecnológica, e estipula uma massificação demográfica, de meios e de movimento. A arte operacional russa assentava em forças terrestres e aéreas capazes de atingir objetivos estratégicos. Já a doutrina concretizava-se com sucessivas e interligadas operações, com vista à destruição do adversário na sua profundidade (Duarte, 2005, pp. 46-47).

Quanto a Portugal, o decreto de 1926 assume que o pensamento inglês e o francês, anteriormente descritos, são as mais fortes influências na reorganização operada no Exército Português, em termos de organização e de doutrina. Ainda assim, a reorganização de 1926 não contrariou os princípios fundamentais definidos na de 1911, fazendo apenas um ajuste no Exército, de forma a adaptá-lo às realidades económicas do país e à evolução na indústria dos armamentos (Ferreira, 2007, p. 265).

b. A Estratégia Militar

No *plano interno* são poucas as alterações efetuadas na estratégia de defesa do território nacional. A defesa da soberania nacional continuava a ser assegurada pela defesa da capital,

mas atendendo ao maior alcance das armas, o plano de defesa assentava na defesa dos portos de Lisboa e Setúbal e na defesa terrestre da capital, apoiado em ambas as margens do rio Tejo. A ideia subjacente ao facto de "os alemães acentuaram a sua preferência por novos tipos de obras de fortificação de campanha" (Beça, 1919, p. 454), fez abandonar o conceito de que a defesa deveria assentar em grandes fortificações.

No indicador *plano externo*, o emprego do Exército deixou de contemplar a presença no Teatro Europeu, mas continuava a política de afirmação ultramarina. De facto, a afirmação colonial fez parte da estratégia de Portugal não só nos anos que se seguiram à I GM, mas também no período da ditadura militar e do Estado Novo (Teixeira, 2003).

c. A Doutrina do Nível Tático

(1) As Operações Ofensivas

Na ofensiva, a combinação dos meios visava a posse do terreno que o inimigo ocupava, desorganizando o seu dispositivo, expulsando e perseguindo-o (Estado Maior do Exército, 1935, p. 83).

No indicador *fases da operação* há a considerar quatro fases. A *Marcha para a Batalha* era a primeira fase e tinha como propósito deslocar as tropas aos pontos onde tinham de ser empregues, compreendendo não só as Marchas Apeadas, como também os Transportes em caminhos-de-ferro ou por meios automóveis, assumindo neste caso a designação genérica de "Movimentos" (Estado Maior do Exército, 1935, p. 92-98).

Seguiam-se os *Preliminares da Batalha* com o objetivo de fixar o grosso das forças do inimigo. Quando o adversário se encontrava em movimento, a primeira preocupação era detê-lo e garantir a posse de uma linha, segundo a qual as forças se pudessem desenvolver. Quando o adversário se encontrava instalado, dispondo de um sistema de fogos adaptado ao terreno, aumentava as precauções na aproximação, mas o atacante tinha a possibilidade de efetuar reconhecimentos das posições do inimigo e realizar metodicamente os preparativos para o ataque (Estado Maior do Exército, 1935, pp. 108-111).

O *Desenvolvimento da Batalha Ofensiva* era a terceira fase da operação que apresentava no seu desenvolvimento a forma de ataques justapostos, sucessivos ou simultâneos, com vista a conquistar o terreno onde o inimigo se encontrava, aniquilar a sua capacidade de resistência, desorganizar o seu dispositivo, expulsando e perseguindo-o.

Seguia-se a execução do ataque, em que as unidades se deslocavam por lanços até ao inimigo, lançando de seguida o assalto (Estado Maior do Exército, 1935, p. 127-131).

A *Exploração do Sucesso e Perseguição*, quarta e última fase da operação ofensiva, realizava-se com o intuito de aumentar a desorganização do inimigo e impedir a reconstituição das suas forças (Estado Maior do Exército, 1935, pp. 145-146).

Quanto às *formas de manobra*, estavam previstas duas modalidades de manobra ofensiva: a *Manobra de Rotura Frontal* e a *Manobra de Ala*.

A *Manobra de Rotura Frontal* era empregue contra um inimigo que ocupava uma frente defensiva e consistia em atuar violentamente num ponto da frente para separar as forças

em dois núcleos, atuando de frente e de flanco sobre um dos núcleos enquanto se detinha o outro, com as forças indispensáveis (Estado Maior do Exército, 1935, pp. 84-85).

A *Manobra de Ala* era executada contra os flancos do adversário, com a finalidade de tornear as suas defesas e atingir as suas comunicações vitais ou era executada nos intervalos entre forças, com a finalidade de as separar, desorganizar e ameaçar as suas retaguardas. Esta manobra era caracterizada pela combinação de duas direções de ataque, uma sobre a frente e outra sobre o flanco e agrupava-se em *Manobras Convergentes, Manobras Transbordantes, Manobras Torneantes* e *Manobras de Flanco* (Estado Maior do Exército, 1935, pp. 86-89).

(2) As Operações Defensivas

A defensiva era adotada quando existia a necessidade de reunir meios para executar operações ofensivas, sendo para tal necessário recorrer a operações defensivas em determinados pontos da frente, uma vez que estas exigiam menos meios que a ofensiva (Estado Maior do Exército, 1935, p. 151).

No indicador *fases da operação*, a doutrina não apresentava explicitamente as fases da operação, mas a descrição realizada no Regulamento de Operações leva-nos a deduzir que a concretização do plano de defesa se dividia em cinco fases.

Na primeira fase, realizavam-se os *Combates Preliminares*, na frente da zona de resistência, na zona dos PA, com o objetivo de retardar e desorganizar o inimigo (Estado Maior do Exército, 1935, p. 174).

Na segunda fase, *Combate de Preparação*, eram executados Tiros de Interdição antes do inimigo ter desenvolvido para combate, com o intuito de retardar o seu desenvolvimento, seguindo-se a Contra Preparação, destinada a desorganizar o dispositivo do inimigo e neutralizar os seus órgãos essenciais.

Seguia-se a fase de *Defesa do Sector*, onde as tropas se empenhavam no combate próximo na tentativa de repelir o ataque.

Na quarta fase era realizado o *Contra Ataque*, com o objetivo de recuperar o terreno perdido. Caso o inimigo tivesse êxito no seu ataque, passava-se à quinta fase, a *Retirada*, com a finalidade de reagrupar as forças à retaguarda, a uma distância que permitisse ao defensor reorganizar-se e receber reforços (Estado Maior do Exército, 1935, pp. 183-184).

Quando o objetivo da defesa era a detenção do inimigo, esta organizava-se em profundidade para permitir restabelecer a frente, logo que qualquer brecha nesta fosse aberta. Por outro lado, se o objetivo fosse apenas ganhar tempo, a resistência tinha um carácter temporário, tendo mais importância os fogos na frente do dispositivo do que o escalonamento dos meios.

No indicador *formas de manobra*, a defesa apresentava dois tipos de manobra condicionados pelo espaço existente para a sua execução: a *Manobra Defensiva Estática* (que consistia em ocupar, organizar e defender uma posição, onde se pretendia barrar por tempo indefinido uma determinada direção (Ministério da Guerra: Estado Maior do Exército, 1935, p. 154) e a *Manobra Defensiva Móvel* (onde a ocupação da posição defensiva era realizada em toda profundidade do espaço disponível (Ministério da Guerra: Estado Maior do Exército, 1935, p. 152).

Fruto dos diferentes alcances das armas, os fogos organizavam-se em três zonas: uma zona de fogos de artilharia, uma zona de fogos combinados de artilharia e infantaria e uma zona de fogos de infantaria. A zona de fogos combinados era onde se podia tirar o máximo partido das metralhadoras (Estado Maior do Exército, 1935, p. 156).

A posição era organizada em duas zonas: a zona ocupada pela infantaria (que contemplava a posição de resistência e a posição dos PA) e a zona ocupada pela artilharia. A posição de resistência era a parte essencial da posição defensiva e, a sua orla exterior constituía a Linha Principal de Resistência (Estado Maior do Exército, 1935, pp. 189-190).

A segunda forma de manobra era a *Manobra Defensiva Móvel*, que podia ser de dois tipos: Retirada e Manobra em Retirada. A Retirada consistia num movimento retrógrado involuntário, com o objetivo de subtrair forças à frente, onde a capacidade de resistência deixou de ser eficaz (Estado Maior do Exército, 1935, pp. 194-195).

A Manobra em Retirada era um movimento retrógrado, executado voluntariamente, com a finalidade de ganhar tempo, obrigando o inimigo a sucessivos desenvolvimentos, ou atraindo-o para um campo de batalha antecipadamente escolhido. Esta manobra era condicionada pelo tempo que era necessário ganhar, pelo espaço que se aceitava perder e pelos meios que se podiam empenhar (Estado Maior do Exército, 1935, p. 198).

Conclusões

O processo metodológico utilizado no presente texto permitiu-nos concluir que Espanha apresentou-se em todos os períodos em análise como a principal ameaça a Portugal, orientando de forma significativa o pensamento nacional relativo à forma de fazer a guerra; na verdade o emprego de forças militares está sempre condicionado pelas ameaças existentes. Face a esta ameaça, a organização militar do território continental, estava em todos os períodos em análise focada na defesa do território contra a ameaça espanhola, sendo a organização militar territorial a expressão deste pensamento.

Quanto à materialização da doutrina no treino, conclui-se que este não só era insuficiente, como também não era realizado de acordo com a doutrina, nomeadamente no que se refere à preparação do CEP em território nacional. Interessa perceber o porquê desta situação. A resposta reside num conjunto de fatores que, em conjunto, contribuíram para o desastre: desde logo, a transformação que a Primeira República operou no Exército afetando a sua coesão e operacionalidade; por outro lado, grande parte dos oficiais do quadro era assumidamente africanistas e opunham-se à presença no Teatro Europeu; somando o facto de que o corpo de oficiais do CEP era constituído maioritariamente por oficiais milicianos na posse de conhecimentos tecnológicos limitados. Estes fatores, aliados ao pouco tempo de existência desta doutrina, fizeram com que a mesma não tivesse sido devidamente integrada no treino.

Relativamente à aplicação da doutrina nas operações, foi evidente a subjugação do CEP à doutrina inglesa. Não obstante, era manifesta a semelhança desta doutrina com a do CEP, em virtude da doutrina do CEP ter sido criada com o objetivo de uma possível aplicação na I GM. Assim, concluímos que o CEP combateu de acordo com a sua doutrina, embora esta

fosse de certa forma desconhecida para a maioria dos seus militares. Uma grande parte dos militares do CEP só tiveram contacto com a mesma no teatro de operações, aquando da integração e treino nas unidades inglesas.

Quanto ao segundo objetivo específico do estudo, que se refere às principais alterações que a I GM provocou na doutrina de emprego de FT, infere-se que a letalidade trazida aos campos de batalha pela metralhadora obrigou a que os Exércitos se tivessem de enterrar para se proteger, o que transformou uma guerra de movimento numa guerra estática. Esta só foi desbloqueada quando se regressou novamente à guerra do movimento, através do emprego conjunto da aviação, dos CC, dos gases, da artilharia de tiro rápido e das comunicações rádio. A motorização e a tecnologia obrigaram a voltar ao conceito de guerra de movimento, que potenciada por estes novos elementos, transformou o campo de batalha, aumentando-o em profundidade e em largura.

Ao nível tático, a maior dispersão de forças, a capacidade de as movimentar de forma coordenada e em tempo real, a enorme letalidade e alcance das armas e a possibilidade de influenciar o combate na profundidade, nomeadamente com o emprego da motorização e da aviação, alterou a tática utilizada no Ataque Frontal, que passou a ser focalizada num ponto, com o objetivo de separar as forças adversárias em dois núcleos, batendo-as depois por partes, ao invés do anterior ataque, executado por lanços e ao longo de grande parte da frente. Ainda ao nível das operações ofensivas, estes elementos potenciaram o aparecimento de quatro novas variantes para o Ataque de Flanco/Ala: a Manobra Convergente, Transbordante, Torneante e de Flanco.

Na defesa, obrigou à evolução de uma defesa linear para uma defesa em profundidade e ao aparecimento da Defesa Móvel. Outra importante alteração resultante da evolução tecnológica e da motorização refere-se ao desaparecimento da cavalaria dos campos de batalha como arma de decisão, passando os combates a serem decididos por forças blindadas, acompanhadas pela infantaria e apoiadas pela aviação.

Relativamente ao objetivo geral deste estudo, concluímos que a experiência de combate na I GM marcou significativamente a doutrina de emprego de FT, mas a evolução tecnológica foi ainda mais determinante.

Os ensinamentos da Guerra da Secessão, da Guerra dos Bóeres e da Guerra Russo-Japonesa não foram devidamente assimilados pelos europeus. Esta desvalorização condicionou as escolas de guerra europeias a um ensino tático desfasado relativamente à evolução tecnológica, levando a que na I GM fossem aplicadas táticas napoleónicas, contra inimigos instalados em terreno preparado e na posse de armas de tiro rápido. Esta viria a ser a receita perfeita para o desastre. Estas táticas napoleónicas em confronto com a metralhadora obrigaram a que os Exércitos tivessem de se enterrar para se protegerem. Foi este impasse que originou o desenvolvimento de novas armas e novos métodos, no sentido de vencer a imobilidade da guerra.

Surgiram primeiro os gases, depois o CC e, por fim, o avião, mas é o emprego conjunto destes meios, aliados à metralhadora e ao emprego generalizado dos meios de comunicação, que permitiu vencer a imobilidade da I GM, direcionando o pensamento militar para os

recursos e, novamente, para a guerra de movimento.

O emprego de forças no *plano interno* continuou a residir na defesa da capital, mas a posição onde se resiste até ao limite é alargada relativamente ao período anterior à guerra. Esta alteração ficou a dever-se a dois motivos: o primeiro, relativo à experiência da participação na I GM, que mostrou que os alemães tinham particular interesse em executar fogos sobre as grandes fortificações, o que obrigou a abandonar as grandes obras do CEL; o segundo, relativo à evolução tecnológica, em que o maior alcance da artilharia obrigou a afastar da capital, as posições a ocupar na sua defesa.

Ao nível *tático*, a guerra de movimento fez regressar às formações de ordem perpendicular, utilizada no período anterior à guerra, abandonando-se a ordem linear.

A doutrina *ofensiva* do pós-guerra mostra uma total rutura com a doutrina e operações do período da guerra e uma semelhança inequívoca com o período do final da Monarquia. Nos períodos anteriores e posteriores à guerra verifica-se um claro espírito ofensivo e uma doutrina voltada para uma guerra de movimento.

A evolução verificada nas *formas de manobra* é também resultado da evolução tecnológica. O aparecimento do avião, do CC e dos transportes motorizados possibilitaram maior rapidez nos deslocamentos e maior proteção, permitindo realizar um combate mais profundo, obrigando a doutrina a evoluir para acompanhar a evolução que a técnica proporcionou.

A *defesa* sofreu também uma evolução considerável. Passou de uma defesa linear para uma defesa em profundidade, baseada no poder de fogo das armas, nomeadamente das metralhadoras e da artilharia. A defesa em profundidade foi um dos resultados visíveis na doutrina do pós-guerra, não sendo resultado direto desta, e sim consequência da evolução tecnológica a que esta obrigou. Esta evolução implicou que, na reorganização do Exército de 1926, sucedesse uma evolução doutrinária.

Estamos em crer que, mesmo que Portugal não tivesse participado na I GM, a evolução tecnológica que aí ocorreu obrigaria a que doutrina evoluísse, adaptando-se e acompanhando o desenvolvimento tecnológico. A guerra, especialmente para quem combateu na frente europeia, alterou de forma significativa a mentalidade dos militares, em especial na vertente tecnológica.

A guerra foi, sem dúvida, o catalisador do desenvolvimento tecnológico, mas foi o desenvolvimento tecnológico que obrigou de forma decisiva a modificar o pensamento doutrinário. Foi, pela força das armas, nomeadamente da metralhadora, que se rompeu com as ordens perpendiculares e oblíquas da guerra, passando esta a travar-se num modelo paralelo, que paralisou os campos de batalha da Europa durante quase quatro anos, transformando uma guerra de movimento numa guerra estática.

Mas foi também por força das armas, sobretudo quando se empregaram em conjunto diferentes armas das forças terrestres com o vetor aéreo, que se venceu a imobilidade, sobressaindo novamente o movimento ao invés da atrição e os modelos perpendiculares e oblíquos ao invés do paralelo. Este conceito embrional da I GM, que emprega em conjunto forças terrestres com o vetor aéreo, viria a desenvolver-se nas décadas seguintes, atingindo

o seu auge na II GM e mantendo-se até aos nossos dias.

Referências Bibliográficas

Afonso, A. & Gomes, C.M., 2003. *Portugal Grande Guerra 1914-1918*. Lisboa: Diário de Notícias.

Afonso, A. & Gomes, C.M., 2003. Portugal na Grande Guerra 1914-1918. Lisboa: Diário de Notícias.

Amaral, F.d., 1907. *A defeza nacional*. Lisboa: A editora.

Arrifes, M.F., 2004. *A Primeira Grande Guerra na África: Angola e Moçambique (1914-1918)*. Lisboa: Edições Cosmos: Instituto da Defesa Nacional.

Barrento, A., 2010. *Da Estratégia*. Parede: Tribuna da História.

Beça, A., 1919. Lições da Grande Guerra. *Revista Militar*, agosto.

Beça, A., 1920. Lições da Grande Guerra II. *Revista Militar*.

Borges, J.V., 2003. Subsídios para o Portugal Militar: Do Armistício ao Tratado de Paz de Versalhes. In *Portugal Militar: Da Regeneração à Paz de Versalhes*. Lisboa, 2003.

Cabral Couto, A., 1988. *Elementos de Estratégia - Apontamentos para um Curso - Volume I*. Lisboa: IAEM.

CEP, 1916. *Notas sobre a Guerra de Trincheira*. Lisboa: Imprensa Nacional.

Citino, R.M., 1999. *The Path to Blitzkrieg: Doctrine and Training in the German Army, 1920-1939*. Londres: Lynne Rienner Publishers.

Costa, G.d., 1920. *O Corpo Expedicionário Português na Grande Guerra: A Batalha do Lys*. Porto: Renascença Portuguesa.

Department of Defense, 2013. *Joint Publication 1-02: Dictionary of Military and Associated Terms*. Department of Defense.

Duarte, A.P., 2005. A Visão da "Guerra Total" no Pensamento Militar. *Nação e Defesa*, outono-inverno. pp.33-50.

Duarte, A.P., 2009. O Conceito de Estratégia no Pensamento Estratégico-Militar Português na Era da Guerra Total. *Nação e Defesa*, pp.177-90.

Estado Maior do Exército, 1935. *Regulamento para o Serviço de Campanha: II Parte-Operações*. Lisboa: Papelaria Fernandes.

Esteves, R.A., 1908. A Guerra Nacional. *Revista Militar*.

Exército Português, 2012. *PDE 3-00 Operações*. Lisboa: Estado-Maior do Exército.

Fernandes, A.H., 2003. A Gestão do Conceito de Nação em Guerra em Portugal. Do início do século à Grande Guerra. In *Nova História Militar de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores.

Ferreira, J.J.B., 2007. As Reformas das Forças Armadas Portuguesas: Da época contemporânea até ao fim das Campanhas de África do século XX. In *Estratégia*. Lisboa. pp.239-317.

Geyer, M., 1996. German Strategy in the Age of Machine Warfare, 1914-1945. In Paret, P. *Makers of Modern Strategy: From Machiavelli to the Nuclear Age*. Princeton, N.J: Princeton University Press.

Gray, C.S., 2005. *Strategy for Chaos: Revolutions in Military Affairs and the Evidence of History*. Londres: Taylor & Francis e-Library.

Henriques, A.J.G.F., 2013. *A doutrina de emprego de forças terrestres no período da I GM*. Entrevistado por Cláudio Ferreira. Mafra, 08 de dezembro de 2013.

Howard, M., 2002. *The First World War*. Nova Iorque: Oxford University Press.

IESM, 2007. In *Metodologia da Investigação Científica*. Lisboa: Instituto de Estudos Superiores Militares. p.34.

Jomini, B.A.-H.D., 2008. *The Art of War*. Restored Edition ed. Translated by C.G. Mendell. Ontario: Legacy Books Press.

Kennedy, P.M., 1991. *Grand Strategies in War and Peace*. Londres: New Haven : Yale University Press.

Kier, E., 1996. Culture and French Military Doctrine Before World War II. In Katzenstein, P.J. *The culture of national security : norms and identity in world politics*. New York: Columbia University Press. pp.186-215.

Latawski, P., 2011. *The Inherent Tensions in Military Doctrin*e. Camberley: Royal Military Academy Sandhurst.

Liddell Hart, B.H., 1982. *As grandes guerras da história*. São Paulo: IBRASA.

Lousada, A.P., 2007a. *História Militar de Portugal (Apontamentos)*. Lisboa: IESM.

Lousada, A.P., 2007b. *O Exército e a Ruptura da Ordem Política em Portugal: 1820-1974*. Lisboa: Prefácio.

Lousada, A.P., 2010. O Exército na Transição da Monarquia para a República. In *A Força Militar no Período de Transição do Regime Político (1910)*. Lisboa, 2010. Sociedade de Geografia de Lisboa.

Martins, F., 1935. *Portugal na Grande Guerra*. Lisboa: Editorial Ática.

Martins, F., 1945. *História do Exército Português*. Lisboa: Editorial Inquérito Limitada.

Matos, L.S.d., 2003. República: Um "corpo com alma". In *Nova História Militar de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores.

Ministério da Guerra, 1926. Reorganização do Exército. In *Decreto-Lei N.º 11856, de 07 de julho de 1926*. Lisboa: Diário do Governo.

Monteiro, H.P., 1918. *Relatório sobre a situação do CEP*. Relatório de Situação. Estado-Maior do CEP.

Oliveira, R.d., 1995. *História do Exército Português (1910-1945)*. Lisboa: Estado-Maior do

Exército.

Santos, J.A.L.d., 1991. *Como defender Portugal*. Lisboa: Instituto de Altos Estudos Militares.

Santos, J.A.L.d., 2010. *História concisa de como se faz uma guerra*. Lisboa: Publicações Europa América.

Secretaria de Estado dos Negócios da Guerra, 1906a. *Regulamento para o Serviço de Campanha: Segunda Parte, Instrucções para a Infantaria*. Lisboa: Imprensa Nacional.

Secretaria de Estado dos Negócios da Guerra, 1906b. *Regulamento para o Serviço de Campanha: Segunda Parte, Instrucções para a Artilheria*. Lisboa: Imprensa Nacional.

Silva, P.d., 1924. Política Naval Nacional. *Anais do Clube Militar Naval*.

Sloan, G., 2012. Military doctrine, command philosophy and the generation of fighting power: genesis and theory. *International Affairs*.

Sun Tzu, 2005. *A Arte da Guerra*. 5th ed. Queluz: Coisas de Ler.

Teixeira, N.S., 2003. Portugal e a Grande Guerra. In *Nova História Militar de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores.

Teixeira, N.S., 2003. Portugal e a Guerra Civil de Espanha. In Teixeira, N.S. *Nova História Militar de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores.

Telo, A.J., 2003. Os Começos do Século. In *Nova História Militar de Portugal*. Lisboa.

Telo, A.J., 2013a. *100 Anos Grande Guerra; Portugal e a Grande Guerra: Os Condicionantes Gerais*, [Em linha]. Disponível em: http://www.portugalgrandeguerra.defesa.pt/Documents/ [Consult. 12 dezembro 2013].

Telo, A.J., 2013b. *100 Anos Grande Guerra; Portugal e a Grande Guerra: Cronologia 1914*, [Em linha]. Disponível em: http://www.portugalgrandeguerra.defesa.pt/Documents/ [Consult. 10 dezembro 2013].

Artigo recebido em setembro de 2014 e aceite para publicação em novembro de 2014

DOCTRINE AND MILITARY TRAINING DURING THE PORTUGUESE FIRST REPUBLIC: USE OF LAND FORCES IN WORLD WAR I

A DOUTRINA E O TREINO MILITAR NA PRIMEIRA REPÚBLICA: O EMPREGO DE FORÇAS TERRESTRES NA PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL

Cláudio Luís da Silva Ferreira
Infantry Major
Command of the Azores Military Zone
Integrated Investigator for the CISDI
Ponta Delgada, Portugal
clasf76@gmail.com

Abstract

The establishment of the First Republic in Portugal created an environment of tremendous political and social instability, weakening most national institutions, including the Army. The Republic brought about one of the most significant Army reorganizations in its history, impacting negatively on its cohesion and operational capability, on the eve of Portuguese participation in the First World War. Participation in this war would be an enormous test to the Army's physical, moral and conceptual components, and to doctrine in particular.

We concluded that the doctrine of the Portuguese Expeditionary Corps already integrated the teachings of the war, and was implemented during the operations carried out in Flanders. As for training, it was in most cases insufficient and grossly inadequate.

The experience of participation in the war would have played a role in doctrinal evolution, but the prevailing factor was technological evolution. The war was a catalyst for technological development, but it was this same technological development that decisively conditioned the changes in doctrinal thinking.

Keywords: First World War, Doctrine, Training, Offensive, Defensive.

Como citar este artigo: Ferreira, C., 2014. Doctrine and Military Training During the Portuguese First Republic: Use of Land Forces in World War I. Revista de Ciências Militares, novembro de 2014 II (2), pp. 85-107.
Disponível em: http://www.iesm.pt/cisdi/index.php/publicacoes/revista-de-ciencias-militares/edicoes.

Resumo

A implantação da Primeira República em Portugal criou um ambiente de enorme instabilidade política e social, debilitando a maioria das instituições nacionais, incluindo o Exército. A República trouxe ao Exército uma das mais significativas reorganizações da sua história, provocando um impacto negativo na sua coesão e capacidade operacional, nas vésperas da participação na Primeira Guerra Mundial. A participação nesta guerra constituir-se-ia para o Exército como um enorme teste às suas componentes: física, moral e conceptual, particularmente na sua doutrina.

Concluímos que a doutrina do Corpo Expedicionário Português já integrava os ensinamentos da guerra, tendo sido aplicada nas operações realizadas na Flandres. Quanto ao treino, este foi na generalidade dos casos realizado de forma inadequada e manifestamente insuficiente.

A experiência da participação na guerra terá contribuído para a evolução doutrinária, mas o fator preponderante desta evolução foi a evolução tecnológica. A guerra foi o catalisador do desenvolvimento tecnológico, mas foi o desenvolvimento tecnológico que condicionou de forma decisiva a modificação do pensamento doutrinário.

Palavras-Chave: Primeira Guerra Mundial, Doutrina, Treino, Ofensiva, Defensiva**.**

Introduction

Before World War I (WWI), Portugal was being threatened by Spain in the mainland, by Germany in the colonies and was doubly vulnerable because its sole element of foreign policy was based on an alliance with England, a country that was at that time engaged in a policy of compromise with Spain and with Germany. The issue of the legitimacy of the Republic at the national level must be added to continental and colonial factors, as it was still unresolved, and the cause of great instability and unrest in its internal policy (Teixeira, 2003, pp. 17, 20).

The general aim of this paper is to carry out an analysis of the evolution in the doctrine of land force (LF) employment, a consequence of Portuguese participation in WWI, while seeking to achieve the following objectives: to verify whether the doctrine was applied in training and in operations; and to identify fundamental differences in LF doctrine employment during the periods under analysis.

The entire study develops around the concept of "doctrine", making it imperative to define it at the outset and to describe the dimensions and indicators that will be taken into consideration in the analysis.

Paul Latawski (2011, p. 3) states that the issue of military doctrine has not received proper attention, considering its importance. Doctrine determines how military forces think, what experiences they have, how they fight, how they train, how they adapt to operational changes and how they envisage the future.

The concept was first discussed after WWI, by British naval strategist Sir Julian Corbett, who referred to military doctrine as "the soul of warfare". For Sloan (2012, p. 243), this statement reveals what doctrine is, but also hides much about the concept. It does not explain how military doctrine is formulated, used, or disseminated. To better understand the concept, it is necessary to contextualize and define it.

As for contextualization, doctrine is framed within the conceptual component (which, in addition to doctrine, includes the principles of war and development) of combat potential that together with the physical component (personnel, equipment, logistics, training and readiness) and the moral component (motivation, leadership and management) ensure the Army's ability to accomplish any mission, as combat potential can be applied across the entire conflict spectrum (Portuguese Army, 2012, pp. 2 and 22).

National doctrine interprets it as the "... set of principles and rules that seek to guide the actions of military forces and elements, in compliance with the Army's operational mission of pursuing national objectives. These have imperative character but judgment is required in their application" (Portuguese Army, 2012, p. XIII).

In order to define the dimensions employed in analyzing the doctrine, we adopted the view of General Loureiro dos Santos in his model for the study of Military History. The model includes four areas of the military arts: policy, technology, doctrine, and organization. In the section on doctrine, the model comprises three levels: strategic, tactics, and logistics (Santos, 2010, p. 21). As the object of this essay is solely the doctrine of force employment and not force support, doctrine dimensions will be analyzed at the strategic and tactical levels.

Sloan (2012, p. 244) states that military doctrine is seen as a bridge between thought and action. Thus, analyzing the doctrine solely at the strategic and tactical levels would be limiting. For this reason, we will also look at how military thinking influenced the manner in which war was conducted, and consequently at the doctrine applied in the employment of the military apparatus.

For the *military thinking* dimension, we identified, in each period, the main threat to Portugal that guided national thinking on warfare, and the main influences behind Portuguese military thought concerning the employment of forces in operations.

Regarding the *doctrine at the strategic level* dimension, as we extrapolated the concept to the time-frame under analysis, we found that a clear distinction between global, general and particular strategies did not exist yet.

Until after WWI, all strategy was simply military strategy. It was strategy that set the goals to be achieved. This concept was subordinate to the ideologies of the main Prussian generals like von Moltke, to whom strategy was a practical adaptation of generals' resources to the purposes of war. WWI had the characteristics of a global war, which required an evolution in the concept of strategy (Arrifes, 2004, p. 37). During the period under analysis, strategy was nothing more than a military strategy regarding the use of forces on the battlefield.

Military strategy was related to the use of military forces at the Theater of Operations. It was aimed at the objectives defined by policy and was strictly operative, or represented a pure, narrow concept of operational strategy for military activity in the War (Duarte, 2009,

pp. 182 -183). This occurs in contrast to the current concept, in which military strategy, from the perspective of the development and application of forces (the scope of this study), is understood in its genetic, structural and operational aspects.

Therefore, we will analyze *military strategy* in its operational component as a second dimension of this study, examining the guidance that was given to the military land forces during the periods under analysis, concerning its operational employment, internally and externally.

As the object of this study is the *doctrine for employment of land forces*, which is directly related to military operations, and according to Colin Gray (2005, p. 113) covers aspects pertaining to military performance on the battlefield against an enemy, the final dimension under review, *tactical level doctrine*, will be the main focus of this paper and will be analyzed in two sub-dimensions, *offensive* and *defensive*. Each of these sub-dimensions will be compared, in the periods under review, according to the main indicators1, the adopted *phases of operation* and *ways of maneuvering*. Special attention will be given to infantry and artillery, as the majority of operations in WWI were characterized primarily by the use of these units.

1. FROM THE END OF THE MONARCHY TO THE FIRST WORLD WAR

> *Our Navy and Army needed to be remodeled, to coin a common phrase, from "head to toe".*
>
> Abel Botelho, 1911

With the establishment of the Republic came the "Reorganizing the Army" decree of May 25, 1911 (Matos, 2003, p. 117). A reorganization of the Army was carried out according to a republican structure, in the image of the Swiss Army. The Army was responsible for three crucial missions: guaranteeing national sovereignty, ensuring pacification, order and peace in the overseas territories and supporting the State's foreign policy (Lousada, 2010, p. 1).

The reorganization was extensive and aimed at significantly changing the Army's basal philosophy. The Republic deemed a standing army to be a dying force and instituted a militia army based on the thinking that a homeland defense should be supported by general conscription, a policy that extended to the different activities of the nation and not only to the Armed Forces (Ferreira, 2007, p. 261).

Matos (2003, p. 117) states that the reorganization was carried out "... through a military program, which at least in appearance was utopian." The most fundamental values of the institution were destroyed, and with them the operational capability of an Army that had recently demonstrated its operability. On the one hand, the creation of a Militia Army was consecrated in the law; on the other, a core of permanent officers distrusted by the Republic remained, which would turn a capable and competent military machine into a frayed force ruled by indiscipline and mistrust and mostly concerned with internal issues (Telo, 2013a).

1 These are the main indicators described in the doctrine of the time.

a. Military Thinking

Regarding military thinking, the American Civil War had demonstrated that the world was facing a new form of warfare. Large scale industrial mobilization, mainly the use of railways and machine guns, contrasted with poor tactical employment of the arms, especially the infantry. The use of trenches in the more advanced stages of the Civil War was even more of a presage of the kind of war that was coming. Regardless, Europe chose not pay attention to these signs, attributing them to the ineptitude of American soldiers (Fernandes, 2003, p. 512), not least because, a few years later, the Franco-Prussian war would again focus on maneuver warfare and on the prevalence of offense over defense.

The differences were evident. At the strategic level, the development of the railway and the telegraph enabled the Prussian Army to move personnel faster than ever before, which implied battles were no longer coordinated under a single commander, with greater importance and freedom awarded to junior officers. At the tactical level, weapons development potentiated the width and depth of the front-lines, as armies were scouted before they even saw the enemy (Howard, 2002, pp. 19-20).

Between 1900 and the beginning of WWI, three new concerns emerged to condition Portuguese military thinking. The first was an increase in European rivalries, leading to the belief that a war in Europe was likely and that it was necessary to decide what would be Portugal's position in that situation.

The second concern was based on the threat from Spain. After losing the colonies in America, Spain approached England and France and gained international permission to expand in northern Morocco, becoming the focus of Spanish military activity, which was also looking to subjugate or annex Portugal. The unstable and always worrying Portuguese-Spanish relationship deteriorated with the establishment of the Republic (Lousada, 2007a, p. 111) and the threat grew stronger after the regicide of King Charles, when, in London, Alfonso XIII tried to gain international authorization to invade Portugal, under the pretext of maintaining order (Telo, 2003, p. 355).

Thirdly, concerns of internal turmoil emerge, forcing the Army to intervene internally to contain political instability and chaos.

Thus, on the *threat* indicator, Amaral (1907, p. 15) and Esteves (1908, p. 31), consider Spain to be the only threat to national interests, but disagree on how best to prevent that threat. Admiral Ferreira do Amaral considered it impossible to sustain a Spanish invasion without English support and, if necessary, sovereignty should be assured through the defense of the capital, based on the Lisbon Entrenched Field (LEF) (Amaral, 1907, p. 52).

Raul Esteves was of the opinion that the Spanish threat had to be neutralized near the border, if possible. National forces should be organized to initially be able to respond to any surprises, and in a second phase, ensure a delaying effect meant to slow down the march and wear down the invader, and only in a third phase hold a solid defense based on the Torres Vedras Lines and not on the LEF (Esteves, 1908, pp. 93 e 244).

On the *influence* indicator, Prussian victories over the Austrian Empire and over France in the 1860s and 1870s strongly marked the military thinking of the time. Raul Esteves, a faithful follower of Clausewitz, was revealed as a pure attacker who believed that defensive warfare led to a spirit of moral inferiority. To Esteves, even when outnumbered the duty was to attack, as only an offensive spirit could lead to conclusive outcomes. History demonstrates that weaker armies have inflicted defeats on stronger armies thanks to the offensive, while on defense, lower forces managed to repel superior forces, but never obtained a conclusive result (Esteves, 1908, p. 384).

b. Military Strategy

The *domestic level* indicator shows that the employment of the army was looked at from the same perspective as during the period of the monarchy. The strategy of employing forces in defense of the territory is reinforced in the 1911 bill, with the LEF remaining the central element in the defense plan (Telo, 2003, p. 364).

In case of an attack on national territory, the Portuguese strategy contemplated a set of coverage forces, to be conducted by the eight divisions positioned on the mainland, in such a way as to cover the main axes pointing towards the capital. These forces were responsible for delaying the opposing forces as far as the LEF, the only place where they would be opposed by a serious defense. The purpose of this maneuver was to gain time until foreign aid, which could only come from England, arrived, leaving the capital at the reach of the far more advanced artillery of the time (Telo, 2003, p. 358).

Regarding the *international level* indicator, Portugal made a clear shift in military strategy towards Africa in 1890, although its presence was felt across the overseas territory, especially in India. The British ultimatum[2] of that same year supported the conclusion that either the coastal overseas territories were rapidly occupied, or the empire was lost. During this period, it is worth mentioning the use of the Colonial Army in the pacification campaigns in Angola and Mozambique.

c. Tactical Level Doctrine

The Republic kept the doctrine of the Monarchy, despite the Army reorganization, as there had not been a retrofitting of the Army to justify doctrinal changes since 1908.

The tactical level doctrine coincides with the military thinking of Raul Esteves. It was a doctrine clearly focused on the offensive, relying on the principle that to succeed in war, it was necessary to exert an unequal action on the enemy in order to concentrate more forces on a decision point, which was only possible in offensive operations (Secretary of State of War Affairs, 1906a, p. 186).

[2] On January 11, 1890, Great-Britain launched an ultimatum to Portugal, demanding a retreat from the overseas territories, a result of Portugal's attempts to connect Angola to the counterscarp and that ended up aggravating Great--Britain. Relationships with the old allies would only return to normal in 1899, with the Windsor treaties (Lousada, 2007b, p. 47).

(1) Offensive Operations

When on the offensive, units distributed their forces along two tactical lines, wherein the first was divided in two echelons. The 1st echelon was composed of a line of light infantry and 1st echelon battalion reserves, reconnaissance, and combat preparation and execution forces. The 2nd echelon was constituted of the 1st echelon reserves, who were in charge of supporting the 1st echelon of the 1st tactical line.

The 2nd tactical line was composed of the unit's general reserves and was designed for protection of the 1st tactical line, or of other missions that might arise during the operation (Secretary of State of War Affairs, 1906th , pp. 184-185).

Regarding the *phases of the operation* indicator, the doctrine of the time described four phases. The first phase was designated *Combat Preparations* and was intended to guide the command, ensuring that it had the time and space required to develop combat formations (Secretary of State of War Affairs, 1906th, pp. 186-187).

In phase two, *Preparatory Combat*, the 1st echelon battalions adopted combat formation and advanced on the enemy, taking advantage of the terrain and opening fire whenever necessary to overcome enemy resistance. In this forward motion, where march was carried out through successive sections, they repelled the enemy Advanced Outposts (AO), occupying them and preparing their defense (Secretary of State of War Affairs, 1906th, pp. 187- 90).

The following phase was *Decisive Attack*. The units responsible for this action approached the enemy by routes under cover from fire and view, until they reached a shelter, as close as possible to the enemy position, waiting there to be called into action (Secretary of State of War Affairs, 1906b, pp. 145-50).

If the attack was not successful or if the commander decided to abandon the action, the *Retreat* phase would be entered. It could take two forms. In Forced Retreat, forces did so in an organized manner, supported by forces at the rear. Voluntary Retreat was conducted after the evolution of the Advanced Guard (AG), but prior to commitment at the front-line, masking the intention of retreating through use of intense fire (Secretary of State of War Affairs, 1906th, p. 191).

Regarding the *forms of maneuver* indicator, the tactical doctrine of the time included only two. A *Frontal Attack* on successive lines along the front, which could be combined with a secondary attack on one flank, or a *Flank Attack* as the main attack, combined with a secondary attack along the front.

If the main attack was carried out on the front-line, where the forces responsible for *Preparatory Combat* operated, then the forces who executed the decisive attack would follow at the rear. If the decisive attack occurred on one of the flanks, it would be coordinated with the frontal attack, moving towards the objective with successive reinforcements of the line of fire until the assault was launched (Secretary of State of War Affairs, 1906th, pp. 190 -191).

(2) Defensive Operations

On the *phases of the operation* indicator, five phases are worth mentioning.

In phase one, *Combat Preparations*, the forces of the Advanced Security Outposts (ASO) would engage in combat, with the purpose of gaining time for the command to make the necessary arrangements on the main defensive line. Then, the Advanced Position Outposts (APO) forced the opponent forces to delay their movements and to reveal their intentions.

In phase two, *Preparatory Combat*, the 1st echelon battalions of the 1st tactical line abandoned the concentration or column formations and held positions at the rear of the sectors, behind the main line of resistance, occupying only the support points and flanks at the front while enemy direction had not been properly ascertained. When it was determined, they occupied their positions, opening fire as soon as the enemy was within range and delaying its movements. The 2nd echelon battalions of the 1st tactical line were close to the 1st echelon battalions, reinforcing their fire or enabling them to develop an offensive movement (Secretary of State of War Affairs, 1906th, pp. 194-197).

Next came the third stage, the *Counter-Attack*. This attack was carried out when the enemy had been worn out by the predominance of defensive fire, when the enemy was showed hesitation, or when the fire ceased in order for the assault to be launched. The *Counter-Attack* could be partial, if it developed over a section of the front line and by order of any sector commander who possessed partial reserves, or general, when performed by general reserves under order of the force commander. It would be carried out in accordance to the rules for decisive attacks, with the defense line forces working as combat preparation forces, and the reserve forces as decisive attack forces (Secretary of State of War Affairs, 1906th, pp. 197-198).

Phase four was called *Offensive Return*. If the assault force occupied the position, forcing the retreat of friendly forces, the reserves and the forces less wearied by combat were employed to regain lost ground.

The final stage was designated *Retreat*, and was executed to prevent a clash, or in case the forces were repelled by opposing troops. Retreat of the infantry was supported by artillery fire (Secretary of State of War Affairs, 1906b, pp. 158-161).

Regarding the *forms of maneuver indicator*, although the regulations of the time do not explicitly mention it, we inferred from the analysis performed that there was only one, the *Defense Position*. It was more or less linear, depending on the terrain where it was carried out, but it would always be organized in a safety area, where the ASO and APO were distributed, and a defense area where the main resistance was conducted (Secretary of State Business of War, 1906th, p. 194).

2. THE FIRST WORLD WAR PERIOD

> *The army of 1914 is not the citizen and militia force dreamt of by the Republic, but it is also not the disciplined, united and cohesive Army raised by D. Carlos.*
>
> Telo, 2013

a. Military Thinking

Portuguese thinking was of the opinion that conflicts between continental powers could only be solved in European space, but despite this perspective, conflicts with Germany began in the overseas territories in 1914, after Germany had begun building a true colonial empire in 1881 (Arrifes, 2004, pp. 95 and 97).

The German threat emerges on the *threat indicator*, in addition to the still-present Spanish threat. The threat became official on March 9, 1916, with the declaration of war by Germany to Portugal in virtue of the imprisonment of German ships in Portuguese ports, at the request of England and on behalf of the alliance (Martin, 1945, p. 519).

On the *influence* indicator, we took into account that although military thinking during WWI was similar to that of the previous period, the way war was conducted was marked by the events of Trench Warfare going on in the European Theater.

On October 10, 1914 the British government requested Portugal to leave its neutral position, driving three officers of the General Staff to go on mission to London to discuss the details of a cooperation with the British State, resulting in a series of events that led the country to cede ordnance to England, for use in South Africa and for the preparation of an Auxiliary Division for eventual participation in the European Theater (Martin, 1945, p. 518).

b. Military Strategy

The 1911 reorganization resulted in an Army much more oriented towards the defense of national territory, albeit with major limitations, than towards foreign intervention, including in colonial territories (Afonso and Gomes, 2003, p. 101). Still, after the declaration of war by Germany to Portugal, military strategy at the *international level* indicator included the use of forces in the European Theater, at the request of England and France. Portugal accepted, pursuing its own national goals of securing possession of the colonies, creating conditions to eliminate the threat from Spain, and strengthening the young Republic internationally. In addition to the European theater, the Colonial Army continued to be employed in the overseas territories, mainly in southern Angola and northern Mozambique, but also in the remaining territories of the empire.

At the *domestic level* indicator, use of the Army in defense of the territory remains unchanged when compared to the previous period under analysis.

c. Tactical Level Doctrine

In 1916, the PEC, acknowledging that the doctrine in effect would not be appropriate to the war that was taking place in Europe, published a field manual targeted at this type of conflict caused by three major factors: continued proximity of opposing forces; the length of time during which the forces occupied, generally, the same ground; the forced execution of frontal attacks while the two belligerents remained on the defensive (PEC, 1916, p. 3).

These factors turned the primitive trenches of the Monarchy's tactical doctrine into a complicated entrenchment system, with a layout and organization strongly influenced by the nature of the opposing artillery.

In this kind of attrition warfare, artillery could maintain a live fire in all infantry actions, which would not be possible in a war of movement due to reloading issues. Consequently, artillery was able to quickly execute a barrage in front of any attack, which lead to surprise attacks, and as such the trenches from which the attack was launch cannot be too distant from the enemy. The shape of fortifications in the WWI campaign is a consequence of the resources employed (PEC, 1916, pp. 3-5).

(1) Offensive Operations

On the *phases of the operation* indicator, PEC doctrine included three phases.

Attack Preparations were initiated several weeks before combat and implied a reconnaissance of the enemy trench system through constant observation and use of reconnaissance patrols. The enemy's defensive scheme was also studied through the observation of aerial photographs taken from aircraft (PEC, 1916, p. 52).

Once reconnaissance was performed, a plan of attack was devised, followed by a period of instruction. This first phase also included the preparation of trenches for the attack, initiated long before the day of the attack, so as not to reveal their true intent to the opponent (PEC, 1916, p. 53).

In phase two, an intense *Preliminary Bombardment* was conducted by the artillery with the purpose of destroying the enemy defenses, especially support points and machine guns, along with mortar, infantry and grenadier fire, to prevent the reorganization of the enemy defense (PEC, 1916, pp. 55-56).

Phase three was the *Assault*. Artillery lengthened their shots in order to prevent possible enemy reinforcements. The assault troops were composed of successive linear waves, spaced about 45 meters apart, with two meters between each man. The number of waves depended on the objective. The infantry marched towards the enemy trench at a moderate and orderly pace, maintaining the line of attack (PEC, 1916, pp. 56-57).

Regarding the *forms of maneuver* indicator, from the previous description we can clearly infer that there was only one form of maneuver for offensive operations, the *Frontal Attack*. This attack was executed by infantry forces and supported by artillery fire and machine guns.

(2) Defensive Operations

Regarding the indicator *phases of operation,* the PEC doctrine manual describes them in enough detail for us to infer that operations unfolded in three phases.

The first consisted in the *Temporary and Partial Evacuation of the Front Line,* as a large scale attack was usually preceded by heavy bombardments that could last for days. The infantry temporarily evacuated the front-line, with the exception of support points and strong-points.

In phase two, *Defense of the Defensive Sector*, infantry sustained the front-line support points to the last possible moment, even at the risk of involvement, as those support points forced the enemy to divide their forces, contributing to the success of a subsequent counter-attack, as the PEC doctrine assumed that the Germans' modus operandi was to send out a small number of soldiers, and only in case of success did they send more forces (PEC , 1916, p. 51).

Phase three, the *Counter-Attack*, was designed to repel enemy forces that managed to penetrate the friendly lines and was performed through a attack planned by infantry in coordination with artillery fire (PEC, 1916, pp. 49-50).

In the *forms of maneuver indicator,* PEC doctrine included only one form of defense. It consisted of a *Position Defense*, with the main area of resistance based on the forward line of defense and forces distributed in depth (PEC, 1916, pp. 3-5).

3. THE APPLICATION OF DOCTRINE DURING THE FIRST WORLD WAR

a. Training

> *The training received in Tancos proved to be grossly inadequate to the trench war in Flanders, the ordnance was different, the uniforms worn in war were not the same. In conclusion, it was Portuguese style training for an English style war.*
>
> Lousada, 2007

The 1911 reorganization was aimed at implementation of the concept of a Nation in Arms framed by militia officers and a small number of professionals. The militia officers school established by the Army reorganization did not work as planned. The reduction in effective officers was negligible and the spirit of a universal and compulsory military service was only followed after Portugal entered WWI (Telo, 2013th). The training served to legitimize the Republic, instead of preparing the Army for their specific purpose (Martin, 1945, p. 503).

In 1916, measures required by the state of war were initiated with the preparation of forces for the defense of the capital. In Tancos, an Auxiliary Division underwent preparations for eventual employment inside or outside the territory, as circumstances demanded (Martins, 1945, p. 519).

Concerning the specific training of the PEC, Lousada (2007, p. 116) mentions "...one Army Corps of 55 000 men. That personnel was inadequately prepared in Tancos, because drills consisted of forced marches for infantry, strenuous cavalry exercises and fire preparations carried out with weapons that would never be used in Flanders..."

Upon arriving at the Flanders theater of operations, the Portuguese forces were given special instruction by the English, on modular instruction fields and within the English brigades where the Portuguese battalions were integrated. Only after this adjustment period did the Portuguese forces take the front. The first Portuguese forces arrived at the theater of Flanders on February 8, but it was only on May 30 that the 1st trained Portuguese brigade took the front (Martins, 1945, p. 521-522).

Training also did not go according to plan at the Flanders theater. Constant changes in cantonment location during the preparation period, to the detriment of education and training, constant difficulties with equipment, lack of instructors and lack of clear instructions by the English, who gave premature orders to battalions that were not ready to march to the trenches, contributed to training being conducted in a disorderly and inconsistent fashion (Monteiro, 1918, p. IV).

The PEC organization was fully adapted to the British organization, with the Regiment unit being replaced by brigades at four battalions (Martins, 1945, p. 523). The first forces set anchor in Brest on February 2, 1917, still with the Portuguese organization, and by the 20th of the same month, the reorganization was in effect (Costa, 1920, p. 19).

b. Combat Operations

> *And so, with the weight of the German offensive of April 9 coming down mainly on the Portuguese sector, garrisoned by numerically inferior forces, demoralized by various reasons, it shouldn't seem strange that they yielded.*
>
> Gomes da Costa, 1920

At the tactical level, the PEC employed the doctrine imposed by the British in their operations, a doctrine that was used by all allies, according to the concept of parallel order of war (Jomini, 2008, p. 144). The defense plan of the divisions was extracted from the defense plan of the corps, that in turn was a translation of the British plan, including:

A First Line of Defense, in charge of divisions, with the front between 80-250 meters of "no man's land", consisting of three lines of trenches: Line A, more advanced, was discontinuous and was protected by a triple strip of barbed wire, with rows separated by 10 meters; approximately 300-800 meters from Line A was Line B, a more robust and continuous line, flanked by heavy artillery and protected by barbed wire, with depots for ammunition, food and shelter for the men. This was the main line of resistance; Line C, 500 to 800 meters to the rear of Line B, was meant to receive troops from Lines A and B, and it consisted of small constructions, where the battalion commanders were positioned (Costa, 1920, pp. 63-64).

The Intermediate Line was distributed 2.5 and 3 km to the rear of the First Line of Defense. It was the responsibility of the corps and was known as the Line of Villages, as it was composed of a combination of villages and ruins, and was in actuality a line for division reserves to keep one of their brigades and where machine guns were aligned to scout the routes inside the position (Costa, 1920, pp. 66-68).

About 6 km from the Line A, composed of large campaign fortifications connected to the lines of communication to the west, was the Second Line of Defense (Lousada, 2007a, p. 117). This rearguard line was the responsibility of the Army.

During offensive operations, the basic infantry unit was the platoon. Its regular formation in combat was an extensive formation in two lines that formed one row, comprising an assault wave. Each of these lines was formed by snipers, machine-guns and grenadiers (Costa, 1920, pp. 58-59). Lousada (2007a, p. 107) states that the grenadiers and light machine guns moved up the flanks and that these waves were usually thwarted by the defensive positions, which were strongly organized.

In the European Theater, the First World War was characterized by devastating fire by rapid-fire artillery, by the large-scale emergence of machine guns, by the aerial component and by the use of gas. These technological developments paralyzed the battlefield, turning a war of movement into a static war of pure attrition. There were, however, some attempts to break the trench lines and to break the immobility of the battlefield. The first attempt took place in 1915, at the Ypres front, with the use of gas by the Germans against the Canadians, a tactic they would later use across the whole front-line. The second attempt was perpetrated by the British in the Somme, through the employment of Combat Vehicles (CV) with the purpose of breaking the German lines. The CV came out in force in 1917 at the Battle of Cambrai, but were also unable to overcome the immobility of the war, as artillery minimized their power. The third attempt came with the emergence of the aerial component.

The key to breaking the immobility of war would be the combination of all these systems, although this combination only emerged during a very late stage of the conflict (Henriques, 2013).

4. THE POST-WORLD WAR I PERIOD

15 years after WWI, further changes were made to the Army organization (Decree 11: 856, 1926) in order to adjust it to the requirements of modern warfare. The teachings of the latter became a part this organization, always taking into account the country's foreign and national policies, especially economic and financial conditions (Ministry of War, 1926, p. 706).

These reforms changed some aspects of the 1911 militia system, adopting a mixed system in the English style, borrowing some points from the new French army organization regarding territorial organization and doctrine. The country, divided into eight division districts, was now organized in four regions and a military government (Ministry of War, 1926, p. 708).

New units were also created, and others were changed. Regarding doctrine, Decree 11:856 states that, compared with its 1911 counterpart, there were only some differences regarding

technology and the order in which the different elements of the Army were listed, and the importance of arms in combat was taken into account (Ministry War, 1926, p. 707).

a. Military Thinking

On the threat *indicator*, avoidance of the imminent Spanish danger in the peninsula was one of the major political rewards that Portugal gained from participating in WWI (Lousada, 2007a, p. 119), but the Portuguese-Spanish tension remained, mainly the result of differences in political regimes. According to General Loureiro dos Santos, the Spanish threat was a constant throughout the country's history, except in the period between the formation of Portugal and the reign of D. Dinis (Santos, 1991, pp. 67-69).

Threats to national interests from any European power in the colonies ceased to exist, as a result of the agreements signed in the postwar period. Silva (1924, pp. 127-130) states that the country should focus on the defense of the mainland, through a policy of deterrence against Spain, and on the stabilization of the overseas territories.

Regarding the *influence* indicator, the main contenders in WWI had different perspectives on the war. New currents of military thinking emerged, more focused on a perspective of global war, that would strongly impact warfare in the interwar period and in the Second World War (WWII). "*Clausewitz rejected the idea that there was an ingenious way of disarming and defeating the enemy without too much bloodshed, and that was, appropriately, the trend in the Art of War. (...) His teachings, handled by thoughtless disciples, served to incite generals to seek battle at all costs, instead of creating an advantageous opportunity to dispute it (...) the art of war was reduced, in 1914-18, to a process of mutual carnage*" (Liddell Hart, 1982, p. 237).

Countering this *Clauzewitzian* ideology, British military thinking began to focus on resources and was based on the classic doctrine, which had rested, since the seventeenth century, on a trilogy of alliances, siege and attrition (Kennedy, 1991, pp. 11 and 29). At the core of this ideology was the thinking of Liddell Hart, which was based on a war of attrition through actions peripheral to the actions of allies, on command of the sea and of the world trade, so as to ruin the opponent's military and economic stability (Duarte 2009, p. 42).

For American military thinking, the issue of resources was also crucial, but unlike English thinking, the way of conducting warfare was not confined to wearing down the enemy, but rather to beat it as quickly as possible through a large concentration of military power. This military power was the result of having more resources, namely technological, demographic, military and economic (Duarte, 2005, p. 43).

The French military thinking was decisively marked by fire. Fire became the predominant element of war and of an overlap in defensive and offensive doctrines. To Marshal Foch, the offensive only made sense when the terrain was favorable and there was the possibility of large fire preparations, otherwise the defense would prevail. This way of thinking explained the construction of the Maginot Line that was, to the French, the only way of fighting a German offensive, given their lower technological, industrial and demographic power (Duarte, 2005, pp. 43-44).

Notwithstanding France's smaller power in relation to Germany's, that power was used during the first decade that followed WWI to guide France towards an offensive doctrine, on the grounds that only by attacking Germany would it be possible to face the greater German power. In other words, France's smaller relative potential guided it towards an offensive posture in the 1920s and towards a defensive doctrine in the 1930s (Kier, 1996, pp. 188-190).

The keyword to German military thinking in the postwar era was "material" (*materialschaft*). It should be understood in three ways: as a resource, as a technology and as a dynamic (which encompasses the former two and refers to movement).

To Geyer (1996, p. 538), Germany replaced strategy with a technocratic principle that rested on the technical dictatorship of Hindenburg and Luddendorff. Machines afforded movement and technology allowed for speed and quickness in action. For the Germans, the military thinking that came out of WWI combined Moltke's old traditions, such as *Schwerpunkt* (center of gravity) and *Auftragstaktik* (tactical directive) with the new tactics developed by the infantry in WWI, *Stosstrupp tactics* (assault/stormtroops). This new doctrine, called *Bewegungskrieg* (war with movement) was based on a tactical doctrine of great maneuverability and close cooperation between all arms (Citino, 1999, pp. 43-45).

Russian military thinking was based on mass warfare. Massification stems from three dimensions: geographical, human and technological, and stipulates a demographic massification of resources and motion. The Russian operational art was based on land and air forces capable of achieving strategic objectives. As for the doctrine, it was comprised of successive, interconnected operations aimed at the in-depth destruction of the enemy (Duarte, 2005, pp. 46-47).

As for Portugal, the 1926 Decree assumes that the previously described English and French ways of thinking are the strongest influences in the reorganization of the Portuguese army, regarding organization and doctrine. Even so, the reorganization of 1926 did not contradict the fundamental tenets set down in 1911, making only one adjustment to the Army, in order to adapt it to the economic realities of the country and to the evolution of the weapons industry (Ferreira, 2007 industry, p. 265).

b. Military Strategy

At the *domestic level*, few alterations were made to the country's defense strategy. The defense of national sovereignty would still be ensured by the capital's defense forces, but given the greater range of weapons, the defense plan relied both on the defense of the Lisbon and Setúbal ports and on the land forces at the capital, supported on both banks of the Tagus river. Perception of the fact that "the Germans had emphasized their preference for new kinds of campaign fortification works" (Beça, 1919, p. 454), caused the abandonment of the concept of a defense based on large fortifications.

On the *international level* indicator, Army employment ceased to include a presence in the European Theater, but maintained a policy of assertion in the colonies. In fact, colonial assertion would be a part of Portuguese strategy not only in the years that followed WWI, but also during the period of the military dictatorship and of the New State (Teixeira, 2003).

c. Tactical Level Doctrine

(1) Offensive Operations

When on the offensive, the combination of resources was aimed at possession of the terrain occupied by the enemy, at disrupting enemy forces, and at expelling and pursuing the enemy (Army General Staff, 1935, p. 83).

There are four phases to consider in the *phases of the operation* indicator. *Combat March* was the first stage and it was intended for moving troops to where they were needed. It consisted of Foot Marches as well as Transports in railways or vehicles, generically designated as "Movements" (Army General Staff, 1935, p. 92-98).

Then followed *Combat Preparations*, which aimed to secure the bulk of the enemy forces. If the opponent was in motion, the first concern would be to stop enemy progress and ensure possession of a line along which forces could develop. If the opponent was in a fixed position and had a system of fire adapted to the terrain, precautions would be increased during approach, but the attacker was able to perform reconnaissance of enemy positions and methodically carry out preparations for the attack (Army General Staff, 1935, pp. 108-111).

The *Development of Offensive Combat* was the third phase of the operation. Development was achieved in the form of juxtaposed, successive or simultaneous attacks, in order to conquer enemy terrain, to annihilate the enemy's capacity for resistance, to disrupt enemy forces, driving them out and then giving pursuit.

The following stage was the execution of the attack, in which units moved in sections until they reached the enemy and launched the assault (Army General Staff, 1935, pp. 127-131).

Success Exploitation and *Pursuit*, the fourth and final phase of the offensive operation, had the purpose of increasing enemy disorder and preventing the regrouping of their forces (Army General Staff, 1935, pp. 145-146).

As for *forms of maneuver*, two forms were described: the *Frontal Breakthrough Maneuver* and the *Flank Maneuver*.

The *Frontal Breakthrough Maneuver* was employed against an enemy occupying a defensive front and consisted in acting strongly on one point of the front, in order to separate enemy forces into two cores, acting frontally and from the flank on one core while holding the other with the necessary forces (Army General Staff, 1935, pp. 84-85).

The *Flank Maneuver* was executed against the enemy flanks, in order to circumvent their defenses and strike their vital communications, or in the gaps between forces, in order to separate, disrupt and threaten their rearguard. This maneuver was characterized by the combination of two directions of attack, front and flank, and was grouped into Convergent Maneuvers, Overflowing Maneuvers, Skirting Maneuvers and Flanking Maneuvers (Army General Staff, 1935, pp. 86- 89).

(2) Defensive Operations

A defensive posture was adopted when there was a need to gather resources to execute offensive operations. It was therefore necessary to resort to defensive operations at certain

points of the front, since they required less offensive resources (Army General Staff, 1935, p. 151).

On the *phases of the operation* indicator, the doctrine did not explicitly present the phases of the operation, but the description provided in the Operations Regulation leads us to infer that the implementation of the defense plan was divided into five phases .

The first stage consisted of *Preliminary Combat*, at the the resistance zone front, in the AO area, and its purpose was to delay and disrupt the enemy (Army General Staff, 1935, p. 174).

The second phase, *Preparatory Combat*, was the execution of Interdiction Fire before the enemy forces had developed into combat, with the purpose of delaying their development, followed by *Counter-Preparation,* designed to disrupt the enemy forces and neutralize their essential organs.

The following phase was *Sector Defense*, where the troops were engaged in close combat in an attempt to repel the attack.

The fourth phase was *Counter-Attack,* carried out to recover lost ground. If the enemy had succeeded in their attack, the fifth stage, *Retreat*, would follow, rallying the forces at the rear, at a distance that allowed the defender to regroup and receive reinforcements (Army General Staff, 1935, pp. 183-184).

When the objective was capturing the enemy, the defense was organized in depth to allow the reestablishment of the front as soon as a breach was detected. On the other hand, if the goal was only to gain time, resistance was temporary, and the firepower at the front of the troops was more important than scaling resources.

In the *forms of maneuver* indicator, the defense presented two kinds of maneuver, conditioned by the space available for implementation: the *Static Defensive Maneuver* (which consisted in occupying, organizing and defending a position where a given direction required a blockade (Ministry of War: Army General Staff, 1935, p. 154) and the *Mobile Defensive Maneuver* (where occupation of a defensive position was conducted along the depth of the available space (Ministry of War: Army General Staff, 1935, p. 152).

Because of the different ranges of weapons, firepower was organized into three zones: an artillery fire zone, a zone of combined infantry and artillery fire, and an infantry fire zone. The combined area of fires was where you could make the most use of machine-guns (Army General Staff, 1935, p. 156).

The position was organized into two zones: the zone occupied by infantry (which included the resistance and the AO positions) and the area occupied by the artillery. The resistance position was a key part of the defensive position, and its outer edge was the Main Line of Resistance (Army General Staff, 1935, pp. 189-190).

The second form of maneuver was the *Mobile Defensive Maneuver*, subdivided into two kinds: Retreat and Retreat Maneuver. Retreat consisted in an involuntary retrograde motion, with the purpose of taking forces from the front, where the ability to resist was no longer effective (Army General Staff, 1935, pp. 194-195).

The Retreat Maneuver was a retrograde movement, executed voluntarily, with the aim of gaining time by forcing the enemy to successive developments, or luring them into a

previously selected battlefield. This maneuver was conditioned by the time that was needed, by the space that was acceptable to lose, and by the resources that could be committed (Army General Staff, 1935, p. 198).

CONCLUSIONS

The methodological approach used in the present paper allowed us to conclude that Spain has presented itself, during all periods under review, as the main threat to Portugal, significantly influencing national thinking on warfare; in fact, employment of military forces is always conditioned by existing threats. In face of this threat, the military organization of the mainland was, in all periods under review, focused on defending the territory against the Spanish threat. The military territorial organization was the expression of this thinking.

As for the implementation of the doctrine in training, we concluded that training was not only insufficient, but was also not conducted in accordance with the doctrine, in particular regarding the preparation of the PEC on national territory. It is of interest to look at the reasons for this situation. The answer lies in a set of factors that, together, contributed to disaster: first, the transformation that the First Republic wrought on the Army, affecting cohesion and operability; on the other hand, the majority of effective officers was admittedly composed of Africanists who opposed Army presence in the European Theater; additionally, the PEC officer corps consisted mainly of militia officers with limited technological expertise. These factors, allied with the short life of this doctrine, resulted in an ineffective integration into training.

Regarding the application of doctrine in operations, the subjugation of the PEC to the English doctrine was evident. Nevertheless, the similarity of this doctrine with the PEC doctrine was obvious, by virtue of the PEC doctrine having been created for possible application in WWI. Thus, we conclude that the PEC fought in accordance with their doctrine, although its contents were relatively unknown to the majority of military personnel. A large part of the PEC personnel only had contact with the doctrine at the theater of operations, upon integration and training within the English units.

The second specific aim of this study refers to the main alterations brought by WWI in LF employment doctrine. We inferred that the lethality brought to the battlefield by machine guns forced the Armies to burrow for protection, a fact which transformed a war of movement into a war of position. The stalemate was only broken when the conflict evolved again into a war of movement through the combined use of aviation, CV, chemical agents, rapid-fire artillery and radio communications. Motorization and technology forced a return to a war of movement that, enhanced by these new elements, transformed the battlefield, increasing its depth and width.

At the tactical level, a greater dispersion of forces, the ability to move in a coordinated fashion and in real time, the enormous reach and lethality of weapons and the ability to influence the battle in depth, especially with the use of motorization and aviation, altered the tactics used in Frontal Attacks, which were focused on a single point with the purpose of separating opposing forces into two cores, then defeating them separately, instead of the

previous attacks carried out by sections and along most of the front-line. Still at the offensive operations level, these elements potentiated the emergence of four new variants of the Flank/ Wing Attack: the Convergent Maneuver, the Overflowing Maneuver, the Skirting Maneuver and the Flanking Maneuver.

Defensively, it forced the evolution of a linear defense to a defense in depth and to the emergence of Mobile Defense. Another important change resulting from technological evolution and motorization refers to the disappearance of the cavalry from the battlefield as a decisive weapon, as combat would be decided by armored forces, accompanied by infantry and supported by aviation.

Regarding the general purpose of this study, we concluded that combat experience in WWI significantly marked the LF employment doctrine, but technological evolution was even more decisive.

The teachings of the Civil War, of the Boer War and of the Russian-Japanese War were not properly assimilated by Europeans. This devaluation conditioned European war schools to a tactical teaching that was out of sync with technological evolution, resulting in Napoleonic tactics being applied during WWI, against fixed enemies on prepared ground and in possession of rapid-firing weapons. This would be the perfect recipe for disaster. These Napoleonic tactics used against machine-guns forced the Armies to burrow for protection. It was this stalemate that led to the development of new weapons and new methodologies to overcome the immobility of the war.

First emerged the chemical agents, then the CV and finally the airplane, but it was the joint use of those resources, coupled with machine-guns and the widespread use of communications that won over the immobility of WWI, directing military thinking to resources and back to a war of movement.

Use of forces at the *domestic level* continued to consist in the defense of the capital, but the last-stand position was extended relatively to the prewar period. This change happened for two reasons: the first concerned the experience in WWI, which showed that the Germans had particular interest in executing massive fire on large fortifications, which led to the abandonment of the large-scale works of the LEC; the second concerned technological evolution, as the greater range of artillery forced defense positions away from the capital.

At the *tactical* level, the war of movement brought along a return to the perpendicular formations used in the prewar period, and an abandonment of linear formations.

The postwar offensive doctrine demonstrates a complete break with the doctrine and operations of the War period and an unmistakable similarity to the period at the end of the Monarchy. In pre- and post- war periods there is a clear offensive spirit and doctrine is directed towards a war of movement.

The evolution of *forms of maneuver* is also a result of technological developments. The emergence of aircraft, CV and motorized transport allowed for faster movements and greater protection, enabling a deeper kind of combat, forcing the doctrine to evolve in order to to keep up with the developments provided by technology.

The *defense* also underwent considerable evolution. It went from a linear defense to a defense in depth based on firepower, in particular machine-guns and artillery. The defense in depth was one of the recognizable consequences on post-war doctrine, while not being a direct result of the war, but the result of the technological developments it inspired. This evolution was the reason for the doctrinal evolution that took place in the Army reorganization of 1926.

We believe that, even if Portugal had not participated in WWI, the technological developments that occurred there would have forced the doctrine to evolve, adapting and accompanying technological developments. War, especially for those who fought on the European front, significantly altered the military mindset, especially regarding the technological aspects.

The war was undoubtedly a catalyst for technological development, but it was technological developments that definitively forced doctrinal thinking to change. It was firepower, especially machine-guns, which broke with the perpendicular and oblique formations of the war, as combat began to occur along a parallel model that paralyzed the battlefields of Europe for almost four years, turning a war of movement into a war of position.

But it was also firepower, especially when employed in different combinations of land force weapons with the aerial vector, which conquered immobility, with an emphasis on movement instead of attrition, and a return to perpendicular and oblique models instead of parallel. This WWI embryonic concept that employs land forces in combination with the aerial vector would be developed in the following decades, reaching its peak in WWII and lasting to the present day.

BIBLIOGRAPHY

Afonso, A. & Gomes, C.M., 2003. *Portugal Grande Guerra 1914-1918*. Lisboa: Diário de Notícias.

Afonso, A. & Gomes, C.M., 2003. Portugal na Grande Guerra 1914-1918. Lisboa: Diário de Notícias.

Amaral, F.d., 1907. *A defeza nacional*. Lisboa: A editora.

Arrifes, M.F., 2004. *A Primeira Grande Guerra na África: Angola e Moçambique (1914-1918)*. Lisboa: Edições Cosmos: Instituto da Defesa Nacional.

Barrento, A., 2010. *Da Estratégia*. Parede: Tribuna da História.

Beça, A., 1919. Lições da Grande Guerra. *Revista Militar*, agosto.

Beça, A., 1920. Lições da Grande Guerra II. *Revista Militar*.

Borges, J.V., 2003. Subsídios para o Portugal Militar: Do Armistício ao Tratado de Paz de Versalhes. In *Portugal Militar: Da Regeneração à Paz de Versalhes*. Lisboa, 2003.

Cabral Couto, A., 1988. *Elementos de Estratégia – Apontamentos para um Curso – Volume I*. Lisboa: IAEM.

CEP, 1916. *Notas sobre a Guerra de Trincheira*. Lisboa: Imprensa Nacional.

Citino, R.M., 1999. *The Path to Blitzkrieg: Doctrine and Training in the German Army, 1920-1939*. Londres: Lynne Rienner Publishers.

Costa, G.d., 1920. *O Corpo Expedicionário Português na Grande Guerra: A Batalha do Lys*. Porto: Renascença Portuguesa.

Department of Defense, 2013. *Joint Publication 1-02: Dictionary of Military and Associated Terms*. Department of Defense.

Duarte, A.P., 2005. A Visão da "Guerra Total" no Pensamento Militar. *Nação e Defesa*, outono-inverno. pp. 33-50.

Duarte, A.P., 2009. O Conceito de Estratégia no Pensamento Estratégico-Militar Português na Era da Guerra Total. *Nação e Defesa*, pp. 177-90.

Estado Maior do Exército, 1935. *Regulamento para o Serviço de Campanha: II Parte-Operações*. Lisboa: Papelaria Fernandes.

Esteves, R.A., 1908. A Guerra Nacional. *Revista Militar*.

Exército Português, 2012. *PDE 3-00 Operações*. Lisboa: Estado-Maior do Exército.

Fernandes, A.H., 2003. A Gestão do Conceito de Nação em Guerra em Portugal. Do início do século à Grande Guerra. In *Nova História Militar de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores.

Ferreira, J.J.B., 2007. As Reformas das Forças Armadas Portuguesas: Da época contemporânea até ao fim das Campanhas de África do século XX. In *Estratégia*. Lisboa. pp. 239-317.

Geyer, M., 1996. German Strategy in the Age of Machine Warfare, 1914-1945. In Paret, P. *Makers of Modern Strategy: From Machiavelli to the Nuclear Age*. Princeton, N.J: Princeton University Press.

Gray, C.S., 2005. *Strategy for Chaos: Revolutions in Military Affairs and the Evidence of History*. Londres: Taylor & Francis e-Library.

Henriques, A.J.G.F., 2013. *A doutrina de emprego de forças terrestres no período da I GM*. Entrevistado por Cláudio Ferreira. Mafra, 08 de dezembro de 2013.

Howard, M., 2002. *The First World War*. Nova Iorque: Oxford University Press.

IESM, 2007. In *Metodologia da Investigação Científica*. Lisboa: Instituto de Estudos Superiores Militares. p. 34.

Jomini, B.A.-H.D., 2008. *The Art of War*. Restored Edition ed. Translated by C.G. Mendell. Ontario: Legacy Books Press.

Kennedy, P. M., 1991. *Grand Strategies in War and Peace*. Londres: New Haven : Yale University Press.

Kier, E., 1996. Culture and French Military Doctrine Before World War II. In Katzenstein, P. J. *The culture of national security : norms and identity in world politics*. New York: Columbia University Press. pp. 186-215.

Latawski, P., 2011. *The Inherent Tensions in Military Doctrin*e. Camberley: Royal Military Academy Sandhurst.

Liddell Hart, B.H., 1982. *As Grandes Guerras da História*. São Paulo: IBRASA.

Lousada, A.P., 2007a. *História Militar de Portugal (Apontamentos)*. Lisboa: IESM.

Lousada, A.P., 2007b. *O Exército e a Ruptura da Ordem Política em Portugal: 1820-1974*. Lisboa: Prefácio.

Lousada, A.P., 2010. O Exército na Transição da Monarquia para a República. In *A Força Militar no Período de Transição do Regime Político (1910)*. Lisboa, 2010. Sociedade de Geografia de Lisboa.

Martins, F., 1935. *Portugal na Grande Guerra*. Lisboa: Editorial Ática.

Martins, F., 1945. *História do Exército Português*. Lisboa: Editorial Inquérito Limitada.

Matos, L.S.d., 2003. República: Um "corpo com alma". In *Nova História Militar de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores.

Ministério da Guerra, 1926. Reorganização do Exército. In *Decreto-Lei N.º 11856, de 07 de julho de 1926*. Lisboa: Diário do Governo.

Monteiro, H.P., 1918. *Relatório sobre a situação do CEP*. Relatório de Situação. Estado-Maior do CEP.

Oliveira, R.d., 1995. *História do Exército Português (1910-1945)*. Lisboa: Estado-Maior do Exército.

Santos, J.A.L.d., 1991. *Como defender Portugal*. Lisboa: Instituto de Altos Estudos Militares.

Santos, J.A.L.d., 2010. *História concisa de como se faz uma guerra*. Lisboa: Publicações Europa América.

Secretaria de Estado dos Negócios da Guerra, 1906a. *Regulamento para o Serviço de Campanha: Segunda Parte, Instrucções para a Infantaria*. Lisboa: Imprensa Nacional.

Secretaria de Estado dos Negócios da Guerra, 1906b. *Regulamento para o Serviço de Campanha: Segunda Parte, Instrucções para a Artilheria*. Lisboa: Imprensa Nacional.

Silva, P. D., 1924. Política Naval Nacional. *Anais do Clube Militar Naval***.**

Sloan, G., 2012. Military doctrine, command philosophy and the generation of fighting power: genesis and theory. *International Affairs***.**

Sun Tzu, 2005. *A Arte da Guerra*. 5th ed. Queluz: Coisas de Ler.

Teixeira, N.S., 2003. Portugal e a Grande Guerra. In *Nova História Militar de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores.

Teixeira, N.S., 2003. Portugal e a Guerra Civil de Espanha. In Teixeira, N.S. *Nova História Militar de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores.

Telo, A.J., 2003. Os Começos do Século. In *Nova História Militar de Portugal*. Lisboa.

Telo, A.J., 2013a. *100 Anos Grande Guerra; Portugal e a Grande Guerra: Os Condicionantes Gerais,* [Em linha]. Disponível em: http://www.portugalgrandeguerra.defesa.pt/Documents/ [Consult. 12 dezembro 2013].

Telo, A.J., 2013b. *100 Anos Grande Guerra; Portugal e a Grande Guerra: Cronologia 1914,* [Em linha]. Disponível em: http://www.portugalgrandeguerra.defesa.pt/Documents/ [Consult. 10 dezembro 2013].

Artigo recebido em setembro de 2014 e aceite para publicação em novembro de 2014

O PERFIL DO OFICIAL DO SERVIÇO DE ESTADO-MAIOR NA GRANDE GUERRA

THE PORTUGUESE GENERAL STAFF SERVICE OFFICER'S PROFILE DURING THE GREAT WAR

Fernando César de Oliveira Ribeiro
Major de Infantaria
AEEEx/IESM
Investigador Integrado do CISDI
Lisboa, Portugal
ribeiro.fco@gmail.com

Resumo

Este texto pretende caraterizar o perfil do oficial do Serviço de Estado-Maior no período da Grande Guerra. O Serviço de Estado-Maior foi criado em 1899, sendo herdeiro do Corpo de Estado-Maior instituído em 1834. Até 1890 a formação dos oficiais deste Serviço ocorria nos moldes das restantes Armas do Exército, mas a partir de 1891 passou a ser um curso complementar, abrindo a todas as Armas do Exército. Os oficiais do Corpo de Estado-Maior eram possuidores de uma formação académica acima da média para a época, pelo que os capacitou para o desempenho de múltiplas funções, tanto militares como civis. Não era um grupo que se limitava a planear e gerir, também comandavam Companhias, Batalhões e Grupos, desempenhando missões de âmbito operacional. Desde a sua génese como Corpo de Estado-Maior, o Serviço de Estado-Maior, sempre desempenhou um importante papel no seio do Exército, incluindo nos momentos mais conturbados como o da Grande Guerra.

Palavras-chave: Estado-Maior, Grande Guerra, I Guerra Mundial, perfil sociográfico, Exército.

Como citar este artigo: Ribeiro, F., 2014. O Perfil do Oficial do Serviço de Estado-Maior na Grande Guerra. *Revista de Ciências Militares*, novembro de 2014 II (2), pp. 109-131.
Disponível em: http://www.iesm.pt/cisdi/index.php/publicacoes/revista-de-ciencias-militares/edicoes

Abstract

This article's aim is to characterize the Portuguese General Staff Service officer's profile during the Great War period. The General Staff Service was established in 1899, heir of the General Staff Corps established in 1834. Until 1890, the officers who constituted the Service were formed as the remaining Army bodies, in 1891 this course became complementary for the officers of the other bodies, granting them access to the General Staff Corps. The General Staff Service officers received an academic training, in the Military School, well above the time´s standard, granting them the ability to perform various types of functions, both military and civilian. These officers did not just plan and administrate, they also commanded Companies, Battalions and Groups thus performing operational missions. Since its inception as the General Staff Body, the General Staff Service has always played an important role within the Army, including in the most troubled times as the Great War period.

Keywords: General Staff, Great War, World War I, sociographic profile, Army.

"Enfim, não houve forte capitão
Que não fosse também douto e ciente."

Os Lusíadas, Canto V, Estrofe XCVII.

Introdução

A 5 de outubro de 1910 caiu a monarquia e instaurou-se a república em Portugal. Quatro anos volvidos, a Europa viu-se perante uma guerra de tal forma aterradora que ficou conhecida como a "Grande Guerra".

Portugal, com a sua jovem República, acabou por declarar formalmente guerra à Alemanha em 1916. Com a entrada na guerra, Portugal pretendia obter prestígio internacional e assento no 'concerto das nações', garantindo, assim, a sua soberania perante a ameaça de anexação pela Espanha. Internamente, interessava garantir a legitimação e consolidação da República e do partido que levou Portugal para a Grande Guerra[1].

No sentido de garantir as colónias, são enviados dois contingentes, um para Angola e outro para Moçambique, ainda em 1914. No total, os efetivos para o teatro africano terão rondado os 34.600 homens da metrópole e 19.500 tropas indígenas[2]. Em 1916 inicia-se o aprontamento de uma Divisão para intervir no teatro europeu, feito que ficou conhecida como o "milagre de Tancos". Em 1917, o Corpo Expedicionário Português (CEP), a força reunida para o teatro europeu, contava com 55.000 homens, nunca tendo estado, por motivos

[1] Teixeira, et al., 2004, pp. 17-22.
[2] Teixeira, et al., 2004, p. 25.

vários, na sua máxima capacidade. Este corpo combateu integrado no setor britânico, sob o comando do XI Corpo de Exército Inglês[3].

Parte integrante deste esforço foi o Serviço de Estado-Maior (Serviço de EM)[4], instituído no Exército português em 1899[5], herdeiro do Corpo de Estado-Maior (Corpo de EM)[6], instituído em 1834. A Lei 26 de Maio de 1911, que visou a reforma do Exército após a implementação da República, manteve a designação de Serviço de EM.

Os oficiais que constituíam o Serviço de Estado-Maior recebiam formação específica para o desempenho das respetivas funções. Até 1890, a formação desses oficiais ocorria nos cânones das restantes Armas do Exército, sendo um curso elementar da Escola do Exército. A partir de 1891, passou a ser um curso complementar, mantendo-se o Corpo de EM como um Corpo distinto, mas a ser preenchido pelos oficiais das restantes Armas do Exército que frequentassem esse curso.

No período de 1914 a 1918, ou seja, desde a intervenção em África até ao fim da guerra, este serviço foi constituído por 74 oficiais, sendo 23 deles oriundos do Serviço de Estado-Maior da Escola do Exército (SEM/EE) e 51 das diversas Armas habilitados com o curso complementar. Eram indivíduos oriundos de famílias com possibilidade e interesse em educá-los, que ao atingir a idade, assentavam praça no Exército com o intuito de se formarem como oficiais.

Eram oficiais que pelo seu percurso profissional, possuíam experiência de nível tático e de comando, capacidade de gestão/administração obtida nas diversas colocações do Serviço de EM.

O Serviço de EM, desde a sua génese como Corpo de EM, desempenhou um importante papel no seio do Exército, sendo que os seus elementos se evidenciavam pela sua competência e capacidade de adaptação.

1. Caraterização histórica do Corpo/Serviço de Estado-Maior

Entre nós, a expressão "Estado-Maior do Exército" (EME) foi empregue pela primeira vez na Carta de Lei, de 9 de julho de 1763, a qual visava regular o processamento e pagamento dos soldos a um grupo de oficiais, assim designado. Eram estes, os Oficiais-Generais, os Inspectores-Gerais, Deputados Assistentes dos Inspectores-Gerais e o Quartel-Mestre General[7]. Esta designação, anterior à moderna instituição do EM originária da Prússia[8], não corresponde a um Corpo com práticas e métodos, posteriormente desenvolvidos, mas sim a um grupo de oficiais que tinha, perante a Coroa, as mais altas responsabilidades na condução do Exército.

[3] Teixeira, et al., 2004, pp. 27,28.
[4] Por forma a evitar confusão entre a abreviatura do Serviço de Estado-Maior (Arma), da abreviatura do Serviço de Estado-Maior (curso de formação base da Escola do Exército), as abreviaturas serão "Serviço de EM" para designar a Arma e "SEM/EE" para designar o curso.
[5] Sá Nogueira, 1969, p. 21.
[6] Pelo motivo anteriormente explanado, designaremos Corpo de Estado-Maior por "Corpo de EM" e Curso de Estado-Maior por "CEM".
[7] Sá Nogueira, 1969, p. 9.
[8] Carrilho, 1985, p. 135.

O Corpo de EM do Exército foi criado pelo decreto de 18 de Julho de 1834, sendo um organismo que já nada possuía em comum com o Estado-Maior General[9]. No Artigo (Art.º) 9º, §1 do referido decreto, lê-se que os oficiais generais, pertencentes ao EM General estavam destinados a ser empregues no comando dos EM (do Exército, da Engenharia e da Artilharia) das Divisões e Brigadas, das Praças de 1.ª Ordem e nas Inspeções das diferentes Armas do Exército. O §2, do mesmo Art., ordena que os oficiais desse Corpo do EME, constituído por oito oficiais superiores, 16 capitães e 16 tenentes, fossem empregues nos EM das Províncias, Divisões e Brigadas, assim em ajudantes-de-ordens dos generais. Verificamos que este corpo já se encontrava destinado ao desempenho de funções de assessoria e apoio à decisão. É também neste decreto que no Art.12º, §2 é determinado que possuiriam uma promoção distinta das outras Armas do Exército, sem prejuízo para o lugar que ocupavam anteriormente, facto que configurava a criação de uma nova Arma/Serviço.

a. A formação dos oficiais de Estado-Maior

A profissão militar entendida como tal, isto é, distinta, possuidora de perícia, responsabilidade e corporativismo próprio[10], surge na Prússia (1808). Até então, as Escolas Militares estavam orientadas para ensinar aspetos técnicos ligados à utilização de Artilharia e à construção de fortificações, não possuindo grande nível pedagógico para a formação dos restantes oficiais[11]. Em 1810 é fundada a *Kriegsakademie*[12], em Berlim, cuja finalidade era o estudo da ciência da guerra. Nesta academia/escola estudavam-se Táticas, História Militar, Ciência do Armamento, assim como Matemática, Física e Química[13].

Em Portugal, essa necessidade de modernizar o ensino militar é apontada por Sá da Bandeira que, a 4 de Janeiro de 1837, extingue o Real Colégio dos Nobres e cria a Escola Politécnica (EP) na dependência do Ministério da Guerra[14]. Esta escola tinha como objetivo a "[…] a preparação militar preparatoria […]", uma vez que seria indispensável formar os futuros oficiais em "[…] Sciências phísicas e matematicas para assim depois, poderem entrar no indispensavel desenvolvimento do estudo da dificil sciência da guerra e suas vastissimas aplicações […]"[15].

A 12 de janeiro de 1837 foi criada a Escola do Exército (EE), substituindo a Academia de Fortificação, Artilharia e Desenho[16]. No seu currículo escolar foram mantidos os cursos de Engenharia Militar, a Artilharia e, num tronco comum, a Infantaria e Cavalaria, sendo criados dois novos cursos para oficiais de EM e para engenheiros civis, respetivamente[17].

---

[9] Sá Nogueira, 1969, p. 14.
[10] Huntington, 1981, p. 8.
[11] Huntington, 1981, p. 25.
[12] Literalmente, a Academia da Guerra.
[13] Huntington, 1981, p. 48.
[14] Alguns anos antes, a Universidade de Coimbra, única instituição universitária portuguesa até 1911, tinha-se oposto à criação do ensino politécnico/universitário em Lisboa e no Porto. O marquês Sá da Bandeira, adepto da introdução do ensino politécnico em Portugal viu na formação científica dos futuros oficiais "[…] o único meio de escapar à acção absorvente da Universidade de Coimbra […]" (Barata, et al., 2004, p. 426).
[15] Barata, et al., 2004, pp. 425, 426.
[16] Gaspar, 2009, p. 17.
[17] Barata, et al., 2004, p. 426.

Antecedendo em pouco mais de um mês a criação da EE, a 5 de Dezembro de 1836, foi publicado um decreto que alterava o curso de Matemática da Universidade de Coimbra (UC), passando este "[…] a ser considerado como suficiente habilitação para os cursos e oficiais, onde fosse requerida a Carta de engenheiro Civil ou Militar, assim como para os postos das diferentes armas do EXÉRCITO […]"[18]. Desde a origem da EE, não era exclusividade da EP a formação preparatória exigida aos candidatos aos cursos de Engenharia, Artilharia e EM. Na reorganização escolar de 1863 pode ler-se, no Art. 26º, §2, do capítulo IV da Ordem do Exército (OE), a indicação para a criação de um regulamento que "[…] determinará as disciplinas dos cursos preparatórios das armas especiaes ou do corpo do estado maior que poderão ser estudadas na Academia Polytechnica do Porto."[19]. Com esta reorganização ficou igualmente incluída a Academia Politécnica do Porto (APP) enquanto escola preparatória para o curso de EM, ficando o sistema de classificação regulado em 1873.

Esta realidade manteve-se até 1890, quando o curso de EM deixou de ser um curso de formação de base da EE para o Serviço de Estado-Maior (SEM/EE), passando a ser um curso complementar, abrindo assim o Corpo de EM a todas as Armas[20].

Sendo este grupo constituído por oficiais formados antes e depois de 1890, engloba portanto, oficiais oriundos do SEM/EE e das Armas.

(1) Curso de Serviço de Estado-Maior da Escola do Exército

O primeiro elemento do nosso grupo que entrou para a EE foi Abel Acácio de Almeida Botelho que, tendo ingressado em 1876[21], esteve sujeito ao determinado pela reorganização da EE de 1863, que estipulou os requisitos necessários para se concorrer à Escola. Assim, pode ler-se no Art. 27, do nº 54 da OE de 1863 que, para qualquer dos cursos, o pretendente necessitava de[22]:

- Ser português, natural ou naturalizado;
- Ser isento de lesão ou defeito físico que o impossibilitasse para a profissão militar;
- Ter praça em qualquer corpo do Exército;
- Ter bom comportamento, devidamente comprovado;
- Possuir o curso do Real Colégio Militar (CM) ou estar habilitado com: Gramática e Língua Portuguesa; Gramática e Língua Francesa; Desenho Linear; História e Geografia; Matemática Elementar, segundo os programas dos liceus de primeira classe; Princípios de Química; Física; e Introdução à História Natural, de acordo com o mesmo programa;

[18] Gaspar, 2009, p. 19.
[19] OE, 1863 nº54, p. 7.
[20] Carrilho, 1985, p. 136.
[21] LAEE, s.d.
[22] OE, 1863 nº54, p. 8.

- Efetuar exames de admissão nas disciplinas de Matemática Elementar, Princípios de Física e Química; e Introdução à História Natural, bastando para as restantes disciplinas a certidão de aprovação de qualquer liceu de primeira classe. Disciplinas sem certidão seriam submetidas a exame, Art. 30 da mesma OE[23].

Para serem admitidos para o SEM/EE e Armas Especiais (Artilharia e Engenharia), para além de preencher as anteriores condições, necessitavam ainda de possuir as habilitações preparatórias em Gramática, Tradução Latina e Filosofia Racional e Moral.

O curso preparatório para o SEM/EE tinha a duração de três anos, sendo os programas fixados pelo Governo, Art.3º do Nº54[24]. Finda esta preparação o aluno seguia o curso na EE, tendo este a duração de dois anos, Art.5º[25], contando com as seguintes disciplinas conforme o Art.4º[26]: Arte e História Militar (curso completo); Artilharia (curso elementar); Fortificação (curso elementar); Geodesia Prática e Topografia (curso completo); Administração; Legislação Militar e Noções do Direito das Gentes; Desenho e Fotografia; Comunicações Militares; e Língua Inglesa.

Após concluírem o curso os alunos seriam admitidos a um exame especial de habilitação às carreiras que versava sobre as doutrinas, práticas e exercícios mais importantes do curso. A nota classificava os alunos numericamente, determinando assim a sua antiguidade para ingresso nas referidas carreiras. Caso os alunos não atingissem o mérito julgado necessário, teriam um ano para repetir o referido exame. Se nessa repetição voltassem a ser rejeitados, iriam servir na Infantaria ou na Cavalaria, Art.40º[27].

Após a obtenção da carta geral de habilitações eram promovidos a alferes efetivos, indo servir no corpo de Infantaria ou Cavalaria, sendo promovidos ao posto imediato de tenente, após dois anos de "[…] bom serviço efectivo […]", Art.45º, §1[28].

(2) Curso de Estado-Maior (complementar)

Como vimos previamente, a reforma escolar de 1890 alterou a formação dos oficiais de EM, deixando ser um curso de base da EE para um curso complementar para as Armas. Passou também a designar-se como Curso Superior de Guerra, tendo a duração de dois anos letivos. Isto implicava que os oficiais teriam preenchido as condições necessárias para o ingresso nos outros cursos.

O oficial que desejasse concorrer ao Curso Superior de Guerra, para além de necessitar de possuir dois anos de bom e efetivo serviço como oficial "nas tropas ativas das suas armas", Art.24º, Nº1 da OE de 1890, teria de ter aprovação em todas as disciplinas da Escola Preparatória necessárias para a matrícula de Engenharia Militar, o que, para além das disciplinas exigidas para o curso de Artilharia todas elas relacionadas com as

[23] OE, 1863 nº54, p. 9.
[24] OE, 1863 nº54, p. 2.
[25] OE, 1863 nº54, p. 4.
[26] OE, 1863 nº54, p. 2.
[27] OE, 1863 nº54, p. 10.
[28] OE, 1863 nº54, p. 12.

Ciências Exatas (e.g: Geometria Esférica, Cálculo Diferencial Integral, Desenho), implicava ainda aproveitamento em Geometria Descritiva (segunda parte), Astronomia, Botânica e Mineralogia e Geologia[29].

Para além destas condições, foi também estipulado um critério etário: os oficiais que se candidatavam ao curso teriam de ter menos de 29 anos (Engenharia); 28 anos (Artilharia); e menos de 26 anos (Infantaria ou Cavalaria), assim como apresentar um atestado de aptidão para montar a cavalo facultado pela Escola Prática de Cavalaria.

De dois em dois anos estavam previstas as seguintes vagas: um oficial de Engenharia, dois de Artilharia, dois de Cavalaria e oito de Infantaria. Se o número de candidatos fosse superior ao número de vagas, a admissão era feita de modo documental perante um júri e caso uma das Armas não preenchesse a totalidade das suas vagas, estas não poderiam ser preenchidas por oficiais de outras Armas.

Uma vez na EE, o curso teria a duração de dois anos, pelo que os oficiais que obtinham a carta do Curso Superior de Guerra continuavam a pertencer à sua Arma de origem, devendo fazer um tirocínio de um ano, constituído por dois períodos de seis meses em cada uma das Armas à qual não pertenciam. Após completarem este tirocínio eram promovidos a capitães das suas Armas ao perfazerem quatro anos de tenente ou antes, caso lhes competisse por escala, Art.32º, nº4º[30].

O primeiro curso complementar realizou-se em 1895, com a designação de Curso de Estado-Maior (CEM), não como Curso Superior de Guerra (designação que não vingou), tendo sido frequentado por três oficiais de Artilharia: Amílcar de Castro Abreu e Mota, João Pereira Bastos e Aníbal Augusto Ramos de Miranda[31].

Quer no SEM/EE como no CEM, os oficiais frequentavam cadeiras exclusivas destes cursos, capacitando-os para uma visão transversal da organização, do seu funcionamento e capacidades.

b. Funções do Serviço de Estado-Maior

Desde a sua génese em 1834, o Corpo de EM desempenhou um importante papel no seio do Exército, estando as suas funções definidas em termos legislativos. O Corpo de EM foi extinto em 1899, com a adoção da designação de Serviço de EM na Organização do Exército desse ano[32].

À Implantação da República seguiu-se uma reforma do Exército e a 26 de maio de 1911, a Secretaria de Guerra publicou a OE Nº 11 para a operacionalizar.

Em termos da Organização Geral do Exército, dispunha-se que o Exército metropolitano compreendesse, "1º- Os officiaes-generaes; 2º- O Serviço de estado maior; 3º- as diversas armas e serviços…"[33]. O Serviço de EM surge distinguido das restantes Armas e apenas precedido pelos oficiais-generais, revelador da hierarquia que ocupava em termos formais.

[29] OE, 1890, pp. 516, 517.
[30] OE, 1890, p. 518.
[31] AHM, 1913, p. 21.
[32] Sá Nogueira, 1969, p. 21.
[33] OE, 1911, p. 580.

Relativamente às competências que cabiam ao Serviço, pode ler-se no Art.45º, Cap. III[34], que estas, compreendiam os estudos e trabalhos da primeira Direção e da segunda Repartição da segunda Direção do EME.

A primeira Direção do EME compreendia seis repartições, a biblioteca do EME, a secção de cartografia militar com o gabinete fotográfico e o arquivo histórico. A esta Direção competiam, entre outras missões, as relações com os adidos militares e com oficiais em comissões de estudo no estrangeiro; relações com as inspeções das Armas no que dizia respeito à preparação da guerra (exercícios) e instrução; elaboração de projetos de operações; estudos sobre a importância estratégica das vias de comunicação; determinação dos pontos estratégicos onde deviam ser construídas fortificações; estudos relativamente às melhorias a introduzir no Exército da metrópole; estudos sobre convenções internacionais; leis e usos da guerra; elaboração do plano geral de mobilização; preparação de exercícios sobre a carta para instrução dos oficiais do Serviço de EM e de todo o EME[35].

À segunda Repartição da segunda Direção competiam: os estudos das linhas férreas do ponto de vista de transporte militar; estudos relativos à organização geral e proteção das linhas de comunicação do Exército; elaboração e revisão das instruções dos serviços de segunda linha (apoio logístico) e do serviço militar dos caminhos-de-ferro; estudo crítico sobre os regulamentos e instruções em vigor nos exércitos estrangeiros e a elaboração e coordenação dos trabalhos de estatística geral necessários para os estudos do EME[36].

O quadro do Serviço de EM era composto por seis coronéis, 12 tenentes-coronéis e 30 capitães, os quais prestavam serviço no EME, nos quartéis-generais das Divisões, quartel-general da Brigada de Cavalaria e no Campo Entrincheirado de Lisboa.

Os oficiais oriundos do SEM/EE teriam que exercer, durante um ano, o comando de um Regimento de Infantaria ou Cavalaria, continuando a pertencer ao Serviço de EM. Os tenentes-coronéis das Armas que pertenciam ao Serviço de EM ao serem promovidos a coronéis tornavam ao seu quadro de origem, regressando ao Serviço como coronéis após efetuarem o comando de um Regimento, ainda que não fosse da sua Arma de origem.

2. Os oficiais do Serviço de Estado-Maior

Após a identificação dos 74 oficiais que pertenceram ao Serviço de EM, recorremos às seguintes fontes:

- Listagem dos Alunos da Academia de Fortificações, Escola do Exército, Escola de Guerra, Escola Militar (LAEE);
- Folhas de matrícula (FM) de 64 elementos do grupo;
- Alguns processos de acesso à Escola do Exército (PAEE);
- OE e Almanaques do Exército (AE).

[34] OE, 1911, pp. 585.
[35] OE, 1911, pp. 673-675.
[36] OE, 1911, p. 683.

Sempre que detetamos discrepâncias entre os documentos consultados, optamos por levar em consideração a informação presente nas FM.

Retiramos da LAEE, a escola preparatória frequentada, a naturalidade, curso de origem e lugar de curso. Dos 74 oficiais conseguimos 64 FM, daqui obtivemos o seu estado civil, número de filhos e funções desempenhadas ao longo da carreira. Os dados apresentados não correspondem sempre aos 64 oficiais, uma vez que algumas das FM já se encontram deterioradas ou apenas existem parte delas.

Relativamente a José Augusto Alves Roçadas, único oficial cuja carreira reconstituímos sem recorrer à sua FM, retiramos os nossos dados da bibliografia que se apresenta em rodapé[37].

Após a recolha dos dados, utilizámos a caracterização social feita por Maria Carrilho relativa ao oficialato do Exército no séc. XX. Estabelecemos um paralelismo com as suas conclusões relativamente ao período de 1900 a 1920, o que nos permitiu deduzir algumas conclusões para o grupo em estudo.

Escolas preparatórias, naturalidade, estado civil e número de filhos.

Quanto à formação necessária para a frequência do curso do SEM/EE e do Curso de Estado Maior CEM, a maioria, 56 dos oficiais, frequentou a Escola Politécnica (EP) em Lisboa, 12 a Universidade de Coimbra e cinco a Academia Politécnica do Porto. Da análise das FM, apenas Ilídio Marinho Falcão de Castro Nazareth nunca se terá matriculado em nenhuma escola, uma vez que esteve um ano e três meses na Guarda Municipal de Lisboa antes de frequentar o CEM. Colocamos a hipótese que tenha iniciado a sua formação complementar nesse período, não ficando registada nos seus documentos.

Atendendo a que para se candidatarem à frequência da escola preparatória era necessário terem terminado os estudos liceais e tendo em consideração que só quem vê utilidade na instrução se empenha em enviar os seus filhos à escola[38], somos levados a inferir que os oficiais do Serviço de Estado-Maior (EM) pertenciam a uma minoria da sociedade que de facto queria e podia educar os seus filhos. Assim, podemos afirmar que os elementos que concorriam à Escola do Exército (EE) pertenciam a um grupo minoritário da população – o que frequentava e concluía os estudos liceais.

Não tendo sido possível analisar a profissão dos pais dos nossos oficiais, fizemos um paralelismo com as conclusões retiradas por Carrilho relativamente às origens familiares do oficialato no período de 1911-1925[39].

De acordo com a autora, existia uma elevada percentagem de filhos de oficiais das Forças Armadas, situando-se a média acima dos 50%, sendo a categoria profissional que registava, de longe, os maiores índices de recrutamento. Existia também alguma importância nos índices

---

[37] «José Augusto Alves Roçadas», in Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, vol. XXV, Editorial Enciclopédia, Lisboa, [s. d.], pp. 828-829.
NOGUEIRA, Jofre Amaral – «José Augusto Alves Roçadas», in Dicionário de História de Portugal, vol. V, Livraria Figueirinhas, Porto, [s. d.], pp. 351-352.
«José Augusto Alves Roçadas», in O Grande Livro dos Portugueses, textos de Manuel Alves de OLIVEIRA, Círculo de Leitores, Lisboa, 1990, p. 441.

[38] Ramos, 1988, p. 1078.

[39] Carrilho, 1985, pp. 229-231.

de filhos de funcionários públicos, de proprietários e, em alguns anos, de comerciantes. A seleção para a carreira militar não estava condicionada por motivos ideológicos e políticos explícitos, mas sim por motivos sociais de ordem económica, demonstrados pela maior presença de filhos de operários qualificados em relação a não qualificados ou trabalhadores rurais e pescadores. Outro aspeto de destaque é a não discriminação moralista relativamente a formalidades que não dependiam da responsabilidade dos oficiais, nomeadamente o de serem filhos de pais incógnitos[40] ou de mães solteiras. Para Carrilho, os cursos superiores militares reuniam atrativos para as camadas empobrecidas e para sectores da pequena burguesia que pretendiam manter uma certa posição social ou lutar por uma mobilidade ascendente. Estamos assim perante um grupo que provinha de uma base alargada de auto recrutamento (filhos de oficiais), contando com uma forte representação de outros quadrantes sociais.

Quanto à naturalidade dos oficiais do Serviço de EM, o distrito Lisboa[41], de onde eram originários 23 dos 74 oficiais, surge como a área de maior proveniência (31,08%), seguido de Santarém com nove (12,16%) e Vila Real, Porto e Faro, todos com cinco (6,76%). Quatro eram oriundos de Viseu e três de Viana do Castelo, Aveiro, Coimbra e Madeira, dois de Portalegre, Beja e Açores e um de Braga, Bragança, Guarda, Leiria. É de realçar a existência de um oficial da província ultramarina da Índia, mais especificamente de Goa.

Carrilho, relativamente à origem dos oficiais, constata a existência de uma predominância acentuada de proveniência urbana, com Lisboa a desempenhar um papel fulcral, seguida do Porto e de Santarém[42].

No nosso caso, Santarém surge em segundo lugar, estando o Porto alinhado com Faro e Vila Real. Podemos concluir que os oficiais do Serviço de EM tinham também uma proveniência maioritariamente urbana, pois as razões indicadas para 43,24% serem de Lisboa e Santarém vão ao encontro da explicação para a predominância de Lisboa e a elevada percentagem de Santarém como locais de origem na época de 1900-1910. A localização da EE na capital, permitia a continuação do aluno junto do agregado familiar durante a frequência do curso e a facilidade de transportes no distrito de Santarém para Lisboa são as explicações apontadas para estes números, notando que a questão de facilidade de acesso ao ensino secundário e superior preparatório, era idêntica em Lisboa, Porto e Coimbra, mas os valores dos últimos distritos são marcadamente mais baixos[43].

A análise da frequência da escola preparatória por parte dos elementos do grupo indica que a EP, localizada em Lisboa, totaliza 76,71%, marginalizando Coimbra e Porto como escolha para o curso preparatório. Depreendemos, assim, que a maioria dos oficiais do Serviço EM de 1914-1918, independentemente da sua origem, tinha uma preferência pela capital, a qual se manifesta inclusivamente na escolha do curso preparatório que permitia acesso ao CEM. Esta escolha seria também condicionada pelo peso que a EP possuía, ao ser uma escola agregada à EE desde a reforma de 1837.

[40] Um dos oficiais do nosso grupo, António Maria de Freitas Soares era filho de pais incógnitos, e.g.
[41] Distrito de Lisboa compreendia em 1900, além do conselho de Lisboa outros nos quais se incluía o de Alenquer (Carrilho, 1985, p. 126), de onde era originário um dos oficiais.
[42] Carrilho, 1985, pp. 124,125.
[43] Carrilho, 1985, pp. 124,125.

Apesar de não possuirmos dados relativos à morada do agregado familiar aquando da sua candidatura ao curso, cremos que o aumento da possibilidade de colocações em Lisboa pesaria na decisão de frequentar o CEM.

Em termos familiares, concluímos que 52 dos oficiais eram casados e seis solteiros. Em sete FM (por faltar a informação) não conseguimos averiguar o estado civil ou o número de filhos. No que concerne ao número de filhos, a mediana é de um filho (mínimo zero, máximo nove) por cada oficial dos 60 em que foi possível analisar tal informação. De referir que 22 dos elementos não tinham filhos e seis tinham mais de cinco filhos. Assumimos que seria obrigatória a declaração de filhos nascidos e que os oficiais a cumpriam. Como exemplo desta obrigatoriedade, assinalamos que António Cândido de Gouveia de Castilho Nobre era solteiro e declarou um filho; e José Júlio Forbes Costa declarou ter uma filha 19 anos antes de se casar.

Notamos a tendência dos oficiais do Serviço de EM para constituírem família, tendência sugerida pela análise de que, quanto ao estado civil, 89,8% destes oficiais eram casados.

Quanto ao número de filhos, em 1911 as famílias tinham em média 4,2 indivíduos[44], pelo que, o número de filhos seria de 2,2 implicando que o nosso grupo, com uma mediana de um filho (mínimo zero, máximo nove), se encontrava abaixo da média de filhos para a época. Dos 60 elementos que analisamos, 37 não possuíam filhos ou tinham apenas um (cerca de 62%), mas 23 deles possuíam dois ou mais filhos (cerca de 38%). Não conseguimos encontrar dados comparativos para indagar esta disparidade face aos dados estatísticos de então, ou mesmo para a assimetria interna do nosso grupo.

a. Curso de origem e lugar de curso

Os últimos elementos do nosso grupo a entrarem para o SEM/EE foram José Mendes Ribeiro Norton de Matos, António Nogueira Mimôso Guerra e Eduardo Augusto Marques (1888), tendo o primeiro CEM complementar sido realizado em 1895. Assim, no Serviço de EM em 1914-1918, 23 oficiais eram oriundos do curso do SEM/EE, 29 de Infantaria, 16 de Artilharia e seis de Cavalaria.

Retirando os elementos oriundos do SEM/EE por forma a analisar a percentagem relativa das Armas de origem, destaca-se a Infantaria com 56,86%, sendo que a Artilharia surge com 31,37% e a Cavalaria com 11,76%, não existindo nenhum oficial oriundo de Engenharia.

Não conseguimos apurar concretamente as razões desta discrepância. Levantamos, no entanto, algumas hipóteses para a justificação destes números. Sabemos, pela OE de 1901, no seu Art.70º, que os tenentes e capitães ao terminarem os tirocínios do CEM subiam "[…] na escala de acesso da sua arma um número de logares igual à média annual de promoção do seu posto ao imediato […]"[45], reiterado na reforma de 1911, pelo que, em termos práticos, ganhavam um ano em termos de antiguidade.

[44] INE, 2014.
[45] OE, 1901, p. 86.

O Art.45º desta mesma OE refere que um oficial de Engenharia, Artilharia ou Cavalaria não era promovido a capitão ou coronel até que todos os oficiais de Infantaria do curso um ano mais antigo em tenente tivessem sido promovidos[46], impedindo ultrapassagens de elementos dessas Armas a elementos do curso de Infantaria à sua frente.

Daqui concluímos que as promoções a estes postos na Arma de Infantaria eram mais demoradas do que nas restantes Armas, sendo razoável concluir que esses elementos estivessem mais dispostos a frequentar o CEM para melhorarem as suas condições de promoção relativamente às outras Armas.

Perante o facto de nenhum oficial de Engenharia pertencer ao Serviço de EM nem ter frequentado o CEM até 1913[47], levantamos algumas considerações. De acordo com Carrilho, a Engenharia era, informalmente, considerada a Arma mais importante, sendo termo de comparação para promoções e vencimentos[48]. Para além deste facto, os oficiais com o CEM, quando em Comissão de Serviço dependentes do Ministério da Guerra, recebiam a gratificação correspondente ao seu posto na Arma de Engenharia OE Nº11, Art. 20º[49], ou seja, os Engenheiros auferiam maior gratificação face aos restantes oficiais.

Estas constatações levam-nos a afirmar que esses oficiais teriam uma carreira satisfatória, tanto em termos de prestígio, como financeiramente, não sendo o curso um fator determinante para a sua progressão na carreira.

Ao aferimos a posição no curso geral à saída da EE, referente apenas aos 51 oficiais que não pertenciam ao SEM/EE, dividimos os 27 cursos de origem em terços para tornar explícita a relação da antiguidade relativa no curso e a frequência do CEM.

Concluímos que 62,75% dos oficiais pertencia ao primeiro terço do seu curso. De referir que o curso mais pequeno tinha apenas dois elementos, o Curso de Artilharia (1899) e o maior, o de Infantaria (1901), possuía 76 elementos. A média dos 27 cursos analisados é de 54 homens/curso, existindo oito cursos com mais de 60 elementos.

Este dado é indicador que a este Serviço pertenciam maioritariamente os melhores de cada curso, pelo menos do ponto de vista académico, visto que esta relação foi elaborada com a antiguidade de saída da EE. Julgamos natural que assim seja, considerando a frequência da Escola Preparatória que, como vimos, implicava o estudo de cadeiras de Ciências Exatas que não eram necessárias para as Armas de Infantaria e Cavalaria. Esta obrigatoriedade de formação científica para a passagem a uma Arma mais "técnica" e "organizativa" (apesar de quase 10% pertencerem ao último terço), pode ser entendida como um obstáculo que desmotivaria os elementos que menos se destacavam academicamente. Assim, em termos de elementos não oriundos do SEM/EE, a maioria dos oficiais era dos mais antigos dos respetivos cursos.

[46] OE, 1901, p. 81.
[47] Apesar do nosso grupo não possuir nenhum oficial de Engenharia, podemos afirmar que nenhum tirou o CEM até 1913. AHM, 1913, p. 21.
[48] Carrilho, 1985, p. 144.
[49] OE, 1911, p. 587.

b. O percurso profissional

As funções desempenhadas pelos oficiais do Serviço de EM foram analisadas, não apenas no período 1914-1918, mas ao longo de toda a sua carreira, para conseguirmos visualizar o que era instado a um oficial oriundo do SEM/EE, ou com CEM, durante a sua vida militar.

Para melhor ilustrar a vida profissional dos oficiais deste Serviço, passaremos a descrever uma hipotética carreira, ilustrando as diferenças entre quem frequentou o SEM/EE e quem cursou posteriormente o CEM como curso complementar. Na escolha das funções desempenhadas pretendemos ser abrangentes, optando por mencionar as funções/cargos mais usuais na pesquisa, referindo situações excecionais com a menção ao nome do oficial.

No que concerne às idades, são fruto das medianas obtidas das idades com que atingiam as respetivas promoções. Não conseguimos apurar todas as datas de promoção dos 74 elementos, mas existem dados relativos à idade de 56 oficiais nas promoções a alferes e tenente, 53 na promoção a capitão, 55 na promoção a major, 50 na promoção a tenente-coronel, 49 na promoção a coronel e 20 na promoção a general.

Considerando que o acesso ao Serviço de EM foi desigual entre os elementos do nosso grupo, o início de carreira dos oficiais era diferenciado. De forma a expor a informação recolhida, descrevemos inicialmente uma carreira hipotética para os oficiais do SEM/EE. A partir de capitão, as possíveis funções aplicam-se de forma transversal a todos os elementos do nosso grupo. Relativamente às medianas de idades, esta primeira descrição diz respeito apenas aos oficiais do SEM/EE. Num segundo ponto, iremos apresentar as diferenças detetadas entre os dois subgrupos.

Para além da análise dos dados presentes nas FM, utilizamos, para melhor contextualização destes percursos, um artigo em homenagem ao general Garcia Rosado escrito pelo general Ferreira Martins, também ele elemento do nosso grupo e contemporâneo destes oficiais.

(1) A hipotética carreira

Em finais do séc. XIX, o jovem que desejasse ser oficial do Exército, após terminar o Real Colégio Militar[50] (CM) ou outro qualquer liceu, teria de assentar praça num qualquer corpo do Exército antes de poder concorrer à EE[51]. O nosso pretendente, com 16 anos e meio[52], assentava praça numa unidade do Exército onde, após servir com bom comportamento e possuindo as habilitações liceais descritas, se matricularia, por três anos[53], na EP, AP ou UC para os estudos preparatórios. Adquirindo as habilitações necessárias, e agora com cerca de 20 anos, ingressava no curso de SEM/EE.

Volvidos dois anos, terminado o curso do SEM/EE, o jovem alferes, agora com 23 anos[54], ingressava numa unidade de Infantaria ou Cavalaria. Nesta unidade, ao fim do tirocínio de

[50] Com a implantação da República passou a designar-se Colégio Militar. Será esta designação que iremos utilizar independentemente da nomeação do oficial ter ocorrido antes ou depois da queda da monarquia.
[51] OE, 1863 nº54, p. 8.
[52] Mediana de idades de assentamento de praça. O mais novo foi António José Garcia Guerreiro, com 14 anos e 5 meses, que ingressou em 1872, sendo o mais velho José Mendes Ribeiro Norton de Matos que ingressou em 1887 com 20 anos e 8 meses.
[53] OE, 1863 nº54, p. 2.
[54] Os mais novos foram Tomáz António Garcia Rosado e João Montês Champalimaud, alferes em 1886 e 1890 com 22 anos. O mais velho foi Alfredo Carlos Pimentel May, alferes com 29 anos em 1888.

dois anos, com 25 anos, era promovido a tenente[55]. A fim de cumprir a "condição essencial para ingressar no Corpo de EM"[56], o tenente iria estagiar durante um ano numa unidade de Artilharia e noutra de Infantaria ou Cavalaria, alternando esta última com a respetiva Arma de colocação em alferes.

O oficial do SEM/EE serviria nestas unidades até ter colocação, consoante a vagatura, no quadro do Corpo de EM, onde entrava como tenente, sendo aos 29 anos promovido a capitão[57]. Enquanto membro do Corpo de EM desempenharia diversas missões, nomeadamente levantamentos de terreno, trabalhos de campo para elaboração de cartas itinerárias e reconhecimentos militares como, por exemplo, o pormenorizado reconhecimento da fronteira a sul do Tejo[58] que tinha como finalidade "preparar os estudos necessários ao seu guarnecimento de observação e proteção à mobilização do nosso Exército."[59]. O capitão poderia também ser nomeado vogal dos júris para exames especiais de habilitações dos alunos da EE, nomeado adjunto de uma das secções do Corpo/Serviço do EM ou para funções num dos EM das Brigadas e pertenceria a comissões encarregues de atingir diversos objetivos, como por exemplo: elaborar um projeto de uma biblioteca central militar; o de aperfeiçoar[60] o comando do Corpo/Serviço de EM; alterar a legislação vigente em regime transitório na EE; reorganizar o Serviço de Administração Militar; a reorganização das nossas forças ultramarinas ou a incorporação de tropas metropolitanas no serviço colonial (estas duas últimas apenas após ter servido nas colónias). Sendo capitão com experiência adquirida no Corpo/Serviço de EM, poderia também ser nomeado lente na EE, no CM, no Instituto Profissional dos Pupilos do Exército de Terra e Mar (IPE)[61] ou na Escola Central de Oficiais[62] (ECO), ou nomeado para uma comissão de serviço noutro ministério nomeadamente nas Obras Públicas, Comércio e Indústria, ou o da Marinha e Ultramar, sendo esta última a nomeação mais usual, pois era quem tutelava as comissões dos oficiais nas colónias.

Para as colónias, o nosso capitão, indo integrado numa força, seria membro do EM dessa força, sendo um dos adjuntos. Aí poderia servir como chefe de Estado-Maior numa das províncias, caso a força se dividisse. Nomeado para serviço nas colónias, poderia desempenhar uma multiplicidade de funções militares e civis, desde comandante de uma companhia indígena, comandante de destacamento, vogal de uma comissão municipal, chefe do gabinete militar de uma das províncias, comissário do Governo para delimitar fronteiras entre uma província e outro estado, secretário-geral do Governo de um dos territórios, chefe de equipas de levantamento topográfico e de agrimensura, assim como

---

[55] Os mais novos e o mais velho são os mesmos indivíduos do posto de alferes, tendo os dois primeiros 24 e o mais velho 31 anos.
[56] Martins, 1937, p. 616.
[57] Os mais novos foram Rosado Abel Acácio de Almeida Botelho e Tomáz António Garcia, em 1881 e 1889, respetivamente, com 25 anos, sendo o mais velho Luís António Carvalho Martins em 1899, com 33 anos.
[58] Caso de Tomáz António Garcia Rosado, p. ex.
[59] Martins, 1937, p. 617.
[60] Por exemplo a comissão para o "aperfeiçoamento" do Serviço do EM (FM Francisco Correia Mendes) AHM, s.d., p. 1.
[61] Fundado em 1911 IPE, 2014).
[62] Fundada em 1914 foi a antecessora do Instituto de Altos Estudos Militares e do atual Instituto de Estudos Superiores Militares.

desempenhar funções administrativas, tais como administrador interino das matas de Goa ou ser encarregado provisoriamente da Direção das Obras Públicas desse estado[63]. Um dos nossos oficiais foi eleito deputado entre 1906/1907[64] regressando para o Serviço de EM (1908).

Aos 42 anos, após cerca de 12 anos[65] de capitão, era promovido a major. Neste posto, era expectável que o nosso oficial continuasse a integrar comissões com objetivos de desenvolver ou melhorar capacidades e procedimentos no Exército desde o próprio Serviço de EM até à revisão do Código de Justiça Militar. Poderia ser nomeado lente ou regente, mediante candidatura e concurso, de uma das cadeiras da EE, CM, IPE ou ECO, ser nomeado membro do júri de avaliação para os exames necessários à promoção de capitão ao posto de major das diversas Armas, do corpo de Administração Militar e do Corpo/ Serviço de EM. Seria comandante de Batalhão ou Grupo[66] em Regimentos, Chefe de EM de uma das divisões do Exército ou Chefe de repartição de uma das direções do EME. Os majores do SEM/EE eram também chamados para prestar serviço no Ministério da Guerra ou no Ministério da Marinha e das Colónias. Aqui, se colocado numa das Colónias poderia ser nomeado chefe do gabinete militar ou até Governador de um território, distrito ou região, inclusive governador-geral de uma Província[67]. Caso fosse integrado numa força expedicionária às colónias seria nomeado Chefe de Estado-Maior.

Com 45 anos era promovido a tenente-coronel[68] e, neste posto, continuaria nomeado para os júris de promoção e para as mencionadas comissões de estudo. Seria chefe de repartição de umas das divisões do EM, lente ou regente de cadeiras na EE, CM, IPE ou ECO, assim como diretor do IPE. Poderia também ser nomeado comandante de uma força militar às províncias ou desempenhar as funções de Comandante Militar de uma região ou território ultramarino, ou diretor das Obras Públicas de uma província[69]. Podia ser designado para o Ministério dos Negócios Estrangeiros como delegado técnico ou, caso algum cataclismo atingisse o país, o tenente-coronel poderia ser chamado a comandar uma força de socorro e apoio a uma população[70] vítima de um desastre ou talvez diretor do serviço cartográfico e gabinete fotográfico do Estado-Maior do Exército[71].

[63] Exemplo específico de José Mendes Ribeiro Norton de Matos AHM, s.d., pp. 2, 3.
[64] Alfredo Mendes de Magalhães Ramalho AHM, s.d., p. 2.
[65] O elemento mais novo a ser promovido a major foi Tomáz António Garcia Rosado em 1899 com 35 anos de idade e dez anos de capitão, o elemento mais velho a ser promovido foi Luís António Carvalho Martins em 1911 com 45 anos e 12 anos de posto. O tempo mínimo no posto de capitão foi de cinco anos, Alfredo Carlos Pimentel May. O tempo máximo neste posto foi de 14 anos (três elementos).
[66] Batalhão e Grupo são a designação de uma unidade formada por um conjunto de Companhias, comandadas por capitães. Isto significa que nosso oficial, sendo oriundo do SEM/EE, seria o Comandante tático de oficiais da Arma de Infantaria, Cavalaria ou Artilharia.
[67] Tomáz António Garcia Rosado foi Governador de Moçambique em 1904 AHM, s.d., p. 4.
[68] O mais novo foi José Augusto Alves Roçadas com 42 anos, promovido por distinção em 1908 (Serrão, 1968, p. 653) e o mais velho foi António Nogueira Mimôso Guerra, em 1917, com 50 anos.
[69] João Augusto Crispiano Soares, diretor das Obras Públicas de Angola em 1919 e em 1924 encarregado do Governo Geral de Angola.
[70] António Maria de Matos Cordeiro foi nomeado em 1909 comandante da força de socorro a Salvaterra e Benavente Benavente, 2014.
[71] Carlos Maria Pereira dos Santos em 1925, AHM, s.d., p. 3.

Aos 51 anos seria promovido a coronel[72]. Neste posto, comandaria um Regimento de Infantaria, Cavalaria ou Artilharia para os oficiais do CEM ou, no caso de ser oriundo do SEM/EE, apenas Regimentos de Infantaria ou Cavalaria. Seria nomeado chefe de uma das repartições do Estado-Maior do Exército ou do Ministério da Guerra, seria diretor da ECO ou do CEM, regente de cadeiras na EE, CM, IPE ou ECO, nomeado como vogal ou presidente de uma das diversas comissões para organização e melhoramentos do Exército, vogal dos júris de promoção a capitão e major das diversas Armas ou ainda ser Chefe de Estado-Maior do Campo Entrincheirado de Lisboa. Nesta fase da sua carreira, o nosso oficial podia ser nomeado para adido militar, ficando dependente do Ministério dos Negócios Estrangeiros. Aqui o nosso oficial, ou se encontrava no terço superior da escala de coronéis e reunia as condições necessárias para a promoção a general, ou passaria à situação de reserva aos 62 anos.

Caso fosse promovido a general, esta promoção ocorreria quando atingisse os 60 anos[73]. Com este posto poderia ser nomeado como vogal do júri para avaliar as provas especiais de aptidão para a promoção a general, ser subchefe do EME, Quartel-Mestre General, Comandante da EE e Chefe do EME.

(2) As diferenças dos oficiais do Curso de Estado-Maior

Caso o nosso oficial fosse oriundo das Armas, após terminar o curso na EE, com cerca de 23 anos[74] seria colocado como alferes num qualquer Regimento da Arma. Aqui desempenharia as funções de subalterno até concorrer ao CEM. Frequentaria a Escola Preparatória com cerca de 25 anos, como tenente[75], nas cadeiras que necessitava para se qualificar para a frequência do CEM na EE. Após terminar o CEM seria colocado no EM da sua Arma, ficando a aguardar vacatura no quadro do Serviço de EM.

Ao passar ao Serviço de EM, seguiria uma carreira idêntica às atrás descritas. As suas promoções seriam dependentes da vacatura na sua Arma de origem, sendo que as medianas de idade diferem um pouco das anteriormente apresentadas, assim temos:

- Capitão, 33 anos (mais velhos 4 anos);
- Major, 38 anos (mais novos 5 anos);
- Tenente-coronel, 40 anos (mais novos 5 anos);
- Coronel, 48 anos (mais novos 3 anos);
- General, 57 anos (mais novos 3 anos).

[72] O mais novo foi Tomáz António Garcia Rosado com 47 anos, em 1911 e o mais velho foi Manuel Maria de Oliveira Ramos, em 1919, com 57 anos.

73 O mais novo foi Tomáz António Garcia Rosado, em 1917, com 53 anos. O mais velho foi Luís António César de Oliveira com 64 anos, em 1926.

[74] Cinco elementos tinham 20 anos, o mais velho, com 27 anos, foi Amílcar de Castro Abreu e Mota de Artilharia, em 1891.

[75] O mais novo, com 22 anos foi Fernando Augusto Freiria de Artilharia, de em 1899, os mais velhos foram Ilídio Marinho Falcão de Castro Nazaré (Nasareth), em 1896 e Tasso de Miranda Cabral em 1907, ambos de Infantaria.

Em termos gerais, após entrar para o Serviço de EM, os cargos desempenhados eram idênticos aos que os oficiais do SEM/EE desempenhavam.

Analisando uma hipotética carreira vemos que, após o curso na EE, todos foram colocados em Regimentos como subalternos das Armas, ou seja, em alferes e tenente, estas colocações permitiam ao jovem oficial tomar conhecimento com os escalões de nível tático das unidades de manobra e de apoio de fogos do Exército. Assim, o futuro oficial de Estado-Maior ficaria a conhecer a realidade vivida nestes escalões.

As funções desempenhadas pelo nosso grupo, algumas sem qualquer relação com a vida militar, fazem-nos acreditar que estes elementos eram indivíduos de referência na época. O seu mérito académico era reconhecido, não apenas por frequentarem a Escola Preparatória, mas pelo número deles que foram lentes e assistentes nas escolas militares, assim como pela responsabilidade nas reformas do Exército, as quais abrangiam não apenas o âmbito operacional mas também o âmbito cultural e legislativo.

Apurámos que não se limitavam a planear e fazer estudos, sendo nomeados para comandar. A nomeação de um elemento do Serviço de EM para o socorro das populações no terramoto de Benavente ilustra que eram homens de ação e comando.

Assim, na nossa opinião, não estamos perante um grupo unicamente de gestores/administradores. As carreiras de comando destes elementos demonstram que eram operacionais e a legislação demonstra que era esse o desejo do Exército.

No que se refere à participação destes oficiais na Grande Guerra, identificamos 14 elementos que pertenceram ao Corpo Expedicionário Português, dois deles foram comandantes do mesmo[76] e os restantes foram membros dos EM e oficiais de ligação junto do Corpo inglês.

Para Angola foram destacados 12 elementos, tendo Alves Roçadas sido comandante de força e os restantes membros dos EM. Para Moçambique identificamos três elementos do grupo que participaram nas campanhas. De realçar ainda que seis dos elementos identificados, após regressarem à metrópole, fizeram ainda parte do CEP.

Conclusões

Ao longo deste estudo propusemo-nos a estudar o grupo constituído pelos oficiais do Exército que serviram no Serviço de Estado-Maior de 1914-1918. Vimos igualmente como surgiu em Portugal o conceito de "EM", especificando a tipologia de funções esperadas do "EME" e observamos as alterações introduzidas durante o séc. XIX para a formação de oficiais especificamente para este tipo de funções. Estabelecido o grupo, elencamos um número de elementos sociográficos que analisámos e nos permitiu concluir que se tratavam de oficiais com uma experiência militar transversal a todas as áreas do Exército.

Em 1837, com a criação da EE, pela mão de Sá da Bandeira e o início do verdadeiro profissionalismo na classe militar, foram estabelecidos os critérios de seleção dos candidatos aos cursos da EE, incluindo ao curso do Serviço de EM, curso que frequentavam os futuros

[76] Tomáz António Garcia Rosado e José Augusto Alves Roçadas.

oficiais do Corpo de EM instituído em 1834. Sobressai a sua vasta formação académica, tanto na EE como na Escola Preparatória.

Em 1891, alterou-se o conceito do curso, deixando de ser um curso de base para ser um curso complementar aberto a todas as Armas do Exército. As cadeiras frequentadas não sofreram alterações relevantes e os alunos, já oficiais formados na EE, tinham apenas de frequentar cadeiras específicas do CEM e/ou aquelas onde ainda não tinham aproveitamento. Vimos que o primeiro curso complementar se realizou em 1895, mantendo na generalidade as disciplinas específicas que permitiam uma visão global sobre as capacidades do Exército. Os oficiais deste grupo receberam, não só uma formação muito acima da média, como também muito abrangente pela transversalidade das matérias na EE.

A análise dos dados revelou que a grande maioria dos oficiais efetuou a Escola Preparatória na EP em Lisboa, surgindo a Universidade de Coimbra em segundo e a Academia Politécnica no Porto em terceiro. Os oficiais eram de proveniência maioritariamente urbana, surgindo Lisboa num lugar destacado, seguida por Santarém, o Porto, Vila Real, e Faro em terceiro, diferindo pouco da naturalidade dos restantes oficiais. Conseguimos inferir que o nosso oficial pertenceria a uma família de militares ou de operários qualificados e que uma das motivações para concorrer para o SEM/EE ou ao CEM seria a proximidade ao agregado familiar e o aumento da possibilidade de servir em Lisboa.

Conseguimos apurar, relativamente ao curso de origem, que no Serviço de EM de 1914-1918, 23 oficiais ainda eram oriundos do curso do SEM/EE, 29 eram de Infantaria, 16 de Artilharia e seis de Cavalaria. No que concerne à sua posição geral de curso à saída da EE, apuramos que, dos elementos que frequentaram o CEM, a maioria pertencia ao primeiro terço do respetivo curso. Esta análise demonstrou-nos que a maioria dos oficiais que frequentaram o CEM (curso complementar) detinham as melhores notas na saída dos respetivos cursos da EE.

No que concerne ao casamento e número de filhos, constatamos que 89,8% deles era casado, possuindo uma mediana de um filho, valor que estava abaixo do expectável para a época, não obstante procurarem uma vida familiar.

Ao criar uma carreira hipotética, para melhor demonstrar o percurso profissional deste grupo de oficiais, vimos que este grupo levou uma vida profissional muito rica em termos de experiências, não apenas como oficiais de EM, mas no desempenho de funções e cargos civis, participando em ações expedicionárias, no comando de tropas, servindo em diversos ministérios e lecionando.

A análise das suas funções mostrou-nos que estamos perante um grupo com capacidade de desempenhar um leque variado de funções, tanto militares como civis. A nível militar, para além das missões inerentes ao EM, comandaram Companhias, Batalhões, Grupos e forças expedicionárias, tanto para as colónias como para a Flandres, não estamos, portanto, perante um grupo que apenas se limitava ao planeamento e gestão. Eram oficiais com experiência a nível tático, aliada uma grande capacidade de gestão/administração conquistada com a experiência de servir nos diversos postos do Serviço de EM. A sua formação permitia-lhes desempenhar funções na Administração Pública, sendo por vezes o

máximo representante do Estado em territórios isolados. Concluímos, assim, estar perante um grupo que desempenhava missões de âmbito operacional da maior relevância para Portugal na cena internacional.

Do que antecede, constatamos que o Serviço de EM, desde a sua formação como Corpo de EM, sempre desempenhou um importante papel no seio do Exército, sendo os seus oficiais notórios pela sua competência e capacidade de adaptação. Demonstrou-se que os oficiais do Serviço de EM não se limitavam a planear e apoiar a decisão, eram igualmente homens de ação.

Relação dos Oficiais que fizeram parte do Serviço de EM de 1914 a 1918	
Abel Acácio de Almeida Botelho	Amândio Oscar da Cruz e Sousa
Gaspar António Azevedo Meira	Jorge Soares Pinto de Mascarenhas
Antonio Maria de Matos Cordeiro	Arnaldo de Melo
Tomáz António Garcia Rosado	Eduardo Augusto de Azambuja Martins
Augusto da Costa Macedo	Genipro da Cunha de Eça Costa Freitas e Almeida
Antonio José Garcia Guerreiro	José Alberto da Silva Basto
Manuel Rodrigues Ermitão	D. José de Serpa Pimentel de Sousa Coutinho
Vitoriano José César	Luís Augusto Ferreira Martins
José Augusto Alves Roçadas	Miguel de Almeida Santos
José Júlio Forbes Costa	Gaspar do Couto Ribeiro Vilas
Alfredo Carlos Pimentel May	João Ortigão Peres
Francisco Xavier Correia Mendes	Artur Ivens Ferraz
Manuel Maria de Oliveira Ramos	Antonio de Sant'Ana Cabrita Júnior
Vasco Martins	Augusto Botelho da Costa Veiga
Pedro Lopes Cunha Pessoa	Fernando Augusto Freiria
Alfredo Mendes Magalhães Ramalho	Alfredo Balduíno de Seabra Junior
Luís António César de Oliveira	António Maria de Freitas Soares
João José Sinel Cordes	Tasso de Miranda Cabral
João Montês Champalimaud	Fernando Augusto Borges Júnior
Luís António Carvalho Martins	Carlos Maria Pereira dos Santos
António Nogueira Mimôso Guerra	João de Sousa Eiró
Eduardo Augusto Marques	Carlos Matias de Castro
José Mendes Ribeiro Norton de Matos	José Arrôbas Machado

Relação dos Oficiais que fizeram parte do Serviço de EM de 1914 a 1918 (cont.)	
João Pereira Bastos	Joaquim Artur dos Santos Machado
Amílcar de Castro Abreu e Mota	João Augusto Crispiniano Soares
Ilídio Marinho Falcão de Castro Nasareth	Manuel Firmino Almeida Maia Magalhães
Aníbal Augusto Ramos de Miranda	Helder Armando dos Santos Ribeiro
Angelo Leopoldo da Cruz e Sousa	Vasco Freire Ternudo
Roberto da Cunha Baptista	António de Sousa Pinto Machado Coutinho
Abílio Augusto Valdez de Passos e Sousa	José Joaquim Ramos
Júlio d'Abreu Campos	Jorge Dias da Costa
Ernesto de França Mandes Machado	António Cândido de Gouveia Castilho Nobre
João Carlos Pires Ferreira Chaves	Artur Pereira de Mesquita
Armando Bertoldo Machado	Liberato Damião Ribeiro Pinto
António de Sousa Guedes Cardoso Machado	Vitorino Henriques Godinho
Joaquim dos Santos Correia	Henrique Sátiro Lopes Pires Monteiro
Mário Augusto Gouveia Xavier de Brito	José Esteves da Conceição Mascarenhas

Fontes

AHM, A., 1913. Almanaque do Exército. Lisboa ed. Lisboa: Imprensa Nacional, 1914.

AHM, s.d. Folha de Matrícula (FM) de Alfredo Carlos Pimentel May. Lisboa: Arquivo Histórico Militar (AHM) cx3462.

AHM, s.d. FM de Carlos Maria Pereira dos Santos. Lisboa: AHM cx3295.

AHM, s.d. FM de Abel Acácio de Almeida Botelho. Lisboa: AHM, cx1338.

AHM, s.d. FM de Abílio Augusto Valdez Passos Sousa. Lisboa: AHM cx1750.

AHM, s.d. FM de Alfredo Balduino de Seabra Junior. Lisboa: AHM cx2401.

AHM, s.d.. FM de Alfredo Mendes de Magalhães Ramalho. Lisboa: AHM cx3344.

AHM, s.d.. FM de Amândio Oscar da Cruz e Sousa. Lisboa: AHM cx1303.

AHM, s.d.. FM de Amílcar Castro Abreu Mota. Lisboa: AHM cx719.

AHM, s.d.. FM de Angelo Leopoldo Cruz e Sousa. Lisboa: AHM cx1523.

AHM, s.d.. FM de Aníbal Augusto Ramos Miranda. Lisboa: AHM cx3147.

AHM, s.d. FM de António Cândido Gouveia Castilho Nobre. Lisboa: AHM cx1462.

AHM, s.d. FM de António de Sant'Ana Cabrita Junior. Lisboa: AHM cx2299.

AHM, s.d. FM de António de Sousa Guedes Cardoso Machado. Lisboa: AHM cx3758.

AHM, s.d. FM de António de Sousa Pinto Machado Coutinho. Lisboa: AHM cx3446.

AHM, s.d.. FM de Antonio José Garcia Guerreiro. Lisboa: AHM cx1678.

AHM, s.d. FM de António Maria de Freitas Soares. Lisboa: AHM cx1329.

AHM, s.d. FM de Antonio Maria de Matos Cordeiro. Lisboa: AHM cx1439.

AHM, s.d. FM de António Nogueira Mimoso Guerra. Lisboa: AHM cx717.

AHM, s.d. FM de Armando Bertoldo Machado. Lisboa: AHM cx2254.

AHM, s.d. FM de Arnaldo de Melo. Lisboa: AHM cx2375.

AHM, s.d. FM de Artur Ivens Ferraz. Lisboa: AHM cx2213.

AHM, s.d. FM de Augusto Botelho Costa Veiga. Lisboa: AHM cx3181.

AHM, s.d. FM de Augusto da Costa Macedo. Lisboa: AHM cx2804.

AHM, s.d. FM de Carlos Maria Pereira dos Santos. Lisboa: AHM cx3295.

AHM, s.d. FM de Carlos Matias de Castro. Lisboa: AHM cx2691.

AHM, s.d. FM de D.José Serpa Pimentel Sousa Coutinho. Lisboa: AHM cx2056.

AHM, s.d. FM de Eduardo Augusto Marques. Lisboa: AHM cx2639.

AHM, s.d. FM de Fernando Augusto Borges Junior. Lisboa: AHM cx2856.

AHM, s.d. FM de Fernando Augusto Freiria. Lisboa: AHM cx715.

AHM, s.d. FM de Francisco Xavier Correia Mendes. Lisboa: AHM cx2651.

AHM, s.d. FM de Gaspar António Azevedo Meira. Lisboa: AHM cx2266.

AHM, s.d. FM de Gaspar do Couto Ribeiro Vilas. Lisboa: AHM cx3547.

AHM, s.d. FM de Henrique Sátiro Lopes Pires Monteiro. Lisboa: AHM cx3382.

AHM, s.d. FM de Ilídio Marinho Falcão de Castro Nasareth. Lisboa: AHM cx1483.

AHM, s.d. FM de João Augusto Crispiano Soares. Lisboa: AHM cx2844.

AHM, s.d. FM de João Carlos Pires Ferreira Chaves. Lisboa: AHM cx2528.

AHM, s.d. FM de João de Sousa Eiró. Lisboa: AHM cx2637.

AHM, s.d. FM de João José Sinel de Cordes. Lisboa: AHM cx2083.

AHM, s.d. FM de João Montez Champlimaud. Lisboa: AHM cx2287.

AHM, s.d. FM de João Ortigão Peres. Lisboa: AHM cx1353.

AHM, s.d. FM de João Pereira Bastos. Lisboa: AHM cx715.

AHM, s.d. FM de Joaquim Artur dos Santos Machado. Lisboa: AHM cx1701.

AHM, s.d. FM de Joaquim dos Santos Correia. Lisboa: AHM cx3859.

AHM, s.d. FM de Jorge Dias da Costa. Lisboa: AHM cx3489.

AHM, s.d. FM de Jorge Soares Pinto Mascarenhas. Lisboa: AHM cx2119.

AHM, s.d. FM de José Alberto da Silva Basto. Lisboa: AHM cx1718.

AHM, s.d. FM de José Arrobas Machado. Lisboa: AHM cx3060.

AHM, s.d. FM de José Esteves Conceição Mascarenhas. Lisboa: AHM cx1328.

AHM, s.d. FM de José Júlio Forbes da Costa. Lisboa: Aruivo Histórico-Militar caixa1724.

AHM, s.d. FM de José Mendes Ribeiro Norton de Matos. Lisboa: AHM cx1325.

AHM, s.d. FM de Júlio d'Abreu Campos. Lisboa: AHM cx3651.

AHM, s.d. FM de Liberato Damião Pinto. Lisboa: AHM cx2861.

AHM, s.d. FM de Luís António César de Oliveira. Lisboa: AHM cx2606.

AHM, s.d. FM de Luís António de Carvalho Martins. Lisboa: AHM cx2169.

AHM, s.d. FM de Manuel Firmino de Almeida Maia Magalhães. Lisboa: AHM cx2204.

AHM, s.d. FM de Manuel Maria de Oliveira Ramos. Lisboa: AHM cx2166.

AHM, s.d. FM de Manuel Rodrigues Ermitão. Lisboa: AHM cx2169.

AHM, s.d. FM de Miguel de Almeida Santos. Lisboa: AHM cx2682.

AHM, s.d. FM de Pedro Lopes Cunha Pessoa. Lisboa: AHM cx2679.

AHM, s.d. FM de Roberto da Cunha Baptista. Lisboa: AHM cx2203.

AHM, s.d. FM de Tasso de Miranda Cabral. Lisboa: AHM, cx2845.

AHM, s.d. FM de Tomaz António Garcia Rosado. Lisboa: AHM cx2363.

AHM, s.d. FM de Tomaz António Garcia Rosado. Lisboa: AHM cx2363.

AHM, s.d. FM de Vasco Martins. Lisboa: AHM cx2877.

AHM, s.d. FM de Vitoriano José César. Lisboa: Arquivo Histórico-Militar caixa2403.

AHM, s.d. FM de Vitorino Henriques Godinho. Lisboa: AHM cx3663.

LAEE, A., s.d. Listagem dos Alunos da Academia de Fortificações, Escola do Exército; Escola de Guerra, Escola Militar. Unica ed. Lisboa: Fundo 100 caixa SIL.

LGAE, 1914. Lista Geral de Antiguidades do Exército. Lisboa: Imprensa Nacional.

LGAE, 1915. Lista Geral de Antiguidades do Exército. Lisboa: Imprensa Nacional.

LGAE, 1916. Lista Geral de Antiguidades do Exército. Lisboa: Imprensa Nacional.

LGAE, 1917. Lista Geral de Antiguidades do Exército. Lisboa: Imprensa Nacional.

LGAE, 1918. Lista Geral de Antiguidades do Exército. Lisboa: Imprensa Nacional.

OE, 1863 nº54. Ordens do Exército. Única ed. Lisboa: Imprensa Nacional, 1864.

OE, 1890. Ordem do Exército 1890. Única ed. Lisboa: Imprensa Nacional, 1891.

OE, 1901. Ordem do Exército. Única ed. Lisboa: Imprensa Nacional.

OE, 1911. Ordem do Exército. Única ed. Lisboa: Imprensa Nacional.

Referências Bibliográficas

AHM, 2011. Projeto GERMIL, *Genealogia em Registos Militares. [Em linha] Disponível em*: http://arqhist.exercito.pt/germil/details?id=6958 [Acedido 03 abr. 2014].

Anon., s.d.. *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, vol. XXV*. In: Lisboa: Editorial Enciclopédia.

Barata, M. T. et al., 2004. *Nova História Militar de Portugal Volume 3*. 1ª ed. Rio de Mouro: Circulo dos Leitores e Autores.

Benavente, C.M., 2014. *Terramoto de 1909. [Em linha] Disponível em*: http://www.cm-benavente.pt/conhecer-benavente/historia/terramoto-de-1909?tmpl=component&print=1 [Acedido 11 abr. 2014].

Carrilho, M., 1985. *FORÇAS ARMADAS E MUDANÇA POLÍTICA EM PORTUGAL NO SEC XX*. 12.310.176 ed. Lisboa: Imprensa Nacional da Casa da Moeda.

Gaspar, A. P. R., 2009. *História da Academia Militar 2ºVolume* - AHM B-8570. 1ªedição em 1991 ed. Lisboa: Centro de Audiovisuais do Exército.

Huntington, S. P., 1981. *The Soldier and the State*. 7ª ed. Massachusetts: Harvard University Press.

INE, 2014. 1911 - *1 de Dezembro (V Recenseamento Geral da População). [Em linha] Disponível em*: http://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=censos_historia_pt_1911 [Acedido 05 mar. 2014].

IPE, 2014. *A história do IMPE. [Em linha] Disponível em*: http://www.pupilos.eu/OIMPE_Historia.aspx [Acedido 30 mar. 2014].

Martins, F., 1937. *General Garcia Rosado*. Revista Militar nº9, Setembro, pp. 615-630.

Nogueira, J. A., s.d.. *Dicionário de História de Portugal, vol. V*. Porto: Livraria Figueirinhas.

Oliveira, M. A. d. & Rego, M., 1990. *O Grande Livro dos Portugueses*. 1ª ed. Lisboa: Círculo dos Leitores.

Ramos, R., 1988. Culturas da alfabetização e culturas de analfabetismo em Portugal: uma introdução à história da Alfabetização no Portugal contemporâneo. *Análise Social*, (4º, 5º), pp. 1067-1145.

Sá Nogueira, J. C. d., 1969. *Breve notícia histórica acerca do Corpo de Estado-Maior*. Separata ao Boletim do EM nº 8 - 4ª Série ed. Lisboa: Boletim do Estado Maior do Exército.

Serrão, J., 1968. *Dicionário de História de Portugal*. 1ª ed. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade.

Teixeira, N. S. et al., 2004. *Nova História Militar de Portugal Volume* 4. 1ª ed. Mem Martins: Círculo dos Leitores.

Artigo recebido em setembro de 2014 e aceite para publicação em novembro de 2014

THE PORTUGUESE GENERAL STAFF SERVICE OFFICER'S PROFILE DURING THE GREAT WAR

O PERFIL DO OFICIAL DO SERVIÇO DE ESTADO-MAIOR NA GRANDE GUERRA

Fernando César de Oliveira Ribeiro
Infantry Major
AEEEx/IESM
Integrated Investigator for the CISDI
Lisbon, Portugal
ribeiro.fco@gmail.com

Abstract

This article aims to characterize the profile of the Portuguese General Staff Service officers during the period of the Great War. The General Staff Service was established in 1899, replacing the General Staff Corps created in 1834. Until 1890, training of officers in the General Staff Service was similar to that of the remaining Arms of the Army. However, from 1891 onwards, it became a complementary course for officers from the remaining Arms, granting them access to the General Staff Corps. General Staff Service officers received academic training in the Military Academy, well above the standards of the time, enabling them to perform different kinds of duties, both military and civilian. These officers did more than plan and administrate: they also commanded Companies, Battalions and Groups, thus performing operational missions. Since its inception as General Staff Corps, the General Staff Service has always played a crucial role within the Army, including in times of great trouble, such as the period of the Great War.

Keywords: General Staff, Great War, World War I, sociographic profile, Army.

Como citar este artigo: Ribeiro, F., 2014. The Portuguese General Staff Service Officer's Profile During the Great War. *Revista de Ciências Militares*, novembro de 2014 II (2), pp. 133-155.
Disponível em: http://www.iesm.pt/cisdi/index.php/publicacoes/revista-de-ciencias-militares/edicoes.

Resumo

Este texto pretende caraterizar o perfil do oficial do Serviço de Estado-Maior no período da Grande Guerra. O Serviço de Estado-Maior foi criado em 1899, sendo herdeiro do Corpo de Estado-Maior instituído em 1834. Até 1890 a formação dos oficiais deste Serviço ocorria nos moldes das restantes Armas do Exército, mas a partir de 1891 passou a ser um curso complementar, abrindo a todas as Armas do Exército. Os oficiais do Corpo de Estado-Maior eram possuidores de uma formação académica acima da média para a época, pelo que os capacitou para o desempenho de múltiplas funções, tanto militares como civis. Não era um grupo que se limitava a planear e gerir, também comandavam Companhias, Batalhões e Grupos, desempenhando missões de âmbito operacional. Desde a sua génese como Corpo de Estado-Maior, o Serviço de Estado-Maior, sempre desempenhou um importante papel no seio do Exército, incluindo nos momentos mais conturbados como o da Grande Guerra.

Palavras-chave: Estado-Maior, Grande Guerra, I Guerra Mundial, perfil sociográfico, Exército.

"Enfim, não houve forte capitão
Que não fosse também douto e ciente."[1]

Os Lusíadas, Canto V, Stanza XCVII.

Introduction

On October 5, 1910, the monarchy was abolished and the republic was established in Portugal. Four years later, Europe found itself facing a war so terrifying it became known as the "Great War".

Portugal's young Republic formally declared war against Germany in 1916. In entering the war, Portugal intended to acquire international prestige, along with a seat on the 'Concert of Nations', thus ensuring sovereignty in case of an attempt of annexation by Spain. Domestically, the intent was to ensure the legitimacy and consolidation of the Republic and of the party which had led Portugal into the Great War[2].

Two contingents were sent out in 1914 in order to secure the colonies, one deployed to Angola and the other to Mozambique. The effective staff in the African theatre of operations came up to an approximate total of 34.600 men from the continent and 19.500 local troops[3]. In 1916, a Division was brought to combat readiness for intervention in the European theater, a feat which became known as the "Miracle of Tancos". By 1917, the Portuguese Expeditionary Corps (PEC), a force put together for intervention in the European theater

[1] "There was never a strong military leader who was not also learned and knowledgeable."
[2] Teixeira, et al., 2004, pp. 17-22.
[3] Teixeira, et al., 2004, p. 25.

of operations, was composed of 55.000 men and, for a variety of reasons, was never at full capacity. This corps fought in the British sector under the command of the XI Corps of the English Army[4].

The General Staff Service (GS Service)[5] was an integral part of this effort. It was introduced in the Portuguese Army in 1899[6], replacing the former General Staff Corps (GS Corps)[7] founded in 1834. The May 26, 1911 legislation, aimed at reforming the Army after the implantation of the Republic, kept the designation GS Service.

The General Staff Service was composed of officers who had received specific training for the performance of their respective duties. Until 1890, training of these officers occurred within the rules of the remaining Arms of the Army through a basic course at the Military Academy. It was changed to a complementary course from 1891 onwards, with the GS Corps remaining a separate Corps, although it would be staffed by officers from other Arms of the Army who attended that course.

From 1914 to 1918, that is, from the intervention in Africa until the end of the war, this service was composed of 74 officers: 23 from the General Staff Service of the Military Academy (GSS/MA) and 51 from the remaining Arms, qualified through the complementary course. These individuals came from families of means invested in their education, and would enlist in the Army after reaching the minimum age with the purpose of graduating as officers.

These were officers who, due to their professional careers, possessed command experience at the tactical level and also management/administration skills, acquired through a variety of positions within the GS Service.

The GS Service had played a crucial role in the Army since its inception as GS Corps and elements of this service stood up for their competence and adaptability.

1. Historical Characterization of the General Staff Corps/Service

The designation "Army General Staff" (AGS) was first used in Portugal in the Charter of July 9, 1763, which aimed to regulate processing and payment of wages to a specific group of officers: the General Officers; the Inspectors General; the Deputy Assistants to the Inspectors General; the Quarter Master General[8]. This designation, which predated the modern institution called GS, created in Prussia[9], did not correspond to a Corps with practices and methods, which would be developed later, but to a group of officers who had the highest of responsibilities before the Crown in the command of the Army.

---

[4] Teixeira, et al., 2004, pp. 27,28.

[5] In order to avoid any confusion with the abbreviations for General Staff Service (Arm) and General Staff Service (the Military Academy basic training course), we will use the abbreviations "GS Service" for the Arm and "GSS/MA" to refer to the training course.

[6] Sá Nogueira, 1969, p. 21.

[7] Due to the aforementioned reason, we will refer to the General Staff Corps by "GS Corps" and to the General Staff Course by GSC.

[8] Sá Nogueira, 1969, p. 9.

[9] Carrilho, 1985, p. 135.

The Army General Staff Corps was created by decree in July 18, 1834 as an organ which by that time had nothing in common with the earlier General Staff[10]. Article (art.) 9, §1 of that decree states that general officers from the General Staff would be assigned to the command of the GS (Army, Engineering and Artillery) of Divisions and Brigades, of the 1st Class Strongholds, and would perform Inspections of the different Arms of the Army. §2 of the same art. dictates that officers in the Army General Staff Corps (composed of eight senior officers, 16 captains and 16 lieutenants) were to be employed in the GS of Provinces, Divisions and Brigades, as aides-de-camp to the generals. We verified that this corps was already being issued advisory and decision support duties. Also in this decree, art. 12, §2 determines that promotions would differ from the other Arms of the Army, without prejudice to the position they previously occupied, a fact which represented the creation of a new Arm/Service.

a. Training of General Service Officers

The military profession as such – a distinctive career with its own skill set, responsibilities and corporatism[11] – emerged in Prussia (1808). Until that point, Military Academies had been oriented towards teaching the technical aspects of the use of Artillery and of building fortifications, and they did not possess the necessary educational level to train other kinds of officers[12]. In 1810, the *Kriegsakademie*[13] was founded in Berlin with the purpose of studying war science. This academy/school taught Tactics, Military History and Weapons Science as well as Mathematics, Physics and Chemistry[14].

In Portugal, the need to modernize military education was pointed out by Sá da Bandeira, who extinguished the Royal College of Nobility in January 4, 1837 and created the Polytechnic School (PS) in its stead, subordinate to the Ministry of War[15]. This school offered "[...] preparatory military training […]", as it would become crucial to train future officers in "[...] Physical sciences and mathematics, so they can later begin the indispensable development of the study of the difficult science of war and its wide applications [...]"[16].

On January 12, 1837, the Military Academy (MA) was created, replacing the Academy of Fortification, Artillery and Drawing[17]. The Military Engineering and Artillery courses were kept in the school curriculum, as well as, in a common core, the Infantry and Cavalry courses. Two new courses were created, for GS officers and civil engineers, respectively[18].

[10] Sá Nogueira, 1969, p. 14.
[11] Huntington, 1981, p. 8.
[12] Huntington, 1981, p. 25.
[13] Literally, the War Academy.
[14] Huntington, 1981, p. 48.
[15] A few years earlier, the University of Coimbra, the only Portuguese institution until 1911, had opposed the creation of a polytechnic/university institution in Lisbon and Porto. The Marquis de Sá da Bandeira, a supporter of the introduction of polytechnic education in Portugal, saw in the scientific training of future officers "[...] the only means of escaping the absorbing action of the University of Coimbra[...]" (Barata, et al., 2004, p. 426).
[16] Barata, et al., 2004, pp. 425, 426.
[17] Gaspar, 2009, p. 17.
[18] Barata, et al., 2004, p. 426.

In December 5, 1836, little over a month before the creation of the MA, a decree was issued that altered the Mathematics course of the University of Coimbra (UC) and from that point onwards, it was "[...] considered sufficient qualification for those courses and officers that required a Civil or Military engineer license, and also for posts in the different Arms of the ARMY [...][19]". Since the inception of the MA, the basic training demanded from candidates applying to Engineering, Artillery and GS courses was not administered exclusively by the PS. A reorganization of the educational system occurred in 1863, and the Army Order (AO) of that year mentions, in art. 26, §2 of chapter IV, the creation of a rule that "[...] will determine which subjects from the special arms and general staff corps preparatory courses may be taught in the Polytechnic Academy of Porto.[20]" Thanks to this reorganization, the Polytechnic Academy of Porto" (PAP) was added to the list of possible preparatory schools for the GS course, and regulation of the classification system was completed by 1873.

That was the state of affairs until 1890, at which point the GS course stopped being an MA basic training course for the General Staff Service (GSS/MA) and was changed to a complementary course, thereby opening the GS Corps to all Arms[21].

The group was composed of officers trained before and after 1890, and for that reason included officers from both the GSS/MA and the Arms.

(1) General Staff Service Course of the Military Academy

The first element of our group to enter the MA was Abel Acácio de Almeida Botelho who, having joined in 1876[22], was subject to the determinations of the MA reorganization of 1863, which had established the necessary requirements for application to the Academy. Thus, art. 27, n54 of the 1863 AO states that applicants to all courses must[23]:

> Be Portuguese, by birth or naturalized;
>
> Be free from injury or physical defect which may impede the performance of military duties;
>
> Be enlisted in an Army corps;
>
> Practice good behavior, properly verified;
>
> Have completed the Royal Military School (MS) course or be qualified in: Grammar and Portuguese Language; Grammar and French Language; Geometrical Drawing; History and Geography; Elementary Mathematics, in accordance with the best rated high school programs; Principles of Chemistry; Physics; and Introduction to Natural History, in accordance with the aforementioned programs;Undertake admission exams in Elementary Mathematics, Principles of Physics and

[19] Gaspar, 2009, p. 19.
[20] AO, 1863 n54, p. 7.
[21] Carrilho, 1985, p. 136.
[22] LSMA, s.d.
[23] AO, 1863 n54, p. 8.

Chemistry, and Introduction to Natural History; for the remaining subjects, all that was required was a diploma from any of the best rated high schools. Uncertified subjects would require an examination, according to art. 30 of the same AO[24].

In addition to fulfilling the previous conditions, preparatory qualifications in Grammar, Latin Translation and Rational and Moral Philosophy were also required for admission to the GSS/MA and Special Arms (Artillery and Engineering).

The GSS/MA preparatory course had a duration of three years and programs were dictated by the Government, art. 3º, n54[25]. Once training was complete, the student would then continue his studies at the MA for the duration of two years, art.5[26]. The following subjects were taught, according to art. 4[27]: Art and Military History (full course); Artillery (complementary course); Fortification (elementary course); Practical Geodesics and Topography (full course); Administration; Military Law and Notions of Common Law; Drawing and Photography; Military Communications; and English Language.

After completing the course, students would be admitted to a special career qualification exam that covered the course's most important doctrines, practices and exercises. Students would be awarded numerical grades, which would determine their seniority when entering the aforementioned careers. If students were unable to obtain the required grade, they would have one year to retake the exam. If they were rejected again, they would then serve in the Infantry or Cavalry, art. 40[28].

After earning their general qualification diploma, they were promoted to regular second-lieutenant and served in the Infantry or Cavalry corps. After two years of "[...]good effective service[...]" they would be promoted to the immediate rank of lieutenant, art. 45, §1[29].

(2) General Staff Course (complementary)

As previously established, the 1890 reform of the educational system changed the training of GS officers from a basic course of the MA to a complementary course for the Arms. It was also renamed as War Studies and had a duration of two school years, which implied officers would have fulfilled the required conditions for admission to the other courses.

In addition to two years of good, effective service as officer "in the active troops of his arms", art. 24, n1 of the 1890 AO, an officer who wished to apply to the War Studies course would need a passing grade in all Preparatory School subjects required for admission to Military Engineering. Aside from the subjects required for the Artillery course, which were all related to the Exact Sciences (e.g. Spherical Geometry, Integral Differential Calculus, Drawing), this also implied a passing grade in Descriptive Geometry (part two), Astronomy, Botanic, and Mineralogy and Geology[30].

[24] AO, 1863 n54, p. 9.
[25] AO, 1863 n54, p. 2.
[26] AO, 1863 n54, p. 4.
[27] AO, 1863 n54, p. 2.
[28] AO, 1863 n54, p. 10.
[29] AO, 1863 n54, p. 12.
[30] AO, 1890, pp. 516, 517.

Furthermore, an age limit for officers applying to the course was also specified : 29 years old (Engineering); 28 years old (Artillery); and 26 years old (Infantry or Cavalry); a certificate attesting fitness for horse riding was also required, issued by the Practical School of Cavalry.

The following vacancies were to open every two years: one Engineering officer, two Artillery officers and eight Infantry officers. If the number of candidates was greater than the number of openings, the admission process was to take place before a jury. Moreover, if one of the Arms did not fill all its openings, those could not be occupied by officers from other Arms.

Once admitted to the MA, officers would complete a two year course. Therefore, officers who obtained the War Studies course diploma still belonged to their original Arms and had to undergo a one year apprenticeship consisting of two periods of six months in the remaining Arms. Upon completing this apprenticeship, they were promoted to captains of their Arms after four years as lieutenants, or earlier, depending on the duty roster, Art. 32º, n4[31].

The first complementary course took place in 1895, with the designation General Staff Course (GSC) replacing that of War Studies (the name did not take), and was attended by three Artillery officers: Amílcar de Castro Abreu e Mota, João Pereira Bastos and Aníbal Augusto Ramos de Miranda[32].

Both in the GSS/MA and the GSC, officers would attend classes exclusive to these courses, enabling them to have a transversal view of the organization as well as its operation and resources.

b. Duties of the General Staff Service

The GS Corps played an important role within the Army since its inception in 1834, and its duties were defined in the legislation. The GS Corps was extinguished in 1899 with the adoption of the name GS Service in that year's Army Organization[33].

A reform of the Army followed the Implantation of the Republic and, on May 26, 1911 that reform was operationalised by the War Office through AO n11.

The General Army Organization terms stated that the metropolitan Army was to integrate: "1st – the General Officers; 2nd – the General Staff Service; 3rd – the different arms and services..."[34]. The GS Service emerged as a distinctive entity from the remaining Arms and was preceded only by the General Officers, revealing its formal position in the hierarchy.

As to the Service's responsibilities, art. 45, ch. III[35] states that they consisted in conducting studies and works pertaining to the first Direction and second Department of the second Direction of the AGS.

[31] AO, 1890, p. 518.
[32] AHM, 1913, p. 21.
[33] Sá Nogueira, 1969, p. 21.
[34] AO, 1911, p. 580.
[35] AO 1911, pp. 585.

The first Direction of the AGS consisted of six departments, the MA library, the military cartography section and the photography office, and the historical archive. The Direction's duties were, among other missions, to manage relationships with military attaches and officers in study commissions abroad; relationships with the Arms inspections regarding preparation for war (drills) and instruction; elaborate operation projects; conduct studies on the strategic importance of communication routes; determine strategic locations for building fortifications; conduct studies for improvement of the continental Army; conduct studies on international conventions, laws and war practices; elaborate the general mobilization plan; prepare room map exercises for the instruction of not only GS Service officers, but the whole AGS[36].

The duties of the second Division of the second Direction were: to analyze railway lines from a military transport perspective; to conduct studies on the general organization and protection of the Army's communication routes; to elaborate and revise instructions for the second line services (logistic support) and the military railway service; to examine the regulations and instructions in force in foreign armies and to elaborate and coordinate research work in general statistics, needed for conducting the AGS studies[37].

The GS Service board was composed of six colonels, 12 lieutenant-colonels and 30 captains who served at the AGS, in the Division headquarters, in the Cavalry Brigade headquarters and on the Lisbon Entrenchment Field.

Officers coming out of the GSS/MA were required to command an Infantry or Cavalry Regiment for a period of one year, although they still belonged to the GS Service. The Lieutenant-colonels of the GS Service Arms returned to their original posts when promoted to colonels, and returned to the Service as colonels after commanding a Regiment in any of the Arms.

2. General Staff Service officers

After identifying the 74 officers who belonged to the GS Service, we resorted to the following sources:

- List of Students of the Fortification Academy, Military Academy, War Academy, Military Academy (LSMA);
- Registration documents (RD) for 64 elements of the group;
- A number of Military Academy admission files (MAAF);
- AO and Army Almanacs (AA).

Whenever we detected a discrepancy in the documents, we elected to consider the information on the RD.

From the LSMA, we were able to ascertain which preparatory schools the individuals attended, their places of birth, original courses and course locations. RD were available

[36] AO, 1911, pp. 673-675.
[37] AO, 1911, p. 683.

for 64 out of 74 officers. From those documents, we learned their marital status, number of children and duties performed throughout their careers. The data presented may not always correspond to the 64 officers, as some of the RD were damaged or incomplete.

Regarding the only officer whose career we traced without resorting to the RD, José Augusto Alves Roçadas, our data was taken from the work referenced in the footnote[38].

After collecting the data, we used Maria Carrilho's social characterization of the 20th century Army officership. We established a parallel with her conclusions regarding the period from 1900 to 1920, which allowed us to come to a few conclusions regarding the group under analysis.

a. Preparatory schools, birthplace, marital status and number of children

As for the training needed for admission to the GSS/MA and to the General Staff Course GSC, 56 of the officers (the majority) attended the Polytechnic School (PS) in Lisbon, 12 attended the University of Coimbra and five attended the Polytechnic Academy of Porto. From an analysis of the RD, only Ilídio Marinho Falcão de Castro Nazareth had never been enrolled in a school, having served for one year and three months in the Lisbon Municipal Guard before attending the GSC. He may have started his complementary training during that period, without it having been registered in his documents.

Taking into account that it was necessary to have completed high school in order to apply to preparatory school, and considering that only those who see use in learning are committed to sending their children to school, we can infer that the General Staff Service (GSS) officers were part of a social minority who effectively wanted and was able to educate their children[39]. Thus, we can state that the elements who applied to the Military Academy (MA) belonged to a minority group within the population - those who had attended and completed high school.

As it was not possible to analyze the professions of our officers' fathers, we drew a paralel with the conclusions drawn by Carrilho regarding the family origins of the officership in the period of 1911-1925[40].

According to the author, there was a high percentage of officers' sons in the Armed Forces, over 50% in average. It was, by far, the professional category with the highest recruitment rates. Recruitment rates for sons of public officials, landowners and, on some years, traders were also considerable. Selection for the military career was not conditioned by explicit ideological and political reasons, but by social reasons of economic nature, as shown by a larger presence of sons of qualified workers relatively to unqualified workers or agricultural workers and fishermen. Another important aspect was the absence of moral discrimination regarding formalities which were not the officers' responsibility, such as

[38] «José Augusto Alves Roçadas», in Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, vol. XXV, Editorial Enciclopédia, Lisboa, [s. d.], pp. 828-829; NOGUEIRA, Jofre Amaral – «José Augusto Alves Roçadas», in Dicionário de História de Portugal, vol. V, Livraria Figueirinhas, Porto, [s. d.], pp. 351-352; «José Augusto Alves Roçadas», in O Grande Livro dos Portugueses, textos de Manuel Alves de OLIVEIRA, Círculo de Leitores, Lisboa, 1990, p. 441.

[39] Ramos, 1988, p. 1078.

[40] Carrilho, 1985, pp. 229-231.

being son of an unknown father[41] or single mother. According to Carrilho, higher military education was attractive to impoverished layers of society and to sectors of the petty bourgeoisie who desired to maintain a certain social position or to fight for upward mobility. We are thus before a group that came from a broad basis of self-recruitment (officers' sons), alongside strong representation from other social quadrants.

As for officers' places of birth, 23 of the 74 officers came from the Lisbon district[42], the largest area of provenance (31,08%), followed by Santarém with nine (12,16%) and Vila Real, Porto and Faro, all with five (6,76%). Four came from Viseu and three from Viana do Castelo, Aveiro, Coimbra and Madeira, two from Portalegre, Beja and Azores and one from Braga, Bragança, Guarda and Leiria. It is worth mentioning that one officer came from the overseas province of India, specifically from Goa.

Carrilho notes the existence of a marked predominance of officers from urban areas, with Lisbon playing a crucial role, followed by Porto and Santarém[43].

In our case, Santarém comes in second place, with Porto on the same level as Faro and Vila Real. We can conclude that most GS Service officers came from urban areas, as the reasons given for 43,24% of officers coming from Lisbon and Santarém match the explanation for a predominance of Lisbon and a high percentage of Santarém as places of birth in the period of 1900-1910. The location of the MA in the capital, which allowed students to remain near their families while attending the course, and ease of transportation from the district of Santarém to Lisbon accounted for these numbers. It is worth mentioning that, even though ease of access to secondary and preparatory higher education was identical in Lisbon, Porto and Coimbra, the numbers for the latter two districts were markedly lower[44].

Analysis of preparatory school (PS) attendance by elements of the group indicates that the PS, located in Lisbon, accounted for 76,71% of attendance, edging out Coimbra and Porto as preparatory course of choice. Thus, we surmised that the majority of GS Service officers from 1914-1918, regardless of origin, preferred the capital, a preference which manifested itself in the choice of preparatory course for access to the GSC. This choice was also conditioned by the importance held by the PS since becoming a school aggregated to the MA in the 1837 reform.

Even though there is no data regarding family address at the time of application to the course, we believe that an increased probability of a placement in Lisbon would factor in the decision to apply to the GSC.

Regarding family life, we concluded that 52 of officers were married and six were single. Marital status or number of children could not be verified in seven RD (due to missing information). Concerning number of children, the median is one child (minimum zero, maximum nine) for each of the 60 officers with information we could analyse. It is worth

[41] One of the officers in our group, António Maria de Freitas Soares, was a child of unknown parentage, e.g.

[42] In 1900, the District of Lisbon included, in addition to the council of Lisbon, others such as Alenquer (Carrilho, 1985, p. 126), the place of birth of one of our officers.

[43] Carrilho, 1985, pp. 124,125.

[44] Carrilho, 1985, pp. 124,125.

noting that 22 of the elements did not have any children, and that 6 had more than five children. We worked under the assumption that declaring number of children would be compulsory and that all officers complied. As examples of this compulsory nature, António Cândido de Gouveia de Castilho Nobre was a single man and reported one son; and José Júlio Forbes Costa reported a daughter 19 years prior to marrying.

We noted a trend for GS Service officers to start families, suggested by an analysis of marital status – 89,8% of officers were married.

As for number of children, in 1911 families had an average of 4,2 individuals[45], that is, 2,2 children, implying that our group, with a median of one child (minimum zero, maximum nine), was below the offspring average for the time. Of the 60 elements analyzed, 37 did not have children or had only one child (62%), but 23 had two or more children (around 38%). We could not find comparative data to analyse this disparity against statistical data of the time, or even our own group's internal asymmetry.

b. Course of origin and course location

The last elements of our group to enroll in the GSS/MA were José Mendes Ribeiro Norton de Matos, António Nogueira Mimôso Guerra and Eduardo Augusto Marques (1888), and the first complementary GSC took place in 1895. This way, in the GS Service of 1914-1918, 23 officers came from the GSS/MA course, 29 from Infantry, 16 from Artillery and 6 from Cavalry.

We removed the elements that came from the GSS/MA in order to analyse percentages relative to Arms of origin, revealing a predominance of Infantry with 56,86%, followed by Artillery with 31,37% and Cavalry with 11,76%. There were no officers from Engineering.

We were not able to ascertain exactly what caused this discrepancy. We may, however, raise some hypotheses that could justify these numbers. We know from the AO of 1901, art. 70, reiterated in the reform of 1911, that after finishing their GSC apprenticeships lieutenants and captains went up "[...] a number of places equal to the annual average of promotion of their immediate posts in their arm's access roster[...]"[46], so in practical terms they gained a year of seniority.

Art. 45º of the same AO refers that Engineering, Artillery or Cavalry officers could not be promoted to captain or colonel until all Infantry officers in the course ahead of theirs had been promoted[47] to lieutenants, preventing elements of those Arms from overtaking elements of the Infantry course.

We can conclude that promotions to these positions in the Infantry Arms took longer than in the remaining Arms, and so it seems reasonable to infer that these elements were more willing to attend the GSC in order to improve their promotion conditions comparatively to other Arms.

In view of the absence of Engineering officers from the GS Service or from the GSC

[45] INE, 2014.
[46] AO, 1901, p. 86.
[47] AO, 1901, p. 81.

until 1913[48], certain considerations may be raised. According to Carrilho, Engineering was informally considered the most important Arm, and was used as a term of comparison for promotions and wages[49]. Moreover, officers who had completed the GSC received a gratification correspondent to their appointments in the Engineering Arm AO n11, Art. 20[50], when assigned to a Service Commission under the Ministry of War. That is to say, Engineers earned more than the remaining officers.

These observations lead us to state that these officers would have had a satisfying career, both in terms of prestige and financially, and that the course would not have been a decisive factor in their career progression.

As we evaluated the general course ranking when leaving the MA, and referring only to the 51 officers who did not belong to the GSS/AS, we divided the 27 courses of origin into thirds, in order to clarify the relation between relative seniority in the course and frequency of the GSC.

We concluded that 62,75% of officers was in the first third of their course. It is worth noting that the smaller course, Artillery (1899), had only two elements, and that the largest, Infantry (1901), had 76 elements. The 27 analyzed courses had an average 54 men/course, with eight courses having more than 60 elements.

This data indicates that the Service was mostly staffed with the best students from each course, at least from an academic perspective, as this relation was calculated according to their MA exit seniority. This appears to be natural, considering that Preparatory School attendance implied studying Exact Sciences subjects which were not required for the Infantry and Cavalry Arms. The compulsory scientific training for continuing on to a more "technical" and "organizational" Arm (although almost 10% came from the final third) can be seen as an obstacle to discourage elements with lower academic performances. Thus, the majority of officers who did not come from the GSC/MA were seniors in their respective courses.

c. Professional career

In order to create a picture of what was required from an officer of the GSS/MA or the GSC during their military lives, we conducted an analysis of the duties performed by GS Service officers not only in the period of 1914-1918, but throughout their whole careers.

To better illustrate the working life of officers in this Service, we will describe a hypothetical career, showing the differences between those who attended the GSS/MA and those who later attended the GSC as a complementary course. We aimed to be comprehensive in the choice of duties performed, so we elected to list the most common duties/offices that came up in the research, noting exceptional situations with a mention of the officer's name.

[48] In spite of our group not including any officers from Engineering, we can state that none completed the GSS/MA until 1913. AHM, 1913, p. 21.
[49] Carrilho, 1985, p. 144.
[50] AO, 1911, p. 587.

Officers' ages were calculated from the medians of the ages at which they reached their respective promotions. We were not able to ascertain all promotion dates for the 74 elements. However, data exists regarding the ages of 56 officers promoted to second-lieutenant and lieutenant, 53 to captain, 55 to major, 50 to lieutenant-colonel, 49 to colonel and 20 to general.

Considering that access to the GS Service was not the same for all elements in our group, the starting points of these officers' careers were diverse. In order to show the collected information, we will initially describe a hypothetical career for GSS/MA officers. From the rank of captain onwards, possible duties were applied transversally to all elements in our group. Regarding age medians, this first description only concerns GSS/MA officers. In a second point, we will present the differences detected between the two groups.

In addition to an analysis of the data in the RD and in order to provide better context to these careers, we used an article by general Ferreira Martins (also an element of our group and a contemporary of these officers) honoring general Garcia Rosado.

(1) A hypothetical career

In the late 19th century, a young man who wished to be officer in the Army, after completing the Royal Military School[51] (MS), or any other high school, would have to enlist in an Army corps before being able to apply to the MA[52]. Our applicant, 16 and a half years old[53], enlisted in an Army unit where, after serving with good behavior and possessing the aforementioned high school qualifications, he would enroll in a preparatory course for the duration of three years[54] at the PS, PA, or UC. Having acquired the necessary qualifications at around 20 years of age, he would then join the GSS/MA course.

Two years later, upon completion of the GSS/MA course, the young second-lieutenant, then 23 years old[55], would join an Infantry or Cavalry unit. In this unit, after a two year apprenticeship, he would be promoted to lieutenant[56] at the age of 25. In order to meet the "required condition to join the GS Corps"[57], the lieutenant would intern for a year in an Artillery unit and in one other unit, Infantry or Cavalry, alternating the latter with the Arm where he was assigned as second-lieutenant.

The GSS/MA officer would serve in these units until he was placed, according to available openings, on the ranks of the GS Corps, which he would enter as lieutenant, being awarded

[51] With the implantation of the Republic, it was renamed Military School. We will use this designation notwithstanding an officer's nomination having occurred before the fall of the monarchy.

[52] AO, 1863 n54, p. 8.

[53] Median of enlistment ages. The youngest officer was António José Garcia Guerreiro, 14 years and 5 months old, who enrolled in 1872, and the oldest was José Mendes Ribeiro Norton de Matos, who enrolled in 1887, 20 years and 8 months old.

[54] AO, 1863 n54, p. 2.

[55] The youngest were Tomáz António Garcia Rosado and João Montês Champalimaud, second-lieutenants in 1886 and 1890 at the age of 22. The oldest was Alfredo Carlos Pimentel May, second-lieutenant at the age of 29 in 1888.

[56] The youngest and oldest are the same individuals as in the second-lieutenant post. The first two were 24 years old and the oldest one, 31 years old.

[57] Martins, 1937, p. 616.

a promotion to captain[58] upon completing 29 years of age. As a member of the GS Corps, he would perform different missions, namely land surveys, field work for the elaboration of road maps and military reconnaissance such as, for example, detailed reconnaissance of the border South of the Tejo[59] with the aim of "preparing the conduction of studies for garrison observation and for the protection of our army's mobilization."[60] A captain could also be appointed member of the jury for special qualification exams for the MA students, appointed deputy to one of the sections of the GS Corps/Service or for duties in one of the GS Brigades, and he would serve on commissions charged with fulfilling certain purposes, such as: elaborating a project for a central military library; improving[61] the GS Corps/Service command; changing the transitional legislation in force in the MA; reorganizing the Military Administration Service; reorganizing our overseas forces or the incorporation of continental troops in the colonial service (the two latter missions, only after serving in the colonies). As captain, and with experience acquired in the GS Corps/Service, he could also be appointed for a teaching position at the MA, at the MS, at the Pupils of the Army of the Land and Sea Professional Institute (PAI)[62], or at the Central School of Officers (CSO)[63], or for a service commission in another ministry such as Public Works, Commerce and Industry, or Navy and Overseas Territories, the latter being the most common appointment as it was the ministry with custody over officers' commissions in the colonies.

Our captain would be sent to the colonies integrated in a force, as member of the GS with deputy duties. There, if the force was divided, he could serve as Chief of Staff of a province. He could perform multiple military and civilian duties while appointed for service in the colonies, from commander of a local company, commander of a division, member of a municipal committee, chief of military office of a province, Government commissioner charged with demarcating the border separating a province from another state, secretary--general for the Government of a territory, chief of a team conducting topographic and land surveys, as well as performing administrative duties, such as acting administrator for the woods of Goa, or be charged provisionally with the Direction of Public Works of that state[64]. One of our officers was elected deputy between 1906/1907[65], returning later to the GS Service (1908).

At 42 years of age, after approximately 12 years[66] as captain, he would be promoted to major. At this rank, our officer was expected to continue integrating commissions with the

[58] The youngest were Rosado Abel Acácio de Almeida Botelho and Tomáz António Garcia, in 1881 and 1889, respectively, at 25 years of age, and the oldest was Luís António Carvalho Martins in 1899, at the age of 33.

[59] It was the case of Tomáz António Garcia Rosado, for example.

[60] Martins, 1937, p. 617.

[61] For example, the GS Service "improvement" committee (FM Francisco Correia Mendes) AHM, s.d., p. 1.

[62] Founded in 1911 IPE, 2014.

[63] Founded in 1914, it preceded the Institute for Higher Military Studies and the current Portuguese Joint Command and Staff College.

[64] As was the case of José Mendes Ribeiro Norton de Matos AHM, s.d., pp. 2, 3.

[65] Alfredo Mendes de Magalhães Ramalho AHM, s.d., p. 2.

[66] The youngest element to gain a promotion to major was Tomáz António Garcia Rosado in 1899, at 35 years of age, after being captain for ten years, and the oldest element to be promoted was Luís António Carvalho Martins, in 1911, 45 years old and after a period of 12 years. The element who spent the least time as captain, five years, was Alfredo Carlos Pimentel May. The maximum period at this rank was 14 years (three elements).

aim of developing or improving the Army's capability and procedures, from the GS Service to the revision of the Military Justice Code. He could be appointed professor or regent, through application and tender, of any subject taught at the MA, MS, PAI, or the CSO, be nominated member of the jury charged with evaluating the exams required for promotion from captain to major in the different Arms, in the Military Administration corps and in the GS Corps/Service. He would be given the command of a Regiment Battalion or Group[67], Chief of Staff in an Army division or Head of a section of an AGS direction. The GSS/MA majors were also called upon to serve in the Ministry of War or the Ministry of the Navy and Overseas Territories. There, if he was assigned to a Colony, he could be appointed chief of the military office or even Governor of a territory, district or region, and even governor-general of a Province[68]. If he was integrated in an expeditionary force to the colonies, he would be appointed Chief of Staff.

At 45, he would be promoted to lieutenant-colonel[69] and, at this rank, would continue to be appointed to promotion juries and to the aforementioned study commissions. He could head a GS section department, teach or coordinate subjects at the MA, the MS, the PAI, or the COS, or be director of the PAI. He could also be appointed commander of a military force for the provinces, or perform duties as Military Commander of a region or overseas territory, or be director of Public Works for a province[70]. He could be sent to the Ministry of Foreign Affairs as a technical delegate and, in case of a national catastrophe, a lieutenant-colonel could be called upon to lead a relief and support force to aid a disaster-stricken population[71], or perhaps become director of the cartography service and photography office of the Army General Staff/Army Staff[72].

At 51, he would be promoted to colonel[73]. At this rank, he would lead an Infantry, Cavalry or Artillery Regiment for the GSC officers or, if he came from the GSS/MA, an Infantry or Cavalry Regiment. He could be appointed head of one of the divisions of the Army General Staff or the Ministry of War, director of the CSO or the GSC, he could be regent of a subject at the MA, the MS, the PAI or the CSO, appointed member or president of one of the many committees for the organization and improvement of the Army, member of juries for promotion to captain and major in the different Arms or even become Chief of Staff at the Lisbon Entrenchment Field. At this stage in his career, our officer could be appointed military attache subordinate to the Ministry of Foreign Affairs. There, our officer either

[67] Battalion and Group are designations for a unit formed by an array of Companies commanded by captains. This means that our officer, having come from the GSS/MA, would be the tactical commander of officers in the Infantry, Cavalry or Artillery Arms.

[68] Tomáz António Garcia Rosado was Governor of Mozambique in 1904 AHM, s.d., p. 4.

[69] The youngest was José Augusto Alves Roçadas, 42 years old, promoted by distiction in 1908 (Serrão, 1968, p. 653) and the oldest was António Nogueira Mimôso Guerra, in 1917, at 50 years of age.

[70] João Augusto Crispiano Soares, director of Public Works in Angola in 1919 and in charge of the Angola General Government in 1924.

[71] António Maria de Matos Cordeiro was appointed commander of the relief force for Salvaterra and Benavente in 1909. Benavente, 2014.

[72] Carlos Maria Pereira dos Santos in 1925, AHM, s.d., p. 3.

[73] The youngest was Tomáz António Garcia Rosado, 47 years old, in 1911, and the oldest was Manuel Maria de Oliveira Ramos, in 1919, 57 years old.

stood at the first third of the colonel roster and had the required conditions for promotion to general, or he would go into the reserves at age of 62.

If he were promoted to general, that promotion would occur upon his 60th birthday[74]. At that rank, he could be appointed member of a jury in charge of appraising special aptitude tests for promotions to general, be second-in-command of the AGS, Quartermaster General, Commander of the MA and Army Chief of Staff.

(2) Differences from General Staff Course officers

If our officer came from one of the Arms, after completing the MA course at around 23 years of age[75], he would be placed in an Arm Regiment as second-lieutenant. There, he would perform junior duties until he applied to the GSC. At around 25 years of age, he would attend Preparatory School as lieutenant[76], and attend the classes required for application to the GSC at the MA. After completing the GSC, he would then be placed in the GS of his Arm as he waited for an opening in the GS Service.

After transfer to the GS Service, he would then enter a career identical to those described above. Promotions would depend on his Arm of origin, and so the age medians are slightly different from those previously referred. This way, we have:

- Captain, 33 years old (4 years older);
- Major, 38 years old (5 years younger);
- Lieutenant-colonel, 40 years old (5 years younger);
- Colonel, 48 years old (3 years younger);
- General, 57 years old (3 years younger).

Generally, after joining the GS Service, the duties performed were identical to those of the GSS/MA.

Analysis of a hypothetical career demonstrates that, after the MA course, all officers were placed in Regiments as Arms subordinates, that is, as second-lieutenant and lieutenant, assignments which allowed young officers to familiarize themselves with the tactical level echelons of the maneuver units and Army fire support. This way, a future General Staff officer would be privy to the reality of life at these echelons.

The duties performed by our group, some unrelated to military life, lead us to believe that these individuals were remarkable people for their time. Their academic achievements were recognized, not only due to attending the Preparatory School but also because many were teachers and assistants at the military academies, as well as for their responsibilities in Army reforms, of operational, cultural and legal scope.

We discovered that they not only planned and conducted studies, but were appointed

[74] The youngest was Tomáz António Garcia Rosado, in 1917, at 53. The oldest was Luís António César de Oliveira at 64 years of age, in 1926.

[75] Five elements were 20 years old, and the oldest, at 27 years of age, was Amílcar de Castro Abreu e Mota from Artillery, in 1891.

[76] The youngest, 22 years old, was Fernando Augusto Freiria from Artillery, in 1899. The oldest were Ilídio Marinho Falcão de Castro Nazaré (Nasareth), in 1896 and Tasso de Miranda Cabral in 1907, both from Infantry.

to command duties. The appointment of an element of the GS Service to humanitarian relief during the earthquake of Benavente demonstrates that these were men of action and command.

Thus, and in our opinion, we are not in the presence of a group composed solely of managers/administrators. The command careers of these elements show that they were operatives, and legislation shows that this was in accordance with the wishes of the Army.

In what concerns the participation of these officers in the Great War, we identified 14 elements who belonged to the Portuguese Expeditionary Corps, two of them as commanders of this same corps[77] and the remaining elements as members of the General Staff and as officers liaising with the English Corps.

Twelve elements were appointed to Angola, with Alves Roçadas as force commander and the remaining elements as members of the GS. In Mozambique, we identified three elements of the group who participated in the campaigns. It is worth noting that six of the identified elements remained members of the PEC after returning to the capital.

Conclusion

Throughout this study, we aimed to analyze a group of Army officers who served in the General Staff Service in the period of 1914-1918. We also looked at how the concept of "GS" emerged in Portugal, specified the kinds of duties expected of the "AGS", and noted the changes in officer training introduced during the 19th century, specifically for these kinds of duties. Once the group was selected, we listed a number of sociographic elements, which we then analyzed, and that allowed us to conclude that these were officers with military experience transversal to all areas of the Army.

In 1837, with the creation of the MA by Sá da Bandeira and the beginnings of true professionalization in the military class, selection criteria for candidates to MA courses were determined, including for the GS Service course, which was attended by future officers of the GS Corps instituted in 1834. Their wide academic training is worthy of note, both at the MA and the Preparatory School.

The concept of the course was changed in 1891, from basic course to complementary course open to all the Arms of the Army. The subjects offered did not undergo relevant changes and the students, already officers trained at the MA, had only to attend specific GSC classes and/or those classes which they had not yet attended. We noted that the first complementary course took place in 1895, generally maintaining all the specific subjects that allowed for a global perspective on the Army's capabilities. Officers in this group received training that was not only distinctively above average, but also provided a very wide scope, due to the transversal nature of the subjects taught at the MA.

Analysis of the data revealed that the great majority of officers attended Preparatory School in Lisbon, with the University of Coimbra coming in second place and the Polytechnic Academy of Porto in third. Officers came mainly from urban areas, predominantly from Lisbon, followed by Santarém, with Porto, Vila Real and Faro in third place, and there was

[77] Tomáz António Garcia Rosado and José Augusto Alves Roçadas.

not much diversity among officers' places of birth. We were able to infer that our officer would belong to a military family or a family of qualified workers, and that one motivation for applying to the GSS/MA or to the GSC would be staying close to family and a generally higher possibility of being assigned to service in Lisbon.

As for their course of origin, we were able to ascertain that 23 officers in the GS Service of 1914-1918 came from the GSS/AS course, 29 from Infantry, 16 from Artillery and six from Cavalry. Concerning MA exit grades, we found that, of the elements which attended the GSC, most were in the first third of their respective courses. This analysis showed that the majority of officers who attended the GSC (complementary course) held the best exit grades in their respective MA courses.

As for marriage and number of children, we found that 89,8% were married, and that the median was one child per officer, a number lower than expected for the time in spite of officers' desire for a family life.

Creating a hypothetical career to better demonstrate the professional careers of this group of officers, has led us to discover that they led a professional life which was extremely rich in experiences, not only as GS officers but also in the performance of civilian duties and offices, participating in expeditionary actions, commanding troops, serving in different ministries and teaching.

Analyzing these officers' duties showed us that we were looking at a group capable of performing a diverse array of duties, both military and civilian. On a military level, in addition to missions inherent to the GS, they commanded Companies, Battalions, Groups and expeditionary forces in the colonies as well as in Flanders. We are not, therefore, looking at a group trained solely for planning and management duties. These were officers with tactical level experience allied to high management/administration skills, earned through service experience in different posts within the GS Service. Their training qualified them for the performance of duties in Public Administration, where they were at times the highest representative of the State in isolated territories. We thus conclude that this was a group of individuals who performed operational missions of the utmost importance to Portugal in the international arena.

In conclusion, we found that the GS Service, since its inception as GS Corps, has always played a crucial role within the Army, and that its officers were remarkable for their competence and adaptability. We demonstrated that GS Service Officers were not limited to planning and decision-making support roles, but were equally men of action.

List of Officers in the GS Service from 1914 to 1918	
Abel Acácio de Almeida Botelho	Amândio Oscar da Cruz e Sousa
Gaspar António Azevedo Meira	Jorge Soares Pinto de Mascarenhas
Antonio Maria de Matos Cordeiro	Arnaldo de Melo
Tomáz António Garcia Rosado	Eduardo Augusto de Azambuja Martins
Augusto da Costa Macedo	Genipro da Cunha de Eça Costa Freitas e Almeida
Antonio José Garcia Guerreiro	José Alberto da Silva Basto
Manuel Rodrigues Ermitão	D. José de Serpa Pimentel de Sousa Coutinho
Vitoriano José César	Luís Augusto Ferreira Martins
José Augusto Alves Roçadas	Miguel de Almeida Santos
José Júlio Forbes Costa	Gaspar do Couto Ribeiro Vilas
Alfredo Carlos Pimentel May	João Ortigão Peres
Francisco Xavier Correia Mendes	Artur Ivens Ferraz
Manuel Maria de Oliveira Ramos	Antonio de Sant'Ana Cabrita Júnior
Vasco Martins	Augusto Botelho da Costa Veiga
Pedro Lopes Cunha Pessoa	Fernando Augusto Freiria
Alfredo Mendes Magalhães Ramalho	Alfredo Balduíno de Seabra Junior
Luís António César de Oliveira	António Maria de Freitas Soares
João José Sinel Cordes	Tasso de Miranda Cabral
João Montês Champalimaud	Fernando Augusto Borges Júnior
Luís António Carvalho Martins	Carlos Maria Pereira dos Santos
António Nogueira Mimôso Guerra	João de Sousa Eiró
Eduardo Augusto Marques	Carlos Matias de Castro
José Mendes Ribeiro Norton de Matos	José Arrôbas Machado
João Pereira Bastos	Joaquim Artur dos Santos Machado
Amílcar de Castro Abreu e Mota	João Augusto Crispiniano Soares
Ilídio Marinho Falcão de Castro Nasareth	Manuel Firmino Almeida Maia Magalhães
Aníbal Augusto Ramos de Miranda	Helder Armando dos Santos Ribeiro
Angelo Leopoldo da Cruz e Sousa	Vasco Freire Ternudo
Roberto da Cunha Baptista	António de Sousa Pinto Machado Coutinho
Abílio Augusto Valdez de Passos e Sousa	José Joaquim Ramos
Júlio d'Abreu Campos	Jorge Dias da Costa

List of Officers in the GS Service from 1914 to 1918 (cont.)	
Ernesto de França Mandes Machado	António Cândido de Gouveia Castilho Nobre
João Carlos Pires Ferreira Chaves	Artur Pereira de Mesquita
Armando Bertoldo Machado	Liberato Damião Ribeiro Pinto
António de Sousa Guedes Cardoso Machado	Vitorino Henriques Godinho
Joaquim dos Santos Correia	Henrique Sátiro Lopes Pires Monteiro
Mário Augusto Gouveia Xavier de Brito	José Esteves da Conceição Mascarenhas

Sources

AHM, A., 1913. Almanaque do Exército. Lisboa ed. Lisboa: Imprensa Nacional, 1914.

AHM, s.d. Folha de Matrícula (FM) de Alfredo Carlos Pimentel May. Lisboa: Arquivo Histórico Militar (AHM) cx3462.

AHM, s.d. FM de Carlos Maria Pereira dos Santos. Lisboa: AHM cx3295.

AHM, s.d. FM de Abel Acácio de Almeida Botelho. Lisboa: AHM, cx1338.

AHM, s.d. FM de Abílio Augusto Valdez Passos Sousa. Lisboa: AHM cx1750.

AHM, s.d. FM de Alfredo Balduino de Seabra Junior. Lisboa: AHM cx2401.

AHM, s.d.. FM de Alfredo Mendes de Magalhães Ramalho. Lisboa: AHM cx3344.

AHM, s.d.. FM de Amândio Oscar da Cruz e Sousa. Lisboa: AHM cx1303.

AHM, s.d.. FM de Amílcar Castro Abreu Mota. Lisboa: AHM cx719.

AHM, s.d.. FM de Angelo Leopoldo Cruz e Sousa. Lisboa: AHM cx1523.

AHM, s.d.. FM de Aníbal Augusto Ramos Miranda. Lisboa: AHM cx3147.

AHM, s.d. FM de António Cândido Gouveia Castilho Nobre. Lisboa: AHM cx1462.

AHM, s.d. FM de António de Sant'Ana Cabrita Junior. Lisboa: AHM cx2299.

AHM, s.d. FM de António de Sousa Guedes Cardoso Machado. Lisboa: AHM cx3758.

AHM, s.d. FM de António de Sousa Pinto Machado Coutinho. Lisboa: AHM cx3446.

AHM, s.d.. FM de Antonio José Garcia Guerreiro. Lisboa: AHM cx1678.

AHM, s.d. FM de António Maria de Freitas Soares. Lisboa: AHM cx1329.

AHM, s.d. FM de Antonio Maria de Matos Cordeiro. Lisboa: AHM cx1439.

AHM, s.d. FM de António Nogueira Mimoso Guerra. Lisboa: AHM cx717.

AHM, s.d. FM de Armando Bertoldo Machado. Lisboa: AHM cx2254.

AHM, s.d. FM de Arnaldo de Melo. Lisboa: AHM cx2375.

AHM, s.d. FM de Artur Ivens Ferraz. Lisboa: AHM cx2213.

AHM, s.d. FM de Augusto Botelho Costa Veiga. Lisboa: AHM cx3181.

AHM, s.d. FM de Augusto da Costa Macedo. Lisboa: AHM cx2804.

AHM, s.d. FM de Carlos Maria Pereira dos Santos. Lisboa: AHM cx3295.

AHM, s.d. FM de Carlos Matias de Castro. Lisboa: AHM cx2691.

AHM, s.d. FM de D.José Serpa Pimentel Sousa Coutinho. Lisboa: AHM cx2056.

AHM, s.d. FM de Eduardo Augusto Marques. Lisboa: AHM cx2639.

AHM, s.d. FM de Fernando Augusto Borges Junior. Lisboa: AHM cx2856.

AHM, s.d. FM de Fernando Augusto Freiria. Lisboa: AHM cx715.

AHM, s.d. FM de Francisco Xavier Correia Mendes. Lisboa: AHM cx2651.

AHM, s.d. FM de Gaspar António Azevedo Meira. Lisboa: AHM cx2266.

AHM, s.d. FM de Gaspar do Couto Ribeiro Vilas. Lisboa: AHM cx3547.

AHM, s.d. FM de Henrique Sátiro Lopes Pires Monteiro. Lisboa: AHM cx3382.

AHM, s.d. FM de Ilídio Marinho Falcão de Castro Nasareth. Lisboa: AHM cx1483.

AHM, s.d. FM de João Augusto Crispiano Soares. Lisboa: AHM cx2844.

AHM, s.d. FM de João Carlos Pires Ferreira Chaves. Lisboa: AHM cx2528.

AHM, s.d. FM de João de Sousa Eiró. Lisboa: AHM cx2637.

AHM, s.d. FM de João José Sinel de Cordes. Lisboa: AHM cx2083.

AHM, s.d. FM de João Montez Champlimaud. Lisboa: AHM cx2287.

AHM, s.d. FM de João Ortigão Peres. Lisboa: AHM cx1353.

AHM, s.d. FM de João Pereira Bastos. Lisboa: AHM cx715.

AHM, s.d. FM de Joaquim Artur dos Santos Machado. Lisboa: AHM cx1701.

AHM, s.d. FM de Joaquim dos Santos Correia. Lisboa: AHM cx3859.

AHM, s.d. FM de Jorge Dias da Costa. Lisboa: AHM cx3489.

AHM, s.d. FM de Jorge Soares Pinto Mascarenhas. Lisboa: AHM cx2119.

AHM, s.d. FM de José Alberto da Silva Basto. Lisboa: AHM cx1718.

AHM, s.d. FM de José Arrobas Machado. Lisboa: AHM cx3060.

AHM, s.d. FM de José Esteves Conceição Mascarenhas. Lisboa: AHM cx1328.

AHM, s.d. FM de José Júlio Forbes da Costa. Lisboa: Aruivo Histórico-Militar caixa1724.

AHM, s.d. FM de José Mendes Ribeiro Norton de Matos. Lisboa: AHM cx1325.

AHM, s.d. FM de Júlio d'Abreu Campos. Lisboa: AHM cx3651.

AHM, s.d. FM de Liberato Damião Pinto. Lisboa: AHM cx2861.

AHM, s.d. FM de Luís António César de Oliveira. Lisboa: AHM cx2606.

AHM, s.d. FM de Luís António de Carvalho Martins. Lisboa: AHM cx2169.

AHM, s.d. FM de Manuel Firmino de Almeida Maia Magalhães. Lisboa: AHM cx2204.

AHM, s.d. FM de Manuel Maria de Oliveira Ramos. Lisboa: AHM cx2166.

AHM, s.d. FM de Manuel Rodrigues Ermitão. Lisboa: AHM cx2169.

AHM, s.d. FM de Miguel de Almeida Santos. Lisboa: AHM cx2682.

AHM, s.d. FM de Pedro Lopes Cunha Pessoa. Lisboa: AHM cx2679.

AHM, s.d. FM de Roberto da Cunha Baptista. Lisboa: AHM cx2203.

AHM, s.d. FM de Tasso de Miranda Cabral. Lisboa: AHM, cx2845.

AHM, s.d. FM de Tomaz António Garcia Rosado. Lisboa: AHM cx2363.

AHM, s.d. FM de Tomaz António Garcia Rosado. Lisboa: AHM cx2363.

AHM, s.d. FM de Vasco Martins. Lisboa: AHM cx2877.

AHM, s.d. FM de Vitoriano José César. Lisboa: Arquivo Histórico-Militar cx2403.

AHM, s.d. FM de Vitorino Henriques Godinho. Lisboa: AHM cx3663.

LAEE, A., s.d. Listagem dos Alunos da Academia de Fortificações, Escola do Exército; Escola de Guerra, Escola Militar. Unica ed. Lisboa: Fundo 100 caixa SIL.

LGAE, 1914. Lista Geral de Antiguidades do Exército. Lisboa: Imprensa Nacional.

LGAE, 1915. Lista Geral de Antiguidades do Exército. Lisboa: Imprensa Nacional.

LGAE, 1916. Lista Geral de Antiguidades do Exército. Lisboa: Imprensa Nacional.

LGAE, 1917. Lista Geral de Antiguidades do Exército. Lisboa: Imprensa Nacional.

LGAE, 1918. Lista Geral de Antiguidades do Exército. Lisboa: Imprensa Nacional.

OE, 1863 nº54. Ordens do Exército. Única ed. Lisboa: Imprensa Nacional, 1864.

OE, 1890. Ordem do Exército 1890. Única ed. Lisboa: Imprensa Nacional, 1891.

OE, 1901. Ordem do Exército. Única ed. Lisboa: Imprensa Nacional.

OE, 1911. Ordem do Exército. Única ed. Lisboa: Imprensa Nacional.

Referências Bibliográficas

AHM, 2011. *Projeto GERMIL, Genealogia em Registos Militares. [Online] Available at*: http://arqhist.exercito.pt/germil/details?id=6958 [Acessed 03 abr. 2014].

Anon., s.d.. *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, vol. XXV*. In: Lisboa: Editorial Enciclopédia.

Barata, M. T. et al., 2004. *Nova História Militar de Portugal Volume 3*. 1ª ed. Rio de Mouro: Circulo dos Leitores e Autores.

Benavente, C. M., 2014. T*erramoto de 1909. [Online] Available at*: http://www.cm-benavente.pt/conhecer-benavente/historia/terramoto-de-1909?tmpl=component&print=1 [Acessed 11 abr. 2014].

Carrilho, M., 1985. *Forças Armadas e Mudança Política em Portugal No Sec Xx*. 12.310.176 ed. Lisboa: Imprensa Nacional da Casa da Moeda.

Gaspar, A. P. R., 2009. *História da Academia Militar 2ºVolume* - AHM B-8570. 1ªedição em 1991 ed. Lisboa: Centro de Audiovisuais do Exército.

Huntington, S. P., 1981. *The Soldier and the State*. 7ª ed. Massachusetts: Harvard University Press.

INE, 2014. *1911 - 1 de Dezembro (V Recenseamento Geral da População). [Online] Available at*:http://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=censos_historia_pt_1911 [Acessed 05 mar. 2014].

IPE, 2014. *A história do IMPE. [Online] Available at*: http://www.pupilos.eu/OIMPE_Historia.aspx [Acessed 30 mar. 2014].

Martins, F., 1937. General Garcia Rosado. *Revista Militar* nº9, Setembro, pp. 615-630.

Nogueira, J. A., s.d.. *Dicionário de História de Portugal, vol. V*. Porto: Livraria Figueirinhas.

Oliveira, M. A. d. & Rego, M., 1990. *O Grande Livro dos Portugueses*. 1ª ed. Lisboa: Círculo dos Leitores.

Ramos, R., 1988. Culturas da alfabetização e culturas de analfabetismo em Portugal: uma introdução à história da Alfabetização no Portugal contemporâneo. *Análise Social*, (4º, 5º), pp. 1067-1145.

Sá Nogueira, J. C. d., 1969. *Breve notícia histórica acerca do Corpo de Estado-Maior*. Separata ao Boletim do EM nº 8 - 4ª Série ed. Lisboa: Boletim do Estado Maior do Exército.

Serrão, J., 1968. *Dicionário de História de Portugal*. 1ª ed. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade.

Teixeira, N. S. et al., 2004. *Nova História Militar de Portugal Volume 4*. 1ª ed. Mem Martins: Círculo dos Leitores.

Artigo recebido em setembro de 2014 e aceite para publicação em novembro de 2014

A CLASSIFICAÇÃO DOS GASES QUÍMICOS E A SUA IMPLICAÇÃO NO CORPO EXPEDICIONÁRIO PORTUGUÊS

CLASSIFICATION OF CHEMICAL WARFARE AGENTS AND THEIR IMPLICATIONS FOR THE PORTUGUESE EXPEDITIONARY CORPS

Leonel José Mendes Martins
Tenente-Coronel de Engenharia
AEEEx/IESM
Investigador Integrado do CISDI
Lisboa, Portugal
martins.ljm@gmail.com

Resumo

Em 22 de abril de 1915, os alemães atacaram as forças aliadas, no saliente de Ypres, fazendo uso de um gás asfixiante. Utilizaram cloro em quantidades nunca antes vistas no campo de batalha. O resultado foi catastrófico para as tropas aliadas que não estavam preparadas para se defenderem desta nova arma na frente de combate. O emprego de novos agentes químicos mais letais foi-se desenvolvendo ao longo do conflito. Os ingleses e os franceses foram classificando estes agentes químicos consoante os seus efeitos fisiológicos nas vítimas. Os alemães, por seu lado, foram agrupando os agentes químicos consoante os efeitos pretendidos no campo de batalha, tendo em atenção a duração dos seus efeitos e o seu poder letal. Esta divisão alemã foi devidamente incorporada na sua tática. A doutrina alemã foi-se desenvolvendo ao longo do conflito e o lançamento de compostos químicos pela artilharia alemã na fase de preparação do ataque passou a ser um procedimento no campo de batalha. O apoio de fogos da artilharia à suas tropas de assalto recorria ao emprego criterioso de granadas com químicos com vista a atingirem determinados efeitos nas linhas defensivas dos aliados. Esta doutrina foi amplamente usada nas ofensivas alemãs da primavera de 1918. O Corpo Expedicionário Português (CEP) foi vítima daquela tática de emprego de gases de guerra na Batalha de la Lys de abril de 1918. As tropas portuguesas estavam na Flandres desde 1917 mas tinham tido apenas pequenos combates antes da

Como citar este artigo: Martins, L., 2014. A Classificação dos Gases Químicos e a sua Implicação no Corpo Expedicionário Português. *Revista de Ciências Militares,* novembro de 2014 II (2), pp. 157-188.
Disponível em: http://www.iesm.pt/cisdi/index.php/publicacoes/revista-de-ciencias-militares/edicoes

primavera de 1918. Utilizavam a doutrina dos britânicos relativamente à guerra química e tiveram de lidar com uma nova abordagem de emprego de agentes químicos no campo de batalha por parte dos alemães.

Palavras-chave: CEP; Guerra química; classificação dos agentes químicos; batalha de La Lys; Bruchmüller.

Abstract

On the 22nd of April 1915, the Germans attacked the Allied forces at Ypres salient, making use of an asphyxiating gas. Chlorine was used in quantities never seen before on the battlefield. The result was catastrophic for the Allied troops who were unprepared to defend themselves against this new weapon at the front. The development of new more lethal chemical agents was running over the conflict. The British and the French were sorting these chemical agents according to their physiological effects on the victims. The Germans have been grouping the chemical agents according to the desired effects on the battlefield. The duration of contamination and the chemical agent lethal power were factors to group the different warfare chemical agents. This German classification was incorporated in their tactics. The German doctrine was developed throughout the conflict and the release of chemical compounds by German artillery in the preparation phase of the attack began to be a procedure on the battlefield. Artillery fire support to the assault troops employed grenades filled with chemicals in order to achieve certain effects in the Allied defensive lines. This doctrine was widely used in the German 1918 spring offensives. The Portuguese Expeditionary Corps (CEP) was a victim of that gas warfare tactics at the battle of La Lys in April 1918. The Portuguese troops were in Flanders since 1917 but had had only minor fights before the spring of 1918. They used the British doctrine on how to defend against chemical warfare. During the spring offensive of 1918, they faced this new approach of chemical warfare by the Germans.

Keywords: Portuguese Expeditionary Corps; Chemical Warfare; Chemical Agents Classification; Battle of La Lys; Bruchmüller.

"A Química é uma das ciências de que a Nação pode tirar maior auxílio para a sua defesa."

Lazare Carnot, 1794[1]

"Um ataque de gás, que venha de surpresa, leva uma multidão. Nem mesmo perceberam o que os esperava. Encontramos um abrigo cheio de caras azuladas e de lábios negros. É por terem tirado numa cova as máscaras demasiado cedo. Não sabiam que nos fundos o gás se conserva por mais tempo; quando viram outros soldados situados por cima deles estarem sem máscara, tiraram as suas e respiraram gás ainda bastante para lhes queimar os pulmões. O seu estado é desesperado; escarros de sangue que os estrangulam, e crises de falta de ar, precursoras da morte."

Erich Maria Remarque[2]

Introdução

Em paralelo com o aparecimento da aviação de combate e do carro de combate, os soldados de 1914-18 enfrentaram a dura realidade dos gases e dos "gaseados". Com o aparecimento duma nova arma no campo de batalha conjugam-se os esforços para surgir com a contramedida. Normalmente assiste-se ao jogo da acção-reacção, e na verdade, a resposta ao primeiro ataque alemão, na região de Ypres em Abril 1915, não se fez esperar. Logo no mês Setembro os Britânicos lançaram o seu primeiro ataque de gás sobre as forças germânicas na região de Loos. O emprego de gases asfixiantes ao longo da Guerra 14-18 passou a ser usual, apesar dos países envolvidos na guerra serem signatários do Acordo de Haia. Este determinava a proibição do lançamento de projécteis, contendo gases tóxicos, em combate. A entrada de Portugal no conflito despertou os nossos militares para a dura realidade da guerra química. Foram muitas as situações em que era difícil distinguir qual a situação mais desesperante, se a vida das trincheiras, se o combate em ambientes contaminados, já para não falar que as duas situações normalmente aconteciam em simultâneo.

A guerra química teve, naturalmente, a sua análise, ora sob o ponto de vista clínico, ora sob o ponto de vista militar. Os estudos que foram resultando, em muito contribuíram para a sistematização dos conhecimentos relativamente ao tratamentos das baixas, ou dos "gaseados", e relativamente ao emprego militar dos gases, procurando aqui um multiplicador do potencial de combate. A forma como tudo isto foi visualizado conduziu a interpretações e classificações diferentes com determinados resultados nos diversos campos de batalha da Primeira Grande Guerra. É esta questão central, **qual a classificação**

[1] Citado por Manuel de Mello Vaz de Sampayo em "Guerra Química", p. 3.

[2] Erich Maria Remarque, "A Oeste Nada de Novo", p. 97.

dos gases de guerra e a sua implicação no Corpo Expedicionário Português (CEP) que será objectivo de análise deste texto, e onde se poderá perceber que o sector português na Flandres foi cenário de alguma inovação.

Este texto resultou da análise dos relatórios elaborados pelo CEP imediatamente após os ataques e dos relatórios e livros publicados após a grande guerra por militares participantes no conflito. Para se entender o enquadramento, a secção 2 realça os aspetos fundamentais da Guerra Química, antes e durante a Guerra de 1914-18. Na secção 3 é descrita a classificação dos gases de guerra pelos principais países intervenientes na frente ocidental, e destacando a posição de Portugal, a secção 4 descreve as ofensivas alemãs de 1918 e a implicação do emprego de agentes químicos no setor do CEP. A evolução doutrinária subjacente ao uso e classificação dos agentes químicos aparece na secção 5 das considerações finais. Na secção 6, da conclusão, é dada a resposta à questão central.

1. A Guerra Química

"O 22 de Abril de 1915 estava a ser um belo dia de sol e temperatura amena, mas para o final da tarde levantou-se uma brisa. Veio do norte, detrás das linhas Alemãs, soprou através da Terra de Ninguém ventilando suavemente as faces dos soldados Aliados posicionados em redor da aldeia de Langemarck, perto de Ypres. Estes soldados eram novos nas trincheiras. Tratava-se de reservistas franceses e argelinos. Para eles o vento fresco devia ter sido um bom presságio, porque após alguns segundos os canhões alemães, que tinham estado a bombardeá-los durante todo o dia, de repente pararam de fazer fogo. Um silêncio abrupto desceu sobre a frente.

A algumas centenas de metros dali, quatro divisões, do 23º e 26º Corpos de Exército alemães, estavam agachados nas suas trincheiras aguardando a ordem para o assalto. Tinham esperado por isto desde a alvorada, não se podendo mexer com medo de revelarem a sua presença. Agora, que começava a parecer tarde demais para lançar o ataque, o momento tinha chegado. O vento mudara.

Às dezassete horas, três foguetes vermelhos riscaram em direcção ao céu, assinalando o começo de uma barragem de artilharia ensurdecedora. Granadas explosivas caíram sobre a cidade deserta de Ypres e nas aldeias à sua volta. Ao mesmo tempo as tropas abrigadas perto de Langemarck viram duas nuvens de tons amarelo esverdeado surgirem do lado das linhas inimigas e deslocarem-se ao sabor do vento. Os alemães abriram as válvulas dos 6.000 cilindros espalhados ao longo de uma frente de quatro milhas. Os cilindros continham cloro líquido e no instante em que a pressão era libertada e o cloro entrava em contacto com o ar, ouvia-se um assobio e formava-se uma nuvem densa. A trinta partes por milhão de ar o gás cloro produz uma tosse áspera. Em concentrações de uma parte por mil é fatal.

Cento e sessenta toneladas de cloro, numa nuvem de um metro e meio de altura e arrastando-se junto ao solo, rolou em direcção às trincheiras Aliadas.

A guerra química tinha começado."[3]

[3] Robert Harris, "A Higher Form of Killing: The Secret Story of Chemical and Biological Warfare", p.1. Tradução e adaptação do autor.

Este ataque de 1915 não significou o primeiro emprego de gases asfixiantes. Foi o primeiro uso de agentes químicos, em larga escala, mas já antes tinham sido empregues produtos asfixiantes na guerra. A história revela que estes factos já são muito antigos. Os primórdios do emprego de químicos com o objetivo do envenenamento pode situar-se nas guerras da antiga Grécia. Na Guerra do Peloponeso (431-404 a. C.), entre Atenas e Esparta, usaram-se nos cercos fogueiras de madeira impregnada de alcatrão e enxofre com o fim de sufocar os defensores. Curiosamente, esta técnica foi copiada centenas de anos mais tarde, quando "... em 1812 os norte-americanos empregaram no cerco de Charleston alcatrão e enxofre."[4]

Entre 82-72 a. C. os romanos usaram fumos tóxicos, na península Ibérica, obtendo uma vitória rápida sobre os seus adversários.[5] Os romanos também sofreram os efeitos de produtos asfixiantes. Em 19 janeiro de 2009, a *BBC News (British Broadcasting Corporation)* publicou um artigo[6] sobre as escavações arqueológicas na cidade de Dura-Europos, próximo de Salhiyé na atual Síria. Foram encontrados esqueletos, identificados como pertencendo a soldados romanos que teriam morrido aquando do cerco da cidade pelas forças persas. Na tentativa de entrar na cidade, os persas construíram um túnel por baixo da muralha. Esta operação de minagem teria por fim a entrada na cidade, ou o derrube da muralha, queimando os barrotes que serviam de suporte à estrutura do túnel. Apercebendo-se desta acção dos persas, os romanos iniciaram a construção de um túnel em direcção aos persas. Esta operação de contraminagem foi surpreendida pela preparação que os persas tinham à espera dos romanos. Os persas incendiaram uma mistura de enxofre e alcatrão, selando a mina de seguida. Isto foi fatal para a força militar romana que vinha ao seu encontro.

Os desenvolvimentos que foram ocorrendo relativamente ao emprego de químicos venenosos em guerra conduziram ao primeiro tratado para proibir o uso de armas químicas – O Acordo de Estrasburgo de 27 de Agosto de 1675, entre a França e a Prússia.[7]

Em 1885, numas experiências feitas em França no Campo de Chalons perante Napoleão III, sacrificaram-se 30 cães que foram mortos por projéteis asfixiantes. Na Alemanha em 1887, o professor Bayer numa conferência que fez em Munique, referiu-se à possibilidade do emprego dos gazes asfixiantes. Não é portanto de admirar que prevendo guerras futuras os representantes das diversas Nações na Convenção de Haia em 1899, acordassem que fosse proibido o uso de gases asfixiantes. "No regulamento aprovado na Convenção de Haia em 18 de Outubro de 1907, lê-se:

> Artº 22º Os beligerantes não têm um direito ilimitado quanto à escolha dos meios de causar dano ao inimigo.
>
> Artº 23º Além das proibições expressas em Convenções especiais, é particularmente proibido:
>
> a. Empregar armas, projécteis, ou matérias destinados a causar males desnecessários.

[4] Manuel Sampayo, p. 8.
[5] Kim Coleman, "A History of Chemical Warfare", p.6.
[6] Tanya Syed, "Ancient Persans gassed Romans".
[7] Kim Coleman, Ob. Cit., p. 7.

b. Empregar venenos ou armas envenenadas."[8]

Esta proibição do emprego dos gases asfixiantes passou com um voto contra, o do representante americano, o Comandante da Marinha Alfred Thayer Mahan, que declarou:

> *"é ilógico e claramente desumano ficarem indignados com a intoxicação dos homens com gás, e ao mesmo tempo admitirem que é permitido rebentar com o fundo de um navio de guerra, lançando quatrocentos ou quinhentos homens para o mar para morrerem gelados e afogados, sem qualquer hipótese de escaparem."*[9]

Na verdade a convenção de Haia não evitou que as Nações discutissem o uso das armas químicas, e pelo menos um país fez emprego público de gases – a França. Em 1912 a polícia francesa usou granadas de gases para deter um grupo de assaltantes de bancos em Paris.[10]

Em agosto de 1914 as forças alemãs invadem a Bélgica e preparam-se para chegar a Paris, numa manobra baseada no plano Schlieffen. Os soldados alemães despedem-se das suas famílias apontando o regresso para o mês de outubro desse ano. Esta seria uma guerra rápida e para acabar com as guerras na Europa. Era a Grande Guerra. O movimento atravessava o território neutral da Bélgica, contornava as forças aliadas e atacava Paris por norte e oeste. Os combates com as forças aliadas e a entrada em França mostravam um exército alemão vitorioso e um desastre para os exércitos aliados. No início de setembro o Primeiro Exército do general Klück e o Segundo Exército do general Büllow aproximavam-se de Paris, mas não da forma como tinha sido planeado. Um dos pressupostos do plano Schlieffen assentava na concentração das forças francesas junto à fronteira. A destruição das forças francesas abria o caminho para a Paris, tal como aconteceu em 1870, na guerra franco-prussiana. Mas as forças francesas foram retirando aumentando a resistência em redor de Paris. Um contra-ataque de flanco contra o Segundo Exército alemão fê-lo afastar-se para oeste criando uma brecha entre o Primeiro Exército e o Segundo Exército alemães. Esta fraqueza no dispositivo das forças alemãs foi identificada pelos reconhecimentos aéreos aliados. Estava-se na região do rio Marne e rapidamente as unidades francesas e britânicas foram reorganizadas para explorar aquela vulnerabilidade nas forças alemãs. É célebre a história dos táxis vermelhos de Paris a transportarem as tropas para a frente de batalha. Esta ficou conhecida pela primeira batalha do Marne.

Após a Batalha do Marne, em 10 de Setembro de 1914, as forças alemãs retiraram para uma linha defensiva ao longo do rio Aisne, dando início à preparação e organização do terreno. Aquela mobilidade das forças alemãs terminou na posição estática das trincheiras.

A Alemanha praticamente tinha esgotado a sua reserva de explosivos e o bloqueio a que estava sujeita privava os alemães dos nitratos do Chile.[11] Neste contexto, "o gás foi visto, não como um substituto para os explosivos, mas como uma possibilidade para romper a frente estabilizada: um inimigo entrincheirado estava protegido dos projécteis mas vulnerável aos

[8] Manuel Sampayo, Ob. Cit. pp. 8-9.
[9] MAJ Charles Heller, "Chemical Warfare in World War I: The American Experience, 1917-1918", p.3. Tradução e adaptação livre do autor.
[10] Idem, ibidem, p. 4.
[11] Kim Coleman, Ob. Cit., p. 15.

venenos aéreos."[12] Um cientista alemão, Fritz Haber, esteve na conceção das soluções para os problemas anteriores. Em 1909, inventou o método revolucionário da síntese da amónia a partir do azoto do ar. O método foi aplicado na indústria pelo químico Carl Bosh. O processo Haber-Bosch permitia a produção de sulfato de amónia e do ácido nítrico, libertando a Alemanha da importação dos nitratos do Chile. O sulfato de amónia, um fertilizante para a agricultura, e o ácido nítrico, um ingrediente para o fabrico da nitroglicerina e do TNT, colmatavam as necessidades da comida e dos explosivos que o bloqueio dos aliados impunha à Alemanha. É também com Fritz Haber, então diretor do Instituto Kaiser Wilhelm, em Berlim, que em 1914 aparece a proposta de encher as granadas de artilharia com cloro. Este composto existia em abundância na Alemanha. O cloro era usado na indústria química para a produção de tintas e a Alemanha era um dos líderes mundiais nesta área da economia. A proposta feita ao estado-maior alemão esbarrou com a falta de granadas de artilharia. Os alemães não se podiam dar ao luxo de experimentar granadas de artilharia com produtos que não explosivos, porque as necessidades da frente de combate esgotavam as quantidades existentes. Em janeiro de 1915, Fritz Haber propôs a utilização de cilindros contendo o cloro. Esta proposta convenceu o general Erich von Falkenhayn, chefe do estado-maior alemão, "que considerou o gás venenoso não cavalheiresco, mas esperou que o seu uso resultasse numa vitória militar decisiva".[13] A região escolhida para o emprego foi Ypres, na Bélgica.

O ataque aconteceu exatamente na tarde de 22 de Abril de 1915. Os dias que antecederam o ataque não foram pacíficos no estado-maior alemão. A primeira localização dos cilindros com o gás cloro era localizada na região de Gheluvelt a sudeste de Ypres. Este dispositivo de cilindros de cloro não era totalmente desconhecido das forças aliadas. Relatórios franceses e ingleses já tinham divulgado a existência destes cilindros de gás. A controvérsia estava nos próprios comandos alemães. A ofensiva que estava planeada para conquistar a região de Ypres e desfazer o saliente não contemplava o emprego de gases asfixiantes. Até porque o seu emprego em grandes proporções não estava validado no campo de batalha e iria interferir com toda a manobra que estava planeada. Contudo o chefe de estado-maior alemão, o general Erich von Falkenhayn, não retrocedeu na sua convicção e continuou firme na utilização dos gases químicos. Era a oportunidade de testar a nova arma no campo de batalha e distrair a atenção dos aliados para a ofensiva que estava prevista na frente leste. Para já, e segundo o estado-maior alemão, a frente ocidental era para se manter como estava. Como a localização original já tinha sido descoberta, os cilindros foram mudados para uma região a nordeste de Ypres. Os ventos predominantes na zona de Ypres, na primavera, são de sul para norte, donde a primeira localização era ideal para atingir as forças aliadas a este e norte da cidade de Ypres e onde seria o ponto do esforço da ofensiva alemã. A nova localização estava muito dependente de alterações significativas na direcção do vento. Tudo isto atrasou o ataque alemão para ocupar o saliente de Ypres. Foi, como se viu, na tarde de 22 de abril que aquelas condições apareceram. A resposta aliada não se fez esperar. Os britânicos fizeram o primeiro ataque químico em Loos, em 15 de Setembro de 1915. O emprego de gases passou a ser uma

[12] Kim Coleman, Ob. Cit, p. 15. Tradução e adaptação do autor.
[13] Jonathan Tucker, "War of Nerves", p.12.

constante no campo de batalha, e cada nova substância gasogénea que surgia, era possuidora de um ponto de ebulição superior aos das já usadas. Nas substâncias mais frequentemente utilizadas pode constatar-se esta evolução:

Gás	Ponto de Ebulição (ºC)	1ª Utilização
Cloro	-33,5	Abril, 1915
Fosgénio	8	Dezembro, 1915
Difosgénio	127	Maio, 1916
Brometo de Benzil	198	Janeiro, 1917
Yperite (gás mostarda)	217	Junho, 1917
Cloreto de Difenil-arsina	333	Outubro, 1917

A explicação deste facto é-nos apresentada por Morais Sarmento nos fundamentos seguintes:[14]

> "1º As distâncias progressivamente crescentes, a transpor pelos projécteis de gás, impunham o aumento de resistência dos invólucros e, portanto, uma carga de explosivo mais forte, a qual não permitiu que os gases, com ponto de ebulição baixo, alcançassem o grau de concentração eficaz;
>
> 2º A necessidade de debilitar as reservas acumuladas à retaguarda exigia uma duradoura impregnação de tóxico das atmosferas que as envolviam, facto que se tornava difícil com gases facilmente volatizáveis;
>
> 3º As partículas, em que se dissociam menos rapidamente os gases com ponto de ebulição superior, são, em idênticas condições físicas para todos, proporcionalmente maiores em densidade, pelo que exerciam, portanto, uma maior e mais rápida acção irritante das terminações nervosas das passagens aéreas superiores, das cavidades nasais, da faringe e da laringe. A violência e a subitaneidade, com que provocavam estes efeitos, impediam a colocação e a conservação da máscara respiratória, permitindo, pois, que o mesmo gás ou outro penetrasse tam profundamente que o ferido fosse definitivamente eliminado."[15]

O emprego de produtos químicos asfixiantes não foi uma novidade na primeira guerra mundial. Contudo, a reconversão de uma indústria química para apoiar o esforço da guerra e a quantidade de produtos químicos usados no campo de batalha foi, claramente, um novo caminho pelo qual as nações beligerantes enveredaram. O uso de gases no campo de batalha foi uma possível solução para quebrar a linha estática das trincheiras que tendia a perdurar no tempo. Os alemães utilizaram cloro na região de Ypres, em 1915, fazendo a disseminação do

[14] Morais Sarmento, "As Intoxicações pelos Gazes de Guerra", p.44.
[15] Idem, ibidem, p. 44.

gás a partir de cilindros. Por detrás desta solução técnica está um eminente cientista alemão, Fritz Haber. A Química serviu os propósitos da guerra numa forma nunca antes vista. Para desespero das potências aliadas, Fritz Haber foi galardoado com o prémio Nobel da Química em 1918 pelo seu trabalho na síntese da amónia. As caraterísticas e os efeitos dos produtos químicos de guerra foram-se desenvolvendo ao longo do conflito. Esta situação com aplicação na táctica não foi um estudo isolado. Os países procuraram compreender o fenómeno dos gases de guerra, criando para o efeito uma classificação dos respectivos arsenais.

2. A Classificação dos Gases de Guerra

Como afirma António Figueiredo "Nem todos os tóxicos conhecidos são susceptíveis de serem usados como gases de combate."[16] Segundo Sartori[17], milhares de substâncias, suscetíveis de serem empregues no campo de batalha, foram examinadas durante o conflito, algumas dezenas foram testadas, mas apenas uma dúzia de compostos químicos foram utilizados.

António Figueiredo refere que um agressivo químico teoricamente perfeito deve obedecer aos seguintes requisitos:[18]

a) poder tóxico elevado ou acção fisiológica bem nítida;

b) estabilidade perante as fortes variações de temperatura;

c) estabilidade perante os agentes atmosféricos, principalmente a humidade;

d) densidade gasosa tão forte quanto possível, e sempre superior à unidade;

e) volatilidade elevada para aqueles que devam actuar por inalação, e baixa para os que devam actuar no estado líquido, sobre o organismo;

f) facilidade de pulverização;

g) fácil transporte e embalagem;

h) facilidade e baixo custo da sua preparação.

No relatório de 1919 do Dr. Morais Sarmento, relativo às intoxicações pelos gases de guerra, são sistematizadas as classificações dos gases de guerra dos principais contendores.[19]

A classificação francesa distribui estes gases pela seguinte forma:

a) Gases Sufocantes, onde se insere o Cloro.

b) Gases Vesicantes onde se inclui a Yperite.

c) Gases Irritantes que se dividem em Lacrimogéneos e Esternutatórios.

[16] António D'Almeida Figueiredo, "Gases de Combate", p. 5.
[17] Mario Sartori, "The War Gases", p. vii.
[18] António Figueiredo, Ob. Cit., p. 5.
[19] Morais Sarmento, Ob. Cit., pp. 47-54.

Os gases sufocantes provocam a acumulação de líquido nos pulmões (edema Pulmonar) e as vítimas morrem pelo chamado "afogamento em seco". Nos gases vesicantes a principal acção fisiológica é exercerem sobre a pele uma irritação intensa, que se traduz por rubor eritematoso inicial, logo rapidamente seguido de flictenas propensas à infeção, que depois se ulceram, cicatrizando com dificuldade.[20]

Os gases esternutatórios não são gases no sentido físico da palavra, mas finas emulsões coloidais não retidas pelos filtros das máscaras. Eram usados para obrigar aos soldados atacados retirarem as máscaras e assim sofrerem as consequências de outros gases mais tóxicos. Tinham a designação de "rompe-máscaras".[21] Estes gases provocam o aumento das secreções nasais. Os Lacrimogéneos exercem sobre o aparelho ocular uma ação irritante que se traduz pelo lacrimejamento mais ou menos intenso.

Segundo a classificação britânica, os gases são diferenciados pelo seguinte critério:

a) Irritantes Pulmonares

b) Irritantes Nasais

c) Irritantes Lacrimogéneos

d) Vesicantes

e) Intoxicante do Sangue

f) Veneno do Sistema Nervoso

Esta classificação merece alguns reparos. Todos os gases irritantes pulmonares são também irritantes dos brônquios e estendem as lesões pelos tubos aéreos, segundo a percentagem da sua mistura com o ar e o tempo reclamado pelos respectivos pontos de ebulição e grau de solubilidade nas secreções orgânicas. Além disto, todos eles são lacrimogéneos também, em maior ou menor grau, conforme a susceptibilidade individual. São igualmente irritantes nasais e conseguem alguns evidenciar uma acção vesicante.

Conforme aponta o Dr. Morais Sarmento "A única classificação clínica, portanto, que tente resumir as diferenças fundamentais que marquem distinções entre os gases de guerra, deverá firmar-se na prática, elucidadas pelos trabalhos experimentais e caracterizar os gaseamentos pelos processos patológicos, por que os gases gravavam os efeitos mórbidos."[22]

Assim, o Dr. Morais Sarmento aponta que será preferível classificar os gases de guerra em:

a) Alterantes da Composição Química do Sangue;

b) Irritantes Celulares dos tecidos epiteliais de revestimento.

No exército alemão a classificação foi orientada por um critério exclusivamente militar:

A um 1º grupo pertencem todos os gases que, irritando as membranas mucosas da conjuntiva e dos tubos aéreos, irritando e causando lesões especiais no tecido pulmonar,

[20] António Figueiredo, Ob. Cit., p. 19.
[21] Idem, ibidem, p. 21.
[22] Morais Sarmento, Ob. Cit., p. 53.

punham rapidamente fora de acção os combatentes feridos, que podiam ser levados à morte pelos prejuízos pulmonares que tivessem sofrido. Entram neste grupo os irritantes pulmonares, lacrimogéneos e irritantes nasais da classificação britânica.

Ao 2º grupo pertence o gás mostarda, porque tardiamente eliminava do combate os atingidos, cujas manifestações evolucionavam lentamente, pois era como excepção que surgiam sintomas imediatos ao contacto deste gás com os tegumentos.

Nesta classificação não se fez intervir o critério clínico, mas uma classificação que distinguia os gases que colocavam os atacados rapidamente fora de acção e os gases com efeitos tardios.

O Tenente de Engenharia Santos Macedo distingue o 1º Grupo em gases fugazes, adequados para a ofensiva, e o 2º Grupo em gases persistentes.[23]

Toda esta problemática dos gases de combate aguardava o CEP. Quando as forças portuguesas avançaram para a Flandres, em 1917, a situação no Teatro de Operações estava evoluída, obrigando a um esforço suplementar por parte dos militares portugueses.

O CEP teve o seu treino de guerra química na *Escola de Gás*, funcionando desde 7 de Maio de 1917, em Mametz, com vários cursos, cuja duração máxima era de 5 dias, para oficiais e graduados que teriam a responsabilidade da instrução anti-gás das respectivas unidades e do estabelecimento da defesa colectiva anti-gás nas trincheiras. Em princípio, todas as unidades e todos os oficiais e praças, que fossem para serviço nas trincheiras ou as pessoas que ali fossem de simples visita, deveriam submeter-se à prova da passagem pela câmara de gás lacrimogéneo[24]. Os registos desta escola indicam a passagem de 1.432 oficiais e 36.730 praças, das quais se especializaram 70 oficiais e 597 praças.[25]

Na ocupação do sector, este encontrava-se dividido por linhas de defesa. A linha A-primeira linha de defesa e linha da frente – era o limite anterior do setor. À sua frente ficava uma faixa de terreno, Terra-de-Ninguém, com cerca de 400 metros de largura que separava as tropas opositoras. Esta primeira linha correspondia às trincheiras em zigue-zague. Mais duas linhas garantiam a defesa da frente. A linha B, linha de apoio, e a linha C, linha das reservas do setor. O conjunto destas três linhas formava uma área, primeira zona de defesa, com uma profundidade de aproximadamente 2 quilómetros. A segunda zona de defesa, a uma distância entre o 3 km e os 4 km da frente, onde se fazia a ligação por estrada à primeira zona, tinha duas linhas. Eram a linha das aldeias onde se situavam os Quartéis-Generais das Brigadas e a linha do Corpo onde se situavam os Quartéis-Generais das Divisões. Atrás destas linhas vinha a linha do Exército, já situada na terceira zona de defesa.

Os planos de defesa das brigadas reservavam uma parte relativa ao gás, donde se podia ler o seguinte: "Em caso de ataque de gáz, as tropas da 1ª linha guarnecerão imediatamente as trincheiras. As batarias afetas ao sector atacado abrirão imediatamente fogo contra a 1ª linha inimiga, mantendo-o durante 15 minutos, passando depois a bater o terreno entre trincheiras

[23] Santos Macedo, "Guerra Química – Sua Técnica e Táctica", p. 22-23.

[24] A passagem pela câmara de gás visa o treino numa situação o mais realista possível, mas ao mesmo tempo, permite que o soldado reconheça a protecção que lhe fornece o seu equipamento. O facto de se encontrar num ambiente irrespirável levando a cabo as suas tarefas dá-lhe tranquilidade porque pode confiar na sua máscara. Actualmente, num Curso de Defesa Química a passagem pela câmara de gás chama-se o Teste de Confiança na Máscara.

[25] Ferreira Martins, "Portugal na Grande Guerra", p. 231.

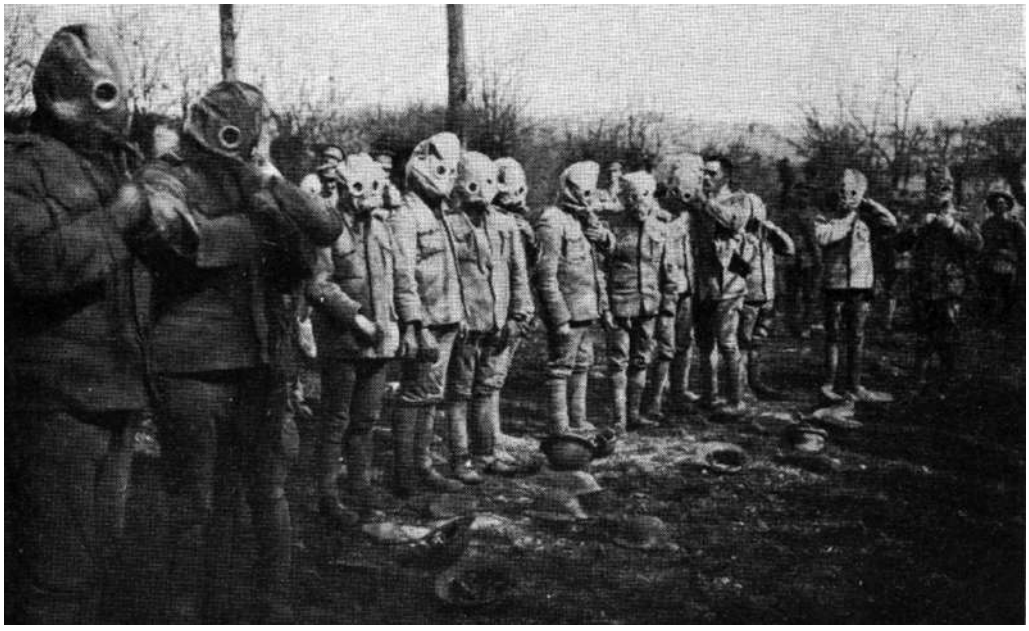


Fig. 1 – Treino com máscara
Fonte: (Portugal na Grande Guerra – General Ferreira Martins).

com o fim de deter as forças de ataque que pode ser lançado após as nuvens de gáz; este fogo de barragem lenta será mantido até novas indicações."[26]

Apesar dos planos, mais documentação teve de ser produzida para complementar e solucionar os problemas da frente. Em 12 de Dezembro de 1917 a Circular nº 14 com a classificação de SECRETO estabelece as primeiras indicações para a defesa química:

> *"Tendo chegado ao conhecimento d'este QG que um grande número de militares anda na área da frente sem os seus aparelhos anti-gaz, SExa o Gen Comandante do CEP determina que sobre este assunto se observem as seguintes instruções:*
>
> *I – A área do Corpo é dividida em três zonas:*
>
> *Zona de Alerta:*
> *Entre a 1ª Linha e a Linha que passa por CENSE DU RAUX – LACOUTURE – CROIX BARBEE – PONT DU HEM – LAVENTIE – FLEUR-BAIX. As duas primeiras povoações ficam fora da zona. Usar-se-há sempre a máscara na posição de alerta, por fora de todo o vestuário. O francalete do capacete de aço na ponta do queixo. Não se usa o capuz.*
> *Zona de prevenção:*
>
> *Entre o limite oeste da zona anterior e a linha que passa por LOGON – LA CROIX MARMUSE – LESTREM – LAGORGUE – ESTAIRES. Todas estas povoações estão compreendidas n'esta zona. Usa-se sempre a máscara em posição de marcha.*

[26] AHM, Caixa nº 1389/5.

Zona de precaução:

Entre o limite oeste da zona anterior e a linha que passa em LILLERS – HAM EN ARTOIS – BERGUETTE – ISBERGUES – THIENNES – STEENBECQUE.

Pode usar-se a máscara ou o capuz.

II – A polícia militar deve receber instrução acerca das participações a fazer no caso de infracção das ordens mencionadas.

III – Os limites entre as zonas serão indicados em taboletas nas estradas principais."[27]

No dia seguinte, 13 de Dezembro de 1917, é divulgado um MEMORANDUM também com a classificação de SECRETO onde se transcreve o seguinte:

"Para conhecimento se publicam os pormenores de um ataque de gaz sofrido pelos ingleses ao norte do Canal de La BASSÊE.

I – O ataque teve logar pela 1 hora do dia 11 de Dezembro. Foram empregados tambores de gazes contra as duas trincheiras avançadas em A.15.b (folha 36 c NW 1 1/10 : 000).

II – A área da concentração principal dos tambores de gazes foi de cerca de 250 jardas de largura e 2?00jardas de profundidade.

III – Ao que parece a projecção fez-se da trincheira alemã de apoio, cerca de 500 jardas da sua linha avançada.

A descarga dos projectores produziu uma forte explosão e viu-se uma grande labareda na trincheira onde eles estavam instalados.

O percurso dos tambores distinguia-se nitidamente pelo clarão das mechas a arder.

Calcula-se em 1000 jardas o alcance máximo dos tambores.

IV – Não se poude calcular ao certo o número de tambores empregados, mas devem ter caído algumas centenas.

Os tambores rebentavam com uma detonação bastante forte produzindo uma expessa nuvem de gaz.

Encontrou-se um tambor, vendo-se que era do typo "rum jar" de 17 centímetros, lançado ao que parece por morteiros de trincheira ou projectores de alma lisa.

V – O gaz empregado deve ter sido o fosgénio puro.

VI – O inimigo incobriu o lançamento dos projectores com fogo de artilharia, morteiros de trincheira e granadas de gazes.

VII – Nalgumas unidades, sendo dado o sinal de alarme, logo que se ouviram as detonações, foram insignificantes as baixas.

O Chefe do Estado Maior
Roberto da Cunha Batista
Coronel"[28]

[27] AHM, Caixa nº 1389/5.

[28] Idem, ibidem.

A Figura 2 apresenta o mapa do sector ocupado pelo CEP onde em simultâneo com as linhas de defesa se pode avaliar das três zonas de protecção química, referidas na circular. A zona de Alerta fica entre a linha da frente e a linha das aldeias. A zona de prevenção fica entre esta linha e a linha definida pelo Canal de La Lawe. A zona de precaução fica atrás desta última linha.

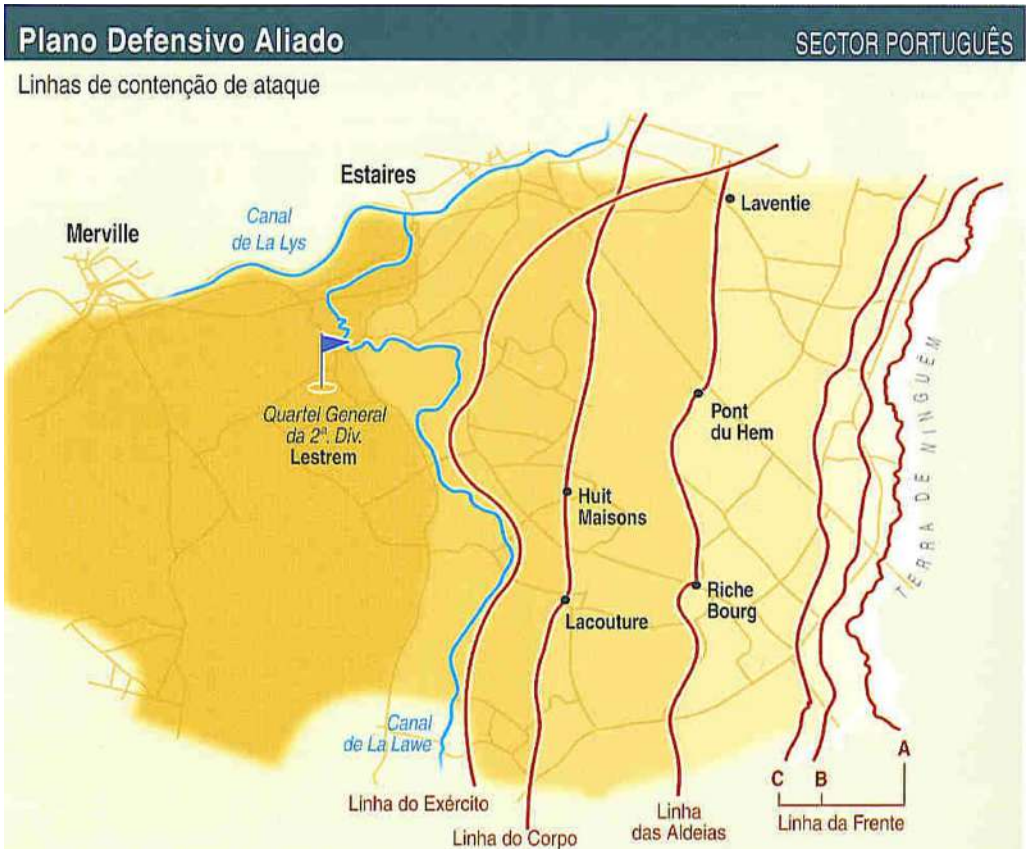


Fig. 2 – Sector do CEP

Fonte: La Lys 1918 – Os Soldados Desconhecidos – Henriques e Leitão.

De 31 de Dezembro de 1917 (na noite da passagem do ano) a 15 de Março de 1918 foram registados onze ataques com químicos ao sector do CEP.[29] O primeiro ataque na viragem do ano de 1917 para o ano de 1918, começando à meia-noite e demorando cerca de 20 minutos, veio demonstrar a falta de preparação das tropas portuguesas. O ataque teve lugar na povoação de Laventie e de acordo com o relatório "não foi dado o alarme apesar de alguns militares saírem para a rua gritando "gaz".[30] Outro aspecto grave e indiciador de falta de instrução refere-se ao facto de haver soldados que guardaram nos bolsos pedaços dos estilhaços de granadas que acabaram por lhes provocar queimaduras graves. Ainda segundo as observações do relatório "Em alguns boletos, durante a noite de 31/1 nâo se sentia muito

[29] AHM, Caixa nº 1389/5.
[30] Idem, ibidem.



Fig. 3 – Alarme de gás
Fonte: Jones, 2007, p. 19.

cheiro a gaz por causa do frio. Durante o dia 1, com a subida da temperatura devido ao sol e ao lume aceso nas casas, de novo se produziu gaz e apareceram mais vítimas."[31] Os números são reveladores disto: no dia 1 foram evacuados para o hospital de sangue 116 baixas e no dia seguinte mais 76, num total de 192 baixas.

O segundo ataque ocorreu no dia 20 de Janeiro de 1918 na região de Neuve-Chapelle. Resultaram seis vítimas devido à pouca rapidez na colocação dos aparelhos respiratórios.

Passados dois dias, houve um ataque ao longo de todo o sector português, sendo que no sector de Neuve-Chapelle houve 6 vítimas e no sector de Fauquissart houve 18 vítimas. Mais uma vez a pouca rapidez na colocação dos aparelhos mostrou-se fatal. A acrescer a isto houve soldados que retiraram a sua máscara para socorrerem os camaradas feridos, e daqui o maior número de baixas no subsector de Fauquissart.

[31] AHM, Caixa nº 1389/5.

Em 14 de Fevereiro a região de Chapigny, no subsector de Fauquissart, foi atacada tendo resultado 16 vítimas. A causa continuou a persistir.

Na manhã de 2 de Março, o ataque no subsetor de Neuve-Chapelle provocou cinco vítimas por demora na colocação das máscaras. Nessa tarde o ataque foi ao longo de toda a frente tendo-se registado 5 baixas no subsetor de Neuve-Chapelle e 36 baixas no subsetor de Fauquissart.

Na noite de 9 para 10 de Março os números de vítimas atingem números muitos elevados relativamente ao que vinha acontecendo. Na região de Chapigny apareceram 149 baixas. Desta vez a questão da colocação das máscaras reduziu-se a pura e simplesmente não serem usadas. O alarme não foi dado porque o gás era completamente inodoro. O relatório deste ataque refere nas observações: "Em FAUQUISSART não houve gaz. Este gaz inodor é, novidade. Torna-se necessário cumprir o que está determinado: Colocar sempre as mascaras quando começarem os bombardeamentos, independentemente dos reconhecimentos do emprego das granadas de gaz. So assim se evitam as intoxicações. O alarme deve ser sempre dado logo que comece o bombardeamento."[32]

Nos dias 11 e 12 de Março a região de Chapigny voltou a ser fustigada por agentes químicos. O número de baixas de 134, apesar de elevado, foram ligeiras. No dia 12 também a região de Richebourg teve um ataque de gás azul que provocou 9 baixas.

No dia 13 foi a vez da região do Q.G. da 1ª Brigada (sem vítimas) e no dia 15 foi atacada a região de Estaires onde estava posicionada a artilharia. Aqui registaram-se 2 baixas. Este foi o último relatório que se teve conhecimento de um ataque químico, e onde mais uma vez as questões relacionadas com a colocação da máscara se levantaram. Era importante alertar as tropas para os procedimentos da protecção química. Assim, em 16 de Março de 1918 é divulgada a Circular nº22 que reza o seguinte:

> *"Sua Ex. o General Comandante do C.E.P. manda dar conhecimento das informaçôes seguintes.*
>
> *O inimigo empregou durante a ultima semana granadas de gaz do tipo "Cruz Azul".*
>
> *Este gaz espalha-se a grande distancia, quando o vento for favoravel, mas dissipa-se com facilidade.*
>
> *Os efeitos d'este gaz sâo ardor no nariz e boca, provocando o espirro e dando a sensaçâo de uma forte constipaçâo.*
>
> *O estampido d'estas granadas de gaz "Cruz Azul" é muito maior do que o estampido das outras granadas de gaz.*
>
> *Sua Ex. o General Comandante do C.E.P. manda tambem dar conhecimento às tropas, que o respirador adotado oferece absoluta protéçâo contra todos os gazes empregados pelo inimigo e manda recomendar muito insistentemente, que se*

[32] AHM, caixa nº1389/5.

realisem exercicios frequentes da colocaçâo do respirador notando que a pouca rapidez originou muitas baixas nos ultimos combates (relatorios do serviço de gaz dos combates dos dias 11 e 12 do corrente).

O Chefe do Estado Maior
Joâo J. Sinel de Cordes
Coronel"[33]

O memorando de 16 de Março, para além dos alertas quanto às questões de segurança, faz um claro aviso quanto ao gás empregue pelos alemães. Trata-se do gás "Cruz Azul" que é a designação para o **Cloreto de Difenil-arsina**. Este código usado pelos alemães tem uma explicação avançada por António Figueiredo, que se transcreve: "Os alemães (...) dividiam os gases em quatro grupos que designavam, nas granadas, por cruzes de cor diferente.

Um grupo, marcado com *cruz verde*, formado por gases destinados à ofensiva, geralmente líquidos voláteis, de elevada toxicidade para o aparelho respiratório e menos acentuada para os restantes. Compreende o Fosgénio.

Outro grupo, marcado com *cruz amarela*, era formado por líquidos menos voláteis, moderadamente irritantes, mas muito tóxicos e capazes de atacar directamente a pele e mucosas. Compreende a Yperite.

Um terceiro grupo, marcado com *cruz azul*, formado por corpos em regra sólidos, de toxicidade pouco elevada, mas acentuadas propriedades irritantes. Compreende o gás cloreto de difenil-arsina.

Um quarto e último grupo, formado por líquidos voláteis, mas persistentes e atacando de preferência os olhos. Compreende o Brometo de Benzil.

Vê-se, claramente, que o primeiro grupo reúne os sufocantes; o segundo, os vesicantes; o terceiro, os esternutatórios; o quarto e último, os lacrimogéneos."[34]

Repare-se na referência ao primeiro grupo como gases adequados para a ofensiva e de agressividade muito rápida, ou seja fugazes. É a classificação tática que os alemães dão aos gases de combate.

Os compostos químicos podem ser agrupados conforme as suas caraterísticas físicas, conforme os seus efeitos fisiológicos, e conforme a duração dos seus efeitos. Foi comum falar dos gases de guerra na primeira guerra mundial, mas nem todos os agentes eram gases. O agente químico mostarda é um líquido. A classificação quanto aos efeitos fisiológicos é de extrema importância para o tratamento das vítimas. Esta classificação teve extraordinário impacto na avaliação do lado dos aliados. A divisão dos agentes químicos de acordo com a duração dos seus efeitos é fundamental para o emprego tático dos diversos compostos químicos. Esta classificação foi relevante no exército alemão e era explícita na forma como marcavam as suas granadas de artilharia consoante os objetivos do seu emprego. Os relatórios das forças portuguesas começam por revelar, inicialmente, uma preocupação

[33] AHM, caixa nº1389/5.
[34] António Figueiredo, Ob. Cit., p. 13.

com o treino e a proteção individual, e só mais tarde, já em 1918, apresentam algum detalhe do tipo de agente químico que os alemães estão a utilizar. O entendimento do emprego tático dos agentes químicos por parte dos alemães vem-se a concretizar nas ofensivas de 1918.

3. As Ofensivas de Ludendorff

Em finais de 1917 a guerra submarina alemã tinha falhado, os americanos chegavam a França e a única boa notícia para a Alemanha parecia vir da frente leste, com a revolução russa. O general Erich Wilhelm Ludendorff planeia uma ofensiva para a primavera de 1918, inicialmente para a região entre Saint Quentin, a sul de Arras, e Ypres. Aqui, o terreno apresenta melhores caraterísticas para a progressão das forças de assalto alemãs porque se encontra mais seco nesta altura do ano e estima-se que o setor dos aliados tenha a defesa mais fraca.

É a ofensiva da Primavera de Ludendorff com o objectivo de romper as linhas Aliadas. Trata-se de uma janela de oportunidade estratégica que os alemães não podem desperdiçar. Com as negociações de paz com os russos os alemães transferiram as suas divisões da frente leste para a frente ocidental, concentrando rapidamente as forças antes do reforço dos americanos.

Em Março de 1918 os alemães tinham um potencial de 192 Divisões na frente ocidental. Do lado aliado e desde o canal da Mancha até à Suiça aparece um dispositivo composto por 6 divisões belgas, 58 divisões britânicas, 2 divisões portuguesas, 103 divisões francesas e 5 divisões americanas[35]. Estes números incluem as divisões na frente e na área da retaguarda. Facilmente se conclui que, em termos gerais, não existe uma grande superioridade por parte dos alemães para o lançamento de uma grande ofensiva na frente oeste. A manobra terá de ser bem articulada e explorar os pontos fracos do dispositivo aliado. Esta ofensiva assentava no documento de 1 de Janeiro de 1918 com o título de "*The Attack in Position Warfare*".[36] Para a execução do ataque a infantaria alemã era organizada em profundidade. Velocidade e profundidade permitiam a protecção dos flancos e retaguarda. Velocidade para não dar tempo de reacção ao inimigo e profundidade para que as forças de seguimento possam isolar as bolsas de resistência ultrapassadas e evitar que estas possam contrariar a continuação do ataque. Outro aspeto fundamental era a sincronização do apoio de fogos com o ataque. Se os primeiros tempos da guerra assistiam a fogos massivos de artilharia com longos períodos de preparação, mas cujo objetivo tático era difícil de determinar. Na batalha do Somme, em 1916, os britânicos executaram uma preparação de artilharia durante sete dias[37]. Aquela sincronização do apoio de fogos com o ataque deveu-se a um oficial alemão, o tenente-coronel Georg Bruchmüller, que reorganiza as unidades e os procedimentos das unidades de artilharia alemãs com vista a apoiar a manobra da infantaria e preparar o campo de batalha com vista a desgastar as unidades inimigas da frente, as suas reservas e a área da retaguarda.

[35] Geoffrey David Blades, "The Battles of the Lys: The British Army on the Defensive in April 1918", p. 13.
[36] Timothy Lupfer, "The Dynamics of Doctrine: The Changes in German Tactical Doctrine during the First World War", p. 41.
[37] David Zabecki, "The German 1918 Offensives", p. 54.

O tenente-coronel Georg Bruchmüller desenvolveu e consolidou a sua experiência na frente leste. As suas ideias revolucionárias da sincronização do apoio de fogos com o avanço da infantaria foram testadas com sucesso em setembro de 1917, em Riga. Bruchmüller era, então, o comandante da artilharia do 8º Exército alemão do general von Hutier, mas rapidamente foi tendo enviado para a frente ocidental a tempo do contra-atque alemão na batalha de Cambrai, em dezembro de 1917. A técnica desenvolvida por Bruchmüller obrigou a uma reorganização do apoio de fogos e consequente remodelação da estrutura das unidades de artilharia.

A reorganização do apoio de fogos incluía sistemas de tiro em unidades de artilharia e sistemas de tiro em unidades de infantaria. Nas unidades de artilharia tinha-se a *Schwereste Flachfeuer-artillerie* (SCHWEFLA) ao nível do escalão Exército e para as destruições especiais, tais como pontes, *bunkers*, e alvos que exigissem para maior poder de destruição, como por exemplo fortificações de betão. Estas unidades possuíam as peças pesadas. Ao nível do Corpo de Exército existia a *Femkampf-artillerie* (FEKA) e a *Artillerie bekaempfungs artillerie* (AKA). A FEKA era para bater alvos mais distantes. Possuía obuses de longo alcance para bater os postos de comando e as comunicações na área da retaguarda dos aliados; bater os flancos e as zonas das reservas. A AKA destinava-se ao fogo de contrabateria. Ao nível da Divisão havia a *Infantriebekaempfungs-artillerie* (IKA). Era a artilharia destinada ao apoio próximo da manobra da divisão. No corpo de exército 20% dos sistemas estava destinado à contrabateria e 75% dos sistemas estava destinado ao apoio da manobra das divisões.[38] O apoio de fogos orgânico das unidades de infantaria tinha as seguintes unidades: *Minenwerfem* (MW), *Infantriebegleitbatterien* (IBB), e *Infantrie-Geschuetzbatterien* (IGB). A MW possuía como equipamentos principais os morteiros de trincheira, estava em apoio da divisão durante os fogos de preparação e apoiava os batalhões durante o assalto. A IBB acompanhava a manobra do regimento. Não apoiava nos fogos de preparação. A IGB estava dedicada aos batalhões.

Por forma a integrar o apoio de fogos, o planeamento tinha em atenção os seguintes elementos: a organização da artilharia para o combate; a localização das unidades de artilharia; a localização dos postos de comando da artilharia; a mistura de gases, os seus efeitos e a duração esperada; a duração e o início dos fogos de preparação; o avanço dos fogos de barragem; e a continuação do apoio. A guerra química é explicitamente assumida nesta tática do apoio de fogos. A neutralização das forças inimigas é fundamental para degradar o seu potencial e garantir o sucesso das operações ofensivas. Bombardear para negar ao inimigo determinadas áreas do terreno, proteger os flancos no avanço da infantaria e desorganizar os postos de comando e as zonas das reservas são acções para as quais o lançamento de gás pela artilharia faz parte da doutrina alemã. Era conjugada a utilização de granadas com explosivo e granadas com químicos.

David Zabecki resume esta conjugação, apresentando o plano de fogos para apoiar o ataque, de Bruchmüller, da seguinte forma:[39]

[38] David Zabecki "Steel Wind", p. 38.

[39] Idem, ibidem, pp. 52-56.

Fase I – Preparação (10 – 30 minutos)

- Concentração de surpresa
- Não são executados fogos de contrabateria
- Os alvos são os postos de comando, os centros de comunicações e as concentrações de tropas
- Todos os sistemas disparam com uma mistura de 9 granadas cruz azul para 2 granadas de explosivos

Fase II – Preparação (1 ½ – 2 ½ horas)

- Fogo de contrabateria
- IKA reforça AKA
- Mistura de granadas cruz azul, granadas cruz verde, granadas explosivas e granadas de fumos

Fase III – Preparação (1 – 2 horas)

- IKA muda para alvos de infantaria
- IKA dispara 20% de granadas cruz azul e cruz verde para 80% de granadas explosivas
- AKA dispara 75% de granadas cruz azul e cruz verde para 25% de granadas explosivas
- FEKA atinge os postos de comando da área da retaguarda, o controlo e as comunicações, e as reservas
- Todas as armas mudam para bater as posições inimigas da frente 10 minutos antes do assalto

O Assalto

- Duplicar fogos de barragem
- Linha das granadas explosivas move-se para uma posição à frente da infantaria a uma taxa de 40 a 50 minutos por quilómetro
- Outra linha de granadas azuis, verdes e de fumos move-se para uma posição à frente da posição das granadas explosivas, a pelo menos 600 metros à frente da vanguarda da infantaria e com tempos que permitam a sua dissipação antes que a infantaria chegue
- AKA continua o fogo de contrabateria
- FEKA dispara granadas cruz amarela nos flancos para isolar os objectivos.

As fases II e II eram intercaladas com fogos de 10 minutos para a linha da frente para confundir o inimigo relativamente à hora do ataque.

A sincronização da artilharia (com recurso à guerra química) com as forças de assalto alemãs era a chave para romper o dispositivo aliado. As forças de assalto alemãs (stosstruppen) exploravam os pontos fracos da frente aliada e infiltravam-se no interior das posições dos aliados, que eram continuamente batidos pelos fogos da artilharia alemã. Esta doutrina estava na base da Operação MICHAEL de março de 1918.

Observando os relatórios de ataques químicos verifica-se que em 9 de Março a situação química mudou radicalmente. A figura seguinte mostra a frente dos ataques de março de 1918, com o ataque principal a sul, na região de Cambrai.

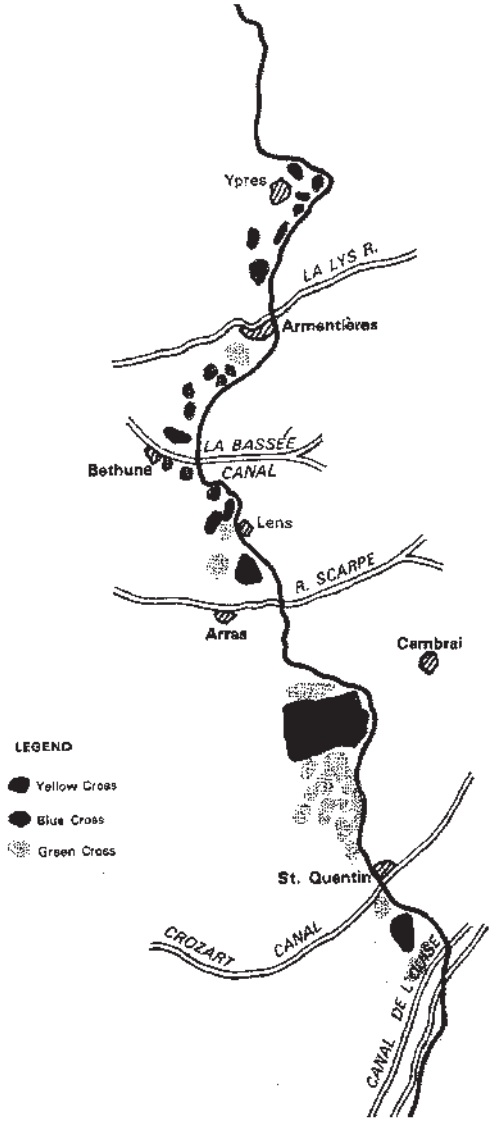


Figura 4 – Ofensiva Alemã de Março de 1918
Fonte: Heller, 1984, p. 29.

Timothy Lupfer descreve a forma como os gases químicos eram integrados neste ataque: "Os alemães empregaram granadas de gás em grandes quantidades. Nas áreas onde o assalto da infantaria não estava planeado, usaram gás mostarda, um agente persistente. Nas áreas onde a infantaria alemã poderia penetrar, os alemães usaram granadas de alto explosivo misturadas com granadas contendo os gases cloro e fosgénio. Os alemães também dispararam granadas contendo gás lacrimogéneo, um irritante da garganta. Os alemães esperavam que o irritante penetraria nas máscaras britânicas, forçando os soldados britânicos a retirarem as máscaras, e assim expô-los ao cloro e ao fosgénio, gases mais letais."[40]

Em 7 de abril de 1918 inicia-se a operação GEORGETTE, a segunda fase da ofensiva de Ludendorff, que visava a conquista da região de Ypres. Ao Quarto Exército Alemão foi-lhe atribuída a conquista da região de Ypres e ao Sexto Exército Alemão foi-lhe atribuída a responsabilidade de penetrar a linha defensiva a sul de Armentières. O CEP defendia o seu sector com a 2ª Divisão, para travar a ofensiva das forças inimigas que se lhe opunham: as divisões do Sexto Exército Alemão. A artilharia alemã iniciou os seus fogos de preparação às 0415 horas da madrugada de 9 de abril de 1918. A preparação da artilharia do Sexto Exército[41] foi a seguinte:

FASE I (120 minutos)

- Fogos com mistura de granadas cruz azul e cruz verde (os alemães designavam por Buntkreuez) contra as baterias inimigas, morteiros de trincheira, quartéis-generais, centros de comunicações, e depósitos.
- Os morteiros de trincheira são destruídos após serem flagelados durante 20 minutos.
- Passados 50 minutos do início dos fogos de preparação, 10 minutos de flagelação das posições de infantaria da frente e sem fogos de contrabateria.
- Fogo com granadas explosivas contra a primeira linha defensiva aliada; granadas cruz azul contra as segunda e terceira linhas.

FASE II (30 minutos)

- Regulação do tiro para bater as posições da infantaria.
- AKA continua a contrabateria com gás.

FASE III (115 minutos)

- IKA bate apenas as primeiras posições da infantaria que estão fora do alcance dos morteiros.
- As segunda e terceira posições são batidas com fogos massivos, com maior incidência no ponto do esforço.
- AKA continua a contrabateria.
- Após 90 minutos, 10 minutos contra a artilharia dos aliados pela AKA e IKA.

[40] Timothy Lupfer, Ob. Cit., pp. 49-50.
[41] David Zabecki "The German 1918 Offensives", p. 187.

FASE IV (5 minutos)

- Concentração de fogos sobre as trincheiras da primeira linha de defesa aliada.

Pelas 08h45 as forças portuguesas sofrem o assalto das tropas alemãs. Os fogos de barragem (os alemães usavam a expressão Feuerwalze – valsa de fogo) apoiam o movimento das tropas de assalto deslocando, inicialmente, os fogos 300-400 metros para o interior das posições aliadas. E de seguida com movimentos da deslocação da linha de fogos de 200 em 200 metros.

Mas repare-se na ofensiva de Abril de 1918:

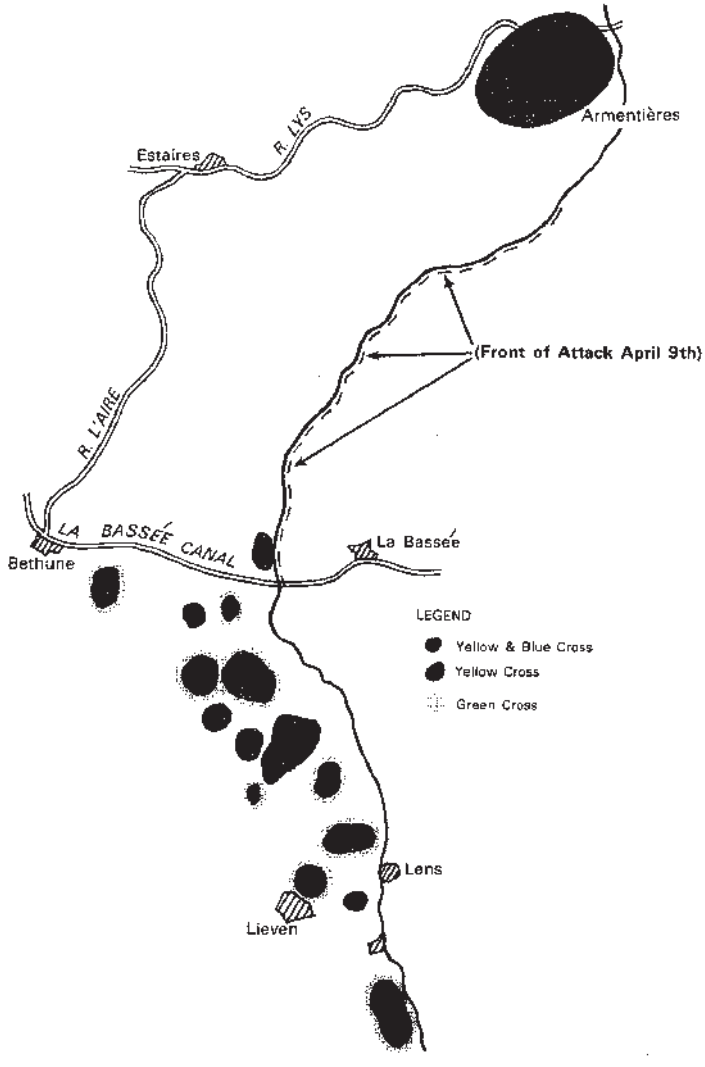


Figura 5 – Ofensiva Alemã de 9 de Abril de 1918
Fonte: Heller, 1984, p. 28.

Na figura 5 fica claro o seguinte: foi executado um intenso ataque químico para fixar as forças britânicas a sul do Canal de La Bassée e o esforço alemão é desencadeado numa pequena frente, por forma a romper rapidamente as linhas Aliadas. Citando uma referência do *Journal of the Royal Artillery*, de fevereiro de 1920, Victor Lefebure afirma: "entre o sete de abril e o nove de abril não houve bombardeamento com granadas de gás entre o canal de La Bassée e Armentières, enquanto houve um pesado bombardeamento com granadas de Cruz Amarela imediatamente a sul do canal, e Armentières teve um bombardeamento de tal forma que o gás mostarda corria pelas calhas. Isto indicou a probabilidade de um ataque na frente defendida pelos portugueses, que ocorreu em nove de abril, com Cruz Verde e Cruz Azul a serem usadas no bombardeamento preliminar."[42] O setor português ficava entre as duas zonas que foram bombardeadas pelo gás mostarda (Cruz Amarela).

Walter Goerlitz afirma que "em 9 de Abril, Ludendorff começou o segundo ato do drama, e fez um novo ataque, desta vez entre Armentières e La Bassée. O esforço caiu sobre algumas tropas portuguesas que foram esmagadas por uma enorme superioridade de números, e as massas alemãs penetraram pela brecha, mas este ataque perdeu a sua força em 25 de Abril."[43]

O CEP, em Abril, foi vítima de uma doutrina de ataque alemã que empregava os gases químicos devidamente integrados na sua manobra táctica. A classificação dos gases em persistentes e fugazes permitia-lhes potenciar os gases asfixiantes no campo de batalha.

Os alemães classificaram os gases quanto ao seu emprego tático e a sua doutrina definia claramente as regras para o seu uso. Em suma, os principais gases utilizados pelos alemães estão resumidos no seguinte quadro:[44]

Marcação das granadas	Efeito	Químico	Duração e letalidade
Cruz Branca	Lacrimatório	Gás lacrimogéneo	Não persistente Não letal
Cruz Azul	Esternutatório	Arsina	Não persistente Não letal
Cruz Amarela	Vesicante	Mostarda	Persistente Letal
Cruz Verde	Sufocante	Fosgénio Cloro Lewisite	Não persistente Letal

[42] Victor Lefebure, "The Riddle of the Rhine", p.77.
[43] Walter Goerlitz, "The History of German General Staff 1657-1945", p. 195.
[44] David Zabecki "Steel Wind", p. 35. António Figueiredo já tinha feito esta observação em 1938.

O sistema de marcação e classificação das granadas alemãs foi adotado pelos aliados. O Brigadeiro General Amos Fries no relatório final que faz da Grande Guerra, publicado em 1921, defende uma classificação dos agentes químicos em persistentes e não persistentes.[45]

E esta, também é atualmente, a classificação dos gases de combate quanto ao seu emprego táctico.

A sincronização do apoio de fogos com a manobra da infantaria foi uma inovação alemã no campo de batalha. Nesta tática do emprego da artilharia, o uso de granadas com agentes químicos tinha um papel muito importante. Os alemães utilizavam os agentes não persistentes numa situação de ofensiva e num local em que era previsível a ocupação pelas tropas alemãs. Usavam os agentes persistentes para interditar determinadas áreas e atingir fortemente determinadas concentrações de forças aliadas. A artilharia foi fundamental nas ofensivas alemãs da primavera de 1918, graças aos novos métodos implementados pelo tenente-coronel Georg Bruchmüller, e uma das operações desta ofensiva teve efeitos devastadores no setor do CEP. As forças portuguesas estiveram no caminho de um ataque planeado e executado com a precisão que a doutrina alemã preconizava.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

"O português foi para a guerra porque o mandaram, sem entusiasmo, que só deriva de um objeto real, levantado e nobre, e isso explica a má vontade com que a grande maioria dos soldados embarcou para França."[46] Como se vê, a força anímica do soldado português não era brilhante, e o desleixo e a apatia foram tomando conta do CEP. Estas não eram condições ideais para o combate em ambiente químico. O treino foi o possível, as duras condições das trincheiras degradavam o potencial de combate e viver em clima de permanente ameaça, onde era necessário colocar uma máscara que dificultava a respiração e aumentava o cansaço, conduziram ao desleixo nas zonas defensivas.

Adicionalmente, a falta de perceção do perigo iminente era um facto nas unidades do CEP. Sobre isto veja-se o comentário do General Ferreira Martins: "Dos relatórios inéditos dos comandantes das companhias poder-se-ia extrair um interessante documentário da psicologia especial do nosso soldado, cuja análise seria utilíssima para a conveniente formação dos comandos.

Bombardeamento intenso; o oficial passa por um posto da linha A e pergunta: *Que tal, hein? Que te parece isto?* E o soldado na sua simplicidade responde: *Oh, meu capitão, isto não tão mau como eles diziam*. À mesma pergunta a outro, que seguia por uma trincheira de comunicação, responde: "*Elas zunem, mas há casqueiro*" (pão), e continua o seu caminho despreocupadamente.

A distração manifesta-se e, por vezes, chega a ser inconsciência: "Um comandante de secção viu dentro de um abrigo dois soldados tirando as botas e o equipamento e preparando-se para se deitarem. À observação enérgica do sargento respondem: "*Não*

[45] Brigadeiro General Amos Fries, "Chemical Warfare (1921)", p. 365.

[46] Mendo Castro Henriques citando o General Gomes da Costa, Ob. Cit., p. 31.

sabíamos que era preciso ficar armado e com isto tudo em cima; como nada nos disseram, julgámos que poderíamos agora dormir melhor! ..."[47]

O desespero de uma vida prolongada nas trincheiras, habituado à rotina dos bombardeamentos, onde o ataque químico era mais um e a máscara só baixava o moral conduziu ao estado de negligência em que vezes sem conta os militares do CEP foram apanhados.

Contudo, o estudo cuidado do que se passava no Teatro de Operações, a observação e a recolha de ensinamentos mostrava que havia perceção da situação. A análise feita da guerra química veio mostrar que as forças portuguesas, desde cedo, estavam atentas com a evolução que se ia desenrolando nos campos de batalha, tinham o conhecimento técnico e atuavam consoante os procedimentos certificados. Mas, o CEP sofreu as consequências de uma doutrina que foi amadurecendo à medida que o conflito foi evoluindo. A poderosa indústria química alemã teve a oportunidade de marcar presença progressivamente no conflito, criando espaço à inovação e integração tecnológica na manobra ofensiva.

Se a possível falta de moral das tropas portuguesas era uma fraqueza na frente de combate, a evidência do potencial do ataque alemão em 9 de abril não pode ser ignorada. A análise das principais batalhas resultantes da ofensiva de 1918 pode ser resumida, tal como apresentada por David Zabecki[48], da seguinte forma:

	St. Quentin	Lys	Chemin des Dames	Noyon	Champagne-Marne
Data	21 março	9 abril	27 maio	9 junho	15 julho
Força atacante (Exércitos)	17º; 2º; 18º	6º	7º; 1º	18º	7º; 1º; 3º
Duração da preparação	5 h	4 h 30 m	2 h 40 m	3 h 45 m	3 h 40 m
Hora H	0440	0415	0200	0050	0110
Fases	7	4	5	3	4,5
Granadas disparadas no 1º dia (milhões)	3,2	1,4	3,0	1,4	4,5
Proporção de gás	1/3	1/3	1/2	1/3	1/8
Largura da frente	75 km	17 km	55 km	33 km	88 km
Bocas de Fogo (BF) alemãs	6.608	1.686	5.263	2.276	6.353
BF alemãs/km	88	100	95	70	73
Bocas de Fogo Aliadas	2.686	511	1.422	711	3.177
Potencial Relativo da Artilharia	2,5	3,3	3,7	3,2	2,0

[47] General Ferreira Martins, "Portugal na Grande Guerra", Vol 2, p. 256.
[48] David Zabecki "Steel Wind", p. 68.

A batalha de La Lys foi aquela em que os alemães fizeram uma daas maiores concentrações da sua artilharia, com um potencial relativo em artilharia muito superior aos aliados e com a devida proporção de emprego de agentes químicos. Esta comparação, olhando aos números, revela que a 2ª Divisão Portuguesa não teve vida fácil no dia 9 de abril de 1918.

O Major Kenneth McKenzie, dos Fuzileiros dos Estados Unidos, sintetizou a evolução doutrinária do emprego de agentes químicos, por parte da Alemanha. O quadro seguinte apresenta o desenvolvimento da guerra química da Alemanha entre 1914 e 1918:

Período	Batalhas Representativas	Expetativa	Efeitos	Doutrina
1914-15	Bolimov. Neuve Chapelle, Ypres	Nenhuma	Pouco claro	Nenhuma
1915-17	Verdun	Baixa	Não decisivo	Procedimentos técnicos, não ligados à manobra
1917	Riga, Caporetto	Moderada	Com sucesso	Procedimentos técnicos com alguma ligação à manobra
1918	Michael	Alta	Com muito sucesso	Procedimentos técnicos integrados na manobra

A arma química pressupõe a existência dos seguintes elementos: um composto químico (ou agente químico); uma munição onde será colocado o agente químico; um sistema de lançamento para dispersar ou largar o agente no local desejado; e as condições atmosféricas. Ao longo da primeira guerra mundial estes elementos foram tidos em consideração do desenvolvimento dos compostos químicos e da forma de os colocar no campo de batalha. As condições atmosféricas era, naturalmente, o elemento mais difícil de controlar, ou o controlo era inexistente. Os sistemas usados tiveram a sua evolução e influência nos procedimentos táticos e técnicos no campo de batalha.

Os pesados cilindros de gás necessitavam de meios de transporte, obrigando ao emprego de trens ferroviários e de mão-de-obra disponível. Isto significava utilizar as tropas da infantaria e concentrar grandes quantidades destes equipamentos nos terminais ferroviários. Ou seja, as desvantagens eram reconhecidamente enormes. A infantaria era ocupada noutros trabalhos que não a manobra e as áreas onde se encontravam os cilindros eram perfeitamente identificadas pelo reconhecimento aéreo. A surpresa perdia-se na

preparação do ataque, além de que o tempo devido ao carregamento dos equipamentos era demasiado longo.

Na primeira guerra mundial a variedade de gases disponíveis para serem utilizados em larga escala era reduzida. O cloro e o fosgénio eram os gases, inicialmente, usados tanto pelos alemães como pelos Aliados. O sulfureto de hidrogénio, o monóxido de carbono e o ácido cianídrico foram sugeridos e tentados, mas foram abandonados por uma razão ou outra.49 Estes compostos químicos dificilmente poderão ser tratados como agentes químicos de guerra. Estes compostos são muito voláteis, portanto vaporizam com muita facilidade nas condições de temperatura e pressão normais. O fato de formarem vapor que se dispersa na atmosfera faz diminuir a sua concentração e o seu efeito letal.

Como foi referido, os ataques com nuvem de gás eram muitos dependentes das condições meteorológicas. A velocidade e a direção do vento eram de extrema importância para o sucesso do ataque levando a nuvem para as linhas inimigas, mas prevenir também as tropas que lançavam o ataque de se protegerem, em caso de alteração das condições atmosféricas.

Mas a evolução trouxe a arma química completa. O enchimento das granadas com químicos e o seu lançamento pela artilharia traz inovação para o campo de batalha. O uso de gás em granadas de artilharia não requere tropas especializadas porque as granadas são disparadas da mesma forma que as granadas com explosivo e pelas mesmas guarnições. Quando o tiro da artilharia é feito para alcances de dois quilómetros ou mais, a direção e velocidade do vento é de menor importância. O composto químico é disperso numa área que se encontra distante das tropas que lançaram o ataque. O único aspeto a considerar é relativamente ao composto químico, isto é, se deve ter efeitos de longa ou curta duração. Se forem de longa duração, aquela área onde foram dispersos deverá ser evitada pela força atacante. Se, por outro lado, os efeitos forem de curta duração, a área atacada poderá ser ocupada pelas tropas de assalto e o objetivo foi mesmo degradar o potencial de combate do defensor. Outro fator que torna a artilharia vantajosa é a sua capacidade de conseguir uma elevada concentração de gás, rapidamente e num alvo distante, empregando as bocas de fogo de maior calibre para disparar as granadas de gás.

A segunda metade da guerra assiste ao emprego do gás mostarda. Trata-se de composto químico cujo efeito é persistente e letal. A designação de gás vem do hábito criado desde o início da guerra. Os primeiros agentes eram gases e começou a tratar-se da guerra dos gases químicos. A mostarda é um líquido.

O gás mostarda, quimicamente, é dicloro etil sulfeto $(ClCH_2CH_2)_2S$. Este nome tem origem nos ingleses devido ao aspeto do material usado primeiramente pelos alemães ser sugestivo de mostarda ou alho. Outras designações foram dadas ao composto, como "Cruz Amarela", as marcas nas granadas alemãs, "Yperite", designação usada pelos franceses, porque o primeiro uso do composto foi em Ypres, e gás vesicante por causa do efeito sobre a pele. O gás mostarda foi usado pela primeira vez como agente da ofensiva, pelos alemães, em 12-13 de julho de 1917. O valor tático do gás foi imediatamente reconhecido

[49] Brigadeiro General Amos Fries, "Chemical Warfare (1921)", p. 17.

pelos alemães e usaram grandes quantidades do gás. Durante dez dias no outono de 1917, calculou-se que mais de 1.000.000 de granadas foram disparadas, contendo cerca de 2.500 toneladas de gás mostarda.[50]

Conclusão

O emprego de gases de guerra foi uma nova arma largamente explorada na Primeira Grande Guerra. A forma com os diversos contendores encararam esta arma revelou-se de forma diversa na sistematização associada ao planeamento e uso dos gases químicos asfixiantes. Para a questão **qual a classificação dos gases de guerra e a sua implicação no Corpo Expedicionário Português (CEP)** vêem-se duas perspetivas: os Aliados classificaram os agentes químicos sob uma perspectiva clínica e desta forma derivaram os seus objectivos para o estudo da sintomatologia associada às vítimas dos gases. A Alemanha classificou os agentes sob um ponto de vista tático e objetivou o seu planeamento para potenciar esta arma no campo de batalha. O emprego de gases foi um elemento determinante nas grandes ofensivas da Primavera de 1918. A Alemanha não obteve resultados decisivos, mas o ataque principal no sector do CEP, com o emprego de agentes químicos em apoio da manobra ofensiva, acabou por destroçar as forças portuguesas.

Os memorandos e relatórios produzidos pelo CEP, relativamente aos ataques químicos, não passaram de alertas às medidas de proteção e reiterações sucessivas sobre o desleixo das tropas na linha da frente. O próprio planeamento seguia as indicações inglesas.

O desenvolvimento doutrinário praticado pelos alemães apresentou uma lógica no campo de batalha que não fugiu às observações dos exércitos do lado Aliado. As táticas usadas pelos alemães e o criterioso emprego dos compostos químicos, devidamente integrados no apoio de fogos da artilharia, foram rapidamente analisados pelos especialistas nos relatórios pós conflito. A classificação dos agentes químicos, não podia apenas ficar pelos seus efeitos fisiológicos, mas era fundamental uma classificação que tivesse em atenção o seu emprego tático. Isto passou a fazer parte dos manuais das forças que participaram na primeira guerra mundial, Portugal incluído. E porque a guerra química era uma realidade que jamais poderia ser ignorada, tudo o que passou a fazer parte da formação, treino e operações foram lições aprendidas do último conflito. A regra estava lançada: agente químico; munição; sistema de lançamento e condições meteorológicas. Estas últimas dificilmente se alterarão, e quanto às três primeiras, o futuro sobre elas falará.

Referências Bibliográficas

AFONSO, Aniceto e GOMES, Carlos de Matos, *PORTUGAL E A GRANDE GUERRA 1914.1918,* QUIDNOVI, Matosinhos, 2010.

ARQUIVO HISTÓRICO-MILITAR, Caixas nº1389/5, nº1349/1 e nº649 (Plano de Defesa de FAUQUISSART), relativas ao CEP.

[50] Brigadeiro General Amos Fries, "Chemical Warfare (1921)", p. 150-151.

COLEMAN, Kim, *A HISTORY OF CHEMICAL WARFARE*, Palgrave Macmillan, New York, 2005.

CORNWELL, John, *HITLER'S SCIENTISTS: SCIENCE, WAR, AND THE DEVIL'S PACT*, Penguin Books, New York, 2003.

DIXON, John, *MAGNIFICENT BUT NOT WAR: THE SECOND BATTLE OF YPRES 1915*, Pen & Sword, Barnsley, 2003.

FERGUSON, Niall, *THE PITY OF WAR*, Basic Books, New York, 1999.

FIGUEIREDO, António D'Almeida, *GASES DE COMBATE*, Tipografia Lousanense, Coimbra, 1938.

FRIES, Amos A. e WEST, Clarence J., *CHEMICAL WARFARE (1921)*, McGraw-Hill Book Company, Inc., New York, 1921.

GILBERT, Adrian, *ENCICLOPÉDIA DAS GUERRAS-Conflitos Mundiais Através dos Tempos*, M. Books, S. Paulo, 2005.

GOERLITZ, Walter, *HISTORY OF THE GERMAN GENERAL STAFF 1657-1945*, Frederick A. Praeger Publishers, New York, 16th edition, 1965.

GUDMUNDSSON, Bruce I., *ON ARTILLERY*, Praeger Publishers, Westport, 1993.

STORMTROOP TACTICS: INNOVATION IN THE GERMAN ARMY, 1914-1918, Praeger Publishers, Westport, 1995.

HARRIS, Robert e PAXMAN, Jeremy, *A HIGHER FORM OF KILLING: THE SECRET STORY OF CHEMICAL AND BIOLOGICAL WARFARE*, Hill and Wang, New York, 1982.

HELLER, Charles E., *CHEMICAL WARFARE IN WORLD WAR I: THE AMERICAN EXPERIENCE, 1917-1918*, Leavenworth Papers no. 10, Combat Studies Institute, Fort Leavenworth, Kansas, 1984.

HENRIQUES, Mendo Castro e LEITÃO, António Rosas, *LA LYS 1918: OS SOLDADOS DESCONHECIDOS*, Colecção Batalhas de Portugal, Prefácio, Lisboa, 2001.

JONES, Simon, *WORLD WAR I GAS WARFARE TACTICS AND EQUIPMENT*, Osprey Publishing, Oxford, UK, 2007.

KEEGAN, John, *THE FIRST WORLD WAR*, Vintage Books, New York, 1998.

LEFEBURE, Victor e WILSON, Field-Marshal Sir Henry, *THE RIDDLE OF THE RHINE: CHEMICAL STRATEGY IN PEACE AND WAR*, The Chemical Foundation, Inc., New York, 1923.

LUPFER, Timothy T., *THE DYNAMICS OF DOCTRINE: THE CHANGES IN GERMAN TACTICAL DOCTRINE DURING THE FIRST WORLD WAR*, Leavenworth Papers no. 4, Combat Studies Institute, Fort Leavenworth, Kansas, 1981.

MACEDO, Tenente de Engenharia Santos, *GUERRA QUÍMICA: SUA TÉCNICA E TÁCTICA*, Casa Portuguesa, Lisboa, 1939.

MARTINS, General Ferreira, *PORTUGAL NA GRANDE GUERRA*, 1º Volume, Editorial Ática, Lisboa, 1934.

PORTUGAL NA GRANDE GUERRA, 2º Volume, Editorial Ática, Lisboa, 1935.

HISTÓRIA DO EXÉRCITO PORTUGUÊS, Editorial Inquérito Limitada, Lisboa, 1945.

McKENZIE, JR., Kenneth F., *AN ECSTASY OF FUMBLING: DOCTRINE AND INNOVATION*, Joint Force Quarterly Magazine, Issue 10, February 1996, National Defense University Press.

MIKSCHE, F. O., *A GUERRA RELÂMPAGO*, Parceria A. M. Pereira, Lisboa, 1943.

PAIS, Tenente de Engenharia F. Da Silva, *AS FÔRÇAS DA SEGURANÇA NA DEFESA PASSIVA DAS GRANDES CIDADES*, Tipografia Colonial, Lisboa, 1938.

PALAZZO, Albert, *SEEKING VICTORY ON THE WESTERN FRONT: THE BRITISH ARMY &CHEMICAL WARFARE IN WORLD WAR I*, University of Nebraska Press, Lincoln, 2000.

PRIOR, Robin e WILSON, Trevor, *THE FIRST WORLD WAR*,Cassell & Co., London, 2000.

RAICER, Ted S., *CROWNS IN THE GUTTER: A STRATEGIC ANALYSIS OF WORLD WAR I*, Strategy & Tactics Press, Bakersfield, California, 2009.

REMARQUE, Erich Maria, *A OESTE NADA DE NOVO*, Publicações Europa-América, Lda., s.l., 1971.

SAMPAYO, Tenente de Infantaria Manuel de Mello Vaz de, *A GUERRA QUÍMICA*, Papelaria Fernandes, Lisboa, 1930.

SARMENTO, Dr. David P. De M., *AS INTOXICAÇÕES PELOS GASES DE GUERRA (1915-1918)*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1919.

SARTORI, Dr. Mario, *THE WAR GASES: CHEMISTRY AND ANALYSIS*, D. Van Nostrand Co., Inc., New York, 1939.

SMIL, Vaclav, *ENRICHING THE EARTH: FRITZ HABER, CARL BOSCH AND THE TRANSFORMATION OF WORLD FOOD PRODUCTION*, MIT Press, Cambridge, Massachusetts, 2001.

STRACHAN, Hew, *THE FIRST WORLD WAR*, Simon & Shuster, London, 2006.

TAYLOR, A. J. P., *THE STRUGGLE FOR MASTERY IN EUROPE 1848-1918*, Oxford University Press, Inc., New York, 1954.

TEIXEIRA, Nuno Severiano e al., *NOVA HISTÓRIA MILITAR DE PORTUGAL*_volume 4, Círculo de Leitores, Mem Martins, 2004.

TUCHMAN, Barbara W., *OS CANHÕES DE AGOSTO*, Editorial Ibis, Lda., Amadora, 1964.

TUCKER, Jonathan B., *WAR OF NERVES: CHEMICAL WARFARE FROM WORLD WAR I TO AL-QAEDA*, Anchor Books, New York, 2006.

ZABECKI, David T., *STEEL WIND: COLONEL GEORG BRUCHMÜLLER AND THE BIRTH OF MODERN ARTILLERY*, Praeger Publishers, Westport, 1994.

THE GERMAN 1918 OFFENSIVES: A CASE STUDY IN THE OPERATIONAL LEVEL OF WAR, Routledge, New York, 2006.

Internet

SYED, Tanya, *ANCIENT PERSANS GASSED ROMANS,* [Em linha]. Disponível em: http://news.bbc.co.uk/2/hi/science/nature/7837826.stm [Consult. 11 out. 2014].

BLADES, Geoffrey David, *THE BATTLES OF THE LYS: THE BRITISH ARMY ON THE DEFENSIVE IN APRIL 1918,* [Em linha]. Disponível em: http://nickpowley.com/wordpress/wp-content/uploads/2012/12/THESIS.pdf [Consult. 11 out. 2014].

Artigo recebido em setembro de 2014 e aceite para publicação em novembro de 2014

CLASSIFICATION OF CHEMICAL WARFARE AGENTS AND THEIR IMPLICATIONS FOR THE PORTUGUESE EXPEDITIONARY CORPS

A CLASSIFICAÇÃO DOS GASES QUÍMICOS E A SUA IMPLICAÇÃO NO CORPO EXPEDICIONÁRIO PORTUGUÊS

Leonel José Mendes Martins
Engineering Lieutenant-Colonel
AEEEx/IESM
Integrated Investigator for the CISDI
Lisbon, Portugal
martins.ljm@gmail.com

Abstract

On April 22, 1915, the Germans attacked the Allied forces at the Ypres salient with an asphyxiating gas. Chlorine was used in quantities never before seen on the battlefield. The result was catastrophic for the Allied troops, who were unprepared to defend themselves against the new weapon at the front-line. The development of new, more lethal chemical agents evolved throughout the conflict. The English and the French started classifying these chemical agents according to the physiological effects they had on the victims. The Germans, on their part, had been grouping chemical agents according to the desired effects on the battlefield, taking persistence of contamination and lethal power into account. This classification was incorporated in German tactics. German doctrine was developed along with the conflict and the release of chemical compounds by German artillery in the preparation phase of the attack became a battlefield procedure. Artillery fire support to assault troops employed grenades filled with chemicals in order to provoke certain effects on the Allied defensive lines. This doctrine was widely used in the German 1918 Spring offensives. The Portuguese Expeditionary Corps (PEC) was victim to those same chemical warfare tactics in the battle of La Lys, in April 1918. The Portuguese troops had been in Flanders since 1917, but had only experienced minor combat prior to the Spring of 1918.

Como citar este artigo: Martins, L., 2014. Classification of Chemical Warfare Agents and Their Implications for the Portuguese Expeditionary Corps. *Revista de Ciências Militares*, novembro de 2014 II (2), pp. 189-219.
Disponível em: http://www.iesm.pt/cisdi/index.php/publicacoes/revista-de-ciencias-militares/edicoes.

They followed the British doctrine on chemical warfare and, during the Spring offensive of 1918, they had to face the new German approach to use of chemical agents on the battlefield.

Keywords: Portuguese Expeditionary Corps; Chemical Warfare; Chemical Agents Classification; Battle of La Lys; Bruchmüller.

Resumo

Em 22 de abril de 1915, os alemães atacaram as forças aliadas, no saliente de Ypres, fazendo uso de um gás asfixiante. Utilizaram cloro em quantidades nunca antes vistas no campo de batalha. O resultado foi catastrófico para as tropas aliadas que não estavam preparadas para se defenderem desta nova arma na frente de combate. O emprego de novos agentes químicos mais letais foi-se desenvolvendo ao longo do conflito. Os ingleses e os franceses foram classificando estes agentes químicos consoante os seus efeitos fisiológicos nas vítimas. Os alemães, por seu lado, foram agrupando os agentes químicos consoante os efeitos pretendidos no campo de batalha, tendo em atenção a duração dos seus efeitos e o seu poder letal. Esta divisão alemã foi devidamente incorporada na sua tática. A doutrina alemã foi-se desenvolvendo ao longo do conflito e o lançamento de compostos químicos pela artilharia alemã na fase de preparação do ataque passou a ser um procedimento no campo de batalha. O apoio de fogos da artilharia à suas tropas de assalto recorria ao emprego criterioso de granadas com químicos com vista a atingirem determinados efeitos nas linhas defensivas dos aliados. Esta doutrina foi amplamente usada nas ofensivas alemãs da primavera de 1918. O Corpo Expedicionário Português (CEP) foi vítima daquela tática de emprego de gases de guerra na Batalha de la Lys de abril de 1918. As tropas portuguesas estavam na Flandres desde 1917 mas tinham tido apenas pequenos combates antes da primavera de 1918. Utilizavam a doutrina dos britânicos relativamente à guerra química e tiveram de lidar com uma nova abordagem de emprego de agentes químicos no campo de batalha por parte dos alemães.

Palavras-chave: CEP; Guerra química; classificação dos agentes químicos; batalha de La Lys; Bruchmüller.

"Chemistry is one of the sciences that the Nation can best use for its defense."

Lazare Carnot, 1794[1]

"A surprise gas-attack carries off a lot of them. They have not yet learned what to do. We found one dug-out full of them, with blue heads and black lips. Some of them in a shell hole took off their masks too soon; they did not know that the gas lies longest in the hollows; when they saw others on top without masks they pulled theirs off too and swallowed enough to scorch their lungs. Their condition is hopeless, they choke to death with hemorrhages and suffocation."

Erich Maria Remarque[2]

1. INTRODUCTION

In parallel with the emergence of combat aviation and tanks, the 1914-1918 soldiers faced the harsh reality of chemical agents and of "gassed" soldiers. With a new weapon on the battlefield, efforts were being conducted to come up with a countermeasure. Generally, the game played out as action-reaction and actually, a response to the first German attack came shortly, in the region of Ypres in April, 1915. In September, the British launched their first gas attack on the German forces in the region of Loos. Use of asphyxiating agents throughout the 14-18 War became normal, despite the countries involved in the war having signed the Hague Agreement, which prohibited the launch of projectiles containing toxic agents in combat. When Portugal entered the conflict, our military awoke to the harsh realities of chemical warfare. There were many situations where it was hard to tell what was more hopeless, life in the trenches or combat in contaminated environments, not to mention both situations normally happened at the same time.

Naturally, chemical warfare was analyzed, at times from a clinical perspective, others from a military perspective. The resulting studies contributed much to systematize our knowledge on handling casualties, or the "gassed", and regarding the military use of chemical agents, on seeking to multiply their combat effectiveness. Different ways of looking at the issue led to divergent interpretations and classifications, with certain results on the different battlefields of the Great War. What is the classification of chemical warfare agents and what it implied for the Portuguese Expeditionary Corps (PEC) is the core issue under analysis in this essay. We will demonstrate that the Portuguese sector in Flanders was the setting for a degree of innovation.

This text is the result of the analysis of reports elaborated by the PEC immediately after the attacks, and of reports and books published after the Great War by military personnel

[1] Cited by Manuel de Mello Vaz de Sampayo in "Guerra Química" ("Chemical Warfare"), p. 3.
[2] Erich Maria Remarque, "A Oeste Nada de Novo" ("All Quiet on the Western Front"), p. 97.

involved in the conflict. For a better understanding of the context, section 2 highlights the fundamental aspects of Chemical Warfare, before and during the 1914-1918 War. Section 3 describes the classification of chemical warfare agents by the main countries intervening on the western front and section 4 describes the German offensives of 1918, highlighting Portugal's position, and the implications of the use of chemical agents for the PEC sector. The doctrine evolution underlying the use and classification of chemical agents appears in section 5 of the final considerations. In section 6, the conclusion, the central question is answered.

2. CHEMICAL WARFARE

"The 22nd of April 1915 had been a warm and sunny day, but towards the end of the afternoon a breeze sprang up. It came from the north, from behind the German lines, blew across No Man's Land, and gently fanned the faces of the Allied soldiers in position around the village of Langemarck, near Ypres.

They were new to the trenches – French reservists and Algerians from France's north African colony. To them the fresh wind must have seemed a good omen, for a few seconds later, as if on cue, the German guns which had been bombarding them all day suddenly stopped firing. An abrupt silence descended over the front.

A few hundred yards away, four divisions - of the 23rd and 26th German Army Corps - crouched in their trenches. They had waited there since dawn, unable to move for fear of giving away their presence. Now, just as it had begun to seem too late, the moment had come. The wind had changed. An attack.

At five o'clock, three red rockets streaked into the sky, signaling the start of a deafening artillery barrage. High explosive shells pounded into the deserted town of Ypres and the villages around it. At the same time the troops sheltering near Langemarck saw two greenish-yellow clouds rise from the enemy's lines, catch the wind, and billow forwards, gradually merging to form a single bank of blue-white mist: out of sight, in special emplacements protected by sandbags and concrete, German pioneers were opening the valves of 6,000 cylinders spread out along a four mile front. The cylinders contained liquid chlorine – the instant the pressure was released and it came into contact with the air it vaporized and hissed out to form a dense cloud. At thirty parts per million of air chlorine gas produces a rasping cough. At concentrations of one part per thousand it is fatal. The breeze stirred again, and one hundred and sixty tons of it, five feet high and hugging the ground, began to roll towards the Allied trenches.

Chemical warfare had begun."[3]

The 1915 attack was not the first use of asphyxiating agents. It was the first large scale use of chemical agents, but asphyxiating products had been used before in the war. History reveals this to be true since ancient times. The beginnings of the use of chemicals with the intent to poison can be traced to the wars of Ancient Greece. In the Peloponnesian

[3] Robert Harris and Jeremy Paxman, "A Higher Form of Killing: The Secret Story of Chemical and Biological Warfare", p. 1.

War (431-404 b. C.) between Athens and Sparta, fires made with wood imbued with tar and sulfur were used in siege warfare, with the purpose of asphyxiating the defenders. Oddly enough, this technique was copied hundreds of years later, when "...in 1812, North-Americans used tar and sulfur in the siege of Charleston."[4]

Between 82-72 b. C., the Romans used toxic fumes in the Iberian peninsula, quickly defeating their opponents.[5] The Romans also suffered the effects of asphyxiating products. In January 19, 2009, BBC News published an article[6] on the archeological excavations in the city of Dura-Europos, near Salhiyé, in current-day Syria. Skeletons were found, identified as belonging to Roman soldiers who had died on the occasion of the siege of the city by Persian forces. In their attempt to enter the city, the Persians built a tunnel under the wall. This mining operation had the purpose of either entering the city or tearing down the wall by burning the logs that supported the tunnel structure. The Romans realized what the Persians were doing and began building a tunnel towards the Persian one. This counter-mining action was met by the preparation the Persians had left for the Roman force. The Persians set fire to a mix of sulfur and tar and then sealed the mine. This was fatal to the Roman military force coming to meet them.

Ongoing developments in the use of poisonous chemical agents in warfare resulted in the first treaty that banned the use of chemical weapons – The Strasbourg Agreement of August 27, 1675, signed between France and Prussia.[7]

In 1885, during experiences carried out in France at the Camp de Châlons in the presence of Napoleon III, 30 dogs were sacrificed, killed by asphyxiating projectiles. In 1887, in Germany, at a conference in Munich, professor Bayer referred to a possible use of asphyxiating agents. Therefore, it is not surprising that, anticipating future wars, representatives of the various Nations agreed to ban the use of asphyxiating agents at the Hague Convention of 1899. "The terms approved at the Hague Convention in October 18, 1907 state that:

Art. 22 The right of belligerents to adopt means of injuring the enemy is not unlimited.

Art. 23 In addition to the prohibitions provided by special Conventions, it is especially forbidden:

a. To employ arms, projectiles, or material calculated to cause unnecessary suffering;
b. To employ poison or poisoned weapons."[8]

The prohibition of employing asphyxiating gases was ratified with one vote against, from U.S.A. Representative Navy Commander Alfred Thayer Mahan, who argued that:

> "…it was illogical, and not demonstrably humane, to be tender about asphyxiating men with gas, when all were prepared to admit that it was allowable to blow the

[4] Manuel Sampayo, Op. cit., p. 8.
[5] Kim Coleman, "A History of Chemical Warfare", p.1.
[6] Tanya Syed, "Ancient Persians gassed Romans".
[7] Kim Coleman, Op. cit., p. 7.
[8] Manuel Sampayo, Op. cit., pp. 8-9.

bottom out of an ironclad at midnight, throwing four or five hundred men into the sea, to be choked by water, with scarcely the remotest chance of escape."[9]

In fact, the Hague convention did not prevent Nations from debating the employment of chemical weapons, and at least one country publicly employed asphyxiating agents – France. In 1912, the French police used gas grenades to stop a group of bank robbers in Paris.[10]

In August 1914, German forces invaded Belgium and were preparing to reach Paris, in a maneuver based on the Schlieffen plan. German soldiers said farewell to their families, hoping to return in October that same year. It would be a quick war and it would end all wars in Europe. It was the Great War. The movement crossed the neutral territory of Belgium, skirted the allied forces and attacked Paris from the north and west. Confrontations with allied forces and the arrival of troops in France showed a victorious German army and a disaster for the allied armies. By early September, general Klück's First Army and general Büllow's Second Army were approaching Paris, but not according to plan. One of the premises of the Schlieffen plan rested on the concentration of French forces near the border. The destruction of the French troops would open the way to Paris, just like in 1870, during the Franco-Prussian War. But the French army gradually withdrew, increasing the defense around Paris. A flank counter-attack against the Second German Army drew the army away towards the west, creating a breach between the First and Second German armies. This weakness in the positioning of German forces was identified by allied air reconnaissance. It was the river Marne region and French and British units were quickly reorganized to exploit this vulnerability in the German forces. There is a famous tale about red Paris taxis transporting troops to the battle front. It became known as the First Battle of the Marne.

After the Battle of the Marne, in September 10, 1914, German forces withdrew to a main line of resistance along the river Aisne, beginning the terrain preparation and field fortification. This maneuver from the German forces resulted in the stalemate that led to static trench warfare.

Germany was practically out of explosives and the blockade on German forces prevented the arrival of nitrates from Chile.[11] In this context, "gas was seen not as a substitute for explosives, but as a possible way of breaking through the stabilized front: an entrenched enemy was comparatively safe from projectiles but vulnerable to airborne poisons."[12] A German scientist, Fritz Haber, was involved in finding a solution to the aforementioned issues. In 1909, Haber invented a revolutionary method of synthesizing ammonia from nitrogen in the air. The method was applied industrially by the chemist Carl Bosh. The Haber-Bosch method made it possible to produce ammonia sulfate and nitric acid, freeing Germany from having to import nitrates from Chile. Ammonia sulfate, an agricultural fertilizer, and nitric acid, an ingredient in the manufacture of nitroglycerin and TNT, were enough to solve the scarcity of food and explosives that the allied blockade imposed on Germany. It was also Fritz Haber, the then director of the Kaiser Wilhelm Institute in Berlin who, in 1914, proposed to fill artillery grenades with chlorine.

[9] Cited by MAJ Charles Heller, in "Chemical Warfare in World War I: The American Experience, 1917-1918", p. 3.
[10] Charles Heller, Op. cit., p. 4.
[11] Kim Coleman, Op. cit., p. 15.
[12] Idem, ibidem, p. 15.

This compound was abundant in Germany. Chlorine was used in the chemical industry for paint production, and Germany was one of the world leaders in this sector of the economy. The German General Staff rejected the proposal due to a lack of artillery grenades. The Germans could not afford to try out non-explosive products on artillery grenades, as the combat front used up all their resources. In January, 1915, Fritz Haber suggested using cylinders containing chlorine. This proposal convinced general Erich von Falkenhayn, the German Chief of the General Staff, "who considered poison gas "unchivalrous" but hoped that its use would result in a decisive military victory".[13] The agent was first used in the region of Ypres, in Belgium.

The attack was carried out precisely in the afternoon of April 22, 1915. The days preceding the attack were not peaceful for the German General Staff. The first location for these chlorine cylinders was in the region of Gheluvelt, southwest of Ypres. The allied forces were not entirely unfamiliar with these chlorine cylinders. French and English reports had already divulged their existence. The issue was with the actual German command. The offensive that was planned for the invasion of the Ypres region and for tearing down the Ypres salient did not include the use of asphyxiating agents. Moreover, usage in large quantities had not been tested in the battlefield and would interfere with planned maneuvers. However, the German Chief of the General Staff, general Erich von Falkenhayn, did not abandon his belief and was steady in his defense of the employment of chemical agents. It was an opportunity to test the new weapon on the battlefield and to divert allied attention from the offensive planned for the eastern front. For the time being, and according the German General Staff, the western front would stay the way it was. Because the original location had already been discovered, the cylinders were moved to the area northwest of Ypres. The dominant winds in the Ypres region in Spring blow in the south-north direction, and consequently the first location was ideal for striking the allied forces east and north of the city of Ypres, the stress point of the German offensive. The new location depended much on significant changes in wind direction. All this delayed the German attack on the Ypres Salient. Conditions were met, as we know, in the afternoon of April 22. Allied response did not take long. The British carried out their first chemical attack in Loos, on September 15, 1915. Use of chemical agents became widespread in the battlefield, and each new gaseous substance possessed a boiling point higher than the ones already in use. We can trace the following evolution in the most frequently used substances:

Gas	Boiling Point (º Celsius)	First Use
Chlorine	-33,5	April, 1915
Phosgene	8	December, 1915
Diphosgene	127	May, 1916
Benzyl bromide	198	January, 1917
Yperite (mustard gas)	217	June, 1917
Diphenylarsine chloride	333	October, 1917

[13] Jonathan Tucker, "War of Nerves", p.12.

Morais Sarmento provides an explanation for this evolution in the following fundamentals:

> "1st Progressively larger distances to be transposed by gas projectiles imposed an increase in container resistance and consequently, a stronger explosive charge, which did not allow gases with low boiling points to reach an effective concentration level;
>
> 2nd The need to weaken rear defenses demanded a lasting impregnation of toxic in the atmospheres surrounding them, which was not easy to do with very volatile gases;
>
> 3rd Particles in which gases with higher boiling points dissociate less quickly are, under conditions identical for all gases, proportionally higher in density, and so exert a higher and faster irritating action on the nervous endings of the upper airways, nasal cavity, pharynx and larynx. The violent and sudden nature with which these effects were provoked prevented soldiers from putting on their respiratory masks and keeping them on, allowing the same gas or another to penetrate so deeply that the wounded would be definitively eliminated."[14]

Use of asphyxiating chemical agents was not a novel occurrence in the First Great War. However, conversion of the chemical industry to support the war effort and the amount of chemical agents used in the battlefield was clearly a new path taken by belligerent nations. The use of gases in the battlefield was a possible solution for breaking the static line of trenches that tended to last through time. The Germans used chlorine in the Ypres region in 1915, using cylinders to spread the gas. The author of this technical solution was an eminent German scientist, Fritz Haber. Chemistry served the purposes of war like it never had before. To the chagrin of the allied powers, Fritz Haber was awarded the Nobel prize in Chemistry in 1918, for his work in synthesizing ammonia. The characteristics and effects of chemical warfare agents developed throughout the conflict. This tactical application was not an isolated study. Countries attempted to understand the phenomenon of chemical warfare agents, creating for that effect a classification for their respective arsenals.

3. THE CLASSIFICATION OF CHEMICAL WARFARE AGENTS

As stated by António Figueiredo "Not all known toxic agents are useful as combat gases."[15] According to Sartori[16], thousands of substances that might be useful in the battlefield were examined during the conflict, a few dozen substances were tested, but only a dozen chemical compounds were actually used.

[14] Morais Sarmento, "As Intoxicações pelos Gazes de Guerra" ("Intoxication by Chemical Warfare Gases"), p. 44.
[15] António D'Almeida Figueiredo, "Gases de Combate", ("Combat Gases"), p. 5.
[16] Mario Sartori, "The War Gases", p. vii.

António Figueiredo mentions that a theoretically perfect aggressive chemical must satisfy the following requisites:[17]

a) high toxicity or clearly defined physiological action;

b) stability in the presence of strong temperature variations;

c) resistance to atmospheric agents, mainly humidity;

d) durability (unaltered by time);

e) gaseous density as high as possible, always greater than the unit (one);

f) high volatility, for chemicals that act by inhalation, and low for those that act on the organism in liquid form;

g) easily vaporized;

h) ease of transportation and containment;

i) ease and low cost of preparation.

Morais Sarmento's 1919 report, regarding intoxication by chemical agents, systematized the classifications employed by the main antagonists.[18]

The French classification distributed these gases in the following manner:

a) Choking agents, such as Chlorine.

b) Vesicant agents, such as Yperite.

c) Irritant agents, divided into Lachrymatory and Sternutatory.

Choking agents provoke the accumulation of fluid in the lungs (pulmonary edema) and victims die of so-called "dry drowning". The main physiological action of vesicant agents is an intense irritation of the skin that manifests initially as skin erythema, quickly followed by phlyctaena that are prone to infection, which then ulcerate and are hard to heal.[19]

Sternutatory agents are not gases in the physical sense of the word, but rather fine colloidal emulsions that permeate through the mask filters. These were used to force the soldiers to remove their masks, making them vulnerable to other, more toxic agents. They were called "mask-breakers".[20] These agents cause an increase in nasal secretions. Lachrymatory agents act on the eye with an irritant action that manifests as more or less intense lacrimation.

The British classification differentiates chemical agents according to the following criteria

a) Pulmonary Irritants

b) Nasal Irritants

[17] António Figueiredo, Op. cit., p. 5.
[18] Morais Sarmento, Op. Cit., pp. 47-54.
[19] António Figueiredo, Op. cit., p. 19.
[20] Idem, ibidem, p. 21.

c) Lachrymatory Irritants

d) Vesicants

e) Blood Intoxicants

f) Nervous System Poisons

This classification is not entirely accurate. All pulmonary irritant agents are also bronchial irritants and lesions extend to the aerial tubes, according to their concentration in air and their respective boiling points and degree of solubility in organic secretions. Furthermore, all are also lachrymatory, to a greater or lesser degree, depending on individual sensitivity. They are equally nasal irritants and some can show a vesicant action.

As noted by Morais Sarmento "The only clinical classification, that is, one that attempts to summarize the main differences that distinguish warfare agents, must be based on practical experience and clarified by experimental studies, and must characterize forms of gassing by the pathological processes through which gases register morbid effects".[21]

Thus, Morais Sarmento points out that it would be preferable to classify warfare chemical agents as:

a) Blood Chemical Composition Modifiers;

b) Lining epithelial tissue Cellular Irritants.

The German army classification was characterized by exclusively military criteria:

A 1st group includes all gases which, by irritating the mucous membranes of the conjunctiva and airways and by irritating and causing specific lesions in pulmonary tissue, quickly disabled injured combatants, who could die from pulmonary damage. This group includes the pulmonary irritants, lachrymatories and nasal irritants of the British classification.

The 2nd group includes mustard gas, as it took longer to remove the afflicted from combat and because it manifested slowly, immediate symptoms from skin contact with this gas being an exception.

This classification was not based on clinical criteria, rather on a differentiation between agents that quickly disabled the attacked and agents with delayed effects.

Engineering Lieutenant Santos Macedo designates the 1st group as rapid effect gases (non-persistent), appropriate for offense, and the 2nd group as persistent gases.[22]

The PEC would face the issue of gas warfare when Portuguese forces advanced on Flanders in 1917. The situation at the Theater of Operations had evolved, requiring an additional effort from the Portuguese military.

The PEC had chemical warfare training at the *Gas School*, in activity since May 7, 1917, in Mametz, offering several courses with a maximum duration of 5 days, for officers and ranks who would be responsible for the anti-gas instruction of their respective units and the

[21] Morais Sarmento, Op. cit., p. 53.

[22] Santos Macedo, "Guerra Química – Sua Técnica e Táctica" ("Chemical Warfare – Techniques and Tactics"), pp. 22-23.

establishment of a collective anti-gas defense in the trenches. On principle, all units and all officers and enlisted who served in the trenches, or even people simply visiting there must submit to a test that consisted in passing through a tear gas chamber[23]. The school records show the passage of 1.432 officers and 36.730 enlisted, and the specialization of 60 officers and 597 enlisted.[24]

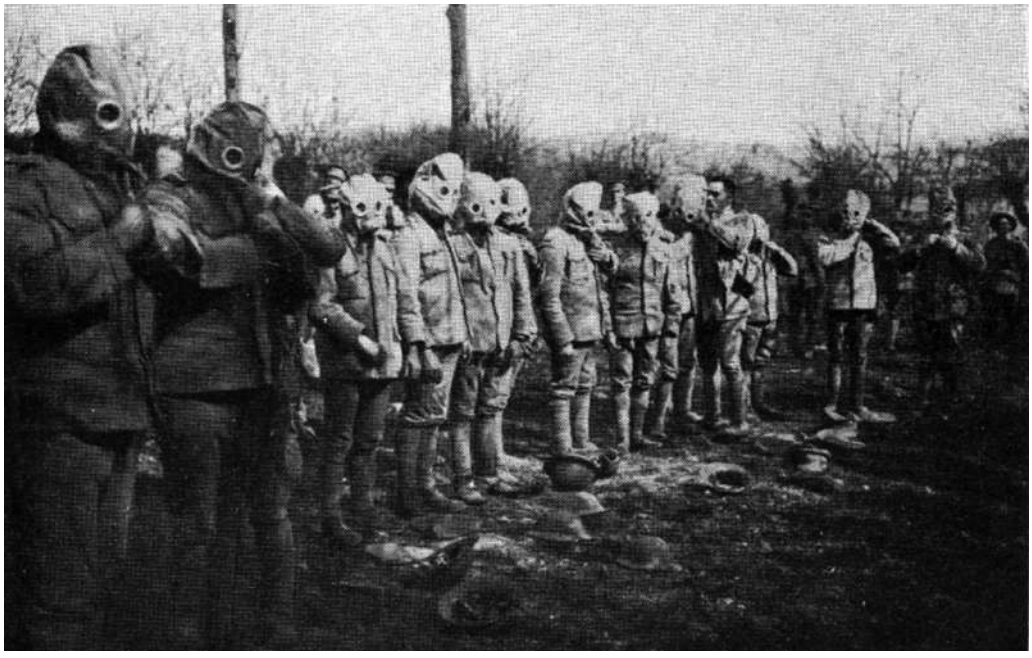


Fig. 1 – Mask training
Source: General Ferreira Martins, 1945, p. 527.

Sector occupation was divided by defense lines. Line A – the first line of defense and front-line – was the sector's anterior limit. In front of it was a strip of land, No-Man's-Land, about 400 meters wide, which separated opposing forces. The first line corresponded to the zigzag trenches. Two more lines ensured the defense of the front. Line B was the support line, and Line C, the sector's reserve line. These three lines formed an area, a first defense zone, approximately 2 kilometers deep. The second defense zone, 3 to 4 km from the front, connected to the first zone by a road, had two lines. These were the line of villages, where the Brigades Headquarters were located and the Corps line, where the Divisions Headquarters were located. Behind these lines was the Army line, in the third defense zone.

The plans of defense of the brigades made a mention of chemical agents, which read: "In case of an attack with gas, the 1st line troops will garrison the trenches at once. The

[23] Passing through the gas chamber is a way of training in an environment as realistic as possible, but at the same time allowing the soldier to recognize the protection afforded by his individual protective equipment. Carrying out his duties in a non-breathable environment did not make him anxious because he could trust his respirator. In the present day, in a Chemical Defense Course, passage through the gas chamber is called Respirator Confidence Test.
[24] Ferreira Martins, "Portugal na Grande Guerra" ("Portugal in the Great War"), p. 231.

batteries assigned to the attacked sector will immediately open fire against the 1st enemy line, maintaining it for 15 minutes, and will then scout the terrain between trenches with the purpose of stopping any attack forces that may be launched after the gas clouds; this slow barrage fire will be maintained until further instructions."[25]

Despite the plans, additional documentation had to be produced in order to complete and solve the issues at the front. On December 12, 1917, Circular nº 14, classified SECRET, offered the first instructions for chemical defense:

> *"Having come to the attention of this HQ that a great number of soldiers is on the front-line without their anti-gas apparatus, H.E., the Commander Gen of the PEC, determines that the following instructions must be observed:*
>
> *I – The area of the Corps is divided into three zones:*
>
> *a) Alert Zone:*
>
> *Between the 1st Line and the Line that crosses CENSE DU RAUX – LACOUTURE – CROIX BARBEE – PONT DU HEM – LAVENTIE – FLEUR-BAIX. The first two towns are outside the zone. Always use the mask in alert position, on top of all other clothes. The strap of the steel helmet at the tip of the chin. The hood is not to be worn.*
>
> *b) Prevention Zone:*
>
> *Between the western limit of the preceding zone and the line that crosses LOGON – LA CROIX MARMUSE – LESTREM – LAGORGUE – ESTAIRES. All these towns are inside this zone. Always use the mask in march position.*
>
> *c) Precaution Zone:*
>
> *Between the western limit of the preceding zone and the line that crosses LILLERS – HAM EN ARTOIS – BERGUETTE – ISBERGUES – THIENNES – STEENBECQUE.*
>
> *Either the hood or the mask can be worn.*
>
> *II – Military police must receive instructions on what reports to make in case of infraction of the aforementioned orders.*
>
> *III – Limits between zones will be noted on signs along the main roads."*[26]

On the following day, December 13, 1917, a MEMORANDUM was sent out, also classified SECRET, stating the following:

> *"To inform, herein are published the details of a gas attack suffered by the English, north of the La BASSÊE channel.*
>
> *I – The attack took place by 01 hours of the 11th of December. Gas cylinders were employed against both forward trenches in A.15.b (page 36 c NW 1 1/10 : 000).*
>
> *II – The area of higher concentration of gas cylinders was around 250 yards wide and 200 yards deep.*

[25] AHM, Box nr. 1389/5.
[26] AHM, Box nr. 1389/5.

III – It seems that the projection came from the German support trench, some 500 yards from their front line.

The projectile discharge caused a strong explosion and a great flame was seen in the trench where they were installed.

The trail of the cylinders was clearly visible by the flash of burning wicks.

The maximum range of the cylinders is calculated at around 1000 yards.

IV – The number of cylinders used cannot be calculated exactly, but a few hundreds must have fallen.

The cylinders blew up with quite a strong detonation, producing a thick cloud of gas.

A cylinder was found, revealed to be of the 17 centimeter "rum jar" type, which appears to have been launched by trench mortars or smooth bore projectors.

V – The gas employed is thought to be pure phosgene.

VI – The enemy covered the projectile launch with artillery fire, trench mortars and gas grenades.

VII – In some units, the alarm was sounded as soon as the detonations were heard and casualties were insignificant.

The Chief of the General Staff
Roberto da Cunha Batista
Colonel"[27]

[27] AHM, Box nr. 1389/5.

Figure 2 presents a map of the sector occupied by the PEC, showing the defense lines and the three chemical protection zones referenced in the circular. The Alert zone is between the front-line and the village line. The prevention zone is between this line and the line defined by the La Lawe Channel. The precaution zone is behind this final line.

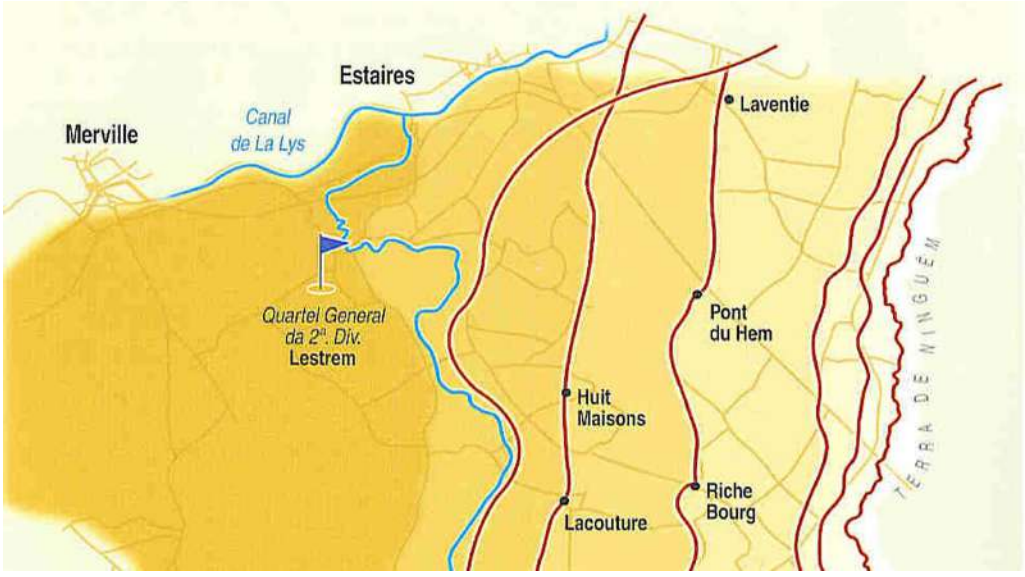


Fig. 2 – PEC Sector
Source: Henriques e Leitão, 2001, p. 46.

From December 31, 1917 (New Year's Eve) to March 15, 1918, eleven attacks with chemical agents were registered on the PEC sector.[28] The first attack, at the turning of 1917 to 1918, began at midnight and lasted for about 20 minutes, revealing the lack of preparation of the Portuguese troops. The attack took place in the town of Laventie and, according to the report, "the alarm was not sounded even though a few soldiers took to the streets, shouting "gas".[29] Another serious aspect and indicative of lack of training is the fact that some soldiers kept in their pockets pieces of grenade shards that eventually caused them serious burns. Still according to the observations of the report "In some billets, during the night of 31/1 there was not much smell of gas due to the cold. On the day of January 1, temperatures rose due to the sun and the fires burning inside the houses, and soon gas was produced again and more victims appeared."[30] The numbers reveal the same: on January 1, 116 casualties were evacuated to the blood hospital and another 76 the following day, a total of 192 casualties.

The second attack occurred on January 20, 1918, in the region of Neuve-Chapelle. There were six victims, caused by a delay in putting on the respiratory apparatus.

[28] AHM, Box nr. 1389/5.
[29] Idem, ibidem.
[30] Idem, ibidem.

Two days later, there was an attack along the whole Portuguese sector, making six victims in the Neuve-Chapelle sector and 18 victims in the Fauquissart sub-sector. Once again the lack of speed in putting on the masks proved fatal. In addition to that, some soldiers removed their masks in order to help their wounded comrades and this resulted in the higher number of casualties in the Fauquissart sub-sector.

On February 14, the region of Chapigny in the Fauquissart sub-sector was attacked. The attack resulted in 16 victims, for similar reasons.



Fig. 3 – Gas Alarm
Source: Jones, 2007, p. 19.

In the morning of March 2, an attack on the Neuve-Chapelle sub-sector caused five victims due to delays in mask placement. That afternoon, the attack was carried out along the whole front, resulting in 5 casualties in the Neuve-Chapelle sub-sector and 36 casualties in the Fauquissart sub-sector.

On the night of March 9 to March 10, victim numbers were much higher than before. There were 149 casualties in the Chapigny region. This time, the matter of putting on the

masks was not in question, as they were simply not used. The alarm did not sound because the gas was completely inodorous. The report on this attack observes: "In FAUQUISSART there was no gas. This inodorous gas is new. It is necessary to follow what is determined: To put on the masks as soon as bombardments begin, regardless of recoinassance regarding use of gas grenades. It is the only way to avoid intoxication. The alarm must be sounded as soon as bombardments begin."[31]

On March 11 and 12, the region of Chapigny was again punished by chemical agents. The number of casualties was 134, which was high, but the level of casualties was light. On the 12th, the region of Richebourg suffered a blue gas attack which caused 9 casualties.

On the 13th, it was the turn of the 1st Brigade H.Q. Region (no victims) and on the 15th, the region of Estaires, where artillery was positioned, was attacked. Two casualties were registered. This was the last known report of a chemical attack and there were once again issues with the use of the mask. It was crucial to alert the troops for the chemical protection procedures. Therefore, on March 16, 1918, Circular nº 22 was published, stating that:

> *"His Excellency, the Commander General of the P.E.C., orders the following information to be made known.*
>
> *The enemy employed, during the last week, gas grenades of the "Blue Cross" type.*
>
> *This gas spreads at great distances with favorable wind, but dissipates quickly.*
>
> *The effects of this gas are burning in the nose and mouth, which provokes sneezing and presents the sensation of a strong cold.*
>
> *The sound these "Blue Cross" gas grenades make when exploding is much louder than that of other gas grenades.*
>
> *His Ex., the Commander General of the P.E.C., also orders the troops to be informed that the adopted respirator offers absolute protection against all gases employed by the enemy and strongly recommends frequent respirator placement drills, noting that lack of speed caused many casualties during the last combats. (reports of the combat gas service for days 11 and 12 of the current month).*
>
> *The Chief of the General Staff*
> *(a) Joâo J. Sinel de Cordes*
> *Colonel"*[32]

[31] AHM, Box nr. 1389/5.
[32] Idem, ibidem.

The memorandum of March 16, in addition to the warnings on safety issues, was a clear warning regarding the gas employed by the Germans. It was the "Blue Cross" gas, another designation for diphenylarsine chloride. António Figueiredo provides an explanation for the code used by the Germans, here transcribed: "The Germans (…) divided gases into four groups which they signaled on the grenades with crosses of different colors.

One group, marked with a green cross, was formed by offensive agents, generally volatile liquids of high toxicity for the respiratory system and less damaging to others. It includes Phosgene.

Another group, marked with a yellow cross, was formed by less volatile liquids, moderately irritant, but very toxic and capable of attacking directly the skin and mucous tissues. It includes Yperite.

A third group, marked with a blue cross, formed by generally solid compounds of low toxicity but highly irritant properties. It includes diphenylarsine chloride gas.

A fourth and last group, formed by volatile but persistent liquids that mainly attack the eyes. It includes Benzyl Bromide.

It is clear that the first group contains choking agents; the second, vesicant agents; the third, sternutatory agents; the fourth and final group, lachrymatory agents."[33]

Note the reference to the first group as offensive gases, of quick aggressive action, that is, fugacious. It is the tactical classification Germans give to warfare agents.

Chemical compounds may be grouped according to their physical characteristics, their physiological effects, and according to the duration of their effects. It is common to speak of war gases in the First World War, but not all agents were gases. The mustard chemical agent is a liquid. Classification according to physiological effects is of crucial importance for the treatment of victims. This classification had an extraordinary impact in evaluation on the allied side. Division of chemical agents according to the duration of their effects is crucial for the tactical use of the various chemical compounds. This classification was relevant for the German army and was explicit in the way artillery grenades were marked according to their purposes. Reports from the Portuguese forces initially revealed concerns over training and individual protection and it was only later, in 1918, that they presented some details on what types of chemical agents the Germans were using. The understanding of the tactical use of chemical agents by the Germans would occur during the 1918 offensives.

4. THE LUDENDORFF OFFENSIVES

In the last months of 1917, the German submarine war had failed, the Americans arrived in France and the only good news for Germany seemed to come from the eastern front, with the Russian revolution. General Erich Wilhelm Ludendorff planned an offensive for the Spring of 1918, initially for the region between Saint Quentin, south of Arras, and Ypres. There, the terrain presented characteristics more suited to the progression of German

[33] António Figueiredo, Op. cit., p. 13.

assault forces, as it was drier that time of the year, and the allied sector was thought to present a weaker defense.

It was the offensive of the Ludendorff Spring, with the aim of breaking through the Allied lines. It was a strategic window of opportunity that the Germans could not let pass. With the peace negotiations with the Russians, the Germans transferred their divisions in the eastern front to the western front, quickly concentrating their forces before American reinforcements arrived.

In March, 1918, the Germans had a potential 192 Divisions in the western front. The Allies positioned from the English Channel to Switzerland included in their organization 6 Belgian divisions, 58 British divisions, 2 Portuguese divisions, 103 French divisions and 5 American divisions.[34] These numbers included divisions in the front-lines and at the rear. We can easily conclude that, generally, the Germans did not have a great advantage if a large offensive were to be launched on the western front. The maneuver would have to be well articulated and explore the weak points of the allied forces. This offensive was based on the document of January 1, 1918, with the title "*The Attack in Position Warfare*".[35] The German infantry was organized in depth for execution of the attack. Speed and depth allowed for the protection of the flanks and rearguard. Speed was necessary so as not to give the enemy time to react, and depth so that follow-up troops could isolate pockets of resistance as they were passed, preventing them from countering the continuation of the attack. Another crucial aspect was synchronizing fire support with the attack. If, during the initial phase of the war, there were massive artillery fires with long periods of preparation but with tactical objectives that were hard to determine, in the battle of the Somme, in 1916, the British executed an artillery preparation for seven days36. The synchronization of fire support with the attack was the work of a German officer, lieutenant-colonel Georg Bruchmüller, who reorganized the German units and unit procedures to support infantry maneuvers and prepare the battlefield, with the purpose of wearing down the front-line enemy units, their reserves and rearguard.

Lieutenant-colonel Georg Bruchmüller developed and consolidated his experience at the eastern front. His revolutionary ideas of synchronizing fire support with the advancing infantry were successfully tested in September 1917, in Riga. Bruchmüller was then artillery commander of the 8th German Army of general von Hutier, but was quickly sent to the western front in time for the German counter-attack in the battle of Cambrai, in December 1917. The technique developed by Bruchmüller made it necessary to reorganize fire support and a consequent remodeling of the structure of artillery units.

Reorganizing fire support included systems of fire from artillery units and systems of fire from infantry units. Artillery units had the *Schwereste Flachfeuer-artillerie* (SCHWEFLA) at Army echelon level, aiming special targets, such as bridges, bunkers, and targets that demanded greater destructive power like concrete fortifications. These units were equipped with heavy ordnance. At the Army Corps level, there was the *Femkampf-artillerie* (FEKA) and

[34] Geoffrey David Blades, "The Battles of the Lys: The British Army on the Defensive in April 1918", p. 13.

[35] Timothy Lupfer, "The Dynamics of Doctrine: The Changes in German Tactical Doctrine during the First World War", p. 41.

[36] David Zabecki, "The German 1918 Offensives", p. 54.

the *Artillerie bekaempfungs artillerie* (AKA). The FEKA's purpose was to strike distant targets. It possessed long range howitzers for striking command posts and communications in the allied rearguard area, flanks and reserve areas. The purpose of the AKA was to provide counterbattery fire. On the Division level there was the *Infantriebekaempfungs-artillerie* (IKA). It was the artillery designed for close support of division maneuvers. In the army corps, 20% of systems were for counterbattery purposes and 75% of systems were designed to support division maneuvers.[37] The organic fire support of the infantry units was composed of the following units: *Minenwerfem* (MW), *Infantriebegleitbatterien* (IBB), and *Infantrie-Geschuetzbatterien* (IGB). The MW had trench mortars as their main equipment, supported the division during preparatory fire and supported battalions during the assault. The IBB accompanied the regiment maneuvers. It did not give support to preparation fire. The IGB was dedicated to battalions.

In order to integrate firing support, planning had to take into account the following elements: the organization of artillery for combat; the location of artillery units; the location of artillery command posts; the mixture of gases, its effects and expected duration; the duration and beginning of preparatory fire; the advance of barrage fire; maintaining support. Chemical warfare is explicit in these fire support tactics. Neutralization of enemy forces is crucial for the degradation of their potential and for ensuring the success of defensive operations. Bombardments with the purpose of denying certain areas of the terrain to the enemy, of protecting the flanks during the advance of infantry, and of disorganizing command posts and reserve zones were actions where artillery launched chemical agents were part of the German doctrine. Use of explosive grenades was combined with the use of grenades filled with chemicals.

David Zabecki summarizes this combination, presenting Bruchmüller's fire support plans for attack in the following manner:[38]

Phase I – Preparation (10 – 30 minutes)

- Surprise concentration
- No counterbattery fire
- The targets are command posts, communication centers and troop concentrations
- All guns fire with mix of 9 Blue Cross grenades to 2 HE (high explosive) grenades

Phase II – Preparation (1 ½ – 2 ½ hours)

- Counter-battery fire
- IKA reinforces AKA

[37] David Zabecki "Steel Wind", p. 38.
[38] David Zabecki "Steel Wind", pp. 52-56.

- Mix of Blue Cross grenades, Green Cross grenades, explosive grenades (HE) and smoke grenades
- FEKA strikes the rearguard command posts, control and communications, and reserves

Phase III – Preparation (1 – 2 hours)

- IKA shifts back to infantry targets
- IKA fires 20% Blue and Green Cross grenades to 80% explosive grenades
- AKA fires 75% Blue and Green cross grenades to 25% explosive grenades
- All weapons switch to strike enemy forward positions ten minutes before the assault

The Assault

- Double barrage fire
- Explosive grenades line moves to a position in front of the infantry at a rate of 40 to 50 minutes per kilometer
- Another line of Blue, Green and smoke grenades moves to a position in front of the explosive grenades position, at least 600 meters in front of the infantry vanguard, timed in order to allow infantry to arrive after dissipation
- AKA continues counterbattery fire
- FEKA fires Yellow Cross grenades towards the flanks, to isolate the objectives

Phases II and III were interspersed with 10 minute fire towards the front-line with the purpose of confusing the enemy regarding the hour of the attack.

Synchronizing artillery (resorting to chemical warfare) with the German assault forces was the key to breaking the allied forces. The German assault forces (*stosstruppen*) explored the weak points in the allied front and infiltrated the inside of allied positions, which were continuously struck by German artillery fire. This doctrine was at the basis of Operation MICHAEL in March, 1918.

Observation of the chemical attack reports shows that on March 9, the chemical situation underwent a radical change. The following figure shows the March 1918 attack front, with the main attack in the south, in the region of Cambrai.

Timothy Lupfer describes the way in which chemical agents were integrated in this attack: "The Germans used gas shells extensively. In areas where an infantry assault was not planned, they used mustard, a persistent agent. In the areas where the German infantry

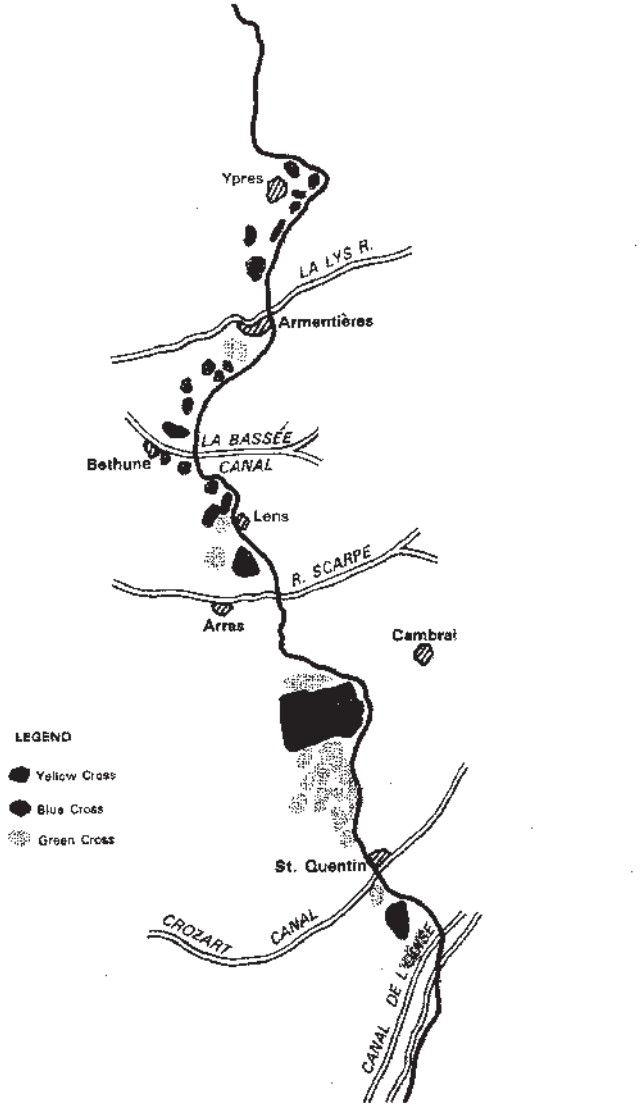


Figure 4 – German Offensive of March 1918
Source: Heller, 1984, p. 29.

would penetrate, the Germans delivered high explosive shells mixed with shells of chlorine and phosgene gas. The Germans also fired shells containing lachrymatory, a throat irritant. The Germans hoped that the irritant would penetrate the British masks, forcing the British soldiers to remove their masks, and thereby exposing themselves to the more lethal chlorine and phosgene."[39]

[39] Timothy Lupfer, Op. cit., pp. 49-50.

Operation GEORGETTE, the second phase of the Ludendorff offensive for conquering the Ypres region, was initiated on April 7, 1918. The Fourth German Army was given the mission of conquering the Ypres region, and the Sixth German Army was in charge of penetrating the defensive line south of Armentières. The PEC defended the sector with the 2nd Division, seeking to deter the enemy opposing force: the divisions of the Sixth German Army. The German artillery initiated preparatory fire at 0415 hours in the morning of April 9, 1918. The artillery preparation for the Sixth Army[40] was as follows:

PHASE I (120 minutes)

- Fire strike with a mix of Blue and Green Cross grenades (called Buntkreuez by the Germans) against enemy batteries, trench mortars, headquarters, communication centers, and depots.
- Trench mortars are destroyed after 20 minutes of fire.
- 50 minutes after the beginning of preparation fire, 10 minutes of fire on front infantry positions and no counter-battery fire.
- Explosive grenade fire against the first allied defensive line; Blue Cross grenades against the second and third lines.

PHASE II (30 minutes)

- Fire regulation against the infantry positions.
- AKA continues counterbattery with gas.

PHASE III (115 minutes)

- IKA attacks only the first infantry positions outside mortar range.

The second and third positions are hit with massive fire, especially the break-in sector.

- AKA continues counterbattery.
- After 90 minutes, 10 minutes against allied artillery by the AKA and IKA.

PHASE IV (5 minutes)

- Saturation fire on the leading trenches of the first position.

By 08h45, Portuguese forces withstood the assault of German troops. Barrage fire (the Germans used the expression Feuerwalze – fire waltz) supported the mobility of assault troops, initially moving the fire to 300-400 meters inside allied positions. After that, the line of fire would be moved every 200 meters.

[40] David Zabecki "The German 1918 Offensives", p. 187.

But note the April 1918 offensive:

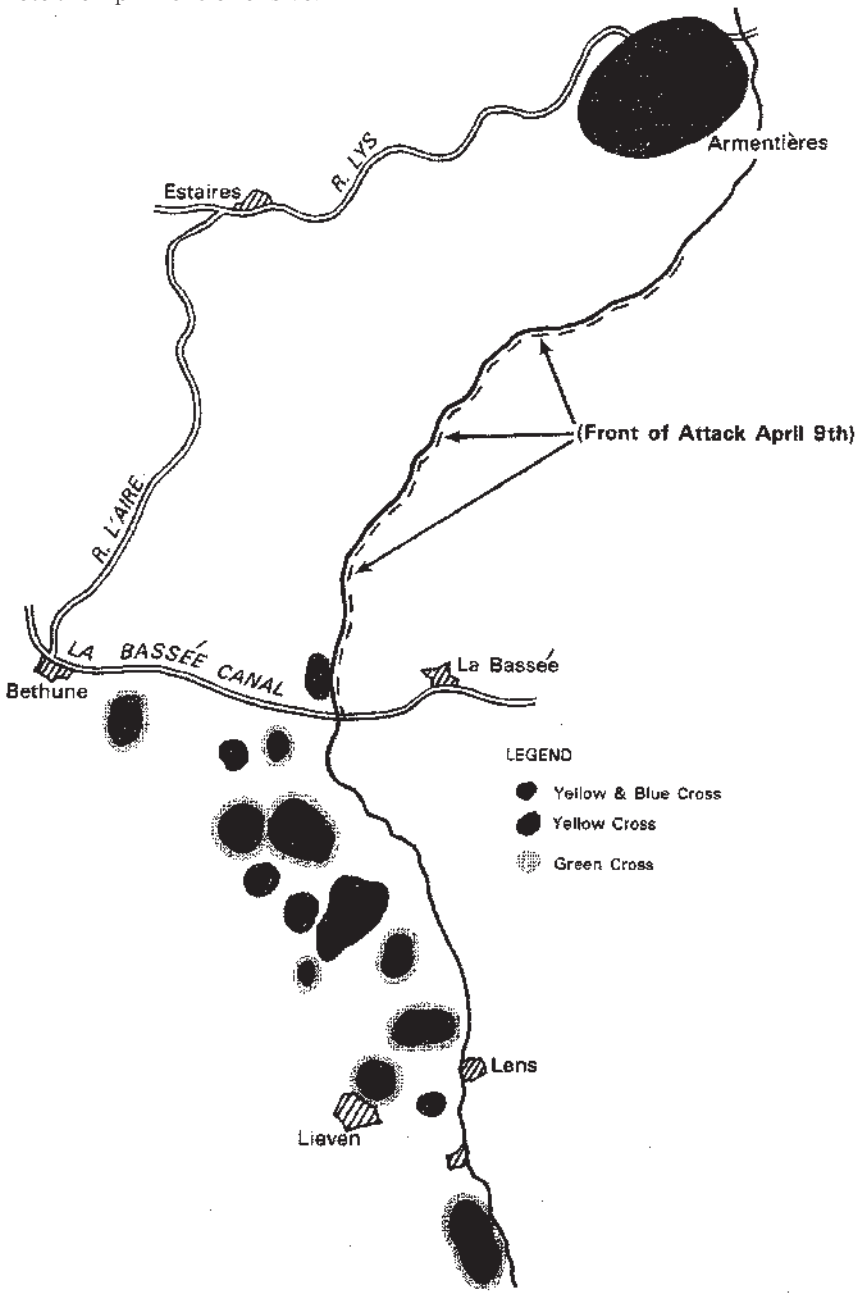


Figure 5 – German Offensive of April, 9, 1918
Source: Heller, 1984, p. 28.

The following is made clear by figure 5: an intense chemical attack was executed, aiming to pin down the British forces south of the La Bassée Channel, and the German effort was carried

out over a small front, in order to quickly breach Allied lines. Citing a reference from the Journal of the Royal Artillery of February 1920, Victor Lefebure stated: "Between the 7th April and 9th April there was no gas shelling between the La Bassée Canal and Armentières, while there was heavy Yellow Cross shelling immediately south of the Canal, and Armentières had such a heavy bombardment that the gutters were running with mustard gas. This indicated the probability of an attack on the front held by the Portuguese, which occurred on 9th April, Blue and Green Cross being used in the preliminary bombardment."[41] The Portuguese sector was located between the two mustard gas (Yellow Cross) areas.

Walter Goerlitz states that "On April 9th, Ludendorff began the second act of the drama and made a new attack, this time between Armentières and La Bassée. The chief weight of this fell on some Portuguese troops which overwhelmed by an enormous superiority of numbers, and the German masses poured through the gap, but this attack also had lost its force by April 25th."[42]

In April, the PEC was victim of a German attack doctrine that employed chemical agents duly integrated in their tactical maneuvers. Classification of gases as persistent and fugacious enabled them to potentiate asphyxiating agents on the battlefield.

Germans classified agents according to tactical use and their doctrine clearly defined rules for their employment. In conclusion, the main agents used by the Germans are summarized in the following table:[43]

Shell Marking	Effect	Chemical Agent	Duration and Lethality
White Cross	Lachrymatory	Tear Gas	Non Persistent Non Lethal
Blue Cross	Sternutatory	Arsine	Non Persistent Non Lethal
Yellow Cross	Vesicant	Mustard	Persistent Lethal
Green Cross	Choking	Phosgene Chlorine Lewisite	Non Persistent Lethal

The marking and classification system of German grenades was adopted by allied forces. Brigadier General Amos Fries, in his final report on the Great War, published in 1921, defended a classification of chemical agents as persistent and non persistent.[44]

[41] Victor Lefebure, "The Riddle of the Rhine", p.77.
[42] Walter Goerlitz, "The History of German General Staff 1657-1945", p. 195.
[43] David Zabecki "Steel Wind", p. 35. António Figueiredo had already done this observation in 1938.
[44] Brigadier General Amos Fries, "Chemical Warfare (1921)", p. 365.

This is also the current classification of chemical weapons regarding their tactical use.

Synchronization of fire support with infantry maneuvers was a German innovation in the battlefield. Use of grenades with chemical agents played a crucial role in this artillery tactic. Germans used non persistent agents in offensive actions and on locations that could be occupied by German troops. They used persistent agents to restrict access to certain areas and severely hit certain concentrations of allied forces. Artillery was crucial for German offensives during the 1918 Spring, thanks to the new methodologies implemented by lieutenant-colonel Georg Bruchmüller. One of the operations in this offensive had devastating effects in the PEC sector. The Portuguese forces were in the way of an attack planned and executed with a precision that was consistent with German doctrine.

5. FINAL CONSIDERATIONS

"The Portuguese went to war because they were told to, without enthusiasm, which only comes from a real, high and noble purpose, and that explains the churlish attitude of most soldiers setting out for France."[45] As is evident, the psychic state of the Portuguese soldiers was not brilliant, and disorganization and apathy started taking over the PEC. These were not the ideal conditions for combat in a chemical environment. Training was what was possible under the circumstances, and the harsh conditions in the trenches degraded combat potential, and living under a climate of permanent threat, where it was required to put on a mask which made breathing difficult and increased exhaustion, led to the disorganization of defensive zones.

Moreover, lack of understanding of the imminence of danger was a reality in the PEC units. On this matter, General Ferreira Martins comments: "An interesting document on the peculiar psychology of our soldiers could be extracted from the unpublished reports of company commanders, the analysis of which would be most useful for the proper training of commands.

Intense bombardment; an officer walks by a *Line A* post and asks: *How about it, huh? How is it looking?* And the soldier, in his candor, replies: *Ah, my captain, it's not as bad as they said*. Another, walking down a communication trench, answers the same question: *"They buzz, but there's casqueiro"* (soldier's brown bread), and merrily goes on his way.

Distraction is manifest and on occasion approaches recklessness: "A section commander saw two soldiers removing their boots and equipment inside a shelter, preparing to go to sleep. They responded to the sergeant's energetic remark in this manner: *"We did not know we needed to keep our weapons, and keep all this on top of us; as we were not told anything, we thought we could now sleep better !..."*[46]

Desperation from prolonged life in the trenches, where chemical attacks were just another one of the routine bombardments that they had grown used to, with masks that only lowered morale, led to the state of neglect in which PEC personnel were often found.

---

[45] Mendo Castro Henriques, citing General Gomes da Costa, Op. cit., p. 31.

[46] General Ferreira Martins, "Portugal na Grande Guerra" ("Portugal in the Great War"), Vol 2, p. 256.

However, careful analysis of what was going on in the Theater of Operations, the observations and instructions gathered showed that there was an understanding of the situation. An analysis of chemical warfare demonstrated that Portuguese forces had been aware from early on of the evolutions developing in the battlefield, that they had the technical knowledge and acted according to certified procedures. But the PEC suffered the consequences of a doctrine that matured as the conflict evolved. The powerful German chemical industry had the opportunity to progressively leave its mark on the conflict, creating space for innovation and integration of technology in offensive maneuvers.

If a possible lack of morale among Portuguese troops was a weakness at the front, evidence of the potential of the German attack of April, 9 cannot be ignored. An analysis of the main battles that resulted from the 1918 offensive, as presented by David Zabecki[47], can be summarized in the following manner:

	St. Quentin	Lys	Chemin des Dames	Noyon	Champagne-Marne
Date	March 21	April 9	May 27	June 9	July 15
Attacking Armies	17th; 2nd; 18th	6th	7th; 1st	18th	7th; 1st; 3rd
Preparation Length	5 h	4 h 30 m	2 h 40 m	3 h 45 m	3 h 40 m
Opening Time	04h40	04h15	02h00	00h50	01h10
Preparation Phases	7	4	5	3	4,5
Rounds fired on day 1 (millions)	3,2	1,4	3,0	1,4	4,5
Gas proportion	1/3	1/3	1/2	1/3	1/8
Front width	75 km	17 km	55 km	33 km	88 km
German Guns	6.608	1.686	5.263	2.276	6.353
German Guns/km	88	100	95	70	73
Allied Guns	2.686	511	1.422	711	3.177
Artillery Comparative Strenght	2,5	3,3	3,7	3,2	2,0

[47] David Zabecki "Steel Wind", p. 68.

In the battle of La Lys, the Germans performed one of their larger artillery concentrations, with a relative artillery potential much greater than the allies' and with a proportionate use of chemical agents. This comparison, considering the numbers, reveals that the Portuguese 2nd Division was not faced with an easy task on April 9, 1918.

Major Kenneth McKenzie of the United States Marines summarized the doctrinal evolution of Germany's use of chemical agents. The following table presents the development of German chemical warfare from 1914 to 1918:

Period	Significant Battles	Expectations	Effects	Doctrine
1914-15	Bolimov. Neuve Chapelle, Ypres	none	mixed	none
1915-17	Verdun	low	indecisive, attritive	technical only, not linked to maneuver
1917	Riga, Caporetto	moderate	successful, attritive	informal technical and operational; linked to maneuver
1918	Michael	high	very successful	formal technical and operational; linked to maneuver

Chemical weapons require the present of the following elements: a chemical compound (or chemical agent); ammunition to store the chemical agent; a launching system to disperse or drop the agent on the desired location; and weather conditions. Throughout the First World War, these elements were taken into consideration in the development of chemical compounds and the manner of their placement on the battlefield. Weather conditions were naturally the hardest to control, or control was nonexistent. The systems in use evolved and influenced tactical and technical procedures in the battlefield.

The heavy gas cylinders needed to be transported, requiring the use of trains and available manpower, which meant using infantry troops and concentrating large quantities of these assets on rail terminals. That is, there were enormous known drawbacks. The infantry was busy with work other than maneuvers and the areas where the cylinders were located were easily identified by air reconnaissance. The element of surprise was lost in the attack preparation phase, and too much time was spent transporting the assets.

In the First World War, there was not much variety of agents available for large scale use. Chlorine and phosgene were the gases uses initially by both Germans and Allied. Hydrogen sulfide, carbon monoxide and hydrogen cyanide were suggested and tested, but

were abandoned for one reason or another.[48] These chemical compounds can hardly be called chemical warfare agents. These compounds are extremely volatile, and so are vaporized very quickly under normal temperature and pressure conditions. They form a vapor which disperses into the atmosphere, decreasing their concentration and lethal effect.

As previously mentioned, gas cloud attacks depended heavily on weather conditions. Speed and wind direction were extremely important for a successful attack, driving the cloud into enemy lines, but attacking troops had to be forewarned that they needed to protect themselves if weather conditions were to change.

But evolution brought along a complete chemical weapon. Filling grenades with chemicals and using the artillery to launch them brought innovation into the battlefield. The use of gas in artillery grenades did not require specialized troops, because those grenades were fired in the same way as explosive grenades and by the same garrisons. When artillery fire is designed for ranges of two or more kilometers, wind direction and speed are of lesser importance. The chemical compound disperses in an area distant from the attacking troops. The only aspect that needed to be considered was regarding the chemical compound, that is, if it should be short or long lasting. If it was a persistent agent, the area where it was dispersed should be avoided by the attacking force. If, on the other hand, the effects were not persistent, the attacked area could be occupied by assault troops and the goal would be to degrade the combat potential of the defenders. Another factor that made artillery useful was its ability to achieve a high gas concentration, quickly and on distant targets, using larger caliber fire-mouths to fire gas grenades.

The second half of the war witnessed the use of mustard gas. It was a chemical compound with persistent, lethal effects. The designation of gas comes from the habit created since the beginning of the war. The first agents were gases and the name chemical gas warfare started coming into use, but mustard is a liquid.

The chemical composition of Mustard gas is dichloroethyl sulfide $(ClCH_2CH_2)_2S$. The name originated with the English, because the substance used primarily by the Germans suggested mustard or garlic. There have been other designations for the compound, like "Yellow Cross", the markings on the German grenades, or "Yperite", the French designation referring to the first use of the compound in Ypres, and vesicant gas, due to its effect on the skin. Mustard gas was used for the first time as an offensive agent by the Germans in July 12-13, 1917. The tactical value of the agent was immediately recognized by the Germans, and they used it in large quantities. For ten days during the Autumn of 1917, it is estimated that more than 1.000.000 were launched, containing some 2.500 tonnes of mustard gas.[49]

Conclusion

The use of chemical warfare agents was a new weapon explored in depth during the First Great War. The manner in which the various contenders regarded this weapon was reflected in different ways on the systematization associated with the planning and employment of

[48] Brigadier General Amos Fries, Op. cit., p. 17.

[49] Brigadier General Amos Fries, "Chemical Warfare (1921)", pp. 150-151.

asphyxiating chemical agents. There are two perspectives on the question: **what was the classification of chemical warfare agents and what were its implications for the Portuguese Expeditionary Corps (PEC)**. The Allied classified chemical agents from a clinical perspective, and so directed their aim to the study of the symptomatology associated with the victims of these agents. Germany classified these agents from a tactical perspective, and so focused their plans on potentiating this weapon on the battlefield. The use of chemical agents was a decisive element in the large scale offensives of the Spring of 1918. Germany did not achieve decisive results, but the main attack on the PEC sector with use of chemical agents in support of offensive maneuvers ended up destroying the Portuguese forces.

The briefs and reports produced by the PEC regarding chemical attacks were simply alerts on protection measures and successive statements on troop disorganization at the front-line. Even planning was carried out according to English instructions.

The doctrinal development practiced by the Germans presented a battlefield logic that did not escape the observation of the Allied armies. The tactics used by the Germans and their discriminating use of chemical compounds, duly integrated in artillery support fire, were quickly analyzed by specialists in the post-conflict reports. The classification of chemical agents could not be limited to its physiological effects. A classification taking into account their tactical use was crucial, and one would be added to the field manuals of the forces participating in the First World War, Portugal included. And as chemical warfare was a reality that could never be ignored, everything that would later become a part of army instruction, training, and operations were lessons learned from the prior conflicts. The rule was set: chemical agent; munition; launch system; and weather conditions. The latter will not easily be altered. As for the first three, the future will tell.

Bibliography

AFONSO, Aniceto e GOMES, Carlos de Matos, *PORTUGAL E A GRANDE GUERRA 1914.1918,* QUIDNOVI, Matosinhos, 2010.

ARQUIVO HISTÓRICO-MILITAR, Caixas nº1389/5, nº1349/1 e nº649 (Plano de Defesa de FAUQUISSART), relativas ao CEP.

COLEMAN, Kim, *A HISTORY OF CHEMICAL WARFARE,* Palgrave Macmillan, New York, 2005.

CORNWELL, John, *HITLER'S SCIENTISTS: SCIENCE, WAR, AND THE DEVIL'S PACT*, Penguin Books, New York, 2003.

DIXON, John, *MAGNIFICENT BUT NOT WAR: THE SECOND BATTLE OF YPRES 1915*, Pen & Sword, Barnsley, 2003.

FERGUSON, Niall, *THE PITY OF WAR*, Basic Books, New York, 1999.

FIGUEIREDO, António D'Almeida, *GASES DE COMBATE*, Tipografia Lousanense, Coimbra, 1938.

FRIES, Amos A. e WEST, Clarence J., *CHEMICAL WARFARE (1921)*, McGraw-Hill Book Company, Inc., New York, 1921.

GILBERT, Adrian, *ENCICLOPÉDIA DAS GUERRAS-Conflitos Mundiais Através dos Tempos*, M. Books, S. Paulo, 2005.

GOERLITZ, Walter, *HISTORY OF THE GERMAN GENERAL STAFF 1657-1945*, Frederick A. Praeger Publishers, New York, 16th edition, 1965.

GUDMUNDSSON, Bruce I., *ON ARTILLERY*, Praeger Publishers, Westport, 1993.

STORMTROOP TACTICS: INNOVATION IN THE GERMAN ARMY, 1914-1918, Praeger Publishers, Westport, 1995.

HARRIS, Robert e PAXMAN, Jeremy, *A HIGHER FORM OF KILLING: THE SECRET STORY OF CHEMICAL AND BIOLOGICAL WARFARE*, Hill and Wang, New York, 1982.

HELLER, Charles E., *CHEMICAL WARFARE IN WORLD WAR I: THE AMERICAN EXPERIENCE, 1917-1918*, Leavenworth Papers no. 10, Combat Studies Institute, Fort Leavenworth, Kansas, 1984.

HENRIQUES, Mendo Castro e LEITÃO, António Rosas, *LA LYS 1918: OS SOLDADOS DESCONHECIDOS*, Colecção Batalhas de Portugal, Prefácio, Lisboa, 2001.

JONES, Simon, *WORLD WAR I GAS WARFARE TACTICS AND EQUIPMENT*, Osprey Publishing, Oxford, UK, 2007.

KEEGAN, John, *THE FIRST WORLD WAR*, Vintage Books, New York, 1998.

LEFEBURE, Victor e WILSON, Field-Marshal Sir Henry, *THE RIDDLE OF THE RHINE: CHEMICAL STRATEGY IN PEACE AND WAR*, The Chemical Foundation, Inc., New York, 1923.

LUPFER, Timothy T., *THE DYNAMICS OF DOCTRINE: THE CHANGES IN GERMAN TACTICAL DOCTRINE DURING THE FIRST WORLD WAR*, Leavenworth Papers no. 4, Combat Studies Institute, Fort Leavenworth, Kansas, 1981.

MACEDO, Tenente de Engenharia Santos, *GUERRA QUÍMICA: SUA TÉCNICA E TÁCTICA*, Casa Portuguesa, Lisboa, 1939.

MARTINS, General Ferreira, *PORTUGAL NA GRANDE GUERRA*, 1º Volume, Editorial Ática, Lisboa, 1934.

PORTUGAL NA GRANDE GUERRA, 2º Volume, Editorial Ática, Lisboa, 1935.

HISTÓRIA DO EXÉRCITO PORTUGUÊS, Editorial Inquérito Limitada, Lisboa, 1945.

McKENZIE, JR., Kenneth F., *AN ECSTASY OF FUMBLING: DOCTRINE AND INNOVATION*, Joint Force Quarterly Magazine, Issue 10, February 1996, National Defense University Press.

MIKSCHE, F. O., *A GUERRA RELÂMPAGO*, Parceria A. M. Pereira, Lisboa, 1943.

PAIS, Tenente de Engenharia F. Da Silva, *AS FÔRÇAS DA SEGURANÇA NA DEFESA PASSIVA DAS GRANDES CIDADES*, Tipografia Colonial, Lisboa, 1938.

PALAZZO, Albert, *SEEKING VICTORY ON THE WESTERN FRONT: THE BRITISH ARMY & CHEMICAL WARFARE IN WORLD WAR I*, University of Nebraska Press, Lincoln, 2000.

PRIOR, Robin e WILSON, Trevor, *THE FIRST WORLD WAR*,Cassell & Co., London, 2000.

RAICER, Ted S., *CROWNS IN THE GUTTER: A STRATEGIC ANALYSIS OF WORLD WAR I*, Strategy & Tactics Press, Bakersfield, California, 2009.

REMARQUE, Erich Maria, *A OESTE NADA DE NOVO*, Publicações Europa-América, Lda., s.l., 1971.

SAMPAYO, Tenente de Infantaria Manuel de Mello Vaz de, *A GUERRA QUÍMICA*, Papelaria Fernandes, Lisboa, 1930.

SARMENTO, Dr. David P. De M., *AS INTOXICAÇÕES PELOS GASES DE GUERRA (1915-1918)*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1919.

SARTORI, Dr. Mario, *THE WAR GASES: CHEMISTRY AND ANALYSIS*, D. Van Nostrand Co., Inc., New York, 1939.

SMIL, Vaclav, *ENRICHING THE EARTH: FRITZ HABER, CARL BOSCH AND THE TRANSFORMATION OF WORLD FOOD PRODUCTION*, MIT Press, Cambridge, Massachusetts, 2001.

STRACHAN, Hew, *THE FIRST WORLD WAR*, Simon & Shuster, London, 2006.

TAYLOR, A. J. P., *THE STRUGGLE FOR MASTERY IN EUROPE 1848-1918,* Oxford University Press, Inc., New York, 1954.

TEIXEIRA, Nuno Severiano e al., *NOVA HISTÓRIA MILITAR DE PORTUGAL*_volume 4, Círculo de Leitores, Mem Martins, 2004.

TUCHMAN, Barbara W., *OS CANHÕES DE AGOSTO*, Editorial Ibis, Lda., Amadora, 1964.

TUCKER, Jonathan B., *WAR OF NERVES: CHEMICAL WARFARE FROM WORLD WAR I TO AL-QAEDA*, Anchor Books, New York, 2006.

ZABECKI, David T., *STEEL WIND: COLONEL GEORG BRUCHMÜLLER AND THE BIRTH OF MODERN ARTILLERY*, Praeger Publishers, Westport, 1994.

THE GERMAN 1918 OFFENSIVES: A CASE STUDY IN THE OPERATIONAL LEVEL OF WAR, Routledge, New York, 2006.

Internet

SYED, Tanya, *ANCIENT PERSANS GASSED ROMANS,* [Online]. Available at: http://news.bbc.co.uk/2/hi/science/nature/7837826.stm [Consul. 11 out. 2014].

BLADES, Geoffrey David, *THE BATTLES OF THE LYS: THE BRITISH ARMY ON THE DEFENSIVE IN APRIL 1918,* [Online]. Available at: http://nickpowley.com/wordpress/wp-content/uploads/2012/12/THESIS.pdf [Consul. 11 out. 2014].

Artigo recebido em setembro de 2014 e aceite para publicação em novembro de 2014

A *ALEMANHA ENSANGUENTADA* DE AQUILINO RIBEIRO: O TESTEMUNHO DE UM AUTOR PORTUGUÊS SOBRE O DESEJO DE VINGANÇA ALEMÃO NASCIDO DE VERSAILLES

THE ALEMANHA ENSANGUENTADA OF AQUILINO RIBEIRO: THE TESTIMONY OF A PORTUGUESE AUTHOR ABOUT THE GERMAN DESIRE OF REVENGE BORN OF VERSAILLES

Marisa Alexandra Santos Fernandes
Doutoranda em Estudos Estratégicos
Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas
Universidade de Lisboa
Investigadora do Centro de Estudos Estratégicos do Atlântico
Investigadora Associada do CISDI
Lisboa, Portugal
marisaasfernandes@gmail.com

Titulo Abreviado: A *Alemanha Ensanguentada* de Aquilino Ribeiro

Resumo

Este artigo pretende demonstrar através da obra Alemanha Ensanguentada de Aquilino Ribeiro (1885-1963) o modo como o Tratado de Versailles foi recebido pelos alemães logo após a Primeira Guerra Mundial. E coloca em evidência a possibilidade das imposições deste Tratado terem fomentado o desejo de vingança dos alemães e alimentado a vontade de desforra numa outra Guerra Mundial.

Por outro lado, a oposição a Versailles parece ter sido também uma das razões para o surgimento da Geopolítica na Alemanha no período imediato à Grande Guerra, como aqui se procura salientar.

Finalmente, destaca-se o papel do desenvolvimento da cultura e das relações de sentimento notado por Albert Einstein (1879-1955) e Sigmund Freud (1856-1939), em particular através do conhecimento de línguas estrangeiras, como forma de fomentar a Paz.

Palavras-chave: Alemanha Ensanguentada, Aquilino Ribeiro, Tratado de Versailles, Primeira Guerra Mundial, Guerra, Geopolítica.

Como citar este artigo: Fernandes, M., 2014. A Alemanha Ensanguentada de Aquilino Ribeiro: O Testemunho de um Autor Português Sobre o Desejo de Vingança Alemão Nascido de Versailles. Revista de Ciências Militares, novembro de 2014 II (2), pp. 221-242.
Disponível em: http://www.iesm.pt/cisdi/index.php/publicacoes/revista-de-ciencias-militares/edicoes.

Abstract

This article tries to demonstrate through the work *Alemanha Ensanguentada* of Aquilino Ribeiro (1885-1963) how the Versailles Treaty was received by the Germans after the First World War. And it highlights the possibility of this Treaty's impositions have promoted the German desire for revenge that would culminate with the beginning of another World War.

On the other hand, the opposition to Versailles seems to have been one reason (among others) for the emergence of Geopolitics in Germany immediately after the Great War period, as we try to point out here.

Finally, we emphasize the role of the development of culture and of relations based in feelings as noted by Albert Einstein (1879-1955) and Sigmund Freud (1856-1939), in particular through the knowledge of foreign languages as a way to foster peace.

Keywords: Alemanha Ensanguentada, Aquilino Ribeiro, Treaty of Versailles, First World War, War, Geopolitics.

Introdução

O presente artigo pretende demonstrar, através da prosa de Aquilino Ribeiro (1885-1963) em a *Alemanha Ensanguentada* (1935), que o modo como o Tratado de Versailles (1919) foi concebido, aproximou-o e tornou-o mais um Tratado originador ou fomentador da Grande Guerra de 1939-1945 do que propriamente um Tratado para e pela Paz.

É, neste contexto, e tendo como ponto de partida a obra *Alemanha Ensanguentada* que se procurará salientar a situação em que os alemães viviam e como se sentiam no período pós Primeira Guerra Mundial (1914-1918) e, sobretudo, imediatamente a seguir às imposições do Tratado de 1919, bem como o nascimento da Geopolítica na Alemanha enquanto uma reação igualmente alemã ao referido Tratado.

Procura-se também compreender em que medida é que, dada a existência de um tempo tribio (Moreira, 2005) na realidade social (em que o Presente é fruto da conjuntura e consequência do Passado acontecido e uma preparação do futuro cujo acontecer se aproxima), o Tratado de Versailles se constituiu como uma vingança francesa à derrota sofrida na Guerra Franco-Prussiana (1870/1871) e, em particular, à perda dos territórios da Alsácia e Lorena, estimulando o também posterior desejo de *revanche* alemão que alimentaria a subida de Adolf Hitler ao poder em 1933 e, consequentemente, culminaria com o início da Segunda Guerra Mundial em 1939.

Estando assente em fontes primárias (Ribeiro, Jünger, Haffner, Haushofer, Hitler, Einstein e Freud) e secundárias no que respeita às abordagens de alguns autores (Barrento e Braga; Allen, Aly, Fischer, Graebner, Henig, Lichtenberger, Milza, Opitz, Patrício, Schulze e Weitz; Almeida, Defarges, Fernandes, Losano, Silva, Vives e Tuathail) relativamente à obra de Aquilino Ribeiro, ao fim da Primeira Guerra Mundial, ao contexto em que foi elaborado o Tratado de Versailles, à República de Weimar e à chegada ao poder de Adolf Hitler e, por fim,

quanto ao surgimento da Geopolítica na Alemanha no período entre Guerras respectivamente. O presente artigo encontra-se dividido em quatro partes principais.

A primeira parte, intitulada "O Autor Português Aquilino Ribeiro (1885-1963) e a Obra *Alemanha Ensanguentada*", começa por aquela que foi a vida de Aquilino Ribeiro, abordando seguidamente o modo como o autor português tomou contacto com a Alemanha. Esta parte termina ainda com uma contextualização da obra *Alemanha Ensanguentada*.

Relativamente à segunda parte, "O Tratado de Versailles: Um *Diktat*", esta demonstra em que consistiu, no essencial, o Tratado de Versailles para a Alemanha. Um Tratado em cuja elaboração a Alemanha não participou e que acentuou a situação de "crise" em que o país havia mergulhado com a Primeira Guerra Mundial. Foi, pois, a garantia francesa do isolamento e enfraquecimento alemão.

A terceira parte "A Reação Alemã ao Tratado de Versailles" caracteriza primeiramente o modo como Aquilino Ribeiro encara, *in loco*, o impacto deste Tratado na vida dos alemães e, em seguida, contextualiza o surgimento da Geopolítica na Alemanha como a perseguição do desejo de subverter o Tratado de Versailles. Aqui aborda-se a evolução da Escola de Geopolítica Alemã, desde 1919 a 1945, assumindo-se o ano de 1933 como um ponto de viragem; destaca-se a figura de Karl Haushofer, enquanto mentor da Escola Alemã de Geopolítica, e quais as inspirações e influências no seu pensamento geopolítico; e apresentam-se as relações entre a Geopolítica de Haushofer, o Nacional-Socialismo de Hitler e a Guerra.

Por fim, a quarta parte intitulada "Para e Pela Paz: O Contributo de Albert Einstein (1879-1955) e de Sigmund Freud (1856-1939)" salienta a importância do desenvolvimento da cultura e das relações de sentimento, que nos leva ao papel do conhecimento de línguas estrangeiras.

1. O Autor Português Aquilino Ribeiro (1885-1963) e a Obra Alemanha Ensanguentada

1.1. Aquilino Ribeiro (1885-1963): De jovem mente atribulada a reconhecido escritor

Nasceu em Sernancelhe, na Beira Alta, a 13 de Setembro de 1885 e é considerado como "o maior prosador português do século XX"[1], tendo publicado em vida sessenta e nove livros dos mais diversos géneros literários, como sejam o romance, a novela, o conto, a memória e/ou o diário, o estudo etnográfico e histórico, a biografia, e ainda o livro infantil. Fez também traduções, sem que o seu nome surgisse nas mesmas, lembrando-o no seu livro de memórias, *Um Escritor Confessa-se*, "Os livros que eu traduzira via-os pimpantes nos escaparates, mas calavam-se muito calados sobre quem fora o *nègre* que os passara a português" (Ribeiro, 2008, p. 165). Tornou-se num reconhecido autor da literatura portuguesa do século XX, ainda que no início e contra a vontade materna tivesse preferido as letras a uma carreira eclesiástica e como referiu "não obstante os esforços que fazia, comecei a levar uma existência atribulada. (…) continuava a escrever, equilibrando-me miraculosamente nos arames, quanto a finanças."

[1] Instituto Português do Livro e das Bibliotecas. S.d. *Biografia Aquilino Ribeiro*. [Em linha] Lisboa: IPLB. Disponível em: http://www.iplb.pt/sites/DGLB/Portugues/autores/Paginas/PesquisaAutores1.aspx?AutorId=9659 [Consult.18 Mar.2013].

No entanto, nem por isso desistiu. Continuou insistindo e persistindo. Alcançou. Daí que o seu ex-libris seja "Alcança quem não cansa"[2].

Original, Aquilino Ribeiro não seguiu nenhum dos movimentos literários de que foi contemporâneo (como o Modernismo, o Presencismo ou o Neorrealismo), mas tal não impediu que em 1933 recebesse o Prémio Ricardo Malheiros, da Academia das Ciências de Lisboa, por *As Três Mulheres de Sansão*, e em 1935 fosse eleito sócio correspondente desta mesma instituição, passando a sócio efectivo em 1957. Reconhecido dentro e fora de Portugal, a sua candidatura a Prémio Nobel da Literatura foi apoiada por várias personalidades como Francisco Vieira de Almeida, José Cardoso Pires, David Mourão-Ferreira, Urbano Tavares Rodrigues, José Gomes Ferreira, Joel Serrão, Mário Soares, Vitorino Nemésio, Abel Manta, Alves Redol e Vergílio Ferreira em 1960; foi homenageado no Brasil em 1952; e aquando do processo-crime instaurado por ocasião da publicação de *Quando os Lobos Uivam* em 1958, uma obra considerada como injuriosa contra o Estado Novo, conseguiu que o mesmo terminasse arquivado após ter sido amnistiado graças ao apoio que recebeu uma vez mais dentro (através de um abaixo-assinado de cerca de trezentos intelectuais portugueses e da defesa conduzida pelo advogado Heliodoro Caldeira) e fora do país e, neste último caso, proveniente de França, de uma petição assinada por nomes como François Mauriac, Louis Aragon e André Maurois, depois publicada na imprensa francesa.

Após ter entrado no Seminário de Beja por vontade da mãe, onde "A disciplina era branda e não se esfolavam os joelhos a rezar." (…) Certo, certo, sobretudo era emborcar-se a ciência tomística e canónica sem grande queimação de pestanas" até porque "era ali o refúgio dos rebeldes, dos cábulas e daqueles que encaravam o sacerdócio como uma profissão igual à de mestre-escola ou de veterinário" (Ribeiro, 2008, p. 43) e donde viria a ser expulso, Aquilino Ribeiro veio para Lisboa em 1906 e começou por escrever artigos de opinião para jornais como *A Vanguarda*, um jornal Republicano, dedicando-se igualmente à tradução de obras e a convite do futuro regicida Alfredo Costa (1885-1908) à redação do folhetim *A Filha do Jardineiro*, um misto de ficção com propagada a favor do Republicanismo e crítica ao regime Monárquico, em particular à figura do Rei D. Carlos (1863-1908), penúltimo Rei de Portugal.

Na sequência do Regicídio de 1908, no qual não participou embora mantivesse relações com dois regicidas Alfredo Costa e Manuel Buíça (1876-1908) que conhecera no Café Gelo, no Rossio, e estivesse a par dos preparativos que visavam derrubar João Franco (1855-1929) e não o Rei (Ribeiro, 2008, pp. 265-273) como se depreende a partir da leitura de *Um Escritor Confessa-se*, Aquilino Ribeiro decidiu emigrar com destino a Paris, já que não havia sido abrangido pelo decreto de amnistia (Ribeiro, 2008, p. 305). Recorde-se que o escritor fugira da prisão, para onde tinha sido levado no seguimento de uma explosão de bombas decorrida na Rua do Carrião, onde morava. Sobreviveria a esta explosão, mas morreriam o médico Gonçalves Lopes e o comerciante Belmonte de Lemos que mantinham ligação com Luz de Almeida, "um dos cabecilhas" (Ribeiro, 2008, p. 187) da Carbonária e também o responsável

[2] Instituto Camões. S.d. *Figuras da Cultura Portuguesa: Aquilino Ribeiro*. [Em linha] Lisboa: Instituto Camões. Disponível em: http://cvc.instituto-camoes.pt/conhecer/bases-tematicas/figuras-da-cultura-portuguesa/1398-aquilino-ribeiro.html [Consult. 18 Mar. 2013].

pelo pedido a Aquilino Ribeiro para que este guardasse no seu quarto "a metralha" "por algum tempo" (Ribeiro, 2008, p. 188).

Foi, então, em Paris que se deu o seu primeiro contacto com a Alemanha, como veremos. Iniciada a Primeira Guerra Mundial, regressou a Portugal, onde continuou a ocupar-se da escrita de ficção, mas também da escrita de crónicas para a imprensa periódica. Foi professor no Liceu Camões (hoje Escola Secundária de Camões) durante três anos e, posteriormente, em 1919 assumiu o cargo de segundo bibliotecário na Biblioteca Nacional a convite de Raul Proença. Em 1921 integrou a direção da "Seara Nova", e em 1956 fundou a Sociedade Portuguesa de Escritores, tornando-se no seu primeiro Presidente.

Politicamente, e enquanto Republicano, para além da polémica em torno da sua eventual ligação ao Regicídio acentuada com a transladação dos seus restos mortais para o Panteão Nacional em 2007[3], participou em 1927 na fracassada revolta contra a Ditadura Militar saída do Golpe de Estado de 28 de Maio de 1926 e, consequentemente, exilou-se em Paris. Participou depois no movimento do regimento do Pinhel em 1928, sendo preso na prisão do Fontelo, em Viseu. Conseguiu fugir uma vez mais para o exílio em Paris, regressando em 1932, já casado em segundas núpcias com Jerónima Dantas Machado (1897-1987), filha do Presidente deposto Bernardino Machado (1851-1944), e com o seu segundo filho (e único deste matrimónio) Aquilino Ribeiro Machado (1930-2012). Nesse mesmo ano foi amnistiado e fixou-se na Cruz Quebrada, dedicando-se a partir daí totalmente à escrita.

Adoeceu inesperadamente em 1963, tendo falecido, a 27 de Maio, no Hospital da CUF. A Sociedade Portuguesa de Escritores preparava, na altura, uma homenagem ao autor com o intuito de festejar o cinquentenário da publicação do seu primeiro livro, *Jardim das Tormentas*. Este ano (2013) comemoram-se os cinquenta anos da morte de Aquilino Ribeiro, "um escritor cotovia"[4] tal como o designou o filho Aquilino Ribeiro Machado.

1.2. O Contacto de Aquilino Ribeiro com a Alemanha

Foi em Paris, na Sorbonne, onde se encontrava a frequentar o curso de Filosofia e Sociologia – o autor fugira de Portugal, pois "tomara parte na luta contra o ditador João Franco" (Ribeiro, 2008, p. 327) -, que Aquilino Ribeiro conheceu e se apaixonou por Grete Tiedemann (c.1890-1927), uma jovem alemã oriunda do Norte da Alemanha, do Estado de Mecklenburg-Vorpommern, filha de um advogado e banqueiro e a que se referiu do seguinte modo: "chapéu largo de palha, saia azul de pregas contra a blusa de seda, imaculadamente branca. (…) Lancei-me no seu encalço. Eram duas alemãzitas (…), marchando com a segurança e o à-vontade peculiares da sua raça. Vinham a Paris fazer um curso de

[3] Público. 2007. Aquilino Ribeiro vai partilhar a sala do Panteão Nacional com Humberto Delgado. [Em linha] Lisboa: Público. Disponível em http://www.publico.pt/politica/noticia/aquilino-ribeiro-vai-partilhar-a-sala-do-panteao-nacional-com-humberto-delgado-1305225 [Consult. 18 Mar. 2013] e Público. 2007. Restos mortais de Aquilino Ribeiro vão para o Panteão Nacional. [Em linha] Lisboa: Público. Disponível em: http://www.publico.pt/cultura/noticia/restos-mortais-de-aquilino-ribeiro-vao-para-o-panteao-nacional-1288718 [Consult. 18 Mar. 2013].

[4] Expresso. 2007. *Aquilino Ribeiro: Figura marcante da história mas sobretudo da literatura portuguesa* – Filho. [Em linha] Lisboa: Expresso. Disponível em: http://expresso.sapo.pt/aquilino-ribeiro-figura-marcante-da-historia-mas-sobretudo-da-literatura-portuguesa-filho=f118578 [Consult. 18 Mar. 2013].

aperfeiçoamento. No dia seguinte passeava com uma delas no jardim de Luxemburgo; (…)" (Ribeiro, 2008, p. 326).

Aquilino Ribeiro foi conhecer a família da jovem à Alemanha, em 1912, tendo-se casado com Grete no ano seguinte em Schwerine regressado a Paris. Em 1914, nasceu o único filho do casal, Aníbal Aquilino Fritz Tiedemann Ribeiro (1914-1999), mas alguns meses depois e iniciada a Primeira Guerra Mundial, a família veio para Portugal.

1.3. A Obra *Alemanha Ensanguentada* (1935)

A *Alemanha Ensanguentada* foi publicada pela primeira vez em 1935, embora se trate de um diário de viagem escrito durante o regresso de Aquilino Ribeiro à Alemanha alguns anos antes, em 1920, entre os meses de Setembro e Novembro, após o termo da Primeira Guerra Mundial. Neste contexto, e de acordo com João Barrento, Aquilino Ribeiro enquanto escritor assume a figura de mediador, a partir da qual se verifica o surgimento das "obras como pontes entre realidades que, historicamente, nem sempre estiveram tão próximas como hoje: estas metáforas apontam para uma via dupla de aproximação ao outro, a de uma *vontade de conhecimento* e a da *transfiguração* desse outro. Toda a imagem do outro é uma ficção do outro, e o postulado aplica-se, naturalmente, também ao caso vertente de Portugal e da Alemanha"[5].

A obra em causa assume-se, assim, como um relato português da realidade alemã e, por consequência, um meio de aproximação entre dois países com características distintas senão mesmo opostas a começar desde logo pela posição geopolítica ocupada por cada um deles, o que de acordo com o Determinismo Geográfico de que foram seguidores os alemães Immanuel Kant (1724-1804), Friedrich Hegel (1770-1831) ou Friedrich Ratzel (1804-1904), só para referir alguns exemplos, influi diretamente e sobretudo no carácter dos povos, na sua história e na forma como se origina e expressa o seu poder.[6] Embora, seja de referir que na atualidade são vários os casos que demonstram a superação da ideia do Determinismo Geográfico, destacando-se o desenvolvimento tecnológico como um dos mais notórios na redução da importância dos fatores estáveis do espaço geopolítico.

Deste modo, a *Alemanha Ensanguentada* surge seguindo a lógica também evidenciada por Barrento: "Os escritores, por mais ciosos que sejam da sua autonomia, não são ilhas, e a literatura europeia toma consciência disso no momento em que Goethe, no princípio do século XIX, anuncia o advento de uma época da «literatura mundial», um primeiro projeto de «globalização» literária, ainda à escala europeia"[7].

Habitualmente pouco conhecida, a presente obra constitui-se por duas partes: uma primeira parte, mais extensa, intitulada " Da Guerra para a Paz", e uma segunda parte, menos extensa, intitulada "Nos Campos de Batalha". Neste estudo atentaremos, sobretudo, em "Da

[5] Barrento, J., 2005. Os escritores como mediadores. *Suplemento do JL*, [Em linha], 917. Disponível em: http://www.instituto-camoes.pt/encarte/encarte93a.htm, [Consult. a 16 Mar. 2013].

[6] Basta que recordemos que um é um país marítimo e o outro continental; um é um país localizado no Sul da Europa e outro no Centro da Europa.

[7] Barrento, J., 2005. Os escritores como mediadores. *Suplemento do JL*, [Em linha], 917. Disponível em: http://www.instituto-camoes.pt/encarte/encarte93a.htm, [Consult. a 16 Mar. 2013].

Guerra para a Paz", a parte principal da obra, e também aquela onde se apreende a reação alemã ao Tratado de Versailles.

2. O Tratado de Versailles: Um *Diktat*

A Primeira Guerra Mundial terminou com a assinatura de um armistício a 11 de Novembro de 1918, a que se seguiria a assinatura do Tratado de Versailles a 28 de Junho de 1919, em cujas negociações prévias a Alemanha não tinha sido autorizada a participar (Milza, 2007, pp. 9 e 10), o que em boa medida justifica o fato deste Tratado também ser conhecido como *Diktat*. Este foi um documento que os "vencedores" negociaram entre si, ou seja, os EUA, a Grã-Bretanha, a França e a Itália, mas foram sobretudo os três primeiros que decidiram criar uma nova ordem para o século XX, a começar pelo redesenhar de fronteiras.

A Alemanha perdeu território tanto a Oeste como a Este que considerava intrínseco ao seu espaço geopolítico: a Alsácia e Lorena que seriam devolvidas a França (e que tinha adquirido com a vitória na Guerra Franco-Prussiana de 1870/1871, com a qual obteve a sua unificação política sob o triunfo da ideia de *Kleindeutschland*[8,9]), a maior parte da Posnânia e da Prússia ocidental ficariam para a Polónia (que, através de Danzig, teria acesso direito ao mar) e a região do Memel juntamente com o grande porto do Báltico ficariam sob controlo da Sociedade das Nações (SDN), sendo que as regiões da Alta Silésia e do Sarre, entre outras, ficariam sujeitas a um referendo popular acerca do seu destino. No essencial, o novo regime de fronteiras violava a geografia política "natural" da Europa Central, tendo-se verificado igualmente a exclusão de milhões de alemães da sua pátria (Murphy, 1997, p. 46).

Por outro lado, o Tratado reduziria drasticamente as suas Forças Armadas (mediante o estabelecimento de um número máximo de efetivos soldados - 100 000 homens, dos quais 4000 eram oficiais – e de marinheiros - 15 000 homens e 1500 oficiais; suprimia-se o serviço militar obrigatório e o Estado-Maior General seria extinto, bem como todas as escolas militares e associações paramilitares[10]), impedindo-a de organizar a sua Força Aérea, sendo-lhe igualmente exigido que entregasse grandes quantidades do seu material militar aos aliados. A Alemanha não poderia possuir tanques, nem artilharia pesada, nem aviação militar e deveria entregar a sua frota de guerra (Milza, 2007, pp. 19 e 20).

Adicionalmente, perderia todas as suas colónias, confiadas pela SDN aos vencedores através de mandatos, estando também impedida de fazer parte desta e de concluir acordos com a Áustria. Ademais, convém referir que o artigo 231.º consignava a Alemanha (e os seus

[8] Pequena Alemanha.

[9] Tratou-se da unificação dos territórios alemães num Império, excluindo a Áustria, sob a regência de um imperador hereditário prussiano, Guilherme I (Schulze, 2005, pp. 103 e 129).A opção Kleindeutschland assentava para Otto von Bismarck (1815-1898) na concretização do seu primordial objetivo, aquando da sua nomeação como Chanceler, a unidade da Alemanha (Fischer, 2007, p. 49). Esta unidade seria impossível de obter mediante a inclusão da Áustria-Hungria multinacional – de acordo com o que era defendido pela ideia pangermanista de Großdeutschland [grande Alemanha] – que, por um lado, era constituída apenas por um quarto de germânicos e, pelo outro, não se encontrava na disposição de aceitar que a Prússia, detentora de supremacia no Norte da Alemanha, se lhe igualasse ou até a superasse (Fischer, 2007, pp. 51 e 52).

[10] Limitavam-se os efetivos dos corpos que tenham uma organização ou uma função de manutenção da ordem semelhante à do exército.

aliados) como a única responsável pela Guerra, o que estabelecia a base legal para a questão das reparações de Guerra cujo valor não se encontrava definido no Tratado (Weitz, 2007, pp. 35 e 36). Porém, em 1921, esse valor acabou por ser fixado, ascendendo a 132 biliões de marcos-ouro, a pagar num período de trinta anos (Milza, 2007, p. 21)[11].

Na mesma linha, é de mencionar que a Alemanha ficava obrigada a dar preferência às importações e às exportações dos aliados. Perdia também todas as suas patentes e os seus principais rios (Reno, Elba, Oder) seriam internacionalizados. As minas do Sarre e da Alta Silésia seriam cedidas à França e à Polónia, sendo igualmente entregues importantes quantidades de carvão e de coque à França, à Itália e à Bélgica. Declarou-se a penhora das empresas alemãs da Lorena desanexada, que ficavam interditas de possuir minas e fábricas siderúrgicas em Mosela, sendo o Luxemburgo impelido a sair do sistema alfandegário e económico alemão (Milza, 2007, pp. 20 e 22).

Efetivamente, ameaçada de invasão pelos três Estados "vencedores" caso não assinasse e ratificasse o Tratado de Versailles, a Alemanha foi obrigada a assiná-lo (Weitz, 2007, p. 37). Um Tratado constituído por quinze partes e quatrocentos e quarenta artigos[12] que, na perspetiva de John Maynard Keynes (1883-1946), autor do livro *The Economic Consequences of the Peace* (1919), era uma "Paz Cartaginesa" (Weitz, 2007, p. 38).

Também na visão de Ribeiro, "ao sair da guerra, rota, faminta, ulcerada, desiludida de Deus e de César, heróica sempre. Começara a operar o *Diktat* de Versalhes ou a cilindração dum povo, à valentona e com meticulosidade chinesa, como se faz à brita das estradas" (Ribeiro, 1975, p. 7).

Com efeito, o Tratado de Versailles, conforme salientado por Silva, acentuou a já existente "sensação generalizada de crise"[13] política e económica, moral e intelectual, cultural e científica, resultante de uma rápida industrialização, do aumento populacional e da crescente urbanização verificadas na ausência de estruturação económica, política e social, num período de disputas espaciais quer no seio da própria Europa, quer pelas colónias ultramarinas, em busca de mercado consumidor e de matérias-primas.

---

[11] A Alemanha parou este pagamento durante a Segunda Guerra Mundial. A República Federal da Alemanha retomou-o depois, após o fim da Guerra, e liquidou-o em 1983. No entanto, o Acordo de Londres de 1953 estipulava o pagamento de juros sobre os empréstimos contraídos pela República de Weimar para pagamento das reparações de guerra, caso a Alemanha se reunificasse. Assim, e após a verificada reunificação da Alemanha, este pagamento de juros começou em 1996 e só terminou em 2010, a 3 de Outubro, data em que a Alemanha considera que acabou "oficialmente" a Primeira Guerra Mundial. Bild. 2010. *NACH 92 JAHREN. Am Sonntag endet für Deutschland der 1. Weltkrieg*. [Em linha]. Berlin: Bild. Disponível em: http://www.bild.de/politik/2010/am-sonntag-endet-fuer-deutschland-der-1-weltkrieg-14107970.bild.html [Consult. 21 Set.2014].

[12] Yale Law School. 2008. *The Versailles Treaty June 28,* 1919. [Em linha] New Haven: YLS.
Disponível em: http://avalon.law.yale.edu/imt/parti.asp [Consult. 16 Mar. 2013].

13 Silva, A., s.d.. A Geopolítica Alemã na República de Weimar: O Surgimento da Revista de Geopolítica, [Em linha]. Disponível em: http://cecemca.rc.unesp.br/ojs/index.php/estgeo/article/viewFile/265/221 , [Consult. a 15 Fev. 2009].

Fome[14], racionamento alimentar, desemprego e inflação[15] eram a realidade na Alemanha. Muitos dos alemães regressados da Guerra constituíam uma geração perdida; física e/ou psicologicamente não eram já os mesmos que tinham partido em 1914 na ânsia de uma próspera e poderosa Alemanha saída vitoriosa da Guerra. A mulher assumira um papel diferente, obrigada a sair de casa e a trabalhar para se sustentar a si e à família. Desdenhava-se a autoridade. As mentalidades alteraram-se, tendo a fúria da Guerra destruído muitas das convenções sociais e artísticas. Este foi um período destinado a experimentar amor[16], sexo[17], beleza e poder dada a consciência do sentido efémero da vida proporcionada e acentuada por uma Guerra Total (Weitz, 2007, pp. 9, 11, 13, 24, 27 e 38).

A República de Weimar foi um dos períodos de maior criatividade intelectual e artística, mas ao mesmo tempo de caos na ordem alemã. Politicamente não havia consenso: a direita defendia uma cultura de violência, glorificando a guerra e defendendo a permanência do sentido de solidariedade existente entre os homens no campo de batalha, e a esquerda onde se encontravam também veteranos de guerra via na Revolução Bolchevique um exemplo a seguir (Weitz, 2007, pp. 38 e 39). O próprio governo da República de Weimar, apoiado pela direita política, autorizava disparos contra todos aqueles que fossem apanhados com armas na mão ou fossem trabalhadores a lutar por uma Alemanha mais democrática e socialista (Weitz, 2007, p. 31).

Foi, neste e a este contexto[18], que Adolf Hitler (1889-1945) se adaptou e ascendeu ao poder em 1933, e como referido por Aly (2009, p. 29): "atraiu milhares de pessoas instruídas que tinham perdido a arrogância de classe nas trincheiras da guerra de posições e integrou nas suas fileiras trabalhadores com convicções socialistas, pequenos artesãos e empregados que desejavam um reconhecimento social e melhores oportunidades de vida e emprego para os seus filhos".

Na verdade, Hitler "prometia tudo a todos", nomeadamente "a reposição do grande jogo bélico de 1914-1918 e a repetição do saque anarquista e vitorioso de 1923", suas futuras políticas internacional e económica. "Ele apelava aos dois grandes acontecimentos que haviam marcado a geração mais jovem", o que facilmente lhe garantiu os "seus verdadeiros discípulos, o cerne do Partido Nazi" (Haffner, 2007, pp. 76, 78 e 82).

---

[14] Em conformidade com a experiência do alemão Sebastian Haffner (2005, p. 58): "Viam-se mendigos por todo o lado e eram muitas as notícias de suicídios nos jornais. Os cartazes de «Procura-se por Roubo» colados pela polícia nas colunas abundavam, pois os roubos e furtos ocorriam em larga escala. Uma vez vi uma mulher de idade – talvez devesse dizer uma velha senhora – sentada num banco do parque e estranhamente rígida. (…) «Morta», disse alguém. «Morta de fome», afirmou outro."

[15] "Meio quilo de batatas que, no dia anterior, custava cinquenta mil marcos, valia cem mil no dia seguinte. Um salário de sessenta e cinco mil marcos trazido para casa na sexta-feira, não chegava para comprar um maço de cigarros na quinta" (Haffner, 2005, p. 56).

[16] Ainda segundo Haffner (2005, p. 56): " O amor sem romantismo tornou-se a moda: despreocupado, alegre. Febril. Os assuntos do coração seguiam um curso extremamente veloz, sem rodeios. Os jovens que naqueles dias aprenderam a amar aprenderam a ignorar o romantismo e abraçaram o cinismo."

[17] Neste sentido, também vale a pena recuperar as palavras de outro alemão, Ernst Jünger (2005, pp. 41-44), de acordo com o qual: "Quanto mais a guerra durava, mais fortemente imprimia a sua marca na vida sexual", pelo que "Não tinham tempo para se demorarem a fazer a corte, com desenvolvimentos romanescos, na ambiência que continua a ser uma necessidade para a filha dos mais modestos burgueses. Exigiam do instante presente a sua flor e o seu fruto."

[18] Recorde-se igualmente o surgimento da Depressão Económica de 1928-1930 no acentuar da crise económica, social e política já existente na República de Weimar.

Relativamente à doutrina racista Nacional-Socialista de Hitler, defendida em *Mein Kampf*[19] (1925) contra o plutocrata judeu e o judeu bolchevique, entendidos como a razão dos problemas dos alemães, a mesma foi consentida graças à promessa de trabalho, poder de compra e proteção social garantidas antes e durante a Segunda Guerra Mundial (Aly, 2009, pp. 31, 32, 55, 79, e 92-95)[20]. Tudo o que os alemães perderam com a Guerra de 1914-1918.

2.1. A Garantia Francesa do Isolamento e Enfraquecimento do Poder da Alemanha

De facto, a França, consciente do potencial demográfico e industrial do *Reich*, pretendia que o Tratado de Versalhes impedisse a Alemanha de recuperar a sua hegemonia continental (Milza, 2007, p. 20). Um dos seus principais objetivos relacionava-se com a vontade de recuperar a Alsácia e Lorena anexada ao Reich, durante a Guerra Franco-Prussiana, em 1871 (Defarges, 2003, p. 101).

A Alsácia e Lorena eram territórios que lhe pertenciam desde 1648, por cedência da Casa dos Habsburgos. Ao ser desprovida dos territórios da Alsácia e da Lorena, províncias de inestimável valor industrial, a França perdera um dos elementos do seu orgulho nacional para a Alemanha. Aliás, "no imaginário coletivo, a Alsácia e Lorena transformou-se em autêntico mito, cuja memória era avivada por canções, poemas, romances e contos que cantavam a história das regiões anexadas pelo *Reich*" (Lichtenberger, 1923, pp. 8 e 11; Patrício, 2007, pp. 86 e 87).

Efetivamente, para a Alemanha, a Alsácia e a Lorena passaram a constituir-se, a partir do Tratado de Frankfurt (1871), como o símbolo da sua unidade, a base da sua existência enquanto Grande Poder na Europa (Lichtenberger, 1923, p. 7).

Nesse sentido, se a política de Bismarck, após a unificação da Alemanha, se caracterizou fundamentalmente por uma política de alianças destinada ao isolamento da França (Opitz, 1998, p. 261), a conduta da França ao planear o Tratado de Versalhes fundamentou-se no ansiado isolamento da Alemanha, pelo que o Estado francês foi mesmo responsável por grande parte do que se encontra disposto nas cláusulas militares e, após o fim da I Guerra Mundial, desenvolveu um projeto siderúrgico, cujo principal objetivo era retirar à Alemanha quase metade do seu potencial energético (Milza, 2007, p. 22).

Até porque a supremacia alemã baseava-se tanto na força militar – possuía o melhor Exército do mundo e também o mais dinâmico Estado-Maior –, como na riqueza em matérias-primas como o carvão, o ferro e o aço. A posse destas matérias-primas contribuiu, em muito, para a crescente industrialização que se começou a verificar nesta, a partir de 1860. Dispondo ainda do território da Lorena, a Alemanha passou a ter maiores recursos carboníferos,

[19] Minha Luta.

[20] De referir que para o alemão Haffner (2007, pp. 112-116) foi primeiramente o medo e depois "uma motivação vil e desprezível" que levou a que muitos alemães aderissem e seguissem o Nacional-Socialismo. "Foi a cobardia, a fraqueza e a traição dos adversários de Hitler, que deixaram de a ele se opor, que contribuíram para o fortalecimento do III Reich e que fizeram com que os nazis deixassem de ser um grupo minoritário da sociedade alemã para passarem a acolher, no seu partido, como militantes de espontânea vontade "centenas de milhares de pessoas que até então eram oponentes" (…)" (Fernandes, 2014, pp. 139-140).

preparando-se mesmo para adquirir a supremacia no que ao ferro e ao aço dizia respeito e, deste modo, consolidar o seu Poder Económico.

Primordial para o Estado francês foi igualmente o pagamento das reparações, pois permitir-lhe-iam saldar dívidas contraídas durante a guerra, reconstruir o país, elaborar o orçamento da defesa e equilibrar as finanças públicas, além do que contribuiria para o enfraquecimento alemão (Milza, 2007, p. 63).

Recorde-se também que, na sequência da Guerra Franco-Prussiana, a França fora obrigada a pagar indemnizações pela guerra à Alemanha até Março de 1874, o que provocou um forte abalo no Poder Económico francês. Só depois de concluído esse pagamento é que a Alemanha retiraria as suas tropas dos territórios ocupados, o que Bismarck conseguiu antecipar garantindo a assinatura pela França de uma convenção, a 29 de Junho de 1872. Assim, a evacuação das tropas alemãs que se encontravam em território francês viria a terminar no Outono de 1873 (Patrício, 2007, pp. 86 e 88).

3. A Reação Alemã ao Tratado de Versailles

3.1. Sob o Olhar de Aquilino Ribeiro

De acordo com Aquilino Ribeiro (1975, p. 119), a Paz de Versailles "é o maior labéu da história depois que os homens se matam a ferro". O autor português considera que esta trouxe consigo vários problemas para a Alemanha, sendo que: "Entre outros desses problemas contavam como mais momentosos: a entrega em dias contados do material de guerra, (…); a remessa de locomotivas e vagões, cláusula ainda do armistício não menos espinhosa de satisfazer que a primeira, pois viria a desorganizar o sistema de transportes; a desmobilização e refluxo das fronteiras para o interior da massa constelar de nove milhões de homens; o abastecimento da Alemanha, de todo à míngua; a epidemia das greves, que, umas após outras, ameaçavam subverter o pouco de atividade económica que restava (…)" (Ribeiro, 1975, pp. 71 e 72).

Desde logo, Ribeiro (1975, p. 28) chama a atenção do leitor para o sentimento que os alemães tinham pelo facto de terem de entregar as armas, escrevendo: "O Governo (…) Dissolveu o exército, licenciou as milícias, se bem que em Schlossplatz ainda se assista ao render da guarda, cerimónia com pífaros, tambores e salamaleques, que muito boa gente vem ver ao cabo do mundo. Procede ao desarmamento da população e não há tapume, não há edifício público por essa Alemanha que não ostente em filas, filas sobrepostas, filas compactas, um cartaz tarjado de negro, encimado com os dizeres: *Liefert die Waffen ab* (Entregai as armas). (…) torna-se obsessão pelas ruas fora. É o primeiro ato de contrição da Alemanha".

Também o sentimento de crise, que se acentuou com esta Paz tal como referido anteriormente, refletia-se nos suicídios, sobre os quais Ribeiro (1975, p. 158) refere o seguinte: "Recrudesce por essa Alemanha fora a epidemia dos suicídios. Pois que para o alemão viver se tornou desespero, (…) Decerto se deve atribuir à derrota, no que tem de moral para um povo de brios e cioso da sua grandeza, este estado mórbido. Mas acima de tudo, nele prepondera o fator económico."

Nas revoltas de mentalidades e valores, pois como destaca o autor português: "As raparigas são as mais atrevidas. Riem, provocam, põem as pernas ao léu, desafiam os nossos apetites com olhos travessos e lânguidos. Reversão dos sexos? Quem sabe lá! "(Ribeiro, 1975, p. 159); e na criminalidade, em relação à qual Ribeiro (1975, pp. 23 e 24) escreve: "E para que no hotel, no restaurante, na rua, a polícia, solicitamente, cubra as paredes com letreiros deste teor: *Vor Taschen dieben wird gewarnt*[21] é que são legião os gatunos e malandrins. Previnem-me que se a gente não leva as mãos nas algibeiras a atravessar a rua, se no hotel põe os sapatos fora da porta para engraxar, se não traz de olho o criado que nos serve o enjoativo *Schweinebraten*[22], está-se roubado. A decomposição lavra nesta terra, pouco há tão saudável. *Gott mit uns*[23] era legenda enganosa."

Por outro lado, muitos alemães que se encontravam espalhados pelo mundo, tinham sido forçados a regressar a uma Alemanha, onde nas palavras de Aquilino Ribeiro (1975, p. 89) "O marco baixa cada dia, cada hora, e a vida em contraposição, sobe, vê-se subir como um foguete de lágrimas" e, o desemprego era uma realidade, sendo que neste sentido escreve o autor português: "Donde saiu a enchente que converte em bastos formigueiros os grandes centros e não deixou de engrossar as pequenas terras? Saiu das províncias perdidas pelo Tratado de Versalhes, 80 000 da Alsácia e Lorena, 400 000 de Posen, Pomerânia e Silésia, muitos milhares de Schleswig e alguns milhares de Eupen e Malmedy." (Ribeiro, 1975, p. 35)

Seguidamente, Ribeiro (1975, p. 35) refere-se de igual modo ao regresso de alemães das ex-colónias: "Veio ainda bom caudal das colónias alemãs, ao mudarem de dono, e dos campos de concentração nos países que declararam guerra aos impérios centrais e foi quase toda a guerra. Acossados pelo ódio, expulsos por leis de circunstância, ou saudosos ainda de seus lares, os germânicos caíram sobre a terra-mãe em monte como aves migratórias. Daí o dilúvio humano; daí acusar o Reich dentro das atuais fronteiras população superior à de 1913, posto lhe custasse a guerra obra de dois milhões de mortos. Em cafés-restaurantes, hotéis, teatros, superabunda o pessoal de serviço. Por um freguês contar-se-ão dois ou mais servidores. Se dispensais um deles, ouvir-lhes-eis lastimoso: – Não há trabalho; no estrangeiro não nos querem…"

Havia fome, de tal forma que Ribeiro (1975, pp. 52, 54 e 55) aconselha: "Quem for gastrónomo fuja da Alemanha presente. É rara e custa os olhos da cara a carne de vaca e de vitela e os enchidos comportam de tudo, desde fígado de gato a tripas de peixe. (…) - A Alemanha foi-se abaixo pela barriga (…) A boa mesa para o germano é a condição de pensar certo e bem e, não menos de agir com inteligência e atividade. (…) A regra era faltar tudo até leite para os bebés e as mamãs. O vestuário que todos traziam, desde a criada à ama era de papel."

E também havia carência de matérias-primas a que os alemães se esforçavam por fazer face, fazendo uso do seu sentido prático e espírito inventivo, como refere Aquilino Ribeiro (1975, p. 81): "Artes e ciências consagraram-se a inventar o produto indispensável à economia

[21] Cuidado com os carteiristas.
[22] Porco assado.
[23] Deus connosco.

nacional e às necessidades da guerra, de importação ou pouco comum no país bloqueado. A química aplicada, entre elas, foi a boa fada despenseira dos alemães. A todas as deficiências procurou dar remédio, matérias da indústria e matérias de alimentação. Que nas vésperas do armistício se descobrira a borracha sintética, capaz de suprir o cauchu, ouvi dizer."

Os alemães estavam, assim, desiludidos com a situação que viviam no período imediato à Primeira Guerra Mundial, como temos vindo a demonstrar recorrendo à prosa do autor português. Estavam desiludidos com as imposições da Paz de Versailles e também com o próprio governo alemão, tal como menciona Ribeiro (1975, p. 115): "Desiludido está, de modo geral, o povo germânico, desiludido de Deus, dos estadistas, da justiça, da força, desiludido desde as unhas dos pés até aos cabelos da cabeça deste governo social-democrata com Ebert na presidência, mantenedor do mais ortodoxo burguesismo para os operários, serventuário nojento dos aliados para os nacionalistas."

Por fim, um outro aspeto destacado diversas vezes ao longo da primeira parte da *Alemanha Ensanguentada* relaciona-se com o desejo de vingança dos alemães nascido de Versailles, o rastilho para mais outra Grande Guerra. Escreve Ribeiro (1975, p. 28) "Tudo o que se chama armas ligeiras, como espingardas, metralhadoras, lança-chamas, cada um as guarda bem guardadas «para o dia que há-de chegar do desforço». Algumas páginas depois o autor continua "Não sei, mas estou em crer que da paz forjificada tão torpemente em Versalhes ou sai uma Alemanha com todos os instintos da fera que foi traquejada, pronta a dar o salto no momento oportuno, ou uma Alemanha que há-de acabar por se entregar a Lenine de alma e coração" (Ribeiro, 1975, p. 32). E mais adiante, é evidenciado um importante traço da personalidade dos alemães, quando Aquilino Ribeiro (1975, p. 51) refere que "os alemães são tão implacáveis como os outros para aqueles que não souberam capitaneá-los ou os arrastaram ao desastre. (…) O germano, desde que não possa castigar o infeliz, odeia-o e cobre-o de irrisão. E é esta uma forma pesada de represália. A sua irrisão não agatanha, esfola; não tem como expressão o sorriso irónico, mas a alvar gargalhada; não trata de incutir vergonha mas de inocular veneno. Para ele o êxito é tudo (…)."

Daí que o leitor possa ser levado a associar a Alemanha à figura mitológica grega da Fénix que renasceu das próprias cinzas, pois algumas páginas depois Ribeiro (1975, pp. 98 e 99) escreve "Assim a Alemanha. Retalhem-na, empobreçam-na, sangrem-na bem sangrada, possui vitalidade de sobra para não sucumbir aos tratos que as nações periodicamente se infligem umas às outras com inominável selvajaria." E o autor insiste mesmo: "Vencida, mas não derrotada, a Alemanha quando puder voltará a desembainhar a espada, no que, de resto, não faz mais que obedecer à estúpida condição humana. A guerra não é a mãe de todas as coisas, como pretendia Heraclito, mas do que ela é mãe com toda a certeza é da guerra (…)" (Ribeiro, 1975, p. 166).

Efetivamente, a Alemanha sobreviveria àquela humilhação e quando se reerguesse almejaria desforra. Aquilino Ribeiro (1975, p. 172) pressente-o: "O povo alemão trazia nos olhos as escamas do que fala a Escritura; a sua alma era um poço de ilusões. O sonho de paz foi de todas elas a mais estupenda e calamitosa. Acabou-se! A árvore do ódio plantaram-na em Versalhes Clemenceau e Loyd George. Os filhos e os netos sentirão por cima das

cabeças a sombra pérfida e comerão os frutos envenenados. (…) Os alemães odeiam; podia humanamente deixar de odiar?"

A parte "Da Guerra para a Paz" é concluída ainda com as seguintes linhas que sintetizam a postura da Alemanha quanto a esta Paz fomentadora da Guerra pelo autor português: "No fundo, a Grande Guerra não foi senão a luta pela posse do planeta. Está-se na última fase de partilhas e o alemão, teórico e devaneador como é, com uma capacidade de realização que supera os demais povos, produto da vontade, não se resigna ao papel de testemunha. Sem hipocrisia que marque, não sabendo distinguir o bem e o mal, apaixonado e violento, forte e primitivo, com um sentido maravilhoso das realidades, oportunista, por agora está na câmara-ardente dos seus dois milhões de mortos, revolvendo no peito a própria miséria. Quando se tiver retemperado, sairá à liça." (Ribeiro, 1975, pp. 188 e 189).

3.2. Perseguindo o Desejo de subverter Versailles: O Surgimento da Geopolítica

O objetivo de subverter o Tratado tornou-se um traço comum a todos os alemães, constituindo-se igualmente como o ponto de partida para o surgimento do pensamento geopolítico na Alemanha durante a República de Weimar.

Neste contexto, o início da publicação *Zeitschrift für Geopolitik*[24] (1924), cujo corpo teórico se fundaria essencialmente a partir dos pensamentos do alemão Friedrich Ratzel e do sueco Rudolf Kjéllen (1864-1922), marcou também o nascimento da Geopolítica na Alemanha da qual Karl Haushofer (1869-1946) ficaria conhecido como o expoente máximo.

3.2.1. A Escola Geopolítica Alemã: antes e depois de 1933

Relativamente à evolução da Escola Geopolítica alemã identificamos a existência de dois principais períodos: um compreendido entre 1919 e 1933 e, outro compreendido entre 1933 e 1945. O ano de 1933, em que se verificou a subida de Adolf Hitler ao poder, assume-se como um ano de viragem. Foi a partir desta altura que, na perspetiva de Vives, a Geopolítica alemã deixou de pertencer ao campo da ciência para se tornar num mecanismo do Estado Nacional-Socialista (Vives, 1961, p. 52).

Dos dois principais períodos mencionados, o último, compreendido entre os anos de 1933 e 1945 pode ainda ser dividido em duas fases: uma entre 1933 e 1936 e outra entre 1936 e 1945.

A primeira fase, entre 1933 e 1936, em que a Escola alemã começou por estar sujeita à pressão do Partido Nacional-Socialista e que se caracteriza essencialmente por ser um período propagandístico. Denota-se igualmente a influência da Doutrina Racista Ariana do III Reich por Alfred Rosenberg (1893-1946), um seguidor das teorias germanófilas de Joseph Arthur de Gobineau (1816-1882) e de Houston Stewart Chamberlain (1855-1927), destacando-se o papel da Cartografia com o intuito pedagógico de divulgação e efetivação do ideário geopolítico a todas as camadas da população.

Os mapas elaborados a partir de então exprimiam o desejo expansionista e a supremacia racial ariana, permitindo observar, por exemplo, um aumento da população alemã na Europa

[24] Revista para a Geopolítica.

a partir de um critério de predominância linguística. Daqui resultava uma imagem em que as fronteiras do *Reich* se apresentavam muito mais extensas do que eram efetivamente no mapa oficial. Por outro lado, é de salientar que um dos objetivos igualmente frequentes consistia em procurar demonstrar que a Alemanha se encontrava ameaçada por todos os lados, sendo o recurso à força a única solução. Um dos mapas mais conhecidos da autoria de Ruppert von Schumacher demonstrava isso mesmo, recorrendo à utilização de cores e de sinais para destacar certos elementos em detrimento de outros, consoante a ideia a ser desenvolvida.

A segunda fase, entre 1936 e 1945, em que a Escola alemã ficou inteiramente submetida à política do III Reich como instrumento de promoção do esforço bélico e fundamentação territorial e racial. Neste contexto, será de relembrar o facto da segunda edição da obra *Grenzen in ihrer geographischen und politischen Bedeutung*[25] de Haushofer ter sido proibida em 1939. Na origem da proibição desta obra encontrou-se o facto de a mesma abordar a questão da população alemã do Tirol do Sul, um espaço anexado em 1919 à Itália, que sob Mussolini era a principal aliada da Alemanha de Hitler. Esta era a única região europeia em que a revisão fronteiriça conforme o princípio das nacionalidades não seria referida nem sequer reclamada. Adicionalmente, e iniciada a Segunda Guerra Mundial em 1939, verificou-se uma redução do número de páginas da *Zeitschrift für Geopolitik* e a partir de 1942 reduziram-se, de forma progressiva, as contribuições de Karl Haushofer. Os seus trabalhos resumiam-se a uma espécie de catálogo de palavras-chave, a um amontoado de títulos, nomes e datas. Em 1943, os seus artigos dedicavam-se às relações entre a Geopolítica e a Religião, a Geopolítica e a Medicina, a Geopolítica e a Etnologia, tendo-se verificado neste mesmo ano a fusão da *Zeitschrift für Geopolitik* com a revista *Schule der Freiheit*[26], anti-semita e anti-soviética. Já em 1944, na sua qualidade de diretor da *Zeitschrift für Geopolitik*, Haushofer recebeu a ordem de cessar a sua publicação.

3.2.2. Karl Haushofer (1869-1946): O Mentor da Escola Geopolítica Alemã

Nascido a 27 de Agosto de 1869 em Munique, Karl Haushofer entrou para o exército bávaro em 1887, tendo-se tornado oficial em 1889. Estudou topografia e geografia (bem como geologia), na linha da tradição seguida pelos oficiais generais alemães desde Helmuth von Moltke (1800-1894), passando por Albrecht von Roon (1803-1879), a Alfred Schlieffen (1833-1913), tendo lido as obras de Karl Ritter (1779-1859), Friedrich Ratzel (1844-1904) e o tratado de geografia política de Albrecht von Roon.

Era um conhecedor dos espaços da Ásia e do Pacífico. Aliás, foi da sua missão no Japão, entre 1908 e 1910, onde desempenhou funções de conselheiro como instrutor de artilharia e estudou o próprio exército japonês, que nasceu a sua vocação pela geopolítica (Haushofer, 1986, p. 160). E, neste sentido, é de referir que a sua experiência no Extremo Oriente se refletiu em obras como *Dai Nihon. Betrachtungen über Gross-Japans Wehrkraft,*

[25] As fronteiras no seu significado geográfico e político.
[26] Escola da Liberdade.

Westellung und Zukunft[27], em 1913; Japan und die Japaner[28], em 1923; *Der deutsche Anteil an der geographischen Erschliessung Japans und es subjapanischen Erdraums und deren Förderung durch den Einfluß von Krieg und Wehrpolitik*[29], em 1914; *Grundrichtungen in der geographischen Entwicklung des Japanischen Reichs (1854 bis 1919)*[30], em 1919; *Das Japanische Reich in seiner geographischen Entwicklung*[31], em 1921 (Losano, 2007, p. 224). E foi igualmente influente no processo de reconstrução das relações culturais entre a Alemanha e o Japão[32] (Losano, 2007, pp. 229-231), bem como na criação do Pacto Anti-Komintern, assinado entre os dois Estados, a 25 de Novembro de 1936, em Berlim. Talvez também por esta experiência, enquanto membro do grupo da *Zeitschrift für Geopolitik*, Haushofer tenha ficado encarregue da discussão de assuntos ligados ao Indo-Pacífico.

Doutorou-se em Geografia em 1913, sendo que em 1914 participou na Primeira Guerra Mundial. Terminada a Guerra, dedicou-se ao ensino desta disciplina na Universidade de Munique, onde teve Rudolf Hess (1894-1987) como aluno. A sua amizade com Hess veio, contudo, do mundo militar, já que ambos tinham combatido na Frente Leste durante a Guerra. Na sequência da visita de Haushofer a Hess na prisão de Landsberg, Hess apresentou-o a Adolf Hitler, líder do *National sozialistische Deutsche Arbeiterpartei*[33] [NSDAP].

Durante o III Reich, e casado com uma judia, Haushofer contou sempre com a proteção de Rudolf Hess. No entanto, a partir de 1941 perdeu o apoio deste, passando desde então a ser perseguido pelas forças do NSDAP e "tudo porque ele pretendeu impedir que a «Escola» ficasse totalmente ao serviço de Hitler" (Almeida, 1990, p. 124). Em 1944, Haushofer foi preso e enviado para Dachau, sendo que em 1945 o filho Albrecht foi morto pela Gestapo. A 10 de Março de 1946, Haushofer e a mulher Martha Meyer-Doss suicidaram-se.

3.2.2.1. Inspirações e influências no seu Pensamento Geopolítico

No atinente ao pensamento geopolítico de Haushofer, convém referir que o mesmo se inspirou principalmente em Rudolf Kjéllen (1864-1922), Friedrich Ratzel (1844-1904) e Halford Mackinder (1861-1947).

Tal como Rudolf Kjéllen (1864-1922), o inventor sueco do termo Geopolítica, Haushofer encarava a Geopolítica como sendo uma ciência autónoma com um objeto próprio e distinto do da Geografia Política, partilhando igualmente a perspetiva deste ao considerar a Geopolítica como um *Wegweiser*.[34]

---

[27] O grande Japão. Observações sobre a defesa, a posição mundial e o futuro do grande Japão.

[28] O Japão e os Japoneses.

[29] A contribuição alemã na exploração geográfica do espaço sub-japonês do Japão assim como o desenvolvimento (destas zonas geográficas) pela influência da guerra e da política de defesa.

[30] Direções básicas geográficas no desenvolvimento do Império japonês (de 1854 até 1919).

[31] O Império japonês no seu desenvolvimento geográfico.

[32] Como sejam, por exemplo, as fundações do Instituto Alemão-Japonês, em Berlim, e do Instituto Japonês-Alemão, em Tóquio. De referir é ainda o facto de Haushofer se ter constituído como membro da *Deutsche-JapanischeGesellschaft* [Sociedade Germânico-Japonesa], na Baviera. Cfr. Losano, M., "La Missione MilitarediHaushofer in Giappone e la Geopolitica", in *RivistadegliStudiOrientali*, No. 20-22, pp. 230 e 231.

[33] Partido Nacional-Socialista Alemão dos Trabalhadores.

[34] Guia prático para a ação política.

De Friedrich Ratzel (1844-1904), um geógrafo político, Haushofer inspirou-se no conceito de *Lebensraum*[35], adaptando-o de acordo com a sua visão ao defender a integração num corpo único dos povos da mesma língua e cultura. Tanto Ratzel como Haushofer foram Pangermanistas, adeptos da ideia de uma *Großdeutschland*[36], segundo um método próprio, o da Geografia Política e o da Geopolítica respetivamente.

Finalmente, em Halford Mackinder (1861-1947), Haushofer inspirou-se na ideia de *Heartland* enquanto uma massa continental dominante, situada na Eurásia, entre a Europa Oriental e a Sibéria, rica em matérias-primas, de difícil acesso, extensa área e rigoroso clima, o que permitiria tornar-se no centro do poder mundial. Influenciado por este, Haushofer acreditava que a Alemanha deveria desenvolver uma aliança com a URSS (mediante a criação de um bloco continental-marítimo, desde a Alemanha, passando pela URSS, até ao Japão). E, ao contrário de Ratzel, considerava que a competição naval era desvantajosa para a Alemanha, que se deveria concentrar no poder continental.

3.2.2.2. A Geopolítica de Haushofer, o Nacional-Socialismo de Hitler e a Guerra

Haushofer desejava ser conselheiro da política espacial germânica que seria, posteriormente, decidida e acionada por Hitler. A Geopolítica funcionaria, por conseguinte, como um guia de orientação política. Pretendia-se proporcionar um futuro melhor, evitando cometer os erros do passado, sobretudo evitar cometer os mesmos erros que tinham conduzido à humilhação da Alemanha em Versailles.

Enquanto Pangermanista, o General alemão não partilhava os ideais racistas do Nacional-Socialismo. Hitler ter-se-á apropriado da Geopolítica Haushoferiana adaptando-a à sua política. Recordando Almeida (1990, p. 124) " Hitler podia convencer multidões", mas era "a «Escola» que convencia as elites."

Neste contexto, será de mencionar que, em 1944, Karl Haushofer e o filho Albrecht foram presos, tendo este último sido libertado ao fim de oito semanas. O atentado perpetrado contra Adolf Hitler, a 20 de Julho, conhecido como Operação Valquíria e no qual Albrecht terá estado envolvido, acabou por conduzi-lo novamente à prisão, juntamente com o seu irmão Heinz (1906-1986), sendo que na noite de 22 para 23 de Abril de 1945 Albrecht foi assassinado pela Gestapo.

Tendo entrado em desacordo com Hitler a propósito da Operação Barbarossa que conduziria à invasão da União Soviética a 22 de Junho de 1941 e, sobretudo, a partir do momento em que Rudolf Hess viajou em Maio de 1941 e perdeu a sua proteção, Haushofer ficou exposto às perseguições do III *Reich*.

Ademais, para Haushofer, Hitler nunca compreendeu corretamente os princípios de Geopolítica que lhe foram transmitidos por Hess. Joachim von Ribbentrop (1893-1946), a quem Haushofer ensinou a analisar um mapa, foi o principal responsável pela distorção

[35] Espaço vital. Aqui adotado segundo a fórmula Sangue e Solo. No entanto, originalmente, o conceito referia-se aos Estados como organismos vivos, encontrando-se estes numa permanente luta pela sobrevivência na busca de mais espaço, necessário à sua realização e desenvolvimento como seres políticos. Seguindo a lógica de aplicação das leis de seleção natural, só resistem os Estados mais fortes que, assim sendo, expandem o seu *Lebensraum*.

[36] Grande Alemanha.

da Geopolítica na mente de Hitler que, por sua vez, utilizaria o pensamento geopolítico ao serviço da sua política Nacional-Socialista, conduzindo a uma nova Grande Guerra em 1939 e ao fim da Paz.

Esta distorção contribuiu, igualmente, para que a *Geopolitik* se tornasse uma ciência maldita e passasse a ser conotada como um instrumento de Guerra. No entanto, será de relembrar que Haushofer se recusou a rever *Mein Kampf* antes da sua publicação por considerar que esta não estava relacionada com a Geopolítica, tratando-se ao invés de um livro destinado à agitação alemã (Fernandes, 2011, p. 279).

4. Para e Pela Paz: O Contributo de Albert Einstein (1879-1955) e de Sigmund Freud (1856-1939)

4.1. O Desenvolvimento da Cultura e de Relações de Sentimento

Em 1932, um ano antes da subida de Adolf Hitler ao poder, Albert Einstein (1879-1955) sugeriu à Comissão Internacional de Cooperação Intelectual (depois Instituto Internacional de Cooperação Intelectual) a realização de uma troca de correspondência com Sigmund Freud (1856-1939) sobre o tema da Guerra. Nesta altura, já o físico alemão conhecido pelas suas posições pacifistas havia deixado de ser membro desta Comissão, à qual pertencera entre 1922 e 1931 na sequência de um convite que lhe havia sido endereçado enquanto representante da ciência alemã – recorde-se que em 1921 tinha ganho o Prémio Nobel da Física –, pese embora o facto da Alemanha apenas ter sido admitida na Sociedade das Nações em 1926.

Tendo Freud aceite o convite feito por Einstein, resultou desta troca de correspondência um fascículo intitulado *Warum Krieg?*[37]A escolha do título ficara ao cargo de Freud, em virtude de Einstein se encontrar nessa altura a caminho da América, tendo o psicanalista procurado um título que fosse conciso e soasse bem simultaneamente em alemão, em inglês, em francês. O fascículo foi proibido de imediato na Alemanha.

Uma leitura ao fascículo em causa poderia e poderá levar-nos a pensar que se em vez da humilhação imposta à Alemanha pela Paz de Versailles e do alheamento imposto relativamente à Sociedade das Nações, se tivesse seguido a sugestão de Freud, proposta na sua troca de correspondência com Einstein em 1932, defendendo que "tudo o que contribua para o desenvolvimento da cultura trabalha também contra a guerra" (Einstein, 2007, p. 63), talvez se tivesse colocado fim ao ódio e ao desejo de vingança, impedindo assim uma outra Grande Guerra igualmente Total.

Até porque, ainda segundo o pai da Psicanálise "dois fatores garantem a coesão de uma comunidade: a coerção pela violência e as relações de sentimento (…). Se um dos fatores vier a desaparecer pode acontecer que o outro consiga manter unida a comunidade" (Einstein, 2007, p. 48).

[37] Porquê a Guerra?

4.1.1. O Conhecimento de Línguas Estrangeiras

Seguindo a sugestão Freudiana destacamos a necessidade de desenvolvimento da cultura e das relações de sentimento. Adicionalmente, o conhecimento de línguas estrangeiras, constituindo-se as línguas como reflexos da história e da cultura dos povos, afigura-se como fundamental e deve ser fomentado.

Não só porque permite reduzir as diferenças, induzindo a uma maior compreensão entre os diferentes povos, como também porque contribui para o desenvolvimento de laços sentimentais – sobre os quais refere Freud "assenta (…) o edifício da sociedade humana" (Einstein, 2007, p. 57) –, na medida em que se passa a conhecer e a entender melhor o ser e o pensar do outro. Neste sentido, será de relembrar Santo Agostinho que já dizia que "Só se ama aquilo que se conhece."

Conclusão

Tudo começou em Versailles… A proclamação do II *Reich* após a vitória alemã na Guerra Franco-Prussiana de 1870-1871 e também a assinatura a 28 de Junho de 1919 na mesma sala dos espelhos, e exatamente cinco anos depois do assassinato do Arquiduque Franz Ferdinand (1889-1914), de um Tratado de Paz que motivaria o surgimento da Geopolítica como ciência na Alemanha em 1924, a subida de Adolf Hitler ao poder em 1933,o seu também crescente poder, assim como a adesão e concordância dos alemães à política Nacional-Socialista face àquele que era o sentimento alemão pós Versailles e a situação económica, política e social da Alemanha, testemunhada pelo autor português Aquilino Ribeiro em 1920.

Efetivamente, o período de Paz de 1919 a 1939 foi o período de gestação de uma outra Grande Guerra, a Segunda Guerra Mundial, que viria a ser uma Guerra de continuação da Primeira Guerra Mundial. Na verdade, quer na Primeira Guerra Mundial quer no Tratado de Versailles a relação entre a Alemanha e a França desempenhou um papel central na condução dos acontecimentos.

As imposições alemãs à França na sequência da vitória da Alemanha na Guerra Franco-Prussiana alimentariam o desejo de vingança francês e, sobretudo, a vontade de recuperar os territórios da Alsácia e Lorena, alvo de disputa entre os dois Estados desde há séculos. Estes territórios seriam recuperados com o fim da Primeira Guerra Mundial, graças a uma das imposições do Tratado de Versailles. Ademais, a posse destas duas províncias revelou-se desde sempre apetecível para a França e para a Alemanha, dada a riqueza que as caracteriza em recursos carboníferos e de aço, recursos potenciais em função da contribuição que estes poderão dar na condução das operações tanto em tempo de Guerra como em tempo de Paz.

Com efeito, tanto a Alemanha como a França rivalizaram durante muito tempo o lugar de poder dominante no espaço europeu. Na relação entre ambas, só em 1951, com a constituição da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA) e a consequente comunitarização das indústrias do carvão e do aço, fundamentais à industrialização, é que a cooperação passou a prevalecer sobre a rivalidade.

Embora, o espaço europeu (e em particular os Estados que constituem a União Europeia) enfrente atualmente uma crise económico-financeira, na qual o euro – a moeda única – tem tido um papel central, certo é que graças a esta cooperação baseada na relação Alemanha-França o espaço europeu não voltou a conhecer até à data, depois da Segunda Guerra Mundial, outra Grande Guerra. Até porque os Estados com relações comerciais entre si são economicamente dependentes, o que contribui para o evitar dos conflitos.

Finalmente, na relação Alemanha-França, bem como na relação entre os outros Estados no espaço europeu, o fomento da aprendizagem de línguas estrangeiras tem desempenhado um papel fundamental na aproximação de diferentes culturas, provando que o desenvolvimento de relações de sentimento defendidas por Einstein e Freud em 1932 se mantém mais do que atual. Nem sempre um Tratado, por si só, é sinónimo de Paz. Versailles demonstrou isso mesmo. É, antes de mais, o diálogo, o estreitamento de relações, em particular de cooperação, que fomenta a Paz e afasta a Guerra…

Referências Bibliográfias

Allen, M., 2011. *L'étrange voyage de Rudolf Hess*. Paris: Editions Perrin.

Aly, G., 2009. *O Estado Popular de Hitler*. Alfragide: Texto Editores.

Almeida, P., 1990. *Do Poder do Pequeno Estado: Enquadramento Geopolítico da Hierarquia das Potências*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.

Barrento, J., 2005. Os escritores como mediadores. *Suplemento do JL*, [Em linha], 917. Disponível em: http://www.instituto-camoes.pt/encarte/encarte93a.htm, [Consult. 16 mar. 2013].

Braga, M., 1985. *Aquilino Ribeiro (1885-1963): Catálogo da Exposição Comemorativa do Primeiro Centenário do Nascimento*. Lisboa: Biblioteca Nacional.

Bild. 2010. *NACH 92 JAHREN. Am Sonntag endet für Deutschland der 1. Weltkrieg*. [Em linha]. Berlin: Bild. Disponível em: http://www.bild.de/politik/2010/am-sonntag-endet-fuer-deutschland-der-1-weltkrieg-14107970.bild.html [Consult. 21 set. 2014].

Defarges, P., 2003. *Introdução à Geopolítica*. Lisboa: Gradiva.

Einstein, A. et al. 2007. *Porquê a Guerra?* Mem Martins: Publicações Europa-América.

Expresso. 2007. *Aquilino Ribeiro: Figura marcante da história mas sobretudo da literatura portuguesa – Filho*. [Em linha] Lisboa: Expresso. Disponível em: http://expresso.sapo.pt/aquilino-ribeiro-figura-marcante-da-historia-mas-sobretudo-da-literatura-portuguesa-filho=f118578 [Consult. 18 mar. 2013].

Fernandes, M., 2011. O Papel da Geopolítica na Posição da Alemanha na I e na II Guerras Mundiais.*Nação e Defesa*, 129, 263-287.

Fernandes, M., 2014. Jünger e Haffner: Contrariedades e ambiguidades nas Memórias Alemãs da I Guerra Mundial.In: Rollo., M. et al., (Coords.) *A Europa no Mundo entre as Guerras. 1919-1939* [Livro electrónico]. Lisboa: IHC/CEIS20, pp. 126-142. Disponível em: http://hdl.handle.net/10362/11877 [Consult. 28 set. 2014].

Fischer, M., 2007. *Guilherme II – O Último Imperador da Alemanha*. Estoril: Principia.

Graebner, N., Bennete, E., 2011.*The Versailles Treaty and its Legacy. The Failure of the Wilsonian Vision*.New York:Cambridge University Press.

Haffner, S., 2005. *História de um Alemão*. Memórias 1914-1933. Lisboa: Edições Dom Quixote.

Haushofer, K., 1986. *De la Géopolitique*. Paris: Fayard.

Henig, R., 2002. *The Weimar Republic 1919-1933*.London and New York: Routledge.

Hitler, A., 2003. *Mi Lucha. Mein Kampf: discurso desde el delírio*. Barcelona: Fapa Ediciones.

Instituto Camões. S.d. *Figuras da Cultura Portuguesa: Aquilino Ribeiro*. [Em linha] Lisboa: Instituto Camões. Disponível em: http://cvc.instituto-camoes.pt/conhecer/bases-tematicas/figuras-da-cultura-portuguesa/1398-aquilino-ribeiro.html [Consult. 18 mar. 2013].

Instituto Português do Livro e das Bibliotecas. S.d. *Biografia Aquilino Ribeiro*. [Em linha] Lisboa: IPLB. Disponível em: http://www.iplb.pt/sites/DGLB/Portugues/autores/Paginas/PesquisaAutores1.aspx?AutorId=9659 [Consult.18 mar. 2013].

Jünger, E., 2005. *A Guerra Como Experiência Interior*. Lisboa: Editora Ulisseia.

Losano, M., 2007.La Missione Militare di Haushofer in Giappone e la Geopolitica. *Rivista degli Studi Orientali*, 20-22, 223-236.

Lichtenberger, H., 1923. *Relations Between France and Germany*. Washington: Endowment.

Milza, P., 2007. *As Relações Internacionais. De 1918 a 1939*. Lisboa: Edições 70.

Murphy, D., 1997. *The Heroic Earth. Geopolitical Thought in Weimar Germany, 1918-1933*. Kent, Ohio: The Kent State University Press.

Opitz, A. (Coord.), 1998. *Sociedade e Cultura Alemãs*. Lisboa: Universidade Aberta.

Patrício, R., 2007. *As Relações em Eixo Franco-Alemãs e as Relações em Eixo Argentino--Brasileiras*. Génese dos Processos de Integração. Lisboa: ISCSP.

Público. 2007. *Aquilino Ribeiro vai partilhar a sala do Panteão Nacional com Humberto Delgado*. [Em linha] Lisboa: Público. Disponível em http://www.publico.pt/politica/noticia/aquilino-ribeiro-vai-partilhar-a-sala-do-panteao-nacional-com-humberto-delgado-1305225 [Consult. 18 mar. 2013].

Público. 2007. *Restos mortais de Aquilino Ribeiro vão para o Panteão Nacional*. [Em linha] Lisboa: Público. Disponível em: http://www.publico.pt/cultura/noticia/restos-mortais-de-aquilino-ribeiro-vao-para-o-panteao-nacional-1288718 [Consult. 18 mar. 2013].

Ribeiro, A., 1975. *Alemanha Ensanguentada*. Amadora: Livraria Bertrand.

Ribeiro, A., 2008. *Um Escritor Confessa-se*. Lisboa: Bertrand Editora.

Schulze, H., 2005. *Breve Historia de Alemania*. Madrid: Alianza Editorial.

Silva, A., s.d.. A Geopolítica Alemã na República de Weimar: O Surgimento da Revista de Geopolítica, [Em linha]. Disponível em: http://cecemca.rc.unesp.br/ojs/index.php/estgeo/article/viewFile/265/221 , [Consult. 15 fev. 2009].

Vives, J., 1961. *Tratado General de Geopolitica*. Barcelona: Editorial Vicens-Vives.

Tuathail, G., 2006. *The Geopolitics Reader*. London and New York: Routledge.

Weitz, E., 2007. *Weimar Germany. Promise and Tragedy*. New Jersey:Princeton University Press.

Yale Law School. 2008. *The Versailles Treaty June 28, 1919*. [Em linha] New Haven: YLS. Disponível em: http://avalon.law.yale.edu/imt/parti.asp [Consult. 16 mar. 2013].

Artigo recebido em xxxxxxxx de 2014 e aceite para publicação em novembro de 2014

THE ALEMANHA ENSANGUENTADA OF AQUILINO RIBEIRO: THE TESTIMONY OF A PORTUGUESE AUTHOR ABOUT THE GERMAN DESIRE OF REVENGE BORN OF VERSAILLES

A ALEMANHA ENSANGUENTADA DE AQUILINO RIBEIRO: O TESTEMUNHO DE UM AUTOR PORTUGUÊS SOBRE O DESEJO DE VINGANÇA ALEMÃO NASCIDO DE VERSAILLES

Marisa Alexandra Santos Fernandes
Doctoral Student in Strategic Studies
School of Social and Political Sciences
University of Lisbon
Investigator at the Strategic Studies Center of the Atlantic
Associate Investigator for the CISDI
Lisbon, Portugal
marisaasfernandes@gmail.com

Titulo Abreviado: A *Alemanha Ensanguentada* de Aquilino Ribeiro

Abstract

This article aims to demonstrate, through the work *Alemanha Ensanguentada* by Aquilino Ribeiro (1885-1963), how the Treaty of Versailles was received by the Germans after the First World War. And it highlights the possibility that the terms of this Treaty may have promoted the German desire for revenge that would culminate with the beginning of another World War.

Moreover, the opposition to Versailles seems to have been one of the reasons for the emergence of Geopolitics in Germany immediately after the Great War period, as we attempt to emphasize here.

Finally, we will stress the role of cultural development and sentiment relationships, as noted by Albert Einstein (1879-1955) and Sigmund Freud (1856-1939), especially through the knowledge of foreign languages as a means to foster peace.

Keywords: Alemanha Ensanguentada, Aquilino Ribeiro, Treaty of Versailles, First World War, War, Geopolitics.

Como citar este artigo: Fernandes, M., 2014. The Alemanha Ensanguentada of Aquilino Ribeiro: The Testimony of a Portuguese Author About the German Desire of Revenge Born of Versailles. Revista de Ciências Militares, novembro de 2014 II (2), pp. 243-263.
Disponível em: http://www.iesm.pt/cisdi/index.php/publicacoes/revista-de-ciencias-militares/edicoes.

Resumo

Este artigo pretende demonstrar através da obra *Alemanha Ensanguentada* de Aquilino Ribeiro (1885-1963) o modo como o Tratado de Versailles foi recebido pelos alemães logo após a Primeira Guerra Mundial. E coloca em evidência a possibilidade das imposições deste Tratado terem fomentado o desejo de vingança dos alemães e alimentado a vontade de desforra numa outra Guerra Mundial.

Por outro lado, a oposição a Versailles parece ter sido também uma das razões para o surgimento da Geopolítica na Alemanha no período imediato à Grande Guerra, como aqui se procura salientar.

Finalmente, destaca-se o papel do desenvolvimento da cultura e das relações de sentimento notado por Albert Einstein (1879-1955) e Sigmund Freud (1856-1939), em particular através do conhecimento de línguas estrangeiras, como forma de fomentar a Paz.

Palavras-chave: Alemanha Ensanguentada, Aquilino Ribeiro, Tratado de Versailles, Primeira Guerra Mundial, Guerra, Geopolítica.

Introduction

This article aims to demonstrate, through the prose of Aquilino Ribeiro (1885-1963) in *Alemanha Ensanguentada* (1935), that the manner in which the Versailles Treaty (1919) was devised ensured the promotion and incitement of War, rather than being a real Treaty towards and for Peace.

It is against this background, and based on the work *Alemanha Ensanguentada*, that we will seek to highlight German living conditions and sentiment in the post-First World War (1914-1918) period and especially right after the impositions of the Treaty of 1919, as well as the birth of Geopolitics in Germany as an equally German reaction to the Treaty.

We will also seek to understand how, given the existence of a "*tempo tríbio*" (Moreira, 2005) in social reality (in which the Present is the result of current circumstances and a consequence of the Past and a preparation for the approaching Future), the Treaty of Versailles became a French act of revenge for suffering defeat in the Franco-Prussian War (1870/1871) and especially for the loss of the Alsace-Lorraine territories, stimulating the subsequent German desire for revanche which would feed Adolf Hitler's rise to power in 1933 and result in the Second Great War in 1939.

This article is based on primary (Ribeiro, Jünger, Haffner, Haushofer, Hitler, Einstein e Freud) and secondary sources (Barrento e Braga; Allen, Aly, Fischer, Graebner, Henig, Lichtenberger, Milza, Opitz, Patrício, Schulze e Weitz; Almeida, Defarges, Fernandes, Losano, Silva, Vives e Tuathail), namely on these authors' approaches to the work of Aquilino Ribeiro, the end of the First World War, the context in which the Treaty of Versailles was elaborated, the Weimar Republic and Adolf Hitler's rise to power and, lastly, the emergence of Geopolitics in Germany in the period between the two wars. The article is divided into four main sections.

Part one, "The Portuguese Author Aquilino Ribeiro (1885-1963) and the Work *Alemanha Ensanguentada*", begins with the life of Aquilino Ribeiro to then address the way in which the portuguese author made contact with Germany. To conclude this section, we will also put the contents of Alemanha Ensanguentada into context.

Part two, "The Treaty of Versailles: a *Diktat*", will show what the Treaty of Versailles actually meant for Germany. A Treaty put together without Germany's participation, and which emphasized the situation of "crisis" in which the First World War had left the country. It was, therefore, the French assurance of German isolation and weakening.

Part three, "The German Reaction to the Treaty of Versailles", first describes how Aquilino Ribeiro witnessed, *in loco*, this Treaty's impact on German life, and then provides a context for the emergence of Geopolitics in Germany as a pursuit of the desire of subverting the Treaty of Versailles. We will address the evolution of the German School of Geopolitics from 1919 to 1945, with 1933 as the turning point; highlight the character of Karl Haushofer as the mentor of the German School of Geopolitics, also the inspirations and influences that affected his geopolitical thought; and depict the relationships between Haushofer's Geopolitics, Hitler's National Socialism and War.

Lastly, part four, "Towards and For Peace: the Contribution of Albert Einstein (1879-1955) and Sigmund Freud (1856-1939)" highlights the importance of cultural development and sentiment relationships which will, in turn, bring us to the role played by the knowledge of foreign languages.

1. The Portuguese Author Aquilino Ribeiro (1885-1963) and the Work Alemanha Ensanguentada

1.1. Aquilino Ribeiro (1885-1963): From young troubled mind to accomplished writer

Born in Sernancelhe, Beira Alta, on September 13, 1885, Aquilino Ribeiro is considered the "greatest portuguese prosaist of the 20th century"[1], having published sixty nine books during the course of his life, in different literary genres like the novel, the novella, ethnographic and historical studies, biography and also children's' literature. He also worked as a translator, uncredited, having written in his memoir, *Um Escritor Confessa-se*[2], "The books I had translated, I would see them looking festive on the shop windows, but they were keeping quiet on who the *négre* was who had translated them into Portuguese" (Ribeiro, 2008, p. 165). He became an accomplished author in the 20th century Portuguese literary scene, although in the beginning and against his mother's wishes he had chosen the letters over a career in the church and, in his own words, "regardless of my efforts, my existence became troubled. (…) I kept writing, mentally walking the tightrope, financially." This did not, however, cause him to relent. He kept insisting and persisting.

[1] General Directorate for Book, Archives and Libraries (DGLAB) S.d. Biografia Aquilino Ribeiro. [Online] Lisbon: DGLAB Available for consult at: http://www.iplb.pt/sites/DGLB/Portugues/autores/Paginas/PesquisaAutores1.aspx?AutorId=9659 [Consult.18 Mar.2013].

[2] A Writer Confesses.

He accomplished. Hence his trademark "Alcança quem não cansa" [Whoever does not tire will achieve][3].

Unique, Aquilino Ribeiro did not follow any of the literary movements of his time (like Modernism, Presencism[4] or Neorealism). That did not, however, prevent him from being presented with the Ricardo Malheiros Award by the Lisbon Academy of Sciences in 1933, for his work *As Três Mulheres de Sansão*[5], and from being made corresponding member of this institution, becoming a full member in 1957. An acknowledged author inside and outside Portugal, his nomination for the Nobel Prize in Literature in 1960 was supported by several personalities such as: Francisco Vieira de Almeida, José Cardoso Pires, David Mourão-Ferreira, Urbano Tavares Rodrigues, José Gomes Ferreira, Joel Serrão, Mário Soares, Vitorino Nemésio, Abel Manta, Alves Redol and Vergílio Ferreira; he was honored in Brazil in 1952; and when he was criminally prosecuted for publishing his work *Quando os Lobos Uivam*6, in 1958, a work which was deemed offensive to the New State, he managed to have the case dismissed through amnesty, once more thanks to national (a petition signed by some three hundred portuguese intellectuals and the defense conducted by the lawyer Heliodoro Caldeira) and international support, the latter coming from France in the form of a petition later published on the French press, signed by François Mauriac, Louis Aragon and André Maurois, among others.

At his mother's insistence, he enrolled in the Beja Seminary, a place where "discipline was mild and the knees were not scraped by prayer." (…) Above all, we were sure to gulp down thomistic and canonical science without overmuch burning the midnight oil", even because "there was the refuge of rebels, cheaters and all those who saw priesthood as a job on the same level of teacher or veterinarian" (Ribeiro, 2008, p. 43). In 1906, he was expelled and moved to Lisbon, starting with writing editorials for newspapers such as *A Vanguarda*[7], a Republican newspaper, also devoting himself to translation and, on invitation from the future regicide Alfredo Costa (1885-1908), to writing the serialized novel *A Filha do Jardineiro*[8], a mix of fiction and Republican propaganda and a criticism to the Monarchic regime, specifically aimed at King Carlos I (1863-1908), penultimate King of Portugal.

As a consequence of the 1908 Regicide, in which he did not participate, although he maintained relationships with two regicides, Alfredo Costa and Manuel Buíça (1876-1908) whom he had met at Café Gelo in Rossio, and although he was aware of the plans seeking to overthrow João Franco (1855-1929) instead of the King (Ribeiro, 2008, pp. 265-273), as can be surmised from the work *Um Escritor Confessa-se*, Aquilino Ribeiro was not included in the amnesty decree and decided to emigrate to France, setting course for Paris (Ribeiro, 2008, p. 305). The writer had escaped from the prison where he'd been detained after a bomb

[3] Camões. Institute S.d. Figuras da Cultura Portuguesa: Aquilino Ribeiro. (Figures of Portuguese Culture: Aquilino Ribeiro) [Online] Lisbon: Camões Institute. Available for consult at: http://cvc.instituto-camoes.pt/conhecer/bases-tematicas/figuras-da-cultura-portuguesa/1398-aquilino-ribeiro.html [Consult. 18 Mar. 2013].

[4] Portuguese literary movement linked to the Presença literary magazine.

[5] *Samson's Three Wives*.

[6] *When the Wolves Howl*.

[7] *The Vanguard*.

[8] *The Gardener's Daughter*.

explosion on the street where he lived, Rua do Carrião. He survived this explosion, but the doctor Gonçalves Lopes and the tradesman Belmonte de Lemos were killed. The latter two had been connected with Luz de Almeida, "one of the heads" (Ribeiro, 2008, p. 187) of the Carbonária and also responsible for asking Aquilino Ribeiro to keep "the ammo" in his room "for some time" (Ribeiro, 2008, p. 188).

It was then, in Paris, that his first contact with Germany took place, as we will show. He returned to Portugal at the beginning of the First World War, and there continued writing fiction and chronicles for the periodical press. He taught classes at *Liceu Camões* (today the Camões Secondary School) for three years and later, in 1919, he became second librarian at the National Library, on the invitation of Raul Proença. In 1921, he was one of the directors of the magazine "Seara Nova" (New Crop), and in 1956 he founded the Portuguese Society of Writers, becoming the society's first President.

Politically, and as a Republican, aside from a renewed controversy (around his eventual connection to the Regicide) in 2007[9], when his remains were transferred to the National Pantheon, in 1927 he participated in the failed rebellion against the Military Dictatorship that came out of the Coup d'État of May 28, 1926, and consequently self-exiled in Paris. He then participated in the Pinhel regiment movement in 1928, and was sent to the Fontelo prison, in Viseu. He endeavored to escape once more into exile, in Paris, returning in 1932, already accompanied by his second wife Jerónima Dantas Machado (1897-1987), the daughter of deposed President Bernardino Machado (1930-1944), and by the younger of his two sons (and only child of this union) Aquilino Ribeiro Machado (1930-2012). In that same year, he received amnesty and set up home in Cruz Quebrada. From that moment on, he devoted himself entirely to writing.

He fell ill unexpectedly in 1963 and died on May 27, in the CUF Hospital. The Portuguese Society of Writers was preparing a tribute to the author at that time, meant to celebrate the 50th anniversary of the publication of his first book, *Jardim das Tormentas*[10]. This year (2013), we celebrate the 50th anniversary of the death of Aquilino Ribeiro, "a writer-lark"[11], as he was dubbed by his son Aquilino Ribeiro Machado.

1.2. Aquilino Ribeiro's contact with Germany

It was in Paris, at the Sorbonne, where he was enrolled in Philosophy and Sociology – the author had left Portugal due to "having taken part in the fight against the dictator João Franco" (Ribeiro, 2008, p. 327) -, that Aquilino Ribeiro met and fell in love with Grete Tiedemann (c.1890-1927), a young woman from Northern Germany, from the State of Mecklenburg-

[9] Público. 2007. Aquilino Ribeiro vai partilhar a sala do Panteão Nacional com Humberto Delgado. (Aquilino Ribeiro to share a National Pantheon room with Humberto Delgado). [Online] Lisbon: Público. Available for consult at: http://www.publico.pt/politica/noticia/aquilino-ribeiro-vai-partilhar-a-sala-do-panteao-nacional-com-humberto-delgado-1305225 [Consult. 18 Mar. 2013].

[10] Garden of Agonies.

[11] Expresso. 2007. Aquilino Ribeiro: Figura marcante da história mas sobretudo da literatura portuguesa – Filho. (Aquilino Ribeiro: Important historical figure but above all a figure of Portuguese literature – Son.) [Online] Lisbon: Expresso. Available for consult at: http://expresso.sapo.pt/aquilino-ribeiro-figura-marcante-da-historia-mas-sobretudo-da-literatura-portuguesa-filho=f118578 [Consult. 18 Mar. 2013].

Vorpommern, daughter of a lawyer and banker. His description of her: "wide brimmed straw hat, blue plaited skirt against an immaculate white silk blouse. (…) I dashed in pursuit. They were two German girls (…), marching with the confidence and ease peculiar to their race. They were in Paris for an improvement course. The day after, I was strolling with one of them in the garden of Luxembourg; (…) (Ribeiro, 2008, p. 326).

In 1912, Aquilino Ribeiro travelled to Germany in order to meet the young woman's family. He married Grete the following year in Schwerine, afterwards returning to Paris. The couple's only child was born in 1914, Aníbal Aquilino Fritz Tiedemann Ribeiro (1914-1999), but some months later, at the start of the First World War, the family moved to Portugal.

1.3. *Alemanha Ensanguentada* (1935)

Alemanha Ensanguentada was first published in 1935, in spite of having originally been written as a travel journal of Aquilino Ribeiro's return to Germany, a few years earlier, between September and November of the year 1920, after the end of World War I. According to João Barrento, this is the context in which Aquilino Ribeiro, as a writer, takes on the role of mediator. From that role emerged the "works as bridges between realities which, historically, have not always been as close as they are today: these metaphors point to a dual way of approaching the other, one of *desire for knowledge* and one of *transfiguration* of this other. The entire image of the other is a fiction of the other, and the premise applies, naturally, also to the case in point, Portugal and Germany"[12].

The work under analysis is then a Portuguese report on German reality and, consequently, a means of bringing closer two countries of different, if not opposite characteristics, starting with either's geopolitical position, which, according to the Geographic Determinism followed by Immanuel Kant (1724-1804), Friedrich Hegel (1779-1831) or Friedrich Ratzel (1804-1904), just to mention a few examples, is a direct influence on a people's character, history and on the way its power is originated and expressed[13]. However, it must be mentioned that there are currently several cases that disprove the idea of Geographic Determinism, with technological development as one of the most visible influences in decreasing the importance of aspects like stability in the geopolitical space.

Thus, *Alemanha Ensanguentada* emerges according to the logic evidenced by Barrento: "Writers, as guarded as they are regarding their independence, are not islands, and European literature grows aware of that when Goethe, in the early 19th century, announces the coming of an age of "world literature", a first project of literary "globalization", even if only at a European scale."[14]

---

[12] Barrento, J., 2005. Os escritores como mediadores. (Writers as mediators), Supplement to the Journal of Letters (JL), [Online], 917. Available for consult at: http://www.instituto-camoes.pt/encarte/encarte93a.htm, [Consult. a 16 Mar. 2013].

[13] We must only recall that one is a maritime country and the other continental; one is a country located in Southern Europe and the other in Central Europe.

[14] Barrento, J., 2005. Os escritores como mediadores. (Writers as mediators), Supplement to the Journal of Letters (JL), [Online], 917. Available for consult at: http://www.instituto-camoes.pt/encarte/encarte93a.htm, [Consult. a 16 Mar. 2013].

This relatively little known work is divided in two parts: a longer first part, titled "From War to Peace", and a second, shorter part titled "On the Battle Fields". This study will focus mostly on "From War to Peace", the main section of the work, and also where the German reaction to the Treaty of Versailles is described.

2. The Treaty of Versailles: A *Diktat*

The First World War ended with the signing of an armistice on November 11 1918, followed by the Treaty of Versailles on June 28 1919. Germany had not been allowed to participate in the preceding negotiations (Milza, 2007, pp. 9 and 10), which greatly explains why this Treaty was also known as the *Diktat*. It had been a document negotiated by the "winners", that is, the U.S.A., Great-Britain, France and Italy, but it was mainly the first three who decided to create a new order for the 20th century, starting with the redefinition of borders.

Germany lost land on the West as well as in the East which was integral to its geopolitical space: the territories of the Alsace-Lorraine, which would be returned to France (acquired by Germany through victory in the Franco-Prussian War of 1870/1871, which had allowed it to achieve political unification under the banner of the *Kleindeutschland*[15] idea)[16], the greater part of Poznań and West Prussia would be given to Poland (who gained access to the sea through Danzig) and the Memel region, along with the great Baltic port, would be under the control of the Society of Nations (SDN), while the regions of High Silesia and the Sarre, among others, would be subject to a people's referendum regarding their fate. Essentially, the new border regimen broke the "natural" political geography of Central Europe, while also excluding millions of Germans from their native country (Murphy, 1997, p. 46).

Additionally, the Treaty would drastically reduce Germany's Armed Forces (by limiting the maximum number of effective soldiers – 100 000 men, of which 4000 were officers – and navy – 15 000 men and 1500 officers; compulsory military service would be suppressed and the General Staff of Armed Forces dissolved, as well as all military schools and paramilitary associations), preventing Germany from organizing an Air Force. Germany would also be required to deliver large quantities of its military material to the allied forces, would not be allowed to own tanks, heavy artillery or military aircraft and would have to turn over its war fleet (Milza, 2007, pp. 19 and 20).

Germany would also lose all colonies, which would be consigned under mandates to the victors by the SDN, and would be prevented from belonging to the SDN and from concluding agreements with Austria. Furthermore, it is relevant to refer that article 231.º assigned to Germany (and allies) sole responsibility for the war, which established a legal basis for the matter of War reparations, the sum of which was not defined in the Treaty (Weitz, 2007, pp. 35

[15] Little Germany.

[16] It was the unification of German territories into an Empire, with the exclusion of Austria, under the rule of an authoritarian Prussian emperor, William I (Schulze, 2005, pp. 103 and 129). The choice of *Kleindeutschland* was based, for Otto von Bismarck (1815-1898), on the realization of his primary goal at the time of his nomination for Chancellor, the unity of Germany (Fischer, 2007, p. 49). This unity would be impossible to achieve given the inclusion of a multinational Austria-Hungria – according to the Pangermanist idea of *Großdeutschland* [Great Germany] – due to its being only one fourth German, on the one hand, and on the other for not being in the disposition to accept that Prussia, being the greater power in Northern Germany, be its equal or even its better (Fischer, 2007, pp. 51 and 52).

and 36). However that sum was determined in 1921, coming up to 132 billion in gold marks, to be paid over a period of 30 years (Milza, 2007, p. 21)[17].

Along these same lines, Germany was forced to give preference to allied imports and exports. Germany also lost its patents, and its main rivers (Rhine, Elba, Oder) were internationalized. The mines of the Sarre and Upper Silesia would be given to France and Poland, while major quantities of coal and coke were delivered to France, Italy and Belgium. The German companies in the un-annexed Lorraine were appropriated and prevented from owning mines and steelmaking factories in Mosel, and Luxembourg was made to leave the German economy and customs system (Milza, 2007, pp. 20 and 22).

In effect, Germany was threatened with invasion by the three "winner" States if the Treaty of Versailles was not signed and ratified (Weitz, 2007, p. 37). The Treaty was comprised of fifteen sections and four hundred and forty articles[18] which, in the view of John Maynard Keynes (1883-1946), author of *The Economic Consequences of Peace* (1919), dictated a "Carthaginian Peace" (Weitz, 2007, p. 38).

In the view of Ribeiro as well, "by leaving the war torn, famished, wounded, disillusioned with God and Caesar, always heroic. The *Diktat* of Versailles had started its work, or the leveling of a people, like bullies with Chinese fastidiousness, as one does to road grits" (Ribeiro, 1975, p. 7).

Effectively, the Treaty of Versailles, as noted by Silva, heightened the already existing "generalized feeling19 of political and economic, moral and intellectual, cultural and scientific crisis, the result of a quick industrialization, population growth and growing urbanization taking place in the absence of an economic, political and social structure in a period of disputes for space, whether in the bosom of Europe itself, whether in the overseas colonies seeking a consumer market for raw-materials".

Famine[20], food rationing, unemployment and inflation[21] were the German reality. Many Germans returned from the War were a lost generation; physically and psychologically, no longer the same who had left in 1914 in the hopes of a prosperous and mighty Germany coming

---

[17] Germany halted this payment throughout the Second World War. The Federal Republic of Germany returned to it later, after the end of the War, and paid it in full in 1983. However, the London Agreement of 1953 stipulated the payment of interest on the loans contracted by the Weimar Republic for the payment of war reparations in case Germany was reunified. Thus, and after the German reunification, this payment of interest began in 1996 and only ended in 2010, on October 3, Germany's "official" date for the end of the First World War. Bild. 2010. NACH 92 JAHREN. Am Sonntag endet für Deutschland der 1. Weltkrieg. [Online]. Berlin: Bild. Available for consult at: http://www.bild.de/politik/2010/am-sonntag-endet-fuer-deutschland-der-1-weltkrieg-14107970.bild.html [Consult. 21 Set.2014].

18 Yale Law School. 2008. The Versailles Treaty June 28, 1919. [Online] New Haven: YLS. Available for consult at: http://avalon.law.yale.edu/imt/parti.asp [Consult. 16 Mar. 2013].

[19] Silva, A., s.d.. A Geopolítica Alemã na República de Weimar: O Surgimento da Revista de Geopolítica (German Geopolitics during the Weimar Republic: The Appearance of the Geopolitics Magazine), [Online]. Available for consult at: http://cecemca.rc.unesp.br/ojs/index.php/estgeo/article/viewFile/265/221, [Consult. a 15 Fev. 2009].

[20] According to the experience of the German Sebastian Haffner (2005, p. 58): "Beggars were seen everywhere and there were many notices of suicides in the papers. The "Wanted for Theft" posters glued on the streets by the police were abundant, for robbery and theft occurred in large scale. One time, I saw an old woman – maybe I should say an elderly lady – sitting on a park bench and strangely rigid. (…) «Dead», someone said. «Starved to death», said another".

[21] "Half a kilo of potatoes which, on the previous day, had cost fifty thousand marks was worth one hundred thousand the next day. A salary of sixty five thousand marks brought home on a Friday would not be enough to buy a pack of cigarettes on Thursday"(Haffner, 2005, p. 56).

out of the war. Women's roles were different, as they had been forced to leave the home and work to provide for themselves and their families. Authority was seen with contempt. Mentalities were changed, with the fury of War destroying many social and artistic conventions. This was a period for trying out love[22], sex[23], beauty and power, now with the heightened consciousness of the fleeting nature of life that came with Total War (Weitz, 2007, pp. 9, 11, 13, 24, 27 and 38).

The Weimar Republic was a period of great intellectual and artistic creativity, but also of chaos in the German order of things. There was no political consensus: the right hailed a culture of violence, glorifying war and defending the permanence of the sense of solidarity among men in the battle field, and the left, counting war veterans among its ranks, saw an example to be followed in the Bolshevik Revolution (Weitz, 2007, pp. 38 e 39). The very government of the Weimar Republic, supported by the political right, authorized firing against all those caught bearing arms or who were working on the struggle for a more democratic and socialist Germany (Weitz, 2007, p. 31).

It was under these and to these conditions[24] that Adolf Hitler (1889-1945) adapted and rose to power in 1933, and, as referred by Aly (2009, p. 29): "lured thousands of educated people who had lost their class arrogance in the trenches of the war of positions, and took into its ranks workers of socialist conviction, small artisans and clerks longing for social recognition and better opportunities of life and jobs for their children."

Truthfully, Hitler "promised everything to everyone", namely "the return to the great martial game of 1914-1918 and the repetition of the victorious anarchist loot of 1923", his future international and economic policies. "He appealed to the two great events that had marked the younger generation", which easily earned him his "true disciples, the core of the Nazi Party" (Haffner, 2007, pp. 76, 78 and 82).

As for Hitler's racist National-Socialist doctrine defended in *Mein Kampf*[25] (1925), against the Jewish plutocrat and the Bolshevik Jew, seen as the source of Germany's problems, it was accepted owing to the promise of work, purchasing power and social protection ensured before and during the Second World War (Aly, 2009, pp. 31, 32, 55, 79, and 92-95)[26]. Everything the Germans had lost with the War of 1914-1918.

---

[22] Still according to Haffner (2005, p. 56): "Love without romance has become fashion: carefree, joyous. Feverish. Matters of the heart followed an extremely fast, straightforward pace. The young people who learned to love in those days learned to ignore romance and embrace cynicism."

[23] Along these lines, it is also worth recalling the words of another German, Ernst Jünger (2005, pp. 41-44), according to whom: "The longer the war lasted, the stronger it left its brand on sexual life", so that "They did not have the time for a long courtship with romantic developments, in the environment that was still a necessity for the daughter of the most modest of bourgeois parents. They demanded from the present instant the flower and the fruit."

[24] We should equally recall the effects of the Economic Depression of 1928-1930 in the heightening of the economic, social and political crisis already existent in the Weimar Republic.

[25] My Struggle.

[26] It should be mentioned that for the German Haffner (2007, pp. 112-116), it was first fear and later "a vile and despicable motive" which led many Germans to adhere to and follow National-Socialism. "It was cowardice, weakness and treachery of Hitler's opponents, who stopped opposing him, which contributed to the strengthening of the Third Reich and which changed the Nazis from a minority group in German society to counting in the party's ranks, "hundreds of thousands of people who had until then been opponents", militants of their own free will (…)" (Fernandes, 2014, pp. 139-140).

2.1. The French Assurance of Isolation and Weakening of German Power

In fact, France, aware of the demographic and industrial potential of the *Reich*, intended for the Treaty of Versailles to stop Germany from recovering its continental hegemony (Milza, 2007, p. 20). One of France's main goals was related to the desire to recover the Alsace-Lorraine, annexed by the Reich during the Franco-Prussian War in 1871 (Defarges, 2003, p. 101).

The Alsace-Lorraine territories had belonged to France since 1648, through transfer from the House of Habsburg. Deprived of these territories, provinces of priceless industrial value, France had lost an element of its national pride to Germany. Furthermore, "in the collective imagination, the Alsace-Lorraine turned into a veritable myth, its memory kept alive by songs, poems, novels and stories which sung the history of the regions annexed by the *Reich*" (Lichtenberger, 1923, pp. 8 and 11; Patrício, 2007, pp. 86 and 87).

In effect, the Alsace-Lorraine territories became, from the Treaty of Frankfurt (1871) onwards, a symbol of unity for Germany, the grounds for its existence as a Great Power in Europe (Lichtenberger, 1923, p. 7).

This way, if Bismark's policies after the unification of Germany were fundamentally constituted by a series of alliances destined to isolate France (Opitz, 1998, p. 261), France's conduct in planning the Treaty of Versailles was based on a longed-for isolation of Germany, wherefore the French State was even responsible for a large part of the dispositions in the military clauses and, after the end of the First World War, developed a metallurgy project with the purpose of taking from Germany almost half of its energy potential (Milza, 2007, p. 22).

Moreover, German supremacy was supported as much on military power – it possessed the best Army in the world and also the most dynamic General Staff -, as on the wealth of raw-materials such as coal, iron and steel. Possession of these raw-materials contributed greatly to the growing industrialization from 1860 onwards. Then also in possession of the Lorraine territories, Germany had greater coal resources and was even preparing to attain supremacy regarding iron and steel, thus consolidating its Economic Power.

The payment of reparations was equally crucial for the French State, as these would allow it to pay off debts contracted during the war, to rebuild the country, to elaborate the defense budget and to balance public accounts, and also contribute to the weakening of Germany (Milza, 2007, p. 63).

It should also be noted that, following the Franco-Prussian War, France had been made to pay reparations to Germany until March 1874, which greatly shook French Economic Power. Only after this payment was concluded did Germany withdraw its troops from the occupied territories, something which Bismarck had managed to anticipate, ensuring the signing of a convention by France in June 29 1872. Thus, the evacuation of German troops stationed in French territory would be concluded in the Fall of 1873 (Patrício, 2007, pp. 86 and 88).

3. The German Reaction to the Treaty of Versailles

3.1. In the View of Aquilino Ribeiro

According to Aquilino Ribeiro (1975, p. 119), the Peace of Versailles "is the greatest blemish in history since men began killing one another with iron". The Portuguese author considers that this peace brought along several problems for Germany: "Among others, the most momentous of those problems were: delivery of war material at appointed days, (…); the shipping of locomotives and wagons, a clause stemming from the armistice and which was no easier to satisfy than the first, for it put the whole transport system in a state of disorder; the demobilization and forcing back of borders to under a (star-shaped) mass of nine million men; Germany's supplies, altogether dwindling; the epidemic of strikes which, one after the other, threatened to subvert what little economic activity remained (…)" (Ribeiro, 1975, pp. 71 and 72).

Ribeiro (1975, p. 28) makes the reader aware early on of the German sentiment over having to surrender their arms, writing: "The Government (…) Disbanded the army, registered the militias, even if in Schlossplatz one can still watch the changing of the guard, ceremony accompanied by fifes, drums and curtsies, that many come to the end of the world to see. It proceeds to disarm the population and there is no fence, there is no public building from which does not hang row upon row, compact rows of a banner framed in black with the sayings: *Liefert die Waffen ab* (Surrender your arms). (…) turns into an obsession throughout the streets. It is Germany's first act of contrition."

Moreover, the sentiment of crisis, heightened by this Peace as earlier stated, had a reflection on the suicide rates, on which Ribeiro (1975, p. 158) comments: "The suicide epidemic advances throughout Germany. For the German, living has become despair, (…) Surely defeat, in its moral influence on a people of pride, conscious of their greatness, is to blame for this morbid condition. But, above all, the economic aspect is dominant."

In rebellious attitudes and values, as the Portuguese author states: "The girls are the most forward. They laugh, they provoke, they bare their legs, defy our appetites with their naughty, languid eyes. Reversal of the sexes? Who can say!"(Ribeiro, 1975, p. 159); and in crime, on which Ribeiro (1975, pp. 23 and 24) writes: "And if the walls of hotels, restaurants and streets are solicitously covered by the police with signs reading: *Vor Taschen dieben wird gewarnt*[27], it is because the pickpockets and scoundrels are legion. I have been warned that if one does not keep one's hands in one's pockets while crossing the street, or leaves one's shoes to shine outside the door at the hotel, or keeps an eye on the waiter who serves us the nauseating *Schweinebraten*[28], one has been robbed. Decomposition thrives in this land, such a short while so healthy. *Gott mit uns*[29] was a deceitful legend."

Furthermore, many Germans who had been spread out over the world had been forced to return to a Germany where, in the words of Aquilino Ribeiro (1975, p. 89) "The mark drops lower with each day, each hour, and the cost of life, in contrast, rises like a rocket of tears"

[27] Watch out for pickpockets.
[28] Roast pork.
[29] God with us.

and where unemployment was the reality. The Portuguese author writes: "From where came the flood which turns the great centers to crowded ant-hills and has not stopped feeding the small lands? It came out of the provinces lost by the Treaty of Versailles, 80 000 from the Alsace-Lorraine, 400 000 from Posen, Pomerania and Silesia, many thousands from Schleswig and a few thousands from Eupen and Malmedy." (Ribeiro, 1975, p. 35)

Later, Ribeiro (1975, p. 35) speaks similarly on the German return from the former colonies: "A healthy flow came also from the German colonies as they changed owner, and from the detention camps in the countries that had declared war on the central empires and it was almost the whole war. Pursued by hatred, driven out by laws of circumstance, or even longing for their homes, the Germans dropped onto the motherland like flocks of migrating birds. Hence the human deluge; hence the Reich holding within its current borders a population higher than in 1913, even after losing some two million in the war. In cafe-restaurants, hotels, theaters, there is an overabundance of service staff. There are two or more servers for customer. If you dismiss one, you will hear a whine: – There is no work; we are not wanted abroad..."

There was hunger, such that Ribeiro (1975, pp. 52, 54 and 55) advises: "Whosoever is a gastronomist, stay away from today's Germany. Beef and veal are rare and cost an arm and a leg and the sausages have everything in them, from cat liver to fish tripe. (…) – Germany broke at the seams (…) Eating well for a German is thinking right and well and, equally, doing with intelligence and activity. (…) A lack of everything was the norm, even milk for the babies and mothers. The clothes everyone wore, from maid to nanny, were made out of paper."

The Germans also endeavored to face a scarcity of raw-materials using their practical and inventive spirit, as is noted by Aquilino Ribeiro (1975, p. 81): "Arts and sciences have devoted themselves to inventing the products essential to the national economy and the necessities of war, which had to be imported or were uncommon in the blockaded country. Applied chemistry, among others, was the good fairy godmother of the Germans. It endeavored to remedy all deficiencies, from industrial materials to food. On the eve of the armistice, synthetic rubber was discovered, I heard, capable of replacing caoutchouc."

The Germans were then disillusioned with their living conditions in the period right after the First World War, as we have been demonstrating through the words of the Portuguese author. They were disappointed with the impositions of the Peace of Versailles and also with the German government, Ribeiro (1975, p. 115) comments: "Disillusioned is the general state of the German people, disillusioned with God, with statesmen, with justice, with force, disillusioned from head to toe with this social-democratic government with Ebert as president, maintaining the most orthodox of bourgeoisies towards workers, revolting servant of the allies for the nationalists."

Finally, one other aspect frequently noted throughout the first section of *Alemanha Ensanguentada* concerns the German desire of revenge born out of Versailles, the fuse that would spark another Great War. Ribeiro (1975, p. 28) writes "All we call light weaponry, such as rifles, machine-guns, flame-throwers, those are kept safe by everyone «for the day of retribution that is to come». A few pages later, the author continues "I do not know, but

I believe that from the peace so vilely forged at Versailles will come either a Germany with all the instincts of a hunted beast, ready to jump at the right moment, or a Germany which will surrender to Lenin heart and soul" (Ribeiro, 1975, p. 32). Later on, we are shown an important trace of the German personality, when Aquilino Ribeiro (1975, p. 51) mentions that "Germans are as ruthless as any to those who cannot captain them or who have dragged them to disaster. (…) The German, for so long as he cannot punish the unfortunate, hates him and covers him with derision. And this is a harsh form of retaliation. His derision does not scratch, or scrape; it does not gain expression in ironic smiles, but in boorish laughter; it is not about inspiring shame but about injecting poison. For him, success is everything (...)."

Thereof the reader may be taken to associate Germany to the mythological figure of the Phoenix reborn from its own ashes, for only a few pages later Ribeiro (1975, pp. 98 and 99) writes "Thus is Germany. Carve it, impoverish it, bleed it well, it has vitality to spare to endure the treatment which nations periodically inflict upon one another with unspeakable savagery." And the author insists: "Beaten, but not defeated, Germany will unsheathe its sword again, in which, moreover, it does nothing but obey the stupid human condition. War is not the mother of all things, as Heraclitus defended, but what it is surely mother of is war (…)" (Ribeiro, 1975, p. 166)

In effect, Germany would survive this humiliation, and when it lifted itself up, it did so wanting revenge. Aquilino Ribeiro (1975, p. 172) could sense it: "The German people brought in their eyes the scales described in the Scriptures; their soul was a pit of illusions. The dream of peace was the most stupendous and calamitous of all. It was over! The tree of hatred was planted in Versailles by Clemenceau and Lloyd George. The children and grandchildren will sense over their heads the perfidious shade and will eat the poisoned fruit. (…) The Germans hate; could they be humanly capable of not hating?"

The section "From War towards Peace" concludes with the following lines from the Portuguese author, summarizing Germany's position towards the Warmongering Peace: "Deep down, the Great War was none other than the fight for ownership of the planet. We are in the final stage of divisions and the German, theorist and dreamer that he is, with an ability to do that surpasses all other people, a product of will, cannot be resigned to the role of witness. Unmarked by hypocrisy, unable to tell the difference between good and evil, passionate and violent, strong and primal, with a wonderful sense of reality, opportunistic, he is for the time being in the chapel of rest of his two million dead, churning over his own misery in his chest. When he is recovered, he will come out fighting." (Ribeiro, 1975, pp. 188 and 189)

3.2. Pursuing the Desire to subvert Versailles: the Emergence of Geopolitics

The goal of subverting the Treaty spread to all Germans and became the starting point for the emergence of geopolitical thought in Germany during the Weimar Republic.

In this context, the birth of the publication *Zeitschrift für Geopolitik*[30] (1924), with theoretical contents founded primarily on the thoughts of the German Friedrich Ratzel and the Swede

[30] Magazine for Geopolítics.

Rudolf Kjéllen (1864-1922), also marked the birth of Geopolitics in the Germany of Karl Haushofer (1869-1946), who would become known as their highest expression.

3.2.1. The German School of Geopolitics: before and after 1933

We have identified two main periods in the evolution of the German School of Geopolitics: from 1919 to 1933, and from 1933 to 1945. The year of Adolf Hitler's rise to power, 1933, is a turning point. It was from that moment on that, in the perspective of Vives, German Geopolitics ceased to be constrained to the field of sciences and became a mechanism of the National-Socialist State. (Vives, 1961, p. 52)

Of the two main periods mentioned, the latter, between 1933 and 1945, can be further divided into two stages: from 1933 to 1936 and from 1936 to 1945.

Phase one, from 1933 to 1936, during which the German School started feeling pressure from the National-Socialist Party, is essentially a period of propaganda. The influence of the Racist Aryan Doctrine of the Third Reich can equally be seen in Alfred Rosenberg (1893-1946), a follower of the Germanophile theories of Joseph Arthur de Gobineau (1816-1882) and Houston Stewart Chamberlain (1855-1927). The role of Cartography with a pedagogical intent of spreading and establishing geopolitical ideas to all layers of the population is particularly noteworthy.

The maps put together since then express expansionist desire and Aryan racial supremacy, letting us observe, for example, an increase in German population in Europe based on a criterion of linguistic predominance. This presented an image in which the borders of the *Reich* were shown as much broader than they effectively were on the official map. Furthermore, it is worth mentioning that an equally frequent goal consisted in demonstrating that Germany was threatened by all sides and that resorting to force was the only solution. One of the better known maps, drawn by Rupper von Schumacher, showed that very thing, resorting to colors and signs to highlight certain elements and suppress others, depending on the idea being developed.

Phase two, from 1936 to 1945, during which period the German School was completely under the control of Third Reich politics, as a promotional tool for the war effort and as racial and territorial justification. It is in this context that the second edition of Haushofer's work *Grenzen in ihrer geographischen und politischen Bedeutung*[31] is banned in 1939. The reasons for this ban were a mention of the issue of the German population on the South Tyrol, a space annexed to Italy, the main ally of Hitler's Germany, in 1919. This was the sole European region regarding which the border revision according to the principle of nationalities would not be mentioned or even reclaimed. Additionally, and once the Second World War had begun in 1939, there was a reduction in page number in the *Zeitschrift für Geopolitik*, and from 1942 onwards, the contributions of Karl Haushofer were progressively reduced. His works amounted to a kind of catalogue of key-words, a collection of titles, names and dates. In 1943, his articles spoke of the relationships between Geopolitics and Religion, Geopolitics and

[31] Borders in their geographic and political sense.

Medicine, Geopolitics and Ethnology. In this same year, the *Zeitschrift für Geopolitik* merged with the magazine *Schule der Freiheit*[32], an anti-Semitic and anti-Soviet publication. Already in 1933, as director of the *Zeitschrift für Geopolitik*, Haushofer was ordered to cease publication.

3.2.2. Karl Haushofer (1869-1946): The Mentor of the German School of Geopolitics

Born on August 27 1869 in Munich, Karl Haushofer was admitted into the Bavarian army in 1887, becoming an officer in 1889. He studied topography and geography (as well as geology), in accordance with the tradition followed by German general officers since Helmuth von Moltke (1800-1894), from Albrecht von Roon (1803-1879) to Alfred Schlieffen (1833-1913), and he read the works of Karl Ritter (1779-1859), Friedrich Ratzel (1844-1904) and Albrecht von Roon's political geography treatise.

He was well versed in the regions of Asia and the Pacific. What is more, it was his mission in Japan between 1908 and 1910, where he acted as advisor artillery instructor and studied the Japanese army, which originated his calling for geopolitics (Haushofer, 1986, p. 160). And as such, it is worth mentioning that his experience in the Far East was reflected on works like *Dai Nihon. Betrachtungen über Gross-Japans Wehrkraft, Westellung und Zukunft*[33]*, 1913; Japanund die Japaner*[34], 1923; *Der deutsche Anteilan der geographischen Erschliessung Japans und es subjapanischen Erdraums und deren Förderung durch den Einfluß von Kriegund Wehrpolitik*[35], 1914; *Grundrichtungen in der geographischen Entwicklung des Japanischen Reichs (1854 bis 1919)*[36], 1919; *Das Japanische Reich in seiner geographischen Entwicklung*[37], 1921 (Losano, 2007, p. 224). And he was equally influential to the process of rebuilding cultural relationships between Germany and Japan[38] (Losano, 2007, pp. 229-231), as well as in creating the Anti-Komintern Pact signed between the two States in Berlin on November 25, 1936. Perhaps due to this experience, Haushofer was tasked, as a member of the *Zeitschrift für Geopolitik* group, with the discussion of issues pertaining to the Indo-Pacific.

He was awarded a Doctorate in Geography in 1913, and in 1914 he participated in the First World War. Once the War was over, he devoted himself to teaching the same subject at the University of Munich, where he had Rudolf Hess (1894-1987) as a student. His friendship with Hess came, however, from the military world, as they had both fought in the Eastern Front during the War. After Haushofer visited Hess at Landsberg prison, Hess introduced him to Adolf Hitler, leader of the *National sozialistische Deutsche Arbeiterpartei*[39] [NSDAP].

---

[32] School of Freedom.

[33] The Great Japan. Observations on the defense, global positioning and future of the Great Japan.

[34] Japan and the Japanese.

[35] German contribution for the geographic exploration of the sub-Japanese space of Japan, and development (of these geographic areas) through the influence of war and defense policy.

[36] Basic geographic directions on the development of the Japanese Empire (from 1854 to 1919).

[37] The Japanese Empire in its geographic development.

[38] Such as, for example, the foundations of the German-Japanese Institute in Berlin, and the Japanese-German Institute in Tokyo. It should also be mentioned that Haushofer became a member of the Deutsche-Japanische Gesellschaft [German-Japanese Society], in Bavaria. Cfr. Losano, M., "La Missione Militare di Haushofer in Giappone e la Geopolitica", in *Rivista degli Studi Orientali*, No. 20-22, pp. 230 and 231.

[39] National-Socialist Germany Worker's Party.

During the Third Reich, while married to a Jew, Haushofer had always had the protection of Rudolf Hess. However, from 1941 onwards he lost that support and was then persecuted by NSDAP forces, "all because he tried to stop the «School» from being completely at Hitler's service" (Almeida, 1990, p. 124). In 1944, Haushofer was arrested and sent to Dachau, and in 1945 his son, Albrecht, was killed by the Gestapo. On March 10 1946, Haushofer and his wife Martha Meyer-Doss took their own lives.

3.2.2.1. Inspirations and influences that affected his Geopolitical Thought

Concerning Haushofer's geopolitical thought, mention must be made to the inspiration of Rudolf Kjéllen (1864-1922), Friedrich Ratzel (1844-1904) and Halford Mackinder (1861-1947).

Just like Rudolf Kjéllen (1864-1922), the Swedish inventor of the term Geopolitics, Haushofer saw Geopolitics as an autonomous science with its own object different from that of Political Geography, and also shared his perspective in considering Geopolitics a *Wegweiser*[40].

From Friedrich Ratzel (1844-1904), a political geographer, Haushofer took the notion of *Lebensraum*[41], adapting it to his vision by defending the integration of peoples with a common language and culture in a single body. Both Ratzel and Haushofer were Pangermanists, supporters of the idea of a *Großdeutschland*[42], according to their own methods, respectively that of Political Geography and that of Geopolitics.

Finally, from Halford Mackinder (1861-1947) Haushofer took the idea of Heartland as a dominant continental mass, located in Eurasia, between Eastern Europe and Siberia, rich in raw-materials, hard to access, extensive area and rigorous climate, conditions which would allow it to become the center of world power. Influenced by Mackinder, Haushofer believed that Germany should form an alliance with the USSR (upon the creation of a maritime--continental block, from Germany to USSR to Japan). And, unlike Ratzel, he deemed naval competition to be prejudicial for Germany, believing it should focus on continental power.

3.2.2.2. Haushofer's Geopolitics, Hitler's National-Socialism and the War

Haushofer wished to be the advisor of German spatial politics that would later be determined and acted out by Hitler. Consequently, Geopolitics would function as a political guide. The desired goal was to build a better future, avoiding the mistakes of the past, and above all avoid making the same mistakes which had led to Germany's humiliation in Versailles.

As a Pangermanist, the German General did not share the racist ideals of National--Socialism. Hitler appropriated Haushofer's Geopolitics, adapting them to his own politics. Remembering Almeida (1990, p. 124) "Hitler could win over crowds" but it was "the «School» that won over elites".

---

[40] Practical guide for political action.

[41] Living space. Here adopted according to the Blood and Soil formula. However, the concept originally referred to the States as living organisms in a permanent struggle for survival, in search for more space, necessary for their realization and development as political beings. According to the logic of natural selection laws, only the strong States survive and thus expand their *Lebensraum*.

[42] Great Germany.

In this context, mention should be made of Karl Haushofer's arrest along with his son, Albrecht, in 1944, with the latter being released after eight weeks. The attempt on Adolf Hitler's life on July 20, known as Operation Valkyrie and in which Albrecht may have been involved, ended up leading him again to prison along with his brother Heinz (1906-1986). In the night between the 22nd and the 23rd of April of 1945, Albrecht was assassinated by the Gestapo.

After disagreeing with Hitler regarding Operation Barbarossa, which would lead to the invasion of the Soviet Union in May 22, 1941, and especially since Rudolf Hess' departure in May, 1941, and Haushofer's loss of protection, he was exposed to the persecution of the Third *Reich*.

Furthermore, in Haushofer's opinion, Hitler had never correctly understood the principles of Geopolitics which Hess had passed on to him. Joachim von Ribbentrop (1893-1946), whom Haushofer had taught to analyze a map, was the main culprit for the distortion of Geopolitics in Hitler's mind. Hitler would, in turn, use Geopolitical thought at the service of his National--Socialist politics, paving the way for a new Great War in 1939 and the end of Peace.

This distortion also contributed to the status of *Geopolitik* as a cursed science and to its notoriety as a tool for War. However, it should be pointed out that Haushofer refused to review *Mein Kampf* prior to its publication, considering that the work did not pertain to Geopolitics but was instead a book intended for German agitation. (Fernandes, 2011, p. 279).

4. Towards and For Peace: The Contribution of Albert Einstein (1879-1955) and Sigmund Freud (1856-1939)

4.1. Cultural Development and Sentiment Relationships

In 1932, one year prior to Adolf Hitler's rise to power, Albert Einstein (1879-1955) suggested to the International Commission for Intellectual Cooperation (later the International Institute for Intellectual Cooperation) an exchange of letters with Sigmund Freud (1856-1939) regarding the theme of War. By this time, the German physicist known for his pacifist leanings had already ceased being a member of this Commission. He had been a member from 1922 to 1931, on invitation due to being a representative of German sciences – he had been awarded the Nobel Prize in Physics in 1921 -, even though Germany was only admitted to the Society of Nations in 1926.

Upon Freud's acceptance of Einstein's invitation, this exchange in correspondence originated an issue titled *Warum Krieg?*[43] The title was chosen by Freud, as Einstein was then on his way to America. The psychologist devised a title that had to be short and would sound good in German, English and French. The issue was immediately banned in Germany.

Reading the issue in question could and will lead us to think that if, instead of the humiliation imposed on Germany by the Peace of Versailles and the estrangement imposed by the Society of Nations, Freud's suggestion in the correspondence traded with Einstein in 1932, defending that "everything which contributes to the development of culture also works

[43] Why War?

against war" (Einstein, 2007, p. 63) had been followed, it may have ended the hate and desire of revenge, thus preventing another equally Total Great War.

Especially because, still according to the father of Psychoanalysis, "two factors ensure the cohesion of a community: coercion through violence and sentiment relationships (…). If one factor disappears, the other may be able to hold the community together (Einstein, 2007, p. 48).

4.1.1. The Knowledge of Foreign Languages

Taking Freud's suggestion, we stress the need for developing culture and sentiment relationships. Furthermore, languages are the reflections of the history and culture of a people, and the knowledge of foreign languages seems to be crucial and worthy of encouragement.

Not only because it reduces differences, inducing a greater understanding between different peoples, but also because it contributes to the development of ties of sentiment – on which, Freud states, "rests (…) the edifice of human society" (Einstein, 2007, p. 57) –, insofar as the other's being and thought becomes better known and understood. In this, it is worth remembering Saint Augustine's words "We only love that which we know."

Conclusion

It all began in Versailles... The proclamation of the Second Reich after the German victory in the Franco-Prussian War of 1870-1871 and also the signing, on June 28 1919, in the same mirrored room, exactly five years after the assassination of the Archduke Franz Ferdinand (1889-1914), of a Peace Treaty which would bring about the emergence of Geopolitics as a science in Germany in 1924, Adolf Hitler's rise to power in 1933, his also growing power, as well as the adherence and agreement of Germans with National-Socialist politics in face of the German sentiment post-Versailles and of the economic, political and social situation in Germany witnessed by the Portuguese author Aquilino Ribeiro in 1920.

In effect, the Peace period from 1919 to 1939 was the gestation period of another Great War, the Second World War, which would be a War of continuance of the First World War. In truth, whether in the First World War, whether in the Treaty of Versailles, the relationship between Germany and France played a central role in how events played out.

The German impositions on France after Germany's victory in the Franco-Prussian War would feed the French desire of revenge and, above all, the desire of recovering the Alsace-Lorraine territories that had been under dispute by the two States for centuries. These territories would be recovered with the end of the First World War, thanks to one of the terms of the Treaty of Versailles. Furthermore, possession of these two provinces had always been of interest to France and Germany for their wealth in coal and steel resources, potential resources for conducting operations during both War time and Peace time.

Effectively, both Germany and France had been longtime rivals for a place of dominant power in the European space. In their relationship, it was only in 1951, with the constitution of the European Coal and Steel Community (CECA) and the subsequent communitisation

of the coal and steel industries, crucial to industrialization, that cooperation began to prevail over rivalry.

Although the European space (specifically the States which constitute the European Union) currently faces an economic and financial crisis in which the euro – the sole currency – has played a central role, it is certain that, thanks to this cooperation based on the Germany-France relationship, the European space has not known, to date, another Great War after the Second World War. Moreover, the States with commercial relationships are economically dependent from each other, which encourage avoidance of conflict.

Finally, in the Germany-France relationship, as well as in the relationships between the other States in the European space, encouraging the study of a foreign language has played a crucial role in bringing different cultures together, proving that the development of the sentiment relationships defended by Einstein and Freud in 1932 has remained current. A Treaty is not, on its own, always a synonym for Peace. Versailles showed us just that. It is, primarily, dialogue, the tightening of relationships, especially of cooperation, which fosters Peace and keeps War at bay...

Bibliographic References

Allen, M., 2011. *L'étrange voyage de Rudolf Hess*. Paris: Editions Perrin.

Aly, G., 2009. *O Estado Popular de Hitler*. Alfragide: Texto Editores.

Almeida, P., 1990. *Do Poder do Pequeno Estado: Enquadramento Geopolítico da Hierarquia das Potências*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.

Barrento, J., 2005. Os escritores como mediadores. *Suplemento do JL*, [Em linha], 917. Disponível em: http://www.instituto-camoes.pt/encarte/encarte93a.htm, [Consult. 16 mar. 2013].

Braga, M., 1985. *Aquilino Ribeiro (1885-1963): Catálogo da Exposição Comemorativa do Primeiro Centenário do Nascimento*. Lisboa: Biblioteca Nacional.

Bild. 2010. *NACH 92 JAHREN. Am Sonntag endet für Deutschland der 1. Weltkrieg*. [Em linha]. Berlin: Bild. Disponível em: http://www.bild.de/politik/2010/am-sonntag-endet-fuer-deutschland-der-1-weltkrieg-14107970.bild.html [Consult. 21 set. 2014].

Defarges, P., 2003. *Introdução à Geopolítica*. Lisboa: Gradiva.

Einstein, A. et al. 2007. *Porquê a Guerra?* Mem Martins: Publicações Europa-América.

Expresso. 2007. *Aquilino Ribeiro: Figura marcante da história mas sobretudo da literatura portuguesa – Filho*. [Em linha] Lisboa: Expresso. Disponível em: http://expresso.sapo.pt/aquilino-ribeiro-figura-marcante-da-historia-mas-sobretudo-da-literatura-portuguesa-filho=f118578 [Consult. 18 mar. 2013].

Fernandes, M., 2011. O Papel da Geopolítica na Posição da Alemanha na I e na II Guerras Mundiais.*Nação e Defesa*, 129, 263-287.

Fernandes, M., 2014. Jünger e Haffner: Contrariedades e ambiguidades nas Memórias Alemãs da I Guerra Mundial.In: Rollo., M. et al., (Coords.) *A Europa no Mundo entre as Guerras. 1919-1939* [Livro electrónico]. Lisboa: IHC/CEIS20, pp. 126-142. Disponível em: http://hdl.handle.net/10362/11877 [Consult. 28 set. 2014].

Fischer, M., 2007. *Guilherme II – O Último Imperador da Alemanha*. Estoril: Principia.

Graebner, N., Bennete, E., 2011.*The Versailles Treaty and its Legacy. The Failure of the Wilsonian Vision*.New York:Cambridge University Press.

Haffner, S., 2005. *História de um Alemão*. Memórias 1914-1933. Lisboa: Edições Dom Quixote.

Haushofer, K., 1986. *De la Géopolitique*. Paris: Fayard.

Henig, R., 2002. *The Weimar Republic 1919-1933*.London and New York: Routledge.

Hitler, A., 2003. *Mi Lucha. Mein Kampf: discurso desde el delírio*. Barcelona: Fapa Ediciones.

Instituto Camões. S.d. *Figuras da Cultura Portuguesa: Aquilino Ribeiro*. [Em linha] Lisboa: Instituto Camões. Disponível em: http://cvc.instituto-camoes.pt/conhecer/bases-tematicas/figuras-da-cultura-portuguesa/1398-aquilino-ribeiro.html [Consult. 18 mar. 2013].

Instituto Português do Livro e das Bibliotecas. S.d. *Biografia Aquilino Ribeiro*. [Em linha] Lisboa: IPLB. Disponível em: http://www.iplb.pt/sites/DGLB/Portugues/autores/Paginas/PesquisaAutores1.aspx?AutorId=9659 [Consult.18 mar. 2013].

Jünger, E., 2005. *A Guerra Como Experiência Interior*. Lisboa: Editora Ulisseia.

Losano, M., 2007.La Missione Militare di Haushofer in Giappone e la Geopolitica. *Rivista degli Studi Orientali*, 20-22, 223-236.

Lichtenberger, H., 1923. *Relations Between France and Germany*. Washington: Endowment.

Milza, P., 2007. *As Relações Internacionais. De 1918 a 1939*. Lisboa: Edições 70.

Murphy, D., 1997. *The Heroic Earth. Geopolitical Thought in Weimar Germany, 1918-1933*. Kent, Ohio: The Kent State University Press.

Opitz, A. (Coord.), 1998. *Sociedade e Cultura Alemãs*. Lisboa: Universidade Aberta.

Patrício, R., 2007. *As Relações em Eixo Franco-Alemãs e as Relações em Eixo Argentino-Brasileiras*. Génese dos Processos de Integração. Lisboa: ISCSP.

Público. 2007. *Aquilino Ribeiro vai partilhar a sala do Panteão Nacional com Humberto Delgado*. [Em linha] Lisboa: Público. Disponível em http://www.publico.pt/politica/noticia/aquilino-ribeiro-vai-partilhar-a-sala-do-panteao-nacional-com-humberto-delgado-1305225 [Consult. 18 mar. 2013].

Público. 2007. *Restos mortais de Aquilino Ribeiro vão para o Panteão Nacional*. [Em linha] Lisboa: Público. Disponível em: http://www.publico.pt/cultura/noticia/restos-mortais-de-aquilino-ribeiro-vao-para-o-panteao-nacional-1288718 [Consult. 18 mar. 2013].

Ribeiro, A., 1975. *Alemanha Ensanguentada*. Amadora: Livraria Bertrand.

Ribeiro, A., 2008. *Um Escritor Confessa-se*. Lisboa: Bertrand Editora.

Schulze, H., 2005. *Breve Historia de Alemania*. Madrid: Alianza Editorial.

Silva, A., s.d.. A Geopolítica Alemã na República de Weimar: O Surgimento da Revista de Geopolítica, [Em linha]. Disponível em: http://cecemca.rc.unesp.br/ojs/index.php/estgeo/article/viewFile/265/221 , [Consult. 15 fev. 2009].

Vives, J., 1961. *Tratado General de Geopolitica*. Barcelona: Editorial Vicens-Vives.

Tuathail, G., 2006. *The Geopolitics Reader*. London and New York: Routledge.

Weitz, E., 2007. *Weimar Germany. Promise and Tragedy*. New Jersey:Princeton University Press.

Yale Law School. 2008. *The Versailles Treaty June 28, 1919*. [Em linha] New Haven: YLS. Disponível em: http://avalon.law.yale.edu/imt/parti.asp [Consult. 16 mar. 2013].

Extra Dossiê

Artigo recebido em julho de 2014 e aceite para publicação em novembro de 2014

A IMPORTÂNCIA ESTRATÉGICA DO ESPAÇO PARA A SEGURANÇA E DEFESA: A NATO E A UNIÃO EUROPEIA

THE STRATEGIC IMPORTANCE OF SPACE FOR SECURITY AND DEFENSE: NATO AND EUROPEAN UNION

João Rui Ramos Nogueira
Tenente-Coronel Engenheiro Aeronáutico
RepLog/DivRec/EMFA
Força Aérea Portuguesa
Investigador Integrado do CISDI
Lisboa, Portugal
nogueira.jrr@gmail.com

Resumo

O acesso e uso do Espaço, como um domínio comum, revelam-se fundamentais para a sociedade moderna e para as organizações com responsabilidades na área da segurança e defesa. Neste sentido importa, cada vez mais, estudar este Poder emergente e os contributos que ele já disponibiliza e que poderá ainda disponibilizar tendo em mente as suas valências duais (civis e militares). Este ensaio procurará mostrar como a *North Atlantic Treaty Organization* (NATO) e a União Europeia (UE) encaram estrategicamente o seu uso e a forma como dele pretendem tirar proveito. Para tal estudamos o enquadramento político e estratégico em que as iniciativas espaciais atualmente se desenvolvem e as lições já conhecidas relativas ao seu emprego, no sentido de identificar o que aproxima e afasta as duas organizações e que iniciativas podemos prospetivar relativamente à exploração sinérgica e eficiente destes recursos, em linha com as preocupações securitárias refletidas no conceito estratégico da NATO, na política comum de segurança e defesa da UE e na política espacial europeia.

Palavras-chave: Capacidades Espaciais, Espaço, Estratégia, Poder Espacial, Segurança e Defesa.

Como citar este artigo: Nogueira, J., 2014. A Importância Estratégica do Espaço Para a Segurança e Defesa: A Nato e a União Europeia. *Revista de Ciências Militares*, novembro de 2014 II (2), pp. 267-291.
Disponível em: http://www.iesm.pt/cisdi/index.php/publicacoes/revista-de-ciencias-militares/edicoes

Abstract

Space exploration and usage, as a Global Common, are fundamental for a modern society and for the organizations that have security and defense responsibilities. In this regard it is fundamental to study, in more detail, this "new" Space Power in order to characterize its actual and future contributions, considering its dual-use (civil and military) potentialities. This work tries to show how North Atlantic Treaty Organization (NATO) and European Union (EU) strategically understand the usage of space and the ways they can use it to satisfy their requirements. For that we analyze the actual political and strategic construction related with space applications and also the lessons already gathered from its employment. With this approach we try to identify what engages and disengages these organizations and which initiatives we can forecast for a comprehensive and efficient usage of space and space capabilities in line with the security concerns reflected in the Alliance Strategic concept, and in the Common Security and Defense Policy and Space Policy of the European Union.

Keywords: Space, Strategy, Space Power, Security and Defense, Space Capabilities.

Introdução

O Espaço faz parte integrante das nossas vidas e da sociedade dita "moderna" em que vivemos, tornando-nos dependentes de uma miríade de serviços assentes em tecnologia espacial. Esta banalização no uso de um conjunto de capacidades fundamentais, com aplicações civis e militares, por um lado remete-nos, para uma postura de esquecimento do meio espacial, que assumimos como adquirido e, por outro, alerta-nos para o seu valor inestimável.

O desenvolvimento crescente e relativamente recente das capacidades espaciais por parte de um número cada vez mais alargado de nações, a par com os crescentes desafios na área de segurança e defesa, leva a que se tenha de analisar a questão espacial de uma forma mais proativa e atenta. Esta proatividade passa por tentar compreender o contributo que o espaço pode proporcionar nesta área e, dentro deste enquadramento, a importância que ele desempenha para as organizações internacionais com responsabilidades nesta matéria, designadamente a *North Atlantic Treaty Organization* (NATO) e a União Europeia (UE).

Dada a transversalidade no uso do espaço e das plataformas que lá têm sido colocadas, o espaço tornou-se disponível a todos e os tratados vigentes, que regulam a sua utilização, permitem este acesso indiscriminado, desde que para fins pacíficos.

Pelo facto de este espaço comum estar a ser sucessivamente mais explorado e utilizado, estamos perante novos desafios que as nações e organizações necessitam de equacionar, designadamente, a criação de conceitos de emprego e de capacidades para antecipar, dissuadir, prevenir, proteger ou responder a uma negação de acesso a esse espaço comum

(para além dos tradicionais ar e mar, ao que adicionamos também o ciberespaço) e para assegurar liberdade de ação nele (UK MoD, 2012).

Ao longo da história a procura do acesso e controlo de áreas comuns, os designados *Global Commons*[1], foi um dos principais objetivos para obter superioridade militar bem como estabilidade nacional e internacional (Denmark, 2010, p. 165). O acesso sem restrições tem permitido que os estados e as organizações operem numa economia globalizada que tem fomentado o desenvolvimento, as parcerias estratégicas e as alianças.

Assim, estes espaços comuns não estão fechados sobre si mesmos e, como tal, possuem elevada interdependência. Portanto, perturbações, mesmo que temporárias, num deles podem colocar em causa a eficiência e estabilidade de outros. Esta condição de interdependência torna-se particularmente clara no caso do espaço e ciberespaço (Valeri, 2013, p. 2).

Face ao protagonismo que o espaço parece hoje adquirir, será desafiante pensar que mudanças ocorreram no mundo e na tecnologia espacial ao ponto de ela se tornar tão essencial nos dias de hoje. E, mais ainda, que influência o espaço exercerá no futuro e, em particular, que papel terá na segurança internacional e na estratégia dos estados.

Por força das potencialidades que o espaço proporciona, a postura pode ser agora no sentido de encarar a sua salvaguarda através da edificação de capacidades defensivas que protejam os satélites em órbita, que intercetem misseis balísticos, ou que limitem ou neguem o acesso ao espaço por um determinado opositor. Por outro lado, a sua imensa versatilidade confere-lhe atributos inquestionáveis que o elevam a elemento essencial na segurança dos estados[2] sendo crescentemente identificadas novas valências e capacidades.

Hoje o espaço assume também uma função estratégica em diversas dimensões, para além da iminentemente militar, que vai desde a vigilância marítima até ao ambiente, passando pela navegação, entre muitas outras atividades. Adicionalmente, o surgimento de novos atores privados facilita o recurso à tecnologia e aos meios permitindo que estados, ou até outros atores, tenham acesso a estas capacidades, mesmo sem as terem desenvolvido. Os serviços proporcionados pelo espaço são virtualmente transparentes para o utilizador final e frequentemente interpretados como um dado adquirido. De facto, nos anos recentes, bastantes capacidades espaciais tornaram-se disponíveis para qualquer pessoa através, por exemplo, da televisão, do *Smartphone*, do computador, do cartão de crédito, da Internet ou do *Global Positioning System* (GPS).

Em função deste enquadramento importa assim compreender, sendo esse o objetivo deste ensaio, de que forma as organizações, com responsabilidades nas áreas da segurança a defesa, neste caso NATO e UE, encaram o uso do espaço para esse fim, qual a relevância estratégica que lhe conferem e a visão futura que possuem sobre a sua exploração.

---

[1] Segundo as Nações Unidas (United Nations Environment Programme, 2014), referem-se a domínios ou áreas que ficam fora da alçada política e soberana de qualquer estado. Assim, a lei internacional identifica quatro Global Commons: Águas internacionais, Antártida, Atmosfera e o Espaço. Mais recentemente o Ciberespaço é também interpretado como um *Global Common*.

[2] O espaço por ser um domínio partilhado por diversos estados – aliados e potenciais adversários – está a ser permanentemente desafiado e a natureza destes desafios pode ser caraterizada por três "C": *Congested, Contested and Competitive* (Schulte, 2012, p. 1).

A concretização do objetivo anterior materializar-se-á na resposta à questão "De que forma a NATO e a UE encaram o uso do espaço e a sua exploração futura numa vertente de segurança e defesa?"

Nesse sentido procuraremos numa primeira fase, contextualizar o conceito de Poder Espacial e a sua contribuição para a segurança e defesa. De seguida, assente essencialmente numa matriz positivista, debateremos a NATO e UE ao nível da identificação do estado da arte atual relativamente à documentação estratégica de referência e a sua transposição para a realidade tendo por base a revisão bibliográfica, assente em relatórios oficiais, acordos e outra documentação relevante. Por fim tentaremos identificar quais os mecanismos que serão seguidos pelas organizações em análise tendo em vista o futuro uso e exploração do espaço. Apesar de aflorarmos as questões relacionadas com a defesa do meio espacial e reconhecermos a importância que esta matéria requer, particularmente com o aumento da importância estratégica do espaço, não trataremos aqui os aspetos de defesa ativa do meio espacial e os relacionados com a sua possível armamentização.

1. O Poder Espacial no Contexto de Segurança e Defesa Atual

Não existe uma fronteira natural que separe a atmosfera do espaço, no entanto, existe uma linha que genericamente é aceite como a que separa a atmosfera do espaço e que é a designada linha de Von Karman, situada nos 100 km. É preciso notar que de acordo com a lei internacional, aeronaves, misseis e *rockets* a voar por cima de um país são considerados como estando no seu espaço aéreo soberano, independentemente da altitude a que se encontram. Por outro lado, naves espaciais em órbita são consideradas como estando no espaço mesmo que a sua altitude seja por vezes inferior do que a atingida por misseis e *rockets*. Por esta razão é o que o espaço pode ser considerado um recurso ou espaço comum, designado internacionalmente como *Global Common*, já que naves espaciais têm livre acesso ao espaço por cima de qualquer país independentemente das suas fronteiras nacionais (UK MoD, 2012, pp. 2-1).

A utilização inicial do espaço remonta à segunda guerra mundial através dos *rockets V2* alemães que cruzaram o espaço exterior quando foram lançados para atingir a Inglaterra e, mais tarde, com o lançamento para o espaço, pela então União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, do *Sputnik*, em 1957. Estes eventos indiciavam que o espaço se tornaria uma arena iminentemente militar verificando-se, décadas mais tarde, que este se tornou um elemento essencial para o comando e controlo, para a obtenção de informações de combate e para a precisão e guiamento dos sistemas de armas (aeronaves e armamento). No entanto, ao longo dos anos, esta arena deixou de ser exclusivamente militar para se tornar também civil, indispensável às comunicações e um "hospedeiro" privilegiado de uma miríade de outras aplicações iminentemente civis[3] e, nalguns casos, também de duplo-uso (Pfaltzgraff, 2013, p. 32).

Com o surgimento da plataforma aérea e o desenvolvimento de um conjunto significativo de tecnologias associadas que revolucionaram a forma como utilizamos a atmosfera que

[3] e.g. observação terrestre, vigilância, monotorização climática.

nos circunda, verificou-se uma expansão das interações que caraterizam as Relações Internacionais para uma nova dimensão que já incluía a atmosfera terrestre e, mais recentemente, o espaço (Pfaltzgraff, 2013) tornando emergente um novo poder - o Espacial.

Segundo um estudo de Nunes (2010, p. 5) o termo "Poder Espacial" é encontrado pela primeira vez de forma escrita em 1964 no texto "*On The International Implications of Outher Space*" da autoria de Klaus Knorr. Contudo, apenas em 1988, com a publicação de "*On Space Warfare*", do Tenente-coronel norte-americano Lupton, surge um conceito mais maturado. Este autor começa por salientar que o poder espacial constitui um elemento de poder nacional semelhante ao poder aéreo, marítimo e terrestre.

No manual norte-americano "*Joint Doctrine for Space Operations*", define-se poder espacial como "A força total resultante das capacidades de uma Nação para conduzir e influenciar atividades no, através ou a partir do Espaço, de forma a alcançar os seus objetivos" (Joint Chiefs of Staff, 2013, p. GL8). Interessante abordagem ao conceito de poder espacial está também presente na "*British Air and Space Power Doctrine*" que apresenta uma visão abrangente de poder espacial, como sendo a capacidade de projetar poder a partir do espaço, para influenciar o comportamento de pessoas ou o curso dos eventos (UK MoD, 2009, p. 7).

O poder espacial persegue assim a consecução de objetivos nacionais através do uso de capacidades espaciais. Existem portanto diferentes elementos no poder espacial com interações ao nível civil, económico e militar. Não se traduz apenas por possuir satélites e acesso ao espaço, mas por tudo (e.g. informação meteorológica, dados para navegação, comunicações) o que um país, ou um conjunto de países, pode obter através do espaço (Peter, 2009, p. 2).

Importa também referir que o poder espacial não é materializado apenas pela plataforma que está em órbita, mas deve ser entendido como um sistema - o sistema espacial. Este sistema é composto por: um segmento terrestre, que inclui as instalações industriais, as instalações de produção e armazenamento de *rockets* e satélites, a rede de comando e controlo, os sistemas de lançamento e os centros de análise e distribuição de informação; um segmento espacial, que inclui o meio de lançamento (e.g. míssil), o satélite em si e os equipamentos transportados; e o segmento dos utilizadores, que compreende todos os recetores, os sistemas de informação, e os diferentes clientes que beneficiam dos serviços proporcionados pelo espaço (Tabarcia, 2010, p. 21).

À medida que as tecnologias se tornam mais disponíveis elas são exploradas de forma transversal por um número considerável de atores. Essas tecnologias proliferam do centro para a periferia, dos estados mais avançados para os outros (Pfaltzgraff, 2013). Assim, verifica-se que desde o início da década de 70, do século XX, e até ao final do mesmo século foram lançados cerca de 290 objetos no espaço, enquanto no século XXI, nos primeiros 12 anos, foram lançados cerca de 800 objetos (Union of Concerned Scientists, 2013). Paralelamente verifica-se que um número crescente de países tem desenvolvido, de forma autónoma, programas espaciais ou tem-se aliado com outros em programas cooperativos. A avaliar também pelos dados relativos a 2013, verifica-se que dos cerca de 154 satélites

lançados, 17 foram lançados pela Rússia, 15 pela China e 61 pelos Estados Unidos (Union of Concerned Scientists, 2014). No que diz respeito à Europa, verificou-se que, também em 2013, foram lançados 23 satélites por parte de países europeus[4] e quatro pela *European Space Agency* (ESA) (Union of Concerned Scientists, 2014).

O espaço é assim uma arena em que a competição e a cooperação estão já a avançar usando uma matriz idêntica à vivida nos limites terrestres. Assim, as teorias apresentadas sobre o comportamento político dos estados e de outras entidades relativamente ao uso do espaço constituem prolongamentos daquilo que enquadrou o poder terrestre (Pfaltzgraff, 2013, p. 29) e, acrescentaríamos nós, o poder aéreo e o naval.

É aliás relevante verificar que desde o início da exploração espacial o número de agências espaciais não para de crescer existindo, em 2005, 36 (Peter, 2006, p. 102) e 55 em 2009 (Space, 2013). Encontra-se também a aumentar o número de países que lançam os seus programas estratégicos para o uso e exploração do espaço, alguns deles em cooperação como é o caso de Portugal que desenvolve as suas atividades espaciais através da ESA.

A este propósito importa referir que, em 2013, dos 1084 satélites existentes cerca de 55 tinham aplicação civil, 412 comercial, 320 governamental e 297 militar (Union of Concerned Scientists, 2014). Esta distribuição permite reconhecer a diversidade de atores que exploram o espaço (comerciais, governamentais e militares) o que deixa antever que existe uma quantidade considerável de satélites cuja finalidade balançará de propósito em propósito (duplo-uso). Justifica-se mencionar este aspeto já que se verifica, como teremos oportunidade de debater, uma relação próxima entre esta realidade com a da NATO e UE, isto é, a utilização de diferentes plataformas espaciais para fins de segurança e defesa, que não, exclusivamente, plataformas militares.

Os serviços baseados na tecnologia e meios espaciais estão integrados na nossa vida quotidiana. A sociedade civil, a indústria, os governos e os utilizadores militares tornaram-se dependentes de serviços como, por exemplo, a meteorologia, as comunicações por satélite e a navegação. Os sistemas espaciais são desenvolvidos porque só eles conseguem fornecer determinadas capacidades. Tabarcia (2010, p. 19) afirma que as forças espaciais[5] colocam-se num patamar superior às forças aéreas dado que quem tem forças espaciais tem vantagens devido à sua superior presença, perspetiva, persistência, agilidade e ao seu potencial disruptivo[6], numa escala global.

Atualmente, mas especialmente no futuro, todo o espectro de conflitos pode ser globalmente conduzido, a partir deste meio, desde um cenário de paz, escalando para a crise, até à guerra. Todas as áreas estão interligadas começando com os satélites de comunicações, os sistemas de guiamento por GPS de pessoas, aeronaves e armamento, a aquisição de alvos, o comando e controlo, a avaliação do espaço de batalha pré e após missão/ataque, passando pela coordenação e cooperação entre agências e serviços.

[4] Alemanha, Áustria, Espanha, Estónia, Holanda, Itália, Luxemburgo e Reino Unido.

[5] Ainda que esta força não tenha, ainda, a capacidade ofensiva que as forças aéreas possuem.

[6] No sentido em que a sua ausência coloca em causa uma série de capacidades terrestres que estão dependentes do espaço.

A complexidade do ambiente de segurança atual tem múltiplas implicações na componente espacial. O crescente número de conflitos regionais e de ameaças à segurança (e.g. terrorismo, ambiente, economia, alimentação e saúde publica, tráfego de armas e droga, ameaças cibernéticas) é evidente, bem como a sua dimensão internacional.

Chegados a este ponto importa clarificar os conceitos de segurança e defesa e a forma como o espaço pode com eles se relacionar. Na perspetiva de Severiano Teixeira (2009, 11) ambos são "instrumentos de uma Estratégia Nacional". Começando pelo conceito de segurança, não deixa de ser oportuno referir que o mesmo continua em discussão, não existindo consenso em torno da sua formulação (Rodrigues, 2013, p. 1). Tendemos a, tradicionalmente, associar à palavra "segurança" a existência de um inimigo tradicional que conseguimos identificar, ver e até quantificar, isto é, aferir da sua capacidade para nos afetar. No entanto, dada a fragmentação das ameaças atrás referidas, o tradicionalismo da palavra "segurança" perdeu estanquicidade e alargou-se.

Tradicionalmente, a segurança sempre esteve ligada à dimensão militar adotando uma postura exclusiva (Tomé, 2010, p. 35). No entanto, o conceito de segurança atual parece adaptar-se mais à ideia desenvolvida pela Escola de Copenhaga que identificou cinco categorias de segurança: militar, económica, social, política e ambiental (Emmers, 2013, p. 132). Esta ampliação da agenda da segurança e a multiplicidade de dimensões associadas requerem uma maior abrangência de instrumentos de segurança que vão para lá dos tradicionais meios militares (Tomé, 2010, p. 37). Neste enquadramento de alargamento dos instrumentos de segurança podem entrar as capacidades espaciais, ganhando particular relevância a utilização dual de algumas dessas capacidades. Aliado a esta valência, o espaço, na forma como é hoje explorado, enquadra-se perfeitamente numa postura de monitorização, vigilância e alerta e não tanto numa postura belicista ou de defesa.

No que concerne ao conceito de defesa, podemos dizer que houve também uma evolução significativa desde os anos 90 onde se associava "à manutenção do território, pessoas e bens de um estado de soberania plena" (Telo, 2009, p. 195). Para Loureiro dos Santos (2000, p. 86) a Defesa é considerada uma atividade da segurança, traduzindo-se em "tudo o que se refere à actividade militar". Para Telo (2009, p. 199) a defesa, no futuro, "será uma atividade complexa, essencialmente política, exercida por forças diversas com uma composição civil--militar."

Severiano Teixeira (2009, p. 11) acresce que "Num contexto de crise, devemos assumir que a segurança nacional é inseparável da segurança europeia e ocidental". No caso do estudo em curso, ou seja, aplicado ao espaço, esta ligação é particularmente relevante por ser um âmbito que abraça diversos países.

Dada a natureza global dos desafios que cada vez mais se colocam, as fronteiras físicas perdem importância, existindo um maior apelo à cooperação internacional e à organização dos países em comunidades de segurança (Rodrigues, 2013, p. 6).

Segundo Peter (2006, p. 100) embora os argumentos a favor da cooperação não tenham mudado significativamente desde o início da era espacial, a natureza e o âmbito da cooperação internacional tem mudado recentemente. Este autor refere que a ciência

e a tecnologia estão a moldar a política externa e a diplomacia. Como tal, é expetável que as atividades espaciais influenciem o futuro geopolítico em que os governos iniciam ou participam em projetos cooperativos por razões de natureza científica, mas também por razões de política nacional e internacional (Peter, 2006, p. 108). Ainda nas questões da cooperação e dos equilíbrios geopolíticos, o mesmo autor refere que dado que os Estados Unidos da América (EUA) e a Rússia deixaram de ser os únicos atores no domínio espacial, existem outros atores que podem constituir-se como agentes agregadores que potenciem outros programas ou consórcios, contribuindo para uma multipolaridade espacial e para um reforço da segurança.

A componente espacial é certamente a área mais avançada da tecnologia militar e o vetor das operações futuras, considerando o valor acrescido que traz ao armamento de precisão, ao sistema de defesa antimíssil, às plataformas espaciais, aos satélites militares, aos sistemas guiados por laser, aos sistemas de navegação e às plataformas não tripuladas.

Quando olhamos para as capacidades que as infraestruturas espaciais nos proporcionam, estamos essencialmente a falar de quatro áreas (UK MoD, 2012, pp. 3-1):

- Posicionamento, navegação e precisão temporal (*timing*);
- Comunicações;
- *Intelligence, Surveillance and Reconnaissance* (ISR);
- Consciência situacional no espaço (o designado *Space Situational Awareness*, SSA).

Relativamente ao primeiro importa destacar o sistema GPS (norte-americano), o *Galileo* (europeu), o GLONASS[7] (russo e indiano) e o BEIDOU/COMPASS (chinês). Estes sistemas têm um valor inestimável do ponto de vista militar, particularmente o GPS para as organizações em análise, destacando-se o/a:

- Posicionamento em situações de emergência através de rádios;
- Navegação de plataformas e de pessoal;
- Armamento de precisão com guiamento;
- Operações de localização de minas e a sua neutralização;
- Encriptação de transmissões;
- Data-links que partilham informação entre utilizadores com a sincronização de transmissões.

No que diz respeito às comunicações, sempre foi um requisito militar conseguir estabelecer contatos para além da linha de vista, em particular em extensas zonas territoriais, e apesar de os rádios convencionais de elevada frequência fornecerem alguma capacidade existe ainda uma série de constrangimentos. Estes tipos de rádios geralmente fornecem pouca qualidade na transmissão de voz (afetada também pelas condições meteorológicas), baixa portabilidade e baixos índices de velocidade de transmissão para sinais digitais. As comunicações por satélite (SATCOM), muitas delas baseadas em satélites comerciais,

[7] *Global Navigation Satellite System*.

ultrapassam estas limitações permitindo o uso de frequências de transmissão muito elevadas garantindo qualidade e rapidez de transmissão (UK MoD, 2012).

Já no que diz respeito às capacidades de ISR, pode-se afirmar que a vigilância da terra a partir do espaço para obter informação foi o principal potenciador do acesso ao espaço no início da sua exploração (Savage, s.d.). No entanto, à medida que a tecnologia espacial foi evoluindo também no setor comercial, muitas das técnicas utilizadas pelos militares migraram para o mundo civil. Exemplos do uso civil vão desde a monitorização de recursos na terra, mapeamento e outras aplicações geográficas. Os utilizadores civis desenvolveram também, de forma impressionante, a capacidade de monitorizar o clima e antecipar eventos inesperados. Tal como no caso das comunicações por satélite, também aqui os militares tornaram-se dependentes das capacidades de vigilância civis, particularmente se os sistemas militares são degradados, estão sobrecarregados ou simplesmente estão nas órbitas erradas (UK MoD, 2012, pp. 3-8).

Outra área que merece destaque no uso e exploração do espaço, é a designada SSA análoga à usada no mar e ar. O primeiro requisito é ser capaz de detalhar o número e natureza dos objetos no espaço e lançados para o espaço (European Space Agency, 2014). Esta necessidade também resulta de existirem países e empresas com diferentes "vontades" de partilhar informação relativa a lançamentos.

A observação de satélites pode também ser feita a partir do espaço, reduzindo assim as limitações que a observação a partir de terra possui (influenciadas pela posição e clima). Esta capacidade ainda é relativamente imatura mas o potencial é claro.

A importância de um sistema que permita assegurar o necessário SSA é realçada ainda pelo papel que este tem na monitorização das comunicações entre satélites e estações na terra, confirmando o estado e condição dos sistemas, no seguimento de detritos espaciais, no aviso de alteração não programada de uma órbita ou uma manobra inesperada, na medição de tamanho, forma e outras caraterísticas que podem indicar um determinado propósito e na recolha de informação meteorológica que possibilite o aviso antecipado do surgimento de determinados fenómenos (Space Generation Advisory Council, 2012).

Dada no entanto a complexidade e exigência de um sistema deste tipo, nenhuma nação isoladamente tem a cobertura geográfica necessária, nem a panóplia de diferentes sistemas necessários para assegurar uma SSA completa. Por essa razão torna-se necessária uma abordagem colaborativa.

2. A NATO e o Espaço: Uma Ligação Indispensável

"With rare exceptions, whoever owned the high ground owned the fight"

NATO Allied Joint Publication, (North Atlantic Treaty Organization, 2009, pp. 1-7)

O conceito estratégico da Aliança Atlântica, aprovado em Lisboa em 2010, refere que "*a number of significant technology-related trends – including the development of laser weapons, electronic warfare and technologies that impede access to space – appear poised to have major global effects that will impact on NATO military planning and operations*" (North Atlantic Treaty Organization, 2010, p. 4). Este aspeto, refletido nos designados "*core tasks and principles*" do referido conceito, deixa claras duas ideias fundamentais.

A primeira diz respeito ao desenvolvimento tecnológico de determinadas capacidades que podem colocar em causa o acesso a produtos espaciais. Algumas capacidades, como sistemas de empastelamento, estão já disponíveis no mercado comercial e têm sido usados por países como o Irão para perturbar transmissões comerciais via satélite. Estes países ao desenvolverem capacidades de "*counterspace*" estão a desenvolver ativamente capacidades de ciberataque que podem ser usadas contra o vetor espacial. (Schulte, 2012, p. 3)

A segunda ideia faz transparecer o reconhecimento de que o espaço constitui, desde já, um pilar fundamental no planeamento e execução de operações por parte da Aliança Atlântica.

Tendo este documento como referencial pode-se inferir que o poder espacial é estrategicamente importante para a NATO. As operações e conflitos atuais requerem a combinação e o uso efetivo de capacidades existentes na terra, mar, ar e espaço. No entanto, e apesar de possuir doutrina onde aborda o poder espacial, o designado "*Allied Joint Doctrine for Air and Space Operations*" (NSO, 2009), a NATO não possui um entendimento comum e uma aproximação holística em relação ao espaço (Neumann, 2013). Adicionalmente, ainda é pouco visível na documentação produzida pela NATO de que esta tem, de facto, a perceção de que conduz operações espaciais. O espaço é ainda considerado como algo que surge naturalmente quando é preciso e cujo valor, por ser pouco visível, e talvez por não ser bélico, parece estar a ser difícil de avaliar e a enquadrar no pensamento estratégico da Aliança.

Atualmente as discussões em torno das Operações Espaciais da NATO estão normalmente focadas no segmento espacial (por exemplo o comando e controlo dos satélites) e dão menor relevância aos segmentos terrestre, do utilizador e até do meio de contacto (link), embora o documento doutrinário atrás referido (NSO, 2009), a respeito das capacidades espaciais, refira que estas são sistemas complexos constituídos por: estações de terra, locais de lançamento, locais de produção e armazenamento, *links* de comunicações e os próprios objetos espaciais (NSO, 2009, pp. 6-1).

O emprego da tecnologia espacial em operações militares, no seio da NATO, está descrito no documento citado que, distingue quatro áreas de missão espacial, designadamente (p. 6-1 a 6-5): Controlo espacial; Multiplicação de força; Apoio Espacial; e Aplicação da força espacial.

Apesar de atualmente não possuir qualquer satélite e não exercer comando e controlo sobre estes meios, a NATO já possui exemplos evidentes em como a sua existência é preponderante nos cenários atuais. Os últimos conflitos armados iminentemente aéreos – desde a intervenção no Kosovo em 1999, até à intervenção na Líbia em 2011 – são exemplos de como a tecnologia espacial é essencial e determinante no desenrolar das operações militares[8]. Aliás uma das lições aprendidas da operação *Unified Protector* foi a necessidade de melhorar o entendimento, a integração e o planeamento entre todos os níveis, realçando também que as operações realizadas até agora beneficiaram de um ambiente espacial pacífico e sem ameaças. Dessa análise resultou o alerta para que a NATO se prepare para operações futuras em que o uso ilimitado do espaço poderá estar condicionado através de ataques diretos aos satélites, através do empastelamento dos sinais ou através do ataque cibernético às estações de comando e controlo. (Schulte, 2012, p. 4)

Também a *International Security Assistant Force* colocou em evidência a dependência nas capacidades que este meio proporciona, com particular destaque em locais onde os mecanismos de comunicação convencionais são difíceis de utilizar. No entanto, esta operação demonstrou também que as nações que nela participam estão por vezes "às escuras" sobre quais os meios espaciais que estão disponíveis e não lhes é dado por vezes acesso a informações provenientes destes meios. (Selding, 2010)

Adicionalmente, a NATO contrata serviços de comunicações espaciais comerciais para satisfazer as suas crescentes necessidades de comunicações. Esta utilização de capacidades espaciais conduziu a uma situação atual de dependência crítica e trouxe novas ameaças às operações da aliança. O "*NATO Space Operations Assessment*" (Joint Air Power Competence Centre, 2009) e o "*Schriever Wargame 2012*" (Walker, 2012) identificaram lições relacionadas com as potenciais vulnerabilidades da NATO em matéria de dependência espacial. Um grupo de trabalho constituído ao nível dos comandos estratégicos da NATO, o *Allied Command Transformation (ACT) e o Allied Command Operations* (ACO), foi entretanto estabelecido para debater algumas das questões relacionadas com a dependência operacional e o treino em material espacial.

Como tivemos oportunidade de verificar neste ensaio, o espaço abrange quase todas as áreas de missão atuais e apoia todas as componentes do poder militar (terrestre, naval e aérea, ciber). No entanto, não é fácil identificar táticas, técnicas, procedimentos ou doutrina ligados à aplicação do poder espacial. Acredita-se que uma das razões para que isto aconteça resulte do facto de não haver pessoal com experiência ou treino adequados. (Hoof, 2010)

Paralelamente, tem havido uma reduzida visão ou estratégia relativamente ao espaço estando este perante três potenciais novas áreas de missão (Hoof, 2010, p. 9). Primeiro, é preciso integrar melhor as capacidades espaciais comerciais, civis e governamentais, ou como usualmente se pode chamar de "*coalition space operations*"; segundo, é necessário possuir sistemas de monitorização situacional (os designados sistemas de SSA) para

[8] No "*British Air and Space Doctrine*" (UK MoD, 2009), é referido que "*About 90% of the UK's military capabilities depend on space, principally for communications and position, navigation and timing functions, but also for intelligence, surveillance and reconnaissance (ISR).*"

proteger contra ameaças, mitigar riscos e responder a ataques; e terceiro, a Aliança tem de decidir se e como assegurará o acesso ao espaço.

A NATO está no setor espacial por duas vias: por um lado necessita do espaço para conduzir as suas operações e por outro os seus membros têm um grande interesse em assegurar a sua constante disponibilidade. De qualquer das formas não existe uma política espacial na NATO definida e seguida pelos seus membros (Obracojová, 2013, p. 2).

As autoridades na Aliança reconhecem a importância do espaço devido às suas caraterísticas especiais como persistência (sempre em órbita), perspetiva (elevada altitude), penetração (sem restrições de sobrevoo) e apoio de retaguarda (fornece apoio ao combate sem estar fisicamente localizado junto das forças combatentes). Para uma organização militar com um campo de operação tão abrangente como aquele que a NATO possui, isto terá um papel determinante no futuro.

Como foi atrás referido, atualmente, a NATO não possui satélites[9] ou outras infraestruturas relacionadas com o espaço, nem possui políticas abrangentes relativamente ao uso e exploração do espaço ficando por saber se deverá ter essas políticas. As capacidades espaciais são fornecidas pelos seus estados membros colocando assim ao dispor da NATO tecnologia que na realidade não possui. Esta aproximação não difere da levada a cabo nas outras componentes, isto é, perante uma determinada operação ou exercício da Aliança são estabelecidos requisitos, ao nível das capacidades, que são satisfeitos, raras vezes na sua plenitude, pelos seus estados membros.

O JAPCC[10] (2012, p. 13) propôs um enquadramento político onde o centro da atividade da NATO relativamente ao espaço seria "*to concentrate on the employment, coordination and defense of space capabilities on behalf of NATO operations and core business*". A questão é que qualquer política espacial da NATO terá de ser congruente com a política espacial da UE e dos EUA, procurando evitar duplicações ou redundâncias, tendo em conta os princípios legais estabelecidos nos tratados e que foram assinados pelos seus países membros.

Na execução das suas principais missões a NATO está inteiramente dependente do espaço, conforme se pode verificar na seguinte tabela.

[9] Existem 15 países membros da Aliança que operam satélites (Hoof, 2010, p. 10).

[10] *Joint Air Power Competence Centre*. Centro de excelência da NATO que procura fomentar o processo de transformação e adaptação da Aliança, em particular no âmbito do poder aeroespacial.

Tabela 1 – Utilização das capacidades espaciais

Capacidade Espacial	Utilização pela NATO	Exemplos de sistemas que suportam a capacidade
Posicionamento, Velocidade, Navegação e Tempo	• Bombardeamento de precisão; • Navegação das forças; • Apoio às missões de Personnel Recovery e Combat Search and Rescue.	• *GPS* (EUA) • *Galileo* (UE)
Sistema de aviso de ameaças	• Proteção das forças; • Sistema de defesa antimíssil.	• Space Based Infrared System (EUA) • *Spirale* (França)
Monitorização ambiental	• Planeamento de missões; • Seleção de munições; • Previsão meteorológica.	• EUMETSAT (UE)
Comunicações	• Comando e Controlo • Operação de plataformas não tripuladas; • Comunicações de forças destacadas em teatros de operações inóspitos.	• Syracuse (França) • SICRAL (Itália) • SKYNET (Reino Unido)
Intelligence, Surveillance and Reconnaissance	• Planeamento de operações; • Determinação de alvos; • Avaliação após ataque.	• SAR Lupe (Alemanha) • COSMO SKYMED (Itália) • HELIOS (França)

Fonte: (Joint Air Power Competence Centre, 2012, p. 2).

A NATO terá de assegurar o acesso ao espaço no sentido de o utilizar no apoio ao processo de decisão e no apoio às operações. À medida que a dependência cresce e o espaço se tornar um meio cada vez mais contestado, a Aliança terá de desempenhar um papel mais ativo no sentido de assegurar que as linhas de comunicação com o espaço estão garantidas (Tabarcia, 2010, p. 23).

O primeiro passo que a NATO terá de tomar é entender claramente que o espaço é um domínio distinto e que é tão importante como o poder aéreo, naval e terrestre. O espaço é já referido, embora de forma breve, em documentos de orientação, doutrina e outros, no entanto, sem orientações emanadas pelo comité militar, pelo ACT ou ACO, será quase impossível obter progressos significativos (Tabarcia, 2010, p. 24).

3. O Espaço Enquadrado pela Política Comum de Segurança e Defesa Europeia

"Space may well become the next 'big' project of European security and defense policy integration, if not of European integration per se."

(Oikonomou, 2012)

Em 22 de maio de 2007, foi aprovada uma resolução da Comissão Europeia contendo a política espacial europeia onde se declara que o setor espacial é uma capacidade estratégica contribuindo para a independência, segurança e prosperidade da Europa e do seu papel no mundo (Council of the European Union, 2007, p. 2). Este documento, desenvolvido em linha com o tratado do espaço exterior (1967), reitera a ideia do uso do espaço para fins exclusivamente pacíficos. Mas o elemento determinante neste documento, no que diz respeito aos aspetos relacionados com a segurança e defesa, está patente na segunda parte, referente aos desenvolvimentos futuros, onde reconhece o papel determinante que as capacidades espaciais podem ter nesta matéria. A este respeito destaca desde logo a componente marcadamente dual no uso e exploração do espaço, realçando que é necessária uma forte cooperação entre os diversos organismos militares e civis, na área da defesa, que possa potenciar sinergias nesta matéria (Council of the European Union, 2007, p. 5).

A Europa pode, de facto, constituir-se um exemplo em que assistimos a um processo de tentativa de harmonização de aproximações diversas relativas ao uso e exploração do espaço. A UE e a ESA, em conjunto com os países possuidores de capacidades espaciais, cooperam numa variedade de assuntos. No entanto, isto não significa que exista uma postura unificada na Europa relativamente ao espaço e o âmbito das atividades variam consideravelmente de país para país (Obracojová, 2013, p. 7).

A ESA, fundada em 1975, tem presentemente 20 países membros e ambiciona conduzir investigação e desenvolvimento de capacidades em que um único país teria sérias dificuldades (associadas, não só à necessidade de recursos humanos altamente especializados em diversas áreas, mas também a elevados investimentos) em fazê-lo de forma isolada. Apesar de oito países membros da NATO serem membros fundadores da ESA, e atualmente 15 países fazerem parte de ambas as organizações, existem outros países na Europa que não possuem meios espaciais próprios.

As instituições de referência na Europa, no respeitante ao espaço, são a UE, a ESA e os países membros sendo o seu inter-relacionamento na generalidade referido como o triângulo institucional. Este triângulo é irregular na medida em que os atores em jogo são diferentes na sua natureza – um organismo supranacional, uma entidade intergovernamental e as nações soberanas (Veclani, 2014, p. 43). Adicionalmente, a sua ação no domínio espacial, em alturas sobrepondo-se, é baseada em diferentes instrumentos legais designadamente o Tratado de Lisboa, a convenção da ESA, o acordo entre a ESA e a UE e as legislações nacionais. Por outro lado, o enquadramento institucional em que as políticas de segurança

e defesa são desenvolvidas e implementadas pela UE e pelos seus estados membros é baseado no Tratado de Lisboa e nas legislações nacionais.

O debate sobre capacidades, civis e militares, deve resultar de um entendimento sobre o contexto estratégico, construído a partir da estratégia europeia para a segurança que se iniciou em 2003. Neste enquadramento importa realçar o acordo de Berlim (o designado "*Berlin Plus Agreement*") estabelecido entre a NATO e a UE, em 16 de dezembro de 2002, que permite que a UE possa utilizar estruturas e capacidades da NATO na execução das missões de gestão de crises (European Union, 2014). Após uma década da assinatura deste acordo verificamos que o ambiente estratégico europeu continua a mudar sendo atualmente marcado pelo aumento da volatilidade regional e global, com a emergência de desafios na área da segurança, com os EUA a posicionar-se numa vertente Ásia-Pacifico a que se adiciona o forte impacto da crise financeira.

Neste cenário de incerteza e complexidade destacamos também as designadas novas ameaças à segurança adquirindo particular destaque os ciberataques, as alterações climáticas e a competição por recursos naturais, cada vez mais escassos.

Para fazer face a esta miríade de desafios é fundamental que exista uma relação transatlântica forte apoiada, também, por sistemas de segurança e defesa capazes de responder, com eficácia, aos velhos mas também aos novos desafios. Isto significa também que a Europa terá de assumir a sua responsabilidade pela sua segurança mas também contribuir para a segurança das suas fronteiras. A Europa necessita assim de desenvolver um conjunto de instrumentos, incluídos na sua postura de segurança e defesa, alinhados com os seus interesses e os desenvolvimentos estratégicos atuais e futuros. Dai que a UE se tenha apercebido que cada vez mais terá que atuar como um fornecedor de segurança através da sua Política Comum de Segurança e Defesa (PCSD).

Dai que a cooperação fortalecida e coerente entre a UE e a NATO se afigurem essenciais no domínio da segurança e defesa. Operando lado a lado, em diferentes cenários, estas duas organizações partilham interesses comuns pelo que o desenvolvimento de capacidades espaciais constitui-se como um importante aspeto a considerar na PCSD da UE e na sua utilidade também para a NATO.

A este respeito importa também destacar na *European Space Policy* (European Union, 2007) o objetivo estabelecido de desenvolver, de forma coordenada, programas civis e militares bem como o contínuo uso pacífico de sistemas como o *Galileo* e o *Copernicus*[11]. Estas tecnologias, apesar de atualmente civis e para utilizadores civis, podem ser úteis também para fins militares num futuro próximo.

Face a todo este enquadramento o que importa compreender é de que forma a componente militar no seio da UE é colocada em prática nos aspetos relacionados com o uso do poder

[11] O projeto *Galileo*, sob controlo civil, é o sistema de navegação por satélite europeu. Este sistema deverá operar com 30 satélites tendo sido lançados até ao momento 4 deles. Para mais informação sobre este sistema recomenda-se a consulta do site da ESA http://www.esa.int/Our_Activities/Navigation/The_future_-_Galileo/What_is_Galileo. O projeto *Copernicus*, anteriormente designado *Global Monitoring for Environment and Security* (GMES), destina-se a dotar a Europa de um Sistema capaz de observar a superfície da terra fornecendo informação relevante de natureza ambiental, meteorológica e de gestão de emergências. Para mais informação sobre este sistema recomenda-se a consulta do site http://www.copernicus.eu/.

espacial na segurança e defesa. Apesar de existir uma crescente perceção das inter-relações entre espaço, política militar e UE, existe uma relativa ausência da *European Defense Agency* (EDA) dos fora de debate em torno da política espacial europeia, embora este cenário aparente estar a começar a alterar-se.

A EDA, agência intergovernamental do conselho europeu com a missão de suportar os estados membros e o conselho nos seus esforços de desenvolvimento e melhoria das suas capacidades de defesa, tem procurado dar vida ao desenvolvimento e consolidação de capacidades espaciais militares (European Defence Agency, 2014).

Em função da crescente internacionalização e competição, bem como orçamentos mais restritivos, a EDA tem sido progressivamente aceite como um ator da política espacial já que se constitui como um importante ator para alargar as oportunidades e aplicações ligadas à segurança e ao mercado relacionado com a defesa beneficiando assim os produtores espaciais europeus. O resultado final é a tendência crescente em direção à militarização da política europeia para o espaço, através da participação formal de organizações como a EDA na produção da política espacial.

O espaço não fez parte da agenda da EDA durante o período inicial em que a UE desencadeou operações militares. No entanto passados estes anos e decorrente das lições aprendidas resultantes destas operações, o cenário tem-se alterado. O envolvimento da EDA na política europeia para o espaço pode ser dividida em: envolvimento direto em desenvolvimento de projetos de raiz; envolvimento em projetos colaborativos; envolvimento na definição de requisitos estratégicos e orientação e assessoria (Oikonomou, 2012, p. 103).

Como exemplo destaca-se o sistema MUSIS (*Multinational Space-based Imaging System*) de observação da terra em que a EDA é a organização responsável pelo seu desenvolvimento (Oikonomou, 2012, p. 102). Este projeto foi lançado por seis países[12] e está planeado para fornecer um sistema de imagem multinacional para reconhecimento, vigilância e observação, para substituir os sistemas nacionais a partir de 2015-2017. Através da gestão deste projeto a EDA procura assegurar que a próxima geração de satélites de observação militares formem uma rede, em vez de serem desenvolvidos de forma individualizada (European Defence Agency, 2010).

Outro momento marcante, que poderá ser determinante no futuro no que diz respeito à utilização mais intensiva das capacidades espaciais numa vertente de segurança e defesa, traduziu-se na assinatura, em 2011, de um acordo entre a EDA e a ESA (European Defence Agency, 2012, p. 10). Este acordo acentuou o fortalecimento da cooperação entre as duas instituições e o aumento do papel da EDA como ator importante no desenvolvimento de políticas espaciais. Este acordo procura essencialmente identificar lacunas e encontrar sinergias no domínio do desenvolvimento de capacidades para a gestão de crises e para a PCSD.

A EDA pode assim fornecer requisitos militares para os projetos espaciais que estão em desenvolvimento, ou que se iniciarão, e contribuir para o desenvolvimento de aspetos essenciais da política espacial como sejam as atividades de ISR, de SSA, de observação terrestre e das comunicações por satélite.

[12] Alemanha, Bélgica, Espanha, França, Grécia e Itália.

Considerando a análise efetuada, será lícito concluir que a racional para o envolvimento da EDA na política espacial europeia pode ser vista por duas vias: a necessidade de desenvolver capacidades espaciais como parte da PCSD; e a necessidade de fortalecer a competitividade da indústria europeia de armamento e aeroespacial.

4. A NATO e a UNIÃO EUROPEIA no Espaço: Duplicação ou Sinergia?

Como já tivemos oportunidade de abordar, manter o acesso livre e seguro aos designados espaços comuns (*Global Commons*) continua a ser um desígnio de segurança, quer dos estados, quer das Organizações Internacionais. Neste aspeto existem dois recursos comuns, espaço e ciberespaço, que pela sua jovialidade e interdependência requerem uma aproximação colaborativa entre os estados membros da NATO e UE, e entre as próprias organizações, no sentido de os explorarem e protegerem. A sua importância estratégica é clara mas a sua exploração e proteção requer estreita colaboração que permita definir prioridades, agendas, políticas e capacidades adequadas num cenário de recursos financeiros limitados. Daí que a emergência destes espaços comuns possa representar oportunidades para uma colaboração renovada no seio da NATO e entre esta e a UE (Horowitz, 2010, p. 5).

É importante reiterar um aspeto que já foi mencionado referente às capacidades espaciais da NATO. A organização *per si* não possui essas capacidades estando dependente dos seus estados membros para que possa utilizar estes meios na condução das suas operações. A questão que se coloca é que para que seja claro o caminho a seguir na postura espacial da Aliança, é necessário o estabelecimento de uma política que possa ser posteriormente integrada no pensamento estratégico dos seus estados membros e também na edificação de capacidades. Horowitz afirma mesmo que a ausência desta política resulta do facto de apesar do espaço ter já sido militarizado não foi, ainda, armamentizado (2010, p. 10). Esta ausência de armamento no espaço pode retirar a perceção de urgência na definição de estratégias e políticas para a sua exploração e proteção.

Atualmente identificam-se duas grandes tendências relativamente às políticas de segurança e defesa com recurso ao espaço. Por um lado, a consciência na UE, na NATO e ao nível dos seus estados membros dos crescentes benefícios do espaço na implementação de políticas de segurança globais e integradas, isto é, internas e externas. Esta consciência encoraja os atores institucionais a desenvolver e manter atualizados sistemas baseados no espaço e aplicações e serviços que assegurem o controlo soberano das suas atividades na área da segurança e defesa. Por outro, existe uma complexa governação dos setores espaciais e de segurança, com múltiplas interações entre os níveis nacional, intergovernamental e da UE. Nalguns casos potencia uma série de duplicações e sobreposições. A complexidade da governação ao nível da UE está refletida no setor espacial onde é difícil promover uma aproximação eficiente e coerente, em particular, no respeitante à dimensão de segurança do e a partir do espaço (Veclani, 2014, p. 73).

Neste contexto, a soberania dos estados constitui o paradigma essencial e a política angular no que diz respeito às atividades que usam o espaço como vetor, especificamente

nas respeitantes à segurança e defesa. Enquanto este paradigma tem uma dimensão nacional pronunciada, a ênfase na autonomia e independência pan-europeia, em matéria espacial, está a obter bases de apoio. Neste sentido, a finalização dos programas *Galileo* e *Copernicus*, em conjunto com a independência ao nível industrial e tecnológico no domínio espacial e a preservação do acesso independente ao espaço, tem constituído prioridades fundamentais no seio da Europa (Veclani, 2014, p. 73).

A progressiva europeização das atividades espaciais, no domínio da segurança e defesa, é o resultado de diferentes fatores. Primeiro, o papel crescente da UE como fornecedor de segurança, não só no enquadramento da PCSD mas também nos domínios do controlo fronteiriço, vigilância marítima, proteção civil e gestão de ameaças naturais que requerem capacidades de natureza dual (Brachet, 2006, p. 94). Em segundo lugar, as inovações introduzidas pelo Tratado de Lisboa, que fornece à UE competências específicas ao nível espacial e uma janela de oportunidade para o seu enquadramento progressivo dentro de uma PCSD (União Europeia, 2007). Finalmente, a redução dos orçamentos nacionais para a segurança e defesa, mais severos na atualidade face à crise que afeta a economia mundial e a europeia em larga escala (Stockholm International Peace Research Institute, 2014).

No entanto existem ainda inúmeras dificuldades da UE no estabelecimento de uma estratégia clara para uma PCSD forte e coerente – a difícil coordenação política verificada na Líbia, Síria e Máli são exemplo disso (Gowan, 2012, p. 5) – e colocam em risco os esforços para o estabelecimento de capacidades espaciais vocacionadas para a segurança, desperdiçando a oportunidade de tornar o espaço um elemento de reforço desta política. Ao mesmo tempo, a débil coordenação entre as diferentes instituições europeias continua a limitar a eficiência de todo o setor espacial europeu (Klein, 2012). Apesar dos esforços levados a cabo para melhorar o diálogo institucional, as duplicações UE-ESA e a ausência de uma política formal que assegure que as iniciativas tomadas no seio da ESA são consistentes com as políticas da UE representam uma debilidade neste processo. Naturalmente que esta ligação UE-ESA ainda está a fazer o seu caminho já que a vocação inicial da ESA era iminentemente orientada para o desenvolvimento de capacidades civis e para o desenvolvimento tecnológico e da industria europeia (Evers, 2013, p. 19).

Uma vez que a UE é chamada a estabelecer acrescidas ligações e sinergias no domínio espacial no sentido de contribuir para a PCSD, é necessária uma cooperação mais próxima entre os diferentes atores institucionais, ao que se adiciona um necessário envolvimento por parte da EDA. Esta aproximação e colaboração terão de partir dos países membros da UE e NATO, naturalmente enquadrados por políticas espaciais que o prevejam, tendo em vista a racionalização das capacidades espaciais, com aplicação nas vertentes de segurança e defesa, tanto mais que se espera uma exploração mais vincada de sistemas de aplicação dual (civil-militar), também potenciada pelo desvanecimento das linhas que dividem a segurança e a defesa (Correll, 2013, p. 516). Este desvanecimento é também fomentado pelas necessidades operacionais – a postura civil-militar da UE requer que forças civis e militares sejam extremamente interoperáveis e capazes de atuar de forma coordenada e cooperante em diferentes teatros operacionais – e pela evolução tecnológica/industrial que determina

uma convergência crescente entre as soluções desenvolvidas e adotadas por militares e civis.

Da mesma forma que se verifica um crescente envolvimento da EDA nas iniciativas referentes ao desenvolvimento de novas capacidades e soluções mais eficientes nos domínios terrestres, navais e aéreos, parece ajustado promover a sistemática participação da EDA, agora no domínio das capacidades espaciais, tanto mais que é esta agência que tem a responsabilidade de assegurar o desenvolvimento das mesmas, tendo em vista a implementação das políticas definidas pela UE. A integração das iniciativas entre a EDA e a ESA, formalizadas pelo acordo assinado em 2011, deverá ser colocada em prática sempre que capacidades espaciais relacionadas com a segurança/defesa necessitem de ser melhoradas ou seja necessário lançar novos programas. A esta iniciativa deve ser adicionada outra que vá no sentido de aproximar a EDA da NATO, por forma a possibilitar, ao máximo, o alinhamento das iniciativas de *Pooling & Sharing*[13] e de *Smart Defence*[14].

As cláusulas mais importantes na política espacial europeia, vista agora numa perspetiva da NATO, são as relacionadas com a segurança e defesa que estabelecem os objetivos de desenvolver, de forma coordenada, programas civis e militares bem como o contínuo uso pacífico de sistemas como os já referidos *Galileo* e *Copernicus*. Estas tecnologias, apesar de atualmente civis e para utilizadores civis, podem vir a ser úteis também para fins militares, pelo que podem constituir um importante elemento de cooperação UE-NATO.

A história da humanidade tem demonstrado que os conflitos surgem onde interesses comerciais, negociais e de afirmação de poder estão presentes. À medida que a indústria associada ao espaço se desenvolve, torna-se necessário proteger e defender esses sistemas especialmente quando a nossa dependência neles não para de crescer (as sociedades ditas desenvolvidas têm, por exemplo, os seus sistemas de distribuição de água e energia dependentes dos satélites). A necessidade de proteger os meios espaciais está a ganhar relevância e pode constituir-se uma oportunidade de colaboração e de sinergias entre a UE e a NATO pelo que importa assegurar que os sistemas de SSA são desenvolvidos de forma colaborativa contribuindo para a proteção contra ataques, a mitigação de riscos e, num futuro mais longínquo, a resposta a ataques. A imagem seguinte retrata a cooperação transatlântica atual e releva as possibilidades que se podem abrir no âmbito das sinergias que se devem criar ou fortalecer entre a UE e a NATO.

[13] Iniciativa lançada pela EDA cujo objetivo é o desenvolvimento e partilha de recursos entre os estados membros da organização. Para mais informação sobre esta iniciativa ver https://www.eda.europa.eu/aboutus/whatwedo/pooling-and-sharing.

[14] Iniciativa lançada desta vez pela NATO cujo objetivo passa também pelo desenvolvimento e partilha de recursos. Para mais informação sobre esta iniciativa ver http://www.nato.int/cps/en/natolive/topics_84268.htm.

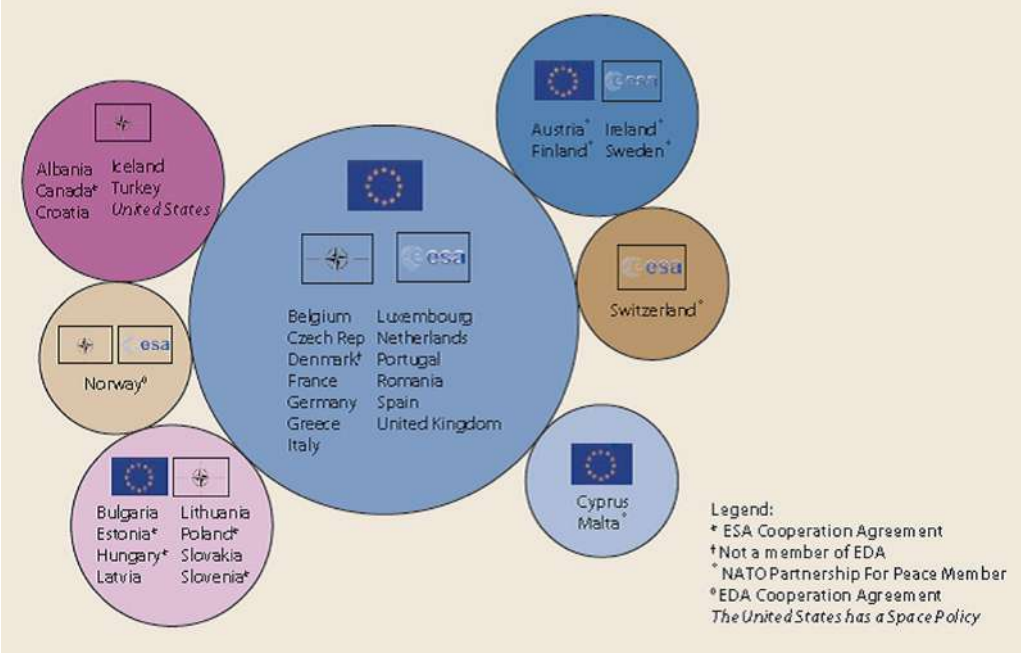


Figura 1 – Cooperação relativa ao Espaço

Fonte: (Joint Air Power Competence Center, 2012, p. 10).

Finalmente, e numa perspetiva de lidar de forma mais integrada com a informação fornecida pelas capacidades espaciais julga-se relevante destacar uma das recomendações do JAPCC que no seu relatório (Joint Air Power Competence Center, 2009) realça a importância de ser criada, ao nível estratégico, uma estrutura com competências específicas relativas à exploração do espaço. Esta iniciativa iria em linha com as estruturas já existentes no seio da NATO que lidam com os outros espaços comuns (mar, ar e ciberdefesa) e também as já existentes no seio da UE.

Conclusões

O presente ensaio tratou o Global Common designado Espaço, numa perspetiva da sua utilização nas áreas de segurança e defesa e, em particular, por duas organizações com responsabilidades nessa matéria – NATO e UE. Nesse sentido identificámos a questão que nos orientou ao longo deste ensaio: "De que forma a NATO e a UE encaram o uso do espaço e a sua exploração futura numa vertente de segurança e defesa?"

Começamos por abordar o conceito de Poder Espacial no sentido de identificar o que o edifica e o que o torna único. Assim, verificamos que o poder espacial persegue a consecução de objetivos nacionais através do uso de capacidades espaciais, existindo diferentes elementos no poder espacial que interagem ao nível civil, económico e militar. Não se traduz apenas na

posse de satélites e no acesso ao espaço, mas em tudo (e.g. informação meteorológica, dados para navegação, comunicações) o que um país, ou um conjunto de países, pode obter através do espaço. Clarificamos igualmente que o Poder Espacial não é constituído apenas pela plataforma espacial, mas é composto pelos segmentos terrestre, espacial e dos utilizadores que são interdependentes e fundamentais para que o sistema seja eficaz.

Ao longo das últimas décadas verificamos também que a tecnologia e a indústria espaciais não ficaram retidas no meio militar e têm sido exploradas, de sobremaneira, pelo meio civil contribuindo para a face de duplo uso que o espaço parece assumir. Esta constatação é particularmente relevante se adicionarmos à nossa análise os conceitos de segurança e defesa. De facto, tivemos oportunidade de observar que, à luz das transformações verificadas nas últimas décadas, o conceito alargado de segurança requer instrumentos capazes de, em inúmeras dimensões, satisfazerem os requisitos necessários de apoio à decisão e que passam, entre outros, por informações meteorológicas, de observação terrestre, de posicionamento, de aviso, de comunicações. Esta multiplicidade requer sistemas versáteis, que não exclusivamente militares, que possam responder de forma célere e precisa. Neste particular as características de presença, perspetiva, persistência e agilidade, únicas dos sistemas espaciais, conferem-lhe vantagens face a outros poderes.

Ficou também evidente, neste ensaio, que quer a NATO, quer a UE consideram o Espaço um elemento estratégico, tendo refletido essa visão em alguns documentos de referência (nomeadamente o Conceito Estratégico da NATO e a Politica Espacial da UE) das duas organizações. Ao nível da sua exploração, verifica-se que a NATO está dependente das infraestruturas espaciais na execução das suas operações atribuindo-lhe quatro áreas de missão: controlo, multiplicação da força, apoio e aplicação da força.

O que já não parece tão claro é que a Aliança tenha a perceção completa dessa dependência e que reconheça a importância de: possuir estruturas próprias, ao mais alto nível, que emanem diretivas orientadoras; integrar as considerações espaciais nos processos de planeamento das operações; assegurar a existência de procedimentos, aos diferentes níveis, que otimizem a integração das capacidades que o espaço oferece; garantir a existência de elementos com os conhecimentos e qualificações adequados. No que se refere à integração de capacidades espaciais em operações da Aliança, a aproximação não deve diferir do verificado na integração de outras capacidades mais tradicionais, na medida em que a NATO não é possuidora de meios próprios, estando dependente dos meios que os seus estados membros disponibilizam. Começa também a verificar-se, por parte da Aliança, a noção crescente da necessidade de melhor integrar as capacidades espaciais comerciais, de possuir mecanismos autónomos ou cooperativos de acesso a sistemas de monitorização situacional e de assegurar a permanente disponibilidade de meios espaciais.

No seio da UE, o uso e exploração do espaço tem ganho uma relevância extraordinária, contudo, o enquadramento difere do identificado para a NATO. O desenvolvimento de capacidades espaciais tem sido potenciado pela cooperação entre a UE e a ESA, particularmente no desenvolvimento tecnológico e da indústria espacial, existindo agora alguns mecanismos de natureza estratégica que permitem um alinhamento progressivo entre

os diversos intervenientes, designadamente o acordo *Berlin Plus*, a política espacial europeia, a PCSD e, mais recentemente, o acordo estabelecido entre a ESA e a EDA.

Esta documentação enquadradora, em conjunto com outras iniciativas em curso, mostram que ao nível europeu o uso e exploração do espaço começaram com uma preocupação essencialmente civil que tem sido progressivamente ajustada para que o espaço possa satisfazer requisitos de natureza securitária, em função da aplicação de um conceito de segurança mais alargado que potencia as valências duais de grande parte da tecnologia espacial.

Este ajustamento é, no entanto, complexificado pelo facto de existirem, como tivemos oportunidade de discutir, dificuldades constantes de coordenação política entre os estados (começando pelo facto de não serem todos membros das mesmas organizações, UE, EDA e ESA) e no seio das próprias instituições europeias. A UE tem, contudo, a perceção de que para desenvolver as suas competências como agente de segurança credível, em linha com a sua PCSD, e se afirmar como ator relevante na estabilidade internacional, necessita de identificar e desenvolver capacidades espaciais coerentes com o ambiente estratégico em que vivemos.

Em síntese, e como resposta à questão orientadora que formulamos neste ensaio, podemos afirmar que, quer a NATO, quer a UE, encaram o uso e exploração do espaço como um elemento vital das suas políticas de segurança e defesa. A NATO poderá tirar partido do progressivo alinhamento europeu no desenvolvimento de capacidades duais que, servindo os interesses de cada um dos estados membros, podem ser colocados ao dispor da UE na aplicação da sua PCSD e ao dispor da NATO na sua vertente mais militarizada da aplicação da força. Esta aproximação é tanto mais possível como expectável dado o enquadramento económico que obriga a uma gestão e exploração mais eficientes dos recursos ao dispor dos países e, em ultima instância, da NATO e UE, ganhando força as iniciativas de *Smart Defence* e *Pooling & Sharing* destas organizações.

"It's so important to us to have a potent relationship with NATO, because Member States cannot afford duplication."

Claude-France Arnould
Chief Executive
EDA

Referências Bibliográficas

Brachet, G. e. a., 2006. Space for defence: A European Vision. *Space Policy*, 24 Abril, pp. 92-99.

Correll, R., 2013. Emerging Actors. In: *Toward a Theory of Spacepower*. s.l.:National Defense University, p. 594.

Council of the European Union, 2007. *Resolution on the European Space Policy*, Brussels: European Union.

Denmark, A., 2010. Managing the Global Commons. *The Washington Quaterly*, Julho, pp. 165-182.

Emmers, R., 2013. Securitization. In: *Contemporary security studies*. London: Oxford University Press, p. 465.

European Defence Agency, 2010. *European Defence Agency*. [Em linha] Disponível em: http://www.eda.europa.eu/docs/news/MUSIS_Press_Release.pdf [Acedido em 10 Abril 2014].

European Defence Agency, 2012. EDA's key mission is delivering capabilities. *European Defence Matters*, Maio-Julho, pp. 9-11.

European Defence Agency, 2014. *European Defence Agency*. [Em linha] Disponível em: http://www.eda.europa.eu/docs/documents/factsheet_-Defence_space_final_1 [Acedido em 27 Março 2014].

European Space Agency, 2014. *Space Situational Awareness*. [Em linha] Disponível em: http://www.esa.int/Our_Activities/Operations/Space_Situational_Awareness/About_SSA [Acedido em 2 Abril 2014].

European Union, 2007. *Resolution on the European Space Policy*, Bruxelas: European Union.

European Union, 2014. *European Union External Action*. [Em linha] Disponível em: http://eeas.europa.eu/csdp/about-csdp/berlin/index_en.htm [Acedido em 25 Março 2014].

Evers, T., 2013. *The EU, Space Security and a European Global Strategy*, s.l.: Swedish Institute of International Affairs.

Gowan, R., 2012. *European Council on Foreign Relations*. [Em linha] Disponível em: file:///C:/Users/JO%C3%83O%20NOGUEIRA/Desktop/ECFR59_CRISIS_MANAGEMENT_BRIEF_AW.pdf [Acedido em 29 Março 2014].

Hoof, J., 2010. *Coalition Space Operations - A NATO perspective*. High Frontier, Fevereiro, pp. 7-12.

Horowitz, M., 2010. A Common Future? NATO and the Protection of the Commons. *Chicago Council Transatlantic Paper*, Outubro, pp. 1-18.

Joint Air Power Competence Centre, 2009. *NATO Space Operations Assessment*, Kalkar: JAPCC.

Joint Air Power Competence Centre, 2012. *Filling the Vacuum - A Framwork for a NATO Space Policy*, Kalkar: JAPCC.

Joint Chiefs of Staff, 2013. *Joint Publication 3-14 - Space Operations*. s.l.:s.n.

Klein, S., 2012. *E-International Relations Students*. [Em linha] Disponível em: http://www.e-ir.info/2012/12/15/the-european-space-policy-a-security-policy-in-disguise/ [Acedido em 11 Abril 2014].

Neumann, S., 2013. NATO Space "Operations Iceberg" – Looming Danger of a Non-holistic Approach. *JAPCC Flyer*, Dezembro, p. 2.

North Atlantic Treaty Organization, 2009. *AJP-3.3(A) – Joint Air & Space Operations Doctrine*, Bruxelas: NATO.

North Atlantic Treaty Organization, 2010. *Strategic Concept for Defence and Security of the Members of the North Atlantic Treaty Organization*. s.l.:s.n.

NSO, 2009. *Allied Joint Doctrine for Air and Space Operations (AJP-3.3(A))*. Bruxelas: NATO.

Nunes, M., 2010. *A Exploração Espacial no âmbito da Segurança e da Defesa – O caso da China*, Lisboa: FCSH-UNL.

Obracojová, B., 2013. *NATO in Space*, Praga: Association for Internation Affairs.

Oikonomou, I., 2012. The European Defense Agency and EU military space policy: Whose space odyssey? *Space Policy*, 27 Abril, pp. 102-109.

Peter, N., 2006. The changing geopolitics of space activities. *Space policy*, 24 April, p. 10.

Peter, N., 2009. Space Power and Europe in the 21st Century. *ESPI Perspectives*, Abril, pp. 1-6.

Pfaltzgraff, R., 2013. Internacional Relations Theory and Spacepower. In: *Toward a Theory of Spacepower*. Washington, DC: National Defense University, p. 29.

Rodrigues, A., 2013. O conceito de segurança. *Jornal de Defesa e Relações Internacionais*, pp. 1-10.

Savage, B., s.d.. *Defense-Intelligenge Space Integration*. [Em linha] Disponível em: http://www.fas.org/spp/eprint/article01.html [Acedido em 17 Março 2014].

Schulte, G., 2012. Protecting NATO's Advantage in Space. *Transatlantic Current*, May, p. 6.

Schulte, G., 2012. Protecting NATO's Advantage in Space. *Transatlantic Current*, May, p. 6.

Selding, P., 2010. *Secrecy Among Coalition Forces Hinders Use of Space Assets in Afghanistan*. [Em linha] Disponível em: http://www.spacenews.com/article/us-officer-secrecy-among-coalition-forces-hinders-use-space-assets-afghanistan [Acedido em 24 Março 2014].

Space Generation Advisory Council, 2012. *Space Situational Awareness*, Space Generation Advisory Council: Spa.

Space, 2013. *Wanted: Volunteers for Yearlong Mock Mars Mission in Canadian Arctic*. [Em linha] Disponível em: http://www.space.com/23401-mock-mars-mission-arctic-volunteers.html [Acedido em 27 January 2014].

Stockholm International Peace Research Institute, 2014. *Stockholm International Peace Research Institute*. [Em linha] Disponível em: http://www.sipri.org/research/armaments/milex/milex_database [Acedido em 10 Abril 2014].

Tabarcia, N. e. a., 2010. Space - An area of strategic importance to NATO. *Strategic Impact*.

Tomé, L., 2010. *Segurança e complexo de segurança: conceitos operacionais*. Janus.Net, Outubro, pp. 33-49.

UK MoD, 2009. *British Air and Space Power Doctrine*. UK: Centre for Air Power Studies.

UK MoD, 2012. *Space: Dependencies, Vulnerabilities and Threats*, Swindon: s.n.

União Europeia, 2007. *Tratado de Lisboa,* s.l.: Jornal Oficial da União Europeia.

Union of Concerned Scientists, 2013. *Union of Concerned Scientists*. [Em linha] Disponível em: http://www.ucsusa.org/nuclear_weapons_and_global_security/space_weapons/technical_issues/ucs-satellite-database.html [Acedido em 4 Janeiro 2014].

Union of Concerned Scientists, 2014. *UCS Satellite Database*. [Em linha] Disponível em: http://www.ucsusa.org/nuclear_weapons_and_global_security/space_weapons/technical_issues/ucs-satellite-database.html [Acedido em 06 fevereiro 2014].

United Nations Environment Programme, 2014. *United Nations Environment Programme*. [Em linha] Disponível em: http://www.unep.org/delc/GlobalCommons/tabid/54404/Default.aspx [Acedido em 27 Fevereiro 2014].

Valeri, L., 2013. *Countering Threats in Space and Cyberspace: A proposed combined approach*, London: Chatham House.

Veclani, A. e. a., 2014. *Space, soverignty and european security*, Brussels: European Parliament.

Walker, H., 2012. An Experiment in Colaition Space Operations. *The Transformer*, Outubro, p. 2.

Artigo recebido em setembro de 2014 e aceite para publicação em novembro de 2014

SECURITIZAÇÃO E GESTÃO DO RISCO – UMA ABORDAGEM CONCEPTUAL

SECURITIZATION AND RISK MANAGEMENT – A CONCEPTUAL APPROACH

Carlos Alberto Lopes Ramos Batalha
Major Engenheiro Aeronáutico
Docente AEE/IESM
Investigador Associado do CISDI
Lisboa, Portugal
batalha.c@gmail.com

Resumo

Numa base ontológica construtivista, este artigo articula, ao nível conceptual, a teoria de securitização com a vertente técnica da gestão de riscos securitários, advogando que os processos de securitização de ameaças devem ser conduzidos de forma instrumental, com base na intensidade e natureza dos riscos.

Contudo, a interdependência securitária dos Estados europeus constrange o próprio processo de securitização ao nível nacional, sendo impossível dissociá-lo do contexto e do nível de análise do complexo de segurança europeu. A gestão dos riscos, ao permitir a diferenciação da sua intensidade e discriminação da sua natureza, possibilita a distinção entre aqueles que são intensivos e cujas ameaças eventualmente deverão ser securitizadas e aqueles que são riscos extensivos e cujas medidas de mitigação passarão por abordagens políticas de essência menos extrema. A securitização de ameaças nacionais deve, assim, ser implementada com base nestas premissas, mas olhando igualmente para a Europa, de forma a evitar a descontextualização da realidade de Portugal com a do restante complexo de segurança regional no qual se encontra inserido e cujos laços de interdependência securitário obrigam a ter em consideração.

Palavras-chave: Segurança nacional, securitização, Escola de Copenhaga, gestão do risco.

Como citar este artigo: Batalha, C., 2014. A Securitização e Gestão do Risco – Uma Abordagem Conceptual. *Revista de Ciências Militares*, novembro de 2014 II (2), pp. 293-315.
Disponível em: http://www.iesm.pt/cisdi/index.php/publicacoes/revista-de-ciencias-militares/edicoes

Abstract

Based on constructivist ontology, this article articulates, at the conceptual level, the theory of securitization with the technical aspect of security risk management, advocating that the process of securitization of threats should be conducted, in an instrumental way and based on the intensity and nature of risks.

However, the security interdependence of European states constrains the securitization process at the national level, being impossible to separate it from the context and level of analysis of the European security complex. Risk management, by discriminating their intensity and nature, allows the distinction between intensive risks, whose threats must eventually be securitized and extensive risks, whose mitigation measures will undergo political approaches less extreme. The securitization of national threats must therefore be implemented based on these assumptions, but also looking to the rest of Europe, in order to avoid the decontextualization of the Portuguese reality, with that of the rest of the regional security complex in which it is inserted and whose security interdependence ties is forced to take into consideration.

Keywords: National security, securitization, Copenhagen School, risk management.

Introdução

Recentemente o Parlamento Europeu e o Conselho (2014) efetuaram uma comunicação conjunta com o intuito de estabelecer os elementos que servirão de base a uma estratégica integral da União Europeia em matéria de segurança nos mares, elencando quer interesses e ameaças, mas igualmente oportunidades de cooperação, as quais vão mais além e são mais abrangentes que a simples boa prática, incluindo uma abordagem transetorial *à mesma*[1]. Portugal possui, pela sua posição geográfica atlântica, um papel fundamental no âmbito da segurança europeia e no controlo das fronteiras marítimas do sudoeste europeu, bem como nos interesses europeus, quer ao nível dos recursos marinhos, quer de infraestruturas críticas europeias, nomeadamente os 11 cabos submarinos que partem de Cascais, Costa da Caparica e Sesimbra.

A União Europeia, enquanto agente securitizador, identifica ameaças de nível regional e define linhas de ação políticas de resposta às mesmas as quais, impreterivelmente entram na esfera de ação do exercício de soberania dos Estados-Membros, pois um espaço de livre circulação de pessoas, serviços e bens, também o é relativamente a ameaças. Neste contexto de inexistência de fronteiras terrestres, emerge um fenómeno de interdependência securitária, na qual os diversos desafios securitários dos Estados-Membros ficam submissos da eficácia de terceiros. Neste sentido consideramos que deve ser avaliado, ao

[1] "A expressão transetorial refere-se a ações ou à cooperação entre diferentes funções marinhas ou marítimas (por exemplo, segurança dos mares, proteção do ambiente marinho, controlo das pescas, alfândegas, controlo das fronteiras, aplicação da lei e defesa) " (Comissão Europeia, 2014, p. 2).

nível do exercício exclusivo da soberania portuguesa nos espaços marítimos nacionais e enquanto fronteira exterior de Portugal e do espaço Schengen, o eventual impacto de atos securitizadores europeus, formalizados na estratégica europeia em matéria de segurança nos mares e na estratégia europeia de segurança, de forma a antever eventuais conflitos de interesses, justaposições de responsabilidades ou lacunas de capacidades nacionais, estas últimas eventualmente condicionadas pela escassez de recursos.

Iremos então, no âmbito deste artigo, desenvolver um modelo de análise capaz de permitir a articulação, ao nível conceptual, do quadro de referência teórico e ontológico da Escola de Copenhaga, mais especificamente a teoria de securitização, com a vertente técnica da gestão do risco. Com base neste modelo, pretenderemos demonstrar que os processos de securitização devem ser conduzidos de forma instrumental, num âmbito de uma política de gestão dos riscos e tendo por base a intensidade e natureza dos mesmos. Mas qual a relação conceptual entre os conceitos de segurança e risco? De que forma poderão os processos de securitização influenciar a gestão dos riscos? Poderemos desarticular os processos de securitização nacionais do contexto securitário europeu?

Este artigo possui duas partes, divididas em quatro secções correspondendo as três primeiras à formulação teórica e construção do quadro conceptual e a quarta e ultima seção à aplicação prática no âmbito da securitização de ameaças nos espaços marítimos nacionais. Assim, na primeira secção, iremos abordar conceptualmente a segurança nacional, tomando como ponto de partida o artigo de Arnold Wolfers (1952), articulando-a com um conceito alargado de ameaça, i.e. englobando tanto as que possuem uma origem racional, como aquelas de cariz natural ou não intencional. Na segunda secção efetuamos um resumo enquadrante, embora não exaustivo, dos fundamentos teóricos dos estudos de segurança da Escola de Copenhaga, tendo em especial consideração os três pilares desta escola: a teoria de securitização, os setores de segurança e os complexos de segurança regionais (Buzan, et al., 1998; Wæver, 2004, p. 7). Na terceira secção estabeleceremos um nexo entre os processos de securitização e dessecuritização e a gestão do risco, demonstrando que os primeiros podem contribuir positivamente para a mitigação de riscos. Por fim, na quarta secção apresentaremos os atos securitizadores nacionais e elencados no Conceito Estratégico de Defesa Nacional (CEDN), bem como no âmbito da União Europeia. Analisaremos igualmente estes atos à luz da realidade geográfica nacional, enquanto parte integrante da fronteira exterior do espaço Schengen e, como tal, crucial para o garante da segurança no âmbito do complexo de segurança europeu.

1. A segurança nacional

O termo segurança nacional, tal como o de interesse nacional, encontra amplo emprego no âmbito da narrativa política das relações internacionais, carregando em si uma significância diferenciadora de determinados objetivos políticos, face a outros de menor importância ou emergência. Os termos podem inclusive ser confundíveis ao nível do seu sentido político, na medida em que o interesse nacional se pode tornar, de facto, a segurança nacional.

Kenneth Waltz refere "Na anarquia, a segurança é o fim mais importante. Apenas se a sobrevivência for assegurada é que os estados podem com segurança procurar outros objetivos como a tranquilidade, lucro, e o poder" (2011, p. 175). Esta visão neorrealista, que coloca a sobrevivência do Estado dependente da sua segurança, realça o cariz instrumental desta que, enquanto fim mais importante, apenas o é na medida em que se configura como o garante da consecução de outros valores.

Independentemente do objeto da segurança, esta possui sempre uma conotação bicéfala, ora referindo-se, numa perspetiva objetiva, à efetiva inexistência de ameaças a valores adquiridos ora, numa perspetiva subjetiva, à inexistência de medo relativamente a danos a esses mesmos valores (Wolfers, 1952, p. 485), o qual podemos denominar, para desambiguações, como sentimento de segurança. Todavia, devemos ter em consideração que, mesmo na dimensão objetiva da segurança, a estruturação do quadro de ameaças, ou a perceção destas, pode revestir-se de caráter subjetivo, assunto ao qual retornaremos mais adiante.

No contexto das relações internacionais, o termo segurança adquire uma dimensão própria relacionando-se diretamente com a sobrevivência do objeto referente, seja este um Estado, uma sociedade ou governo. Neste sentido, a simples articulação do termo "segurança nacional", num determinado contexto, cria uma narrativa autojustificativa quanto ao uso de meios extraordinários para fazer face às ameaças securitárias, sendo exemplo disso a legitimação quanto ao uso da força (Buzan, et al., 1998, p. 21) .

Muito embora o termo em debate não seja mais que um artefacto linguístico, o mesmo carece de definição para que possa ser operacionalizado. David Baldwin refere "*It would be an exaggeration to say that conceptual analysis of security began and ended with Wolfers's article in 1952 – but not much of one*" (1997, p. 8). Efetivamente o artigo de Arnold Wolfers (1952) configura-se, ainda hoje, uma referência nos estudos de segurança, pelo que será a partir deste que iremos construir o nosso quadro conceptual.

Arnold Worfers refere que a segurança nacional consiste em "*absence of* ***threats*** *to acquired* ***values***" (1952, p. 485), ou seja, a segurança nacional reveste-se de caráter instrumental porquanto o estado que se pretende alcançar tem em vista o estabelecimento das condições necessárias para o garante de outros valores. Esta conceptualização remete-nos para a análise daquilo que é uma ameaça e que valores podemos equacionar no âmbito securitário dos Estados.

Para Abel Cabral Couto "ameaça é qualquer acontecimento ou ação (em curso ou previsível) que contraria a consecução de um objetivo e que, normalmente, é causador de danos, materiais ou morais. As ameaças podem ser de variada natureza (militar, económica, subversiva, ecológica, etc.) " lembrando-nos contudo que, no âmbito da estratégia, somente "se consideram as ameaças provenientes de uma vontade consciente" (1988, p. 329). Apesar das tendências recentes de alargamento dos espetros das ameaças[2], muitas delas não se

[2] Por exemplo as Nações Unidas identificam seis *clusters* de ameaças que devem ser a preocupação dos Estados nas próximas décadas: económicas e sociais, conflito interestatal, conflitos intraestatal, armas de destruição massiva, terrorismo e crime transnacional (2004, p. 2). A União Europeia identifica cinco "novas ameaças" aos seus Estados-Membro: terrorismo, proliferação de armas de destruição massiva, conflitos regionais, fracasso dos Estados e criminalidade organizada (Conselho Europeu, 2003, pp. 3-4).

poderão considerar efetivamente "novas" e decorrentes dos novos ambientes securitários. Na realidade, no início da década de 80, Abrel Cabral Couto referia que as ameaças que se colocam à Nação poderiam ser de cariz militar, económico, subversivo, natural (como catástrofes e calamidades) e ecológico (1980, p. 15).

Face ao exposto, adotaremos um conceito alargado de ameaça, focando-nos mais nos efeitos que nas causas e, assim, abrangendo tanto as que tenham origem racional como irracional, natural como artificialmente induzida. Assim iremos considerar a definição de Ullman para o qual

> *"a threat to national security is an action or sequence of events that: 1) threatens drastically and over a relative brief span of time to degrade the quality of life for the inhabitants of a state; or 2) threatens significantly to narrow the range of policy choices available to the government of a state or to private non-government entities (persons, groups, corporations) within the state." (1983, p. 133)*

De salientar, nesta definição, o caráter abstrato das ameaças, sendo estas definidas não pela sua natureza, mas pelos seus efeitos os quais, no âmbito específico de degradação da qualidade de vida, se revestem de uma brevidade temporal na sua manifestação.

Cumpre neste momento definir cabalmente quais os valores que devem ser preservados relativamente às ameaças atrás aludidas. Conforme já atrás explanado e no contexto das relações internacionais, a segurança nacional relaciona-se diretamente com a sobrevivência do Estado. Assim sendo, os valores em jogo somente poderão ser de igual monta em termos de importância, ou seja, referimo-nos aos interesses nacionais.

Esta associação entre a segurança nacional e o interesse nacional é explanado por Lippmann

> *"(...) the vital interests of the nation must be so legitimate that the people will think them worth defending at the risk of war (...). A nation as security when it does not have to sacrifice its legitimate interests to avoid war and is able, if challenged, to maintain them by war."* (1943, p. 32)

Igualmente Bernard Brodie refere que os interesses vitais de um Estado são aqueles pelas quais um Estado se encontra disposto a lutar pela sua preservação, sendo a guerra a ultima opção disponível aos decisores (1973, p. 342). Muito embora tais definições sejam claras, elas efetivamente pouco elaboram relativamente a quais os interesses que carecem exatamente de tal salvaguarda, confundindo-se o objeto com as medidas de preservação do mesmo.

O conceito de interesse nacional, introduzido no léxico político por volta do século XVI, vê-se aplicado em duplo sentido: prescritivo e justificativo. Prescritivo enquanto instrumento identificativo de objetivos e metas a atingir pela política externa do Estado. Justificativo enquanto instrumento da narrativa política para justificar opções políticas (Sousa, 2005, p. 105).

Para além do sentido, também a própria definição do interesse nacional pode ser conjuntural. Por exemplo, durante a grande depressão, o interesse nacional dos Estados Unidos encontrava-se focado na componente económica, nomeadamente no bem-estar da Nação como um todo. Esta postura contrasta com aquela após a Segunda Guerra Mundial, onde a maior ameaça percecionada era externa e de cariz iminentemente militar, encontrando-se o interesse nacional Norte-americano limitado *à sua segurança* nacional (Wolfers, 1952, pp. 481-482).

Muito embora a escola realista visione o interesse nacional como verdadeiramente orientador das políticas do Estado[3] iremos, com base no nosso quadro teórico construtivista, considerar o conceito como instrumental, ou seja, justificativo de modalidades de ação política. Assim, ao articular este símbolo linguístico (o qual encerra sem si uma significância de pertinência extrema) com determinada ameaça, processa-se à transferência do assunto para a esfera da segurança nacional atrás referida, permitindo assim reclamar o uso de todos os meios necessários para lhe fazer frente. Esta linha argumentativa encontra espelho quando Henry Kissinger refere que "When you're asking Americans to die, you have to be able to explain it in terms of the national interest." (cit. por Weldes, 1999, p. 4), inferindo-se daqui um clara vertente justificativa e instrumental do interesse nacional.

2. O alargamento do conceito da segurança – a Escola de Copenhaga

Após a dissolução da União Soviética e o fim da perceção, por parte dos Estados ocidentais, da ameaça militar proveniente do Pacto de Varsóvia, os estudos de segurança iniciaram um alargamento e aprofundamento do seu espetro de análise, quer ao nível das ameaças (abrangendo não só as de cariz militar, mas igualmente outras de cariz económico, de identidade, ecológico, político, etc.), quer no próprio objeto referente, passando este a ser, não só o Estado, mas igualmente o ambiente, o ser humano ou a nação. A par do alargamento verificou-se uma alteração ontológica, do racionalismo típico dos estudos estratégicos, para uma abordagem construtivista aos fenómenos sociais, sobretudo ao nível dos estudos de segurança europeus (Wæver, 2004, p. 2).

A denominação "Escola de Copenhaga" foi inicialmente atribuída no âmbito de uma crítica ao trabalho desenvolvido na área dos estudos de segurança por Barry Buzan e Ole Wæver. Os estudos de segurança desta escola encontram-se alicerçados em três ideias principais: i) securitização, ii) setores de segurança e iii) complexos de segurança regionais (Wæver, 2004, p. 7). Muito embora não seja objetivo deste artigo expor exaustivamente toda a teorização desta escola, consideramos pertinente salientar os pontos fundamentais da mesma[4].

O conceito de securitização é aquele que caracteriza, de forma mais vincada e original, a Escola de Copenhaga tendo sido inicialmente proposto por Ole Wæver. Segundo este

[3] Para uma visão clássica desta abordagem ver (Morgenthau, 1951) e (Morgenthau, 1952).

[4] Para um estudo mais aprofundado do enquadramento teórico da Escola de Copenhaga ver (Buzan, 1991; Buzan, et al., 1998). Especificamente sobre o complexo de segurança europeu ver (Buzan, et al., 1990). No âmbito da aplicação prática do conceito de securitização e análise de discurso ver (Hansen, 2006).

"Security is the result of a move that takes politics beyond the established rules of the game and frames the issue as above normal politics" (2004, pp. 7-8). Ou seja, a securitização é uma forma extrema de politização de um determinado assunto, o qual passa a possuir atributos únicos que permitem um tratamento excecional do mesmo (Buzan, et al., 1998, p. 23). De acordo com a abordagem sociológica[5] de Balzacq, a securitização consiste num processo no qual

> *"patterns of heuristic artefacts (metaphors, image repertoires, analogies, stereotypes, emotions, etc.), are contextually mobilized by a recognized agent, who works persuasively to prompt a target audience to build a coherent network of implications (feelings, sensations, thoughts, and intuitions), that concurs with the enunciator's reasons for choices and actions, by investing the referent subject with such an aura of unprecedented threatening complexion that a customized political act must be undertaken immediately to block its development." (2010, p. 63)*

O processo de securitização consiste assim no estabelecimento intersubjetivo de uma potencial ameaça *à existência de um objeto referente* (real ou percecionada), o qual se repercute de forma substancial ao nível político. A securitização é analisada através do discurso político e considera-se materializada quando o ator securitizador consegue, por via da argumentação securitária já aludida, libertar-se de forma legítima dos procedimentos e regras que, de outra forma, teria de observar na consecução das suas políticas (Buzan, et al., 1998, p. 25).

Um outro pilar fundamental da matriz da Escola de Copenhaga é a divisão da segurança nacional nos diversos setores e que resultam da distinção das dimensões politica, económica, ambiental, militar e societal da mesma. Esta divisão tem como objetivo não o "alargamento" do conceito de segurança nacional, mas antes a sua subdivisão em parcelas, relacionadas entre si, mas mais simples e claras individualmente. Assim, o método analítico em termos de setores deve iniciar-se com uma análise, isto é, a dissecação da segurança nas suas cinco dimensões, mas deverá terminar com a sua síntese, ou seja a sua concatenação e interpretação como um todo (Buzan, et al., 1998, pp. 7-8). Iremos de seguida debruçar-nos, de forma resumida, sobre cada um dos setores em particular, de forma a permitir a compreensão do seu espetro de ameaças e objetos referentes.

O setor político relaciona-se com a estabilidade organizacional das unidades sociais a qual, no caso dos Estados, encontra-se diretamente relacionada com as ameaças não militares à soberania dos mesmos (Buzan, et al., 1998, pp. 141-162). No âmbito das ameaças à segurança política, a própria ideologia pode ser securitizada. No Título X, art.º 273º, nº 4 da Constituição da República Portuguesa de 1976, na sua versão original, podia ler-se "As Forças Armadas Portuguesas têm a missão histórica de garantir as condições que permitam

[5] Esta abordagem é mais abrangente que a linha filosófica da Escola de Copenhaga, para a qual a securitização resulta de um ato narrativo (speech act), no qual algo é identificado como ameaça (ato securitizador) e, posteriormente, aceite pela audiência alvo como tal: "by saying the words, something is done" (Wæver, 2004, p. 8).

a transição pacífica e pluralista da sociedade portuguesa para a democracia e o socialismo" o que se configura como um claro ato securitizador de cariz político. Contudo, durante o período de vigência desta revisão da Constituição (até à 1ª revisão constitucional de 1982, onde foram retiradas referências ideológicas relativamente às Forças Armadas, sublinhado o seu apartidarismo) os chefes dos Ramos e o Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas nunca produziram, no desempenho das suas funções, qualquer alusão de cariz politico-ideológico e sempre agiram em termos não conformes com o espírito do referido artigo (Vaz, 1993, p. 60). Face a esta constatação poderemos considerar este processo de securitização como não concretizado, porquanto as Forças Armadas, ator funcional neste caso, não assimilaram o ato securitizador.

O setor económico propõe-se materializar o debate no âmbito da economia política internacional, nomeadamente ao estabelecer uma ponte entre o debate relativo às relações entre as unidades políticas, no seio de uma estrutura política anárquica e a estrutura económica do mercado (Buzan, et al., 1998, p. 95). No entanto, a própria natureza da segurança económica dificulta a sua concreta definição, porquanto torna-se dependente do próprio objeto de referência. Se ao nível do indivíduo facilmente associamos a segurança económica com o livre acesso às necessidades humanas mais básicas (comida, abrigo, educação), ao subir o referencial ao nível estatal o mesmo conceito passa a ter fortes conotações políticas relativamente a temas como o desemprego, distribuição de riqueza e bem-estar social (Buzan, 1991, p. 237).

A securitização ambiental é, eventualmente, a mais controversa na comunidade das escolas dos estudos de segurança, havendo detratores e apoiantes da mesma. Um dos atores securitizadores mais pertinentes neste setor específico tem sido as Nações Unidas, especialmente a partir da Conferência de Estocolmo de 1972, onde a relação do homem com o meio ambiente foi o tema central da mesma. Este setor específico possui duas visões do objeto referente, dependendo dos atores securitizadores. Existem aqueles que advogam o meio ambiente, enquanto suporte de toda a atividade humana como referente, outros que defendem que este deve ser a civilização humana, visionando um retrocesso ao barbarismo em virtude de uma degradação cataclísmica do ambiente, ao estilo de *Mad Max* ou *Waterworld* (Buzan, et al., 1998, pp. 71-76).

O setor militar é o setor de segurança por excelência. Neste setor o objeto referente é o Estado e os agentes securitizadores mais pertinentes, as elites políticas dos mesmos. Sendo este o setor que coloca, de forma mais premente e intensa, a sobrevivência efetiva dos Estados em causa, é natural que os processos de securitização associados possuam um caráter de emergência mais intenso e musculados, podendo, paradoxalmente, despoletar ambientes mais inseguros, sendo o dilema da segurança[6] um exemplo pragmático. A securitização, no setor militar, é primariamente uma função das capacidades militares relativas dos vários atores e dos diferentes graus de amizade e inimizade existentes entre si. Assim e sendo a securitização um processo social intersubjetivo, baseado nas ameaças,

[6] Sobre o dilema da segurança ver (Booth & Wheeler, 2007).

também este um constructo social alicerçado em perceções[7] e interpretações subjetivas e, como tal, amplamente aberto a equívocos, *é expetável que este processo desencadeie*, quer a securitização de ameaças inexistentes, quer a não securitização de outras reais (Buzan, et al., 1998, pp. 49-70).

Por ultimo, o setor da segurança societal, o qual deve ser diferenciado da segurança social, esta centrada no individuo e de cariz tipicamente económico, enquanto a primeira alude à identidade da nação ou grupo social. As ameaças neste setor são aquelas capazes de comprometer a identidade do grupo social e, como tal, a coesão necessária ao seu funcionamento como unidade política. Tais ameaças podem provir de três fontes primárias: imigração, competição horizontal e competição vertical. No caso da imigração, os fluxos migratórios em grande escala diluem a densidade populacional dos Estados ou de determinados grupos sociais, os quais poderão ver a sua matriz identitária alterada e em perigo face à nova composição da população. No âmbito da competição horizontal e vertical determinado grupo social deixa de se rever com determinada identidade ou vê a mesma ameaçada. No caso de tal ameaça provir da influência ou contágio com outras culturas e outros grupos (e.g. a ocidentalização vista aos olhos dos Estados muçulmanos) denomina-se competição horizontal. Se a perceção da mesma resultar de um processo de integração (e.g. União Europeia) denomina-se competição vertical (Buzan, et al., 1998, pp. 119-123).

Independentemente do setor de segurança a que determinado processo de securitização se refere, o mesmo somente possui coerência se analisado no respetivo contexto geográfico em que tem lugar, mais especificamente tendo em consideração o nível sistémico no qual o mesmo se desenrola. Sendo a segurança um fenómeno relativo, ou seja, dependente dos comportamentos e perceções relativamente a outros atores, a segurança nacional de um Estado somente é analisável num âmbito mais alargado e enquanto parte de um sistema internacional de agentes interdependentes do ponto de vista securitário (Buzan, 1991, p. 187). Neste sentido um complexo de segurança regional consiste

> *" (...) a set of units whose major processes of securitization, desecuritization, or both are so interlinked that their security problems cannot reasonably be analyzed or resolved apart from one another." (Buzan, et al., 1998, p. 201).*

Na base de identificação destes complexos encontra-se a noção de que, após o colapso da ordem bipolar da guerra fria, a principal força organizadora a nível global desapareceu, dando lugar a interdependências securitárias regionais, ou seja, à emergência de subsistemas securitários de cariz regional, podendo ser positivos, nos quais os Estados abdicam do uso da força nas relações entre si (Europa atual) ou negativos, onde impera um pensamento hobbesiano (médio oriente). Os complexos de segurança regionais não serão mais do que representações das variadas intensidades das relações de segurança, entre as unidades políticas que o compõem, as quais tendem a formar um padrão regional, do ponto de vista geográfico e que são definidas pelas características do subsistema ao nível da sua

[7] Relativamente a perceções de ameaças no âmbito das relações internacionais ver (Stein, 2013).

estrutura e processos, ou seja, pela distribuição de poder entre unidades e pelas relações de amizade e inimizade entre si (Buzan, et al., 1998, pp. 9-15).

3. Securitização e risco

Retomando as definições de ameaça e de segurança e uma vez que, como vimos, as ameaças se reportam sempre a valores (materiais ou morais) os quais se pretendem preservar relativamente a danos, podemos reescrever o conceito de segurança de Wolfers como ausência de danos a valores adquiridos, sem incorrer numa perda do sentido original. Contudo, ao referir "*absence of threats*" a definição original do autor remete-nos para uma segurança absoluta, a qual é impossível teoricamente, pois tal dependeria de uma ausência absoluta de ameaças ou de uma total ausência de valores a proteger. Assim e face à impossibilidade deste estado, viveríamos numa total insegurança permanente, o que também se afasta da realidade. Nesta linha de pensamento, a segurança materializa-se como um espetro que abrange não só a total segurança e a total insegurança, mas igualmente todos os estados e sentimentos entre os dois não sendo, portanto, um conceito binário.

Neste sentido, poderemos refletir o referido espetro, na definição de segurança, considerando que esta consiste na baixa probabilidade de danos a valores adquiridos, o que não altera de sobremaneira o conceito original de Wolfers (Baldwin, 1997, p. 13), mas que, assim traduzida, remete-nos claramente para uma visão probabilística de eventos com efeitos negativos, ou seja, a segurança pode ser encarada como um estado inversamente proporcional aos riscos (mais riscos, menor segurança e vice-versa). Neste sentido, podemos considerar, do ponto de vista técnico e conceptual, todas as atividades que determinado Estado desenvolve na persecução da segurança nacional, como atividades de gestão do risco.

Porque o significado da palavra risco tem vindo a alterar-se ao longo dos séculos havendo, ainda hoje, ambiguidades no seu uso e quanto ao seu significado, compete-nos tecer breves considerações sobre o conceito, de forma a evitar dubiedades quanto ao seu sentido. Se na sua génese latina *riscum* possuía íntima afinidade com a ocorrência de perigos derivados à mão de Deus, força maior ou à natureza, atualmente o termo tende a possuir um caráter técnico, atribuindo um sentido de calculabilidade ao desconhecido e à incerteza, compreendendo todos os atos, de natureza racional ou não, que possam de alguma forma afetar-nos negativamente (embora possam existir riscos positivos, nomeadamente na área financeira) (Lupton, 1999, pp. 5-17).

Considera-se o risco na sua dimensão técnica e formalizado como o produto de dois fatores: probabilidade e consequências. A formalização do risco nestes termos permite-nos diferenciar a probabilidade de ocorrência de determinado evento, das consequências do mesmo, ou seja, presta-se à distinção entre o risco associado a eventos com alta probabilidade e baixos danos e a eventos com baixa probabilidade e altos danos, os quais são naturalmente distintos, devendo ser analisados de forma diferenciada. Ao associar, num único conceito, estas duas dimensões permite-nos efetuar uma gestão bidimensional

do risco, ou seja, ao nível das ocorrências e ao nível das consequências cuja mitigação, conforme verificámos, contribui positivamente para a segurança.

Contudo e porque são riscos de natureza e consequências diferentes, devemos separar, do ponto de vista conceptual, aquilo que são riscos associados a pequenos danos de probabilidade elevada e elevados danos de probabilidade baixa. Assim, consideramos como risco extensivo aquele associado à exposição persistente ou repetitiva (alta probabilidade de ocorrência) a condições de consequências negativas de intensidade baixa ou moderada, as quais podem, cumulativamente, ter impactos relevantes. Na conjugação oposta dos fatores teremos então o risco intensivo o qual se encontra associado a consequências graves ou catastróficas, mas cuja probabilidade de ocorrência é baixa (Brauch, 2011, p. 96).

Conforme vimos, do ponto de vista de dedução conceptual, o incremento da segurança é conseguido através da gestão do risco, o qual consiste no "*process of analyzing, selecting, implementing, and evaluating actions to reduce risk*" (Yoe, 2012, p. 52). A gestão do risco, quando eficaz, contribui para a identificação de oportunidades para a criação de resiliência, quer ao nível do planeamento quer ao nível da atribuição de recursos, de forma a permitir a redução do risco através da limitação das probabilidades de ocorrência ou diminuição da incerteza, bem como ao nível da mitigação das consequências negativas das ocorrências que possam materializar-se.

Ao legislar no âmbito dos projetos estruturais de edifícios, um Estado encontra-se, na verdade, a gerir o risco face a sismos. Não podendo controlar a incerteza derivada da variabilidade da sua ocorrência8, a diminuição do risco efetua-se através da diminuição dos eventuais danos que o terramoto possa provocar, obrigando a projetar estruturas mais resilientes e em áreas onde a manifestação física do sismo seja menos intensa (ordenamento do território). Por outro lado, ao edificar uma capacidade militar credível, determinado Estado gere o risco proveniente de agressões militares, diminuindo a probabilidade de ocorrência destes eventos através de um processo de dissuasão de eventuais adversários.

No entanto, ambos os processos (limitação de danos e diminuição da probabilidade de ocorrências) pressupõem um outro a montante o qual, se elaborado sobre pressupostos errados, irá propagar os mesmos ao longo de todo o processo de gestão do risco, com eventuais consequências contrárias às pretendidas e/ou desperdício de recursos: a identificação das ameaças. A segurança nacional é, tradicionalmente, o resultado de um processo de análise do ambiente e definição das ameaças, a qual tem por base fatores subjetivos (a proximidade geográfica e temporal, a historicidade, fatores de amizade e inimizade, cultura, etc.), envolvendo um aglomerado complexo de condições que tornam particularmente difícil discernir quanto às suas consequências e modos de atuação, sobretudo se for tida em consideração a interação com as medidas de mitigação de risco que eventualmente se estabeleçam.

Atualmente e conforme refere Robert Mandel, "*it is exceedingly difficult to distinguish cleanly between good and evil, between threat and nonthreat, or between unjustified*

8 Que é substancialmente diferente da incerteza derivada da falta de conhecimento, a qual poderá eventualmente ser colmatada com mais informação, mais estudos, etc.

offensive aggression and justified defensive protection on the international level." (2008, p. 44), pelo que a atribuição de um caráter de ameaça, baseado em fatores amplamente subjetivos, pode, em ultimo caso, originar aquilo que Didier Bigo descreve como *"a proactive logic which antecipates the risks and the threats, locating the potential adversaries even before they have any consciousness of being the threat to others"* (2005, p. 86), com possível hostilização de terceiros e eventual criação de um dilema da segurança, artificialmente induzido por uma incorreta avaliação e interpretação dos riscos.

As perceções de ameaças podem, assim, assumir dois modos distintos e contrastantes, aos quais Robert Mandel denominou de Vigilância Percetual e Defesa Percetual. O primeiro reporta-se a sociedades altamente sensíveis a evidências da probabilidade de acontecimentos indesejáveis, no segundo as sociedades tendem a furtar-se às evidências e a subestimar as consequências negativas daí provenientes. Em termos comportamentais, os primeiros tenderão a ter uma atitude proactiva e agir sobre as ameaças enquanto as mesmas apresentam baixo risco e os segundos apresentam uma atitude passiva, agindo somente depois de o risco ser demasiado elevado (2008, pp. 42-43). Esta dicotomia comportamental reflete os extremos do caráter das sociedades que, no limite, poderão condicionar os dilemas da interpretação e resposta, no âmbito das relações internacionais. Tais dilemas, intrínsecos do dilema da segurança, podem considerar-se como sendo dois níveis distintos de um tabuleiro de xadrez estratégico e onde os decisores políticos têm de optar por uma de duas vias à sua disposição, em cada um desses níveis. O primeiro nível, denominado dilema da interpretação, refere-se aos motivos, intenções e motivações dos outros atores do sistema internacional; o segundo, o dilema da resposta, refere-se à forma mais racional de responder ao primeiro (Booth and Wheeler in Williams, 2008, pp. 131-150).

O processo de securitização sendo, na sua essência, um processo intersubjetivo de estabelecimento de ameaças, deve ser encarado como de gestão de risco, na medida que é através do elevar do nível de importância política das ameaças que o Estado garante a oportunidade de empregar meios excecionais de mitigação do risco, seja ao nível de alocação de meios e recursos, quer ao nível de estabelecimento de novas medidas legislativas. Contudo, tendo em consideração que as ameaças podem ser identificadas numa miríade de situações e os recursos alocáveis à segurança nacional (como a tudo) são limitados, existe necessidade de estabelecer um determinado limite abaixo do qual as ameaças podem ser consideradas inconsequentes ou somente carecendo de monitorização e acompanhamento (Buzan, 1991, p. 141). Este limite, indexado necessariamente aos recursos existentes, somente será passivel de estabelecimento se compreendermos o valor da segurança, pois deste dependerá a vontade política na disponibilização e alocação de mais recursos, materiais e humanos.

Adam Smith expunha assim o paradoxo do valor "Nada é mais útil do que a água: mas com ela praticamente nada pode comprar-se; praticamente nada pode obter-se em troca dela. Pelo contrário, um diamante não tem praticamente qualquer valor de uso; no entanto, pode normalmente obter-se grande quantidade de outros bens em troca dele" (1779, cit. por Neves, 2001, p. 44). Neste paradoxo o valor que se atribui às várias unidades (copos de

água) vai decrescendo com a quantidade disponível das mesmas, porquanto o uso racional também será de menor caráter (sobrevivência versus regar o jardim). O mesmo se passa com o diamante, mas a um nível inferior face à menor quantidade de unidades disponíveis. Assim o "valor de uso" consistirá na soma da utilidade conseguida por cada uma das unidades do bem que possuímos, enquanto o "valor de troca" consistirá no valor da unidade com menor utilidade. Assim verificamos que não é somente a utilidade do bem que influencia o seu valor, mas igualmente a quantidade que se possui do mesmo, porquanto esta influenciará a utilidade da unidade marginal (utilidade marginal) (Neves, 2001, pp. 44-45).

A segurança, considerada como um estado, poder-se-á analisar como um bem possuindo, neste sentido , determinada utilidade, entendida esta, no âmbito da ciência económica, como o grau de satisfação às necessidades humanas, as quais são inerentemente subjetivas por natureza. Isto significa que, sendo um bem, o valor da segurança não reside em si, mas é-lhe atribuido por aqueles a almejam, os seus consumidores ou clientes.

Assim, o valor de uso da segurança é o valor que se tira não só do sentimento de alivio face ao distanciamento perante ameaças e suas consequências, mas igualmente daquilo que se pode realizar pela sua existência objetiva. Naturalmente e conforme já vimos, este valor é subjetivo e depende de cada pessoa ou comunidade. Contudo existe sempre um valor de troca para esta segurança o qual não depende só da utilidade da segurança, a qual é inconstestável em qualquer, mas igualmente pela disponibilidade de unidades e, neste âmbito, altamente variável entre grupo sociais, tanto no espetro objetivo como subjetivo.

Não se pretendendo, de forma altificial e injustificada, diminuir a quantidade de segurança, o que aumentaria o seu valor marginal, deve-se limitar a securitização áquelas ameaças que, efetivamente, possuam um risco acima de um patamar de tolerância para Portugal, mas tendo em consideração as preocupações securitárias dos outros Estados-Membros da União Europeia. A securitização de não-ameaças, para além de dispersar o foco naquilo que é importante para a segurança nacional, acaba por consumir recursos os quais, sendo finitos, não poderão ser empregues na mitigação de riscos verdadeiramente pertinentes o que, num âmbito de uma gestão holística, obrigará necessariamente a assumir mais riscos e, por conseguinte, a diminuir a segurança.

Contudo, no atual contexto internacional, o modelo securitário tradicional de enfoco exclusivo nas intenções e capacidades da fonte de ameaça reveste-se de particular complexidade pela dificuldade de identificação dos *threateners*. Perante este dilema, onde se verifica dificil identificar um inimigo e, por conseguinte, dilenear estratégias, o emprego da força torna-se impossível (Smith, 2007). Nestas circunstâncias os Estados deverão optar por um maior foco na análise dos riscos, nomeadamente na sua suscetibilidade a dano ou perda, muito à semelhança das atividades desenvolvidas no âmbito das seguradoras ou vigilância epidemiológica, prioritizando a análise das vulnerabilidades e exposição dos eventais alvos das ameaças relativamente aos atributos e intenções destas (Mandel, 2008, p. 54).

4. Atos securitizadores nos espaços marítimos nacionais

Neste capítulo iremos abordar a securitização, mas, por motivos de limitação do artigo, apenas nos iremos cingir ao ato securitizador em si. A efetiva securitização careceria de uma profunda análise da influência da narrativa, dos atores securitizadores, no público alvo e posterior verificação da respetiva eficácia, algo que vai além dos objetivos deste ensaio. Neste sentido iremos analisar os documentos orientadores, em termos securitários, de Portugal e da União Europeia, identificando aquelas que, do ponto de vista político, são identificadas como as principais ameaças.

Em 2003 a União Europeia elaborou a Estratégia Europeia em Matéria de Segurança, fortemente marcada pelos acontecimentos de 11 de setembro e por uma política de prevenção de novas ameaças, consideradas "mais diversificadas, menos visíveis e menos previsíveis", nomeadamente: terrorismo, proliferação de armas de destruição massiva (ADM) (considerada, "potencialmente, a maior ameaça à nossa segurança"), conflitos regionais, fracasso dos Estados e criminalidade organizada (Conselho Europeu, 2003, pp. 3-5).

Na dimensão específica dos espaços marítimos são elencadas, pela União Europeia, as seguintes ameaças: litígios marítimos territoriais, atos de agressão e conflitos armados entre Estados, proliferação de ADM, pirataria marítima, terrorismo e outros atos ilícitos deliberados contra navios, instalações portuárias e infraestruturas marítimas críticas, incluindo ciberataques aos sistemas de informação, criminalidade transfronteiras e organizada, incluindo o tráfico de armas, estupefacientes e seres humanos por via marítima, bem como a pesca ilegal, poluição marinha acidental e intencional, potencial impacto das catástrofes naturais e condições no mar e na zona costeira que reduzem o potencial de crescimento e de emprego nos setores marinho e marítimo (Comissão Europeia, 2014, pp. 3-4).

O CEDN (2013), no seu capítulo III, referente ao contexto internacional, enumera as ameaças[9] ao ambiente securitário global e nacional. No âmbito da segurança nacional, as principais ameaças identificadas são: terrorismo, proliferação de ADM, a criminalidade transnacional organizada, a cibercriminalidade, a pirataria, as alterações climáticas (incluindo sismos), as ocorrências de ondas de calor e frio, atentados aos ecossistemas e pandemias. Já ao nível global, para além das ameaças elencadas à segurança Nacional, são adicionalmente referidas: a multiplicação de Estados frágeis e guerras civis, os conflitos regionais, o ciberterrorismo e a disputa por recursos naturais escassos (Conselho de Ministros, 2013, pp. 1984-1985).

Na tabela I podemos observar um resumo das ameaças, conforme identificadas em alguns dos documentos oficiais de Portugal (Conselho de Ministros, 2013), União Europeia (Conselho Europeu, 2003; Comissão Europeia, 2014) e Nações Unidas (United Nations, 2004). Esta tabela, embora não exaustiva porquanto não é esse o objetivo da mesma, pretende somente demonstrar a transnacionalidade dos atos securitizadores relativamente a um conjunto diverso de ameaças, existindo uma nítida unânimidade internacional na identificação das mesmas (sobretudo ao nível do completo de segurança europeu).

[9] O CEDN emprega o conceito de ameaça, quando esta possui uma origem racional e risco, quando alude a ameaça de cariz natural ou com origem humana, mas não intencional. De salientar que, mesmo em documentos oficiais, esta terminologia não é uniforme, porquanto na Estratégia Nacional para o Mar, são referidas "ameaças de origem humana ou natural" (Governo de Portugal, 2013, p. 40). Lato sensu, ambos os conceitos encontram-se englobados na nossa definição de ameaça.

Tabela I - Resumo das ameaças

Ameaças	Portugal	União Europeia	Nações Unidas
Terrorismo	X	X	X
Proliferação ADM	X	X	X
Conflitos regionais	X*	X	
Fracasso dos Estados	X*	X	X***
Criminalidade organizada	X	X	X
Cibercriminalidade	X		
Pirataria	X	X**	
Alterações climáticas, ondas de calor/frio	X	X**	
Atentados ecossistema	X	X**	
Pandemias	X		X

* Consideradas ameaças no âmbito da segurança global no CEDN.
** De acordo com (Comissão Europeia, 2014).
*** As Nações Unidas associam o colapso dos Estados com um aumento do risco associado a atividades criminosas, terrorismo e a proliferação de ADM (United Nations, 2004).

Fonte: Elaboração do autor.

No entanto, apraz-nos tecer algumas considerações relativamente às ameaças securitizadas no âmbito do CEDN, nomeadamente as alterações climáticas, ondas de calor e frio e atentados ao ecossistema, concretamente "utilização abusiva de recursos marinhos e os incêndios florestais" (Conselho de Ministros, 2013, p. 1985). Não colocando em causa a definição destes acontecimentos como ameaça, tendo em consideração os danos associados aos mesmos, consideramos que a securitização não é justificável, porquanto os mesmos são riscos extensivos, ou seja, manifestam-se num período temporal consideravelmente extenso o que, relembrando a definição de Ullman de ameaça à segurança nacional, já atrás aludida, não se qualifica como tal. Na verdade, tais ameaças podem (e devem) ser dessecuritizadas, pois embora possa existir a tentação de securitização destes temas, de forma a obter atenção sobre os mesmos, a longo termo estes assuntos devem permanecer ao nível da esfera "normal" da política. Desta forma evita-se a existência de ameaças contra as quais não existem contramedidas e mantêm-se as mesmas ao nível em que eventuais soluções, ou mitigação dos seus efeitos (negociações multilaterais, ordenamento do território, etc.), tem efetivamente lugar. Neste sentido, as elites políticas, enquanto agentes securitadores por excelência, devem ter em consideração as eventuais desvantagens da aplicação de modelos securitários e as vantagens de mobilização de recursos e atenção nas temáticas, no momento da decisão de

securitização ou dessecuritização das ameaças, independentemente da sua natureza (Buzan, et al., 1998, p. 29).

Na continuação do projeto de integração europeu, poderemos facilmente discernir a evolução do complexo de segurança europeu, da sua configuração inicialmente negativa, onde as questões de (in)segurança dos estados eram mitigadas com recurso ao uso ou ameaça do uso da força, para a atual configuração positiva, onde os estados abdicaram do uso da força nas relações entre si[10]. No entanto, no âmbito desta alteração, emergiu um fenómeno de interdependência securitária, no qual a segurança de cada um dos Estados-Membros, mais concretamente no âmbito do espaço Schengen, passou a depender também da eficácia de estados terceiros no garante da integridade das suas fronteiras. Em 1995, França e Alemanha detinham necessidades de controlo de 98% das suas fronteiras terrestres. Atualmente essa percentagem é de 0%, recaindo essa responsabilidade do garante da inviolabilidade terrestre nos estados que compõe a "pele" do espaço Schengen (Balzacq & Carrera, 2006, p. 162). Fruto deste processo integracionista e analisando as ameaças e interesses identificados pela União Europeia e Portugal, verificamos que os espaços marítimos nacionais passaram a constituir-se um espaço, não só interesse e de soberania nacional, mas igualmente de interesse securitário europeu.

Os atentados de 11 de setembro, nos Estados Unidos da América, vieram proporcionar uma oportunidade aos estados europeus de securitizar a imigração, cujos processos de restrição já haviam sido iniciados nos anos 90 do século XX, nomeadamente através da implementação de medidas de cooperação entre os estados de origem dos imigrantes[11] e aqueles de destino e trânsito (Clochard & Dupeyron, 2007, p. 19), sendo a agência FRONTEX o produto desse mesmo ato securitizador (Neal, 2009; Léonard, 2011). De referir que, no Conselho Europeu de Laeken e na sequência do "reforço" do espaço de liberdade, de segurança e de justiça, é solicitado ao Conselho e à Comissão

> *"que definam os mecanismos de cooperação entre os serviços responsáveis pelo controlo das fronteiras externas e estudem em que condições se poderia criar um mecanismo ou serviços comuns de controlo das fronteiras externas." (2001, p. 12)*

Em casos extremos de insegurança, tal garante da integridade fronteiriça, por parte de cada estado, poderá ser vista mais como obrigação ao nível supranacional (pois daí depende a segurança de todos) e menos como exercício da soberania nacional. Em 2001, após os atentados de 11 de setembro, a Comissão Europeia referiu nas conclusões de um relatório solicitado pelo Conselho que "Os controlos nas fronteiras devem nomeadamente responder aos desafios seguintes: lutar eficazmente contra as redes criminosas, detetar com precisão os riscos terroristas e criar uma confiança recíproca entre os Estados-Membros que abandonaram os seus controlos nas fronteiras internas." (2001, p. 27), o que reitera dois

[10] Para mais detalhes relativamente à teoria "clássica" de complexos de segurança ver (Buzan, et al., 1998, pp. 10-15).

[11] No ponto 11 das conclusões do Conselho Europeu de Tampere é referido que "A parceria com os países terceiros em causa [de origem e trânsito da imigração] constituirá igualmente um elemento-chave para o êxito dessa política [de asilo e migração]" (1999).

aspetos fundamentais de âmbito securitário: o iminente caráter "externo" das ameaças, nomeadamente através da securitização da imigração e a necessidade de criar uma base de confiança mútua no âmbito de controlo de fronteiras, donde se depreende que ela não existe.

No âmbito da Estratégia Europeia de Segurança e conforme já referido, uma das ameaças securitizadas foi a criminalidade organizada[12], onde se pode verificar pelo texto deste documento o cariz iminentemente externo da ameaça e, como tal, dependente duma eficaz defesa da "pele" da UE.

Tendo em consideração a grave crise económica nacional, espelhada no próprio CEDN onde os "desequilíbrios económico-financeiros" do Estado são a primeira das vulnerabilidades nacionais elencadas e a correção dos mesmos o primeiro dos objetivos nacionais conjunturais, é expectável uma degradação das capacidades de controlo de fronteiras, fruto da redução de recursos. Tal é, efetivamente, reconhecido pelas agências europeias, nomeadamente a FRONTEX, ao referir no seu relatório de análise de risco anual "*Various austerity measures introduced throughout Member States may result in increasing disparities between Member States in their capacity to perform border controls and hence enable facilitators to select those border types and sections that are perceived as weaker in detecting specific modi operandi.*" (2012, p. 5).

Ao nível supranacional, a Comissão Europeia identifica cinco interesses estratégicos da União Europeia no âmbito da segurança marítima, salientando-se os seguintes: 1) "a proteção das infraestruturas marítimas críticas, tais como portos e terminais, (…) cabos de telecomunicações, projetos de investigação científica e inovação e outras atividades no mar", 2) "controlo eficaz das fronteiras marítimas externas da União para prevenir atividades ilegais" e 3) "Prevenção de pesca ilegal, não declarada e não regulamentada" (2014, p. 3). Tais interesses europeus entram implicitamente na esfera particular do exercício da soberania e dos interesses dos estados membros costeiros, incluindo evidentemente os de Portugal, ao sobreporem-se geograficamente com o estabelecido na Lei nº 34/2006, a qual "Determina a extensão das zonas marítimas sob soberania ou jurisdição nacional e os poderes que o Estado Português nelas exerce, bem como os poderes exercidos no alto mar." (Assembleia da República, 2006).

Adicionalmente e analisando as ameaças identificadas no âmbito da União Europeia, verificamos que a criminalidade organizada se configura como um setor securitizado de forma transversal ao nível europeu (muito embora com atores diferentes e *modus operandi* distintos) sendo o território nacional, particularmente os seus espaços marítimos, pontos de entrada importantes para estupefacientes provenientes da América do Sul (cocaína) e de África (cocaína e canábis) (Europol, 2013; United Nations, 2010), bem como diamantes de Angola (Nordstrom, 2007, pp. 105-114).

Face aos quadros nacionais e supranacionais expostos, consideramos fundamental para a manutenção do exercício exclusivo da soberania nos espaços marítimos nacionais, o garante de uma capacidade de vigilância eficaz e credível ao nível internacional. Face aos

[12] Na narrativa de securitização, são referidos os principais setores de atividade dos grupos criminosos, nomeadamente tráfico de estupefacientes, seres humanos e armas e é estabelecido um eventual nexo com o terrorismo (Conselho Europeu, 2003, p. 4).

constrangimentos orçamentais, tal desiderato só é passível de concretização com um emprego racional dos recursos, baseado numa análise de risco coerente e na sua gestão permanente. A gestão dos riscos identificados deve, contudo, diferenciar não só a intensidade dos mesmos, estabelecendo prioridades e modalidades de ação para sua mitigação, mas igualmente avaliar a sua natureza, distinguindo aqueles que são riscos intensivos e cujas ameaças eventualmente deverão ser securitizadas e aqueles que são riscos extensivos e cujas medidas de mitigação passarão por abordagens políticas de índole menos extrema. A securitização deve, assim, ser desenvolvida com base nestes pressupostos, ao nível nacional, mas olhando igualmente para a realidade europeia, de forma a evitar a descontextualização da realidade de Portugal com a do restante complexo de segurança regional no qual se encontra inserido e cujos laços de interdependência securitário obrigam a ter em consideração.

Conclusões

No âmbito das Relações Internacionais, a Segurança Nacional encontra ampla referência na bibliografia de referência, sendo inclusive o objeto de estudo em algumas subdisciplinas daquela área das ciências sociais. O termo carrega em si uma imediata significância diferenciadora dos assuntos que o envolvam, elevando a pertinência ou emergência das políticas em seu redor.

O quadro de análise deste artigo estabeleceu-se com base na conceptualização de segurança nacional de Arnold Wolfers, consistindo esta na ausência de ameaças a valores previamente adquiridos, aludindo assim a um caráter instrumental da segurança nacional, não consistindo esta num fim em si, mas num estado que se pretende alcançar, o qual estabelece as condições necessárias para o garante ou a aquisição de outros valores, considerados capitais para determinada sociedade. A segurança, ainda de acordo com Wolfers, possui duas dimensões: objetiva e subjetiva. A primeira referindo-se à efetiva inexistência de ameaças a valores e a segunda ao denominado sentimento de segurança, ou seja, à inexistência de medo relativamente a danos a esses mesmos valores.

No que concerne à ameaça, adotámos um conceito alargado, em linha com a conceptualização de Ullman e Cabral Couto, focando-nos mais nos efeitos que nas causas e, assim, abrangendo tanto as que possuem origem racional, irracional, natural como artificialmente induzida.

Da articulação das definições de ameaça e de segurança é possível reescrever o conceito de segurança de nacional de Wolfers como baixa probabilidade de danos a valores adquiridos, definição esta que, assim traduzida, remete-nos claramente para uma visão probabilística de eventos com efeitos negativos, ou seja, a segurança pode ser encarada como um estado inversamente proporcional aos riscos em que se incorre. Neste sentido, podemos encarar, do ponto de vista técnico e conceptual, todas as atividades que determinado estado desenvolve na persecução da segurança nacional, como atividades de gestão do risco, entendido este na sua dimensão técnica, ou seja, como o produto de dois fatores: probabilidade e consequências.

Após o fim da ordem bipolar assistiu-se a um alargamento dos estudos de segurança, quer ao nível das ameaças quer do próprio objeto referente. No âmbito das abordagens construtivistas, a Escola de Copenhaga configura-se como uma das principais referências nos estudos de segurança, baseando a sua teoria em três ideias principais: setores de segurança, complexos de segurança regionais e securitização.

O processo de securitização, consistindo numa forma extrema de politização de um determinado assunto é, do ponto de vista prático, uma decisão de gestão de risco, na medida que é através do elevar do nível de relevância política das ameaças que o ator securitizador garante a oportunidade de empregar meios excecionais de mitigação do risco, quer seja influenciando a probabilidade de materialização da ameaça (ex. dissuasão), quer na diminuição da incerteza (ex. obtenção de melhores informações ou efetuando mais estudos), quer tomando medidas de resiliência, resistência ou tolerância ao dano. Contudo, tendo em consideração o mapa alargado das ameaças e o facto dos recursos alocáveis à segurança nacional serem limitados, existe necessidade de estabelecer um determinado limite abaixo do qual as ameaças devem ser consideradas inconsequentes ou somente carecendo de monitorização e acompanhamento. Este limite, que poderemos chamar o limite de securitização, estará indexado necessariamente aos recursos existentes e somente será passivel de estabelecimento se compreendermos o valor da segurança, pois deste dependerá a vontade política na disponibilização e alocação de mais recursos, materiais e humanos.

A segurança, à semelhança de qualquer outro bem, possui determinada utilidade, sendo esta definida como o grau de satisfação às necessidades humanas, as quais são, por natureza, subjetivas. Isto significa que, sendo um bem de utilidade subjetiva, o seu valor não reside em si, mas na atribuição que lhe é dada pelos seus clientes. Assim, o valor de uso da segurança é o valor que se tira não só do sentimento de alivio face ao distanciamento perante ameaças e suas consequências, mas igualmente daquilo que se pode realizar pela sua existência objetiva, nomeadamente a obtenção ou manutenção de outros valores. Contudo, apesar da subjetividade do valor de uso, existe sempre um valor de troca para esta segurança o qual não depende só da utilidade da segurança, mas igualmente pela disponibilidade de unidades e, neste âmbito, altamente variável entre grupo sociais, tanto no espetro objetivo como subjetivo.

Em termos nacionais o CEDN configura-se como um documento securitizador formal do Estado inumerando, no seu capítulo III, as ameaças ao ambiente securitário global e nacional. Como ameaças à segurança nacional são identificados: terrorismo, proliferação de ADM, a criminalidade transcional organizada, a cibercriminalidade, a pirataria, as alterações climáticas (incluindo sismos), as ocorrências de ondas de calor e frio, atentados aos ecossistema (terrestre e marítimo) e pandemias. Contudo, analisando a tipologia das ameaças referidas, as quais se encontram desprovidas de atores objetivos e concretos, verificamos que o modelo securitário tradicional, de enfoco exclusivo nas intenções e capacidades das fontes de ameaça, reveste-se de particular complexidade pela dificuldade em identificar um inimigo e, por conseguinte, dilenear estratégias de emprego dos meios coercivos do Estado. Nestas circunstâncias os estados deverão optar por um maior foco na análise dos riscos, nomeadamente da sua própria suscetibilidade a dano ou perda, prioritizando a análise das

vulnerabilidades e exposição dos eventais alvos das ameaças, relativamente aos atributos e intenções destas.

No entanto e ainda no âmbito da securitização de ameaças no CEDN, consideramos que as alterações climáticas, ondas de calor e frio e atentados ao ecossitema, concretamente "utilização abusiva de recursos marinhos e os incêndios florestais" devem ser dessecuritizadas, porquanto se configuram como riscos extensivos, ou seja, manifestam-se num período temporal consideravelmente extenso o que, relembrando a definição de Ullman, não se qualificam como verdadeiras ameaças à segurança nacional. Neste sentido, tais "ameaças" devem ser dessecuritizadas, permanecendo o seu tratamento ao nível "normal" da política. Desta forma evita-se a identificação de ameaças contra as quais não existem contramedidas e mantêm-se estes temas ao nível em que, eventuais soluções ou mitigação dos seus efeitos, tem efetivamente lugar. Neste sentido as elites políticas, enquanto agentes securitadores, devem ter em consideração a intensidade e natureza dos riscos (extensivo versus intensivo), bem como as eventuais desvantagens da aplicação de modelos securitários e as vantagens de mobilização de recursos e atenção nas temáticas, no momento da decisão de securitização ou dessecuritização das ameaças.

Após os atentados de 11 de setembro, a União Europeia delineou diversas medidas no sentido de aumentar a segurança dos seus estados membros, sublinhando que "Os controlos nas fronteiras devem nomeadamente responder aos desafios seguintes: lutar eficazmente contra as redes criminosas, detetar com precisão os riscos terroristas e criar uma confiança recíproca entre os Estados-Membros que abandonaram os seus controlos nas fronteiras internas." (Comissão das Comunidades Europeias, 2001, p. 27). Esta narrativa, para além de externalizar as ameaças para além das fronteiras europeias, levando à securitização da imigração e criação da agência FRONTEX, veio salientar a necessidade de criação de uma base de confiança entre os estados membros no âmbito de controlo de fronteiras, depreendendo-se que tal não existe efetivamente.

Tendo em consideração a natureza do complexo de segurança europeu e a interdependência securitária dos seus elementos, consideramos fundamental o garante de uma capacidade de vigilância eficaz e credível, ao nível internacional, dos espaços marítimos nacionais, como mecanismo para a mitigação dos riscos securitários nacionais e manutenção desse exercício de soberania de forma exclusiva nesses espaços. Face aos constrangimentos orçamentais, tal desiderato só é passível de concretização com um emprego racional dos recursos, baseado numa análise de risco coerente e na sua contínua gestão, mas tendo sempre presente o valor de utilidade da segurança e menos o seu valor marginal, o qual tende a possuir um maior caráter de subjetividade. A gestão dos riscos deve não só permitir a diferenciação da intensidade dos mesmos, estabelecendo prioridades e modalidades de ação para sua mitigação, mas igualmente discriminar a sua natureza, distinguindo aqueles que são riscos intensivos e cujas ameaças eventualmente deverão ser securitizadas e aqueles que são riscos extensivos e cujas medidas de mitigação passarão por abordagens políticas de essência menos extrema. Os processos de securitização nacionais devem, assim, ser desenvolvidos com base nestes princípios, mas olhando igualmente para a Europa, de forma a evitar a descontextualização da

realidade de Portugal com a do restante complexo de segurança regional no qual se encontra inserido e cujos laços de interdependência securitário obrigam a ter em consideração.

Referências Bibliográficas

Assembleia da República, 2006. Lei n.o 34/2006, de 28 de Julho. Em: *Diário da República*. Lisboa: s.n., pp. 5374-5376.

Baldwin, D. A., 1997. The concept of security. *Review of International Studies*, Volume 23, pp. 5-26.

Balzacq, T., 2010. Constructivism and securitization studies. Em: M. D. Cavelty & V. Mauer, edits. *The Routledge Handbook of Security Studies*. Abingdon: Routledge, pp. 56-72.

Balzacq, T. & Carrera, S., 2006. *Security Versus Freedom? A Challenge for Europe's Future*. Hampshire: Ashgate Publishing Limited.

Bigo, D., 2005. Frontier Controls in the European Union: Who is in control?. Em: D. Bigo & E. Guild, edits. *Controlling Frontiers: free movement into and within europe*. Burlington: Ashgate, pp. 49-99.

Booth, K. & Wheeler, N., 2007. *Security Dilemma: Fear, Cooperation, and Trust in World Politics*. New York: Palgrave Macmillan.

Brauch, H. G., 2011. Concepts of Security Threats, Challenges, Vulnerabilities and Risks. Em: *Coping with Global Environmental Change, Disasters and Security – Threats, Challenges, Vulnerabilities and Risks*. Berlin: Springer, pp. 61-106.

Brodie, B., 1973. *War and Politics*. 1ª ed. New York: The Macmillan Company.

Buzan, B., 1991. *People, States and Fear*. 2ª ed. Essex: Pearson Education Limited.

Buzan, B. et al., 1990. *The European Security Order Recast – Scenarios for the Post-Cold War Era*. 1ª ed. London: Pinter Publishers.

Buzan, B., Wæver, O. & Wilde, J. d., 1998. *Security – a new framework for analysis*. 1ª ed. London: Lynne Rienner publishers.

Clochard, O. & Dupeyron, B., 2007. *The Maritime Borders of Europe: upstream migratory controls. Em: E. Brunet-Jailly, ed. Borderlands – Comparing Border Security in North America and Europe*. Ottawa: University of Ottawa Press, pp. 19-40.

Comissão das Comunidades Europeias, 2001. *Comunicação da Comissão ao Conselho e ao Parlamento – COM(2001) 672*, Bruxelas: Comissão das Comunidades Europeias.

Comissão Europeia, 2014. *Para um domínio marítimo global aberto e seguro: elementos para uma estratégia da União Europeia em prol da segurança dos mares (JOIN(2014) 9 final)*, Bruxelas: Comissão Europeia.

Conselho de Ministros, 2013. Conceito Estratégico de Defesa Nacional. *Diário da República*, 1.ª série, N.º 67, 5 abril, pp. 1981-1995.

Conselho Europeu, 1999. *CONSELHO EUROPEU DE TAMPERE 15 E 16 DE OUTUBRO DE 1999 - CONCLUSÕES DA PRESIDÊNCIA*. [Online] Available at: http://www.europarl.europa.eu/summits/tam_pt.htm [Acedido em 05 novembro 2014].

Conselho Europeu, 2001. *Conclusões da Presidência – Conselho Europeu de Laeken*: 14 e 15 de dezembro de 2001 (SN 300/1/01 REV 1), Brussels: Conselho Europeu.

Conselho Europeu, 2003. *Uma Europa Segura Num Mundo Melhor – Estratégia Europeia em Matéria de Defesa*. Bruxelas: União Europeia.

Couto, A. C., 1980. Defesa Nacional: alguns problemas conceptuais. *Nação e Defesa*, outubro--dezembro, Volume 16, pp. 11-19.

Couto, C., 1988. *Elementos de estratégia – apontamentos para um curso*. Pedrouços: Instituto de Altos Estudos Militares.

Europol, 2013. *EU Serious and Organised Crime Threat Assessment – SOCTA 2013*, Van Deventer: European Police Office.

Frontex, 2012. *Annual risk analysis 2012*, Warsaw: Frontex.

Governo de Portugal, 2013. *Estratégia Nacional para o Mar: 2013-2020*, Lisboa: Governo de Portugal.

Hansen, L., 2006. *Security as Practice – Discourse Analysis and the Bosnian War*. Oxon: Routledge.

Léonard, S., 2011. *Migration Working Group Seminar – FRONTEX and the Securitization of Migrants through Practices*. Florence, European University Institute.

Lippmann, W., 1943. *U.S. Foreign Policy*. London: Hamish Hamilton.

Lupton, D., 1999. *Risk*. 1ª ed. Londres: Routledge.

Mandel, R., 2008. *Global Threat – target-centered assessment and management*. Westport: Praeger Security International.

Morgenthau, H. J., 1951. *In defense of the National Interest: A Critical Examination of American Foreign Policy*. New York: Alfred A. Knopf.

Morgenthau, H. J., 1952. *Another "Great Debate": The National Interest of the United States*. The American Political Science Review, pp. 961-988.

Neal, A. W., 2009. Securitization and Risk at the EU Border: the origins of FRONTEX. *Journal of Common Market Studies*, Março, Volume 47, pp. 333-356.

Neves, J. C. d., 2001. *Princípios de economia política*. 2ª ed. Lisboa: Verbo.

Nordstrom, C., 2007. *Global Outlaws*. Los Angeles: University of California Press.

Procuradoria-Geral da República, 2001. Parecer n.o 147/2001. – Forças Armadas – defesa nacional – defesa militar – ameaça externa – terrorismo – missões de interesse público – segurança interna. *Diário da República*, Volume II Série, pp. 3101-3108.

Smith, R., 2007. *The Utility of Force – the art of war in modern world*. Kindle ed. New York: Alfred A. Knopf.

Sousa, F. d., 2005. *Dicionário de Relações Internacionais*. Santa Maria da Feira: Afrontamento.

Stein, J. G., 2013. Threat Perception in International Relations. Em: L. Huddy, D. O. Sears & J. S. Levy, edits. *The Oxford Handbook of Political Psychology*. Oxford: Oxford University Press, pp. 364-394.

Ullman, R. H., 1983. Redefining Security. *International Security*, Summer, pp. 129-153.

United Nations, 2004. *A more secure world: Our shared responsibility*. Washington: United Nations.

United Nations, 2010. *Report of the International Narcotics Control Board*, New York: United Nations.

Vaz, N. M., 1993. Acerca do Conceito Estratégico de Defesa Nacional – Dos Anos 60 à Actualidade. *Nação e Defesa*, Issue 67, pp. 48-71.

Wæver, O., 2004. *Aberystwyth, Paris, Copenhagen new "schools" in Security Theory and their origins between core and*. Montreal, s.n.

Waltz, K., 2011. *Teoria das relações internacionais*. 2ª ed. Lisboa: Gradiva.

Weldes, J., 1999. *Constructing National Interests: The United States and the Cuban Missile Crisis*. Minneapolis: University of Minnesota Press.

Williams, P. D., 2008. *Security Studies – an introduction*. 1ª ed. New York: Routledge.

Wolfers, A., 1952. "National Security" as an ambiguous symbol. *Political Science Quarterly*, dezembro, pp. 481-502.

Yoe, C., 2012. *Primer On Risk Analisys – decision making under uncertainty*. eBook – PDF ed. New York: CRC Press.

Artigo recebido em setembro de 2014 e aceite para publicação em novembro de 2014

A LIGA DAS NAÇÕES: CONSIDERAÇÕES SOBRE A PARTICIPAÇÃO BRASILEIRA, ÊXITOS E ÓBICES DA PREDECESSORA DA ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS[1]

THE LEAGUE OF NATIONS: CONSIDERATIONS ON THE BRAZILIAN PARTICIPATION, SUCCESSES AND OBSTACLES OF THE PREDECESSOR OF THE UNITED NATIONS

Rafael Soares Pinheiro da Cunha
Major de Artilharia (Brasil)
Doutor em Saúde Pública
Doutorando do Programa de Pós-graduação em Ciências Militares
Instituto Meira Mattos – Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (Brasil)
Pesquisador do Laboratório de Estudos de Defesa (ECEME - Brasil)
Rio de Janeiro, Brasil
rafapinheiro@gmail.com

Eduardo Xavier Ferreira Glaser Migon
Tenente-coronel de Cavalaria (Brasil)
Doutor em Ciências Militares
Docente do Programa de Pós-graduação em Ciências Militares
Instituto Meira Mattos – Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (Brasil)
Pesquisador do Laboratório de Estudos de Defesa (ECEME - Brasil)
Investigador integrado do Centro de Investigação em Segurança e Defesa do IESM
Rio de Janeiro, Brasil
eduardomigon@gmail.com

Carlos Alberto Moutinho Vaz
Major de Cavalaria (Brasil)
Doutor em Ciências Militares
Departamento de Operações de Paz - Organização das Nações Unidas
Nova Iorque, Estados Unidos da América
carlosvaz95@gmail.com

[1] O presente artigo expande a abordagem feita pelo primeiro autor no II Congresso Internacional do Observatório de Relações Internacionais (OBSERVARE) da Universidade Autônoma de Lisboa, realizado em Lisboa, em 2 e 3 de julho de 2014, sendo parte dos estudos de doutoramento deste, que o concebeu e redigiu, sob a orientação e supervisão dos demais autores.

Como citar este artigo: Cunha, R., Migon, E., Vaz, C., 2014. A Liga das Nações: Considerações Sobre a Participação Brasileira, Êxitos e Óbices da Predecessora da Organização das Nações Unidas. *Revista de Ciências Militares*, novembro de 2014 II (2), pp. 317-336.
Disponível em: http://www.iesm.pt/cisdi/index.php/publicacoes/revista-de-ciencias-militares/edicoes

Resumo

Com o fim da Primeira Guerra Mundial e a partir do décimo quarto dos catorze Célebres Pontos do presidente norte-americano Woodrow Wilson, que embasaram o armistício de 1918, surgiu a Liga das Nações. Tal entidade pretendia transformar o delineamento das relações internacionais construído até então e, desta forma, fomentar a paz mundial e acautelar a recorrência dos desentendimentos que promoveram a mortandade naquela recente contenda em solo europeu. Sua declaração foi subscrita por 44 países, dentre os quais não se incluem os Estados Unidos. Inserido no escopo dos estudos de conflitos e sistemas de segurança, esta pesquisa tem por objetivo apreciar em que medida foi participação brasileira na Liga, bem como a atuação da atividade política daquele organismo na resolução e arbitramento de disputas territoriais, seus êxitos e óbices. A abordagem ao tema foi interdisciplinar, sendo realizada sob a ótica do institucionalismo histórico, valendo-se de contribuições das áreas do saber da história militar, ciência política, ciências militares e relações internacionais. Verificou-se o processo evolutivo do organismo, a transformação da conjuntura global e a forma como as sociedades competiam no espaço internacional, que levaram a sua autodissolução, em 1946, e à transferência das responsabilidades para a recém-criada Organização das Nações Unidas.

Palavras-chave: Primeira Guerra Mundial, Liga das Nações, Organização das Nações Unidas.

Abstract

With the end of the First World War and from the fourteenth of the Fourteen Points of American president Woodrow Wilson, that supported the armistice of 1918, the League of Nations was established. Such an entity intended to transform the design of international relations built so far, and thus, foster world peace and safeguard the recurrence of misunderstandings that promoted the killing in that recent contest on European ground. Its statement was signed by 44 countries, among which was not included the United States. Inserted in the scope of conflict studies and security systems, this research aims to assess the extent of the Brazilian participation in the League, as well as the role of political activity in the resolution and arbitration of territorial disputes, its successes and obstacles. The interdisciplinary approach to the topic was conducted from the perspective of historical institutionalism, drawing on contributions from the knowledge areas of military history, political science, military science and international relations. The evolutionary process of the institution was noticed, the transformation of the global environment and how societies competed in the international space, which led to its self-dissolution in 1946, and the transfer of responsibilities to the newly created United Nations.

Keywords: First World War, League of Nations, United Nations.

Introdução

Há exatos cem anos, eclodia a Primeira Guerra Mundial como fruto de uma política de alianças entre as principais potências europeias. No início do século XX, dois principais blocos de poder emergiram e, dentro de uma postura antagônica, acabaram por atrair todos demais países do velho continente para o campo de batalha. Aquela seria a primeira grande guerra na Europa, cujo processo de industrialização, à época, dedicou-se integralmente à produção bélica. O resultado catastrófico foi uma quantidade sem precedentes de vítimas, totalizando oito milhões e meio de soldados mortos, um número estimado de 21 milhões de feridos e aproximadamente dez milhões de mortes de civis. Bell (2007, p. 15) percebe que a guerra provocou um impacto profundo, de maneira a afetar os sistemas sociais, políticos e econômicos do continente, além de infligir danos psicológicos e físicos à população. A conhecida ordem internacional europeia alcançava seu fim, no que se pode compreender de seu sentido clássico. Desta forma, aquele conflito bélico representou um notável ponto de inflexão entre as contendas militares, por suas significativas dimensões e efeitos decorrentes, demarcando o colapso do século XIX, concentrando a expressão da exaustão da ordem liberal econômica e política daquele período da história mundial.

Desenvolveu-se, desta forma, um sentimento anti-guerra em todo o mundo, o que levou a investigar-se as causas daquele conflito. Foram identificadas a corrida armamentista, a política de alianças, a prática de diplomacia secreta e a liberdade de Estados soberanos para entrar em guerra em seu próprio benefício, como os principais aspectos que teriam provocado a escalada da crise.

Uma solução proposta foi a criação de uma organização internacional, cujo objetivo seria o de impedir uma futura guerra, promovendo o desarmamento, a prática da diplomacia aberta, a cooperação internacional, restrições ao direito de fazer a guerra e a consequente aplicação de penalidades àqueles que fomentassem guerras sem justo motivo.

Observava-se o surgimento da Liga das Nações, como uma organização internacional no tabuleiro multilateral, que deveria substituir as dinâmicas de poder tradicionais no tabuleiro geopolítico. Sua criação, pois, refletia o desejo profundo de ruptura com o passado europeu da política internacional (Baracuhy, 2006).

Fundamentada em uma abordagem interdisciplinar, sob a ótica do institucionalismo histórico e de contribuições das áreas do saber da história militar, ciência política, ciências militares e relações internacionais, a presente discussão tem por objetivo apreciar em que medida foi participação brasileira na Liga das Nações, bem como, a atuação da atividade política daquele organismo na resolução e arbitramento de disputas territoriais, seus êxitos e óbices.

O artigo está constituído por seções que privilegiam e aprofundam a pesquisa nos aspectos julgados mais específicos para a consecução do objetivo em tela. Desta forma, procurou-se resgatar os antecedentes históricos da Liga das Nações; descrever sua estrutura, assinalando sua constituição fundamental; apontar os principais aspectos referentes à participação do Brasil no organismo, proporcionando um sobrevoo acerca da breve passagem do País na instituição e os inconvenientes por ele enfrentados; elencar as

atividades políticas mais relevantes durante a existência da Liga, apontando-se os incidentes que envolveram sua participação na realização de arbitramento; e, finalmente, assinalar os principais óbices enfrentados.

Percebeu-se, por derradeiro, que a Liga das Nações falhou em seu propósito principal de prevenção de uma nova guerra mundial, mas, por outro lado, apresentou contribuição exitosa como uma experiência importante no campo da formação de uma organização internacional, que permitiu o futuro estabelecimento da Organização das Nações Unidas (ONU).

Antecedentes históricos

Retrocedendo-se, o conceito de uma comunidade pacífica de nações havia sido proposto por Immanuel Kant, em idos de 1795, quando da elaboração de sua obra - À Paz Perpétua: um esboço filosófico. Na oportunidade, salientou a ideia de uma liga de nações para controlar o conflito e promover a paz entre os Estados (Skirbekk & Gilje, 2001, p. 288). O filósofo defendeu a criação de uma comunidade mundial pacífica, não no sentido de um governo global, mas na esperança de que cada Estado poderia declarar-se livre, respeitando seus cidadãos e, ainda mais, atuando como um hospitaleiro anfitrião aos visitantes estrangeiros, seres racionais, na promoção de uma sociedade pacífica. Ademais, o pensamento de cooperação internacional para promover a segurança coletiva teria sido originário no próprio concerto europeu, desenvolvendo-se no século XIX, no período pós-Guerras Napoleônicas, como uma tentativa de manter o *status quo* no continente e, por conseguinte, evitar novas e sangrentas guerras (Reichard, 2006, p. 9).

Notavelmente, pode-se pontuar que aquele período também viu o desenvolvimento do direito internacional (Rapoport, 1995, p. 498), com as primeiras Convenções de Genebra, que estabelecem as leis que tratam de ajuda humanitária durante a guerra e com as Convenções Internacionais de Haia de 1899 e 1907, que regem as regras da guerra e da solução pacífica de controvérsias internacionais (Bouchet-Saulnier, 2007). Tanto as convenções de Genebra como as convenções da Haia regulam as normas de direito internacional humanitário, sendo que Genebra reflecte preocupações humanitárias com os não combatentes e combatentes fora de combate e Haia com a regulamentação dos métodos e meios de combate e com a resolução pacífica das controvérsias.

Antecedendo a Liga das Nações, a União Inter-Parlamentar foi formada pelos ativistas da paz William Randal Cremer e Frédéric Passy, em 1889. Tal organização teve caráter internacional, sendo composta por um terço dos membros de parlamentos (considerando-se os 24 países que, à época, detinham parlamentos), representando os membros da União até 1914. Seu objetivo foi incentivar os governos a resolver disputas internacionais por meios pacíficos, que, através de conferências anuais, eram auxiliados a aperfeiçoar o processo de arbitragem internacional. Sua estrutura consistia de um conselho liderado por um presidente, o que foi refletido no próprio alicerce da futura Liga (UNOG, 2014).

Antes mesmo da eclosão da Primeira Guerra Mundial, outras formas, ainda incipientes de organização internacional de cunho pacifista, começaram a ganhar apoio e público

considerável, particularmente no Reino Unido e nos Estados Unidos da América (EUA). O termo "Liga das Nações" foi cunhado, em 1914, pelo cientista político britânico, Goldsworthy Lowes Dickinson, que também elaborou um plano para a sua organização. Para Northedge (1986), juntamente com Lord Bryce, o britânico desempenhou um papel fundamental na fundação do grupo de pacifistas internacionalistas conhecidos como o Grupo de Bryce, que, mais tarde, formariam a "União da Liga das Nações". Tornaram-se cada vez mais influentes entre o público, exercendo pressão dentro o Partido Liberal, até então governante. Subsequentemente, outras ideias forma amadurecendo, como, em 1915, a idealização da "Liga da Paz", uma organização essencialmente de arbitragem e conciliação. As propostas do Grupo de Bryce passaram a circular largamente, tanto no Reino Unido, quanto nos EUA, onde tiveram uma profunda influência sobre o movimento internacional nascente (Zimmern, 1969).

Dubin (1970) coloca que, no mesmo sentido, em 1915, foi criada uma organização semelhante nos EUA, por um grupo de simpatizantes do mesmo ideal, dentre os quais estava incluído William Howard Taft. A organização foi denominada "Liga de Imposição da Paz", cuja base estava fundamentalmente idealizada no Grupo de Bryce. Defendia o uso da arbitragem na resolução de conflitos e a imposição de sanções aos países agressores. No entanto, nenhuma destas primeiras organizações imaginou uma estrutura com funcionamento contínuo, à exceção do socialismo fabiano, que no Reino Unido, manteve uma abordagem legalista que limitaria o organismo internacional a um tribunal de justiça. Segundo Woolf (2010, p. 4) os fabianos foram os primeiros a argumentar a favor de um conselho de estados, necessariamente as grandes potências, que julgariam assuntos mundiais, e a criação de um secretariado permanente para reforçar a cooperação internacional através de uma série de atividades.

Nesse ínterim, o ministro britânico do Exterior Lord Balfour encomendou o primeiro relatório oficial sobre o assunto no início de 1918, no âmbito da iniciativa de Lord Robert Cecil. O comitê britânico foi finalmente nomeado em fevereiro 1918, liderado por Walter Phillimore, ficando conhecido como Comitê de Phillimore (Northedge, 1986). As recomendações da chamada Comissão incluíam a criação de uma "Conferência dos Estados Aliados", que iria arbitrar disputas e impor sanções aos Estados ofensivos. Schmidt (2014) aponta que as propostas foram aprovadas pelo governo britânico e muito dos resultados da comissão foram mais tarde incorporados ao Pacto da Liga das Nações.

Portanto, a Liga era uma organização – fundada na Conferência de Paz de Paris, de 1919, que encerrou a Primeira Guerra Mundial. Os dois principais elaboradores do Pacto foram Lord Robert Cecil, advogado e diplomata, e Jan Smuts, estadista da Comunidade Britânica das Nações (Wertheim, 2012). As propostas de Smuts incluíram a criação de um Conselho das grandes potências como membros permanentes e uma seleção não-permanente dos estados menores. Também propôs a criação de um sistema de Mandato para colônias capturadas pelas potências centrais durante a guerra. Já para Cecil, mais focado no lado administrativo, as reuniões do Conselho deveriam ser anuais e para a Assembleia, composta por todos os membros, quadrienais. O Pacto foi, inicialmente, subscrito por 44 países, dentre os quais se exclui os EUA (Soares, 1927).

Ademais, inseria-se no escopo dos 14 Célebres Pontos do Presidente norte-americano Woodrow Wilson, constantes do discurso proferido ao Congresso dos EUA, em 8 de janeiro de 1918 (Wilson, 1918; The White House, 2014). No décimo quarto item postulava que "uma associação geral de nações deve ser formada sob pactos específicos com propósito de fornecer garantias mútuas de independência política e integridade territorial para grandes e pequenos estados indistintamente."

Assim, a Liga das Nações (ou Sociedade das Nações) foi a primeira organização internacional cuja missão principal era manter a paz mundial (He, 1995, p. 77). O principal objetivo, conforme estabelecido no seu Pacto (1919), incluía evitar guerras pela segurança coletiva e a realização de desarmamento, além de resolver disputas internacionais por meio da negociação, tribunais internacional e arbitragem. Outros pontos presentes naquele documento, sob a forma de tratados, faziam referência a condições de trabalho, ao tratamento adequado com os habitantes nativos, ao tráfico humano e de drogas, ao tráfico de armas, à saúde global, aos prisioneiros de guerra e à protecção das minorias na Europa.

O Brasil, como país participante da Primeira Guerra, mesmo que de forma minoritária, esteve presente à Conferência de Paris, representado por seu futuro presidente, o internacionalista convicto, Epitácio Pessoa, sendo um dos signatários do Tratado de Versalhes e do Pacto da Liga das Nações.

A estrutura da Liga das Nações

Liga das Nações estava alicerçada em três principais órgãos constituintes: a Assembleia, o Conselho e o Secretariado Permanente. Adicionalmente, também possuía outros dois órgãos, também considerados essenciais: a Corte Permanente de Justiça Internacional e a Organização Internacional do Trabalho, que representava uma agência da Liga, com independência, em funcionamento até os dias de hoje (Ameida, 1938, p. 51). Além destes, apresentou em sua composição uma série de agências e de comissões auxiliares, com a particularidade de que o orçamento de cada órgão era definido pela Assembleia, contando com o apoio financeiro de seus Estados-Membros (League of Nations, 1929).

A Assembleia era composta por representantes de todos os Estados da Liga, que poderiam ter até três integrantes e direito a um voto (UNOG, 2014c). Passou a estar reunida em Genebra, após as sessões iniciais de 1920, mantendo a frequência anual de encontros, nos meses de setembro. As sessões extraordinárias da Assembleia incluíam assuntos referentes à admissão de novos membros, eleição periódica dos membros não permanentes do Conselho, eleições dos juízes da Corte Permanente e controle do orçamento, consistindo no órgão de direção da Liga.

O Conselho da Liga das Nações atuou como uma espécie de órgão executivo, a fim de direcionar as ações a serem tomadas pela Assembleia. Em sua primeira composição possuía quatro membros permanentes (França, Itália, Japão e Reino Unidos) e quatro membros não permanentes, eleitos pela Assembleia por um período de três anos, cujos primeiros membros foram Bélgica, Brasil, Espanha e Grécia (Soares, 1927, p. 69). Em 16 de janeiro de 1920, ocorreu sua primeira sessão (Magliveras, 1999), sendo presidido pelo francês

Leon Bourgeois. Assistiram ao evento, como representantes do Conselho, Maggiorino Ferraris, da Itália; Keishiro Matsui, do Japão; Earl Curpon of Kedelston, do Reino Unido; Paul Hymans, da Bélgica; Gastão da Cunha, do Brasil; Quinones de Leon, da Espanha; e Eleutherios Venizelos, da Grécia (League of Nations, 1920).

Por sua vez, o Secretariado Permanente, estabelecido na sede da Liga em Genebra, era composto por um corpo de especialistas em várias esferas, sob a direção do Secretário-Geral (Northedge, 1986, p. 50). As principais deliberações versaram sobre questões políticas; economia e finanças, minorias e administração, mandatos, desarmamento, saúde e assistência social (consumo de ópio, tráfico de mulheres e crianças), cooperação intelectual, temas legais e informação (UNOG, 2014b).

Ademais, pode-se assinalar, ainda, dentro de sua estrutura, que a Liga exerceu a supervisão da Corte Permanente de Justiça Internacional e de várias outras agências e comissões criadas para lidar com problemas prementes internacionais. Estas incluíram a Comissão de Desarmamento, a Organização Mundial de Saúde (NHI, 2014), a Organização Internacional do Trabalho, a Comissão de Mandatos, a Comissão Internacional de Cooperação Intelectual (precursora da UNESCO), a Central Permanente do Conselho do Ópio, a Comissão para os Refugiados e a Comissão da Escravidão.

O Brasil na Liga das Nações

O Brasil foi o único país latino-americano a participar da Primeira Guerra Mundial, por meio do envio de numerosa junta médica à Europa. Em função de tal cooperação, o País foi convidado pelas potências aliadas a compartilhar das negociações do Tratado de Versalhes (Rodrigues & Mialhe, 2003). Assim, a missão diplomática brasileira foi enviada a Paris, adotando postura impecável ao defender os interesses nacionais relativos ao pagamento pelo café de São Paulo depositado em Hamburgo, Antuérpia, Bremem e Trieste, comprado pela Alemanha após 1914 e sobre a indenização pelos navios brasileiros bombardeados durante o período de beligerância na Europa.

Uma vez presente na Conferência da Paz de Paris, em 1919, o Brasil aderiu como membro fundador à recém-criada Liga da Nações (Garcia, 2005, p. 21), concretização do ideal wilsoniano e marco no Direito Internacional. Nesse ponto, assinala-se a posição de destaque assumida por Epitácio Pessoa ao afirmar a igualdade de direitos entre as nações componentes da Liga, tornando-se o líder sul-americano e das pequenas potências ao combater a ideia de representação exclusiva das grandes potências no Conselho da Liga (Rodrigues & Mialhe, 2003).

O Brasil integrou o Conselho da Liga, como membro não permanente, desde a sua criação, presidindo várias vezes suas reuniões. Representou, inicialmente, o País na Liga das Nações, Gastão da Cunha, sendo sucedido por Domício da Gama. Posteriormente, já no governo de Artur Bernardes, Afrânio de Melo Franco foi encarregado de tal função.

A participação brasileira foi ativa nos anos iniciais da Liga das Nações, podendo-se elencar como principais assuntos tratados em seu âmbito o Tratado de Assistência Mútua,

elaborado por Domício da Gama, a questão das minorias, surgida principalmente pelo esfacelamento do Império Austro-húngaro, no qual Afrânio de Melo Franco mostrava-se especialista, e, em especial, a reforma do Conselho da Liga das Nações. Desta forma, buscando elevar a posição brasileira no cenário internacional, o governo do Presidente Artur Bernardes elegeu como meta prioritária de política externa a obtenção de um assento permanente no Conselho da Liga, em cujas atividades o País apresentava participação também ativa.

Santos (2003) comenta a percepção de que havia resistência europeia e de nações latino-americanas à ideia de criar-se um assento permanente para o Brasil, e da importância da manutenção do argumento geográfico ou continental, já que existia posição geral favorável a que o Brasil ocupasse o assento dos Estados Unidos. Em 1924, o governo brasileiro deu início a uma campanha no Brasil, intensificada em 1925, para divulgar seu objetivo de obter um assento permanente no Conselho da Liga.

Para a Assembleia Geral Extraordinária da Liga, realizada em março de 1926, delegações de aproximadamente cinquenta países estiveram em Genebra, em cuja convocação constava como ordem do dia para deliberação dois assuntos, a saber: o ingresso da Alemanha na Liga, como membro permanente de seu Conselho e a criação de novas regras para o rodízio dos membros não permanentes.

O Brasil passou a afastar-se das potências europeias ao adotar posicionamento diverso ao pleiteado por aqueles Estados. Assim, ao aproximar-se a abertura da Assembleia foi ficando cada vez mais clara a inconsistência do pleito brasileiro de ocupação do assento permanente. Às potências europeias cabia a tentativa de fazer implementar o que havia sido anteriormente acordado por meio dos Tratados de Locarno, em relação à pacificação dos ânimos na Europa e à reincorporação da Alemanha no quadro político regional, divergindo da postura brasileira, que não visualizava a possibilidade de concretização de sua aspiração. Ante a este quadro, como já se esperava, os países interessados foram retirando suas candidaturas, restando exclusivamente a do Brasil.

Pressionado por todos os lados, em 28 de fevereiro de 1926, Melo Franco, até então um dos maiores entusiastas da cadeira permanente no Conselho, enviou mensagem ao Rio de Janeiro relatando os fatos e mudando sua posição inicial. Assinalava que só restava ao Brasil resignar-se e contentar-se com a promessa de ver a questão analisada na próxima assembleia que ocorreria em setembro do mesmo ano (Rodrigues & Mialhe, 2003).

Após longo debate, às vésperas da Assembleia, a entrada da Alemanha no Conselho havia sido acordada de forma exclusiva, sendo postergada a deliberação quanto a novas inclusões para a próxima Assembleia, que ocorreria em setembro do mesmo ano. A 18 de março de 1926, em resposta à consulta de última hora feita por Melo Franco relatando o clima hostil criado em Genebra, o representante brasileiro anunciou o veto brasileiro ao ingresso alemão, sustentando que, embora respeitável, o Pacto de Locarno havia sido firmado à revelia das demais nações que, por conseguinte não estariam obrigadas por tais normas.

O episódio do veto colocou o Brasil, ao mesmo tempo no centro das atenções da política mundial e em isolamento completo, pois significou o adiamento da entrada em vigor de tais

acordos, fundamentais para a manutenção da paz no continente europeu. Considerando que na Assembleia seguinte seriam alteradas as regras para a escolha dos membros temporários do Conselho da Liga, a perda do lugar que o Brasil ocupava era dada como fato consumado. Deste modo, em 10 de julho de 1926, Melo Franco comunicou a retirada do Brasil da Liga das Nações, encerrando a participação brasileira naquela organização. Portanto, com sua retirada, o Brasil passava a seguir o exemplo dos EUA, afastando-se politicamente da Europa e retornando ao isolacionismo hemisférico (Garcia, 2005, p. 22).

Atividades políticas da Liga das Nações

Um dos principais reflexos da Primeira Guerra Mundial foram as indefinições relativas a questões de fronteiras, incluindo a posição exata dos limites territoriais nacionais, além de alguns aspectos que permaneceram em aberto no tocante aos países a que determinadas regiões deveriam aderir. Naturalmente, as potências aliadas vitoriosas foram favorecidas em órgãos como o Conselho Supremo das Forças Aliadas, apresentando a tendência de submeter à apreciação da Liga, impasses particularmente de difícil resolução. Isto significa que, durante o início do período entre guerras, a Liga desempenhou restrita atuação na resolução da turbulência resultante da guerra (Northedge, 1986, p.70).

Em meados da década de 1920, com o desenvolvimento da Liga e a expansão de sua esfera de atuação, esta tornou-se o centro da atividade internacional, passando a realizar o arbitramento em questões de disputas territoriais.

A partir do Quadro I, a seguir, pode-se observar os principais eventos que requereram a intervenção da Liga das Nações para mediação.

Quadro I: Incidentes que envolveram a participação da Liga das Nações para realização de arbitramento

Questão	Período	Descrição	Deliberação da Liga
Ilhas Åland	1920-1921	Disputa territorial entre Finlândia e Suécia. Åland é um arquipélago de cerca de 6.500 ilhas no Mar Báltico, entre Suécia e Finlândia. As ilhas são quase exclusivamente de língua sueca, mas em 1809, este país perdeu a posse da Finlândia e das ilhas para a Rússia Imperial. Em dezembro de 1917, durante a Revolução Russa, a Finlândia declarou sua independência, considerando as ilhas como parte da nova nação. A maioria dos habitantes do arquipélago desejava retornar ao pertencimento sueco. Em 1920, a disputa havia se intensificado a ponto de que havia perigo de guerra. O governo britânico reportou o problema ao Conselho da Liga, que estabeleceu uma comissão neutra mediadora.	Permaneceram sob o controle da Finlândia, garantida a proteção dos habitantes da ilha, incluindo a desmilitarização.
Alta Silésia	1921	Disputa territorial entre Polônia e Alemanha. Após a Primeira Guerra Mundial, a Polônia reivindicou o território da Alta Silésia, que tinha sido parte da Prússia. O Tratado de Versalhes havia recomendado um plebiscito para esta definição, que ocorreu em 20 de março de 1921, apresentando como resultado 59,6% dos votos expressos a favor da adesão da Alemanha. A Polônia alegou condições injustas envolvendo o pleito. Em 12 de agosto de 1921, a Liga foi convidada para resolver a questão, a partir de seu Conselho, que criou uma comissão com representantes de Bélgica, Brasil, China e Espanha para estudar a situação.	Divisão da região entre a Polônia e Alemanha, de acordo com as preferências mostradas no plebiscito.
Albânia	1921	Disputa territorial entre Albânia, Grécia e Iugoslávia. Situação de instabilidade foi criada pela indefinição das fronteiras da Albânia, desde a Conferência de Paz de Paris, de 1919. Tropas gregas realizavam operações no sul da Albânia e forças iugoslavas envolveram-se em incidentes com tribos albanesas. A Liga enviou uma comissão de representantes de vários poderes para a região.	Mantidas as fronteiras da Albânia de 1913, com alterações que favoreceram a Iugoslávia.
Memel	1923-1924	Disputa territorial entre França/Polônia (países aliados) e Lituânia A cidade portuária de Memel (atualmente Klaipėda) esteve sob o controle provisório dos aliados, de acordo com o Tratado de Versalhes. Os governos francês e polonês tinham a intenção de transformá-la em cidade internacional, enquanto a Lituânia queria sua anexação. Em 1923, o destino ainda não tinha sido decidido, o que levou as forças da Lituânia a invadi-la. Em dezembro de 1923, o Conselho da Liga nomeou uma Comissão de Inquérito.	Cessão de Memel à Lituânia, concedendo direitos autônomos à área.

Questão	Período	Descrição	Deliberação da Liga
Mosul	1924-1926	Disputa territorial entre Iraque e Turquia A antiga província otomana de Mosul era almejada pela Turquia, como parte de seu patrimônio histório, por outro lado, defendida pelos representantes do mandato britânico no Iraque, como pertencente ao país. A Liga das Nações formou uma Comissão de Inquérito com membros belgas, húngaros e suecos, que foram enviados para a região em 1924, quando descobriram que o povo de Mosul não pretendia ser parte da Turquia nem do Iraque, mas com alguma preferência ao último.	Em 1925, a Comissão recomendou que a região permanecesse como parte do Iraque, decisão ratificada em 05 de junho de 1926.
Vilnius	1923-1938	Disputa territorial entre Polônia e Lituânia Após a Primeira Guerra Mundial, Polônia e Lituânia recuperaram suas condições de independência, mas imergiram em disputas territoriais. Durante o Guerra polaco-soviética, a Lituânia assinou o Tratado de Paz de Moscou, com a União Soviética, que estabeleceu suas fronteiras e recebeu o controle da cidade de Vilnius, de maioria polonesa. Tal fato gerou o aumento da tensão entre a Lituânia e Polônia e levou a temores de que retomariam a Guerra polaco-lituana. Em 7 de outubro de 1920, a Liga negociou o Acordo Suwałki para estabelecer um cessar-fogo e uma linha de demarcação entre as duas nações.	A Conferência dos Aliados definiu Vilnius para a Polônia, em 14 de março 1923. A Lituânia permaneceu em estado de guerra até 1927, aceitando as fronteiras em 1938.
Grécia e Bulgaria	1925	Incidente fronteiriço entre Grécia e Bulgária Em outubro de 1925, teve início a contenda entre os dois países, com a invasão de tropas gregas na Bulgária três dias após o incidente inicial com sentinelas na fronteira. A disputa foi confiada à Liga para sua resolução.	A Liga condenou a invasão, determinando a a retirada e compensação à Bulgária.
Libéria	1930	Questões sociais envolvendo a suspeita de trabalho escravo na Libéria. O governo da Libéria pediu à Liga para iniciar uma investigação para verificar a ocorrência de trabalho forçado em plantação de borracha de propriedade norte-americana na Libéria e acusações de comércio de escravos. A Comissão resultante foi nomeada conjuntamente pela Liga, EUA e Libéria.	O Relatório constatou irregularidades em contratos trabalhistas, resultando em reformas sociais.
Colômbia e Peru	1932-1934	Disputa territorial entre Colômbia e Peru. Em 1922, os governos assinaram o Tratado Salomón-Lozano, na tentativa de resolver questões territoriais. Como parte do tratado, a cidade fronteiriça de Letícia e seus arredores foram cedidos a Colômbia, dando acesso a este país ao Rio Amazonas. Em 01 de setembro de 1932, líderes empresariais de indústrias de borracha e açúcar peruanos, que haviam perdido terreno, organizaram uma manifestação armada em Letícia. O exército peruano ocupou a cidade, levando a um conflito armado entre as duas nações. Depois de meses de negociações diplomáticas, os governos aceitaram a mediação da Liga das Nações.	A Liga assumiria o controle do território em disputa. Em maio de 1934, foi assinado um acordo de paz final, resultando no retorno de Letícia para Colômbia.

Quadro I: Incidentes que envolveram a participação da Liga das Nações para realização de arbitramento (Continuação)

Questão	Período	Descrição	Deliberação da Liga
Saar	1935	Disputa territorial entre França e Alemanha. Saar era uma província formada de partes da Prússia e da região do Palatinado da Renânia, que foi colocada sob o controle da Liga, pelo Tratado de Versalhes. Um plebiscito seria realizado quinze anos depois do controle da Liga para determinar se a província deveria pertencer à Alemanha ou à França.	Referendo foi realizado em 1935, com 90,3% dos eleitores votando na Alemanha, o que foi aprovado pelo Conselho.
Manchúria	1931-1932	Incidente entre Japão e China na região da Manchúria O governo japonês tinha o direito de desdobrar tropas na área ao redor do Sul *Manchurian Railway*, uma importante rota de comércio entre os dois países, na região chinesa da Manchúria. Em setembro de 1931, um trecho da ferrovia foi levemente danificado, que resultou na ocupação de toda a região pelos japoneses, sendo reconhecida apenas pelos governos da Itália e da Alemanha nazista. O resto do mundo adotou entendimento de que a Manchúria permanencia legalmente parte da China. A Liga das Nações concordou com o pedido de ajuda do governo chinês. Este foi um dos grandes reveses da Liga, que atuou como catalisador para a retirada do Japão, da organização.	O Relatório Lytton declarou o Japão como agressor e exigiu a devolução da Manchúria aos chineses, o que ocorreu no fina da Segunda Guerra Mundial.
Guerra do Chaco	1932-1938	Disputa territorial entre Bolívia e Paraguai na região do Gran Chaco. A cobiça na região se devia à possibilidade de controle do Rio Paraguai, que daria acesso ao mar a países sem litoral com o Oceano Atlântico, e também pela expectativa de que a região fosse rica em petróleo. O evento culminou em uma guerra desastrosa para ambos os lados, quando em 1932, quando o exército boliviano atacou os paraguaios. Estes apelaram à Liga das Nações, mas esta não atuou, em função da requisição de mediação pela Conferência Pan-americana. Pela trégua de 1938, o Paraguai assumiu o controle da maior parte da região.	Deixou de participar da mediação, o que não impediu a guerra.
Abissínia (Etiópia)	1935-1936	Invasão italiana na Abissínia. Em outubro de 1935, o ditador italiano Benito Mussolini enviou 400 mil soldados para invadir a região, ordenando o bombardeio, com o uso de armas químicas, como o gás mostarda e o envenenamento de fontes de água, contra alvos que incluíam povoados indefesos e instalações médicas. Em junho de 1936, apesar de não haver precedente para um chefe de Estado abordar o tema na Assembléia da Liga das Nações, em pessoa, Haile Selassie I, Imperador da Abissínia, apelou ajuda à Assembleia, na proteção de seu país.	A Liga condenou a agressão e impôs sanções econômicas, que não foram eficazes, pois a Itália já havia ganhado controle das áreas urbanas

Questão	Período	Descrição	Deliberação da Liga
Guerra Civil Espanhola	1936-1937	Golpe de Estado na Espanha Em 17 de julho de 1936, o exército espanhol realizou um golpe de Estado, levando a um conflito armado prolongado entre republicanos espanhois (o governo nacional de esquerda) e nacionalistas (rebeldes conservadores, anti-comunistas que incluíam a maioria dos oficiais do exército). Julio Álvarez del Vayo, ministro dos Negócios Estrangeiros espanhol, apelou à Liga em setembro de 1936, para defender a Espanha acerca de sua integridade territorial e independência política. Havia interferência estrangeira, marcada pelo auxílio de Hitler e Mussolini ao lado nacionalistas, ao passo que a União Soviética prestava apoio aos republicanos.	Inicialmente, a Liga não interveio, nem impediu a ação estrangeira. Em fevereiro de 1937, proibiu voluntários estrangeiros, o que representou um ato simbólico.
Segunda Guerra Sino-Japonesa	1937	Invasão japonesa na China. O Japão começou uma invasão em larga escala na China, em 07 de julho 1937, após um histórico de desavenças na década de 1930. Em 12 de setembro, o representante chinês, Wellington Koo, apelou à Liga para a intervenção internacional. Países ocidentais eram simpáticos aos chineses em sua luta, principalmente em sua defesa obstinada da cosmopolita Xangai.	A Liga foi incapaz de fornecer medidas práticas; apelando para o Tratado das Nove Potências, que afirmava a soberania e a integridade territorial da China de acordo com a Política de Portas Abertas.

Fontes: Soares (1927); Selassie I (1936); Van Slyke (1967); Nish (1977); Northedge (1986); Iriye (1987); Garver (1988); Bethell (1991); Crampton & Crampton (1996); Scheina (2001); Osmanczyk & Mango (2002); Bell (2007); Miers (2003).

Principais óbices

Promoção do pacifismo e do desarmamento

O Pacto da Liga das Nações continha, em seu Artigo 8o, a tarefa de reduzir os armamentos para o ponto mais baixo compatível com a segurança nacional e à execução por ação comum de obrigações internacionais (League of Nations, 1919). Uma quantidade significativa dos esforços da Liga foi dedicada a este objetivo, apesar de muitos Estados-membros mostarem-se incertos de que tão intensa campanha desarmamentista pudesse ter êxito, no nível previsto como desejável. As próprias potências aliadas foram obrigadas, pelo Tratado de Versalhes, a realizar o seu desarmamento, além das restrições impostas aos países derrotados na Primeira Guerra, que representavam o passo inicial em direção a um desarmamento mundial.

O Pacto atribuía à Liga a tarefa de criar um plano de desarmamento para cada Estado, mas o Conselho delegou essa responsabilidade para uma comissão especial criada em 1926, com o objetivo de preparar a Conferência de Desarmamento Mundial de 1932/1934. No entanto, as opiniões dos membros da Liga acerca da questão não eram homogêneas, como por exemplo, os franceses, que se mostravam relutantes em reduzir seus armamentos, sem uma garantia de ajuda militar, no caso de ataque, ou no caso de Polônia e Tchecoslováquia que se sentiam vulneráveis a ataques do ocidente e queriam obter o posicionamento da Liga ante a uma agressão contra um Estado-membro, previamente à efetivação de seu desarmamento (Henig, 2010). Sem essa garantia, eles não iriam reduzir seus estoques de material de emprego militar, porque compreendiam que o risco de um eventual ataque, principalmente da Alemanha, em plena reconstrução bélica, era muito grande.

Em 1932, a Conferência Mundial de Desarmamento foi organizada pela Liga das Nações em Genebra, contando com representantes de sessenta Estados. A Comissão de Desarmamento obteve a concordância inicial de França, Itália, Japão e Reino Unido, em limitar o tamanho das suas forças navais. Por outro lado, o Pacto Kellogg-Briand, promovido pela Comissão em 1928, fracassou em seu objetivo de proibir a guerra. Em última análise, não foi possível deter o desenvolvimento militar da Alemanha, Itália e Japão, durante a década de 1930. A Liga manteve-se indiferente diante dos grandes eventos que levaram à Segunda Guerra Mundial, tais como a campanha de Hitler de remilitarização alemã na Renânia e a ocupação da região dos Sudetos e de Anschluss na Áustria, proibida pelo Tratado de Versalhes. Paradoxalmente, os próprios membros da Liga estavam rearmado-se, revelando o descrédito na campanha.

A Liga das Nações não tinha uma força armada própria e dependia das grandes potências para impor suas resoluções, as quais nem sempre estavam dispostas a fazê-lo (McDonough, 1997). Os dois membros mais importantes, Inglaterra e França, estavam relutantes em aplicar sanções e até mesmo mais relutantes em recorrer a uma ação militar em nome da Liga. Imediatamente após a Primeira Guerra Mundial, o pacifismo tornou-se uma grande força entre os cidadãos e os governos dos dois países. Além disso, a defesa da Liga para o desarmamento de França, Reino Unido e demais membros, ao mesmo tempo que promovia o discurso de uma segurança coletiva, privava a Liga dos únicos meios contundentes de uso da força de que poderia sustentar a sua autoridade.

Destarte, em 1933, o Japão simplesmente retirou-se da Liga, ao invés de submeter-se a seu juízo (Harries & Harries, 1994), atitude também executada pela Alemanha, no mesmo ano, e Itália em 1937. Dentro da mesma linha de desrespeito ao acordado no Pacto, um ato praticamente final da Liga foi a expulsão da União Soviética, em 14 de dezembro de 1939, em represália à invasão da Finlândia pelo Exército Vermelho em 30 de outubro.

Origem, composição e representatividade

Para Raffo (1974) a origem da Liga, fundamentalmente como uma organização criada pelas potências aliadas, como parte do acordo de paz para acabar com a Primeira Guerra Mundial, fez com que passasse a ser vista como uma conjunção dos Estados vitoriosos. Sua neutralidade tendia a ser interpretada como uma manifestação indecisão. Frequentemente, era necessária uma votação unânime dos nove, depois quinze membros do Conselho para aprovar uma resolução. Desta forma, uma ação conclusiva e eficaz era bastante difícil e se somava à lentidão nas tomadas de decisão, especialmente naquelas em que se fazia necessário o consentimento unânime de toda a Assembleia.

Este problema deveu-se principalmente ao fato de que os principais membros da Liga das Nações não estavam dispostos a aceitar a possibilidade de seus destinos serem decididos por outros países, e, por meio da aplicação de decisões unânimes, logravam, efetivamente, promover o poder de veto (Birn, 1981).

Ademais, a questão da representatividade na Liga foi muitas vezes um problema, pois, apesar de ter sido a intenção de abranger todas as nações, muitos Estados nunca aderiram, ou o período foi curto. A ausência mais notável foi a dos EUA, cujo Presidente Woodrow Wilson tinha sido a força motriz da formação da Liga, influenciando-a fortemente, no entanto Senado norte-americano votou contrariamente à participação, em 19 de novembro 1919 (Knock, 1992).

Em janeiro de 1920, quando a Liga foi efetivamente estabelecida, a Alemanha não foi autorizada a participar, porque era visto como o principal Estado agressor na Primeira Guerra Mundial. Reforçando as ausências, a União Soviética também foi inicialmente excluída, já que países de regime comunistas não foram aceitos. A Liga mostrou-se ainda mais enfraquecida, quando grandes potências abandonaram-na na década de 1930, como no caso já apresentado do Japão, que começou como um membro permanente do Conselho, mas retirou-se em 1933, após a Liga opor-se à sua invasão da Manchúria (McDonough, 1997). A Itália também era um membro permanente do Conselho, mas retirou-se em 1937. A Liga havia aceito a Alemanha, também como membro permanente do Conselho, em 1926, mas Adolf Hitler encerrou a participação alemã, quando de sua ascensão ao poder, em 1933.

Segurança coletiva

A Liga das Nações exibia como proposta a fundação do princípio da segurança coletiva no sistema internacional. O estabelecimento da responsabilidade da segurança, integridade territorial e independência política dos Estados deixaria de ser somente individual para ser dos Estados membros em ações coletivas.

Esta debilidade adicional desenvolveu-se pela contradição da ideia de segurança coletiva, que formou a base da Liga e das relações internacionais entre os atores estatais. O sistema de segurança coletiva da Liga requeria a ação de seu membro, se necessário, contra outro Estado, mesmo que considerado aliado. Assim, poderiam ser colocados em risco os próprios interesses nacionais, ao prestar apoio a outros Estados com os quais, eventualmente, poderia não se ter afinidade. Ademais, não foi suficiente para alcançar o objetivo, pois as nações tinham diferentes interpretações da expressão «segurança coletiva» e assim nem todas estavam dispostas a assegurá-la mediante o uso da força ou a aplicação de sanções.

Essa fragilidade foi exposta durante a crise da Abissínia, quando Reino Unido e França tiveram que equilibrar a manutenção da segurança que eles tinham tentado criar na Europa, onde a Itália desempenhou um papel fundamental, contrapondo-se à Abissínia, que também era um membro da Liga. Em última análise, França e Reino Unido abandonaram o conceito de segurança coletiva em favor do apaziguamento e em face do crescente militarismo alemão sob Hitler, revelando a fragilidade das bases conceituais da Liga das Nações.

Destarte, o sistema de segurança coletiva não impediu a eclosão de mais um conflito mundial.

Conclusão

O início da Segunda Guerra Mundial demonstrou que a Liga tinha falhado em seu propósito principal de prevenção de uma nova guerra mundial. Havia uma grande variedade de razões para este fracasso, muitos ligados a deficiências gerais da organização. Além disso, o poder da Liga foi limitado pela recusa de participação dos EUA e pelo subsequente abandono das potências europeias à época. Embora se mostrasse, como uma organização capaz de resolver litígios entre potências menos importantes e de promover um grande leque de atividades humanitárias e econômicas, a Liga não era hábil em lidar com atos agressivos de seus membros mais prestigiados. Pode-se recapitular ações de sucesso iniciais, acerca da prevenção dos conflitos nos Bálcãs, ajuda à reconstrução da economia austríaca e os fundamentos de uma verdadeira política de desarmamento, contudo seria negligenciar sua impotência por ocasião da agressão japonesa à China, na Manchúria, em 1931, invasão e anexação da Abissínia pela Itália, em 1935, rompimento da Alemanha com o início do governo nazista de Hitler, em 1933, além do subsequente fracasso em matéria de desarmamento.

A ascensão de tais regimes totalitários no continente europeu revelou posições céticas em relação aos benefícios do liberalismo e da democracia, uma vez que aquelas nações acreditavam que as humilhações vividas após a Primeira Guerra Mundial só seriam sanadas com o fortalecimento de suas forças militares e a conquista de novos territórios, acobertando, na realidade, uma postura revanchista contra os vencedores da contenda.

Por outro lado, a Liga das Nações apresenta contribuições exitosas, como um marco para a projeção do Direito Internacional ao alcance de obrigações coletivas por parte dos Estados, visando à defesa dos direitos humanos e, portanto, ultrapassando o âmbito simplesmente governamental. Em que pese as imperfeições e falhas da Liga, esta representou uma experiência importante no campo da organização internacional. Vários de seus órgãos

originários foram transferidos para a Organização das Nações Unidas, após a Segunda Guerra Mundial, tais como a Organização Internacional do Trabalho, o Tribunal Permanente de Justiça Internacional (como Tribunal Internacional de Justiça), e a Organização Mundial de Saúde, revelando a continuidade das bases anteriormente lançadas.

Compreende-se, pois, que a Liga era o reflexo do período entreguerras, que revelava a conturbada realidade no contexto internacional daquele momento histórico. Definitivamente, mesmo falhando em seu propósito, este organismo não deve ser amplamente responsabilizado pela ocorrência de uma nova guerra mundial. Isto significaria atribuir a uma instituição, formada por Estados soberanos, responsabilidades que estes mesmos ainda não estavam preparados para cumprir.

No caso do Brasil, este aproveitou-se da ausência norte-americana para autoproclamar-se porta-voz das Américas na Liga, tendo como meta o assento permanente no Conselho, para garantir a conservação brasileira no órgão de cúpula, em situação de igualdade em relação às grandes potências. Seu abandono à Liga, em 1926, quando selada a inviabilidade de sua candidatura, não apagou sua campanha permanente à ocupação de um assento, que se perpetua até os dias de hoje, agora no Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Os últimos momentos da Liga das Nações foram iniciados quando do encaminhamento da Europa para a guerra. A Assembleia delegou ao Secretário-Geral, a partir de em 30 de setembro de 1938, o poder de permitir a existência legal da Liga e a sua continuidade em operações menores. Em 1939, com a declaração de guerra, a Liga decidiu interromper suas sessões até a paz. Posteriormente, esvaziou-se e restringiu-se a atividades técnicas como a proteção de refugiados e estudos sobre a futura reconstrução. A sede da Liga, o Palácio da Paz, permaneceu vazio durante quase seis anos, até o fim da Segunda Guerra Mundial.

Na Conferência de Teerã, em 1943, já se faziam as ingerências, pelas forças aliadas, para a criação de um novo órgão em substituição à Liga. Destarte, sua última reunião foi realizada em abril de 1946, em Genebra, contando com a participação de delegados de 34 nações. A sessão da Assembleia fundamentou-se na liquidação da Liga, cujo patrimônio foi doado à nova instituição, além da devolução fundos de reserva às nações e o pagamento de dívidas.

Finalmente, em 19 de abril de 1946, estava declarada encerrada a vigésima primeira e última sessão da Assembleia Geral da Liga das Nações, resultando no fim de sua existência, em 20 de abril de 1946. Criava-se, pois, o espaço para o desenvolvimento da ONU, originária em 24 de outubro de 1945, após a ratificação da Carta por China, EUA, França, Reino Unido e antiga União Soviética, nações vitoriosas na Segunda Guerra Mundial. Transferia-se, portanto, as imensas responsabilidades ao novo organismo internacional para condução, mediação e arbitramento dos destinos e antagonismos das quase duzentas nações do globo, visando ao fomento da paz e ao desenvolvimento mundiais.

Referências Bibliográficas

Almeida, R, 1938. *A Liga da Nações: constituição, estrutura e funcionamento*. Rio de Janeiro: S.A. A Noite.

Baracuhy, B, 2006. A Crise da Liga das Nações de 1926: Realismo Neoclássico, Multilateralismo e a Natureza da Política Externa Brasileira. *Contexto Internacional*, julho/dezembro, 28(2), pp. 355-397.

Bell, PMH, 2007. *The Origins of the Second World War in Europe*. 3.rd ed. New York: Routledge.

Bethell, L, 1991. *The Cambridge History of Latin America: Latin America since 1930: Spanish South America*. Cambridge: Cambridge University Press.

Birn, DS, 1981. *League of Nations Union, 1918-45*. New York: Oxford University Press

Bouchet-Saulnier, F, 2007. *The Practical Guide to Humanitarian Law*. Lanham: Rowman and Littlefield Publishers.

Çağaptay, S ,2006. *Islam, Secularism, and Nationalism in Modern Turkey: Who is a Turk?* Abingdon: Routledge.

Crampton, R & Crampton, B, 1996. *Atlas of Eastern Europe in the Twentieth Century*. NewYork: Routledge.

Dubin, MD, 1970. Toward the Concept of Collective Security: the Bryce Group's "Propolsals for the Avoidance of War", 1914-1917. *International Organization*, 24(2), pp. 288-318.

Garcia, EV, 2005. *O Brasil e a Liga das Nações (1919-1926)*. 2.nd ed. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul Editora.

Garver, JW, 1988. *Chinese-Soviet Relations, 1937-1945: The Diplomacy of Chinese Nationalism*. New York: Oxford University.

Press Harries, M & Harries, S, 1991. *Soldiers of the Sun: The Rise and Fall of the Imperial Japanese Army*. New York: Random House.

He, Q, 1995. The Crucial Role in the United Nations in Maintaining International Peace and Security. In: Tomuschat, C, ed., 1995. *The United Nations at Age Fifty: a legal perspective*. The Hague: Kluwer Law International. Cap. 6.

Henig, R, 2010. *League of Nations: Makers the world modern - The peace conferences of 1919-23 and their aftermath*. London: Haus Publishing.

Iriye, A, 1987. *The Origins of the Second World War in Asia and the Pacific*. Abingdon: Routledge.

Kant, I, 1795. *À Paz Perpétua: um esboço filosófico*. Traduzido do alemão por: Zingano, M. Porto Alegre: L&PM.

Knock, TJ, 1992. *To End All Wars: Woodrow Wilson and the Quest for a New World Order*. New Jersey: Princeton University Press.

League of Nations, 1919. *The Covenant of the League of Nations: including Amendments adopted to December, 1924*. [Em linha] Yale: Lilian Goldman Law Library. Disponível em: http://avalon.law.yale.edu/20th_century/leagcov.asp, [Consult. 30 mai. 2014].

League of Nations, 1920. *League of Nations: Photo Archive*. [Em linha] Geneva: Photo Collections. Disponível em: http://www.indiana.edu/~librcsd/nt/db.cgi?db=ig&do=search_results&details=2&ID=512&ID-opt==, [Consult. 05 jun. 2014]

League of Nations, 1929. *The League of Nations: a pictoral Survey*. [livro eletrónico] Geneva: Secretariat. Information. Disponível em: http://www.indiana.edu/~league/pictorialsurvey/lonapspg30.htm, [Consult. 05 jun. 2014].

Magliveras, K, 1999. *Exclusion from Participation in International Organizations: the Law and Practice behind member states' expulsion and suspension of membership*. New York: Springer.

McDonough, F, 1997. *The Origins of the First and Second World Wars*. Cambridge: Cambridge University Press.

Miers, S, 2003. *Slavery in the Twentieth Century: The Evolution of a Global Problem*. *Walnut Creek: AltaMira Press*.

Nish, I, 1977. *Foreign policies of the great powers: Japanese Foreign Policy, 1869-1942 - Kasumigaseki to Miyakezaka*. Abingdon: Routledge.

Northedge, FS, 1986. *The League of Nations: its Life and Times, 1920-1946*. Boulder: Holmes & Meier Publishers.

Osmanczyk, EJ & Mango, A, 2002. *Encyclopedia of the United Nations and International Agreements*. 3.rd ed. London: Routledge.

Raffo, P, 1974. *The League of Nations*. London: The Historical Association.

Rapoport, A, 1995. *The Origins of Violence: Approaches to the Study of Conflict*. New Jersey: Transaction Publishers.

Reichard, M, 2006. *The EU-NATO relationship: a Legal and Political perspective*. Hampshire: Ashgate Publishing Limited.

Rodrigues, DL & Mialhe, JL, 2003. A Participação e Retirada do Brasil da Liga das Nações. *Cadernos de Direito*. 2(4), pp. 155-165.

Santos, NB, 2003. Diplomacia e fiasco. Repensando a participação brasileira na Liga das Nações: elementos para uma nova interpretação. *Revista Brasileira de Política Internacional*, 46 (1), pp. 87-112.

Scheina, RL, 2001. *Latin America's Wars: The Age of the Professional Soldier, 1900-2001*. Washington D.C.: Potomac Books.

Schmidt, KJ, 2014. *The League of Nations*. [Em linha] Groningen: American History - from revolution to reconstruction and beyond. Disponível em: http://www.let.rug.nl/usa/essays/1901-/the-league-of-nations-karl-j-schmidt.php, [Consult. 05 jun. 2014].

Selassie I, H, 1936. *Appeal to The League of Nations*. [Em linha] Adis Abeba: Haile Selassie I Imperial Library. Disponível em: http://www.black-king.net/haile%20selassie%2001e.htm, [Consult. 18 jun. 2014].

Skirbekk, G & Gilje, 2001. *A History of Western Thought: from Ancient Greece to the Twentieth Century*. London: Routledge.

Soares, JCM, 1927. *O Brasil e a Sociedade das Nações*. Paris: A. Pedone Editor.

The White House. *Woodrow Wilson 1913-1921*. [Em linha] Washington D.C.: The White House. Disponível em: http://www.whitehouse.gov/about/presidents/woodrowwilson, [Consult. 30 mai. 2014].

Wertheim, S, 2012. The League of Nations: a retreat from international law? *Journal of Global History*, 7, pp. 210-232.

Wilson, W, 1918. *8 January, 1918: President Woodrow Wilson's Fourteen Points*. [Em linha] Yale: Lilian Goldman Law Library. Disponível em: http://avalon.law.yale.edu/20th_century/wilson14.asp, [Consult. 30 mai. 2014].

United Nations Office at Geneva (UNOG), 2014a. *Before the League of Nations*. [Em linha] Geneva: United Nations. Disponível em: http://www.unog.ch/80256EDD006AC19C/(httpPages)/29B739DAB0D6B754C1256F31002B0672?OpenDocument, [Consult. 05 jun. 2014].

United Nations Office at Geneva (UNOG), 2014b. *League of Nations Secretariat, 1919-1946*. [Em linha] Genebra: United Nations. Disponível em: http://biblio-archive.unog.ch/detail.aspx?ID=245, [Consult. 05 jun. 2014].

United Nations Office at Geneva (UNOG), 2014c. *Organization and establishment: the main bodies of the League of Nations*. [Em linha] Genebra: United Nations. Disponível em:http://www.unog.ch/80256EE60057D930/(httpPages)/84C4520213F947DDC1256F32002E23DB?OpenDocument, [Consult. 05 jun. 2014].

Van Slyke, L, 1967. *The China White Paper: August 1949*. Redwood City: Stanford University Press.

Zimmern, AE, 1969. *The League of Nations and the rule of law, 1918-1935*. New York: Russell & Russell.

Artigo recebido em outubro de 2014 e aceite para publicação em novembro de 2014

UCRÂNIA: CRÓNICA DE UMA CRISE ANUNCIADA

UKRAINE: CHRONICLE OF A PREDICTED CRISIS

Carlos Santos Pereira
Mestre em História Contemporânea - séc. XX
Universidade Nova de Lisboa
Investigador associado do CISDI
Ourém, Portugal
carlossantospereira.50@gmail.com

Resumo

Um ano depois da rebelião da *Maidan*, a Ucrânia está dividida e em guerra, o confronto entre as forças de Kiev e os separatistas pró-russos do Leste fez já mais de 4300 mortos, o futuro do país é uma incógnita. A crise ucraniana gerou a mais grave crise de sempre nas relações entre a Rússia e o Ocidente desde o colapso da URSS, em 1991 e a "guerra fria" assoma de novo nas primeiras páginas e nos discursos dos políticos.

Nove anos depois da Revolução Laranja de 2004, a Ucrânia torna-se de novo o ponto mais crítico na disputa entre uma NATO em expansão a Leste e aos esforços de Moscovo para reafirmar a sua esfera de influência no espaço da defunta URSS.

O acordo de associação entre a Ucrânia e a União Europeia, que esteve no centro do levantamento da Praça da Independência, foi finalmente assinado no início de setembro, mas a preço de importantes concessões à Rússia que adiam pelo menos por um ano a entrada em vigor das cláusulas comerciais do acordo.

Com o conflito no leste da Ucrânia suspenso de um cessar-fogo incerto, multiplicam-se alertas para o risco de o confronto entre a Rússia e o Ocidente se estender à Moldávia e à Geórgia, dois candidatos à NATO e a braços com regiões separatistas apoiadas por Moscovo.

Palavras-chave: Crise, Guerra, Identidade, Construção da Nação, Confronto Rússia-Ocidente, Expansão da NATO a Leste.

Como citar este artigo: Pereira, C., 2014. Ucrânia: Crónica de Uma Crise Anunciada. *Revista de Ciências Militares*, novembro de 2014 II (2), pp. 337-359.
Disponível em: http://www.iesm.pt/cisdi/index.php/publicacoes/revista-de-ciencias-militares/edicoes

Abstract

One year after the outbreak of Maidan uprising Ukraine is divided and at war, fighting between Kiev forces and pro-Russian rebels in the eastern Ukrainian regions left over 4300 dead, the country's future is unknown. The ukrainian turmoil prompted the most serious crisis between Russia and the West since the collapse of former USSR in 1991, and the "cold war" is back in the media front page news and politicians speeches.

Nine years after Orange Revolution Ukraine becomes again the most critical flashpoint in the struggle between NATO Eastern expansion and Moscow's efforts to rebuild Russian influence in the space of former Soviet Union.

The association agreement with European Union, that was at the center of the Independence Square rebellion, was at last ratified in early September but at the price of important concessions to Russia delaying at least for one year key provisions on free trade.

While conflict in Eastern Ukraine is hanging on a fragile ceasefire recent signs are arising that competition between Russia and the West could eventually shift to Moldova and Georgia, two NATO membership candidates with separatist regions controlled by pro-Russian rebels.

Keywords: Crisis, War, Identity, Nation building, Russia-West confrontation, NATO Eastern Expansion.

Introdução

A praça central de Kiev transformada em trincheira da revolução, a festa, o medo e o sangue a tomarem conta das ruas, o nervosismo crescente em Moscovo e nas capitais do Ocidente…

A praça central de Kiev transformada em trincheira da revolução, a festa, o medo e o sangue a tomarem conta das ruas, o nervosismo crescente em Moscovo e nas capitais do Ocidente…

As imagens da *Maidan Nejaleznosti*, a Praça da Independência, naqueles dias de novembro e dezembro de 2013 evocavam jornadas épicas da História recente da Ucrânia. A marcha dos estudantes que precipitara a independência ucraniana, 23 anos antes. A "Revolução Laranja" de 2004 que arrancaria das mãos de Viktor Ianukovitch o poder usurpado em eleições viciadas...

A insurreição contra o regime de Ianukovitch, regressado entretanto ao poder nas eleições de 2010, em breve mergulharia a Ucrânia na violência e mobilizava as atenções do mundo assumindo proporções de uma crise internacional.

Um ano depois, a Ucrânia está dividida e em guerra, o confronto entre as forças de Kiev e os separatistas do Leste fez já mais de 4300 mortos e perto de um milhão de deslocados, o futuro do país é uma incógnita. A crise ucraniana gerou a mais grave crise de sempre nas relações entre a Rússia e o Ocidente desde o colapso da URSS, em 1991 e a "guerra fria" assoma de novo nas primeiras páginas dos jornais e nos discursos políticos.

Analisar o conflito ucraniano representa ainda um desafio. As motivações, os cálculos e objetivos reais dos protagonistas estão em grande medida por esclarecer, o papel real dos países e das entidades internacionais que se envolveram na crise e as manobras nos bastidores de muitos dos momentos cruciais do drama ucraniano estão ainda rodeados de mistério. Trata-se ademais de acontecimentos ainda em plena evolução e pendentes de numerosa incógnitas, e os efeitos da crise são ainda difíceis de avaliar em todas as suas implicações.

Este breve estudo propõe-se ensaiar uma reconstituição dos acontecimentos do último ano na Ucrânia procurando colmatar muitas omissões dos media e silêncios dos atores políticos. E ao mesmo tempo analisá-los à luz de momentos cruciais da História ucraniana e das sucessivas convulsões políticas vividas pelo país desde a independência, em 1991, esperando, assim, contribuir para esclarecer as questões de fundo em jogo e avaliar os cálculos dos principais atores da crise.

A questão ucraniana esteve presente, declarada ou implicitamente, em todos os momentos críticos nas relações entre a Rússia e o Ocidente nas últimas duas décadas e meia, da expansão da NATO a Leste à "Revolução Laranja" de 2004, e há muito se adivinhava que era ali, nas disputadas margens do Dniepre, que o confronto se tornaria inevitável.

Os dias da *Maidan*

Os protestos tinham desta feita uma causa precisa. A braços com uma dívida enorme e com uma classe política desacreditada e minada pela corrupção, a Ucrânia carece de assistência urgente. A União Europeia oferece um acordo comercial e exige em troca duras medidas de austeridade. A Rússia quer que Kiev dê o "Sim" a um espaço económico comum e promete assumir parte da dívida ucraniana e descontos generosos no gás natural que fornece ao país. Viktor Ianukovicth hesita. Até que finalmente a 21 de novembro, em vésperas da data aprazada para a assinatura do acordo europeu, anuncia uma decisão: a associação à Europa terá que esperar melhores dias.

Para muitos ucranianos é o virar de costas à Europa, uma traição, a gota de água que faz entornar o copo. Pouco depois, populares começam a concentrar-se na Praça da Independência. Estudantes, artistas, intelectuais, figuras públicas, ativistas da sociedade civil, a classe média em revolta contra o sistema.[1] A multidão engrossa rapidamente. Três dias depois são dezenas de milhares.

Líderes da oposição assumem rapidamente a cabeça dos protestos, figuras da "Revolução Laranja" como Vitali Klitschko, antigo campeão mundial de pesados, líder do UDAR (Aliança Democrática para as Reformas), Arsenii Iatseniuk, líder parlamentar do Pátria, o segundo maior partido e Oleh Tiahnibok, do *Svoboda* (ultra-direita nacionalista). Juntam-se-lhes ativistas de movimentos radicais como o Bratstvo (Irmandade) e o *Pravy Sektor* (Setor de Direita). As reivindicações endurecem. Exige-se a queda do presidente Viktor Ianukovictch. Clama-se pela libertação de Iulia Timochenko, heroína da Revolução Laranja, detida desde 2011 por corrupção.

[1] ICG (2014) Ukraine: Running out of Time Europe Report N° 23, 14 de Maio de 2014.

Na madrugada de 30 de novembro uma carga policial faz dezenas de feridos. É um ponto de viragem. As imagens televisivas aumentaram a cólera dos ucranianos. A 1 e a 8 de dezembro concentram-se na *Maidan* 150 a 300 mil pessoas.

Os protestos assumem proporções de insurreição. *Maidan* transforma-se em trincheira defendida em permanência por milhares de manifestantes face ao cerco da *Berkut*, a temida polícia de choque. O município de Kiev é tomado de assalto. Multiplicam-se os confrontos. Jovens militantes radicais organizam patrulhas e turnos de segurança nas barricadas da *Maidan*. A 31 de janeiro registam-se os primeiros mortos. Seguem-se semanas de grande tensão, entre assaltos noturnos da polícia repelidos pelos manifestantes, tréguas fugazes e inconsequentes tentativas de negociação.

A 18 de fevereiro eclodem violentos confrontos. A Praça da Independência transforma-se um campo de batalha. Oitenta e oito mortos em 48 horas. Líderes dos protestos acusam unidades da polícia sob as ordens diretas do antigo presidente. Há um coro de indignação e de condenações de todo o Mundo.

Negociações de urgência mediadas pelos Ministros dos Negócios Estrangeiros da França, Alemanha e Polónia e pela Alta Representante da UE e apoiadas por Moscovo e Washington conseguem um acordo entre o regime e a oposição. É anunciada uma reforma constitucional e convocadas eleições presidenciais.[2] A ordem parece por um momento restabelecida.

Subitamente a violência rebenta de novo. Grupos radicais atacam a polícia (*Guardian*, 5 de março de 2014). Na madrugada seguinte Viktor Ianukovitch desaparece. Ouvem-se "Hurras!" em *Maidan*. Os centros do poder são tomados pelos manifestantes. A 22 de fevereiro o Parlamento de Kiev depõe o presidente em fuga. Iulia Timochenko é libertada e dirige-se aos manifestantes na *Maidan*. Moscovo denuncia o *putsch* e dá sinais de irritação, Estados Unidos e Europa não têm qualquer reação em defesa do acordo que tinham apadrinhado.

A 27 de fevereiro um novo Governo é aclamado pela multidão. Arseni Iatseniuk é o novo primeiro-ministro. Oleksander Turhinov assume a presidência interina. O *Svoboda* tem cinco postos ministeriais. O líder do *Pravy Sektor* é nomeado vice-chefe da segurança nacional.

A identidade ucraniana

A crise da Ucrânia remete em última análise para um processo de afirmação de uma identidade e de um espaço político coerente num terreno de grande complexidade étnica, cultural e religiosa.[3]

As convulsões ucranianas remontam a meados do século XIII quando as invasões tártaras destruíram a *Rus* de Kiev, que reuniu a partir do século sec. IX as tribos eslavas orientais, empurrando mais para Norte o que restava dos principados eslavos.

O espaço que conhecemos hoje como Ucrânia (*Okraina* significa fronteira) tornou-se desde então uma zona de fronteira e de disputa. Parcialmente dominado por lituanos e os

[2] Os poderes do presidente tinham sido reforçados por Viktor Ianukovitch numa reforma constitucional de 2006 – uma medida desde sempre contestada pela oposição que exigia o regresso à Constituição de 2004.

[3] Ver, de Eve Conant, "How History, Geography Help Explain Ukraine's Political Crisis", *National Geographic* 29 de Janeiro de 2014. (http://news.nationalgeographic.com/news/2014/01/140129-protests-ukraine-russia-geography-history/).

polacos, entre os séculos XIV e XVI, conquistado pelos cossacos, no século XVII a maior parte do espaço ucraniano seria depois integrado no emergente império russo. A região a oeste do Dniepre manteve-se na posse dos polacos, sendo depois, com a segunda partilha da Polónia, no final do século XVIII, dividida entre a Rússia e a Áustria.[4] Uma das heranças dessas convulsões é a clivagem cultural e política entre um oeste católico e orientado para o Ocidente e um leste que responde a Moscovo, que marcará doravante toda a História política ucraniana.

A ideia de uma identidade ucraniana afirma-se ao longo do século XIX e início do século XX, ao sabor do fervilhar de paixões nacionalistas que percorre a Europa dos impérios. O romantismo redescobre a língua, a cultura e o folclore ucranianos. Os historiadores (Volodimir Antonovych, Myhailo Hrushevski) entram em liça e procuram afirmar a especificidade e a continuidade de uma história ucraniana, combatendo a perspetiva de Moscovo que vê na Rus de Kiev o berço da sua história e da sua civilização.[5]

O conceito de uma Ucrânia como entidade política autónoma surge pela primeira vez no início do século XX.[6] A revolução de 1917, a guerra civil e o caos instalado com o colapso do império e a tomada do poder pelos bolcheviques que se seguiu, empurrou os ucranianos, como outros povos do império, para a construção de um Estado próprio. Em 1917 é constituída a República Popular da Ucrânia. As elites não estavam porém preparadas nem havia uma base popular ou uma cidadania apostada em defender o seu Estado (Motyl, 1997). A Ucrânia mergulha no caos político e social entre numa miríade de partidos, e exércitos em luta pelo poder, rebeliões camponesas e a fome. Os bolcheviques acabaram por se impor e restabelecer o controlo central.

O domínio soviético teve efeitos devastadores para os ucranianos: enormes perdas populacionais nas grandes fomes de 1932-33, milhões de mortos, exilados ou presos durante o terror estalinista nos anos 30 e 40 e na II Guerra, o dizimar das elites e da *intelligenstia* nas décadas seguintes.

Nas regiões ocidentais da Galícia e da Volínia o ataque de Hitler à URSS em 1941 é encarado como uma oportunidade pelas alas mais radicais de movimentos como a Organização dos Nacionalistas Ucranianos, a OUN-B de Stepan Bandera que combateu ao lado dos alemães e se entregou a campanhas de limpeza étnica – um período que deixou profundos ressentimentos e que continua hoje a dividir os ucranianos.

Definitivamente integrada na URSS no final da guerra, a Ucrânia veria o seu desenvolvimento político, económico e cultural condicionado pelas estruturas totalitárias e

---

[4] A disputa entre polacos e russos pela Ucrânia passou também por uma intensa batalha cultural e religiosa.O domínio polaco nos séculos XVII e XVIII impôs a obediência católica a uma população antes ortodoxa (União de Brest, 1596).

[5] Ver, de Charles Emmerson "Ukraine and Russia's History Wars", *History Today*, 8 de Outubro de 2014. (http://www.historytoday.com/blog/2014/03/ukraine-and-russia%E2%80%99s-history-wars).A rebelião dos cossacos do final do sec. XVI é reabilitada como a afirmação de uma continuidade da História ucraniana. Os cossacos defenderam a sua autonomia contra turcos, tártaros e depois polacos e russos. A rebelião culminou com a campanha do hetman Bohdan Khmelnitski que em 1648 chegou a estabelecer um Estado independente até se entregar à protecção do tsar em 1654.

[6] Figes, Orlando (2013), "Is There One Ukraine? The Problem With Ukrainian Nationalism", 16 de Dezembro de 2013 (http://www.foreignaffairs.com/articles/140560/orlando-figes/is-there-one-ukraine).

pelo controlo de Moscovo e por vagas de repressão como a que nos anos 1960 esmagou o movimento dissidente ucraniano.

O período soviético é ao mesmo tempo marcado pelo desenvolvimento, pela industrialização, urbanização num espaço antes fundamentalmente rural, pela emergência de uma classe política ucraniana e de uma estrutura burocrática e administrativa. A criação de um espaço territorialmente delimitado e simbolicamente soberano chamado a República Socialista Soviética da Ucrânia teria um papel crucial na afirmação futura de um Estado ucraniano.

Da independência à "Revolução Laranja"

"No século XX os nacionalistas ucranianos tentaram duas vezes fazer o seu próprio Estado: em 1917-1921 e em 1941-45" – recorda Alexander Motyl (1997). "Vão finalmente conseguir o seu objetivo à terceira", em 1989-91 "fundamentalmente porque desta feita as condições externas eram as certas". Mais do que conquistada, "a independência foi oferecida aos nacionalistas ucranianos".

O processo é em grande medida um produto da perestroika e do desmantelamento do sistema soviético.[7] O *Rukh* (Movimento Popular para a Reestruturação), movimento que terá papel fulcral na marcha para a independência, nasce a 8 de setembro de 1989, é concebido originalmente como clube de apoio à *perestroika*.[8]

Em março de 1990, a oposição conquista um terço dos novos lugares parlamentares nas eleições para o Soviete Supremo da República. A 16 de junho de 1990, o Parlamento ucraniano aprovou a declaração de soberania da Ucrânia. A iniciativa política estava já claramente nas mãos da oposição e o Partido Comunista está dividido e parte (os chamados "comunistas - soberanistas') adere e procura mesmo liderar o processo.

Se na parte ocidental da Ucrânia as tendências nacionalistas se mantêm muito vivas, para a maior parte dos ucranianos são fundamentalmente razões de ordem socioeconómica o motor da independência. Na altura 45 a 50 por cento dos 11 milhões de russos da Ucrânia são favoráveis à independência. (*Ibidem*)

O golpe de 21 de agosto em Moscovo veio precipitar tudo. A 24, o Parlamento de Kiev aprova uma declaração de independência. Três meses depois, o referendo de 1 de dezembro, consuma o ato final no drama da independência ucraniana. Com uma votação de 84 por cento, a proposta recebeu apoio em todo o país, mesmo nos *oblast* (distritos) fortemente russificados do Leste.

Era o consumar de um sonho ainda há pouco impensável para a maioria dos ucranianos. "Séculos de pequeno-russismo enfraqueceram a consciência que a nação tem dela mesma. No referendo de 1991, ela votou menos pela Ucrânia do que contra Moscovo" (Pliouchtch, 1993).

[7] O acidente de Chernobil, em maio de 1986, teve também um peso grande ao alertar muitos ucranianos para a devastação ambiental da Ucrânia e para os custos do domínio de Moscovo.

[8] Em janeiro de 1990, por ocasião do aniversário da República Popular da Ucrânia, o *Rukh* promoveu o primeiro grande ato público ma réplica da cadeia humana báltica de agosto de 1989.

A independência colocava um enorme desafio à Ucrânia. A consolidação de um quadro institucional e político coerente, o amadurecimento de uma sociedade civil, as reformas económicas e a afirmação da Ucrânia independente no concerto das nações, avança nos anos seguintes (1992-93) sob as lideranças de Kravtchuk e, a partir de 1994, de Leonid Kutchma.[9]

Inicia-se um delicado processo de normalização das relações com a Rússia – partilha da frota do Mar Negro, insistência no reconhecimento por Moscovo da soberania e integridade territorial da Ucrânia e resistência prudente aos esquemas reintegracionistas liderados por Moscovo.

Em janeiro 1994, Kravtchuk, Boris Ieltsin e Bill Clinton assinaram o *memorandum* de Budapeste: a Ucrânia abdica do seu armamento nuclear em troca das promessas dos três países de respeitar a soberania e integridade da Ucrânia e de compensações financeiras aos ucranianos.

As presidenciais de 2004 mergulham a Ucrânia numa grave crise. A vitória de Viktor Ianukovitch, o candidato do regime, sobre o líder da oposição, Viktor Iuchtchenko, é contestada nas ruas, a Ucrânia entre em ebulição. A "Revolução Laranja" divide o país. O Leste ameaça com a secessão se os resultados das presidenciais fossem anulados. Por um momento a Ucrânia parece à beira de guerra civil.

A crise provoca um braço de ferro entre a Rússia e o Ocidente. Várias ONG ocidentais assumem um papel importante na rebelião contra Ianukovitch.[10] Moscovo denuncia a mão da CIA e outras agências de intelligence ocidentais na crise e Putin acusa o Ocidente de querer "isolar a Rússia".[11]

A mediação europeia desbloqueia um acordo em Kiev. O Supremo Tribunal declarou eleição nula e convocou nova para 26 de dezembro. Iuchtchenko, um adepto da aproximação ao Ocidente e à NATO, ganhou com 52 por cento dos votos e escolhe Timochenko para chefiar o Executivo.

A euforia da "Revolução Laranja" em breve dará lugar ao desencanto. As desavenças entre o presidente Iuchtchenko e a primeira-ministra Iulia Timochenko levam à rutura da coligação governamental e à convocação de presidenciais antecipadas para o final de 2009. As relações com o vizinho russo estão uma vez mais no centro da crise. Nas presidenciais Iuchtchenko sofre uma pesada derrota e Viktor Ianukovitch bate Timochenko na segunda volta em fevereiro de 2010.[12]

É uma nova viragem de "180 graus" na política ucraniana. O regime Ianukovitch congelou a política de aproximação ao Ocidente, reforçou os laços com Moscovo e prolongou o arrendamento da base de Sebastopol até 2042.

---

[9] Kravtchuk preparou entretanto a independência no plano internacional através de uma série de contactos internacional. Em outubro de 1990 a Ucrânia concluiu um acordo com a Polónia reconhecendo fronteiras e visitas com a Alemanha, os EUA, a França, a Polónia e outros países ocidentais ao longo de 1990.

[10] O Governo russo acusaria mais tarde o Departamento de Estado norte-americano e as NGO de fomentarem as manifestações anti-Kremlin de 2011 e 2012 e aprovou depois leis estritas limitando ou proibindo mesmo a atividade de várias organizações acusando-as de serem "agentes estrangeiros".

[11] Moscovo denunciou a alegada "mão" do Ocidente nas "revoluções coloridas" que levaram ao poder lideranças pró-ocidentais na Geórgia e no Quirguistão (para além da Ucrânia) entre 2003 e 2005.

[12] Os resultados dão sinal claro da divisão regional do país. Ianukovitch ganha (49 por cento contra 45 para Timochenko) graças aos votos no Leste da Ucrânia.

Jogo de sombras

A crise da *Maidan* assume rapidamente uma dimensão internacional. Catherine Ashton, a subsecretária de Estado Victoria Nuland, deputados europeus e congressistas americanos surgem em Kiev a incentivar a contestação. A 15 de dezembro o senador John McCain, encoraja os manifestantes ao lado de Oleh Tiahnibok.

No início de fevereiro vem a lume o famoso "*Fuck the EU*" de Victoria Nuland.[13] Numa conversa telefónica com o embaixador americano em Kiev, Geoffrey Pyatt a subsecretária de Estado desvaloriza sem cerimónias os esforços europeus e aconselha o diplomata a montar rapidamente uma coligação antes que Moscovo reaja. Defende a aposta em Arseni Iatseniuk em detrimento de Klitchko. O Governo saído da rebelião da Maidan corresponde no fundamental ao perfil traçado por Victoria Nuland.[14]

Celebrada pelos media ocidentais como uma genuína revolta popular contra um regime opressor e em prol do anseio europeu, a rebelião da Maidan é um processo complexo. Testemunhos diversos observaram que as manifestações da Praça da Independência estavam desde o início claramente bem preparadas (Friedman, 2013). A contestação ao regime é desde logo liderada por um "núcleo duro" bem identificado politicamente, envolvendo figuras da era Timochenko, nacionalistas radicais e grupos para - militares de extrema-direita.[15]

É a cólera perante a corrupção, a desigualdade e a pobreza e a brutalidade da polícia que arrasta muitos ucranianos para a contestação ao regime. É "no coração uma revolta tanto contra o Governo como contra a oposição" (ICG, 2014). Nada permite porém concluir que os chefes da oposição e em particular os nacionalistas radicais que assumem a liderança da Maidan representem de facto o sentir e os anseios da população.

Aclamado o Governo de Iatseniuk as prometidas reformas políticas e constitucionais seriam rapidamente esquecidas. Maidan resultou num Governo "fortemente influenciado por políticos que têm um longo percurso de serviços em administrações anteriores e largamente desacreditadas" (ICG, 2014).

O papel da extrema-direita nacionalista na rebelião de Maidan e em geral na cena política ucraniana é tema de acesa polémica.[16] Com matizes diversos estes grupos têm em comum a herança, assumida mais ou menos abertamente, das tendências nacionalistas agrupadas na Ucrânia Ocidental e com raízes na II Guerra, bem como a ideia de uma Ucrânia etnicamente purificada e o antissemitismo, mesmo se Tiahnibok e outras figuras do nacionalismo radical procuram agora moderar a sua imagem política.

---

[13] "Transcript of leaked Nuland-Pyatt call", BBC 7 de fevereiro de 2014. A transcrição da conversa apareceu no Y*ou Tube* a 6/Fev. Tratou-se aparentemente de uma fuga orquestrada pelos serviços russos para embaraçar Washington e pôr a nu diferenças entre os EUA e a União Europeia..

[14] Vitali Klitchko, tido como o "homem de mão" dos alemães acabou por desistir da corrida à presidência e em breve se apagaria virtualmente.

[15] O "núcleo duro" de Maidan continuará activo e mobilizado nos meses seguintes. Os mais radicais reclamam uma "revolução nacional", ameaçam com uma "guerra de guerrilha prolongada"assumem publicamente o objectivo da tomada do poder.

[16] O *Svoboda* teve 10 por cento dos votos nas legislativas de 2010 (13 lugares no Parlamento) e tem forte presença no Governo Iatseniuk e o Setor de Direita anunciou a intenção de se transformar em partido e o seu líder, Dmitro Iaroch, candidata-se às presidenciais.

"A luta contra as pretensões imperiais de Moscovo leva ao autoritarismo e favorece o conservadorismo na Ucrânia" – advertia depois da independência o historiador Leonid Pliuchtch (1993). "À margem do nosso regime atual ela reforça a oposição extremista, populista e chauvinista, agrava a ameaça de guerra civil e novas formas de ditadura."

O Svoboda e outros grupos radicais servem de instrumento de propaganda a Moscovo para denunciar o carácter "extremista" e as simpatias "pró-nazis" presentes no novo regime de Kiev, enquanto os *media* e os meios oficiais no Ocidente preferiram ignorar a questão.

A questão das mortes de 20 de fevereiro nunca foi esclarecido e os apelos a um inquérito internacional são rapidamente ignorados. A 5 de março vem a público nas redes sociais uma conversa telefónica que o Ministro dos Negócios Estrangeiros estónio, Urmas Paet, dá conta à Alta Representante Europeia de suspeitas de que os disparos que fizeram 20 mortos terão vindo, não da polícia mas de *snipers* do núcleo duro.[17] Washington, as capitais europeias e a maioria dos *media* ocidentais mantêm silêncio sobre essa dimensão da crise ucraniana…

Da Crimeia a Donetsk

A 15 de dezembro, enquanto centenas de milhares enchem a *Maidan*, perto dali, no parque Marinski, manifestantes pró-governamentais protestam contra o projeto de associação com a UE, contra a concorrência europeia na indústria ucraniana e a ameaça do desemprego. Por um momento teme-se o pior…

A crise polariza já o país. "As tensões entre o Leste e o Ocidente estão profundamente enraizadas na identidade nacional Ucrânia" – alerta o historiador Orlando Figes. "Os ucranianos mais preocupados com o futuro do seu país fariam bem em reconhecer essa fragilidade inerente."[18]

Em Lviv, epicentro do nacionalismo ucraniano, Ivano-Frankivsk, e Ujgorod e noutras cidades da Ucrânia Ocidental, manifestantes tomam de assalto edifícios dos governos regionais. Em Janeiro ouvem-se na Rada (Assembleia) de Lviv apelos à independência Ucrânia Ocidental.

Em Lviv, epicentro do nacionalismo ucraniano, Ivano-Frankivsk, Ujgorod e noutras cidades da Ucrânia Ocidental, manifestantes tomam de assalto edifícios dos governos regionais. Em janeiro ouvem-se na Rada (Assembleia) de Lviv apelos à independência Ucrânia Ocidental.

Os sinais de agitação entre as populações que se identificam como russas no Leste e em particular na Crimeia multiplicam-se a partir de fevereiro e acentuam-se em março.

A Crimeia é um caso muito particular. Sucessivamente absorvida pelas jurisdições otomana, russa e ucraniana, a península tem um lugar muito especial no imaginário russo desde que Catarina, a Grande, conquistou a península ao Império otomano no século

[17] Um inquérito da ARD alemã ao caso dos diparos dos snipers vieram dos andares do hotel Ukraina ocupado pelos manifestantes e que as balas encontradas nos corpos dos polícias e dos manifestantes coincidiam.
[18] Figes, op. cit.

XVIII[19]. Krutchov decidiu, em 1956, integrá-la na Ucrânia, mas a memória e a identidade russa mantiveram-se muito marcadas. A questão da Crimeia, em particular os diferendos sobre a frota do Mar Negro e o porto de Sebastopol, esteve presente em momentos críticos das relações russo-ucranianas.[20]

A 27 e 28 de fevereiro, horas antes de Iatseniuk ser designado primeiro-ministro, grupos armados ocupam edifícios–chave em Simferopol e erguem a bandeira russa. Geram-se confrontos.

A 1 de março, o parlamento de Moscovo aprova o pedido do presidente Putin de usar a força na Ucrânia para "proteger a minoria étnica russa". Três dias depois o presidente russo quebra o silêncio e vem a público protestar que se trata de "forças de autodefesa" e não de forças russas e acusar o Ocidente e "agentes estrangeiros" de estarem por detrás do caos na Ucrânia.

A 6, o Parlamento da Crimeia vota a união com a Rússia e convoca um referendo para o dia 16. As forças russas cercam as unidades militares ucranianas, controlam as vias de comunicação, bloqueiam as saídas dos portos e detêm o comandante da esquadra ucraniana, manietando rapidamente qualquer capacidade de reação das forças ucranianas.

Cresce o alarme internacional. O Governo de Kiev, Washington e Bruxelas acusam Moscovo de invadir a Ucrânia. Tiahnibok fala em "guerra" com a Rússia. Barack Obama exige a Putin o regresso das forças russas às suas bases e ameaça com sanções.

O referendo de 16 de março regista, segundo as autoridades da Crimeia uma participação de 83,1 por cento e 96,77 de "Sim". Dois dias depois Vladimir Putin defende energicamente a anexação da península numa intervenção perante o Parlamento russo com base em argumentos históricos, políticos e jurídicos e assina o decreto da integração da Crimeia na Federação Russa.

A rebelião da Crimeia contagia já outras regiões de forte população russa no Sul e Leste. Em Donetsk líderes separatistas propõem-se assumir o controlo das Forças Armadas e de segurança no distrito.

À questão nacional juntam-se razões de ordem social e económica. É para a Rússia que vai grande parte da produção da região e muitos temem a competição do Ocidente e receiam pelos seus pontos de trabalho.[21] O novo Governo de Kiev não dá qualquer resposta a questões como o estatuto da língua russa, o medo do extremismo político e a corrupção,

---

[19] ? Segundo o recenseamento de 2001 a população da Crimeia integra 58 por cento de russos. Nenhum dos oblast do sudeste da Ucrânia tem maioria russa, embora em Donetsk a maioria dos quatro milhões de habitantes fale russo. (? State Statistics Committee of Ukraine, http://bit.ly/1iH54iF).

[20] Em Janeiro de 1994, Iuri Miechkov ganha as presidenciais na Crimeia e propõe-se realizar um referendo sobre o estatuto do território. Chega-se a temer um confronto entre a Rússia e a Ucrânia, mas Moscovo demarca-se dos intuitos secessionistas de Miechkov evitando claramente desestabilizar a Ucrânia. Os acordos de Sotchi (reconhecimento das fronteiras da Ucrânia, partilha da frota do Mar Negro, arrendamento da base de Sebastopol à Rússia) , a 1 de Junho de 1996, vêm finalmente acalmar os ânimos entre Moscovo e Kiev. Ver, de James Sheer, "Russia-Ukraine Rapprochement? The Black Sea Fleet Accords", *Survival*, Outono de 1997.

[21] Os separatistas acabarão por receber algum encorajamento de Moscovo. No discurso de 18 de março, Vladimir Putin fala das "terras historicamente russas" dadas pelos bolcheviques à Ucrânia depois da revolução de 1917 e refere-se à região com o termo carregado de memória de "Novorossiia" (Nova Rússia).

oferecendo aos rebeldes a oportunidade de explorar os receios de muitos.[22]

A situação resvala rapidamente para a violência. A 14 de março confrontos entre jovens pró-russos e nacionalistas ucranianos em Kharkiv fazem dois mortos.[23] O lado russo acusa os Patriotas da Ucrânia, um grupo de extrema-direita, os ucranianos dizem que é a Rússia que está a provocar deliberadamente os incidentes. Semanas depois confrontos em Odessa fazem 42 mortos. Os media oficiais russos dão largo destaque aos incidentes e o Ministério dos Negócios Estrangeiros de Moscovo emite declarações em tom repetindo que a Rússia tem o direito de agir para proteger as populações russas.

A 7 de abril manifestantes pró-russos ocupam edifícios governamentais nas cidades de Donetsk, Luhansk e Kharkiv e em mais de uma dezena de cidades e vilas e apelam a um referendo sobre a independência. Quatro dias depois Iatseniuk oferece maior autonomia às regiões do Leste, mas o processo é já imparável.

No início de maio, numa aparente viragem na atitude de Moscovo, Vladimir Putin apela ao diálogo e ao adiamento do referendo. O apelo é ignorado.

Os separatistas reivindicam mais de 90 por cento de votos a favor no referendo de 11 de maio e dois dias depois proclamam a independência e reclamam a integração na Federação Russa. O Kremlin toma nota da elevada percentagem de "Sim" e diz esperar que os resultados do referendo serão implementados de forma "civilizada" mas não dá resposta ao pedido de integração dos separatistas.

Os cálculos de Putin

A realidade de uma Ucrânia independente sempre foi dura de engolir em Moscovo. Por razões de ordem estratégica, de segurança e económica e ainda por motivos emocionais e de identidade.[24] É assim, em última análise, em torno da Ucrânia que se vai travar o confronto entre o Ocidente e uma Rússia ressurgente, sobretudo a partir do início da expansão da NATO a Leste no final dos anos 1990. Há muito que se sabia que a Ucrânia representava uma "linha vermelha" para Moscovo.

O projetado acordo de associação com a UE que esteve no início da crise ucraniana surge no quadro da "Parceria Oriental", uma iniciativa dirigida a seis antigas repúblicas soviéticas adotada pela UE em maio de 2009, meses depois do conflito da Geórgia e da opção de Kiev pela neutralidade (Guardian, 12 de dezembro de 2013).[25] A iniciativa europeia coincidia ao mesmo tempo com o lançamento da "União Eurasiática", uma iniciativa de Moscovo destinada a reunir num espaço económico comum várias repúblicas da ex-

[22] ICG, op. cit. Uma iniciativa legislativa do *Svoboda* e do *Batkivchtchina* de Iulia Timochenko propôs-se revogar uma lei de 2012 que conferir um estatuto especial à língua russa nas zonas do Sudeste., no que foi visto como mais uma prova do carácter ultranacionalista do novo regime de Kiev. Face aos protestos, o presidente Turhinov acabaria por recuar, mas o efeito junto das populações russas era já irreparável.

[23] Kharkiv , a segunda maior cidade do país (1.5 milhões) foi a capital da Ucrânia soviética entre 1917 e 1934.

[24] A Ucrânia tem um papel fundador nos planos de reconstrução da Rússia pós-soviética de Alexandre Soljenitsin num texto célebre "Reconstruir a Rússia" publicado a 18 de Setembro de 1990 nos jornais *Komsomolskaia Pravda* e *Literaturnaia Gazeta*.

[25] A Ucrânia, Moldova, Belarus, Arménia, Azerbaijão e Geórgia.

-URSS.[26] O acordo de associação proposto à Ucrânia excluía nas condições propostas por Bruxelas, qualquer acordo com a Rússia.

Ianukovitch procura ganhar tempo, manobrar num entre os dois tabuleiros e negociar o dote oferecido pelos dois lados e calar as vozes críticas em Kiev. Propõe, com o apoio de Moscovo, negociações a três entre a Ucrânia, a Rússia e a UE, mas a sugestão é despachada por Carl Bildt com um seco "mas o que é que há para falar?"

A Ucrânia vê-se assim apanhada no fogo cruzado da pressão ocidental, protagonizada pela NATO e agora pela União Europeia, e as alegadas ambições de Putin de reconstituir parte do espaço da antiga URSS e obrigada a uma escolha que Kiev tentou sempre evitar.

Durante muito tempo Moscovo mantém um intrigante em silêncio sobre a crise, enquanto o Ocidente se empenha abertamente na contestação a Ianukovitch (BBC, 12 de dezembro). Putin espera provavelmente que o Governo de Iatseniuk depare com forte resistência no país e acabe por se fraturar. Perdida a batalha para manter Kiev na esfera de influência russa, Putin aposta na tentativa de neutralizar a Ucrânia através de negociação política ou tentando minar a autoridade de Kiev com o apoio aos movimentos separatistas no Leste.

A questão da Crimeia vem alterar tudo. Depois da "Revolução Laranja", Viktor Iuchtchenko anunciou que o acordo da base de Sebastopol (que expira em 2017) não seria renovado. Correm rumores em Moscovo sobre intenções da NATO quanto à Crimeia (Guardian, 10 de março de 2014).

Estão em jogo as vantagens estratégicas de que a Rússia dispõe na Crimeia.[27] Numa declaração de política externa, a 3 de julho, Putin disse que o Ocidente não dera à Rússia alternativa à anexação da Crimeia já que a NATO se preparava para mover rapidamente forças para Sebastopol e mudar radicalmente a balança de poder na região privando a Rússia "de tudo por que tinham lutado desde os tempos de Pedro, o Grande".[28]

O fantasma da NATO

O Ocidente reage fortemente aos acontecimentos na Crimeia e no Leste da Ucrânia. A 12 de março Barack Obama recebe Arsenii Iatseniuk na Casa Branca e garante-lhe que a América estará ao lado da Ucrânia. Nas capitais do Ocidente denuncia-se a ocupação da Crimeia como uma "usurpação" e exige-se a retirada das forças russas concentradas na fronteira com a Ucrânia.

A arma das sanções entra em liça. A 6 de março é cancelada a próxima cimeira do G8 em Sotchi e a Rússia é excluída do "clube". Dez dias depois os EUA e a União Europeia

[26] Trata-se da união alfandegária entre a Rússia, Belarus e o Cazaquistão criada em 2009 e transformada quatro anos depois em espaço económico único a que se juntaram a Arménia e o Quirguistão.

[27] O Kremlin receia ainda um eventual efeito de contágio da aproximação da Ucrânia ao Ocidente sobre regiões da Rússia onde se registaram impulsos secessionistas ao longo dos anos 1990 (Tchetchénia Carélia, no Noroeste russo, região marítima do Pacífico). Vários analistas apontam já o enclave de Kalininegrado como cenário provável de uma crise social e política.

[28] A crise tem ao mesmo tempo um preço elevado para Moscovo. Ao anexar a Crimeia a Rússia enfraqueceu o bloco pró-russo em Kiev e perdeu um importante instrumento de influência na Ucrânia – e que foi por exemplo decisivo na curta vitória por um milhão de votos de Ianukovitch sobre Timochenko em 2010.

proíbem a entrada nos seus territórios e congelam os bens de vários responsáveis da Rússia em reação ao referendo na Crimeia e ameaçam Moscovo com novas sanções.

Os mais impacientes protestam que as sanções são meramente simbólicas. Mas a estratégia de conter a Rússia através de sanções revela desde logo problemas e divide os aliados por razões políticas e sobretudo económicas.[29] Há laços estreitos de ordem financeira em sectores como a energia em jogo, a Europa depende do gás russo.

A questão da NATO está uma vez mais presente. É o próprio secretário-geral da NATO, Anders Fogh Rasmussen, a assumi-lo ao declarar que o abortado pacto com a Ucrânia teria sido "um grande avanço para a segurança euro-atlântica" (Guardian, 29 de janeiro de 2014).

Em janeiro de 2008, na sequência da "Revolução Laranja", o Governo Timochenko formalizou a candidatura da Ucrânia à NATO com o vivo apoio do presidente George W. Bush – uma iniciativa que deparou com resistências no país, sobretudo por parte de uma opinião pública maioritariamente hostil à integração.[30]

A aproximação da Ucrânia à NATO foi travada pela guerra russo-georgiana da primavera de 2008 e a plataforma de não alinhamento adotada por Viktor Ianukovitch. A 3 de junho de 2010, o Parlamento de Kiev rejeitou o plano de integração na NATO.[31] Mas a questão manteve-se como um fantasma…

A 1 de março, em vésperas do referendo na Crimeia, a Aliança Atlântica anuncia patrulhas aéreas regulares a partir de bases na Polónia e Roménia para monitorar a crise ucraniana. Um mês depois os Ministros dos Negócios Estrangeiros da NATO reunidos em Bruxelas suspendem a cooperação civil e militar com a Rússia.

A Polónia e os Estados do Báltico multiplicam alarmes quanto às intenções da Rússia e exercem forte pressão dentro da NATO. Numa visita à Polónia, antes de um encontro com líderes da NATO em Bruxelas para discutir a crise da Ucrânia, a 26 de março, Barack Obama reafirma "o nosso compromisso com a segurança dos nossos aliados na Europa Central e de Leste".

A NATO anuncia o reforço dos níveis de prontidão das suas forças, a intensificação dos exercícios conjuntos e um plano de ação (o RAP - Readiness Action Plan) destinado a aumentar a rapidez de reação das forças da Aliança face a uma crise na Europa ou noutro ponto.

A "viragem" de Sloviansk

A 13 de abril o Governo de Kiev lança uma operação contra Sloviansk, um importante eixo rodoviário e ferroviário e primeiro grande bastião dos separatistas. A ofensiva

[29] A pressão para punir Moscovo vem sobretudo da Polónia, dos Estados do Báltico e da Suécia. A Espanha, a Itália, a Finlândia, a Grécia e Chipre manifestaram sempre reservas quanto à política de sanções à Rússia. A questão é Particularmente delicada na Alemanha e a França e a Grã-Bretanha foram acusadas de alguma ambiguidade na questão.

[30] De acordo com várias sondagens independentes realizadas em anos recentes a maioria dos ucranianos rejeita uma adesão à NATO e cerca de 40% associam a Aliança Atlântica a uma "ameaça".

[31] Face às resistências no seio da própria Aliança (em particular da França e da Alemanha) a cimeira atlântica de Bucareste decidiu, a 3 de Abril de 2008, congelar os processos de adesão da Ucrânia e da Geórgia.

ucraniana em breve perde fôlego. As forças governamentais conquistam e abandonam sucessivamente vários pontos de controlo em torno de Sloviansk deixando pesadas baixas no terreno.

As Forças Armadas e as forças de segurança ucranianas foram completamente remodeladas por Ianukovitch e os adidos militares das embaixadas ocidentais em Kiev que aconselham o comando militar ucraniano suspeitam que as forças ucranianas estão infiltradas por agentes com simpatias pró-Moscovo (ICG, 2014). Muitos oficiais hesitam e parecem não saber exatamente a quem deviam obediência. O ministro da Defesa demite-se, oficiais destacados nas zonas críticas do Sudeste queixaram-se publicamente de não receberem orientações do governo central. Muitos acabaram por se passar para os rebeldes. Os Serviços de Segurança do Estado (SBU) queixam-se de falta de cooperação da polícia nas cidades do Leste. Face à concentração das tropas russas na fronteira, muitos optam por esperar para ver para que lado se inclina a "balança".

A eleição de Petro Porochenko, um oligarca com um percurso político sinuoso, mas que aderiu desde o início a *Maidan*, a 25 de maio, veio colocar a crise ucraniana noutro plano.[32] Prontamente aplaudida por Washington, a eleição do novo presidente, estabiliza a situação política e confere legitimidade às decisões do Governo de Iatseniuk.

Porochenko apresenta-se como um pragmático e propõe-se dialogar com Moscovo.[33] Mostra-se porém implacável na questão do Leste e garante que a "operação anti-terrorista" não "deve nem pode durar dois ou três meses" mas sim "horas". Dois dias depois o Exército ucraniano lança um assalto para desalojar os separatistas do estratégico aeroporto de Donetsk e inflige dezenas de baixas aos rebeldes.

As forças ucranianas são remodeladas. Milícias e batalhões de voluntários de veteranos de *Maidan* são a espinha dorsal da recém-constituída *Ukrainian National Guard* e cabe-lhes o fundamental do esforço de guerra ucraniano. Numa entrevista a uma cadeia de televisão russa a 26 de abril o chefe da diplomacia de Moscovo, Serguei Lavrov, observa que a remodelação e o novo vigor da ofensiva ucraniana surgem depois das visitas secretas a Kiev do diretor da CIA, John Brennan, e do vice-presidente Joe Biden e garante que a CIA está a operar em força na Ucrânia.[34]

A situação militar altera-se rapidamente. A 13 de junho tropas de Kiev recuperam a cidade portuária de Mariupol numa ação conduzida pelo *Batalhão Azov*.[35] A 5 de junho os separatistas pró-russos abandonam Sloviansk e recuam para os redutos de Donetsk e Luhansk. É o primeiro grande bastião separatista a cair. Porochenko fala de um "ponto de viragem".

---

[32] Porochenko tem um percurso político que passa pela "Revolução Laranja", pelo Governo de Iulia Timochenko (de que foi ministro dos Estrangeiros em 2009-2010) mas também pelo Partida das Regiões de Ianukovitch.

[33] O chefe da diplomacia russa Sergei Lavrov disse aos repórteres em Moscovo que Rússia estava 'aberta ao diálogo' com Porochenko e que não era necessária qualquer mediação americana ou europeia, advertindo Kiev de que prosseguir as acções contra os separatistas seria um"erro colossal".

[34] Um relatório de finais de Março do Ministério da Defesa russa garante que tinham sido mortos 13 operacionais da CIA na área de Slaviansk e Lavrov disse numa entrevista data que tinham sido detectados na Ucrânia efectivos da companhia de mercenários *Greystone Ltd*.

[35] O *Batalhão Azov* é formado com base nos grupos nacionalistas mais radicais, da Maidan e a propaganda de Moscovo sublinha amplamente as referências neonazis que lhe são atribuídas, permite a Moscovo reforçar propaganda e fantasma do nazismo junto da população russa.

Ao mesmo tempo, multiplicam-se sinais de divisões entre os rebeldes. Nos *sites* separatistas surgem queixas de que Putin os abandonou e traiu.

Os separatistas, que de início foram um instrumento, tornam-se agora um problema para Moscovo.[36] A Rússia parece hesitar. De início Putin recusou-se a aceitar as eleições presidenciais ucranianas mas uma vez eleito Porochenko, fez saber que respeitaria a "expressão da vontade do povo ucraniano". A 25 de junho, em pleno assalto a Sloviansk, o Parlamento russo cancela uma resolução parlamentar autorizando o uso de forças russas na Ucrânia.

Gorada uma tentativa de cessar-fogo no início de julho, Putin criticou a ação militar ucraniana mas deixou aberta a hipótese de um compromisso. Um cessar-fogo prolongado e "negociações substanciais" entre Kiev e os rebeldes ofereceriam a Moscovo um meio de pressão sobre Kiev, que permitiria manter os nacionalistas russos sob controlo e ao mesmo tempo marginalizar o papel dos Estados Unidos.

"Toque de despertar"

A 17 de julho, um avião da Malaysian Airlines cai em território rebelde perto da fronteira russa, há 298 mortos. Fala-se de imediato de um míssil *SA-11* disparado pelos rebeldes e fornecido pela Rússia. O Governo de Kiev e os separatistas acusam-se mutuamente de serem os responsáveis pela tragédia e de dificultarem o acesso dos peritos internacionais aos destroços do *MH 17*.

O incidente desencadeia uma intensa batalha de propaganda. Nas redes sociais circulam gravações de conversas entre os rebeldes em que se reconhece o derrube do avião. Em Moscovo garante-se que o *MH 17*, o avião, fez uma misteriosa alteração de rota que o levou a sobrevoar a zona onde os rebeldes derrubaram vários aviões militares ucranianos nas semanas anteriores. Fala-se de baterias de mísseis antiaéreos *BUK M1 SAM* que o Exército ucraniano teria deslocado dias antes para a área. Especula-se que pelo menos um SU 25 ucraniano teria acompanhado de perto o *MH 17* e que o cockpit do *MH 17* tinha marcas de projéteis disparados por um caça…

A polémica em breve perderia fôlego. Absorvido o choque inicial, nos meios oficiais faz-se intrigante silêncio sobre o assunto.[37] Os discursos dos políticos e as notícias dos media ocidentais evitam acusar formalmente a Rússia, mas o tom das notícias não deixa dúvidas: o *MH 17* foi abatido pelos separatistas com a cumplicidade de Moscovo. Uma jornalista russa descreveu o derrube do *MH 17* como um "*Lockerbie* russo" (*Spiegel*, 22 de julho).

É um ponto de viragem na crise ucraniana. Barack Obama diz que o acidente deve constituir um " toque de despertar" para a Europa sobre Putin. Washington aumenta a

[36] Nas perspectiva de vários analistas um dos objectivos da ofensiva passa por provocar a todo o custo uma intervenção russa, de modo a justificar um maior envolvimento da NATO, impor sanções mais duras a Moscovo e aumentar e aumentar os sentimentos anti-russos na Ucrânia.

[37] O relatório do OOV, o Conselho Holandês para a Segurança, encarregada do inquérito a queda do MH17 vem a público a 1 de Setembro mas pouco acrescenta, limitando-se a confirmar que o aparelho terá provavelmente sido abatido por um míssil terra-ar mas sem atribuir responsabilidades.

pressão e dá sinais de crescente impaciência perante as hesitações dos europeus e exigem medidas duras contra Moscovo.[38] A 30 de julho: Os EUA e a UE anunciam novas sanções contra Moscovo vetando a exportação de tecnologias sensíveis e atingindo diretamente os setores do petróleo e da defesa russos.

Em Kiev, Porochenko reforça a sua base de poder. O presidente ucraniano dissolve o Parlamento e convoca eleições para 26 de outubro com o objetivo de expurgar a Rada dos deputados ainda ligados ao regime de Ianukovitch. Nos dias seguintes vai assistir-se a uma verdadeira escalada da ofensiva das forças ucranianas.

Em meados de agosto forças de Kiev apertam o cerco aos dois últimos grandes bastiões separatistas. A 9, Luhansk está totalmente cercada. As forças ucranianas cortam as comunicações por estrada entre as duas cidades e procuram fechar as vias de reabastecimento dos rebeldes a partir da Rússia. Em Luhansk as tropas ucranianas entraram pela primeira vez no perímetro urbano, em Donetsk os combates chegam ao coração da cidade.

A situação dos rebeldes torna-se crítica. O levantamento popular que os separatistas esperavam não acontecera. Prova da situação desesperada a rebelião separatista sofre a 13 de agosto um duro golpe com a demissão de vários líderes e do comandante Igor Strelkov.

Donetsk e Luhansk são alvo de constantes bombardeamentos por parte das forças ucranianas. Áreas residenciais são pesadamente atingidas. Morrem centenas de civis e centenas de milhares procuram refúgio na Rússia ou noutras regiões da Ucrânia. Num lapso de duas semanas, o número de vítimas do conflito duplica subindo para 2600 mortos. A situação assume proporções de uma crise humanitária. Em Luhansk, falta água, luz, comunicações e outros bens essenciais.

Moscovo dá sinais crescentes de inquietação e apela a um cessar-fogo imediato. A 21 de agosto ao cabo de quase duas semanas de espera junto à fronteira ucraniana e desmentidos e contra desmentidos sobre o acordo de Kiev e a colaboração da Cruz Vermelha, uma centena de camiões russos passaram a fronteira sem autorização ucraniana.

Kiev clama que a ação russa constitui uma "invasão direta". Rasmussen emite um comunicado acusando a Rússia de "violação da soberania da Ucrânia", Bruxelas fala de uma "clara violação das fronteiras".

Os dilemas de Putin

Na segunda semana de agosto o exército ucraniano lança uma operação para retomar a Ilovaisk, um ponto crucial para fechar por completo o cerco a Donetsk. Subitamente, quando controlam já parte da cidade, as forças ucranianas são atingidas por uma chuva de granadas de lança foguetes *Grad*. Segue-se uma dura batalha urbana. Os ucranianos acabaram por retirar com pesadas baixas.

Dias antes o novo "primeiro-ministro" da autoproclamada "República Popular do Donetsk", Aleksander Zakhartchenko, anunciara publicamente que estavam a receber

[38] A agência *Bloomberg* garante que o vice-conselheiro de Segurança Nacional Anthony Blinken chamara dias antes os embaixadores europeus para lhes apresentar uma lista das sanções que Washington queria ver aprovadas.

apoio significativo em material e 1200 homens treinados em território russo. A indiscrição valeu-lhe uma reprimenda do Kremlin e obrigou-o a vir a público esclarecer que se tratava de voluntários.

A frente diplomática ativa-se subitamente. Porochenko e Putin encontram-se à margem da cimeira da União Alfandegária a 25 de agosto em Minsk. As duas partes continuam a trocar acusações, mas é aprazado novo encontro para 1 de setembro.

Os separatistas abrem entretanto nova frente de guerra. No final de agosto conquistam Novoazovsk, a 20 quilómetros da fronteira com a Rússia e abrem caminho até ao Mar de Azov e à estrada que liga a cidade portuária de Mariupol à Crimeia. A 20 km da cidade. Em pouco mais de uma semana a situação militar inverte-se.

Há fortes reações do Ocidente. Angela Merkel fala num novo reforço das sanções à Rússia. Em Kiev, Porochenko acusa a Rússia de "agressão directa e aberta" contra a Ucrânia e pede aos Estados Unidos e à Europa ajuda militar urgente e um congelamento de todos os bens russos.

Moscovo continua a negar qualquer envolvimento direto nos combates no Leste da Ucrânia, mas os argumentos russos não resistem à evidência dos factos no terreno. No final de agosto Kiev exibe um vídeo mostrando paraquedistas russos capturados perto de Ilovaisk.

Putin evitou, até onde conseguiu, o envolvimento direto no conflito. O objetivo seria ganhar tempo e negociar com Porochenko um modus vivendi que satisfizesse os interesses básicos de Moscovo – a garantia da não adesão à NATO e a federalização do país. A eminência de um colapso militar dos rebeldes ameaçava deitar tudo a perder.

A reintegração da Crimeia na Rússia valeram-lhe uma cota de popularidade acima dos 80 por cento, mas, para além do isolamento externo, a situação comporta vários riscos no plano doméstico. No final de agosto surgiram as primeiras notícias de mortos entre os recrutas russos na Ucrânia e o ambiente na Rússia arrisca-se a mudar.[39] AA população russa tem pesadas memórias da morte dos seus filhos no Afeganistão e na Chechénia. E o impacto das sanções económicas do Ocidente vai já gerando algum alarme entre as elites do *business* em Moscovo.

Fora de controlo

A NATO denuncia em termos duros a intervenção russa. A 26 de agosto, Rasmussen acusa a Rússia de "atacar" a Ucrânia e anunciou que NATO vai debater a criação de bases permanentes no Leste da Europa e um plano de apoio à modernização das Forças Armadas ucranianas.[40]

[39] Uma sondagem da Public Opinion Foudation (FOM), tida como próxima do Kremlin, mostra que se 57 por cento dos russos aprovam o apoio aos rebeldes apenas cinco por cento seriam a favor de uma invasão declarada e apenas nove aplaudem entrega de armas aos separatistas (*Spiegel* de 2 de Setembro 2014).

[40] A questão das bases permanentes (actualmente existe apenas uma na Polónia) dividem os aliados. Washington e Londres defendem a medida, mas a França, a Espanha e a Itália têm-se manifestado contra e a Alemanha mostra-se dividida.

A 1 de setembro a NATO anuncia a criação de uma nova força de reação de 4000 homens com capacidade de se deslocar para a Polónia ou para os Estados do Báltico, em 48 horas, descrita por Rasmussen como uma espécie de "ponta de lança" da presença militar da NATO no Leste.[41]

Kiev procura dramatizar ao máximo a situação. Arseni Iatseniuk repete que o seu país está "em guerra" e que o objetivo de Putin é "tomar toda a Ucrânia". O ministro da Defesa Valeri Heletei diz mesmo que a NATO está a fornecer armas à Ucrânia e que 'não se pode excluir no futuro' o restabelecimento do arsenal nuclear ucraniano.[42]

A pressão de Kiev reabre mesmo a questão da integração da Ucrânia. A 29 de agosto Iatseniuk garante que vai fazer tudo para ver o país como membro de pleno direito da Aliança. Rasmussen responde que as portas da NATO continuam abertas e que nenhum estado alheio "tem poder para vetar " a adesão de um novo membro.

Putin reagiu com um seco "não se metam com a Rússia" e recordou que o seu país "é uma das maiores potências nucleares" durante um encontro com jovens estudantes em Moscovo e anunciou um reforço do poder de dissuasão nuclear russo. O Kremlin anuncia uma revisão da doutrina militar da Federação Russa para responder à "ameaça" da NATO.[43]

A 4 de setembro a cimeira atlântica de Cardiff ratifica as iniciativas militares da NATO e repete que a Aliança "está ao lado da Ucrânia" e reitera as garantias de segurança dadas aos seus membros da Europa Central e do Báltico[44]. Entre os aliados há ainda assim quem considere insuficientes as medidas aprovadas.[45]

A própria Alemanha vê-se submetida a forte pressão. Meses de "diplomacia telefónica" entre Angela Merkel e Vladimir Putin não produziu resultados e entre os aliados fala-se já de um "nível 4" de sanções incluindo a denúncia dos compromissos assumidos pela NATO perante a Rússia (Spiegel , 1 de Setembro).[46]

Bruxelas e Washington anunciam entretanto um novo pacote de sanções contra a Rússia endurecendo as medidas aprovadas em julho e visando em particular o sistema

[41] Os planos da NATO levantam questões de vária ordem, e em particular a questão da partilha do fardo da defesa. O comunicado da cimeira de Gales recorda que apenas cumprem objectivo de gastar dois por cento do PIB na defesa e Obama e Cameron apelaram a que outros Estados se esforcem para chegar ao mesmo nível.

[42] Responsáveis da NATO desmentiram repetindo que a Aliança não tenciona fornecer meios letais à Ucrânia, mas admitindo que membros individuais o possam fazer. A Polónia desmentiu também o fornecimento de armas à Ucrânia e as acusações do Kremlin de que estaria a treinar as forças ucranianas.

[43] A revisão do conceito estratégico militar russo operada em 2000 sob o impacto do ataque da NATO à Sérvia e ratificado em Março de 2007 pelo Conselho de Segurança da Rússia e a nova "Doutrina Militar" assinada por Dmitri Medvedev a 5 de Fevereiro de 2008 identifica já como a primeira das "ameaças externas" à Rússia a expansão das "infra-estruturas militares dos países-membros da NATO", aproximando-as "das fronteiras da Federação Russa" e a "tendência para atribuir ao potencial de força da NATO funções globais, em violação do direito internacional".

[44] Numa reação à cimeira da NATO Putin acusou a NATO de estar a usar a crise ucraniana para reforçar a sua presença no Leste e pressionar diretamente a Rússia e para "se ressuscitar a si própria".

[45] Os Estados do Báltico defendem que o planeado sistema de defesa antimísseis deverá ser também dirigido contra a Rússia A maioria dos membros da NATO, incluindo a Alemanha opõem-se dizendo que a NATO prometera a Moscovo que o sistema não seria dirigido contra a Rússia.

[46] Pela primeira vez neste conflito em Agosto o governo alemão foi obrigado em vésperas da cimeira da NATO a recuar numa das suas posições tendo que ceder a Polónia e os Bálticos pediram que as resoluções para um aumento acrescido da NATO nos seus territórios não expirem automaticamente após um ano.

bancário o acesso de empresas russas aos mercados financeiros, a exportação de material tecnológico para o sector energético e da defesa.

A 29 de Agosto Berlim lança o alerta: a crise no Leste da Ucrânia está a "ficar fora de controlo".

Trégua sangrenta

A 1 de setembro representantes diplomáticos russos e ucranianos e da OSCE reuniram-se em Minsk. Os dois lados continuam a trocar acusações mas emitem ao mesmo tempo sinais de compromisso.

Kiev vê-se perante a iminência de uma derrota militar. Um cessar-fogo dá a Porochenko tempo para consolidar o seu regime e reformar o dispositivo militar ucraniano. Para Putin é uma oportunidade de evitar comprometedoras baixas de tropas russas na Ucrânia e consolidar as posições dos rebeldes, de pressionar Kiev e de testar a decisão ocidental de impor novas sanções. Dois dias depois os dois presidentes voltam a falar ao telefone. A 5 de setembro é finalmente anunciado um cessar-fogo.

Aprovadas as novas sanções contra a Rússia a 8 de setembro, Bruxelas abre um compasso de espera na entrada em vigor das novas medidas e vários dirigentes europeus insistem no adiamento das sanções até se avaliar o cumprimento do cessar-fogo de 5 de setembro. A política de punição da Rússia é já abertamente contestada em Estrasburgo. Deputados italianos apelaram ao "fim das sanções contra a Rússia" apontando as dificuldades de muitas empresas italianas.[47]

Ao mesmo tempo que se empenha no cessar-fogo e numa solução política para o problema do Leste da Ucrânia, Porochenko desloca-se a 18 de setembro a Washington para pedir assistência militar e reclamar um "estatuto especial" que garanta a proteção de facto da NATO. Barack Obama prometeu um reforço a assistência militar americana mas repetiu que o apoio incluirá apenas equipamento não letal.

Dias depois, numa intervenção perante a Assembleia Geral das Nações Unidas, Barack Obama admite mesmo levantar as sanções à Rússia se Moscovo optar pela "via da paz e da diplomacia".

Apesar das violações diárias do cessar-fogo, os 12 pontos do acordo começam a ser cumpridos. A troca de prisioneiros avança rapidamente.[48] A 16 de setembro, o Parlamento ucraniano aprova um decreto que confere um estatuto especial de autonomia às regiões controladas pelas autoproclamadas repúblicas de Donetsk e Luhansk e uma amnistia para

[47] Na delicada questão do gás natural desenham-se igualmente compromissos. Moscovo fechou a torneira do gás à Ucrânia em Junho invocando dívidas em atraso e a questão assumia particular urgência com a aproximação Inverno, tanto mais que a Hungria decidiu pôr termo à política de reexportar gás para Kiev apesar das críticas dos parceiros europeus. Negociações no final de Setembro permitiram esboçar um acordo com base no reescalonamento da dívida Ucrânia de modo a restabelecer o abastecimento de gás russo.

[48] ? O acordo de cessar-fogo de Minsk estipula que as duas partes retirarão as suas armas pesadas para uma distância de 15 km da linha de contacto, interditam o espaço aéreo sobre as zonas em disputa, decretam a retirada dos "mercenário estrangeiros" das duas partes e aprova uma missão de monitorização da OSCE.

os que participaram nos combates.[49] Moscovo aplaude o documento como "um passo na direcção certa".

O problema político continua porém a manter-se. Andrei Purgin, "vice-primeiro ministro" da autoproclamada República Popular do Donetsk rejeita a autonomia oferecido por Kiev. Entre os rebeldes há quem veja o acordo como uma concessão e nos sites separatistas fala-se de "traição".

Continua igualmente por resolver a questão territorial. Os separatistas reivindicam a totalidade da área das províncias de Donetsk e Luhansk e Kiev reconhece apenas as áreas controladas de facto pelos separatistas.

A partir do final de setembro os incidentes armados multiplicam-se de novo. Os bombardeamentos regressam a Donestsk apesar do acordo de retirada das armas pesadas.[50] A 15, os combates fazem pelo menos seis mortos civis em Donetsk. O cessar-fogo está por um fio. Nova reunião de emergência em Minsk tenta pôr termo às violações.

Multiplicam-se ao mesmo tempo sinais de divisões internas na Ucrânia. A autonomia concedida às regiões controladas pelos separatistas foi denunciada como "capitulação" por deputados em Kiev. Iulia Timochenko, já em pré-campanha eleitoral, alertou que o leste da Ucrânia passará a estar controlado "pelo exército russo" e por "terroristas financiados e apoiados" por Putin.

No Leste da Ucrânia os incidentes armados multiplicam-se. O assalto dos separatistas ao aeroporto de Donetsk no início de outubro e os bombardeamentos ucranianos contra a cidade mostram que nenhum dos beligerantes desistiu dos seus objetivos. Em meados de novembro, oito semanas depois do cessar-fogo de Minsk, as violações contínuas da trégua tinham feito um milhar de mortos.

As eleições promovidas pelos separatistas em Donetsk e Luhansk tornam cada vez mais problemática qualquer hipótese de diálogo entre Kiev e o Leste. No terreno multiplicam-se sinais de que se caminha de facto para um congelamento de posições. Porochenko disse a 27 de setembro que está a ser edificada uma linha defensiva em volta do território controlado pelos rebeldes. O governador da região de Dnipropetrovsk, a oeste de Donetsk, Boris Filatov fala de um "cenário Somália" apontando o risco do aumento do banditismo e de grupos armados na região (Economist, 24 de setembro).

Horizontes carregados

A 16 de setembro o Parlamento de Kiev ratifica o acordo de associação com a União Europeia (AA/DCFTA, na designação oficial) numa cerimónia de grande pompa realizada em simultâneo com a ratificação do documento no Parlamento Europeu.

É o regressado ao ponto zero, ao mesmo acordo que Ianukovitch rejeitara

49 Na prática o documento entrega o poder aos separatistas durante um período de transição de três anos e autoriza-os a estabelecerem uma "cooperação transfronteiriça" com regiões da Rússia e garante a liberdade de uso e aprendizagem da língua russa.

50 Duas semanas depois do cessar-fogo, o general Philip Breedlove, comandante da NATO na Europa, diz que o cessar-fogo "só existe no papel" e que as trocas de fogo são tão intensas como antes. A NATO diz que observou uma retirada "significativa" de forças russas, mas que se mantêm tropas no terreno, sobretudo forças especiais.

desencadeando a revolta dos ucranianos – observaram muitos analistas. Na realidade, a situação era agora outra, e o acordo tem hoje um alcance diferente.

As provisões de comércio entre as duas partes são adiadas pelo menos até 2016. A decisão foi tomada na sequência de negociações entre a Comissão Europeia e representantes da Rússia e da Ucrânia e foi visto como uma significativa concessão a Moscovo.[51] Apesar das proclamações solenes em Kiev e Bruxelas o acordo está claramente desvalorizado e oferece uma significativa margem de manobra a Moscovo.[52] A situação não deixa de ilustrar, um ano depois, os equívocos e as incógnitas desta crise ucraniana.

Putin perdeu a batalha para levar a Ucrânia para a União Eurasiática, vendo assim escapar a Moscovo assim uma peça fundamental nos esforços para reconstruir uma área de forte influência russa no espaço da antiga URSS. Manteve em contrapartida *manu militari*, a capacidade de manter refém política e militarmente a Ucrânia e de condicionar as suas opções externas, mas com um preço elevado. A Rússia perdeu provavelmente por muito tempo na Ucrânia um aliado com uma história e muitos interesses comuns.

Porochenko celebrou o acordo de associação com a Europa como "o primeiro passo" para a plena integração da Ucrânia e declarou que se sentia já "um membro de parte inteira da família europeia". Arrisca-se a alimentar os equívocos sobre o alcance do acordo que se mantêm desde o início da crise e a gerar falsas expectativas na população.

Ao problema do separatismo no Leste junta-se a incerteza política. As legislativas de 26 de outubro e o forte apoio de Washington e de outras capitais ocidentais terão permitido estabilizar para já a cena política em Kiev mas num quadro eminentemente conjuntural e que deixa de fora largos setores da sociedade ucraniana. Salvaguardada a "opção europeia" as aspirações que levaram os ucranianos à Maidan há um ano continuam sem resposta.

Uma vez passado o estado de graça da luta contra a Rússia, o líder ucraniano terá pela frente o enorme desafio de estabilizar politicamente a Ucrânia e de impedir que as rivalidades entre as diversas fações que disputam o poder em Kiev entrem de novo em confronto.

Conclusão

Num ensaio de conclusão necessariamente provisório a crise ucraniana inscreve-se na longa disputa entre a implantação da esfera de influência americana e a expansão da NATO a Leste os esforços de Moscovo desde 1993 para reafirmar a esfera de influência da Rússia no espaço da defunta URSS e surge na sequência de episódios como a Revolução Laranja ou a guerra russo-georgiana de 2008.

O Secretário-geral da NATO emitiu em vésperas da cimeira de Cardiff um novo sinal de apoio à adesão da Geórgia e da Moldávia, dois países que acabam de assinar acordos

[51] Antes da conversa a sós com Porochenko em Minsk a 26 de Agosto Putin voltou a alertar a Ucrânia para uma inevitável "retaliação económica" para "protecção do nosso mercado'"caso se consume o aprofundamento da ligação à UE.

[52] James Sherr, do think-tank Chatham House observou que, face à imprevisibilidade da situação na Ucrânia,"é de duvidar que o DCFTA alguma vez venha a entrar em vigor." (*BBC*, 17 de Setembro)

de associação com a UE e que estão em confronto com Moscovo por causa das regiões separatistas da Transnístria, da Abecásia e da Ossétia. A 20 de novembro, Putin defendeu no Conselho de Segurança da Rússia, medidas urgentes para prevenir a ameaça da eclosão de novas "revoluções coloridas", inclusive na própria Rússia.

A crise da Ucrânia veio de algum modo por pôr a nu os equívocos da ordem euro-atlântica no pós-guerra fria (Sarotte, 2009). Colocou ao mesmo tempo à prova as relações transatlânticas revelando as diferenças na abordagem da questão entre os dois lados do Atlântico e particularmente a agenda e os interesses específicos da Alemanha nas relações com a Rússia e levou, uma vez mais, a um toque de reunir por parte de Washington. A crispação em torno da Ucrânia teve para já o efeito de neutralizar uma vez mais aquilo que surge como a maior ameaça à ordem do pós-guerra fria – a eventualidade de uma aproximação entre a Rússia e a Europa.

Referências Bibliográficas

Brzezinski, Zbigniew (1997), *The grand chessboard*, Basic Books, New York.

Clark, Jan (2006), *The Post-Cold War Order. The Spoils of Peace*, Oxford UniversityPress, Oxford-New York.

Freedman ,Lawrence, "Ukraine and the Art of Crisis Management", *Survival*, vol. 56 no. 3, June–July 2014 , pp. 7–42.

Friedman, George (2013), "Geopolitical Journey, Part 6: Ukraine", *Stratfor*, 17 de Dezembro de 2013. Disponível em: http://www.stratfor.com/weekly/20101129_geopolitical_journey_part_6_ukraine?utm_source=GJourney&utm_medium=email&utm_campaign=101130&utm_content=readmore&elq=b6349894ba7d4139a75a1763a3b0a433. [7 de Março de 2014].

Lukin, Alexander, "Eurasian Integration and the Clash of Values", *Survival*, vol. 56 no. 3, June–July 2014 , pp. 43–60.

Motyl, Aleksander (1993) *Dilemmas of Independence: Ukraine after Totalitarism*, Council of Foreign Relations Press, Nova Iorque.

Motyl, Alexander e Bohdan Krawchenko (1997), "From empire to statehood", *in* Bremmer, Ian e Ray Taras (1997), *New States new Politics Building the Post Soviet Nations*, Cambridge University Press, pp 235-266.

Neil MacFarlane and Anand Menon "The EU and Ukraine", *Survival*, vol. 56 no. 3, June–July 2014, pp. 95–101.

Pliouchtch, Leonid (1993), *Ukraine: à nous l'Europe*, Ed. Du Rocher, Paris.

Sarotte, Mary Elise (2009),*The Struggle to Create Post–Cold War Europe*, Princeton University Press, Princeton-Oxford.

Simes, Dimitri K. "Losing Russia: the costs of renewed confrontation" *Foreign Affairs,* Council on Foreign Relations. - New York, Vol. 86, Nº 6, Novembro-Dezembro de 2007.

Steele, Jonathan (2013)"Ukraine Protests are not about a yearning for European Values", *The Guardian*, 12 de Dezembro.

Subtelny, Ores (1994) *Ukraine, a History*, 2nd ed. University of Toronto Press, Toronto, 1994.

Yekelchyk, Serhy (2007) *Ukraine: Birth of a Modern Nation* , Oxford University Press, Oxford.

"A Somalia scenario?", *The Economist*, 24 de Setembvro de 2014, acessível em http://www.economist.com/news/europe/21620266-neighbouring-regions-worry-about-donbas--becoming-largely-ungoverned-swathe-land-somalia.

"In Ukraine, fascists, oligarchs and western expansion are at the heart of the crisis", *The Guardian*, 29 de Janeiro de 2014.

"The Clash in Crimea is the fruit of western expansion", *The Guardian*, 5 de Março de 2014.

"Ukraine and the West: Hot Air and Hypocrisy", *The Guardian*, 10 de Março de 2014.

"The Tragedy of MH17: Attack Could Mark Turning Point in Ukraine Conflict", *Der Spiegel*, 21 de Julho de 2014, acessível em http://www.spiegel.de/international/world/a-deadly--error-with-global-consequences-shooting-down-flight-mf17-a-982114.html.

REFLEXÕES E ARTIGOS DE OPINIÃO

"A NOVA CORRIDA A ÁFRICA"

"THE NEW SCRAMBLE FOR AFRICA"

Andreia Roque Venâncio
Mestre em Ciência Política e Relações Internacionais
Universidade Nova de Lisboa
Investigadora associada do CISDI
Lisboa/Portugal
andreiaroque.v@gmail.com

Em 2004, a conceituada revista *The Economist*, num artigo sobre as relações comerciais da China com África, aplicou o termo "nova corrida", traduzido do inglês ("new scramble"), usado para descrever a crescente importância do petróleo africano para o mercado chinês e os efeitos a nível económico e comercial que esse facto poderia causar no cenário internacional (The Economist, 2004 cit. por Frynas & Paulo, 2007, p. 230). Noutro documento do mesmo ano, o termo "nova corrida" foi igualmente utilizado para se referir aos interesses dos Estados Unidos em África (Abramovici, 2004 cit. por Frynas & Paulo, 2007, p. 230). A preocupação com a China e os Estados Unidos em expansão refletiram as discussões nos corredores políticos de Washington e Pequim acerca de uma nova rivalidade Sino-Americana em África, onde já tinha também surgido a questão de uma potencial rivalidade Franco-Americana no continente (Schraeder, 2000 cit. por Frynas & Paulo, 2007, p. 230).

"Não há como negar que África se tornou um continente muito procurado num curto espaço de tempo, graças à sua importância estratégica" (Comissário da União Europeia para o Desenvolvimento cit. por Carmody, 2011, p. 1). Na origem deste novo interesse está uma conjugação complexa de fatores – económicos, geopolíticos, tecnológicos, demográficos, ideológicos e intelectuais – que constroem a imagem de África como a derradeira "fronteira de sucesso e esperança futura" (Oliveira, 2009, p. 109). Este ressurgimento do interesse africano por parte das grandes potências mundiais como destino para investimento e, principalmente, pelos seus recursos naturais tem vindo a ser denominado, assim, por diversos autores como "a nova corrida a África" (Frynas & Paulo, 2007).

Analisando a questão de uma perspetiva histórica, a primeira "corrida a África" teve lugar no final do século XIX, tendo como motivações fulcrais a rivalidade entre as principais

potências europeias e a necessidade de se encontrarem novos mercados, devido à recessão que assolava o território europeu. Era a ideia de que a soberania colonial ofereceria uma espécie de seguro contra o protecionismo comercial, potencialmente praticado pelos rivais europeus, enquanto a competição por novos mercados ficaria cada vez mais feroz, movendo o interesse de uma potência europeia para com África (Oliver, 2000). Surgiu, assim, a necessidade de se definir as regras para a divisão de África. Na Conferência de Berlim (1884/85) ficou definido que esta divisão se basearia no princípio da ocupação efetiva, ou seja, uma potência europeia só detinha real posse de um território quando tivesse no local tropas e funcionários, capazes de defender e administrar esse território, de forma a mostrar controlo efetivo sobre ele. A riqueza em recursos naturais do continente africano constituiu um fator chave para esta primeira corrida (Carmody, 2011, pp. 2-3).

Tendo em conta a duração da era colonial (cerca de um século), esta deixou em África uma marca muito profunda, influenciando a sua economia – esta servia exclusivamente para responder às exigências das metrópoles, produzindo e exportando essencialmente matérias-primas – que esteve sempre orientada, não para servir e responder às necessidades dos nativos, mas sim de outras pessoas, noutros territórios, estrutura que se mantém praticamente inalterada na era pós-colonial (Amin, 1976 cit. por Carmody, 2011, p. 2-3).

As independências africanas ocorreram numa atmosfera que promoveu a inclusão das ex-colónias como membros da sociedade internacional de Estados soberanos. Pela primeira vez, a soberania do Estado era aceite na base jurídica de reconhecimento por parte de outros Estados soberanos e não na base empírica de capacidades de governação, defesa e extração fiscal que desde sempre constituíra a prova crucial da viabilidade dos Estados. Esta mudança de paradigma é imprescindível para compreender a viabilização dos Estados africanos pós-coloniais (Oliveira, 2009, p. 95).

Na segunda metade do século XX, os Estados africanos foram aceites como entidades soberanas. Tal incluiu o obrigatório assento na ONU, no seio da qual os Estados africanos e outras ex-colónias se afirmaram de forma determinante. As superpotências reagiram a este novo grupo de atores na cena internacional com tentativas de sedução de potenciais aliados através de generosas ofertas de ajuda ao desenvolvimento, que seriam um estímulo geoestratégico para compensar apoiantes da Guerra Fria. Em geral, a pertença a um dos campos da Guerra Fria fortaleceu o estatuto internacional dos Estados africanos e, neste quadro, a vasta maioria conseguiu uma grande margem de manobra, subordinando de forma competente os recursos externos às agendas domésticas dos atores políticos dominantes (idem). Foram então impostas condições, económicas e políticas aos países africanos, que podiam ter acesso aos fundos de emergência de instituições, como o FMI (Fundo Monetário Internacional) e ao Banco Mundial. Essas organizações contribuíram com fundos, os chamados programas de ajustamento estrutural, que visavam liberalizar as economias africanas e aumentar o papel do setor privado, tendo como principal meta o desenvolvimento do continente africano para que este se pudesse tornar económica e politicamente independente, abrindo-se ao comércio e recebendo o investimento de possíveis potências em ascensão. No entanto, o efeito destes fundos em África não produziu os resultados esperados

para o desenvolvimento do continente, aumentando a sua marginalidade e dependência das mesmas instituições. Denota-se que o tipo de relações estabelecidas nesta segunda corrida eram, portanto, assimétricas e muito baseadas no envolvimento das grandes potências mundiais nas políticas externas dos novos Estados africanos independentes (Carmody, 2011, p. 4), através da imposição de normas institucionais e modelos económicos (Pautasso, 2010), por outras palavras, pode dizer-se que houve uma certa "exportação de valores europeus", como refere Oliveira (2008, p. 36).

Atualmente, nesta nova "corrida a África" em curso há competições geoeconómicas e estratégicas entre diferentes polos económicos que visam o acesso a recursos para as suas empresas, bem como o acesso a mercados africanos. Contudo, os países africanos tornam o acesso aos recursos para as multinacionais dependentes de negócios com as elites locais que ganham uma grande parte dos rendimentos obtidos. Assim, os Estados africanos são agora poderes regionais que individualmente têm potencial para desempenhar papéis de maior relevo à escala continental e internacional (Carmody, 2011, p. 5). Exemplo disso é o caso de Angola e da Nigéria, que têm desenvolvido relações mais amplas com a comunidade internacional, incluindo não só os doadores externos como, em particular, as superpotências económicas e instituições financeiras, que incidem especial atenção à indústria petrolífera, criando oportunidades aos países de alcançarem uma imagem positiva como potências regionais.

Outra característica que se tem tornado cada vez mais relevante, especialmente desde a crise económica de 2008, é a corrida por terras aráveis em África. De acordo com especialistas, estima-se que, devido ao crescimento exponencial da população global, a procura de alimentos deverá aumentar em 50%. Isto significa que a combinação de mais pessoas e menos terra da alimentação um investimento. Sendo a terra escassa e cara na Europa e nos E.U.A., desenvolver novas terras será possível em África, Ásia e América do Sul. Desta forma, os investidores encaram África como um continente "alpha", sinónimo de investimento de baixo risco e com alto retorno de lucros. Ambas as partes beneficiam: por um lado, o alcance ao crescimento e à modernização dos sectores agrícolas de Estados menos desenvolvidos; e por outro, que os investidores estrangeiros sejam capaz de produzir alimentos suficientes para um planeta prestes a ser povoado por 9,1 bilhões de pessoas (Knaup & Mittelstaedt, 2009).

Banqueiros, especuladores, empresas e entidades apoiadas pelo Estado (no caso da China) estão a adquirir vastas extensões de terra, com o propósito de reduzir a sua dependência do mercado internacional e das importações, ao mesmo tempo que procuram consolidar o seu poder e garantir a segurança futura (idem).

Enquanto, anteriormente o comércio com África era dominado pelo Ocidente – E.U.A. e Europa – no presente são outros que o dominam. Atualmente, este dá-se maioritariamente com a China, Índia, e Brasil, países emergentes que desenvolvem e estabelecem parcerias e relações com África díspares das estabelecidas pelos E.U.A. e Europa. Apesar destas relações continuarem a ser assimétricas, já não se pode falar em colonialismo ou neocolonialismo, uma vez que estas relações estabelecidas com as elites africanas visavam, essencialmente, garantir o respeito pela sua autonomia e a igualdade entre Estados soberanos (Oliveira, 2008).

Estes atores continuam principalmente interessados nos recursos naturais do continente, mas envolvem-se em setores económicos que há muito foram abandonados pelos países do Ocidente. Nas suas relações e acordos bilaterais com as elites africanas, há o cuidado de se inserir, pela parte dos novos parceiros, os valores da primazia da soberania nacional e da não-intervenção, visando não tecer qualquer consideração sobre aquilo que designam como sendo assuntos do foro interno dos seus parceiros africanos. Esta nova abordagem é vista pelas elites africanas como uma possibilidade de se libertarem da total dependência com o Ocidente. A esperança é a de que esta presença de novos atores aumente o fluxo de meios, financeiros mas também políticos, aumentando, assim, o espaço de manobra dos regimes africanos na cena internacional, que, segundo Oliveira (2009, p. 110) foram "muito debilitados durante os anos de hegemonia ocidental".

Mais uma diferença de destaque entre as duas "corridas", é a de que nesta se pode dizer e notar que os Estados africanos são legal e economicamente independentes de terceiros, acrescendo a importância de uma boa negociação e relação com as elites africanas para que se consiga ter acesso aos recursos vitais/estratégicos, para a sobrevivência e competitividade de grandes empresas multinacionais (Carmody, 2011, p. 8). Estes novos empreendedores e empresas movem-se pela procura de lucro e não por ideologias, procurando adotar uma postura apaziguadora com, a cada vez menor, presença ocidental (Oliveira, 2009). Para este novo grupo de atores, África revela-se como sendo um importante espaço para ampliação dos seus interesses e de presença nos negócios e cena internacionais. Associam, também, aos fundos de ajuda contratos que lhes sejam igualmente vantajosos. Por outras palavras, estabelecem uma relação/parceria do tipo win-win. Para África é vantajoso, uma vez que diversifica os seus parceiros comerciais em novos mercados, dinamizando, deste modo, a sua economia. É benéfico para este grupo de novos atores, pois maximizam também as suas próprias estratégias económicas e interesses políticos ao se relacionarem com África (Kimenyi & Lewis, 2011).

O crescimento do investimento deste novo grupo de atores, tem vindo a crescer de forma notável, tornando-se atores deveras importantes na política e negócios internacionais de África, alterando a antiga dinâmica comercial do continente e criando novos desafios e oportunidades para as economias africanas (Kimenyi & Lewis, 2011), não se podendo, no entanto, desvalorizar a presença dos países ocidentais na economia internacional, nem o seu papel como parceiros a nível de segurança, economia e política dos países africanos.

É evidente que, na última década, África tem vindo a afirmar-se como um importante elemento estratégico para os principais atores do sistema internacional (Brzezinski e Mearsheimer, 2005 cit. por Frynas & Paulo, 2007, p. 236), tornando-se num continente de oportunidades, muitas vezes retratado como uma nova fronteira para aqueles que procuram parceiros e mercados. O fortalecimento das bases da soberania nacional dos Estados africanos, conquistado no período pós-colonial, que é visível através da criação de mecanismos de integração e desenvolvimento regionais, como por exemplo a Nova Parceria para o Desenvolvimento de África (NEPAD), assim como pela estruturação de novos espaços diplomáticos, como a União Africana (UA), possibilita a capacidade de criação de espaços de

decisão autónomos e o estabelecimento de novas parcerias com outros países, que se vêm apresentando como uma alternativa atraente às parcerias já estabelecidas com os E.U.A. e a Europa (Pautasso, 2010). O crescimento de alguns países africanos e as reformas políticas contribuíram igualmente, desta forma, para o aumento de comércio e investimento (Kimenzi & Lewis, 2011).

Várias novas potências económicas foram, assim, afirmando a sua presença no continente, nomeadamente os países ditos "emergentes" como a China, Índia e Brasil. Interessa aqui definir como países emergentes aqueles que tenham recursos de poder em expansão; capacidade para contribuir para a gestão do sistema internacional e ambição e reconhecimento para ocupar um papel mais influente na política mundial (Pautasso, 2010). Esta influência abre certamente novos horizontes nas decisões políticas e estratégicas dos Estados africanos, dotando-os de um maior poder de negociação na esfera internacional.

Neste sentido, os países emergentes, envolvidos na exploração de recursos naturais, no setor automóvel e da construção, no investimento em pequenas e médias empresas e em tecnologias de informação e comunicação, alteraram fortemente as relações tradicionais comerciais de África. Hoje em dia, para além dos parceiros ocidentais, países como a Índia, Brasil e China desempenham papéis cruciais na criação de grandes oportunidades e desafios para as economias africanas. Isto é positivo já que o investimento estrangeiro direto (IED) pode ser um forte catalisador para o crescimento e desenvolvimento de África. As perspetivas de crescimento a longo prazo dos países africanos irão depender da transformação das suas estruturas de produção atuais e dos seus decisores políticos que devem fazer com que os investimentos estrangeiros contribuam para a progressão das suas economias (Kimenzi & Lewis, 2011).

Em termos estatísticos, segundo o último Relatório de Investimento Mundial da Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), os fluxos de IED para os países africanos cresceram 5% em 2012, um aumento de 5% em relação ao ano anterior, com o IDE global a cair 18%. Estes fluxos de investimento destinaram-se maioritariamente às regiões do Norte de África, África Central e África Oriental, enquanto as regiões da África Ocidental e Austral foram as únicas que registaram algum declínio. No entanto, conclui-se que o IDE dos países em desenvolvimento está gradualmente a aumentar, tendo sido a Nigéria, Moçambique, África do Sul, República Democrática do Congo e o Gana os cinco maiores recetores destes fluxos nos anos de 2011 e 2012 (UNCTAD, 2013a).

África é dos poucos continentes que tem vindo consecutivamente a usufruir de um crescimento de fluxos de IED desde 2010. A região do Norte de África denotou alguns sinais de retoma nas atividades de investimentos transfronteiriços, após a turbulência política da região em 2011, com a reviravolta no Egito, tendo registado uma subida de 35% em 2012; na África Ocidental o IDE diminuiu 5%, com o investimento canalizado para os dois principais países produtores de petróleo da região a permanecer estável para o Gana e a diminuir relativamente no caso da Nigéria, contudo os interesses de mineração na Mauritânia ajudaram a contrabalançar esta tendência; na África Central os recursos naturais também continuam a atrair investimentos para o setor da mineração por parte de empresas transnacionais, onde a

exploração de cobre e cobalto se faz sentir fortemente na República Democrática do Congo; a descoberta de recursos energéticos, tais como as reservas de gás descobertas na Tanzânia e campos de petróleo no Uganda, relevaram igualmente um aumento significativo do IDE na região da África Oriental (idem); por último, na África Austral os fluxos de IDE decresceram em 2012 devido principalmente à queda de aplicação de capital em Angola e África do Sul, porém os fluxos em Moçambique compensaram esta situação, onde o recurso a enormes depósitos de gás offshore ajudou a atrair o interesse dos investidores (UNCTAD, 2013b, p. 40).

As empresas transnacionais em países em desenvolvimento estão cada vez mais ativas em África, com uma tendência nos últimos anos para uma maior participação de IED proveniente de mercados emergentes. De acordo com o relatório supramencionado, a Malásia, China e Índia são as maiores fontes de IDE em África. A Malásia investiu aproximadamente $19 bilhões em África no ano de 2011 um pouco por todos os setores, em que os mais significativos foram o agronegócio (concentrado na parte oriental e ocidental do continente) e o financeiro (centralizado nas Maurícias). A China realizou um investimento de $16 bilhões no mesmo ano (idem), com mais de 2.000 empresas difundidas pelos diversos Estados africanos em indústrias como a agricultura tradicional, a mineração, a construção, processamento de recursos do produto, fabricação industrial, finanças, logística comercial e imobiliário. Até ao final de 2012, a China assinou tratados de investimento bilaterais com 32 Estados africanos e estabeleceu mecanismos de comissão económica conjunta com 45 países do continente (Mengjie, 2013). Já a maior parte dos $14 milhões de IDE da Índia em África em 2011/2012 destinaram-se às ilhas Maurícias, Quénia, Tanzânia, Moçambique e África do Sul para setores como o da energia, mineração e telecomunicações. Todavia os dados de projetos de investimento *greenfield*[1] indicam que os investimentos indianos em países africanos sem costa marítima estão em ascensão (UNCTAD, 2013b, p. 40).

Apesar de o Brasil não ser mencionado no relatório como um dos países com fortes investimentos em África, ele representa, tal como acontece com outros países BRICS2, uma presença crescente no continente. Conforme apresenta o Programa África e Américas de novembro de 2012, o investimento brasileiro tem até agora centrado grande parte do seu capital no setor dos recursos e da construção. Atualmente, as linhas de crédito do Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES) beneficiam empresas brasileiras que investem essencialmente na África do Sul, Moçambique e Angola, sendo concedido a este último o maior volume de crédito. Para além dos empréstimos financiados pelo Estado brasileiro, o BTG Pactual (Banco de investimentos da América Latina) lançou em 2012 um fundo de $1000 milhões para ser investido exclusivamente em África (Stolte, 2012).

[1] Consiste numa forma de investimento estrangeiro direto, onde uma empresa-mãe começa um novo empreendimento no estrangeiro através da construção de novas instalações operacionais e da criação de novos postos de trabalho a longo prazo no país de acolhimento. A contratação de novos empregados, o investimento em conhecimento e tecnologia é adquirido para aumentar o capital humano do país. Este tipo de investimento ocorre quando as multinacionais entram em países em desenvolvimento construindo novas fábricas e/ou lojas. Em contrapartida, estes países oferecem frequentemente potenciais incentivos fiscais, subsídios e outro tipo de benefícios que estimulam a fixação de empresas estrangeiras.

[2] O termo BRIC foi criado em 2001 pelo economista inglês Jim O'Neill para fazer referência a quatro países com características económicas comuns: Brasil, Rússia, Índia e China. Em 2011, a África do Sul passou a fazer parte deste grupo, adotando assim a sigla BRICS.

No que diz respeito ao papel da África do Sul, sendo o único representante africano na aliança dos países ditos "emergentes", encontra-se numa posição geo-estratégica de peso como ponto de entrada para o resto do continente. Assim, a sua participação permite não só alargar as suas próprias possibilidades de parcerias estratégicas, bem como a dos seus vizinhos africanos (Nott, 2012). A África do Sul tem igualmente atuado na diplomacia mundial, defendendo a construção de um mundo multipolar e promovendo o multilateralismo no continente africano (Vizentini, 2003).

Concludentemente, as relações entre África e Europa têm, nas últimas décadas, sido condicionadas pela presença e a influência de outros países no território africano. No entanto, a Europa tem uma posição única em relação a África, geograficamente, historicamente e economicamente, e ainda no papel que tem vindo a desempenhar na ajuda ao desenvolvimento.

Em termos económicos, a Europa é um parceiro importante de África, não apenas a nível comercial, mas o maior importador de produtos agrícolas africanos. O que fortalece esses laços é o apoio firme mostrado pela Europa como o principal doador de ajuda oficial ao desenvolvimento (Michel & Barroso, 2008). A Europa continua e continuará a ser um parceiro importante no plano económico, político e de segurança, mas África reorienta os seus interesses económicos e a natureza das relações entre a União Europeia e África alteraram-se.

Para a Europa, África nunca foi um continente esquecido devido à sua história e proximidade geográfica. As relações UE-África foram enquadradas no Acordo de Cotonou, em 2000, com os países da ACP (África, Caraíbas e Pacífico) que, além do domínio comercial e da ajuda, incluiu também uma dimensão política importante. O Acordo de Cotonou não é a única indicação de mudança para uma relação multidimensional e mais sistemática entre a UE e África (Huliaras, 2012). No mesmo ano, por iniciativa de Portugal, estabeleceram-se as bases de um relacionamento institucional entre os Estados-membros da UE e os países africanos, formalizado no Cairo, na I Cimeira Euro-Africana. Desde então, África adquiriu maior visibilidade nas relações internacionais e nos discursos políticos europeus por três motivos principais: primeiro, após o 11 de setembro de 2001, as disfuncionalidades dos Estados assumiram um lugar preponderante e África surgiu então como a região de maior incidência da fragilidade do Estado; segundo, a competição pelos recursos estratégicos; e, por último, os desafios transnacionais, como as migrações e preocupações ambientalistas, que adquiriram proeminência na agenda política europeia (Franco, 2012).

A União Europeia reagiu a estes desenvolvimentos colocando África num lugar mais elevado da sua agenda de relações externas. Em 2005, a Comissão Europeia adotou uma nova estratégia com o título "A UE e África: Rumo a uma Parceria Estratégica". O objetivo do documento foi criar um quadro abrangente, integrado e de longo prazo para a política UE-África, uma grande estratégia para as relações da Europa com o continente. O objetivo maior era o de apoiar os esforços para atingir as Metas de Desenvolvimento do Milénio até 2015 e tornar as parcerias europeias com a África mais eficientes. A estratégia foi construída em torno de quatro pilares: boa governação; paz e segurança; comércio e saúde; educação e um ambiente seguro. Este documento marcou desta forma o início de uma série de importantes iniciativas da UE como a adoção de uma Estratégia Conjunta UE-África na II cimeira UE-

-África, em dezembro de 2007. A Estratégia tinha como argumento o afastamento de uma relação tradicional entre África e Europa, com o propósito de desenvolverem uma verdadeira parceria caracterizada pela igualdade e prossecução de objetivos comuns (Huliaras, 2012).

"Portugal, que se tem empenhado na consolidação da relação da Europa com África e, nesse sentido, na construção de uma política para África no âmbito da política externa europeia, usou das prerrogativas da presidência do Conselho Europeu para alcançar a concretização da cimeira" (Franco, 2012, p. 11). Esta parceria estratégica de carácter continental entre os dois grupos de países consagrou o reconhecimento de África como um parceiro importante na gestão da ordem internacional e a vontade de incutir um cunho marcadamente mais político às relações UE-África, demonstrando a sua importância simbólica ao desafiar ambos os atores (Franco, 2012).

Atualmente, a UE enfrenta as suas próprias dificuldades financeiras, levando a uma revisão e reformulação da sua política de desenvolvimento global por forma a abranger campos além dos domínios tradicionais de cooperação e a canalizar melhor a sua ajuda (Michel & Barroso, 2008). Neste contexto, a IV cimeira UE-África, ocorrida já este ano, debateu uma nova forma de cooperação entre os dois blocos. Segundo dados da Euronews, a ajuda ao desenvolvimento continuará a existir, mas o investimento e comércio deverão ter cada vez maior papel na relação bilateral. No ano africano da agricultura e da segurança alimentar, a UE comprometeu-se a disponibilizar, nos próximos 7 anos, €3 mil milhões para a agricultura em 30 países africanos. Acordos de Parceria Económica e integração na Organização Mundial do Comércio foram outros dos temas em cima da mesa. Em matéria de paz e segurança, a UE lançou oficialmente a operação EUFOR RCA com o envio de cerca de mil soldados para a República Centro-Africana, país devastado por conflitos inter-religiosos, e, por outro lado, pretende despender €750 milhões, nos próximos 3 anos, para apoiar operações de apoio à paz em África, no âmbito do mecanismo Facilidade de Paz para África. Da cimeira saiu ainda um plano de ação contra a imigração clandestina e o tráfico de seres humanos, onde se prevê o reforço da gestão de fronteiras, da melhoria das políticas de regresso e da proteção aos refugiados. Por fim, a parceria UE-África apontou como prioridade os direitos humanos, a democracia e a boa governação (Euronews, 2014).

O facto é que o proselitismo europeu dos valores está em recuo e o ênfase na democracia e abertura económica parecem ter cedido espaço a métodos e meios de desenvolvimento económico, em que prevalece a primazia do Estado. Esta situação é possivelmente uma consequência do impacto das relações entre África e outros países estrangeiros, naturalmente com perceções, políticas e formas de negociar diferentes das europeias.

A atividade externa da UE foi e continua a ser altamente discursiva. Em quase todas as declarações de política externa se fala de uma unidade que defende os seus próprios interesses e que tem obrigação de assumir responsabilidades à luz dos desafios internacionais. Nas relações UE-África isso está bem presente e reflete algumas das características específicas da relação (Huliaras, 2012).

Conclusão

É hoje claro o aumento da importância internacional de África. A atual "corrida a África" definida pela atração aos recursos naturais, investimento, novos mercados e terras aráveis é substancialmente diferente das anteriores, por modificar as dinâmicas regionais e internacionais levando a uma nova expansão estratégica no continente, onde as potências estrangeiras competem por influência. O novo estabelecimento de parcerias com potências em ascensão abre África a novos mercados, oferecendo à região novas oportunidades de desenvolvimento (Kimenyi & Lewis, 2011).

A ascensão de países emergentes, concretamente da China, como principais parceiros comerciais em África é de grande relevância nesta matéria. No entanto, com base na análise histórica, económica e nas relações internacionais, conclui-se que a existência de uma "nova corrida" ou até de uma competição entre as antigas parcerias europeias e as novas parcerias deve ser uma discussão tratada com alguma precaução. A existência de uma "corrida" deve ser enquadrada, em termos mais precisos, como um aumento do interesse internacional em recursos e infraestruturas que implicam um maior investimento privado e empenho diplomático de um maior número de atores externos (Frynas & Paulo, 2007, p. 251).

É importante também ressalvar que as atividades que alguns países desempenham presentemente em África não são uma tendência recente. Caso disso é o exemplo brasileiro, em que as dinâmicas políticas e económicas remontam da década de 1970 com a independência dos países africanos de língua oficial portuguesa, e os exemplos indiano e chinês, que desde a Conferência de Bandung em 1955 estreitaram relações de cooperação económica e cultural, especialmente com países do Norte e Leste de África.

Por conseguinte, a influência crescente dos países ditos "emergentes" veio ampliar a margem de manobra dos países africanos nas suas relações externas. África poderá ter um papel mais relevante, na medida em que possui uma retaguarda geopolítica com impactos tanto a nível interno como internacional.

A liderança sul-africana no cenário regional é de igual modo um elemento importante, ao lado da afirmação das organizações multilaterais regionais e continentais na criação de condições para uma cooperação mais íntima entre os países do continente e para uma verdadeira política de integração (Vizentini, 2003). De salientar ainda a cooperação trilateral entre Índia, Brasil e África do Sul desenvolvida com o intuito de promover as relações Sul-Sul. "África representa o fortalecimento da dimensão Atlântica da inserção externa brasileira e a ampliação das ambições indianas no Oceano Índico, fundamentais à segurança nacional e regional de ambos" (Pautasso, 2010, p. 4).

Referências Bibliográficas

Carmody, P. R., 2011. *The New Scramble for Africa*. [livro eletrónico] Cambridge: Polity Press. Disponível em: http://books.google.pt/books?hl=en&lr=&id=qIIbFiBOJbEC&oi=fnd&pg=PR5&dq=new+scramble+for+africa&ots=cPAxfeZhct&sig=j9HqONMAA--7aTAURwHzne_YBdzY&redir_esc=y#v=onepage&q&f=false, [Consult. 18 jan. 2013].

Euronews, 2014. *Cimeira UE-África: as promessas e as críticas*. [Em linha]. Disponível em: http://pt.euronews.com/2014/04/03/cimeira-ue-africa-as-promessas-e-as-criticas/, [Consult. 4 abr. 2014].

Franco, M. 2012. UE-ÁFRICA: Em Busca de Parceria Estratégica. *Instituto Português de Relações Internacionais*, [Em linha] pp. 07-13. Disponível em: http://www.ipri.pt/eventos/pdf/Introducao.pdf, [Consult. 20 jan. 2013].

Frynas, J. G., & Paulo, M., 2007. A new scramble for African oil?: historical, political, and business perspectives. *African Affairs: the Journal of the Royal African Society,* [Em linha] 106, pp. 229-251. Disponível em: http://ic.ucsc.edu/~rlipsch/AFRICOM/Frynas.pdf, [Consult. 11 jan. 2013].

Huliaras, A. 2012. *The Illusion of Unitary Players: EU, China and Africa*, [Em linha]. Disponível em: http://www.nai.uu.se/ecas-4/panels/1-20/panel-1/Asteris-Huliaras-Full-paper.pdf, [Consult. 18 jan. 2013].

Kimenyi, Mwangi S. & Lewis, Zenia, 2011. Th e BRICs and the New Scramble for Africa. In: Aryeetey et al., 2011. *Foresight Africa: the continent's greatest challenges and opportunities for 2011*. [Em linha] Washington, DC: Brookings. Disponível em: http://www.brookings.edu/~/media/research/files/reports/2011/1/africa%20economy%20agi/01_africa_economy_agi.pdf, [Consult. 6 fev. 2013].

Knaup, H. & Mittelstaedt, J., 2009. The new Colonialism – Foreign Investors Snap Up African Farmland. *Spiegel Online International*, [Em linha] 30. Disponível em: http://www.spiegel.de/international/world/the-new-colonialism-foreign-investors-snap-up-african-farmland-a-639224.html, [Consult. 18 jan. 2013].

Mengjie, 2013. China's investment in Africa increases 20.5 pct annually. *Xinhua*, [Online]. Available at: http://news.xinhuanet.com/english/china/2013-08/29/c_132673248.htm, [Consult. 24 Mar. 2014].

Michel, L. & Barroso, J. M. 2008. *Africa - Europe: the indispensable alliance*, [Em linha] Luxembourg: Office for Official Publication of the European Communities. Disponível em: http://ec.europa.eu/development/icenter/repository/G720-289-EU-AFR-WEB-EN.pdf, [Consult. 6 fev. 2013].

Nott, G., 2012. South Africa: New-Look Africa Set To Reap Benefits of BRICS. *Mondaq,* [Em linha]. Disponível em: http://www.mondaq.com/x/180668/International+Trade/NewLook+Africa+Set+To+Reap+Benefits+Of+BRICS, [Consult. 4 fev. 2013].

Oliveira, Ricardo Soares de, 2008. A Cimeira União Europeia-África. *Relações Internacionais*, março, 17, pp. 33-38.

Oliveira, Ricardo Soares de, 2009. A África desde o Fim da Guerra Fria. *Relações Internacionais*, dezembro, 24, pp. 93-114.

Oliver, Roland, 2000. *The African Experience: Major Themes in African History from Earliest Times to the Present*. 2nd ed. West View Press.

Pautasso, Diego, 2010. A África no Comércio Internacional do Grupo BRIC. *Boletim Meridiano 47*, jul.-ago., 11(120), pp. 54-59.

Stolte, Christina, 2012. Brazil in Africa: Just Another BRICS Country Seeking Resources?. *Chatham House,* [Em linha]. Disponível em: http://www.chathamhouse.org/sites/default/files/public/Research/Africa/1112bp_brazilafrica.pdf, [Consult. 24 mar. 2014].

United Nations Conference on Trade and Development (UNCTAD), 2013a. *Foreign direct investment to Africa increases, defying global trend for 2012,* [Em linha] Geneva: Press Release. Disponível em: http://unctad.org/en/pages/PressRelease.aspx?OriginalVersionID=136, [Consult. 20 mar. 2014].

United Nations Conference on Trade and Development (UNCTAD), 2013b. *World Investment Report 2013: Global Value Chains: Investment and Trade for Development*. (26 de junho), Geneva: Press Release.

Vizentini, P. F., 2003. A África nas Relações Internacionais (parte IV): A reafirmação da África no sistema mundial. *Terra – Relações Internacionais,* [Em linha]. Disponível em: http://educaterra.terra.com.br/vizentini/artigos/artigo_112_a.htm, [Consult. 20 jan. 2013].

CONFLITOS ASSIMÉTRICOS

ASSYMETRIC CONFICTS

Vítor Manuel Lourenço Ortigão Borges
Major de Infantaria
Docente AEEEx/IESM
Investigador Integrado do CISDI
Lisboa, Portugal
borges.vitor@mail.com

"The 9/11 terrorist attacks and the war in Afghanistan are among the best-known recent examples of asymmetric warfare: conflicts between nations or groups that have disparate military capabilities and strategies."
(Rand Corporation, 2013)

Desde o advento da conflitualidade que atores mais fracos tentaram adotar métodos que permitissem derrotar atores mais fortes. Por volta do ano 500 a.C., Sun Tzu (2005) referiu que se deve "evitar temporariamente o inimigo que é mais forte" e que "a vitória pode ser conquistada, apesar da superioridade do inimigo". No início do século XX, o oficial britânico T.E. Lawrence (1917), que ficou conhecido como "Lawrence das Arábias" depois da sua experiência no seio dos árabes durante a revolta contra os turcos (Faulkner, 2010), foi dos primeiros militares a perceber e escrever sobre o conceito de guerra assimétrica. Nos seus "27 Artigos" refere: "Quanto mais árabe e pouco ortodoxos os seus procedimentos, mais provável o sucesso sobre os turcos, que serão apanhados de surpresa".

O General norte-americano David Grange (2000, p. 1) definiu guerra assimétrica como conflitos desviados da norma ou uma abordagem indireta para afetar o equilíbrio de uma força, podendo ser uma estratégia, uma tática ou métodos de conduzir a guerra ou conflitos. No entanto, esta definição é, de algum modo, simplista, existindo outras definições e abordagens mais detalhadas, desenvolvidas em muitos livros e artigos após o ataque às torres gémeas de Nova Iorque, a 11 de setembro de 2001. Apresentam-se, de seguida, as consideradas mais relevantes.

O oficial britânico John Russell (2002, pp. 120-121) refere que a conflitualidade se pode caraterizar em duas categorias, simétrica ou assimétrica. Estas categorias não são estanques e têm tendência a misturar-se. Um conflito pode começar simetricamente e transformar-se em assimétrico. Do mesmo modo, técnicas e armamento usados em conflitos assimétricos podem também ser usados em conflitos simétricos. Em todos os conflitos existe sempre um grau de assimetria que permite ganhar vantagem, caso contrário não haveria um vencedor. O mesmo autor refere que nos conflitos assimétricos há uma diferença entre os objetivos, capacidades, modalidades de ação e códigos morais dos oponentes. Neste sentido, a assimetria pode ser de vários tipos (Russell, 2002, pp. 120-121):

- Assimetria de interesse, que se prende com a falta de resolução e interesse, normalmente por parte dos atores mais fortes;
- Assimetria de vontade, ou a disponibilidade para aceitar riscos maiores;
- Assimetria de valores, nomeadamente entre atores com diferentes crenças, prioridades e princípios morais e legais;
- Assimetria de estratégias e táticas, a utilização de estratégias e táticas dissimilares para evitar a superioridade do oponente;
- Assimetria de tecnologia e capacidades, ou seja, a disparidade de meios e desenvolvimento;
- Assimetria organizacional, diferença na forma como as forças antagonistas se organizam;
- Assimetria de tempo, maior ou menor disponibilidade para conflitos prolongados no tempo (ex. "vocês têm os relógios, nós temos o tempo").

Apesar de todos estes tipos de assimetria, para o General Ruppert Smith (2005, p. 22) "já não há guerras (…) existe confronto e conflito" e a designação de guerras assimétricas não passa de um eufemismo "para não ter que reconhecer que o adversário não faz o meu jogo e que eu não estou a ganhar", visto que todos os contendores procuram a assimetria.

David Buffaloe (2006, pp. 17-18), oficial norte-americano e autor do artigo "D*efining Asymmetric Warfare*", em 2006, considera que a guerra assimétrica é uma guerra não "tradicional" centrada na população, conduzida entre um poder militar superior e um ou mais poderes inferiores através de uma equação que engloba: avaliar e derrotar a ameaça assimétrica; conduzir operações assimétricas; perceber a assimetria cultural e avaliar o custo assimétrico (Figura 1).

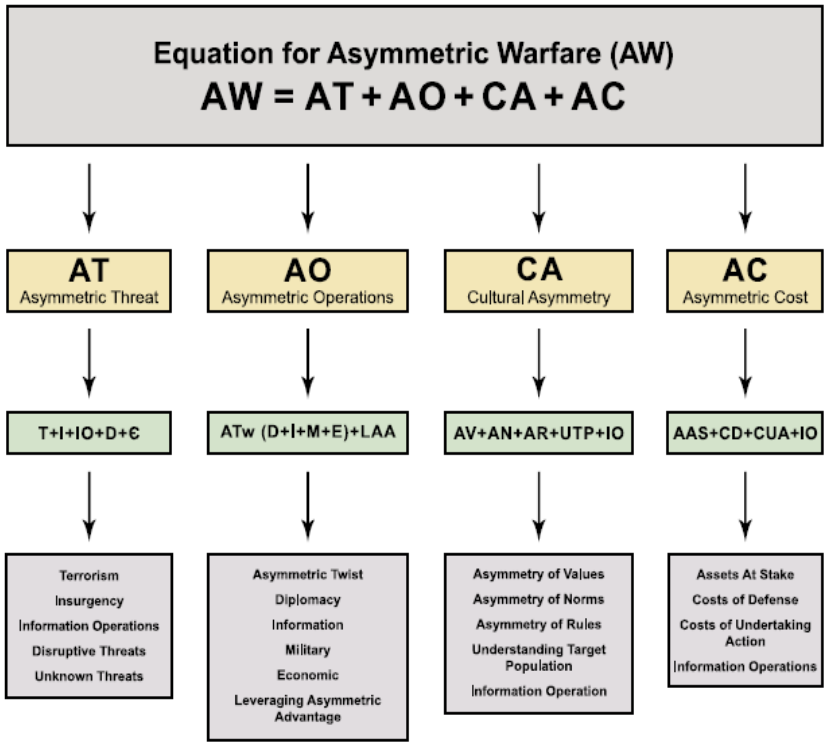


Figura 1 - Equação da Guerra Assimétrica

Fonte: (Buffaloe, 2006, p. 18).

Para o General Pinto Ramalho (2005, pp. 765-766), num artigo escrito para a "Revista Militar", os confrontos assimétricos caraterizam-se por "ações violentas conduzidas por Estados, quase Estados, ou não Estados", que utilizam "meios não habituais, que ponham em causa valores distintos ou antagónicos, levando a cabo estratégias não tradicionais, empregando capacidades não convencionais ou não ortodoxas". A natureza da assimetria depende dos seus interesses, valores, empenhamento, estratégias e táticas adotadas, bem como da capacidade tecnológica, organização e oportunidades.

O Tenente Coronel Proença Garcia (2009), considera que a "violência global é assimétrica e permanente" e que as guerras assimétricas caraterizam-se "sem frentes, sem campanhas, sem bases, sem uniformes, sem respeito pelos limites territoriais, de objetivos fluidos, de combate próximo, estando os combatentes misturados com a população que utilizam como escudo e, se necessário, como moeda de troca".

Apesar destas abordagens de autores nacionais aos confrontos e guerras assimétricas, estes conceitos não estão presentes na doutrina nacional. De acordo com o Espetro da Guerra

(Figura 2) apresentado pelo General Abel Cabral Couto (1988, p. 158), que divide as Guerras em Internacionais e Internas, a tipologia que mais se aproxima dos conflitos assimétricos é a Guerra Subversiva, a "luta conduzida no interior de um Estado, por parte da população, ajudada e reforçada ou não do exterior, contra a autoridade (…) com o fim de lhe retirar o controlo desses territórios ou (…) paralisar a sua ação".

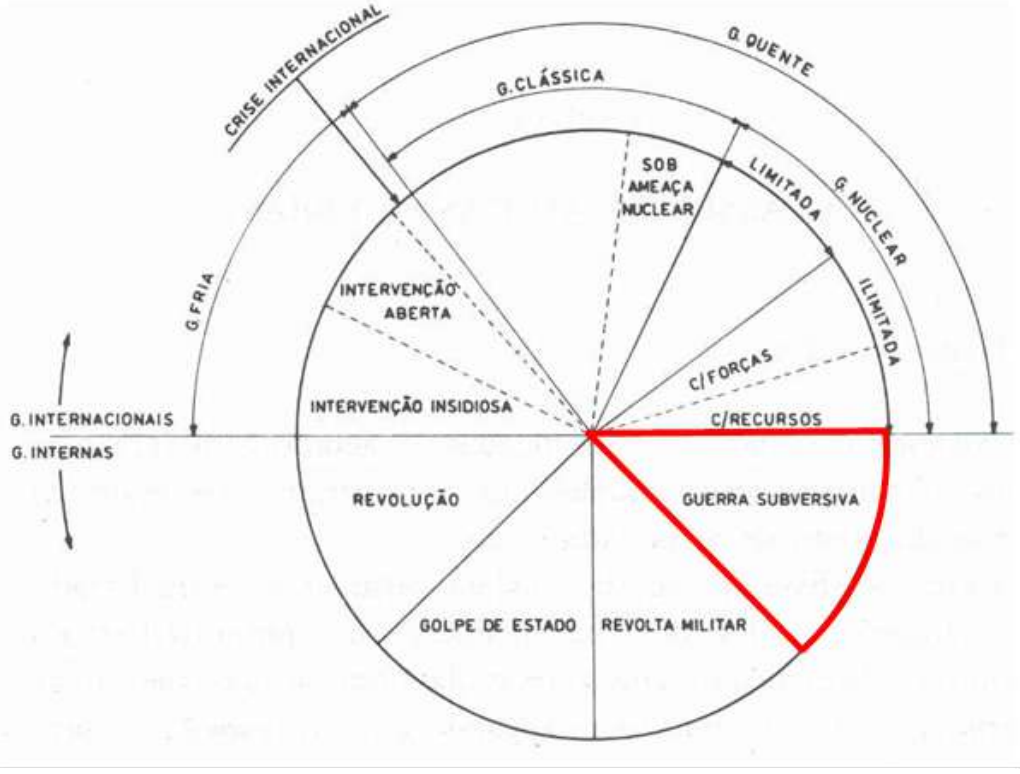


Figura 2 - O Espetro da Guerra

Fonte: (Couto, 1988, p. 152).

Concomitantemente, a Publicação Doutrinária do Exército (PDE) 3-00 OPERAÇÕES, de abril de 2012, não considera os conflitos ou guerra assimétrica no espetro do conflito ou temas de campanha1 (Figura 3). Apresenta, igualmente, a Guerra Subversiva no espetro do conflito, entre a Paz Instável e a Guerra Total, definida como "uma ação levada a cabo com o objetivo de derrubar pela força um governo ou poder instituído", que difere da definição do General Cabral Couto, na medida em que não é explícito que essa ação seja conduzida pela população

[1] Tema de Campanha - um tema de campanha descreve o caráter da operação de grande envergadura dominante numa área de operações num dado período de tempo (Exército Português, 2012, p. 2_3).

ou por parte dela. Nos temas de campanha, a PDE 3-00 refere Guerra Irregular como "uma luta violenta travada entre um Estado e atores não-Estado pela legitimidade e influência sobre uma população e um território", caraterizada pelas atividades de subversão, a contrassubversão e "a existência de um ambiente que se denominou por guerra não convencional" (Exército Português, 2012, pp. 2_1 - 2_8).

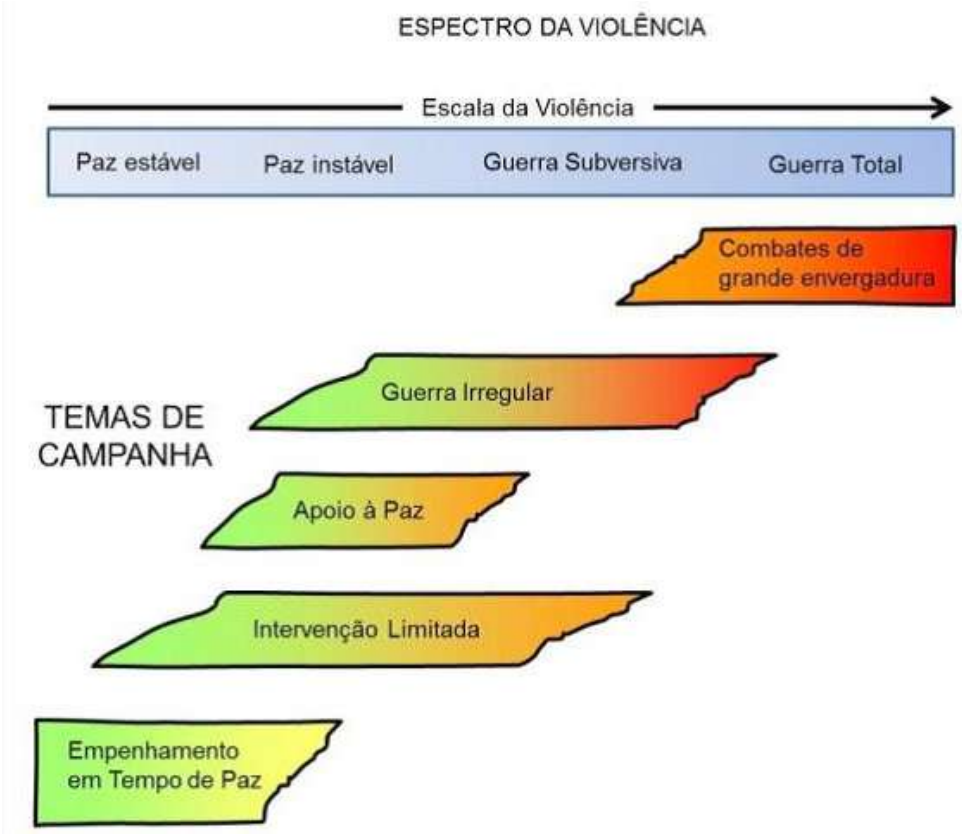


Figura 3 - O Espetro do conflito e os temas de campanha

Fonte: (Exército Português, 2012, p. 2_3).

O âmbito da Guerra Irregular envolve outros conceitos como terrorismo, insurgência, movimento de resistência e guerra de guerrilha (Visacro, 2009, p. 7). Para Henry Kissinger (1994, p. 547), no seu clássico "Diplomacia", a guerra de guerrilha diz respeito à segurança da população, com os guerrilheiros a esconderem-se entre ela e a conduzirem táticas de ataque e fuga durante muito tempo, mesmo com reduzidas forças. O Manual "O Exército na Guerra Subversiva" define este tipo de conflito como a " guerra levada a efeito por forças de organização e características especiais, muito ligeiras, dispersas e clandestinas, contra as

forças que controlam um dado território. É uma forma de ação utilizável em qualquer tipo de guerra (convencional, nuclear ou subversiva) e, portanto, um dos processos empregados para levar a efeito uma guerra subversiva" (Ministério do Exército, 1963, p. I_17).

De acordo com os autores apresentados há vários conceitos que se relacionam com os conflitos assimétricos, como guerra de guerrilha, guerra subversiva e guerra irregular. Contudo, é transversal a todas as definições que os conflitos assimétricos são operações militares conduzidas no seio da população. A assimetria é algo que todos os contendores procuram para obter vantagem, no entanto também se materializa pela assimetria de meios e tecnologia, interesses e valores, táticas e tempo.

O académico Rod Thornton (2007, p. 21) refere no seu livro "*Asymmetric Warfare*", que mais importante do que definir os conflitos assimétricos é perceber o que significam, como tal iremos abordar de seguida as ameaças assimétricas.

O General Abel Cabral Couto (1988, p. 329) define ameaça como "qualquer acontecimento ou ação que contraria a persecução de um objetivo e que, normalmente, é causador de danos, materiais ou morais".

De acordo com a *Allied Joint Publication (*AJP) - 01 da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), adversários que utilizem métodos não convencionais e forças irregulares para anular a vantagem militar da aliança e a sua vontade, credibilidade e influência, constituem-se como ameaças assimétricas. Estas ameaças definem-se pela natureza do adversário, seus ideais e objetivos e métodos não convencionais (NATO, 2010a, p. 2_7). Ainda no âmbito da Aliança Atlântica, o glossário de termos e definições (AAP-6) define ameaças assimétricas como as que emanam do uso potencial de meios e métodos diferentes, para evitar ou anular os pontos fortes do adversário ou explorar as suas fraquezas para obter um resultado desproporcionado (NATO, 2008, p. 2_A_20).

Rod Thornton (2007, p. 25) considera os terroristas como os adversários assimétricos arquetípicos. Sendo fracos em número e recursos, conseguem potenciá-los originando efeitos estratégicos catastróficos. A equação de Buffaloe (2006, p. 17) considera várias ameaças assimétricas, das quais as primeiras são o terrorismo e a insurgência. Outros autores, como Steven Lee e Christopher Corpora, consideram ameaças assimétricas os grupos terroristas transnacionais (Lee, 2004, p. 248) e o terrorismo-insurgência, que tem como objetivo criar uma violenta resistência política (Corpora, 2006, p. 70).

O 9/11 demonstrou as capacidades de um determinado inimigo e a vulnerabilidade dos membros da OTAN perante ataques terroristas de larga escala, levando à invocação do artigo 5º por parte dos Estados Unidos da América e a operações subsequentes da aliança (NATO, 2002, p. 2_T_5).

Para Bullaloe (2006, p. 18), o conceito de terrorismo engloba várias formas, como o terrorismo suicida, os ataques catastróficos como o 9/11, os assassinatos políticos ou os ataques biológicos, com o objetivo de provocar um efeito terrífico. Na era da informação, as suas mensagens são difundidas em tempo real e para todo o mundo, tendo mais importância a ameaça do terror do que a própria ação. Não pretendem atingir objetivos políticos e o apoio da população não é essencial.

Noutra perspetiva relativamente aos objetivos, Bruce Hofman (2006), especialista norte-americano em contraterrorismo, considera o terrorismo como a utilização da violência, ou a ameaça de uso da violência, para alcançar poder e obter resultados políticos. Ou seja, o terrorismo é um ato planeado, calculado e sistemático, ao serviço de objetivos políticos, através de intimidação coerciva.

O terrorismo pode também ser visto como uma tática ou ação, ou como uma manifestação dos conflitos assimétricos (Sloan, 1998, p. 190). Como Francis Fukuyama escreveu "o terrorismo é apenas um meio para atingir um fim; nesse sentido, guerra contra o terrorismo faz tanto sentido como guerra contra submarinos" (Fukuyama cit. Killcullen, 2005).

A *Joint Publication* (JP) 3-26 Counterterrorism considera o terrorismo uma tática escolhida racionalmente, em relação aos custos e benefícios, com vista a atingir um objetivo ideológico. No entanto, alguns indivíduos ou pequenas organizações violentas podem empregar métodos terroristas sem causas particulares ou uma ideologia confessas, apenas motivados puramente pelo desejo de cometer atos violentos (Joint Chiefs of Staff, 2009a, p. x).

No Manual "O Exército na Guerra Subversiva", o terrorismo é "uma das mais importantes formas de ação da subversão" com a finalidade de "criar na população um clima de medo" com vista a obter ou evitar o apoio às autoridades; criar dificuldades em serviços essenciais e eliminar indivíduos que prejudiquem a subversão, através de atentados e sabotagens. Pode ser sistemático, ou seja, dirigido à globalidade da população ou seletivo, focado em alvos específicos. (Ministério do Exército, 1963, p. I_16)

Concordantemente, para o especialista australiano em contrassubversão, David Killcullen (2005, p. 603), terrorismo é violência motivada politicamente contra não combatentes, com a intenção coagir pelo medo e é uma componente de, praticamente, todas as subversões, partilhando os mesmos objetivos.

Apesar das diferentes abordagens ao terrorismo, considera-se que este utiliza o terror para criar um clima de medo na população e, assim, atingir um objetivo político. No entanto, é também uma tática que pode ser empregue em cenários de subversão e que se aborda de seguida.

Os conceitos de subversão e insurgência (do inglês insurgency ou também, em português insurreição (Priberam, 2012)), que dão origem às respostas militares de contrassubversão e *counterinsurgency* (COIN), respetivamente, são termos relacionados e muitas vezes utilizados como sinónimos.

O militar francês David Galula (1964, pp. 5-8), um dos primeiros estudiosos a desenvolver a teoria e prática da COIN, no seu livro "*Counter-Insurgency Warfare*", de 1964, considera insurgentes e COIN dois aspetos do mesmo conflito e utiliza a expressão "guerra revolucionária" para os tratar como um todo.

A definição nacional de subversão, ou guerra subversiva, é uma "luta conduzida no interior de um dado território, por parte dos seus habitantes, ajudados e reforçados ou não do exterior, contra as autoridades de direito ou de facto estabelecidas, com a finalidade de lhes retirar ou, pelo menos, de paralisar a sua ação" (Ministério do Exército, 1963, p. I_1).

Na AJP 3.4.4, insurgência é definida como as ações de um grupo ou movimento organizado, frequentemente ideologicamente motivado, que procura efetuar ou prevenir uma mudança política de uma autoridade de governo de uma região, focado em persuadir ou coagir a população, através do uso da violência e subversão (NATO, 2011a, p. 3_1). Neste âmbito, a subversão, tal como o terrorismo, a criminalidade e a desordem, é uma das atividades irregulares da insurgência (Figura nº 4), que visa minar a força militar, económica, psicológica ou política e o moral de um agente governativo (NATO, 2011a, p. 2_17).

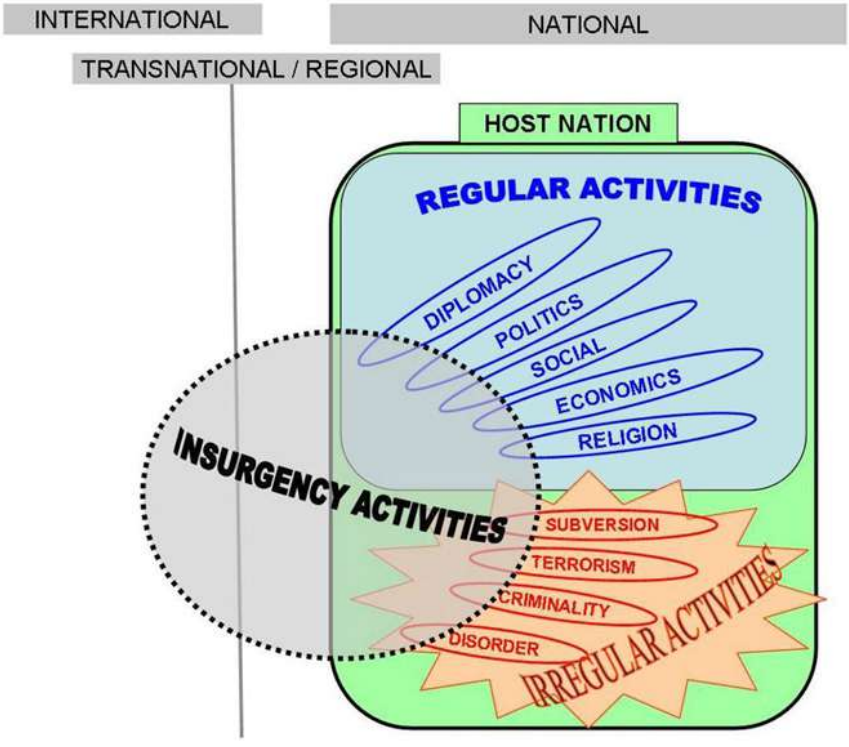


Figura 4 - Natureza da insurgência

Fonte: (NATO, 2011a, p. 3_2).

Por outro lado, de acordo com a doutrina nacional, a insurreição é a última das cinco fases da subversão (Ministério do Exército, 1963, pp. I_10-11):

- 1ª Fase – Preparação da subversão: fase preparatória;
- 2ª Fase – Criação do ambiente subversivo: fase de agitação;
- 3ª Fase – Consolidação da organização subversiva: fase do terrorismo e da guerrilha;
- 4ª Fase – Criação de bases e de forças pseudo-regulares: fase do "estado subversivo";
- 5ª Fase – Insurreição geral: fase final, guerra propriamente dita.

A fase da insurreição geral traduz-se na transformação das forças subversivas em FA, que visam o controlo de todo o território, obtendo a total adesão da população à causa da subversão (Ministério do Exército, 1963, p. I_13).

Devido a novas realidades geopolíticas e ao aparecimento de atores não estatais, a insurgência atual é de alcance global, normalmente urbana e de espetro mais diversificado, apresentando caraterísticas diferentes da subversão que as FA portuguesas defrontaram no século passado em África, iminentemente rural (Reis, 2011, p. 20).

No entanto, o fator mais importante em ambas as definições é a população. A analogia do peixe e da água de Mao Tsé Tung ilustra bem esta importância: a população é para os insurgentes como a água é para os peixes (Pelli, 1990). A população é, em simultâneo, o ambiente onde a subversão se processa, o objetivo a conquistar e ainda um dos meios para atingir esse objetivo (Ministério do Exército, 1963, p. I_19). Ambos os insurgentes e contra insurgentes tentam ganhar o apoio da população, que tem um papel fundamental a desempenhar no resultado de operações complexas, como se pode constatar na Figura nº 5. O apoio da população é um fator chave no planeamento e execução de campanhas de COIN (NATO, 2011a, p. 1_4).

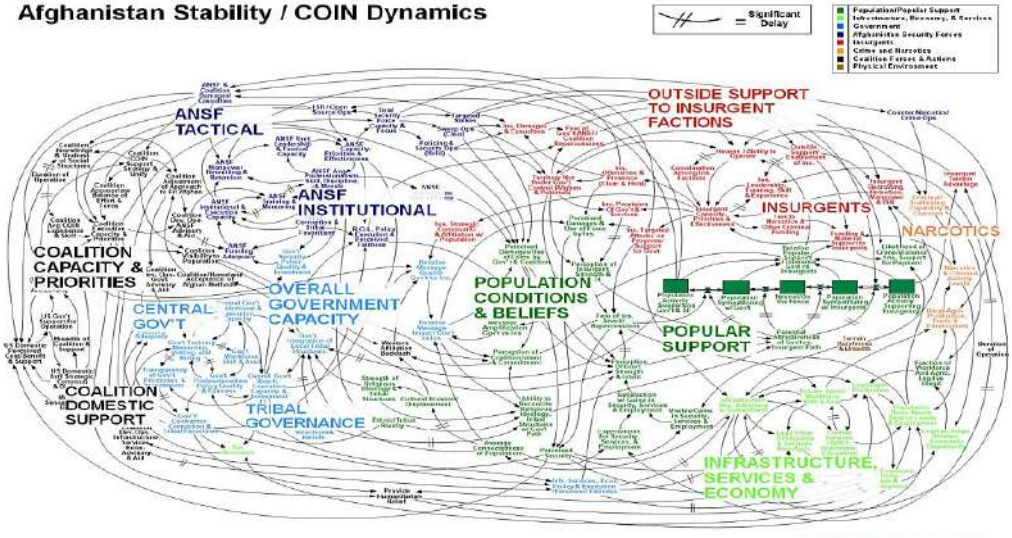


Figura 5 - Dinâmica da COIN do Afeganistão

Fonte: (Associated Newspapers Ltd, 2010).

Assim, pode constatar-se que subversão e insurgência são termos relacionados mas não são sinónimos: a subversão é uma das atividades irregulares da insurgência e a insurreição é uma fase da subversão. O objetivo é o mesmo, o de interferir com a ação do governo, mas na subversão as ações são conduzidas por parte dos habitantes, apoiados ou não pelo exterior

e na insurgência tal não é obrigatório, podendo ser conduzidas na totalidade por agentes de fora das regiões onde atuam.

As ameaças assimétricas caraterizam-se pela assimetria de meios e tecnologia, interesses e valores, táticas e tempo e centram a sua ação no seio da população. A população é simultaneamente ambiente onde operam, onde recrutam, recolhem apoio e se misturam e é, também, o objetivo que pretendem conquistar para deslegitimar o governo instituído. Para alcançar o seu objetivo, utilizam métodos convencionais e não convencionais e forças irregulares, bem como táticas terroristas, para criar um clima de medo e insegurança.

Referências Bibliográficas

Associated Newspapers Ltd, 2010. *Mail Online*. [Online] Available at: http://www.dailymail.co.uk/news/article-1269463/Afghanistan-PowerPoint-slide-Generals-left-baffled-PowerPoint-slide.html [Accessed 01 março 2013].

Buffaloe, D., 2006. Defining Asymmetric Warfare. *The Land Warfare Papers*, Nº58 Setembro.

Corpora, C., 2006. Times, They Have Changed: Terrorism and the Asymmetric Threat Complex. *National Counter-Terrorism Strategies*, pp. 69-76.

Couto, A. C., 1988. *Elementos de Estratégia: Apontamentos para um curso*. Lisboa: Instituto de Altos Estudos Militares.

Exército Português, 2012. *Publicação Doutrinária do Exercito (PDE) 03-00*, s.l.: Exército Português.

Faulkner, N., 2010. Guerrilla of Arabia: How one of Britain's most brilliant military tacticians created the Taliban's battle strategy. *The Independent*, 17 setembro.

Galula, D., 1964. *Counter-Insurgency Warfare: Theory and Practise*. 4ª Edição ed. Nova Iorque: Frederick A. Praeger, Inc.

Garcia, F. P., 2009. *O fenómeno da guerra no nosso século*. [Online] Available at: http://www.scielo.oces.mctes.pt/scielo.php?pid=S1645-91992009000200008&script=sci_arttext [Accessed 14 março 2013].

Grange, D., 2000. Asymmetric Warfare: old method, new concern. *National Strategy Forum Review*, winter.

Hoffman, B., 2006. *Inside Terrorism*. New York: Columbia University Press.

Joint Chiefs of Staff, 2009a. *Joint Publication 3-26 Counterterrorism*, s.l.: Joint Chiefs of Staff.

Kilcullen, D., 2005. Countering Global Insurgency. *The Journal of Strategic Studies*, No.4 agosto, pp. 597-617.

Kissinger, H., 1994. *Diplomacia*. Lisboa: Gradiva.

Landler, M. & Cooper, H., 2011. *NY Times*. [Online] Available at: http://www.nytimes.com/2011/06/23/world/asia/23prexy.html?pagewanted=all [Accessed 10 dezembro 2012].

Lawrence, T., 1917. Twenty-Seven Articles. *The Arab Bulletin*, 20 agosto.

Lee, S., 2004. Double Effect, Double Intention, and Asymmetric Warfare. *Journal of Military Ethics*, pp. 233-252.

Ministério do Exército, 1963. *O Exército na Guerra Subversiva – I Generalidades*, s.l.: Ministério do Exército.

NATO, 2002. *NATO's military concept for defence against terrorism*. [Online] Available at: http://www.nato.int/cps/en/natolive/topics_69482.htm [Accessed 19 fevereiro 2013].

NATO, 2008. *AAP-6 NATO GLOSSARY OF TERMS AND DEFINITIONS*, s.l.: NATO Standardization Agency.

NATO, 2010a. *AJP-01 (D) Allied Joint Doctrine*, s.l.: NATO Standardisation Agency.

NATO, 2011a. *AJP 3.4.4 Allied Joint Doctrine for Counterinsurgency*, s.l.: NATO Standardisation Agency.

Pelli, F., 1990. *Insurgency, Counterinsurgency, And The Marines In Vietnam*, s.l.: s.n.

Priberam, 2012. *Dicionário Priberam da Língua Portuguesa*. [Online] Available at: http://www.priberam.pt/dlpo/default.aspx?pal=insurg%C3%AAncia [Accessed 04 março 2013].

Ramalho, J. L. P., 2005. O Conflito Assimétrico e o Desafio da Resposta - Uma Reflexão. *Revista Militar*, Nº 8/9 agosto/setembro, pp. 759-773.

Rand Corporation, 2013. *Rand Corporation*. [Online] Available at: http://www.rand.org/topics/asymmetric-warfare.html [Accessed 22 janeiro 2013].

Reis, J., 2011. *Guerra Subversiva: lições aprendidas e contributos para o reajustamento da doutrina nacional*, Lisboa: IESM.

Russell, J., 2002. Asymmetric Warfare. In: *The Big Issue: Command and Control in the information age*. s.l.:Strategic and Combat Studies Institute, pp. 118-128.

Sloan, S., 1998. Terrorism and Asymmetry. In: L. Matthews, ed. *Challenging the United States Symmetrically and Asymmetrically: Can America Be Defeated?*. Carlisle: Army War College Strategic Studies Institute, pp. 172-191.

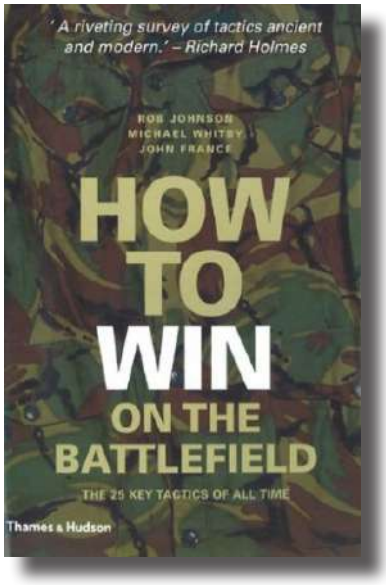
Smith, R., 2005. *A utilidade da força: a arte da guerra no mundo moderno*. Lisboa: Edições 70, Lda..

Sun Tzu, 2005. *A Arte da Guerra*. 5ª Edição ed. Queluz: Coisas de Ler.

Thornton, R., 2007. *Asymmetric Warfare*. Cambridge: Polity Press.

Visacro, A., 2009. *Guerra Irregular: terrorismo, guerrilha e movimentos de resistência ao longo da história*. São Paulo: Editora Contexto.

RECENSÕES E SUGESTÕES DE LEITURA



How to Win on the Battlefield, 25 tactics of all times

Vítor Manuel Lourenço Ortigão Borges
Major de Infantaria
Docente AEEEx/IESM
Investigador Integrado do CISDI
Lisboa, Portugal
borges.vitor@gmail.com

1. Dados da bibliografia da obra

O livro "How to Win on the Battlefield" foi escrito em 2010 por Rob Johnson, Michael Whitby e John France e editado pela Thames & Hudson, em Londres.

2. Dados biográficos do autor

Rob Johnson é Professor de História da Guerra e Diretor Adjunto do programa de desenvolvimento Changing the Character of War, na Universidade de Oxford, tendo escrito as passagens sobre as guerras modernas e pré modernas.

Michael Whitby exerce funções na Universidade de Warwick, como Professor de História da Antiguidade e Clássica e dedicou-se aos contrastes e comparações com o período da antiguidade.

John France é Professor na Universidade de Swansea e Diretor do Callaghan Centre for the Study of Conflict, e focou-se nas batalhas da Idade Média.

3. A ideia que fica do texto

O livro é composto por exemplos históricos de batalhas organizadas em 25 capítulos onde os autores identificam o valor de cada tática, através da descrição sintética e clara de cada batalha.

Apesar das táticas serem apresentadas separadamente, a vitória no campo de batalha é alcançada por uma combinação de várias táticas, a par com a qualidade dos comandantes e o grau de motivação e preparação das tropas. O sucesso no campo de batalha depende de um conjunto de fatores interdependentes como: a capacidade de adaptação a diferentes situações; liderança eficaz; identificação do centro de gravidade; economia de forças; manter

a iniciativa com a ofensiva, através da concentração, manobra, poder de choque, surpresa e rapidez na ação; tirar vantagem da atrição e deceção; quebrar a vontade de combater do inimigo; tirar partido das informações e manter sempre uma reserva.

4. Resumo do texto

Os primeiros cinco capítulos do livro abordam táticas relacionadas com manobras ofensivas. Evoca o conceito de Clausewitz de **Ataque ao Centro de Gravidade**, analisando como as forças aliadas derrotaram as forças do eixo em El Alamein (1942), no norte de África, durante a II Guerra Mundial (G.M.), através de diversos ataques por múltiplos eixos que esgotaram as reservas e a capacidade de combate do *Africa Korps*.

O Capítulo 6 aborda a tática de **Dominar o Terreno e o Usar o Meio Envolvente**. Como exemplo desta tática, os autores recordam a "Guerra dos 7 anos", em Leuthen (1757), onde o Imperador Frederico o Grande da Prússia enfrentou a invasão dos exércitos da Áustria, França, Rússia e Suécia mas, em vez de adotar uma postura defensiva, deslocou-se, usando concentração, surpresa e ataque, conseguindo destruir os exércitos invasores.

Os capítulos seguintes realçam como os meios disponíveis podem ser bem aproveitados e os seus efeitos potenciados. Analisa o Ataque em Escalão, que consiste em concentrar o máximo potencial numa área específica do campo de batalha, como sucedeu na "Operação Amanhecer" (1986), na Guerra Irão-Iraque, na qual as forças iranianas abriram brechas em vários pontos-chave nas linhas iraquianas e capturaram a península de Fao.

Dos Capítulos 10 ao 13, o livro foca-se na manobra. Exemplifica como a invenção das armas de fogo tornou possível causar o máximo de baixas numa força inimiga, através da **Concentração de Poder de Fogo**. Em Omdurman (1898), no Sudão, um exército britânico-egípcio-sudanês de 25 000 homens causou 23 000 baixas e 5 000 prisioneiros nos 50 000 homens que compunham as forças do Khalifa Abdullah al-Taashi.

Os dois capítulos seguintes estão relacionados com o tomar da iniciativa e ganhar vantagem sobre o Inimigo. Com a **Obtenção e Manutenção da Iniciativa** é possível a uma força tornar o ciclo de decisão do inimigo superior ao seu e pode ser conseguida através de golpes de mão, como sucedeu na "Ponte de Pegasus" (1944), na Normandia, em vésperas do dia D, onde uma pequena força aeromóvel em planadores conseguiu segurar a ponte sobre o rio Orne, impedindo os contra ataques alemães sobre os desembarques aliados.

O Capítulo 16 realça o valor do potencial de combate abordando o princípio da **Massa**, como é exemplo a "Campanha Overland" (1864-65), na guerra civil norte americana. O Exército da União, superior em número, meios e capacidade logística, empreendeu uma ofensiva ousada, tendo sofrido pesadas baixas em consecutivas batalhas mas conseguindo manter o ímpeto do ataque, o que resultou na capitulação do Exército Confederado e o final da Guerra da Secessão.

Os três capítulos seguintes explanam como táticas defensivas podem conduzir à vitória

ou criar condições para a mesma. A **Defesa em Profundidade** permite absorver o choque de um ataque inimigo, diluindo a concentração do seu poder de fogo, como aconteceu na batalha de Kursk (1943), na frente Leste da II G.M., onde os soviéticos, através da preparação de sucessivos perímetros defensivos, com obstáculos batidos por artilharia e armas anticarro e contra ataques de reservas fortes de blindados, conseguiram parar o ataque alemão, na maior batalha de carros de combate da história, criando condições para a contra ofensiva.

Nos Capítulos 20 e 21 abordam-se táticas novamente relacionadas com a psicologia, associadas à deceção e terror, como a **Deceção e Fintas**, que se pode comprovar com o exemplo dos Q-Ships (1915-17), durante a I G.M.. Nos primeiros anos da guerra, os aliados tinham dificuldade em destruir os submarinos (U-boats) alemães, que normalmente navegavam à superfície mas que submergiam em contato com navios de guerra. Os Aliados conceberam o plano de deceção de utilizar navios de mercadorias (Q-Ships) com armamento dissimulado, com poder de fogo suficiente para destruir os U-boats.

O Capítulo 22 aborda a **Atrição e Aniquilação** como a chave para a vitória e apresenta o exemplo de Verdun (1916), na I G.M., cidade simbólica que os alemães pretenderam conquistar, com objetivo de tirarem os franceses da guerra. As forças germânicas tentaram romper o dispositivo defensivo mas os franceses conseguiriam resistir e o que pretendia ser uma batalha ganha pela atrição teve o desenlace contrário, tendo os alemães sido derrotados devido ao grande desgaste e elevadas baixas.

Os últimos dois capítulos são referentes aos dias de hoje, com táticas relacionadas com a subversão, abordando a **Guerra de Guerrilha e Subversão** que, nas devidas circunstâncias, pode atingir sucessos dramáticos como é exemplo a Guerra do Vietnam (1956-75) na qual os norte vietnamitas, seguindo a doutrina subversiva empregue por Mao Tsé-Tung na China, derrotaram os norte americanos, não no plano militar mas pela opinião pública.

5. Pontos fortes e fracos do argumento apresentado pelo autor

Os autores pretenderam abordar "25 táticas de todos os tempos". Contudo, o que apresentam são princípios da guerra e alguns tipos de operação e formas de manobra, o que conseguiram fazer de forma agradável e de fácil leitura. Os capítulos estão bem organizados, as pequenas introduções despertam o leitor para a relevância de cada "tática" que, de seguida, é exemplificada através de várias batalhas. Terminam com uma análise conclusiva, que realça os aspetos mais importantes comuns aos exemplos históricos apresentados, em forma de síntese. As imagens que ilustram o livro tornam a leitura apelativa e os planos de batalha ajudam a compreender como os intervenientes atuaram, ainda que, por vezes, sejam de difícil perceção dada a dimensão reduzida dos mesmos.

A obra apresenta uma média de duas a três batalhas em cada capítulo, o que se traduz num elevado número de batalhas em análise que, apesar de dar ao leitor uma grande diversidade de exemplos, não permite uma análise detalhada das mesmas.

Um aspeto interessante no livro é referir batalhas separadas por milhares de anos,

sendo o exemplo mais antigo de 1457 AC, no capítulo 6 - Dominar o Terreno e o Usar o Meio Envolvente, e o mais recente da segunda metade do século XX, a guerra israelo--árabe de Yom Kippur, em 1973, no capítulo 18 – Ofensiva Estratégica e Defensiva Tática. No entanto, há falta de exemplos mais recentes e, visto que os princípios são imutáveis ao longo da história, seria enriquecedor perceber os contrastes e em que medida a evolução tecnológica, e consequente armamento mais moderno, tem impacto nas batalhas.

O livro surge na mesma linha que os já editados em português "Uma história de Guerra"[1] e "50 Batalhas que Mudaram o Mundo"[2], não sendo, por esse motivo, de grande originalidade apresentar diversas batalhas travadas ao longo dos tempos e a importância que o seu desfecho teve na história. Contudo, é inovador na análise das batalhas de acordo com a "tática" utilizada para ter sucesso nas mesmas, abordando-as com um cariz mais militar.

Referências Bibliográficas

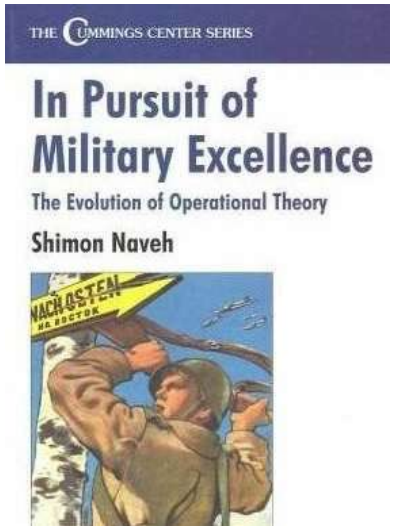
Johnson, R., Whitby, M., & France, J. (2010). *How to win on the Battlefield*. Londres: Thames & Hudson.

Keegan, J. (2006). *Uma história de Guerra*. Lisboa: Tinta da China.

Weir, W. (2003). *50 Batalhas que Mudaram o Mundo*. São Paulo: M Books.

[1] Estudo profundo e abrangente de John Keegan que percorre séculos de conflito, revelando os diversos modelos da prática de guerra, a par das grandes inovações da tecnologia militar.

[2] Escrito por William Weir revela 50 batalhas, que tiveram importância vital na formação cultural e geográfica dos povos e das nações e analisa as razões e consequências de cada conflito.



In Pursuit of Military Excellence: The Evolution of Operational Theory

Simão Pedro da Costa de Sousa
Simão Pedro da Costa de Sousa
Major de Artilharia
Aluno do CEMC 2014-15
Instituto de Estudos Superiores Militares
Lisboa, Portugal
sousa.spc@iesm.pt

1. Dados da bibliografia da obra

A obra em análise – *In Pursuit of Military Excellence: The Evolution of Operational Theory* – foi publicada pela primeira vez em 1997 pela *Frank Cass Publishers*[1] e resulta do trabalho submetido pelo autor ao *Cummings Center for Russian and East European Studies*[2] da universidade de Telavive. Não tendo sido reeditada nem publicada em outras línguas, a obra foi já reimpressa[3] e transferida para formato digital (2006). Está dividida em nove capítulos com um total de 398 páginas, nos quais o autor oferece uma interpretação da evolução histórica da perceção do nível operacional da guerra, e o modo como este se tornou um campo de estudo.

2. Dados biográficos do autor

Shimon Naveh nasceu em 1948 em Hadera, Israel, e foi incorporado nos paraquedistas quando tinha 18 anos. Descreve-se como um soldado muito motivado com inclinações intelectuais, que leu Tolstoy e Hemingway durante a recruta. Participou em todas as guerras israelitas desde 1967, tendo chegado ao posto de Brigadeiro.

Iniciou os seus estudos superiores em 1991 na universidade de Telavive e em 1994 doutorou-se em história pelo *King's College* de Londres. Foi diretor do *Operational Theory*

[1] A Frank Cass Publishers tem vindo a publicar trabalhos académicos sobre assuntos militares desde o final dos anos setenta. Inicialmente publicou livros e jornais sobre estudos estratégicos, segurança e informações, tendo posteriormente publicado sobre terrorismo e história militar Russa. A lista expandiu-se mais tarde a livros sobre poder aéreo, história naval, poder terrestre, manutenção da paz e guerra fria. A *Frank Cass* estabeleceu-se como uma das principais casas a publicar trabalhos militares académicos, tendo sido adquirida pela *Taylor & Francis* em 2003 (WriteWords, 2014).

[2] É um centro da universidade de Telavive dedicado ao estudo, documentação e publicação de trabalhos sobre a Rússia, a União Soviética e as antigas repúblicas soviéticas da europa de leste. O centro foi criado em 1971 para promover a investigação e conhecimento da região (Gorodetsky, s.d.).

[3] Uma reimpressão significa que foram elaboradas mais cópias sem que tenha existido alterações. Nas novas edições, a obra foi alterada, podendo ter havido adição de texto, revisão ou redesenho do livro (U.S. ISBN Agency, 2014).

Research Institute (OTRI) das Forças de Defesa de Israel (IDF), desde a sua criação em 1995 até à sua extinção dez anos depois, devido a uma avaliação negativa por parte do supervisor estatal. Durante este período, foi um dos responsáveis pelo desenvolvimento de uma metodologia alternativa de planeamento operacional à qual se veio a chamar *Systemic Operational Design* (SOD), que pode ser descrita como uma aplicação da Teoria de Sistemas[4] (TS) ao nível operacional da guerra, ou como uma tentativa de racionalizar a complexidade operacional através da lógica sistémica. Hoje em dia é consultor em assuntos de defesa.

3. A ideia que fica do texto

A obra procura oferecer uma interpretação científica do nível operacional da guerra e descrever a sua evolução. Partindo da premissa que desde a revolução francesa a guerra se faz em condições sistémicas, esta obra propõe que o nível operacional da guerra tem sido o denominador comum na guerra convencional ao longo dos seculos XIX e XX. Seguindo esta lógica, o autor argumenta que as campanhas, que foram planeadas e geridas utilizando uma abordagem sistémica, foram bem-sucedidas ao nível operacional e, as que não o foram, ficaram reduzidas à manipulação tática em grande escala e portanto, reduzidas à mecânica da atrição.

Podemos considerar a obra dividida em duas partes: na primeira, que engloba os dois primeiros capítulos, o autor utiliza a TS para fazer uma análise teórica do nível operacional da guerra; na segunda parte, o autor faz uma minuciosa investigação histórica do que considera ser os quatro estágios fundamentais no desenvolvimento do pensamento operacional. Os quatro estágios são: a guerra no século XIX, examinado no terceiro capítulo; a *Blitzkrieg* examinada no quarto capítulo; o desenvolvimento do pensamento operacional soviético nos capítulos cinco e seis; a doutrina americana do *AirLand Battle*[5] nos três últimos capítulos.

As ideias chave da obra são:

- Existe uma ligação entre a TS e o nível operacional da guerra. O autor propõe que as operações militares são sistemas abertos e que a utilização da TS permite compreendê-los sem as restrições de outras teorias analíticas. Propõe também que a abordagem sistémica às operações militares permite identificar o centro de gravidade do sistema adversário e aplicar-lhe o choque operacional[6].

[4] A Teoria de Sistemas estuda de modo interdisciplinar, a organização abstrata de fenómenos, independentemente da sua formação e configuração presente. Investiga os princípios comuns a entidades complexas, e modelos que podem ser utilizados para a sua descrição e afirma que os princípios comuns podem ser aplicados a todos os tipos de sistemas em todos os níveis e em todos os campos de pesquisa (Ramos, 2013, p. 1).

[5] O conceito operacional americano do *AirLand Battle* foi introduzido em 1982 em substituição do conceito Active Defense, que estava orientado para vencer uma batalha defensiva contra forças soviéticas numericamente superiores. É um conceito mais ofensivo que introduz o termo nível operacional da guerra e define plano de campanha como a integração de forças conjuntas numa série de batalhas e empenhamentos para alcançar um objetivo estratégico (Benson, 2012, p. 3).

[6] Choque operacional (*udar*) é um termo russo resultante da experiência da primeira guerra mundial, que transmite a ideia de que não sendo possível a total destruição de um sistema militar adversário, devemos colocá-lo num estado em que não lhe seja possível funcionar (School of Advanced Military Studies, 2014).

- No ocidente não existia uma teoria para o nível operacional da guerra até ao desenvolvimento da *AirLand Battle* nos anos 80, tendo sido os soviéticos com a sua teoria de operações profundas, os primeiros a abordar este nível da guerra.

4. Resumo do texto

a. Capítulo 1 – Operational Art and the General Theory of Systems

O primeiro capítulo proporciona uma interpretação do nível operacional da guerra utilizando a TS para o enquadramento teórico. A TS (também chamada Teoria Geral de Sistemas) surgiu com os trabalhos de Ludwig von Bertalanffy7, publicados entre 1950 e 1968 e segundo o autor vem refutar o anterior paradigma mecanicista em favor de uma visão holística, ou sistémica das interações. Desde Descartes que o método científico se baseia em duas suposições relacionadas, que um sistema pode ser dividido nos seus componentes individuais para que cada um seja analisado individualmente, e que a soma linear dos componentes de um sistema descrevem o mesmo. Von Bertalanffy propõe que ambas as suposições estão erradas, e que pelo contrário, o sistema é caracterizado pela interação dos seus componentes e pela não linearidade dessas interações**.**

Segundo o autor, a aplicação deste novo paradigma dá-nos o enquadramento teórico ideal para o estudo e compreensão da dimensão operacional da guerra, e afirma, que apesar de no ocidente este enquadramento teórico apenas se revelar com o surgimento da doutrina *AirLand Battle* dos anos 80, ele já começa a ser reconhecido em documentos doutrinários Soviéticos dos anos 20.

b. Capítulo 2 – Mass and the Operational Art

Neste capítulo, o autor faz alusão ao fenómeno da massa, que apesar de já sobejamente estudado na guerra, nunca o foi através de uma perspetiva sistémica. Para tal, utiliza a divisão temporal idealizada por Liddell Hart[8] que divide o fenómeno em quatro períodos, tendo o primeiro surgido com o *levée en mass*[9] da revolução francesa, o segundo com as campanhas de Napoleão, o terceiro a teorização do fenómeno por Clausewitz[10] e o quarto, que se inicia com as guerras da unificação alemã e que termina com a primeira guerra mundial. Depois desta análise, conclui que com o surgimento dos exércitos de massa, surgem também as condições para a aplicação da TS. No entanto, segundo o autor, esta consciência de sistema não surgiu. No seguimento do capítulo, é feita referência à tecnologia e à forma como esta não foi catalisadora do pensamento sistémico. São referidas as campanhas peninsulares

7 Ludwig von Bertalanffy (1901 – 1972) foi o biólogo Austríaco que primeiro escreveu sobre a Teoria Geral de Sistemas (Vego, 2009, p. 70).

8 Sir Basil Henry Liddell Hart (1895 – 1970) foi um militar, historiador e teorista inglês creditado por ter contribuído para o desenvolvimento do combate mecanizado (Encyclopedia Britannica, 2014).

9 Ato espontâneo da população de um território ainda não ocupado por uma força inimiga, de pegar em armas para a autodefesa aquando da aproximação de um inimigo, sem ter tido tempo para se organizar de acordo com as normas reconhecidas de guerra (Merriam-Webste Unabridged, 2014).

10 Carl Philipp Gottfried von Clausewitz (1780 – 1831) foi um militar e teorista prussiano, cuja obra Vom Kriege (1832; Da guerra) se tornou num dos clássicos mais respeitados da literatura militar (Encyclopedia Britannica, 2014).

de Wellington[11], a campanha dos Balcãs do tenente-general Gurkov[12] (1877) e a campanha palestina do Lorde Allenby[13] como exemplos de campanhas com pouco recurso à tecnologia mas cuja criatividade e compreensão operacional levaram ao sucesso.

c. Capítulo 3 – Destruction and Operational Art: The roots of ignorance

A destruição de forças inimigas é o dogma central na teoria da guerra de Clausewitz. Segundo o autor, este princípio fundamental da maneira ocidental de pensar a guerra foi um grande obstáculo ao desenvolvimento da teoria operacional. O capítulo é dedicado a tentar compreender o porquê da perpetuação deste conceito. Na sua visão, isto deveu-se principalmente ao discurso doutrinante e à brilhante forma de estruturar argumentos de Clausewitz. Depois de explicar e dar exemplos de como este dogma influenciou a forma de fazer a guerra ocidental, este leva-nos ao seu corolário lógico de que a destruição ao nível operacional é o resultado cumulativo da atrição conseguida nas batalhas e empenhamentos, o que resulta na subalternização do nível operacional ao nível tático da guerra. Outro resultado do dogma da destruição é que a atrição também vai acontecer nas nossas forças, o que resulta na necessidade material de quantidade e na necessidade cognitiva de o aceitar.

d. Capítulo 4 – The Blitzkrieg concept: A Mechanized Manipulation of Tactical Patterns

O principal argumento deste capítulo, é que a *blitzkrieg* é um termo pomposo que resultou de um uso oportunista de tecnologia e ideologia que nada tem a ver com a gestão profissional do sistema militar. O autor argumenta, que o único racional da *blitzkrieg* era a destruição e que o caminho seguido para o obter foi a tecnologia e ampliação simplicista das manobras táticas de infiltração e cerco. Desta análise, o autor conclui que faltava à *blitzkrieg* coerência operacional e que a forma como foi concebida obriga a não ter em conta uma abordagem sistémica das operações militares. Afirma ainda que, o fenómeno que permitiu à *Wehrmacht*[14] atingir os sucessos iniciais da guerra se deve à excelência da tática alemã e à incompetência dos seus adversários. Para provar estes pontos, o autor efetua uma reconstrução histórica do surgimento da *blitzkrieg* e de como este processo resultou na destruição da lógica operacional.

e. Capítulo 5 – The Evolution of Soviet Operational Thought

A evolução da teoria operacional soviética é considerada pelo autor a maior aventura criativa da história militar do século XX. Neste capítulo são abordados o impacto da Guerra Civil Russa (1917-1922) na evolução da teoria, o debate profissional que levou ao seu

[11] Marechal Arthur Wellesley, 1º Duque de Wellington (1769 – 1852) foi um militar e estadista britânico que ganhou proeminência na India, venceu a Guerra Peninsular (1808 – 1814) e participou na derrota de Napoleão em Waterloo (1815) (Encyclopedia Britannica, 2014).

[12] Tenente-General Joseph Vladimirovich Gurko (1828 – 1901) foi um estadista e militar e russo que ganhou proeminência durante a guerra russo-turca (1877 – 1878) (Presidential Library, 2012).

[13] Marechal Edmund Henry Hynman Allenby, 1º Visconde de Allenby (1861 – 1936) foi um militar e governador britânico que se notabilizou na primeira guerra mundial durante a campanha da palestina (1915 – 1918) (Encyclopedia Britannica, 2014).

[14] As *Wehrmacht* eram as forças armadas alemãs entre 1935 e 1945 (Merriam-Webste Unabridged, 2014).

desenvolvimento no início de 1920, a metodologia usada no processo, os contributos de Mikhail Tukhachevsky[15] e o modo como surge o regulamento de campanha das operações profundas em 1936-1937.

f. Capítulo 6 – The Deep Operations Theory (Glubokaia operatsiia)

O autor defende que, os sistemas militares devem evitar a batalha linear de destruição proposta por Clausewitz e base do pensamento militar ocidental, devendo focar-se na condução de batalhas que culminem no choque operacional (*udar*) do adversário, que vai impedir o sistema opositor de funcionar. Para criar este padrão operacional teremos que otimizar o nosso sistema militar (harmonizando as suas componentes), para impedir as componentes do sistema inimigo de atingirem o seu fim organizacional, que é a nossa derrota. Considera ainda que a oposição dos sistemas é tanto mecânica como cognitiva.

g. Capítulo 7 – From Tactical Destruction to Operational Maneuver: The Conceptual Revolution in American Military Thought

Aqui o autor procura as raízes da revolução conceptual no pensamento militar americano, que levou à introdução da teoria da *AirLand Battle*, na teoria de operações profundas soviética, e tenta encontrar o que esta traz de novo ao estudo do nível operacional da guerra. O capítulo explica como é que o exército americano deixou de pensar em termos operacionais após a segunda guerra mundial, e se manteve limitado a táticas rudimentares de atrição, durante a guerra da Coreia e do Vietname. A publicação do manual de campanha que introduz a doutrina da *Active Defense* após a guerra do Vietname é também estudada.

Segundo o autor, esta transição de um paradigma tradicional da atrição através de tecnologia superior, para um paradigma de manobra operacional avançada aconteceu durante o período em que Don A. Starry[16] foi comandante do TRADOC[17].

h. Capítulo 8 – From Central Battle to Airland Battle

Neste capítulo é explicado como as experiências do V Corpo de Exército americano na Alemanha levaram à criação de uma teoria intermédia a que se chamou *Central Battle*. O resto do capítulo é dedicado ao manual de campanha FM 100-5 Operações, de 1982, que vem fazer a evolução em termos de consciência operacional no ocidente.

i. Epílogo – Operation Desert Storm

O epílogo está focado nas principais conclusões operacionais, que o autor tirou da Guerra do Golfo, e ilustram o choque de duas escolas de pensamento distintas. O pensamento

[15] Marechal Mikhail Nikolayevich Tukhachevsky (1893 – 1937) foi um militar e teorista russo que comandou o exército vermelho entre 1925 e 1928, tendo sido uma das vítimas mais proeminentes da grande purga de Stalin entre 1934 e 1939 (Encyclopedia Britannica, 2014).

[16] General Donn Albert Starry (1925 – 2011) comandou o TRADOC entre 1977 e 1981 (West Point Association of Graduates, 2014).

[17] O United States Army Training and Doctrine Command (TRADOC) é o comando do exército dos Estados Unidos responsável pelo treino e doutrina (Answers Corporation, 2014).

atricionista, orientado pelo pensamento de Clausewitz, e o novo pensamento orientado para a manobra operacional, que foi desenvolvido durante 15 anos de trabalho teórico.

5. Pontos fortes e fracos do argumento apresentados pelo autor

Até à publicação desta obra, faltava um tratamento teórico do nível operacional da guerra, sendo que nada do género tinha sido feito desde a obra de Richard Simpkin, "*Race to the Swift*" de 1985. Apesar de não ser de fácil leitura, é um estudo fascinante baseado numa investigação histórica meticulosa do pensamento militar, em que o autor demonstra que o nível operacional é mais do que a simples conduta de operações e mais que apenas o nível intermédio entre a tática e a estratégia.

O nível operacional, tal como foi desenvolvido pelos soviéticos e mais tarde adotado pelos americanos, começou por considerar que a força adversária é um sistema complexo em que muitas partes independentes trabalham em conjunto para produzir potencial de combate, que excede o potencial produzido pelas partes individuais (Kagan, 2001, p. 111). A dificuldade em explicar o funcionamento de um grande número de sistemas complexos e dinâmicos, por métodos mais tradicionais e reducionistas, levaram à criação da TS, que se ocupa mais com as sinergias resultantes das interações entre os componentes do que com os componentes individuais do sistema. Tendo já sido utilizada para investigar um grande número de sistemas sociais, biológicos e técnicos, a sua utilização no estudo do nível operacional da guerra é inspirada, no entanto, parece-nos um erro assumir que a TS pode servir de fundamentação para uma teoria operacional. Pode servir de inspiração ou ser fonte de terminologia, conceitos e ideias, mas a teoria apesar de interessante, não apresenta um único princípio comum a todos os sistemas, sendo portanto muito genérica. Apesar de ser possível demonstrar que equações utilizadas em diversos campos partilham semelhanças, isso não significa que todos os sistemas partilham características semelhantes e é ainda menos plausível que nos diga como se devem organizar sistemas sociais, como organizações militares. Para além disso, se a TS for utilizada, seria melhor utilizar os seus desenvolvimentos mais recentes, e não o livro de von Bertalanffy publicado em 1968 que traz ideias originalmente concebidas nos anos 30 (Zetterling, 2002, p. 4).

Parece-nos também, que existem alguns factos históricos que foram ignorados ou mesmo distorcidos na elaboração desta obra. Destes, destacamos o avanço alemão através da Bielorrússia em 1941 e a ofensiva soviética no sentido oposto em 1944, em que ambas foram conduzidas no mesmo período, no mesmo terreno, com a mesma dimensão aproximada de forças, e em que ambas aparentam ter tido o privilégio da surpresa, no entanto, esta comparação não favorece o Exército Vermelho da forma que o autor tenta expor na sua obra. Também na abordagem feita ao desempenho dos carros de combate da Grã-Bretanha durante a primeira grande guerra, o autor liga implicitamente o seu mau desempenho com o facto de o exército não os ter empregado de acordo com um conceito operacional, sendo a explicação mais consensual apresentada por outros autores, a de que os carros de combate foram empregues de forma a fazer face às suas severas limitações mecânicas.

O seu argumento de que a teoria operacional soviética é muito boa, padece de erros

de demonstração lógica. Se o pretendemos provar, devemos demonstrar que ela é uma consequência lógica de uma teoria já bem fundamentada, ou através de provas empíricas da sua validade. As provas empíricas escasseiam, tendo em conta a disparidade de resultados obtidos na segunda guerra mundial entre as forças Soviéticas e Alemãs. Mesmo que aceitemos a falha do conceito de *Blitzkrieg*, isso não prova a validade do conceito operacional soviético. O exemplo dado da primeira guerra do golfo apenas seria válido se a única vantagem que os aliados possuíssem fosse a sua conceção operacional, mas isso não era obviamente o caso (Zetterling, 2002, p. 6).

É também erróneo afirmar que o Marechal Tukhachevsky substituiu o conceito de batalha de aniquilamento, que dominou o pensamento militar europeu, pelo conceito de choque operacional ou disrupção do sistema (Vego, 2009, p. 71), no pensamento militar soviético. Tanto na teoria como na prática, a disrupção foi sempre utilizada pelos soviéticos como um meio para facilitar o aniquilamento e não um substituto.

Outra lacuna da obra, é a dificuldade que o autor tem com a língua inglesa, que tornam a obra mais difícil de ler do que seria desejável.

Referências Bibliográficas

Answers Corporation, 2014. *Answers*. [Em linha] Disponível em: http://www.answers.com/ [Consult. 17 Maio 2014].

Benson, B., 2012. Unified Land Operations: The Evolution of Army Doctrine for Success in the 21st Century. *Military Revew*, 2(ARMY DOCTRINE), pp. 2-12.

Cardon, E. C. & Leonard, S., 2010. Unleashing design: Planing and the art of Battle Command. *Military Review*, 2(Military doctrine), pp. 2-12.

de Czege, H. W., 2009. Systemic Operational Design: Learning and Adapting in Complex Missions.. *Military Review*, 89 Issue 1(MILITARY art & science), pp. 2-12.

Easton, D., 2009. *The General Systems Theory*. [Em linha] Disponível em: http://pt.scribd.com/doc/21575409/The-General-Systems-Theory [Consult. 22 Março 2014].

Encyclopedia Britannica, 2014. *Encyclopedia Britannica*. [Em linha] Disponível em: http://www.britannica.com/ [Consult. 1 Março 2014].

Feldman, Y., 2007. *Dr. Naveh, or, how I learned to stop worrying and walk through walls*. [Em linha] Disponível em: http://www.haaretz.com/weekend/magazine/dr-naveh-or-how-i-learned-to-stop-worrying-and-walk-through-walls-1.231912 [Acedido em 22 Março 2014].

Gorodetsky, G., n.d. *The Cummings Center Series*. [Em linha] Disponível em: http://www.tau.ac.il/~russia/The_Cummings_center_series.htm [Consult. 22 Março 2014].

Kagan, F. W., 2001. Operational Art. *JFQ: Joint Force Quarterly*, Issue 29(Military doctrine), p. 111.

Larses, O. & El-khoury, J., 2005. *Views on General System Theory*, Stockholm: Royal Institute of Technology.

Merriam-Webste Unabridged, 2014. *Merriam-Webste Unabridged Dictionary*. [Em linha] Disponível em: http://unabridged.merriam-webster.com/ [Consult. 24 Maio 2014].

Naveh, S., 1997. *IN PURSUIT OF MILITARY EXCELLENCE: The Evolution of Operational Theory*. 1 ed. London: Frank Cass.

Presidential Library, 2012. *185th Birthday anniversary of Joseph V. Gurko, statesman and military figure of the Russian Empire*. [Em linha] Disponível em: http://www.prlib.ru/en-us/history/pages/item.aspx?itemid=897 [Consult. 1 Março 2014].

Ramos, A. C., 2013. *General Systems Theory*. [Em linha] Disponível em: http://pt.scribd.com/doc/168284376/General-Systems-Theory [Consult. 22 Março 2014].

School of Advanced Military Studies, 2014. *SAMS Comp Prep 13-01*. [Em linha] Disponível em:https://samscomps.wikispaces.com/The+Evolution+of+Operational+Theory. [Consult. 1 Março 2014].

U.S. ISBN Agency, 2014. *ISBN.org*. [Em linha] Disponível em: http://www.isbn.org/ [Consult. 18 Maio 2014].

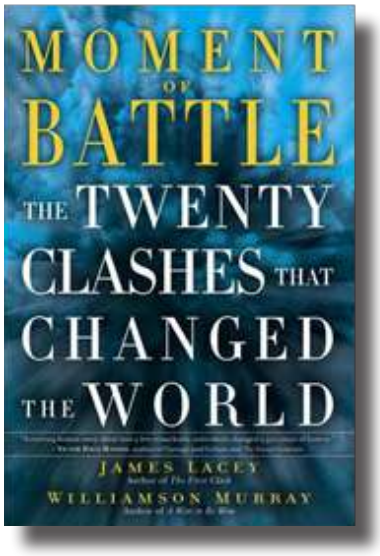
Vego, M. N., 2009. A Case Against: SYSTEMIC OPERATIONAL DESIGN. *Joint Force Quarterly*, Issue 53(Military doctrine), pp. 69-75.

Walonick, D. S., 1993. *General Systems Theory*. [Em linha] Disponível em: http://pt.scribd.com/doc/72980586/General-System-Theory [Consult. 22 Março 2014].

West Point Association of Graduates, 2014. *West Point Association of Graduates*. [Em linha] Disponível em: http://www.westpointaog.org/ [Consult. 24 Maio 2014].

WriteWords, 2014. *WriteWords*. [Em linha] Disponível em: http://www.writewords.org.uk/directory/detail_page.asp?subtypeid3=483&directory_id=4221 [Consult. 22 Março 2014].

Zetterling, N., 2002. *Critique of "In Pursuit of Military Excellence by Shimon Naveh*. [Em linha] Disponível em: http://pt.scribd.com/doc/175291177/In-Pursuit-of-Military-Excellence [Consult. 3 Março 2014].



Moment of Battle The Twenty Clashes That Changed the World

Manuel António Domingues Carvalho Mateus
Major de Engenharia
Aluno do CEMC 2014-15
Instituto de Estudos Superiores Militares
Lisboa, Portugal
mateus.madc@iesm.pt

1. Dados da bibliografia da obra

Autor: James Lacey e Williamson Murray.

Data: 21 de maio de 2013.

Título: *Moment of Battle – The Twenty Clashes That Changed the World*;

Estrutura: O livro encontra-se organizado em 20 capítulos, nos quais os autores descrevem 20 batalhas que consideram serem marcos na História pelas repercussões que tiveram na evolução das civilizações, detalhando os acontecimentos e a forma como foram atingidos os resultados daqueles confrontos.

Local de Publicação: Estados Unidos da América (EUA).

Editora: *Bantam Books*.

2. Dados biográficos dos autores[1]

James Lacey foi oficial do Exército dos EUA, servindo 12 anos de serviço na *82nd* e *101st Airborne Division*. É o autor e co-autor de várias obras, das quais se destaca o livro *"The First Clash"* (*Bantam*, 2011), sobre a vitória Grega na batalha de Maratona e o seu impacto na civilização ocidental e escreve regularmente para a revista *Military History*. Trabalhou para a revista *Time* como jornalista *embedded*[2] durante a invasão do Iraque, onde acompanhou a *101st Airborne Division*.

É atualmente analista no *Institute of Defense Analyses*, professor de Estratégia, Guerra e Política no *Marines War College* e professor adjunto do Programa de Segurança Nacional na Universidade *Johns Hopkins*. Trabalha ainda como consultor em diversos projetos das Forças Armadas dos EUA.

[1] (Amazon.com Inc, 2014).

[2] Termo sem tradução direta, aplicado para indicar que o jornalista integrava uma determinada Unidade.

Williamson Murray serviu como oficial na Força Aérea dos EUA durante 5 anos, nos quais fez uma comissão de serviço no Sudeste Asiático no *314th Tactical Airlift Wing* (C-130s). É autor e co-autor de várias obras relevantes, das quais se destaca a mais recente "*Military Adaptation in War: With Fear of Change*" (*Cambridge University Press*, 2011). Lecionou em várias instituições académicas e militares, das quais se destacam o *Air War College*, a *United States Military Academy* e o *Naval War College*.

Presentemente é consultor no *Institute of Defense Analyses*, onde tem trabalhado no *Iraqi Perspectives Project*, e é professor convidado de História e Herança na *United States Naval Academy* em Annapolis.

3. A ideia que fica do texto

O livro aborda a História Ocidental, descrevendo 20 batalhas selecionadas pela importância que tiveram e por terem constituído momentos decisivos que determinaram os acontecimentos que se lhes seguiram. As batalhas enquadram-se entre o Período Clássico e 2ª Invasão do Iraque (Maratona - Grécia, em 490 a.C. e Objetivo *Peach* - Iraque, em 2003), sendo apresentadas por sequência cronológica.

Antes da descrição de cada batalha é feito um enquadramento histórico do respetivo período, apresentando os antecedentes do evento, bem como os aspetos sociais e económicos necessários a uma melhor compreensão do contexto da respetiva época. A narrativa dos eventos é rica em pormenores, sendo ainda incluído em cada capítulo um mapa com o posicionamento das forças em confronto e o esquema da sua manobra, que auxiliam a perceção da movimentação das tropas no terreno.

Da leitura do livro sobressai a ideia central que as guerras e as batalhas tiveram um impacto direto e massivo no curso da História, uma vez que o desfecho de alguns destes eventos condicionaram a forma como o Mundo evoluiu. Também salienta que as grandes vitórias registadas pela História resultaram muitas vezes de eventos fortuitos que, sendo acontecimentos imponderáveis, não decorreram do planeamento das batalhas. No entanto, a experiência e arte dos Comandantes para explorar as oportunidades criadas foi decisiva para o resultado atingido.

4. Resumo do texto

A **batalha de Maratona** teve lugar em 490 a.C. Neste confronto, o exército Ateniense de hoplitas derrotou o poderoso exército Persa na planície de Maratona, a Nordeste de Atenas. Após ter fechado a saída do local do desembarque Persa, defendendo no estrangulamento à saída da planície, que conduzia à estrada para Atenas, os gregos aguardaram que os persas reembarcassem para desferir um golpe decisivo, destruindo as forças de elite persas. Se o resultado da batalha tivesse sido outro, o resto da Grécia seria de seguida subjugado pelo império Persa, alterando o ambiente em que nasceram a cultura e os valores das sociedades ocidentais.

A **batalha de Gaugamela** ocorreu em 311 a.C., em plena expansão do império Macedónio. Apesar de uma esmagadora vantagem numérica, o exército Persa era menos experiente que

o exército Macedónio, força treinada, altamente disciplinada e sincronizada, que empregava o conceito de armas combinadas. Explorando as falhas na frente Persa, Alexandre conseguiu penetrar no dispositivo e colocou Dário em fuga, ao que se seguiu a destruição do exército Persa. Se Alexandre tivesse sido derrotado, a Grécia teria ficado à mercê de Dário, que teria procurado eliminar todos os vestígios da civilização Grega. O legado de Alexandre influenciou a cultura Romana que moldou a sociedade onde nasceu o Cristianismo.

Em 204 a.C., Cipião desembarcou a sua força no Norte de África. Tendo derrotado as forças cartaginesas que defendiam Cartago, impôs termos duros para um tratado de paz, obrigando Aníbal a regressar da Península Itálica, onde se encontrava com o seu exército veterano. Após a violação das tréguas por Cartago, em 202 a.C., romanos e cartagineses enfrentaram-se na **batalha de Zama**, onde Cipião esmaga o exército de Aníbal. Considerada como a guerra mais difícil na história de Roma, a 2ª Guerra Púnica terminou com a batalha de Zama, materializando a queda do maior rival de Roma e o início da expansão do Império Romano no Mediterrâneo.

Por altura do ano 6 d.C., com a maioria do território conquistado, o governador da Germânia, Públio Varo, começou o processo de integração da região no império. Em 9 d.C., na sequência de uma revolta, Varo marchou com três legiões para esmagar a rebelião, sendo flagelado e desgastado pelas forças germânicas na floresta de **Teutoburgo**, acabando por ser destruído. Este acontecimento marcou o fim da expansão do Império Romano. Se a Germânia tivesse sido conquistada, Roma poderia nunca ter tido de enfrentar as invasões de bárbaros germânicos, mantendo uma região tampão para lidar com a ameaça proveniente das estepes Asiáticas, o que poderia ter prolongado a hegemonia do Império Romano do Ocidente.

A **batalha de Adrianápolis**, em 378 d.C., assinalou o fim da supremacia Romana, na sequência do ataque do Imperador Romano do Oriente, Flávio Júlio Valente, à força Goda que havia atravessado o Danúbio. Com falta de provisões, água e após uma marcha de aproximadamente dez quilómetros em armadura completa, o exército Romano chegou ao encontro da força Goda exausto e desorganizado, sendo chacinado. A destruição do exército do Oriente representou a destruição das reservas militares romanas. Quando as hordas bárbaras se abateram sobre o Império Romano do Ocidente, no séc. V d.C., não houve reserva de tropas no Oriente que apoiassem Roma, o que levou à queda do Império do Ocidente.

Quando o imperador Bizantino Heráclio percebeu que os árabes representavam mais que uma ameaça local, ordenou o levantamento do exército imperial. A 15 de agosto de 636 dá-se a **batalha de Yarmuk**, na planície com o mesmo nome junto aos Montes Golan. O combate prolongou-se por vários dias, ao fim dos quais, vendo que o espírito ofensivo dos bizantinos estava quebrado, o comandante Árabe – Khalid organizou a sua força para um último assalto, saindo vitorioso. Ocorrida num momento particular, em que nem o império Bizantino nem o império Sassânida tinham capacidade para enfrentar a força Árabe, a vitória em Yarmuk originou a expansão do Islão.

A **batalha de Hastings**, ocorrida em 1066 no sudeste de Inglaterra, representou a última invasão bem-sucedida neste país, tendo resultado numa vitória do exército Normando de Guilherme sobre o exército Saxão de Haroldo. Apesar de ocupar uma posição vantajosa,

Haroldo falhou ao não ordenar um ataque geral pelas suas forças, aproveitando um momento em que estava a obter vantagem. Guilherme atuou decisivamente e, batendo o exército de Haroldo por partes, provocou quebras na formação das linhas saxãs. Após a vitória de Guilherme, Inglaterra adquiriu um dinamismo Normando. Foi a fusão das culturas Normanda e Anglo-saxã, ao longo dos séculos, que permitiu à Inglaterra atingir a sua grandeza, o que não teria acontecido se Guilherme não tivesse saído vencedor.

A 30 de maio de 1588, a **Invencível Armada** fez-se ao mar, encontrando a frota Inglesa na baía de Plymouth. Apesar de menos robustos, os navios ingleses eram mais modernos, velozes e tinham um maior poder de fogo. Esta batalha marcou o início do declínio de Espanha, tendo Inglaterra emergido como uma das maiores potências na Europa e a maior potência marítima. Se a Armada Invencível tivesse saído vitoriosa, Inglaterra teria caído sob o domínio Espanhol, nunca tendo surgido o Império Britânico, alterando a dinâmica de poderes e dando lugar a uma onda de fervor católico na Europa, que teria atrasado o Iluminismo. Consequentemente, nunca teria havido oportunidade para o desenvolvimento das bases que conduziram à Revolução Industrial.

No início do séc. XVII, Gustavo Adolfo da Suécia liderou uma revolução dos assuntos militares. A 26 de junho de 1630, o exército Sueco que desembarcou na Pomerânia era uma força militar treinada, eficaz e coesa. O exército do Sacro Império Romano e o exército Sueco confrontaram-se a 17 de setembro de 1631, em **Breitenfeld**. A tática do terço Espanhol do exército imperial foi esmagada pela flexibilidade, velocidade e poder de fogo do exército Sueco. A batalha apresentou um novo modelo de exército, que viria a ser copiado pelos maiores exércitos europeus. Se os Habsburgos tivessem vencido a batalha, o seu apoio à Igreja Católica Romana teria refreado a investigação científica, que encontrou assim abrigo nos territórios Protestantes no Norte da Europa.

O ano de 1759 foi considerado pelos britânicos como **Annus Mirabilis**, ano milagroso, devido ao sucesso obtido na Guerra dos Sete Anos contra os franceses. Neste ano destacam-se a batalha do Quebec e a batalha naval da baía de Quiberon. A batalha do Quebec traduziu-se na conquista daquela cidade. A batalha naval da baía de Quiberon resultou na destruição da capacidade naval Francesa pelo restante da Guerra. A vitória na Guerra dos Sete Anos iniciou um período de supremacia marítima Britânica que duraria mais de um século e meio. A posição de potência mundial dominante teve impacto na capacidade de alimentar a Revolução Industrial, no domínio Britânico da Índia e determinou que seria o inglês a tornar-se a língua dominante no mundo.

A 7 de Setembro de 1777 as tropas da milícia Norte-americana marcharam para Norte de Albany e construíram uma posição próximo de **Saratoga**. A 7 de outubro o exército Britânico, comandado pelo General Burgoyne, conduziu um reconhecimento em força. Atuando em terreno favorável às suas táticas, a milícia esmaga o exército britânico e obriga Burgoyne a render-se. A rendição britânica em Saratoga teve uma rápida repercussão no conflito, inviabilizando quaisquer possibilidades dos britânicos controlarem a rebelião. Os americanos ganharam o apoio formal da França, o que por seu lado levaria à situação de instabilidade política que culminou com o derrube da monarquia e subsequente guerra na Europa.

No período das guerras napoleónicas, a frota Francesa encontrava-se dispersa por vários portos, estando sujeita aos bloqueios britânicos. A 28 de setembro de 1805, Lord Nelson juntou-se ao bloqueio do porto de Cádis. A 19 de outubro a frota Franco-espanhola faz-se ao mar, sendo intercetada pela frota Britânica junto ao cabo Trafalgar. A intrépida manobra de Nelson, a sua ascendência sobre as tropas e a superioridade do poder de fogo britânicos obtiveram uma vitória que iria inviabilizar a intenção de Napoleão em invadir a Grã-Bretanha. Apesar do sucesso continental de Napoleão, a **batalha de Trafalgar** preservou a Grã-Bretanha como um país livre e independente, confirmando o seu estatuto de maior potência marítima.

Em janeiro de 1863, o General Grant assumiu o comando do exército do Tennessee. A cidade fortificada de **Vicksburg**, que permitia o controlo sobre o rio Mississípi encontrava-se na posse da Confederação. Após ter derrotado as unidades confederadas na região envolvente, Grant isolou a área e preparou-se para avançar sobre a cidade. Num combate de encontro, Grant derrotou as forças confederadas do General Pemberton, que não tiveram outra alternativa senão ficar confinadas a Vicksburg. O cerco prolongou-se até 4 de Julho, data da rendição de Pemberton. Apesar de não ter determinado o fim da Guerra Civil, Vicksburg conduziu ao colapso da Confederação no Oeste e aos posteriores eventos que levaram à vitória da União, do que resultou a formação dos EUA.

No início de setembro de 1914, os três exércitos que constituíam a ala direita Alemã aproximaram-se de Paris. Quando o 1º Exército tentou contornar Paris por Este, deu-se a **batalha do Marne**. Os franceses, possuindo uma força substancial em Paris e apoiados pela BEF[3], atacaram o flanco Alemão, criando uma brecha entre o 1º e o 2º Exército. A 7 de setembro, sem ligação e com os seus flancos ameaçados, os exércitos alemães retiraram, culminando a ofensiva Alemã para Oeste. O desfecho da batalha garantiu que os alemães não saíssem vencedores da 1ª Guerra Mundial.

A 1 de setembro de 1939 os exércitos da Alemanha Nazi invadiram a Polónia. A 17 de junho de 1940, Hitler obteve a capitulação da França, estendendo o seu controlo sobre grande parte da Europa. A **batalha de Inglaterra**, que decorreu entre julho e setembro de 1940, foi uma batalha aérea pela supremacia aérea sobre o Canal da Mancha, condição que os alemães necessitavam para procederem à travessia marítima e, posteriormente, à invasão terrestre da Grã-Bretanha. A vitória britânica assegurou a sua sobrevivência e levou os alemães reorientaram o seu esforço para a frente soviética, nunca mais recuperando a capacidade da Luftwaffe.

Em meados de 1942 o Estado-Maior Japonês preparava a conquista de **Midway** e a destruição da frota Norte-americana. Desconhecendo a localização da frota dos EUA, os japoneses foram surpreendidos enquanto executavam a ação sobre a ilha de Midway. Após um ataque aéreo sem sucesso, os bombardeiros de voo picado norte-americanos começaram a atingir os porta-aviões japoneses, com aviões abastecidos e municiados a descoberto, exponenciando os danos infligidos. Com parte da frota destruída, os japoneses retiraram. O resultado da batalha de Midway teve impacto não só no decurso da 2ª Guerra Mundial, mas

[3] British Expeditionary Force.

também na Guerra Fria que se seguiu, tendo impedido os soviéticos de controlarem território japonês.

Na primavera de 1943, a guerra na Rússia estava no seu segundo ano. A manobra Alemã para conquistar a região de **Kursk** consistiu num ataque em forma de tenaz, com o 9º Exército a Norte, o 4º Exército *Panzer* e o Destacamento de Exércitos *Kempf*[4] a Sul. Após vários dias de combate, o ataque a Norte foi repelido mas a investida a Sul esteve próxima de ter sucesso, tendo os soviéticos empenhado a sua reserva. A vitória soviética pôs fim à ofensiva alemã na frente Este, tendo o exército vermelho passado à ofensiva. Uma vitória alemã teria levado a uma paz frágil com os soviéticos, permitindo balancear as forças da frente Este para França, alterando drasticamente os acontecimentos que se seguiram, nomeadamente o desembarque na Normandia.

A operação *OVERLORD*, em 6 de junho de 1944, consistiu na invasão da **Normandia** pelas forças aliadas, com o desembarque de seis divisões e o lançamento de três divisões aerotransportadas no norte de França, o que permitiu aos aliados consolidar posição no continente Europeu. No final de agosto, a França e a Bélgica tinham sido libertadas. O sucesso do desembarque na Normandia foi decisivo para a derrota da Alemanha Nazi. Permitiu ainda estender a influência inglesa e norte-americana ao centro da Europa, garantindo que os países libertados por estas forças não ficassem sob controlo soviético.

Em novembro de 1953, os franceses iniciaram a projeção de tropas paraquedistas para o vale onde se situava a vila de **Dien Bien Phu**. Em março de 1954, a relação de forças presente era de 11.000 franceses contra 47.000 soldados do *Viet Minh* que tinha, literalmente, arrastado pela selva peças de artilharia e um elevado número de munições, que posicionou nas encostas envolventes da vila. Apesar da resistência oferecida pelos franceses, no início de maio o *Viet Minh* conquistou a posição, contabilizando-se pesadas baixas para ambas as partes. Dien Bien Phu marcou o surgimento de um novo tipo de conflito, que se projetaria para o séc. XXI – a subversão.

A 19 de março de 2003, a 3ª Divisão de Infantaria atravessou a fronteira entre o Iraque e o Kuwait. O **Objetivo Peach** consistia numa ponte sobre o rio Eufrates e o último obstáculo antes de Bagdade. O comandante do II Corpo da Guarda Republicana, Tenente-General Hamdani, colocou forças a guardar a ponte e mandou preparar a sua demolição. Do lado Norte-americano, o Batalhão Blindado 3-69 atravessou o rio e segurou a ponte, inativando as cargas e permitindo a passagem das restantes unidades. Entretanto, Sadam ordenou às suas unidades que orientassem o dispositivo para Norte de Bagdade. Apesar das tentativas de destruir a ponte e contrariar o avanço, a superioridade aérea dos EUA revelou-se fundamental ao destruir as unidades iraquianas referenciadas. Após a conquista do Objetivo *Peach*, pouca resistência mais foi encontrada, tendo o regime de Sadam colapsado.

[4] Unidade comandada pelo General Werner Kempf, constituída pelo 3ºCorpo *Panzer*, 11º Corpo de Exército e 42º Corpo de Exército.

5. Pontos fortes e fracos do argumento apresentado pelo autor

Numa apreciação inicial, o livro apresenta como ponto forte o currículo dos seus autores, que constituem personalidades de referência nos EUA na área, levantando as expectativas sobre o tema. O título da obra é sugestivo do seu conteúdo e o formato do livro é apelativo.

A qualidade editorial é elevada, correspondendo ao nível científico que se exige a uma obra que pretende ser uma referência na matéria. A narrativa baseia-se na descrição de factos históricos, após o que os autores fundamentam a sua tese, apresentando o "*so what*" que justifica a escolha daquele evento específico, com um argumento válido e percetível.

A descrição das batalhas é bastante detalhada, permitindo a compreensão tática e operacional dos acontecimentos, focando pormenores que podem ser considerados sem relevância para o tema, mas que acabam por colorir a narrativa. Ainda de salientar a acessibilidade da narrativa, que torna a leitura do livro interessante e motivante.

O tema apresentado não é novo, dado que o primeiro livro sobre este assunto[5] data de 1851. No entanto, vem acrescentar uma perspetiva diferente a um tema abordado por vários autores desde o final do séc. XIX até aos dias de hoje, tendo recebido críticas extremamente positivas por parte de várias personalidades de referência na área[6].

Tratando-se de factos históricos, será seguro defender que se o rumo dos acontecimentos tivesse sido outro, a nossa realidade presente poderia ser totalmente diferente. Face à dimensão dos eventos analisados, pode concluir-se que essas alterações seriam de facto profundas, o que nos conduz à tese inicial dos autores – as guerras e as batalhas tiveram um impacto direto e massivo no curso da História.

Como menos positivo, salienta-se a aparente parcialidade com que os eventos ligados à cultura Norte-americana são tratados, no que deixa transparecer a incapacidade dos autores se distanciarem dos acontecimentos descritos, deixando o típico sentimento nacionalista influenciar a narrativa.

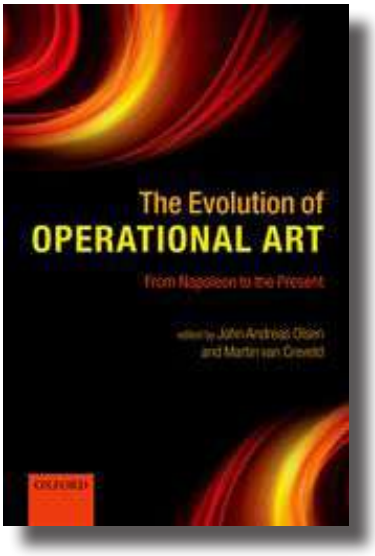
Referências Bibliográficas

Amazon.com Inc, 2014. *Amazon*. [Online] Acessível em: www.amazon.com [Acedido em março 2014].

Creasy, S. E. S., 1851. *The Fifteen Decisive Battles of the World: from Marathon to Waterloo*. Londres: s.n.

Lacey, J. & Murray, W., 2013. *Moment of battle - The Twenty Clashes that Changed the World*. Nova Iorque: Bantam Books.

[5] The Fifteen Decisive Battles of the World: from Marathon to Waterloo (Sir Edward Shepherd Creasy, Londres, 1851).
[6] (Amazon.com Inc, 2014).



The Evolution of Operational Art from Napoleon to the Present

Nuno Alexandre Larangeiro Neto
Major de Infantaria
Aluno do CEMC 2014-15
Instituto de Estudos Superiores Militares
Lisboa, Portugal
nunolaranjeironeto@gmail.com

1. Dados da bibliografia da obra

A obra em análise – *The Evolution of Operational Art: From Napoleon to the Present* – foi editada em 2011 por John Andreas Olsen e Martin van Creveld, encontrando-se organizada em sete capítulos. Os capítulos, da responsabilidade de diferentes autores, são orientados para a análise da arte operacional desenvolvida por um determinado país, enquanto potência militar, inserido num determinado momento da História, o que resulta uma perspetiva evolutiva do desenvolvimento do tema. A introdução e as conclusões são ambas da autoria dos editores e coordenadores da obra. Esta possui ainda um prólogo que introduz o tema em análise e um epílogo que aborda uma perspetiva futura.

A editora da obra, *Oxford University Press*, é uma editora pertencente à Universidade de Oxford, tendo sido fundada em 1478. É atualmente considerada a maior casa editorial universitária do mundo.

A obra foi publicada em Nova Iorque, nos Estados Unidos da América (EUA).

2. Dados dos autores

O Coronel, Professor Doutor, John Andreas Olsen é o Reitor da Universidade Norueguesa de Defesa e Chefe da Divisão de Estudos Estratégicos do Colégio de Defesa Norueguês sendo também professor de arte operacional. Como Oficial, frequentou o Colégio de Defesa Norueguês (2008) e o Colégio de Comando e Estado-Maior Alemão (2005). Das funções desempenhadas profissionalmente, destacam-se as de Oficial de Ligação Norueguês no Comando Operacional Alemão, em Potsdam, as de Adido Militar em Berlim e as de tutor e investigador na Academia da Força Aérea Norueguesa. O Coronel Olsen possui um doutoramento em História e Relações Internacionais, da Universidade de Montfort. Para além da presente obra em análise, é autor de outras, das quais se destacam: *Strategic Air*

Power in Desert Storm (2003) e *John Warden and the Renaissance in American Air Power* (2007). Escreveu ainda diversos editoriais relativos a assuntos e operações militares, salientando-se os artigos referentes ao poder aéreo. É também o editor das publicações *On New Wars* (2006) e de *A History of Air Warfare* (2010).

O Professor Martin van Creveld nasceu nos Países Baixos, mas cresceu e foi educado em Israel. Após ter obtido o grau de mestre na Universidade Hebreia tirou um doutoramento em História na Escola de Economia e Ciência Política de Londres. Desde 1971, tem permanecido no departamento de história da Universidade Hebreia, tendo-se reformado no início de 2008. O Professor van Creveld, especialista em história militar e estratégia, tem interesse especial nos estudos da guerra. Além da presente obra é ainda autor de outras, das quais se destacam *Supplying War* (1978), *Command in War (1985)*, *The Transformation of War* (1991), *The Rise and Decline of the State (1999)*, *The Changing Face of War: Lesson of Combat from the Marne to Iraq* (2006) e *The Culture of War* (2008). Do conjunto de todos os seus livros contam-se traduções em mais de vinte línguas, o que denota o especial interesse que os mais variados investigadores, interessados e estudiosos, por esse mundo fora, têm em relação ao trabalho por si desenvolvido.

Partiu de Olsen a iniciativa de contactar van Creveld para a edição desta obra. Com o patrocínio do Departamento de Estudos Militares do Colégio Nacional de Defesa Sueco, o projeto do qual resultou a presente obra iniciou-se no verão de 2008 com o objetivo de produzir uma antologia que focasse a essência e o desenvolvimento da arte operacional na sua vertente teórica e prática. Para além dos referidos editores, esta teve ainda o contributo de autores de superior referência nos estudos da "arte da guerra", pelo que consideramos pertinente efetuar uma breve referência a ilustres pensadores da polemologia.

O Professor Dennis Showalter é Doutorado pela Universidade do Minnesota e Professor de História na Universidade de Colorado. É também Professor Convidado na Academia Militar, Academia da Força Aérea e na Universidade dos *Marines Corps*, nos EUA.

O Doutor Jacob W. Kipp é Professor Adjunto de História Militar Russa na Universidade do Kansas, nos EUA.

O Professor Hew Strachan, é Professor de História da Guerra e Diretor do Programa *Changing Character of War*, na Universidade de Oxford, nos EUA.

O Doutor Antulio J. Echevarria II é Tenente-Coronel (Ref.) do Exército Norte-Americano, tendo-se formado na Academia Militar dos EUA. É Professor Associado e Diretor do Departamento de Investigação do Instituto de Estudos Estratégicos (SSI) no Colégio de Guerra do Exército Americano.

O Doutor Avi Kober é Doutorado pela Universidade Hebreia e é Leitor de Estudos Políticos na Universidade de Bar-Ilan. É também Investigador Associado no Centro Begin-Sadat para Estudos Estratégicos (BESA), em Israel.

O Doutor Andrew Scobell é especialista em Ciências Políticas na *RAND Corporation*, em Washington D.C., nos EUA.

O General Sir Rupert Smith, é General (Ref.) do Exército Britânico após quarenta anos de serviço, tendo desempenhado, entre outras, as funções de *Deputy Supreme Commander Allied Powers Europe*, entre 1998 e 2001.

3. A ideia que fica do texto

A obra transmite a ideia inicial que a arte operacional, apesar de ter vindo a ser objeto de estudo por inúmeros especialistas da "arte da guerra" foi, durante grande parte dos últimos dois séculos, simplesmente ignorada em detrimento de outros aspetos mais relacionados com a tática.

Os editores, introduzindo a obra, referem que, na sua opinião, a análise da arte operacional deveria ser baseada em estudos de caso, por país, começando inevitavelmente pela França, liderada por Napoleão Bonaparte. Os diversos capítulos descrevem assim, numa sequência temporal, como surgiram os conceitos que sustentaram a arte operacional, como estes foram colocados em prática ao longo de várias campanhas e como evoluíram ao longo do tempo. Na obra, a arte operacional é vista como uma combinação da aplicação dos seus conceitos teóricos com a intuição e genialidade dos líderes militares que a aplicam para assim atingir um determinado objetivo.

No epílogo é ainda feita uma antevisão de como a arte operacional poderá ser adaptada aos conflitos modernos caracterizados por operações de pequena-envergadura, de cariz assimétrico e irregular.

As conclusões reforçam a ideia que a arte operacional não emergiu de uma só vez, tendo sido desenvolvida de forma lenta, gradual e adaptando-se de acordo com as circunstâncias, e que no futuro continuará a ser essencial no planeamento e execução de todas as operações militares.

4. Resumo do texto

a. Capítulo 1 – "Napoleon and the Dawn of Operational Warfare"

Neste capítulo, van Creveld demonstra que o surgimento de campanhas, tornadas possíveis pela dimensão das formações militares, abriu o caminho para o surgimento do nível operacional da guerra e, consequentemente, da arte operacional. A complexidade das campanhas, especialmente aquelas que se caracterizaram por largas frentes e que cobriram longas distâncias, acentuou a necessidade de um controlo efetivo que, em contrapartida, conduziu a uma nova dimensão da guerra – a dimensão operacional. Os argumentos que enalteceram esta nova realidade são os que derivaram da revolução francesa e do génio militar, ainda hoje referência para muitos pensadores – Napoleão Bonaparte.

O autor sugere que a arte operacional surge na França de Napoleão Bonaparte como uma revolução dos assuntos militares, tendo esta sido possível à altura pela combinação de fatores como a criação do Corpo de Exército, onde se inclui o Estado-Maior, e a relevância dada ao papel do Planeamento e das Informações que, conjugados com a liderança de Napoleão, conduziram a um resultado que representou um incremento na velocidade, extensão, alcance e flexibilidade das operações militares.

b. Capítulo 2 – "Prussian-German Operational Art, 1740-1943"

Neste capítulo Showalter foca-se no surgimento e na queda da arte operacional no contexto Prussiano-Alemão. A Segunda Revolução Industrial, e o ressurgimento do império

Francês, redefiniram as ambições da Prússia, tendo sido solicitado a Helmuth von Moltke que criasse um exército sustentável. A forma como este perseguia a obtenção de uma vitória rápida e decisiva, passando posteriormente à ofensiva, significou que von Moltke elevou as considerações táticas e logísticas ao que agora se designa de arte operacional.

Não obstante as operações conduzidas na Frente Este da Primeira Guerra Mundial por Erich von Ludendorff, foram necessários mais de setenta anos para que os Alemães conseguissem novamente obter toda a vantagem do emprego da arte operacional com a *Blitzkrieg*. A invasão Alemã da Polónia, da França, da Noruega, da Dinamarca e dos Países Baixos, em 1939 e 1940, refletiram a arte operacional alemã no seu apogeu, através de uma execução incrementada pelo apoio aéreo às forças terrestres. Segundo o autor, o reduzido efetivo que caracteriza atualmente as forças armadas Alemãs deixam pouca oportunidade para que estas possam praticar novamente a arte operacional tradicional Prussiana de von Moltke.

c. Capítulo 3 – "The Tsarist and Soviet Operational Art, 1853-1991"

Neste capítulo, Kipp analisa a evolução da arte operacional Russa. O capítulo inicia-se com a análise das ideias desenvolvidas por académicos tais como Aleksander Svechin e Mikhail Tukhachevsky, o primeiro enfatizando a atrição para a destruição do exército inimigo e o segundo focando-se nas operações em profundidade.

Com o quadro teórico definido, o autor examina a arte operacional em várias campanhas e batalhas durante a Segunda Guerra Mundial, concluindo que a arte operacional foi aplicada por diversas vezes pela Rússia durante a Segunda Guerra Mundial mas, e tal como aconteceu com a Alemanha no pós-guerra, esta tornou-se uma forma de arte perdida no seio das suas forças armadas pois, desde então, esta não se voltou a envolver em operações de larga-escala contra um exército regular.

d. Capítulo 4 – "Operational Art and Britain, 1909-2009"

Neste capítulo, Strachan examina as origens, desenvolvimentos e implicações da arte operacional nas forças armadas Britânicas. Durante o século XIX, a maioria dos oficiais Britânicos utilizaram a palavra *operations*, tal como fez Clausewitz, para descrever as atividades militares em geral. Alguns, contudo, seguiram o defendido por Jomini, que iniciou o desenvolvimento de vocabulário específico para descrever as ligações entre a estratégia e a tática. Fuller, que introduziu o tema "grande estratégia", abriu o caminho ao reconhecimento das "operações" como um nível da guerra independente. No entanto, a estagnação no desenvolvimento da doutrina Britânica levou a que a arte operacional tivesse sido conduzida pela tática em detrimento da estratégia. Este facto, de acordo com o Strachan, foi o fator-chave para o fraco desempenho ao nível operacional demonstrado pelo Exército Britânico durante a Segunda Guerra Mundial.

O autor termina a sua análise reconhecendo o ressurgimento da arte operacional Britânica nas últimas décadas do século XX, devido sobretudo à necessidade sentida em compensar a inferioridade numérica existente durante a Guerra Fria. O autor releva ainda o facto de

este ressurgimento ter sido sempre acompanhado pelo desenvolvimento de doutrina, fator considerado por este como preponderante.

e. Capítulo 5 – "American Operational Art, 1917-2008"

Neste capítulo, Echevarria caracteriza a arte operacional Norte-Americana partindo por aquilo que este designa de aperfeiçoamento da *first grammar*, ou seja, os princípios e procedimentos relacionados com a derrota de uma força militar oponente. Contudo, os EUA lutam ainda por aquilo que Echevarria designa por *second grammar*, ou seja, a forma como lidar com movimentos insurrecionários. Na sua opinião, devido à preocupação única dos EUA em destruírem as forças militares inimigas levou a que se adota-se uma visão da guerra centrada em batalhas (*battle-centric warfare*). Segundo Echevarria, a arte operacional Norte-Americana, no decorrer do último século, tem-se concentrado naquele que considerou ser o seu principal objetivo: fazer a paz como resultado de vitórias em pequenas batalhas e não necessariamente como resultado da vitória no conflito. Pela análise da doutrina dos EUA, bem como de operações desenvolvidas pelos Norte-Americanos desde a Primeira Guerra Mundial até à atualidade, Echevarria demonstra que as Forças Armadas Norte-Americanas partilham desta visão. Durante a era da Guerra Fria, na eminência da arte operacional Norte-Americana perder a sua relevância, esta acabou por florescer com o surgimento do conceito de Batalha Aeroterrestre. Este conceito foi inclusivamente executado com sucesso (mesmo que contra um oponente provado como sendo inferior ao esperado) na Guerra do Golfo em 1991.

O autor encerra o seu capítulo relevando a excelência da aplicação da arte operacional pelas Forças Armadas Norte-Americanas durante os conflitos do Afeganistão em 2001 e do Iraque em 2003. Segundo este, estas campanhas foram inicialmente baseadas na compreensão da designada *first gramar*, transitando posteriormente para a aplicação da designada *second grammar*, o que exigiu o conhecimento de como desenhar, planear e conduzir operações de contrassubversão.

f. Capítulo 6 – "The Rise and Fall of Israeli Operational Art, 1948-2008"

No complemento da perspetiva Euro-Atlântica, Kober examina neste capítulo a ascensão e queda da arte operacional das forças de defesa de Israel. O autor argumenta que, até aos inícios dos anos 1970, o domínio dos conflitos de alta intensidade, caracterizados pela guerra da manobra, permitiu o desenvolvimento da arte operacional Israelita. Aplicando uma forma desenvolvida internamente de "guerra relâmpago", a arte operacional Israelita atingiu o seu ponto alto em 1956 e 1957.

No entanto, segundo Kober, o facto de Israel desde 1980 apenas se ter envolvido em conflitos de baixa-intensidade fez com que a importância do nível operacional da guerra tivesse vindo a diminuir, decorrendo tais confrontos nos extremos dos níveis da guerra – tático ou estratégico. Concomitantemente, a experiência em conflitos de alta intensidade, que tradicionalmente são a principal fonte de inspiração dos militares Israelitas e a razão do desenvolvimento da sua arte operacional, praticamente desapareceu entre as lideranças

militares. Em termos de treino de liderança, as forças de defesa de Israel focaram-se mais em garantir que os seus Comandantes possuíssem ferramentas de gestão do que de comando. O treino profissional inadequado que Israel proporciona aos seus Comandantes militares – pelas razões explicadas por Kober – impossibilita que estes se tornem familiares com as melhores teorias militares, clássicas e modernas, no geral, e com a arte operacional em particular.

O autor conclui que o regresso de Israel aos mais elevados patamares da arte operacional irá depender do regresso às origens do pensamento militar e ao entendimento que as lideranças militares deverão possuir do elevado valor do treino e da educação militar.

Neste capítulo, Scobell examina a forma de guerra Chinesa, focando a sua atenção na ascensão do movimento Comunista, nos anos 1920, e na fundação da República Popular da China, em 1949. Da análise da experiência Chinesa em guerras convencionais e de guerrilha, Scobell caracteriza a arte operacional Chinesa como uma combinação de elementos ortodoxos e não ortodoxos, uma mistura de fatores humanos e tecnológicos, a combinação de prioridades ofensivas e defensivas, bem como de elementos da guerra móvel e estática.

Do ponto de vista do autor, a arte operacional Chinesa reflete as características do *yin* e *yan*, relembrando aquilo que este considera ser o pensamento Ocidental. A grande diferença encontrada na arte operacional Chinesa é que, enquanto o pensamento Europeu e Norte-Americano se tem vindo a caracterizar por altos e baixos, o pensamento Chinês tem vindo a ser relativamente consistente na manutenção dos fundamentos da arte operacional, tanto na teoria como na prática.

g. Conclusão

Na conclusão os editores da obra referem que diferentes autores partilham alguns aspetos na sua visão da arte operacional: na procura de vitórias, a arte operacional utiliza a tática como o meio pelo qual se atinge um determinado fim definido pela estratégia.

Para os editores, apesar da arte operacional ser mais percetível em operações de larga escala, o facto de estas serem cada vez menos frequentes, em detrimento de outras mais pequenas, muitas vezes irregulares na sua natureza, levou a que se questionasse a relevância futura da arte operacional. Na opinião destes, a arte operacional continuará a ser um importante elemento no processo de planeamento e condução de campanhas militares.

h. Epílogo

No epílogo, Smith faz referência à mudança de uma denominada guerra de índole industrial para uma guerra travada entre a população, enfatizando que esta mudança de paradigma tem fortes implicações na forma como os Comandantes militares aplicarão os conceitos de arte operacional. Segundo este, no futuro, a arte operacional poderá definir-se como a forma como o Comandante conduz o comando de todas as forças, agências e recursos de forma orquestrada e por si delineada para assim atingir um objetivo estratégico.

5. Pontos fortes e fracos do argumento apresentado pelos autores

A obra analisada não é mais que um conjunto de ensaios literários subordinados ao tema da arte operacional e que surgiram como resultado de uma conferência académica organizada pelo Colégio de Defesa Nacional Sueco. Tal facto, logo à partida, tornaria difícil a edição de qualquer obra, dada a difusa apresentação de ideias e conceitos que normalmente resultam deste tipo de conferências. Contudo, e contrariando este facto, poder-se-á afirmar que um dos pontos fortes desta obra é a excelência da organização feita pelos editores e a pertinência, objetividade e assertividade apresentadas pelos autores responsáveis pelos diferentes capítulos que a compõem. Dado que a análise da arte operacional é efetuada em diferentes perspetivas é possível, através da leitura da obra, efetuar uma comparação na forma como estes interpretam e avaliam a arte operacional, permitindo ao leitor um aprofundar de conhecimentos sobre o tema.

Outro ponto forte é a simplicidade evidenciada no conceito de construção da obra. Os editores, após a escolha dos estudos de caso, selecionaram os autores concedendo-lhes total liberdade de pensamento. Cada capítulo traduz assim a opinião do respetivo autor, que se poderá caracterizar como instrutiva e provocadora, dadas as conclusões que cada um obtém da sua análise. De leitura muito fácil, a obra procura ser uma antologia focada na essência no desenvolvimento da arte operacional, com especial atenção para o aspeto teórico e respetiva aplicação prática.

Outro ponto forte é o facto de a obra apresentar, no percurso da sua leitura, uma perspetiva evolutiva da arte operacional, facilitadora para a sua compreensão, desde as suas origens até à atualidade, de forma bastante abrangente muito devido aos diferentes contributos dos pensadores nesta área do conhecimento.

O ponto mais forte desta obra deriva sobretudo da análise teórica efetuada pelos diferentes autores, de forma excelente sublinhe-se, com a análise histórica da operacionalização da teoria, permitindo desta forma a identificação, compreensão e melhoria dos métodos existentes de aplicação da guerra ao nível operacional. A obra consegue contextualizar de uma forma bastante objetiva a temática da arte operacional através da busca das suas origens e o desenvolvimento que teve em vários países, em diferentes épocas da história. Comparando-a com outras obras de referência tal como a de Shimon Naveh, *In Pursuit of Military Excellence: The Evolution of Operational Theory*, verifica-se que Naveh, ao abordar igualmente uma perspetiva evolutiva da arte operacional através de uma interpretação científica, não consegue apresentar uma demonstração lógica de alguns dos seus argumentos.

Um dos pontos fracos identificados deriva da obra ser relativamente curta (257 páginas, onde se incluem todas as referências bibliográficas dos diferentes autores), levantando de imediato como hipótese a falta de alguma profundidade de análise em cada caso de estudo. Quando se compara novamente esta obra com outras sobre o surgimento da arte operacional verificamos que estas analisam a arte operacional aplicada somente a um período específico da história. Tomando como exemplo a obra de Claus von Telp, *The Evolution of Operational Art, 1740-1813: From Frederick the Great to Napoleon*, baseada na dissertação apresentada por si no *King's College,* em Londres, esta apresenta uma visão idêntica, apesar de mais

desenvolvida, sobre a importância que as campanhas militares da Prússia e da França desempenharam no desenvolvimento da arte operacional.

O ponto mais fraco da obra assenta no facto desta não permitir estabelecer um fio condutor ao longo da sua leitura que possibilite a identificação de um modelo de análise. De facto, todos os autores utilizam o seu próprio modelo, fruto do seu percurso académico e profissional, aplicado ao caso de estudo que abordam, e que dele são considerados especialistas. Apesar de, na conclusão, Olsen e van Creveld fazerem referência a alguns pontos de ligação entre as diversas abordagens feitas, denota-se que esta reflete mais as suas opiniões pessoais, alicerçadas por aspetos apresentados pelos autores dos diferentes capítulos, do que propriamente a assunção de um modelo de análise comum a todos os estudos de caso. Tal assunção tornaria a obra ainda mais interessante pelo facto deste possível modelo de análise poder ser aplicado a outros países ou exércitos.

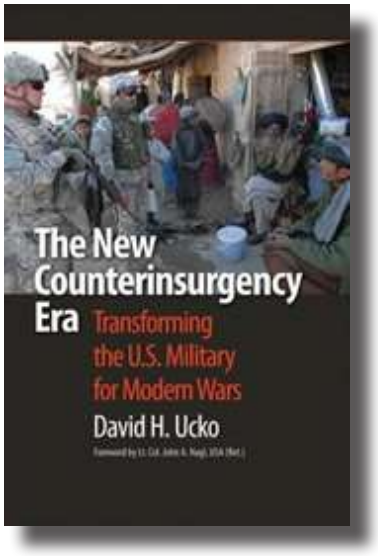
Concordando com Olsen, esta obra é direcionada primariamente para especialistas em assuntos militares – militares profissionais, professores militares e estudantes militares pós-graduados. Assim, a leitura desta obra é, por nós, vivamente recomendada em contexto académico, pois representa uma excelente, e abrangente, primeira abordagem ao estudo da arte operacional.

Referências Bibliográficas

Naveh, S., 1997. *In Pursuit of Military Excellence: The Evolution of Operational Theory*. Telavive: Frank Cass Publishers.

Olsen, J.A., et al., 2011. *The Evolution of Operational Art: From Napoleon to the present*. Nova Iorque: Oxford University Press.

Telp, C., 2005. *The Evolution of Operational Art, 1740-1813: From Frederick the Great to Napoleon*. Londres e Nova Iorque: Frank Cass Publishers.



The new counterinsurgency Era: Transforming the U.S. Military for Modern Wars

Pedro Miguel Ferreira Cavaleiro
Major de Infantaria
Aluno do CEMC 2014-15
Instituto de Estudos Superiores Militares
Lisboa, Portugal
cavaleiro.pmf@iesm.pt

1. Dados da bibliografia da obra

Autor: David H. Ucko.

Ano da publicação: 2009 (1ª Edição).

Título: *The New Counterinsurcency Era: Transforming the U.S. Military for Modern Wars*.

Estrutura: O livro encontra-se organizado em nove capítulos: 1. *Framing the Reorientation*; 2. *A Troubled History*; 3. *Revisiting Counterinsurgency*; 4. *Innovation Under Fire*; 5. *Counterinsurgency and the QDR*; 6. *FM 3-24 and Operation Fardh Al-Qanoon*; 7. *The Ambivalence of the "Surge"*; 8. *Innovation or Inertia*; 9. *Conclusions*.

Local de publicação: *Washington D.C.*, Estados Unidos da América.

Editora: *Georgetown University Press*.

N.º de Páginas: 258.

Palavras-Chave/Key Words: *United States Military; Counterinsurgency; Modern Wars; Stability Operations; Military Policy*.

2. Dados biográficos do autor

David H. Ucko é professor associado no *College of International Security Affairs da National Defense University* em *Washington D.C.* onde leciona várias disciplinas no âmbito da contrassubversão[1] (COIN), do contraterrorismo, da transição entre a guerra e a paz, da guerra civil e da inovação militar. É professor associado, não residente, no *Department of War Studies do King's College London*. Além da obra em análise, é autor da obra "*Counterinsurgency in Crisis: Britain and the Challenges of Modern Warfare*" (Columbia University Press, 2013) e coautor de "*Reintegrating Armed Groups After Conflict*" (Routledge, 2009) (Ucko, 2014).

[1] Nesta recensão irá ser utilizada a abreviatura COIN, em uso nas Forças Armadas dos EUA.

É licenciado em Relações Internacionais pelo *London School of Economics & Political Science e Mestre em War Studies* pelo *King's College London*. Obteve o seu doutoramento no *Department of War Studies do King's College London* com uma tese que analisa a adaptação institucional das Forças Armadas (FA) dos Estados Unidos da América (EUA) em relação às Operações de Estabilização[2] e da COIN no período entre 2001 e 2007 (Ucko, 2014).

3. A ideia que fica da obra

Este livro pretende fazer uma avaliação dos esforços de transição para um novo ambiente operacional, por parte do Departamento de Defesa (DoD) dos EUA, nos primeiros anos da guerra contra o terror, focando a sua análise em três questões fundamentais: Quais os passos que as FA dos EUA deram para aumentar a sua capacidade de conduzir Operações de Estabilização e de COIN? Estes passos foram eficazes no sentido de uma aprendizagem institucional? Como é que a análise de um caso com um determinado nível de sucesso pode inferir sobre o processo global de aprendizagem?

O autor analisa as adaptações institucionais aos mais altos patamares de decisão militar e política, no DoD dos EUA, numa nova era de fenómenos irregulares e de que forma estas instituições incorporaram a aprendizagem dos sucessos e fracassos da COIN, sobretudo depois da Guerra do Vietname, passando pelas experiências mais recentes na Somália, no Haiti, e focando a sua análise na primeira década após o 11 de setembro e nos conflitos em curso no Afeganistão e Iraque.

O argumento central do autor é que esta adaptação foi feita de forma lenta, nem sempre eficaz, e foi edificada num ambiente de guerra convencional/alta intensidade existente no Pentágono, no período pós-11 de setembro. A solução de empregar uma abordagem indireta, através do emprego de Forças de Operações Especiais (FOEsp), tinha sido eficaz a derrubar o governo Talibã e seria a solução para todas as situações. Assim, a estratégia passaria por preparar a maioria das FA para uma guerra contra outro estado, enquanto as FOEsp se encarregariam dos problemas irregulares que surgissem. Apenas com o degradar da situação no Afeganistão e no Iraque é que o Pentágono foi mudando gradualmente a sua abordagem estratégica, até que em 2006 foi aprovada a nova doutrina de COIN, que teve possibilidade de aplicação prática no Iraque, logo em 2007 com a Operação *Fardh Al-Quanoon*.

Assim, no final da obra fica-se com a ideia de que a avaliação do impacto da institucionalização da aprendizagem de COIN nos conflitos então em curso (Afeganistão e Iraque) pode parecer positiva, sobretudo no Iraque, após a aprovação da nova doutrina de COIN e da denominada *Surge*[3], mas faltam evidências de que a estratégia global terá impacto duradouro.

---

[2] "Operações de Estabilização é uma designação abrangente que engloba o conjunto de missões, tarefas e atividades militares, conduzidas fora do território nacional em coordenação com outros instrumentos nacionais do poder ou integrando forças combinadas no âmbito dos compromissos internacionais assumidos por Portugal. " (Exército Português, 2012, p. 8_1).

[3] Designação corrente nos EUA para a aprovação do aumento de militares destacados para a *Operation Iraqi Freedom*, ocorrida em 2007, em especial para as províncias de Bagdade e Anbar.

4. Resumo do texto

O primeiro capítulo, "Framing the Reorientation", marca a concetualização teórica do problema. O aspeto mais importante deste capítulo é a apresentação do modelo de análise da aprendizagem nas grandes instituições. Partindo de um conjunto de três modelos de análise de organizações de grandes dimensões – como ator racional, como conjunto ou como combinação de jogadores – o autor carateriza os drivers para que ocorra uma mudança nas instituições de natureza militar: a pressão ou direção civil, a competição entre ramos por recursos limitados, a competição entre diferentes elementos do mesmo ramo, mudanças de cultura trazidas por novas lideranças e choques externos causados por outros autores. No caso da COIN, a aprendizagem tem sido feita sempre numa perspetiva bottom-up, por incapacidade das FA dos EUA aprenderem com as experiências anteriores, dando lugar a muita adaptação por parte dos líderes táticos para fazerem face às dificuldades e desafios sentidos no terreno e decorrentes das novas caraterísticas do ambiente operacional.

Assim, este capítulo estabelece um quadro teórico para responder às questões sobre COIN: O que devemos aprender? Porque devemos aprender? Quem deverá aprender? Estaremos a aprender?

No capítulo 2, "A Troubled History", o autor analisa a designada "Síndrome de COIN" e os dois períodos em que as FA passaram por um processo de aprendizagem: os processos de contraguerrilha dos anos 60 e os conflitos de baixa intensidade nos anos 90. Segundo o autor, estes dois processos mostram a forma como as FA podem divergir ou mesmo subverter um processo de aprendizagem necessário ao seu sucesso, criando uma organização para um tipo de conflito, enquanto combatem outro tipo.

Ao prepararem as FA para um conflito de natureza convencional, os decisores do DoD criaram uma distorção entre o discurso e a realidade, entre a teoria e a prática, criando assim esta "Síndrome de COIN". O autor descreve-a como uma condição cíclica decorrente da falha sistemática em cumprir um processo de aprendizagem coerente e baseado em três aspetos: antecipação, adaptação e aprendizagem.

O autor conclui que três razões impediram que ocorresse uma aprendizagem da COIN. Primeiro a falta de clareza concetual e a necessidade de separar a COIN da contraguerrilha. Segundo, a existência de preconceitos que levaram a que as FA fossem incapazes de sair do seu modo convencional. Por último, a cultura militar, que dá ênfase aos aspetos mais convencionais da guerra, tentando desta forma afastar-se da natureza dos conflitos que levaram ao seu fracasso, sobretudo no Vietname.

O terceiro capítulo, "Revisiting COIN", analisa a primeira fase da reorientação das FA dos EUA para as Operações de Estabilização. Esta reorientação ocorreu num período de relativo desinteresse ou mesmo aversão em relação a este tipo de operações. Neste capítulo o autor analisa a forma como a categorização inicial destas operações em *Military Operations Other Than War* (MOOTW) condicionou a forma como as FA encararam este fenómeno. Estas operações de "não guerra" apareceram como o extremo oposto das operações de combate e, por conseguinte, eram subalternizadas e consideradas como um tipo de operação que podia ser cumprida com uma força preparada para operações de combate de grande envergadura.

Ao analisar este aspeto esquizofrénico da política de defesa dos EUA o autor concluiu que, para os decisores mais ligados ao lado mais convencional da guerra, esta tipologia de operações (MOOTW) parecia prejudicar a capacidade operacional das FA dos EUA e que a transformação tecnológica e informacional seria a solução para qualquer tipologia de operações, lavando ao fim anunciado das MOOTW.

Um ano após o início da Operation Iraqi Freedom o DoD começou a sentir que a instabilidade no Iraque seria um sério desafio à instalação de um novo governo saído da guerra. Em 2004, o DoD passou de um silêncio sobre a COIN e as Operações de Estabilização para um frenesim institucional sobre a necessidade de capacitar as FA para combater estas novas guerras.

No quarto capítulo,"Innovation Under Fire", o autor analisa o exponencial aumento de doutrina, documentos concetuais e oficiais sobre COIN e sobre Operações de Estabilização, refletindo os ensinamentos e as experiências de combate nestes ambientes trazidos para os EUA do Iraque e do Afeganistão. Nas FA, o acontecimento marcante foi a aprovação do Field Manual Interim 3-24 Counterinsurgency que procurava romper com a mentalidade e a ortodoxia dos militares em adaptar a sua organização ao novo ambiente operacional, onde a capacidade convencional não significava, necessariamente, um maior potencial relativo.

O quinto capítulo, "Counterinsurgency and the QDR", analisa a revisão do Quadrennial Defense Review (QDR), no ano de 2006, e o impacto que esta revisão teve na preparação do aparelho militar dos EUA para os desafios da COIN. Segundo o autor, este documento de orientação estratégica desapontou aqueles que esperavam do DoD uma mudança radical na orientação sobre a elevação da COIN e das Operações de Estabilização ao patamar de importância da restante tipologia de operações. Em 2006 o investimento passou a ser focado nas FOEsp, numa tentativa de resolver os problemas decorrentes dos processos subversivos através de uma abordagem indireta. Assim, o autor conclui que a situação no Iraque, para esta QDR, não foi um motivo para uma rotura com o passado.

Depois da QDR de 2006 e do desapontamento dos partidários da COIN sobre os resultados deste documento enquadrante da estratégia militar, o General David H. Petraeus, ainda em 2006, na altura comandante do Combined Arms Center em Fort Leavenworth, juntou um conjunto de militares com experiência de combate no Iraque e elaboraram o Field Manual 3-24 Counterinsurgency, que seria considerando estruturante para a rotura de aprendizagem das FA da COIN. Já com o General Petraeus a comandar a *Multi-National Force - Iraq*, foi lançada a Operação Fardh Al-Quanoon, que ocorre em Fevereiro de 2007, com as forças militares a conduzirem a primeira operação de grande envergadura de COIN, envolvendo forças militares dos EUA, pelo controlo da população. O sexto capítulo, "FM 3-24 and The Operation Fardh Al-Qanoon", analisa de que forma esta operação e a aprovação de nova doutrina no Exército americano, bem como a influência de lideranças, pode ter marcado, decisivamente, esta nova era da COIN.

O capítulo sete, "The Ambivalence of "The Surge"", analisa de que forma a Operação Fardh Al-Quanoon e o aumento significativo do número de militares no Iraque, marcaram uma viragem no processo de aprendizagem da COIN, representado o ambiente perfeito para

a diminuição do diferencial entre a teoria e a prática, contribuindo assim para o princípio do fim da "Síndrome da COIN", com o conflito do Iraque a ser considerado um campo de aplicação sem precedentes.

No oitavo capítulo, "Innovation or Inertia", é analisada a forma como as operações no Iraque condicionaram ou deram continuidade à restruturação da aprendizagem da COIN nas FA em curso à altura da designada Surge. O autor argumenta que a política de defesa dos EUA, apesar do aparente sucesso da missão no Iraque, manteve-se amarrada à tipologia de conflito entre forças convencionais. Apesar das inovações introduzidas na organização, fruto da modularização do Exército e dos Marines e do aumento dos efetivos, as orientações estratégicas e os programas de reequipamento mantiveram um pendor convencional, relegando sempre para segundo plano as Operações de Estabilização e a COIN.

O autor conclui, no último capítulo, "Conclusions: Kicking the Counterinsurgency Syndrome?", que apesar do início atribulado e da sua marginalização, a aprendizagem de COIN nas FA dos EUA tem sido significativa. As alterações surgidas a partir de 2003 apresentam-se difusas. Se por um lado há um grupo no DoD com uma enorme motivação para a aprendizagem desta nova realidade, integrando-a rapidamente na Doutrina, Educação e Treino das FA, por outro a macroestrutura das FA continua desenhada para operações de combate de grande envergadura, desenvolvendo capacidades para empregar forças em cenários de Guerra Irregular através de uma abordagem indireta. Apesar de tudo, o autor conclui que ainda é cedo para perceber se as mudanças ocorridas desde 2003 e os resultados das campanhas atuais no Iraque (e também no Afeganistão) poderão marcar decisivamente o desfecho desta transformação.

5. Pontos fortes e fracos do argumento apresentado pelo autor

Este livro é um ensaio muito interessante e muito bem escrito, sobre um tema de elevada relevância e com uma estrutura bem conseguida, tornando-o consequente e com uma ligação coerente entre os capítulos e as conclusões do livro. Analisa a relação entre as decisões tomadas ao nível estratégico-militar e as consequências na Doutrina, Educação e Treino das FA, no caso em análise, dos EUA, mas o modelo de análise pode aplicar-se a outros países. É um trabalho com um pendor académico muito vincado mas de grande qualidade, apesar de ficarmos com a ideia de que se trata de uma abordagem excessivamente teórica a um problema que tem reflexos iminentemente práticos.

Após a leitura dos primeiros capítulos ficamos com a ideia que o autor apresentará uma abordagem à transformação das FA dos EUA para combater nos conflitos decorrentes das novas ameaças e que esta abordagem poderia servir de modelo para outras FA. À medida que continuamos a leitura, descobrimos que o autor não avança muito mais na concetualização de como seria uma transformação eficaz para a COIN nem apresenta instrumentos de medida de eficácia para as mudanças incorporadas no período em análise, apresentando apenas as três áreas onde uma transformação deve incidir: Doutrina, Educação e Treino.

O estudo de caso apresentado peca por não incluir uma análise mais global de todas as forças envolvidas no sucesso da campanha de COIN iniciada em 2007 com a Operação

Fardh Al-Quanoon. Apesar da estratégia global de COIN implicar um reforço do número de militares destacados para o teatro de operações, a fim de serem atingidos rácios de força por população mais próximos dos defendidos para a COIN (20 a 25 militares/1000 habitantes), este esforço já tinha sido iniciado por outros comandos envolvidos no conflito, em especial ao nível das FOEsp atribuídas ao *Joint Special Operations Command* (JSOC), à altura comandado pelo General Stanley McChrystal. Apesar do sucesso em ambientes de COIN depender, sobretudo, do emprego de forças terrestres, este foi coordenado com as FOEsp a operar no Iraque, procurando integrar a ação dos dois comandos, produzindo resultados mais eficazes no terreno[4]. A análise deste esforço conjunto traria uma maior abrangência à investigação.

Podemos também identificar que a aprendizagem institucional analisada nesta obra e consubstanciada na análise do estudo de caso do Iraque, pode pecar por restrita a um determinado ambiente operacional e a um caso de relativo sucesso, podendo ter condicionado o autor e afastado uma análise mais alargada dos resultados desta investigação. Parece que a análise de outro caso, como o Afeganistão, poderia ter trazido outros resultados ao estudo.

A maioria dos estudos efetuados sobre COIN opta por uma análise de conflitos já passados e concluir sobre o que devem as FA alterar para obter sucesso em conflitos da mesma natureza. Esta investigação optou por analisar um estudo de caso de um conflito na altura em curso, retirando conclusões sobre as consequências para as FA ainda nele envolvidas, sem antever o nível de sucesso final da campanha. Não deixa de ser um ato académico corajoso mas ao mesmo tempo muito arriscado.

Podemos também referir que os instrumentos de medida da forma como as FA incorporaram a aprendizagem dos processo de COIN se mostraram escassos, impedindo o autor de concluir claramente sobre o sucesso desse processo de aprendizagem, levando a conclusões ambivalentes ou mesmo a afirmações de que se trata de um processo em curso com conclusões indefinidas.

Por último, parece haver na investigação a falta de evidências de trabalho de campo que possam consubstanciar uma análise empírica que fortaleça o argumento, havendo apenas um conjunto de entrevistas a alguns oficiais que conseguiram adaptar-se, com sucesso, ao novo ambiente operacional, sobretudo no Iraque. Este facto pode ter levado o autor a conclusões desajustadas da realidade no terreno.

Sobressai desta obra, como aspeto positivo, o contributo para a concetualização de um modelo de análise da aprendizagem institucional baseado nos cinco *drivers* de mudança em contexto militar e nos pré-requisitos para os mesmos. Este modelo permite ao leitor um racional de análise para mudanças ocorridas em contexto militar.

Outra conclusão importante é a identificação de uma espécie de esquizofrenia institucional, com alguns sintomas claros de incoerência, tais como levantar capacidades para combater em operações de combate de grande envergadura enquanto a maioria dessas FA são empregues em Operações de Estabilização. Este aspeto da investigação pode enquadrar outros casos em circunstâncias idênticas.

[4] Para uma análise mais pormenorizada do impacto das FOEsp na Surge ver (McChrystal, 2013, pp. 254-72).

Esta obra, inclusive o seu título, segue na linha de outras obras[5] que abordam a forma como as FA dos EUA se adaptaram aos fenómenos irregulares e consolidaram a aprendizagem institucional destes fenómenos.

A principal semelhança, inclusive na adaptação do próprio titulo, é com a obra "*The Counterinsurgency Era: U.S. Doctrine and Performance, 1950 to the Present*" de Douglas S. Blaufarb (1977), no qual o autor analisa a resposta das FA dos EUA aos fenómenos irregulares no período entre a Guerra da Coreia (1950) e o início da administração Carter (1977). Esta análise está muito centrada na resposta militar aos conflitos na região da Ásia, em especial no emprego de FOEsp como resposta a desafios irregulares emergentes.

Outra obra marcante para o autor é "*Learning from Conflict: The U.S. Military in Vietnam, El Salvador, and the Drug War*" (1998) onde o autor Richard D. Downie questiona a recorrente dificuldade dos países em aprenderem com as suas experiências de conflito, sobretudo os de natureza irregular, e com os próprios erros, ignorando repetidamente as recomendações e estudos resultantes da análise das experiências de conflito, tornando a resposta futura mais penosa para os estados e para as FA. Nesta obra, Downie apresenta um modelo que esquematiza a forma como as instituições incorporam a aprendizagem dos conflitos, quais os requisitos de mudança e os drivers para mudanças institucionais em organizações militares, modelo este utilizado por David Ucko na obra em análise.

Este livro apresenta um modelo de análise interessante para um problema que não é exclusivo das FA dos EUA e que pode ser aplicado a outros países que combatem ou poderão combater fenómenos irregulares e de COIN. Por tal razão, a obra deve ser considerada de leitura essencial para oficiais superiores em funções de comando ou estado-maior nas FA portuguesas e para oficiais em funções no Estado-Maior do Exército com responsabilidade de planeamento de forças. É também uma excelente obra de leitura complementar para discentes do Curso de Estado-Maior Exército e Conjunto. Para este universo de potenciais leitores, esta obra permite perceber os desafios com os quais o Exército Português (e as FA) se irá deparar para institucionalizar coerentemente as Operações de Estabilização, até agora só identificadas concetualmente na PDE 3-0 Operações, mas com pouco impacto noutras áreas, carecendo de uma abordagem mais abrangente e integrada sobretudo na Doutrina, Organização, Treino e Formação/Educação.

Referências Bibliográficas

Blaufarb, D.S., 1977. *The counterinsurgency Era: U.S. doctrine and performance, 1950 to the present*. New York: The Free Press.

Downie, R.D., 1998. *Learning from Conflict: The U.S. Military in Vietnam, El Salvador, and the Drug War*. Westport: Praeger.

Exército Português, 2012. *PDE 3-00 Operações*. Lisboa: Exército Português.

McChrystal, S., 2013. *My Share of The Task - A memoir*. Washington: Portfolio/Penguin.

[5] Ver também a obra de Jonh Nagl, Learning to Eat Soup with a Knife: Counterinsurgency Lessons from Malaya and Vietnam (Nagl, 2005).

Nagl, J.A., 2005. *Learning to Eat Soup with a Knife: Counterinsurgency Lessons from Malaya and Vietnam*. Chicago: The University of Chicago Press.

Ucko, D.H., 2014. *David H. Ucko*. [Online] Disponível em: http://www.david-ucko.com [Consult. 02 Abril 2014].